COMPENDIO

DE

HISTORIA DO BRAZIL

REDIGIDO PELO

P. RAPHAEL M. GALANTI S. J.

PROFESSOR NO COLLEGIO S. LUIZ DE YTÚ

LEMAD
História
USP

TOMO I.

Ana Maria
Camargo

SÃO PAULO
TYPOGRAPHIA DA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO
1896

PREÇO: 7$000

PROPRIEDADE LITTERARIA

PREFACIO

Sahe finalmente á luz o COMPENDIO DE HISTORIA DO BRAZIL que promettemos ha quatro annos, e que motivos imperiosos nos inhibiram de publicar antes deste tempo. Infelizmente não está completo, indo só até o anno de 1624. Faremos os maiores esforços para leva-lo a cabo o mais cêdo possivel. Cumpre-nos, porém, confessar que luctamos com muitas e gravissimas difficuldades.

Aproveitamos, no entretanto, o ensejo para agradecer do fundo da alma aos numerosos amigos que de todas as partes nos animaram nesta não facil empreza, pedindo-nos repetidas vezes quizessemos communicar-lhes o fructo de nossas aturadas investigações.

A elles e a todas as pessoas lidas na Historia da nossa Patria, seremos summamente grato por qualquer reparo ou observação que julgarem conveniente fazer ácerca do nosso trabalho. Pois, conforme escreveu Rebello da Silva, no principio da sua Historia de Portugal,

«As advertencias sisudas e benevolas nascidas do amor das lettras, só as engeita, ou as não agradece, quem por louca vangloria imagina erguer um monumento em cada linha, e lavrar um primor em cada phrase». Nós, pelo contrario, somos sincera e profundamente convicto da nossa insufficiencia; e, do outro lado, não ignoramos que «a critica conscienciosa e apurada para elucidar os factos historicos, é sempre util»(1).

Em prova do que, vamos dar desde logo respeitosa satisfação a um nosso amigo, o qual, tendo lido as folhas deste livro á medida que iam sahindo do prelo, houve por bem manifestar-nos a sua maravilha pelo facto de termos aqui e alli confutado Varnhagen. Altamente penhorado por semelhante observação, declaramos ao amigo que somos o primeiro a reconhecer o merito do Illustre Titular relativamente á Historia do nosso Paiz. Isto, porém, não impede que ás vezes possamos discordar delle já nas idéas, já a respeito de algum facto que outros autores talvez tenham exaciminado com maior attenção. Ora, tal é precisamente o nosso caso; pois, sendo ainda vivo o Sr. Visconde, não faltou quem o combatesse em diversos assumptos, como elle mesmo o confessa, e como achamos declarado no elogio historico que em 1878 delle pronunciou o orador do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

(1) Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Braz., vol. 47, parte 2ª, pag. 623.

BRAZILEIRO de que havia sido membro muito benemerito. È, portanto, no intuito sómente de illuminar este nosso amigo, acaso pouco lido na Historia do Brazil, que com a devida venia transcrevemos aqui alguns periodos desse discurso. Ei-los:

«Como zeloso investigador de factos e elucidador de datas, nenhum dos escriptores e chronistas antigos e modernos pode competir com o autor da *Historia Geral do Brazil*; não ha, porém, obra humana que de sua essencia não traga o senão indeclinavel da imperfectibilidade».

«Varnhagen desde que, exposta a narração, se eleva a philosopho julgador e doutrinario, pécca por anachronico em idéas; contrariando os poetisadores dos indios, cahe na exaggeração condemnavel dos deshumanisadores do selvagem, applaudindo as bandeiras assassinas que os destruiam em hecatombes horriveis, ou legitimando a escravidão das miseras victimas escapadas á morte e caçadas como féras.»

«Apoz a glorificação da sua *Historia Geral do Brazil*, Varnhagen..... aggravando o defeito de rigido e imponente caracter, tomou, em escriptos subsequentes e em polemicas de exaggeração lamentavel, pretenções dogmaticas, intolerancia de opiniões oppostas, que lhe custaram dolorosas batalhas na imprensa.»

«Escrevendo sobre a historia, elle não procurava discutir nem averiguar mais: dictava sentenças; em sua consciencia de mestre, que realmente era, julgava sem appellação: era

Pythagoras *magister dixit*. Recebeu castigo na revolta de outros escriptores de alto merecimento, que em honra da philosophia da historia quebraram lanças com elle, ferindo-o no seu orgulho de historiador dogmatico ». Vide Rev., tomo 41, parte 2ª, pag. 487, 488.

E' a este mesmo amigo que agradecemos sinceramente o ter-nos indicado dois erros de imprensa que tinham escapado á diligencia do nosso revisor. Acha-se o primeiro na pag. 20, linha 11, onde em logar de — *das ilhas do Cabo Verde e dos Açores* — deve ler-se simplesmente — *das ilhas de Cabo Verde*. O outro erro está na pag. 416, linha 20, onde em logar de — *demendat* — deve ler-se *dementat*.

Ytú, collegio S. Luiz, 15 de Julho de 1896.

INTRODUCÇÃO

1) **Proemio.** — Como o Brazil por mais de tres seculos foi colonia de Portugal, que para cá transplantou os seus usos e costumes, a sua legislação, as suas producções e o seu povo, parece-nos conveniente e até necessario fazer no principio deste trabalho um rapido esboço da historia da nossa antiga metropole, e dos nossos antepassados. Do outro lado, sendo o descobrimento do Brazil uma consequencia, embora casual, das viagens maritimas emprehendidas por esses modernos argonautas, que foram os portuguezes dos seculos XV e XVI, é indispensavel apresentar um quadro, ainda que em miniatura, dessas mesmas viagens. Cumpre, portanto, que a historia deste nosso amavel paiz seja precedida por dois capitulos que exponham, por assim dizer, a prehistoria ou ante-historia delle. O primeiro tratará de Portugal; o segundo, dos factos que levaram ao descobrimento da Terra de S. Cruz. Nem será fóra do nosso assumpto accrescentar mais um capitulo a respeito dos usos e costumes de Portugal afim de que possamos, no correr dos tempos, entender facilmente a historia da nossa querida patria, que iremos referindo com a diligencia de que fôr capaz o nosso fraco entendimento.

I

Portugal

2) **O reino de Portugal** — que nos designios da Providencia era destinado a conquistar tanta gloria

nas diversas partes do mundo, que havia de rasgar novos horizontes á actividade humana, e levar a civilização christan até os ultimos limites do globo *por mares nunca dantes navegados*, começou a figurar na Historia pelos principios do sec. XII, graças ao valor de D. Henrique, principe capetingio da casa de Borgonha, e descendente de Hugo Capeto. Passára D. Henrique á Peninsula Iberica com o intento, ao que parece, de auxiliar os christãos contra os mouros. Tendo-se distinguido nas guerras contra esses inimigos do Christianismo, obteve a mão de D. Thereza, filha de D. Affonso VI, rei de Castella e de Leão, do qual recebeu o condado de Portugal (Porto-Cale) com todo o mais territorio que tirasse aos mouros (1084). Em 1114 succedeu D. Affonso Henriques (1114—85) a seu pae no condado portugalense sob a tutela de D. Thereza, sua mãe. Como a regente travasse relações escandalosas com Fernando Peres, e désse mostra de querer excluir o seu filho do governo do condado, D. Affonso Henriques, açulado por seus fidalgos, pegou em armas contra sua propria mãe, derrotando-a na batalha de S. Mamede (1128), e banindo-a, dizem, de Portugal, juntamente com o seu favorito. Desbaratou no anno seguinte (29) um grande numero de mahometanos no *Campo de Ourique*, e, depois de vencer em *Valdevez* (40) Affonso VII de Leão, assumiu o titulo de rei que já lhe era dado por seus subditos. Ponderando, todavia, D. Affonso Henriques o risco a que estava exposto em quanto não tivesse assentado pazes com seu primo, metteu-se sob a protecção da Egreja, offerecendo o seu reino ao Summo Pontifice. Foi, de facto, pela pacifica intervenção do successor de S. Pedro que D. Affonso VII se moveu a reconhecer na *Paz de Zamora* (43) a independencia de Portugal.

3) **Os primeiros**—successores de D. Affonso Henriques foram—*D. Sancho I* (1185-11), que tratou de acudir aos males causados pela guerra, e conquistou larga parte de territorio aos mouros. O mesmo pouco

mais ou menos fizeram *D. Affonso II* (1211—23), que convocou as primeiras côrtes em Coimbra; *Sancho II* (1223—48), a quem o Papa, a pedido dos nobres, suspendeu de suas funcções; *Affonso III* (1248—79), que levou a capital para Lisboa, e a seu titulo de *rei de Portugal* accrescentou o de *rei dos Algarves: D. Diniz* (1279—25), o rei *Lavrador e o Pae das Musas, fundou a Ordem de Christo*, e a universidade de Lisboa, transferida pouco depois para Coimbra. *D. Affonso IV* (1325—57) fixou o preço a todas as mercadorias, e consentiu que D. Ignez de Castro fosse morta por alguns malvados. *D. Pedro I* (1357—67) governou como tyranno, e vingou cruelmente o assassinato de D. Ignez, que *depois de morta foi rainha*. *D. Fernando* (1367—83), ultimo rei da dynastia de Borgonha, afim de promover a agricultura publicou a *Lei das Sesmarias*, segundo a qual as terras abandonadas deviam passar para outro dono, si o proprietario não quizesse cultiva-las.

4) **Dynastia de Aviz.** — Os primeiros monarchas da dynastia de Aviz, a mais gloriosa de Portugal, foram os seguintes:—*D. João I* (1385-33), que, depois de esmagar os castelhanos em *Aljubarrota* (85), passando á Africa, tirou *Ceuta* aos mouros (1415). Assumiu então o titulo de *Senhor de Ceuta*, e obteve do papa Martinho V uma bulla (1418) que lhe assegurou essa conquista, e lhe concedeu muitos privilegios. *D. Duarte, o Eloquente* (1433-38), publicando a *Lei Mental*, ordenou que «os bens de doação regia revertessem á coroa na falta de herdeiro directo varão». Recebeu esta *Lei* o nome de *Mental*, porque D. João I, aconselhado, dizem, por João das Regras, tivera intenção de publica-la, mas não passou da sua mente. A pedido do Infante D. Henrique, concedeu D. Duarte á Ordem de Christo todas as terras que fossem descobertas pela coroa portugueza (1). *D. Affonso V* (1438-81),

(1) Vide Rocha Pitta, I, 91.

tendo conquistado Alcacer-Cequer, Arsila e Tanger, accrescentou a seu titulo de—*rei de Portugal e dos Algarves* o—*d'aquém e d'além mar na Africa*. D. Affonso não se occupou dos descobrimentos, sendo devidos á iniciativa particular os que se realizaram no seu tempo. *D. João II* (1481-95), que tão bravo se mostrou com os nobres, promoveu muito activamente as explorações e conquistas maritimas. Deu D. João a seu primo, D. Manuel, a esphera armillar por divisa, quasi adivinhando que o seu dominio havia de estender-se ao mundo inteiro. Além disto, depois de matar em Setubal a D. Diogo, duque de Viseu e irmão de D. Manuel, nomeou, este ultimo, duque de Béja, senhor de Viseu, e Grão-Mestre da Ordem de Christo. Foi deste modo que pouco a pouco se preparou a identificação desse Mestrado com a coroa portugueza (1). *D. Manuel o Venturoso (95-1521)*, escolhido pelo proprio D. João II para succeder-lhe no throno, continuando com affinco a obra dos descobrimentos maritimos, elevou Portugal ao auge da gloria e grandeza. Durante o seu reinado, os portuguezes chegaram á India, e descobriram o Brazil.

II

Factos que levaram ao descobrimento do Brazil

5) **A Escola de Sagres.** — A grandeza maritima de Portugal tira origem da Escola de Sagres, fundada (2) pelo Infante D. Henrique, terceiro filho de D. João I e de D. Philippa, irman de Henrique IV da Inglaterra. Nasceu no Porto á 4 de março de 1394; e, segundo alguns, cessou de viver em Sagres no dia

(1) Vide Damião de Goes. Chronica do Rei D. Manuel. liv. I, cap. I, 22.

(2) Comquanto seja provavel que a Escola de Sagres teve principio alguns annos antes da tomada de Ceuta (1415); não podemos, todavia, atinar com um motivo sufficiente para precisar a data da sua fundação. Marcam-lhe alguns o anno de 1412; calam, porém, a razão sobre que se baseiam.

treze de novembro de 1460; Freire, porém, na vida do mesmo Infante, dá a sua morte acontecida a 23 do mesmo mez de novembro daquelle anno, ao passo que João de Barros lhe prolonga a existencia até o dia treze de novembro de 1463. Todos os autores rendem á sua memoria os maiores encomios, por seus talentos, actividade e benevolencia, designada até em suas armas, onde se lia: — *Talento de fazer o bem: Talent de bien faire.* — Thompson, no poema das Estações, dá-lhe o epitheto de—*Genio da navegação.*

Dedicando-se com toda a seriedade ao estudo da astronomia, cosmographia e nautica, chamou para a sua Escola o malhorquino mestre Jacome, «homem mui douto na arte de navegar, que fazia cartas e instrumentos» (1). Na opinião de Varnhagen este mestre Jacome foi o primeiro preceptor da Escola de Sagres.

Como D. Henrique fosse duque de Béja, senhor de Viseu e Grão-Mestre da Ordem de Christo, tinha á sua disposição riquezas muito consideraveis, que empregava quasi exclusivamente em promover os descobrimentos maritimos com o intento de abrir novos horizontes á civilização Christan. Tomando parte na expedição de Ceuta, recolheu, dos prisioneiros, diversas informações, relativas aos povos da Africa Occidental até ao grande deserto de Sahara e ao paiz de Guiné.

6) **Primeiros descobrimentos.** — E' impossivel determinar com alguma certeza a data das primeiras viagens dos navegantes de Sagres; deprehende-se, todavia, do que diz J. de Barros no logar, ha pouco citado, que ellas se realizaram ou pouco antes ou logo depois da tomada de Ceuta. Começou D. Henrique por mandar cada anno dois ou tres navios com ordem de explorar a costa além do Cabo *Não*, ultimo termo das viagens maritimas dos antigos. Era tal o preconceito, nutrido pelo povo em Portugal, relativamente a esse Cabo, que uma especie de dictado

(1) J. de Barros, Dec. I, liv. I, cap. 26

popular dizia: *Quem passa o Cabo Não ou tornará ou não.* Chegando aquelles primeiros descobridores até ao *Cabo Bojador*, ninguem ousou dobra-lo, porque «boja pelo mar dentro cousa de quarenta leguas, e na extremidade occidental havia uma restinga de dez leguas» (1).

7) **Porto Santo, 1418.** — Ao voltar da expedição de Ceuta, achou D. Henrique promptos dois cavalleiros da sua casa que se offereceram, intrepidos, para a empreza arriscada de passar o Cabo Bojador. Eram João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que, sendo nessa viagem arrojados por um temporal para o alto mar, avistaram, precisamente quando se julgavam perdidos, uma ilha deserta que denominaram *Porto Santo*. Regressando alegres ao reino, obtiveram licença de ir povoar essa ilha, e sem demora partiram em tres navios juntamente com Bartholomeu Perestrello, fidalgo da casa do Infante D. João, quinto filho do fundador da dynastia de Aviz. Esmorecendo, todavia, dentro de dois annos, Perestrello retirou-se para o reino, porque alguns coelhos que largára no matto, e se tinham multiplicado de um modo prodigioso, roiam todas as plantações.

8) **Madeira, 1419 ou 20.** — Então João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que haviam permanecido na Ilha, embarcaram para examinar de perto uma como nuvem preta que lobrigavam constantemente no horizonte. Descobriram deste modo a ilha deserta, que, em attenção ao muito arvoredo nella encontrado, chamaram *Ilha da Madeira*. Foi essa ilha dahi a pouco dividida em duas capitanias: a do *Funchal* e a de *Machico*. Aquella para João Gonçalves Zarco, esta para Tristão Vaz Teixeira. As plantações da canna de assucar, cujas mudas foram procuradas na Sicilia, deram resultados fabulosos. *Porto Santo* ficou

(1) J. de Barros, l. c.

a Perestrello, que, apezar do seu primeiro desmaio, a colonizou, livrando-a da praga dos coelhos.

9) **Ulteriores descobrimentos.**—Em 1433 *Gilianes ou Gil Eannes*, natural da villa de Lagos, dobrou o *Cabo Bojador*, e no anno seguinte juntamente com Affonso Gonçalves Baldaga, desembarcando além desse mesmo Cabo, encontrou pégadas humanas. Em 1435 prende alguns negros, e mata lobos marinhos, cujos couros leva para o reino. Em 1441 *Nuno Tristão* chega até ao *Cabo Branco*, e, apresando diversos negros, os conduz a Portugal. Um pouco mais tarde (43), descobre *Antonio Gonçalves* um esteiro que honra com o nome de *Rio do Ouro*, porque nessa paragem os negros a troco de ouro em pó, resgataram dois moços capturados pelos portuguezes. Em 1441, os habitantes de Lagos, armando seis caravelas, exploram a *Ilha das Garças*, onde prendem centenares de negros, levando-os a vender no reino. Parece que este commercio era nessa epoca julgado licito na Europa, porque suppunham que estes negros fossem aquelles mesmos que faziam guerra á Christandade.—Em 1446 *Diniz Fernandes* revelou a existencia do *Cabo* que chamou *Verde*, e que foi dobrado alguns mezes depois. No dia primeiro de maio de 1461 ou 62 avistaram as ilhas do *Cabo Verde* Antonio de Nolle, Raphael, seu sobrinho, e Bartholomeu, seu irmão. Eram nobres genovezes emigrados para Portugal em consequencia de perturbações civis e politicas.

10) **Bullas.**—Desejando o infante D. Henrique assegurar a posse destas conquistas, e de outras que meditava, obteve em 1436, do papa Eugenio IV, uma bulla pela qual concedeu o Chefe da Egreja á Ordem de Christo todas as terras descobertas e por descobrir, conquistadas e por conquistar aos infieis, desde o Cabo Bojador até á India inclusivamente. Confirmaram esta mesma doação ou investidura os Summos Pontifices, Nicolau V em 1452, Calixto III em 1455, Sixto IV em

1481, Julio II em 1506 e Leão X em 1514. Dissemos que o Papa concedeu estas conquistas á *Ordem de Christo*, porque o Infante D. Henrique conseguira do rei D. Duarte, seu irmão, «que todas as terras que se fossem descobrindo pela coroa portugueza, ficassem adjudicadas á Ordem de N. S. J. C., da qual era grão-mestre, alta dignidade, que depois com os dois mestrados de Santiago e de Aviz, por bulla do pontifice Julio III passada no anno de 1551, uniu el-rei D. João III perpetuamente á coroa e dominio dos reis de Portugal, que possuem esta parte da America como grão-mestres e perpetuos administradores da dita ordem (1)".

11) **As Canarias** — descobertas antigamente pelos phenicios ou carthaginezes, e conhecidas com o nome de *Insulæ Fortunatæ*, haviam sido perdidas de vista; mas, no tempo de Henrique III de Castella (1390-1406), o francez *Betancor ou Betencourt* conquistou tres dellas por conta da Hespanha. Betencourt regressou para a França, e nunca mais appareceu. Então um seu sobrinho, chamado egualmente Betencourt, que ficára nessas ilhas e occupára mais uma dellas, desalentando por falta de recursos, passou á Ilha da Madeira, onde contrahiu matrimonio e se deixou ficar. D. Henrique, portanto, em virtude de um ajuste feito com Betencourt sobrinho, tomou posse das quatro Canarias, já conquistadas, começando dentro em breve (1424) a coloniza-las, e tentou de balde subjugar as oito restantes. Portugal, todavia, cedeu mais tarde essas ilhas á Hespanha, que as reclamou como suas em vista dos soccorros fornecidos a Betencourt tio. Os habitantes das Canarias, berberes de origem, eram barbaros que adoravam um Deus unico, creador e remunerador. Tinham uma fórma de governo semelhante á republicana.

Relatámos esta historia conforme se lê em J. de Barros, Dec. I, l. I, cap. 12; a imparcialidade, porém,

(1) Rocha Pitta, I, 91.

nos obriga a accrescentar que, segundo Raynaldo — Annales Ecclesiastici, T. IV, pag. 559 — as Canarias haviam sido descobertas desde antes de 1344; pois nesse anno, reinando no Aragão Pedro IV, D. Luiz de Lacerda, neto de D. João de Lacerda, pediu ao papa Clemente VI licença e auxilios para as submetter. O Papa, concedendo a licença, convidou os reis christãos a prestarem apoio a Luiz para realizar essa empreza. Comtudo nada se concluiu, em consequencia da guerra dos Cem Annos entre a França e a Inglaterra. Do outro lado, D. Affonso IV de Portugal respondeu que essas ilhas lhe pertenciam, porque haviam sido desde longo tempo achadas por seus subditos, os quaes, a não ser a guerra contra os sarracenos, as teriam já occupado. O mesmo proximamente replicou Affonso XI de Castella. Deste modo a conquista ficou ainda por fazer.

O P. Cordeiro S. I., na sua Historia insulana, liv. II, cap. III e IV, refere o que diz Raynaldo, e accrescenta que o Infante largou mão da empreza, porque quando tratou de subjugar a Grande Canaria, suas armas soffreram tremenda derrota. Quem por ultimo levou ao cabo a conquista e occupação total das Canarias foi Fernando V, o Catholico em 1512, depois de exterminar pelo ferro os *Guenches*, povo de origem berber (1).

12) **Açores.** — Em 1431 *Gonçalo Velho Cabral*, nevegando, por ordem do Infante D. Henrique, na direcção do oéste, topou com os rochedos que denominou *Formigas*. No dia 15 de agosto do anno seguinte, fazendo o mesmo Cabral uma segunda viagem, descobriu a ilha que em attenção á festa desse dia chamou *S. Maria*. Agraciado o descobridor com a sua doação, occupou-se immediatamente em coloniza-la. No dia oito de maio de 1444, deparou ainda o mesmo

(1) Vide Oliveira Martins—Os filhos de D. João I, pag. 66 e seg., onde, entre outras cousas interessantes a respeito das ilhas do Atlantico, se encontra a lenda dos *Almogarriruns*.

Cabral com a ilha de *S. Miguel*, de que foi o primeiro donatario. Deram dentro em breve a estas duas ilhas o nome de *Açores*, porque viviam nellas numerosos milhafres, que se parecem muito com os açores no modo de se arremessarem sobre a presa. Este mesmo nome de *Açores* passou mais tarde collectivamente a todas as ilhas de que se compõe este archipelago, e que em seguida receberam tambem o nome de *Ilhas Terceiras*.

A Ilha Terceira ha de ter sido patenteada pouco depois da de S. Miguel, mas não se sabe ao certo quem a descobriu, nem quando, nem como. Em 1450 o Infante nomeou donatario della o flamengo Jacome de Bruges, que sem pôr tempo no meio tratou de colonizá-la. As ilhas seguintes, a saber: S. Jorge, Graciosa, Fayal, Pico, Flores e Corvo, foram descobertas de 1450 em diante, mas reina grande incerteza a respeito do seu descobridor e de seus primeiros donatarios. Diz o P. Cordeiro que, embora na ilha do Corvo não se encontrasse indicio algum de ter sido habitada, «achou-se, comtudo, em uma alta rocha, que cahe sobre o mar, e em uma grande lagem, tão fatal e grande estatua de pedra, que consta de um cavallo em osso e de um homem vestido, e posto no cavallo com a mão esquerda pegando-lhe na coma e com o braço direito extendido e encolhidos os mais dedos, excepto o indice com que está apontando para o Poente, e mais direitamente para Noroéste (1)».

A ser verdade que tal estatua existia, e não era um capricho da natureza, como acontece facilmente na pedra lagem, ou uma phantasia, como é, v. g., o famoso gigante do Rio de Janeiro; mas, na realidade, obra do homem, é força dizer que esta ilha fôra em outro tempo habitada. Todos sabem como da dita estatua, além de outros escriptores, com muita habilidade se aproveitou o P. Frei José de S. Rita Durão no seu lindo poema — *O Caramurú*, canto I, 62.

(1) Cordeiro — Historia Insulana, liv. IX, cap. V

13) **O resgate do ouro da Mina** — foi em janeiro de 1471 descoberto por Fernão Gonçalves, e recebeu este epitheto — *ouro da mina* — pela razão de irem os negros comprar nesse sitio objectos europeus, pagando com ouro em pó. Deu-se a este trafico o nome de *resgate*, porque muitas vezes os naturaes da terra *resgatavam* nesse logar os negros apresados pelos portuguezes. E' deste uso que deriva a phrase — *resgatar com os indios*, no sentido de commerciar ou negociar com elles.

14) **S. Jorge da Mina**, 1482. — Logo que subiu ao throno (1481), D. João II mandou Diogo de Azambuja construir nessa parte da costa uma fortaleza que chamaram *S. Jorge da Mina*. Em dez caravelas e dez urcas levou Diogo pedra lavrada, cal, telhas, madeira e instrumentos; cem homens para trabalhar, quinhentos para combater. Partiram com elle alguns missionarios franciscanos, que, erguendo o altar portatil na praia, ao pé de uma arvore, celebraram a primeira missa no dia vinte de janeiro de 1482. Nesse mesmo dia e nessa mesma paragem, recebeu Azambuja com grande solemnidade a visita de *Caramança*, rei do logar. Veiu elle vagaroso e grave pé ante pé no meio de grande numero de musicos e soldados « cuberto pernas e braços de barceletes, e argolas de ouro, e ao pescoço um colar, do qual pendiam umas campainhas miudas, e pela barba retorcidas umas vergas de ouro, que assim lhe chumbavam os cabellos della, que de retorcidos os faziam corridos » (1). — Depois das primeiras cortezias, trocadas de parte a parte segundo o estylo do paiz, respondendo Caramança a Diogo, disse que não lhe parecia bem se fizesse a fortaleza, visto como os amigos que se chegam demasiado, mudam-se de leve em inimigos; e accrescentou que, sem a fortaleza, a Fé se prégaria com maior proveito, e o commercio se faria

(1) J. de Barros, Dec. I, l. III, cap. I.

com maior facilidade. Comtudo, replicando Diogo que o forte tinha de se levantar a todo o custo; Caramança, que não podia resistir á força, resignou-se, volvendo para seus paços com toda a sua comitiva. Ergueram então os portuguezes á grande pressa a fortaleza, e sem perda de tempo a guarneceram de armas e de soldados.

15) **Padrões.** — Ordenou D. João II que, daquella epoca em diante, os exploradores não tomassem posse do paiz descoberto simplesmente por meio de uma cruz, como até então se havia praticado; mas erguendo um *Padrão* de pedra da altura de dois estados do homem com o escudo das armas de Portugal, e nas costas um lettreiro em latim e outro em portuguez, os quaes dissessem que rei mandára descobrir aquella terra, e em que tempo e por que capitão fôra aquelle Padrão ahi collocado, e em cima no tôpo uma cruz de pedra embutida com chumbo. Dava-se a cada Padrão um nome proprio (1). O primeiro destes padrões, chamado *S. Jorge*, foi por Diogo Cão posto na foz do rio *Zaire ou Congo* em 1484. Visitando este Diogo Cão o reino do Congo, e subindo pelo rio Zaïre, teve uma entrevista com o monarcha, o qual pediu missionarios, e dentro em breve abraçou a religião christan. Em virtude de taes descobrimentos, assumiu por este tempo D. João II o titulo de *Senhor de Guiné*.

16) **Preste João.** — Percorria, no entretanto, João Affonso de Aveiro o Benim, cujo rei mandou embaixadores a Portugal. Sendo D. João II informado por um desses embaixadores de que o Benim era tributario de um tal *Preste João*, monarcha residente a uma grande distancia no sudéste da Africa, e que talvez professasse o Christianismo, visto como dava a investidura entregando uma cruz, resolveu travar relações com elle, esperando chegar deste modo á tão almejada

(1) J. de Barros, l. c., cap. III.

India. Enviou, portanto, em busca desse rei, uma expedição por mar e outra por terra. (1)

17) **Bartholomeu Dias, 1486 — 87.** — Confiou a expedição maritima a Bartholomeu Dias, que pelos fins de agosto de 1486 sahiu do Tejo com dois navios de cincoenta toneladas, e uma naveta para os mantimentos. Governava esta naveta Pero Dias, irmão do chefe da expedição, e commandante do primeiro navio. Impellido por um vento rijo, seguiu Bartholomeu muito para o sul até que, demandando e não achando terra do lado do léste, carregou sobre o rumo do norte, e foi dar com a costa na parte oriental da extrema ponta da Africa. Collocou o Padrão S. Cruz na ilhota do mesmo nome, e chegou a um rio que, sendo descoberto por João Infante, chefe do segundo navio, recebeu o nome de *Rio do Infante*. Anhelava Bartholomeu por continuar o reconhecimento da costa na direcção do oriente; mas, cedendo aos desejos de seus officiaes, explorou o Cabo Tormentario, cuja existencia presentira pelo facto de correr constantemente para léste o littoral já visitado. Pôz nesse mesmo cabo o Padrão S. Philippe, e dirigiu-se para o Tejo, aonde entrou a seu salvo em dezembro de 1487 com 16 mezes e 17 dias de viagem redonda.

Déra Bartholomeu á ultima ponta meridional da Africa o nome de Cabo Tormentario ou Tormentoso em lembrança de uma notavel tempestade que na sua altura soffrera; mudou, porém, D. João esse nome pelo de *Boa Esperança*: « Porque agora, disse elle, temos boa esperança de chegarmos até á India. »

18) **Covilhan e Paiva.** — Mandára no mesmo tempo D. João II dois religiosos a Jerusalém, esperando encontrar nessa cidade alguma pessoa que podesse servir de guia para adquirir relações com o Preste João.

(1) Seguimos J. de Barros; porém declaramos que, segundo Oliv. Martins, O. C., falava-se na Europa, desse ente mysterioso desde o tempo de D. João I, e parece que a viagem do Infante D. Pedro a Jerusalém tivesse o fim de colher alguma noticia a respeito delle.

Tendo esses religiosos voltado apenas com informações vagas, incumbiu desta missão Affonso de Paiva e Pero da Covilhan (7 de maio de 87), que, passando por Napoles e a ilha de Rhodes, seguiram para Alexandria e o Cairo. De lá partiu Paiva para o Alto Nilo, embarcando no mesmo tempo o seu companheiro em Adem, no mar Vermelho. Visitou Covilhan, na India, Cananor, Calicut e Gôa; percorreu, na volta, toda a costa oriental da Africa até á mina de Sofala, e pela estrada de Adem regressou ao Cairo, onde acabava de concluir a sua carreira mortal Affonso de Paiva, que estivera na Ethiopia. — Encontrou no Cairo dois judeus, enviados por D. João em sua procura com ordem de não volver a Portugal emquanto não lograsse ter uma entrevista com o mysterioso Preste João. Remetteu, portanto, ao rei larga relação do que vira e fizera; tornou a embarcar em Adem para Ormuz, e, depois de numerosas aventuras, aportou finalmente á Abyssinia. Foi recebido com agrado pelo Preste ou Negus, que lhe prometteu despacha-lo de prompto. Como, todavia, o rei ou Negus actual, chamado Alexandre, fallecesse neste comenos, recusou-lhe o successor a licença de retirar-se. Em 1515 Pero da Covilhan ainda vivia na Abyssinia, onde contrahira matrimonio, e realizára uma fortuna; mas, apezar de toda a insistencia do embaixador portuguez, não poude obter a desejada licença (1).

19) **Behaim.**—Pretendem alguns que Martim ou Martinho Behaim, natural de Nurenberga (1430—1506), desde o anno de 1460 descobriu a ilha do Fayal, e explorou toda a costa da America do Sul até ao actual Estreito de Magalhães; que em 1485 D. João II o creou cavalleiro e, regressando para a sua patria em 1490, construiu um globo. Parece-nos assaz claro que estes descobrimentos, attribuidos a Behaim, não passam de uma simples invenção; pois, si fossem reaes,

(1) Vide J. de Barros, O. C., Dec. I, liv, III, cap, V.
Vale a pena ler as bellas oitavas que o cantor dos Lusiadas consagra a esta expedição, Canto IV, XLI—LXV.

não encontraria Colombo tanta difficuldade em fazer acceitar o seu plano, nem os descobrimentos castelhanos e portuguezes excitariam tão grande admiração e enthusiasmo na Europa. Accresce que o Fayal, ou, pelo menos, diversas ilhas dos Açores, em 1460, eram já conhecidas. A verdade é, segundo parece, que Behaim esteve em Portugal, no Fayal, e na costa da Africa, não como descobridor, mas como piloto ou simples viajante em companhia dos mareantes lusitanos (1).

Não queremos com isto negar que alguma parte da America fosse já conhecida antes de Colombo, porque sabemos que pelo méado do sec. IX os noruegos descobriram a Islandia, e a Groënlandia onde se estabeleceu (986) Erico o Ruivo, e que em 986 Bjarne foi por um temporal arrastado até á costa da moderna Nova Inglaterra, da qual no anno mil tomou posse Leif, filho de Erico o Ruivo, dando-lhe o nome de Vineland em attenção ao grande numero de videiras silvestres que encontrou nesse paiz. Sabemos egualmente que nos seculos seguintes continuaram esses bravos islandezes a fazer diversas viagens para a costa oriental da America, e na direcção do polo arctico, e que em 1390 os venezianos Nicolau e Marcos Zeni reconheceram alguma parte da America Septentrional. Mas estes descobrimentos não se podem comparar com os attribuidos a Behaim, porque, sobre serem pelo norte, pertencem a uma epoca muito anterior á de Colombo.

20) **Christovam Colombo** — nasceu na cidade ou republica de Genova em 1436 ou, como outros querem, em 1441. Tendo-se dedicado á navegação, e tendo por seus estudos e suas numerosas viagens adquirido bastantes conhecimentos cosmographicos, formou o plano de chegar até á India engolphando-se no Atlantico em direitura ao poente. Si dermos credito ao que affirmam diversos autores, conhecia Colombo as

(1) Vide Feller, Bouillet e Glaire, art. Colombo e art. Behaim.

viagens do veneziano Marco Paulo ao oriente; estava bem persuadido da redondeza da terra; recebera copia de uma carta em que desde 1474 Toscanelli, celebre mathematico e cosmographo de Florença, asseverava que mais facilmente se acharia a India, si se navegasse pelo Atlantico sempre no rumo do oéste. E' provavel que tivesse lido a obra do cardeal Pedro Alliacus (Pierre d'Antilly), intitulada *Imago Mundi*, bem como os diversos trechos de varios philosophos, geographos e historiadores antigos, que falam de uma grande ilha, existente no Oceano do lado occidental das columnas de Hercules (1). Contam alguns que Colombo visitára tambem a Islandia, e que estando na Ilha da Madeira, hospedou o piloto andaluziano, Affonso Sanches, de cujo roteiro, que elle herdou, se valeu como de guia; porquanto Affonso Sanches, que dahi a pouco falleceu em casa do Genovez, regressava nessa occasião de uma viagem ao occidente, onde avistára terras desconhecidas, e fôra por uma tempestade obrigado a retroceder (2). Seja como fôr:

(1) E' certo que Platão, Diodoro da Sicilia e outros escriptores antigos tratam de uma grande ilha muito amena, e dotada de rios navegaveis, posta no Atlantico de fronte das Columnas de Hercules. Alguns querem que esta fosse uma ilha fabulosa que Platão imaginára afim de representar allegoricamente o governo de Athenas. Outros têem para si que essa ilha era a nossa America, á qual vinham os phenicios, e as frotas de Salomão, e que era aquelle Ophir donde esses ousados mareantes da antiguidade tiravam tantos objectos preciosos. No ver de outros, essa grande ilha existiu realmente outrora no Atlantico, e submergiu-se em virtude de um grande terremoto. Suas reliquias seriam os Açores, a Madeira e as Canarias.

Não cançaremos o leitor com uma discussão inutil e enfadonha, nem com um luxo de erudição que de nada serve. Quem desejar ver os autores que disto tratam, os achará no tomo V, pag. 187 da Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, que resolve as duas questões em sentido negativo. Pode consultar egualmente o *P. Simão de Vasconcellos* — Chronica da Comp. de Jesus no Brazil, pag. I, e seg. — *Ayres do Casal* — Chorographia-Brazilica, I, pag. 1 — 4 — *Accioli* — Memorias da Bahia — *O Cosmos* de 1892, julho, N. 2 e 9, pag. 429, 462.

(2) Dão hoje como certa a viagem de Colombo á Islandia, accrescentando que ella teve logar em fevereiro de 1477; negam, porém

o certo é que, quando Colombo expôz o seu plano, e pediu auxilios, foi tratado de louco, tanto em Genova como em Portugal.

Neste ultimo paiz, D. João II remetteu a questão a D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, e aos mestres Rodrigo e Josepe: seus conselheiros em taes assumptos. Pronunciaram-se, porém, todos energicamente contra o projecto do Genovez. Para sermos justos cumpre-nos, todavia, observar que estes cosmographos não duvidavam da redondeza da terra; mas negavam que a viagem á India pelo occidente podesse ser mais curta conforme pretendia Colombo, porque neste caso, diziam, a terra seria menor do que persuade a sciencia. E' força confessar que nesse ponto a verdade estava do lado delles.

Na Hespanha, Colombo, posto que protegido por D. Pedro Gonçalves de Menezes, arcebispo de Toledo, nada conseguiu de Fernando o Catholico, rei do Aragão. Afinal, passados oito longos annos, Isabel a Catholica, rainha de Castella, empenhou suas joias para armar tres navios, que se chamaram *S. Maria*, *Pinta* e *Ninha*. Emquanto Colombo esperava com impaciencia alguma resposta dos Reis Catholicos, mandou o seu irmão fazer o mesmo pedido á França e á Inglaterra, que o regeitaram com desprezo. Sarpou finalmente o Genovez do porto de Palos, na Andaluzia, no dia tres de agosto de 1492, levando o titulo de almirante e vice-rei de todos os mares, ilhas e terras que descobrisse. Elle commandava o S. Maria. Chefes dos outros navios foram os irmãos Martim Alonso Pinzon e Vicente Yanes Pinzon. Tiveram, na viagem, de superar gravissimas difficuldades em consequencia de um grande temporal que se levantou, e principalmente por causa do desanimo da tripulação, que, insurgindo-se, prendeu o Almirante. Comtudo durante

ter ella influido no plano, já concebido pelo Genovez desde 1473. A historia do roteiro que Christovam teria recebido em 1484 de Affonso Sanches, é condemnada como fabula na Revista, t. XV, pag. 194; t. XVIII, pag. 293.

a noite do dia onze para doze de outubro do mesmo anno, avistaram a ilha *Guanahani*, que, segundo Varnhagen, não é a *Watling*, mas a *Mayaguana*, uma das ilhas brancas dos Lucayos. Deu Colombo o nome de S. Salvador á que viu primeiro, e o de Princezas ao grupo todo. Ahi cantou o *Te-Deum*, e, erguendo uma cruz, tomou posse da terra em nome de Suas Magestades Catholicas. Descobriu em seguida a ilha de Cuba e a de Haity (S. Domingos), denominando esta ultima *Hispaniola*. Nas minas de Haity, aonde foi conduzido pelos naturaes, construiu um forte de madeira, em que deixou trinta e oito soldados. Obrigado na volta por um temporal a arribar a Lisboa 6 de março de 93), visitou D. João II, o qual, ao ver que a gente da terra, trazida pelo Genovez, não era negra, nem tinha cabello revolto, como a da Africa, ficou altamente sentido, cuidando que este paiz, chamado por Colombo *Cipango e Cathayo*, fosse a India procurada desde tanto tempo pelos portuguezes. Mostrou, todavia, notavel bondade, agasalhando convenientemente o seu hospede, mandando que os indigenas fossem vestidos de gran, e não soffrendo que se levasse a effeito o projecto, formado por alguns fidalgos, de assassinar o feliz descobridor. Chegando Colombo á Hespanha, foi recebido em triumpho, como era de esperar; as honras, porém, que lhe concederam, e as festas que lhe fizeram, irritaram o orgulho de alguns invejosos que logo depois procuraram a sua ruina.

Na segunda viagem (setembro de 93) explorou a maior parte das Pequenas Antilhas, e, subjugando Haity, fundou a cidade de S. Domingos. Na terceira expedição (98), percorreu o littoral do Continente desde a foz do Orenoque até Caracas. Na quarta (1502), examinou a costa de Honduras, na America Central. Durante a segunda viagem, alguns desordeiros, que o Genovez castigára, denunciaram-no, como reu de varios crimes, perante os Reis Catholicos. Comquanto confundisse facilmente seus calumniadores, foi, na occasião da terceira viagem, accusado de novo, deposto, e

substituido por *Bovadilla*, seu inimigo, que o remetteu para a Hespanha carregado de ferros. Posto sem demora em liberdade por Isabel, negou-se Fernando a restituir-lhe seus titulos, e mal lhe concedeu licença para emprehender uma quarta viagem, que foi mui desastrada. Regressando para a Hespanha, e encontrando a rainha, sua protectora, no leito de morte (1504), foi desprezado pelo rei, que o deixou morrer de sentimento e de miseria em Valladolid no anno de 1506. Suas cinzas, depositadas primeiro na cathedral de Sevilha, foram depois transferidas para Haity, e mais tarde para a Havana (1). Colombo não teve nem sequer a gloria de herdar o seu nome ao continente que descobriu, porque o florentino Americo Vespucci, redigindo um diario das duas viagens que fez por conta da Hespanha, e das que emprehendeu ao serviço de Portugal, adquiriu tanta celebridade, que legou o seu nome ao *Novo Mundo* (2).

Colombo foi o primeiro que se serviu do astrolabio na arte nautica, determinando com elle exactamente a posição astronomica dos navios pela longitude e latitude (3).

21) **Linha de Marcação e Linha de Demarcação.** — Como D. João II nutrisse a persuasão de que a terra descoberta pelo Genovez fosse realmente a India, e de que, por conseguinte, o seu direito estivesse violado, protestou, dando ao mesmo tempo principio a preparativos de guerra. Obteve, portanto, a Hespanha, do papa Alexandre VI, a famosa bulla

(1) Escreveram no seu tumulo em Sevilha: *A Castilla y Aragon Nuevo Mundo dió Colon*; ou, como outros dizem: *Por Castilla y Aragon Nuevo Mundo halló Colon.*

(2) O inglez João Luccock, e o francez Julio Marcou tentaram em nosso seculo provar que o nome *America* é palavra indigena do Novo Mundo, e nada tem de ver com o navegante florentino. Duvidamos que as razões apresentadas para demonstrar este assumpto sejam apodicticas, e não sabemos si esta opinião tenha achado muitos defensores. Vide Rev. vol. XXIX, parte II, pag. 191 e seguintes.

(3) Vide Bouillet, art *Colomb.*

— *Inter Cœtera* (4 de maio de 1493), a qual declarou que a partir de uma linha imaginaria, traçada de um a outro polo na distancia de cem leguas a oéste das ilhas dos Açores e das do Cabo Verde, pertenceria á Hespanha o occidente, a Portugal o oriente (1). Esta chamou-se *Linha de Marcação*. Não ficando D. João satisfeito com uma tal divisão, continuou seus preparativos bellicos: mas afinal consentiu no tratado de *Tordesilhas*(sete de junho de 1494). que levou a dita linha a 370 leguas para o oéste, a partir das ilhas do Cabo Verde e dos Açores. Denominaram, esta segunda, *Linha de Demarcação*, porque desfazia a precedente. Assistiu á celebração deste tratado D. Manuel, primo e logo successor de D. João II. Foram negociadores Garcia de Carbajal e Pedro de Ayala da parte da Hespanha; Pero Dias e o chronista mór Ruy de Pina, pela de Portugal.

Esqueceram, todavia, esses estadistas de declarar com maior exacção quantas leguas deveria conter cada grau, e qual o ponto preciso de que era mister começar a contar essas leguas. Deste descuido tiraram origem quasi todas as questões que têem havido e ainda ha sobre este assumpto.

Na opinião de Varnhagen, o ponto de que se deveria partir, é o mais occidental das ditas ilhas. O meridiano de demarcação, por conseguinte, viria a cahir um pouco a loéste da Laguna, em S. Catharina, e de Belém do Pará, na hypothese de serem essas leguas de dezeseis e dois terços ao grau. João de Barros, I, III, X, diz que a linha deveria passar a vinte e um

(1) E' para extranhar que o Sr. F. J. de S. Anna Nery em seu— *Le Pays Des Amazones*—colloque esta bulla no dia quinze de julho de 1500, affirmando que ella foi mais tarde modificada, sem dizer nem quando, nem onde, nem de que modo. Tambem Rocha Pitta, I, 92, não é exacto neste ponto, attribuindo ao papa Alexandre VI duas bullas, uma em 1493, outra no anno seguinte para rectificar a primeira. No entretanto nada diz a respeito do tratado de Tordesilhas. Neste mesmo erro cahem o P. Simão de Vasconcellos, e diversos outros autores antigos.

graus das ilhas de Cabo Verde, em que se embebessem trezentas e sessenta e tantas leguas para loéste.

No principio, os portuguezes trabalharam com muito affinco em recuar essa linha demarcadora o mais possivel para o oéste, fazendo os hespanhóes outro tanto em sentido contrario; quando, porém, em 1525 surgiu a questão das *Molucas*, trocaram-se os papeis de parte a parte, buscando cada um comprehender essas ilhas no seu hemispherio. Discutiu-se muito, e sem resultado, sobre este assumpto, até que, na convenção de Saragossa (22 de abril de 1529), cedeu Castella a Portugal, mediante a somma de trezentos e cincoenta mil ducados, os direitos que podesse ter ás Molucas, obrigando-se a restitui-la quando se provasse que essas ilhas existem dentro do hemispherio lusitano.

O progresso dos conhecimentos geographicos nos habilitou em nossos dias a affirmar que, segundo o estipulado em Tordesilhas (1494), as Molucas pertenciam a Portugal, e por isso a Hespanha devia restituir a somma percebida; Portugal, porém, neste caso seria obrigado a ceder larga parte do Brazil. Esta conclusão foi em 1750 admittida como legitima pelos negociadores do tratado de Madrid, que por isso preferiram basear-se sobre o principio da posse.

22) **Vasco da Gama, 1497-99.** — Subindo em 1495 *D. Manuel o Venturoso* ao throno de Portugal, mandou sem perda de tempo apromptar uma nova expedição, destinada a realizar em fim o tão desejado descobrimento da India. Vasco da Gama, nobre fidalgo portuguez, posto á frente desta empreza, depois de passar uma noite em oração, e receber os sacramentos na ermida de Restello, hoje Belém, fez-se de vela, no dia oito de julho de 1497, com tres navios de cem até cento e vinte toneladas cada um. Eram estes: o *S. Gabriel*, commandado pelo chefe da expedição; o *S. Raphael*, cujo capitão era Paulo da Gama, irmão de Vasco; e o *Berrio*, confiado a Nicolau Coelho. Um Gonçalo Nunes dirigia a nau dos mantimentos.

chamada *S. Miguel*. Servia de piloto da armada Pero d'Alemquer, homem mui experto nas cousas do mar, que exercera o mesmo officio na viagem de Bartholomeu Dias. Foram até o caes acompanhados em procissão pelos frades da ermida, por diversos sacerdotes e por muito povo (1). Embarcaram ao todo umas 170 pessoas, das quaes apenas 67 tornaram a ver a sua patria.

Bartholomeu Dias, que ia a S. Jorge da Mina, seguiu com elles até pouco além das ilhas do Cabo Verde. Rumando então Vasco da Gama para o Sul, lançou ferro na Bahia de S. Helena (na costa da Africa, ao sul do parallelo trinta) afim de observar a altura do sol, pois era difficil toma-la a bordo, porque os navios eram pequenos; e os instrumentos, muito imperfeitos (2). No dia 20 de novembro dobrou sem muita difficuldade o Cabo da Boa Esperança; queimou, conforme as ordens que trazia, a nau S. Miguel na Angra de S. Braz; soffreu uma tormenta, e, no primeiro de março, aportou a Moçambique, estação para a mina de Sofala. Passára Vasco pela altura de Sofala sem a ver, porque a tempestade o tinha arrojado ao alto mar. Em Moçambique obteve do Xeque dois pilotos que em breve fugiram. Assustou por meio da artilharia os naturaes, que se mostravam hostis, e, recebendo de novo um dos dois pilotos, velejou para

(1) Vide a bella descripção que Luiz de Camões, canto X, 31 e seguintes, faz desta viagem.

(2) Os primeiros descobrimentos maritimos de Portugal foram realizados sem instrumentos de astronomia, servindo de rumo a costa; quando, porém, se quiz navegar mais ao alto, reconheceu-se a necessidade de guiar-se pelo sol. Por ordem então de D. João II arranjaram de algum modo o astrolabio o mestre Rodrigo e o judeu Josepe, ambos medicos do rei, bem como um tal Martim da Bohemia, que se gloriava de ter sido discipulo de Joanne de Monte Regio, mais conhecido sob o nome de Regiomontanus. Inventaram estes tres o modo de navegar por altura do sol, e formaram taboadas para a sua declinação. O instrumento de Vasco da Gama era um astrolabio de madeira que tinha tres palmos de diametro, e se armava em tres paus á maneira de cabrea. Vide J. de Barros, Dec. I, liv. IV, cap. III.

Mombaça, onde, encontrando muita desconfiança, escapou de cahir victima de uma cilada. Como o piloto se tivesse evadido mais uma vez, capturaram os portuguezes uma embarcação de mouros, pelos quaes foram guiados até Melinde, onde assentaram pazes e amizade com o rei do logar. Pozeram nessa cidade um padrão; alcançaram um piloto, e, dirigindo-se para a India, surgiram, por fim, diante de Calicut.

Era Calicut, nessa epoca, metropole da India. Do seu soberano, que assumia o titulo de *Samorim* (Çamorij), *imperador*, dependiam quasi todos os reis daquelle vasto e rico paiz, cujos habitantes professavam a idolatria. Os mouros eram estrangeiros da Arabia, do Egypto e de outros paizes, que lá residiam por causa do commercio. Mostrou-se o Samorim benevolo para com os portuguezes, e estava a ponto de concluir com elles um tratado de paz, de amizade e de commercio, quando, assustado pelas artimanhas dos estrangeiros, receiosos de perderem o monopolio que desfructavam, lhes armou ciladas, e os despediu.

Tocaram, na volta, os nossos mareantes em Melinde, cujo rei mandou um embaixador a D. Manuel; perderam em alguns baixos o navio S. Raphael, e dobraram o Cabo de Boa Esperança no dia 20 de março. Na altura das ilhas de Cabo Verde, apartou um temporal os dois navios. Nicolau Coelho, seguindo para Lisboa, entrou no Tejo a dez de julho; Vasco, tendo arribado á ilha de Santiago, deixou ahi o seu navio afim de que, depois dos concertos que exigia com urgencia, fosse levado para o reino. Elle, no entretanto, velejou com uma caravela fretada para a ilha Terceira, onde lhe falleceu Paulo, seu irmão, que já andava doente. Lançando finalmente ferro no Tejo (29 de agosto de 99), dirigiu-se antes de tudo á ermida de Belém para dar graças a Deus por sua feliz viagem, sendo dahi a pouco recebido pelo rei com grande honra, festa e regosijo publico. Permittiu-se-lhe accrescentar ao escudo das suas armas uma peça das armas reaes, e foi agraciado com o titulo de *Dom*, de conde da Vidigueira,

e de Almirante dos mares da India, juntamente com a renda de trezentos mil réis annuaes, e outros privilegios de grande alcance.

Em consequencia do feliz resultado desta expedição, assumiu el-rei D. Manuel o titulo de — *Senhor da Navegação, da Conquista e do Commercio da Ethiopia, da Arabia, da Persia e da India*. Ergueu pela mesma razão na sua ermida de Belém, posta em Restello, um sumptuoso templo, que depois tomou por jazigo da sua sepultura. Fundára esta ermida o Infante D. Henrique, o qual a entregou a alguns padres do convento de Thomar com a obrigação de administrarem os sacramentos aos navegantes, especialmente quando estes partiam para terras longinquas. (1)

III

Usos e costumes de Portugal

23) **O governo de Portugal** — era monarchico-hereditario. Moderavam o poder do soberano as côrtes, que o rei convocava quando lhe parecia opportuno para tratar dos negocios mais graves da nação. Tudo dependia do throno, tudo delle procedia, e tornava a voltar para elle — Excusado é dizer que os portuguezes professavam com zelo exemplar a religião catholica apostolica romana.

24) **A legislação** — portugueza era contida no codigo *Manuelino*, assim chamado por ter sido D. Manuel quem o mandou redigir, reformando as *Ordenações Affonsinas* do méado do seculo anterior. *O codigo Philippino*, introduzido pelos hespanhóes no fim do sec. XVI, pouco accrescentou ao codigo Manuelino. Vale a pena ler o que escreve a respeito destes codigos o senador e eminente jurisconsulto Candido Mendes de

(1) Vide J. de Barros, O. C., Dec. I, liv. IV; Damião de Goes — Chronica de D. Manuel, parte I, cap. 23, 25—46.

Almeida na sua bella *Introducção ao Direito Civil-Ecclesiastico.*

25) **A jurisdicção** — primaria em cada terra era exercida pelos *juizes ordinarios*, mudados annualmente e eleitos dentre os *homens bons* ou pessoas mais gradas do concelho. Nas cidades e villas eram geralmente dois, e denominavam-se de *vara vermelha* por ser desta côr o distinctivo que deviam levar sempre comsigo. Estes mesmos juizes, unidos, pelo menos, a dois vereadores e a um procurador do concelho, constituiam a camara ou senado, que exercia o governo municipal e economico do mesmo concelho. Nas povoações menores, o procurador servia tambem de thesoureiro. Havia mais em cada concelho um escrivão e um *almotacé ou almotacel*. Este com pouca differença era o que hoje é o fiscal.

A autoridade dos juizes de vara vermelha cessava em parte quando se achavam na cidade os *juizes de fóra* ou lettrados que o rei mandava. Chamavam-se *de fóra*, porque não podiam ser da terra, nem taes que ahi tivessem parentes. Denominavam-se tambem de *vara branca*, porque o seu distinctivo devia ser de côr branca.

Entre os cargos de primeira classe enumerava-se o de *alcaides móres*, governadores militares das villas ou cidades. Em cada concelho havia um *alcaide pequeno*, que corresponde proximamente ao nosso delegado de policia. A Camara o escolhia dentre os propostos pelo senhor da terra. Uma parte da propria casa da Camara destinava-se, por via de regra, a ser o carcere ou prisão municipal, como ainda hoje se faz em diversos logares do Brazil.

Do tribunal de primeira instancia podia, no reino, appellar-se para a Casa do Civel, e desta aggravar-se para a da Supplicação e Desembargo do Paço. No Brazil, a principio, era o donatario quem tinha alçada, e conhecia das appellações e dos aggravos. Passou depois esta prerogativa ao governador geral, e mais tarde ao *Conselho da India;* quando, porém, foram

estabelecidas as Relações, ficou livre aos colonos appellar dellas ao Desembargo do Paço.

A Mesa da Consciencia e Ordens era um tribunal composto de um presidente e de cinco deputados theologos ou juristas. Organizado em 1532, competia-lhe aconselhar a Coroa relativamente ao regime dos estabelecimentos de piedade e caridade, das capellas, dos hospitaes, das ordens religiosas, da universidade, do resgate dos captivos, etc., etc.

26) **Aristocracia.** — A população livre de Portugal podia, nos primeiros annos do reino, dividir-se em *nobres e plebeus*. Subdividiam-se os nobres em *ricos homens e infanções*. Chamavam-se *ricos homens* os senhores que tinham vassallos ao seu serviço; *os infanções* eram nobres por linhagem ou fidalgos (filhos d'algo, de alguem), mas filhos segundos, e, por conseguinte, sem terras e pobres.—*As moradias*, estabelecidas por D. Manuel, eram pensões da casa real, concedidas aos descendentes dos ricos homens, infanções e plebeus. Os filhos dos antigos ricos homens admittiam-se na classe dos moços fidalgos, e, caso se illustrassem por algum feito honroso, podiam passar a fidalgos cavalleiros. Os filhos dos infanções entravam no serviço do rei em qualidade de moços da camara, e podiam subir a cavalleiros fidalgos. Os filhos dos plebeus começavam a sua carreira como jovens da estribeira, podendo aspirar a tornarem-se escudeiros, e até simples cavalleiros.

27) **Titulos.** — O titulo de *Dom*, contracção do latim *dominus*, *senhor*, dava-se no principio apenas aos reis, principes e ricos homens; foi, porém, ao depois, extendido ás pessoas distinctas por seus feitos, como sejam, v. g., o condestavel Nuno Alvares, Vasco da Gama e outros. Veiu com o correr do tempo a ser tão commum, que perdeu quasi todo o seu valor. No imperio do Brazil ficou sendo prerogativa dos bispos e da familia imperial. — O titulo de conde, *comes*, era antigamente

concedido com tanta parcimonia, que D. Diniz nomeou só dois; D. Fernando, cinco. D. João I, casado com uma ingleza, e desejoso de imitar a Inglaterra, adoptou o titulo de—*Duque*, instituindo os ducados de Coimbra e de Viseu. D. Affonso V creou os ducados de Bragança e de Guimarães; os dois primeiros *Marquezados*, a saber: o de Valencia e o de Villaviçosa; o primeiro *Viscondado*, que foi o de Villanova da Cerveira, e o primeiro *Baronato*, o de Alvito. No imperio do Brazil houve um só duque, o de Caxias; porém os barões, condes, viscondes e marquezes foram sem numero. Não ha hoje quem ignore ter a Republica acabado de uma vez com todos esses titulos, que tanto embaraçam os historiadores.

28) **Ordens religioso-militares.** — Existiam em Portugal tres destas ordens, a saber: *a de Christo*, creada por D. Diniz para substitui-la á suppressa dos Templarios, cujos bens herdou, e lhe foram em 1319 confirmados pelo papa João XXII. — *A de Santiago da Espada*, ramo, no principio, da do mesmo nome em Castella, da qual foi em 1288 desannexada pelo papa Nicolau IV. — *A de S. Bento*, vulgarmente de *Aviz*, fundada em 1146 por alguns particulares, e organizada em 1162 por D. Affonso I, que em 1181 lhe cedeu a cidade de Aviz. Em 1213 foi reunida á ordem de Calatrava, existente em Leão, da qual, a pedido de D. João I, a separou o papa Eugenio IV.

E' incontestavel que estas tres ordens prestaram a Portugal serviços mui relevantes. Seus membros eram verdadeiros religiosos, pronunciando, como taes, os tres votos de obediencia, pobreza e castidade. Alexandre VI, todavia, annuindo ás supplicas de D. Manuel, dispensou do voto de castidade os que pelo futuro recebessem o titulo de commendador. Era com certeza um passo decidido para a total secularisação dessas ordens (1).

(1) Damião de Goes, O. C., I, 17.

Tendo mais tarde D. João III «associado á coroa os grãos mestrados destas tres ordens, vieram seus bens a prestar-lhe muito mais meios de galardoar os serviços, e cumpre dizer que, em meio de alguns abusos inevitaveis á condição humana, foi isso de grande recurso para que não deixassem de ser recompensados muitos trabalhos e boas acções, que então se praticaram, especialmente nas colonias» (1).

29) **Misericordia** — Dona Leonor, viuva de D. João II, aconselhada por Frei Miguel de Contréras, seu confessor, e distincto religioso trinitario, fundou em 1498 a *Misericordia de Lisboa*. O compromisso da confraria de Nossa Senhora da Misericordia, modelado em parte pelo de instituição analoga, que desde 1350 existia em Florença, afiançava aos desgraçados todas as promessas da Misericordia Divina. O seu intuito era recolher e curar os enfermos pobres, acompanhar os culpados sem defeza aos tribunaes e ao estrado do throno, e subir com elles, condemnados, os degraus do patibulo para lhes adoçar a affronta dos ultimos momentos. As donzellas infelizes recebiam dote para casar; as viuvas pobres, auxilio opportuno; os expostos, recolhimento e educação; os peregrinos necessitados, pousada e soccorros; os captivos, resgate e transporte para a patria; os mortos sem meios para se enterrarem, preces e sepultura. Vê-se, portanto, que o compito desta confraria era immenso e do maior alcance.

Tão pia e humanitaria instituição, na qual se alistaram em grande numero os primeiros nobres do reino, foi inaugurada no dia quinze de agosto de 1498 na capella da Virgem da Piedade, existente na Sé de Lisboa. D. Manuel, tomando-a sob a sua alta protecção, lançou para ella os alicerces de um sumptuoso edificio, acabado por D. João III em 1534. Enriqueceram os nossos monarchas esta instituição de numerosos e mui consideraveis privilegios. Sobre o modelo

(1) Varnhagen, pag. 155

da de Lisboa se fundaram em seguida todas as outras Misericordias, tanto do reino como das possessões ultramarinas. A primeira que possuiu o Brazil, foi a de Santos, cuja fundação, devida a Braz Cubas (1537), confirmou um alvará regio em 1551 (1).

EPOCA I

Tempos primitivos da Historia do Brazil

I

Descobrimento do Brazil

30) **Cabral.** — Desejando o rei D. Manuel assegurar o commercio da India, e propagar naquelle paiz a religião christan, mandou apromptar uma grande armada, a maior que tivesse até então sahido do Tejo para expedições longinquas; pois constava de dez caravelas, e de trez navios redondos, tripulados por 1200 ou, segundo outros, 1500 homens. Confiou a sua direcção a Pedro Alvares (os antigos escreviam Pedralvares), incumbindo-o de pedir ao Samorim licença de prégar a fé christan e praticar o commercio sob pena, si a recusasse, de lhe pôr ferro e fogo e lhe fazer crua guerra. Devia tambem Cabral estabelecer em Calicut uma feitoria para a qual eram destinados Ayres Corrêa, almoxarife da armada, como feitor; Gonçalo Gil Barbosa e Pedro Vaz Caminha, como escrivães.

No dia oito de março de 1500, passou o rei com toda a sua côrte a ouvir missa na ermida de Belém. Ahi quiz bondosamente conservar dentro da cortina perto da sua real pessoa a Pedro Alvares, emquanto Diogo Ortiz, Bispo de Ceuta, celebrava missa pontifical, e prégava um sermão sobre os descobrimentos e as conquistas. Depois da Missa, benzeu Ortiz a

(1) Vide Rebello da Silva — *Historia de Portugal* — vol. V, pag. 482.

bandeira da Ordem de Christo, que, durante a funcção, estivera arvorada no altar: entregou-a então ao rei, que a passou a Cabral. Seguiram em procissão solemne até ao caes, onde Cabral e os outros principaes se despediram do monarcha, beijando-lhe a mão. A frota, no entretanto, salvava com todo o enthusiasmo, e um povo immenso assistia a este espectaculo nunca em tempos andados visto no Tejo. Embarcaram, entre outros, oito missionarios capuchos, oito capellães, e um vigario que devia ficar em Calicut.

Relativamente aos commandantes dos navios, não concordam os autores; costumam, porém, indicar os nomes seguintes: Cabral, chefe da expedição; Sancho de Thoar, immediato de Cabral no mando supremo; Nicolau Coelho, que acompanhára Vasco da Gama; Bartholomeu Dias, o descobridor do Cabo de Boa Esperança; Diogo Dias, irmão de Bartholomeu; Simão de Miranda Azevedo, Braz Mattoso ou Ayres Gomes da Silva, Simão de Pina, Nuno Leitão, Pedro de Athayde, Luiz Pires, Vasco de Athayde, André Gonçalves ou Gaspar de Lemos, capitão do navio dos mantimentos. Os irmãos, Bartholomeu e Diogo Dias, eram incumbidos de levantar uma feitoria em Sofala, mas Bartholomeu pereceu durante a viagem, conforme havemos de ver.

Embarcaram no dia oito; os ventos, porém, não consentiram que sahissem do Tejo até o dia seguinte. Na altura das ilhas do Cabo Verde, desgarrou-se do resto da esquadra um navio, que chegou a Lisboa avariado. João de Barros, Damião de Góes e outros pretendem ter sido o de Luiz Pires, e que se apartou dos outros na occasião de um temporal; Caminha, todavia, affirma que foi o de Vasco de Athayde *sem haver tempo forte, nem contrario para poder ser*. Conformando-se com suas instrucções, procurou Cabral, passado o golpho de Guiné, afastar-se da costa da Africa para evitar suas morosas e doentias calmas.

Arrastado deste modo além do que desejava pelas correntes oceanicas, ainda não conhecidas, ficou no

dia 21 de abril, terça feira depois da Paschoa, surprehendido com signaes de proxima terra (1). Eram passaros, hervas, paus fluctuantes, etc. No dia 22 lobrigaram nossos mareantes uma alta montanha redonda (era o cume mais alto da serra dos aymorés), e um negrume comprido que indicava a costa de uma nova terra. A' vista de semelhante facto, reuniu Cabral seus navios, que lançaram ferro a seis leguas da praia, e, em attenção á solemnidade da Paschoa, que acabava de passar, deu áquella altura o nome de *Monte Paschoal*, e á terra o de *Vera Cruz*, mudado posteriormente pelo de *S. Cruz*. No dia 23 fizeram rosto para aquella banda na direcção do que mais tarde se chamou *Rio do Frade*, fundeando á meia legua da costa. Como Nicolau Coelho fosse sondar o rio, travou as primeiras relações com os selvagens que andavam pela praia, e deu-lhes alguns objectos a troco de outros; mas, porque não lhes entendia a lingua, só por meio de acenos poude communicar com elles. Havendo Coelho reconhecido que o rio não offerecia fundo sufficiente nem sequer para as menores embarcações da armada, e visto soprar rijo sudéste, singrou no dia 24 em ala a frota umas dez leguas para o norte. Os vasos menores, como era natural, correram perto da costa. Chegaram nesse mesmo dia á enseada que denominaram *Porto Seguro*, conhecida hoje pelo nome de *Coroa Vermelha* e de *Porto de S. Cruz*. De tarde entraram na bahia os vasos menores, surgindo os mais á uma legua dos arrecifes existentes na entrada do porto.

Enviado Affonso Lopes a examinar essa enseada, prendeu dois moços indigenas que andavam pescando em uma almadia, e os levou a Cabral. «E sendo Affonso Lopes, nosso piloto, em um daquelles navios pequenos, por mandado do Capitão-mór, por ser

(1) Que o descobrimento do Brazil fosse obra do acaso hoje não se pode mais duvidar. Vide Rev., vol. XV, pag. 125; e vol. XVIII, pag. 279.

homem vivo e experto para isso, metteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro; e tomou em uma almadia dois daquelles homens da terra, mancebos e de bons corpos; e um destes trazia um arco, e seis ou sete setas; e na praia andavam muitos com seus arcos e setas, e não lhes aproveitaram. Trouxe-os logo, já de noite, ao Capitão, onde foram recebidos com muito prazer e festa. A feição delles é serem pardos, maneira de vermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andavam nus, sem nenhuma cobertura.... O Capitão, quando elles vieram, estava assentado em uma cadeira, com uma alcatifa aos pés por estrado, e bem vestido, com um collar de ouro mui grande ao pescoço, e Sancho de Thoar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Ayres Corrêa e nós outros, que aqui na nau com elles imos, assentados no chão por essa alcatifa. Accenderam tochas, e entraram; e não fizeram nenhuma menção de cortezia, nem de falar ao Capitão, nem a ninguem. Porém um delles pôz olhos no collar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra, e depois para o collar, como que nos dizia que havia em terra ouro. E tambem viu um castiçal de prata, e assim mesmo acenava para a terra. Mostraram-lhes um papagaio pardo, que aqui o Capitão traz, tomaram-no logo na mão, e acenavam para a terra, como que os havia ahi. Mostraram-lhes uma gallinha, quasi haviam medo della, e não lhe quizeram pôr a mão; e depois a tomaram como espantados. Deram-lhes ali de comer pão e pescado cozido, confeitos, pasteis, mel e figos passados; não queriam comer daquillo quasi nada, e alguma cousa, si a provavam, lançavam-na logo fóra. Trouxeram-lhes vinho por uma taça; pozeram-lhe assim a boca tão-a-lavez, e não gostaram delle nada, nem o quizeram mais. Trouxeram-lhes agua por uma albarrada; tomaram della senhos (ambos) bocados, e não beberam. Somente lavaram as bocas e lançaram fóra. Viu um delles umas contas de rosario brancas; acenou que lhas dessem, e folgou muito com ellas, e

lançou-as ao pescoço. E depois tirou-as e embrulhou-as no braço, e acenava para a terra; e então para as contas e para o collar do Capitão, como que dariam ouro por aquillo. Isto tomavamos nós assim pelo desejarmos, mas, si elle queria dizer que levaria as contas e mais o collar, isto não queriamos nós entender, porque lho não haviamos de dar. E depois tornou as contas aquem lhas deu. E então estiraram-se assim de costas na alcatifa a dormir.... O Capitão lhes mandou pôr ás suas cabeças senhos (dois) coxins.... ...e lançaram-lhes um manto em cima. E elles consentiram e jouveram e dormiram» (1).

Restituiu-lhes Cabral, na manhan seguinte, os arcos e as frechas; deu-lhes de presente uma camisa nova, uma carapuça vermelha, um rosario de osso, uma campainha e alguns guizos. Depois de entrar toda a armada no porto, e de se reunirem os chefes a conselho na capitanea, dispediram cortezmente os dois indigenas, que correram a esconder seus thesouros no matto. Voltaram, porém, dentro em breve para a praia, onde já se reunira avultado numero de selvagens inoffensivos, e todos de leve se familiarisaram com seus hospedes. Eram os tupiniquins. Durante os oito dias que a esquadra alli se demorou, tudo correu muito regularmente e na melhor harmonia. Forneceram-se os portuguezes de agua e de lenha; distribuiram os mantimentos para os diversos navios; construiram uma grande cruz, e tomaram posse da terra em nome do rei de Portugal. Mostraram-se os selvagens muito mansos e alegres, obedecendo de prompto ao que os nossos lhes indicavam, ajudando de bom grado a fazer aguada, observando cada cousa com muita attenção, e trocando seus cocáres, arcos, frechas, araras, papagaios, etc. por diversas bugiarias, taes como braceletes, manilhas, guizos, rosarios, chapéus, carapuças, e particularmente espelhos. Manifestaram por diversas vezes o desejo de visitar os navios, e de passar nelles a noite,

(1) Carta de Pedro Vaz Caminha ao rei D. Manuel.

sendo admittidos sempre em numero mui limitado; elles, porém, nunca consentiram que algum dos hospedes ficasse em terra durante a noite. Dos portuguezes, grangearam particularmente a sympathia dos indios o degradado Ribeiro, e Diogo Dias: aquelle, por seus presentes que o Capitão-mór lhe entregava para captar a affeição dos barbaros; este, por seu genio folgazão; pois dançava com elles, dava suas cambalhotas, saltos mortaes, etc. Ambos, por ordem de Cabral, chegaram mais de uma vez até ás aldêas, mas, bem que recebidos com agrado, foram sempre despedidos antes de anoitecer.

31) **Primeira missa e posse.** — No dia 26, Domingo de Paschoela ou in Albis, foi por Frei Henrique de Coimbra, superior dos missionarios franciscanos, e mais tarde bispo de Ceuta e confessor do rei, celebrada com muita solemnidade a primeira missa, e prégado o primeiro sermão em uma ilhota que hoje se chama *Coroa Vermelha*. Repetiu Frei Henrique esta mesma solemnidade, missa e sermão, no primeiro de maio, ao pé de uma grande cruz, erguida no continente afim de tomar posse da terra para a coroa de Portugal. Enfeitaram essa cruz com a esphera armillar, divisa do rei D. Manuel. Apezar do costume, e das ordens baixadas outrora por D. João II, Cabral não levava algum padrão de pedra, porque não ia descobrir novas terras, mas subjugar as já conhecidas.

Depois de ouvir seus conselheiros, mandou Pedro Alvares repartir os mantimentos entre os diversos navios; despachou para Portugal André Gonçalves ou, como outros querem, Gaspar de Lemos, e deixou na terra dois degradados que ficaram chorando na praia. Um delles, tendo apprendido a lingua brazilica, foi posteriormente de grande vantagem, e logrou tornar a ver a sua patria. Ficaram na terra tambem dois grumetes, que de noite tinham fugido de um dos barcos, levando o esquife. Tanto destes como do outro degradado, nada mais diz a historia. No dia dois de

maio seguiu a armada caminho da India, e, na altura do Cabo de Boa Esperança, soffreu uma tormenta em que pereceram quatro vasos, sendo um delles o de Bartholomeu Dias. E' a este desastre que allude o Adamastor de Camões nos versos seguintes:

«E na primeira armada que passagem
Fizer por estas ondas insoffridas,
Eu farei de improviso tal castigo,
Que seja mór o damno que o perigo.
Aqui espero tomar, si não me engano,
De quem me descobriu summa vingança.» (1)

32) **Em resumo.** — No dia 21 de abril, terça feira de Paschoa, encontrou Cabral signaes de proxima terra. No dia 22, quarta, avistou a terra, e surgiu a seis leguas da praia com dezenove braças de fundo. No dia 23, quinta, chegaram perto da costa, travando as primeiras relações com os selvagens. No dia 24, sexta, navegando para o norte, fundearam: alguns fóra, outros dentro de Porto Seguro, onde prenderam dois indigenas. No dia 25, sabbado, entrou toda a armada no porto, indo á terra dois degradados em companhia dos dois selvagens. No dia 26, domingo, cantou-se a primeira missa, e prégou-se o primeiro sermão. No dia 27, segunda, sahiram muitos a fazer aguada. No dia 28, terça, foram procurar lenha. No dia 29, quarta, desembarcou unicamente Sancho de Thoar, estando os outros occupados na baldeação dos mantimentos. No dia 30, quinta, buscaram mais agua e lenha. No dia primeiro de maio, sexta, tomaram posse da terra, erguendo a cruz, e celebrando a segunda missa. No dia dois, sabbado, fizeram-se de vela para a India.

33) **Fim de Cabral.** — O resto da viagem desta armada não vem ao nosso intento. De Cabral sabemos que no dia quatro de abril de 1502, em premio de seus serviços, recebeu, do rei D. Manuel, duas tenças:

(1) Canto V, XLIII

uma de treze, outra de trinta mil réis. Incumbido nesse mesmo anno de emprehender uma segunda viagem á India, desculpou-se por não lhe agradar o regimento que o monarcha queria dar-lhe. Partiu, pois, em seu logar o já benemerito Vasco da Gama. Desta epoca em diante, só sabemos delle que em 1518 ainda era vivo, e a titulo de moradia desfructava a pensão de 2,437 rs. mensaes. Em 1839 descobriu Varnhagen o sepulchro de Cabral na sachristia do convento da Graça, em Santarem (1).

34) **Viagens hespanholas, anteriores á de Cabral** — Obriga-nos a imparcialidade a referir que antes de Cabral parte da costa do Brazil fôra já visitada pelos hespanhóes, Alonso de Hojeda, Vicente Yanes Pinzon e Diogo de Lepe.

Alonso de Hojeda, 1499—o primeiro hespanhol que se aventurou a passar a linha equinoxial, dirigindo-se ás Indias Occidentaes, encontrou, no dia 27 de junho, a cinco graus, proximamente, ao sul do equador, uma terra alagada que se suppõe ser a foz do Rio das Piranhas, do Apody ou do Assú no Rio Grande do Norte. Tentou seguir pela costa abaixo no rumo de lessuéste, mas, não logrando vencer a força das correntes, fez-se ao largo, indo, como parece, tomar terra em Cayenna. Segundo Herrera, Hojeda teria partido do porto de S. Maria no dia 20 de Maio de 1499; porém Americo Vespucci, que o acompanhava juntamente com o celebre piloto João de la Cosa, affirma terem sarpado de Cadiz no dia 10 de maio desse mesmo anno.

(1) Vide Rev., vol. II, pag. 139, onde se lê o epitaphio de Cabral. Vide tambem Mello Moraes—*Chorographia do imperio do Brazil*,—Tomo I, pag. 74.

Para a historia exacta, minuciosa, e evidentemente veridica do descobrimento do Brazil, é preciosa a carta de Pero Vaz Caminha, nomeado escrivão da feitoria que desejavam fundar em Calicut. Data Caminha a sua carta de Porto Seguro, na ilha de Vera Cruz, porque cuidavam que a terra encontrada fosse uma ilha. E' de observar que esta carta ficou desconhecida até 1817 quando o P. Ayres do Casal a publicou pela primeira vez.

Vicente Yanes Pinzon, 1500 — já companheiro de Colombo no descobrimento do Novo Mundo, unindo-se a Ayres Pinzon, seu sobrinho ou irmão, obteve dos Reis Catholicos licença de acommetter uma nova viagem com a condição de não tocar nos dominios do Genovez. Armaram á sua custa quatro caravelas; sahiram do porto de Palos no dia treze de dezembro de 1499; passaram pela ilha de Santiago no Cabo Verde, e, a 26 de janeiro de 1500, descobriram um promontorio que denominaram *S. Maria de la Consolacion*. Seguindo desse logar para o norte, entraram em um rio mui largo, onde foram atacados ferozmente pelos indigenas que lhes mataram oito tripulantes, ferindo a muitos. Acharam em seguida um rio tão grande, que o distinguiram com o titulo de *Mar Doce*. Encheram as pipas e, sendo recebidos com agrado pelos habitantes hospitaleiros e confiados, retribuiram-lhes vilmente esta bondade apoderando-se de 36 delles, e levando-os a vender como escravos. Avistaram mais adiante um Cabo a que deram o nome de S. Vicente, conhecido depois pelo de Fumos, e hoje pelo de Orange. Subiram a final por um rio a que deixaram o nome de Vicente Pinzon, chamado mais tarde *Wiapoc* ou *Oyapock* pelos francezes. Está um grau e trinta minutos ao norte da equinoxial. Reconhecendo Pinzon, no golpho de Pariá, que essa paragem era conquista de Colombo, recolheu-se com dez mezes e meio de viagem, e com menos dois navios que perdera em uma tempestade.

Diogo de Lepe, 1500—sarpou de Palos em dezembro de 1499; visitou uma enseada do norte, um mez pouco mais ou menos depois de Pinzon, e perdeu dez pessoas em um assalto do gentio, ainda irritado pela crueldade de quem o havia precedido. Traficando annos depois na costa da Africa, foi este Lepe preso e enforcado pelos portuguezes.

Do que acabamos de relatar póde inferir-se que o Brazil, particularmente o Amazonas, e talvez outrosim o actual Maranhão, foi descoberto pelos hespanhóes

antes de o ser pelos portuguezes. A gloria, comtudo, do descobrimento da Terra de S. Cruz tem ficado com justiça a Portugal, já porque os hespanhóes apenas passaram por suas costas, e Cabral tomou posse solemne do paiz, já tambem porque o feliz descobrimento, realizado pelos nossos mareantes, foi dentro em breve annunciado officialmente á Europa. Si a Haspanha, portanto, *gosa da anterioridade chronologica*, a Portugal cabe a *anterioridade social*.

Questões accessorias

35) **O verdadeiro Porto Seguro** — o logar em que fundeou Cabral, é conhecido hoje pelo nome de *Enseada da Coroa Vermelha ou Porto de S. Cruz*, e está umas quatro leguas ao norte da actual cidade de Porto Seguro. Esta é a posição do ancoradouro de Cabral conforme a indicaram e descreveram Pedro Vaz Caminha em 1500, Pedro de Magalhães Gandavo em 1576, o P. José de Anchieta em 1584, Gabriel Soares de Souza em 1587, o P. Fernão Cardim em 1585, e Manuel Pimentel em 1762. No entretanto Varnhagen, que em 1840 publicára um opusculo em abono destas mesmas idéas, mudou de opinião desde que recebeu o titulo de *Porto Seguro*, escrevendo, contra o seu proprio parecer antecedente, um trabalho inserido na *Rev.*, vol. XL, part. II, pag. 1.

Qual seria o motivo que induziu o illustre titular a pôr-se de um modo pouco airoso em contradicção comsigo mesmo? Talvez o ter examinado melhor a questão, e visto a verdade? Neste caso mereceria louvor, porque *sapientis est mutare consilium*. Como, porém, não apresenta nenhuma razão plausivel, parece ter-se guiado só pelo desejo de ennobrecer o logar do seu titulo, identificando-o com aquelle em que fundeou o descobridor do Brazil. Tal, ao menos, é a opinião exposta francamente pelo conselheiro Beaurepaire Rohan em uma bella memoria, em que o combate triumphalmente, e que se acha na *Rev.*, vol. XLIII, parte II

pag. 5. A razão, sobre que se baseia o Sr. Beaurepaire, é que o actual Porto Seguro não corresponde de nenhum modo ás indicações dadas por Caminha, quer quanto á largura, quer quanto ao fundo e ás outras qualidades da enseada. Accrescenta o Conselheiro que, dispondo Varnhagen de todos os meios para explorar a paragem, devia examina-la com grande cuidado, si na sua mente pairasse a minima duvida a este respeito. Nada, porém, fez. E', pois, signal que mudou de opinião por um fim secundario. Vê-se, portanto, que Varnhagen nem sempre escrevia a historia como ella é, mas segundo desejava que fosse, e isto havemos de ver muitas vezes no curso desta obra.

Tentou o P. Ayres do Cazal substituir o nome de *Bahia Cabralia* aos nomes de *Enseada da Coroa Vermelha*, e *Porto de S. Cruz*, mas o imitaram apenas Monsenhor Pizarro, o Visconde de Cayrú, e o contra-almirante francez, E. Mouchez, em seus trabalhos relativos á costa do Brazil. Assim este nome de *Bahia Cabralia* é totalmente desconhecido na localidade.

36) **Rio do Frade.**—Lê-se na *Chronica da Provincia da Arrabida*, escripta por Frei Antonio da Piedade, que no anno de 1503 vieram a Porto Seguro, onde já existia uma povoação, dois franciscanos, os quaes construiram uma egreja e duas casinhas. O gentio, levantando-se, matou alguns portuguezes (1505) e os dois religiosos. Além disto, vestindo os barbaros o burel, deram-se a passear pela praia afim de enganar os colonos que tinham escapado ao morticinio.

Passados alguns annos, chegaram a Porto Seguro mais dois franciscanos, desta vez, italianos. Internando-se pouco depois pelo sertão, afogou-se um delles em uma corrente de agua que por isto se chamou *Rio do Frade*. Este segundo facto se teria dado em 1515. O P. Jaboatão, do qual o tiraram o Agiologio Lusitano e o P. Telles, affirma que o morticinio teve logar no dia 19 de junho de 1505. O Padre José de Anchieta em 1584 conta este mesmo caso do morticinio

e do afogamento, mas não distingue entre os portuguezes e os italianos. O P. Nobrega em uma carta fala do segundo facto sem mencionar o primeiro. O Sr. Vasconcellos admitte como certo o primeiro facto, e duvida do segundo pela razão de não se achar elle na *Storia delle missioni dei Cappuccini*, escripta pelo R. P. Roco de Cesinali, em que o escriptor trata da vinda daquelles PP. para o Brazil. Todos estes autores suppõem que ambos estes desastres tiveram logar em Porto Seguro ou pouco longe de lá. No entretanto Varnhagen, sem assignar razão alguma, pretende ter acontecido no Rio de Janeiro, e Capistrano de Abreu, estribando-se em algum mappa antigo, opina que tudo isto se refere á *Bahia da Traição*, a qual, segundo Gabriel Soares, recebeu este nome, porque ahi o gentio matou alcivosamente alguns castelhanos e portuguezes. Declara categoricamente, segundo o seu costume, Frei Gaspar da Madre de Deus, nas Memorias para servir á Historia da Capitania de S. Vicente, pag. 16, n. 26, que o *Rio do Frade* não existe ao norte do Rio de Janeiro, mas ao sul de fronte da *Ilha Grande*, e que os factos de que tratamos neste numero nunca se deram. Não reflectiu o bom do monge que *affirmatio unius non est exclusio alterius*. Merece, todavia, desculpa, porque não conhecia os documentos que hoje nós podemos citar.

37) **Quem levou a noticia a Portugal?**—Infelizmente os autores não são accordes a respeito do nome desse mensageiro. Gaspar Corrêa assegura que foi *André Gonçalves;* outros, entre os quaes J. de Barros e Damião de Góes, affirmam ter sido *Gaspar de Lemos*. Como, porém, estes tiraram suas informações de Castanheda, que escreveu antes delles, a questão resume-se em decidir qual dos dois escriptores, isto é, Castanheda e Gaspar Corrêa, tenha de ser preferido. Os antigos em geral seguiram o primeiro; hoje dão a precedencia ao segundo por ser mais exacto, e ter

vivido na India desde 1512, etc. (1). Refere este o seguinte: «O Capitão-mór tornou a mandar ao reino o navio de André Gonçalves com a nova a El-Rei desta nova terra que descobrira; e mandou homens e mulheres; e moços, e suas rêdes, e vestidos, e dois papagaios grandes, e de outros mais pequenos. O mantimento da terra era milho, e o navio carregado de paus vermelhos *aparados* que eram mui pesados, a que chamam brazil, por sua vermelhidão ser fina como a braza. E mandou André Gonçalves que fosse correndo a costa sempre emquanto podesse, e trabalhasse por lhe ver o cabo (fim), o que elle assim fez; e doscobriu muito della, que tinha muitos bons portos e rios, e escrevendo tudo, e as sondas e signaes com que tornou a El-rei».

Havendo Cabral assentado em conselho que não se mandaria indigena algum, não é provavel que André Gonçalves tomasse esses homens, mulheres e moços em Porto Seguro. Cumpre, pois, suppôr que os recebeu em algum ponto da costa do norte em que tocou ao regressar.

A circumstancia de levar este navio toros de pau brazil já *aparados* é assaz para notar, e poderá fornecer assumpto a discussões e conjecturas muito interessantes (2).

38) **Anniversario.** — Cabe aqui discutir qual o motivo porque se introduziu em nosso paiz o costume de celebrar a chegada de Cabral a estas paragens no *dia tres de maio* em logar de ser no dia 22 de abril, dia propriamente anniversario do descobrimento. Varnhagen e alguns outros recorrem á suppressão dos dez

(1) Vide a Memoria de Candido Mendes na *Rev.*, vol. XXIX, parte II, pag. 5.—Vide tambem *O Brazil no sec. XVI*—por Capistrano de Abreu, trabalho publicado em 1880 na *Gazeta de Noticias*, e logo em folheto.

(2) Vide na pag. 31 a excellente obra—*Datas celebres e factos notaveis da Historia do Brazil por José de Vasconcellos, socio do Instituto Histor. etc., etc.* Pernambuco, 1890.

Lastimamos que, de uma obra tão boa, tenha até agora (1895) apparecido só o primeiro volume.

dias, ordenada pelo papa Gregorio XIII quando em 1582 corrigiu o calendario. Estes pretendem que em virtude desta suppressão deve ler-se *tres de maio* em vez de 22 ou antes 23 de abril. A nós parece, pelo contrario, que este recurso é *impossivel, inutil, desnecessario.*

Impossivel—1) porque, até aos nossos dias, ninguem se lembrou que essa reforma ou correcção fosse *retroactiva*, isto é, que podesse ou devesse applicar-se ás datas anteriores; pois, neste caso, dar-se-ia na Historia uma confusão indescriptivel. — 2) Si essa mudança se podesse fazer, não existe motivo para applica-la ás datas do mez de abril mais que ás de qualquer outro mez. — 3) A reforma do calendario teve logar no anno de 1582, quando o costume de se celebrar esse anniversario no dia tres de maio já existia entre nós desde muitos annos. Como, pois, explicar a introducção de um uso por meio de um facto assaz posterior á existencia desse mesmo uso? E' verdade que não temos nenhum documento para determinar a data dessa introducção, mas isto mesmo nos induz a crer que esse facto remonta ao principio da colonização do Brazil; pois, si fosse mais recente, quando a colonia já estava bem organizada, como incontestavelmente o era em 1582, existiria algum documento, relativo á primeira introducção de um uso nacional que se tem conservado até ao presente.

Affirmamos em segundo logar que este recurso ao calendario é *inutil*, porque nada explica. Com effeito, para, supprimindo dez dias, chegarmos ao dia *tres de maio*, é força partirmos do dia 23 ou 24 de abril, como o proprio Varnhagen admitte; mas a Terra de S. Cruz foi descoberta no dia 22, não no dia 23, em que apenas se travaram algumas relações estereis com os selvagens.

Em fim, este recurso é tambem *desnecessario*, porque a explicação que nos parece muito clara, é a seguinte: **Ao dia do descobrimento preferiram os colonos o dia da posse**, que, na sua opinião, se realizou no **dia tres de maio**. Tinham os colonos

formado esta opinião no sentir commum dos autores antigos, isto é, anteriores ao seculo XIX, os quaes, como não conhecessem a carta de Caminha, affirmaram que Cabral avistou a Terra de S. Cruz no dia **vinte e quatro de abril**, e que tomou posse **no dia tres de maio** (1).

39) **Nomes.** — Condecorou Cabral esta nova terra com o bello nome de *Vera Cruz* principalmente em memoria da Semana Santa que acabava de passar, porque tomou posse erguendo o symbolo da nossa Redempção, e acaso tambem, porque estava a chegar o dia tres de maio em que se celebra a festa da Invenção

(1) Os autores que tratam deste assumpto, podem dividir-se em duas classes. Uma é dos que, conhecendo a carta de Caminha, assignam o dia *vinte e dois* de abril ao descobrimento; *o primeiro de maio*, á posse. O mais antigo destes é o P. Ayres do Casal, que escreveu no principio do sec. XIX. Formam a *segunda classe* os autores que ignoravam a existencia desse precioso documento, publicado pela primeira vez em 1817. Estes se podem reunir em tres grupos *Ao primeiro* pertencem os que não designam dia, e são: Antonio Galvão, o P. Antonio de Vasconcellos, Berredo, Balthazar Telles, Manuel de Faria Souza e Frei Antonio de S. Romão. *Ao segundo*, alguns que marcam datas incriveis, como o autor da Noticia do Brazil e D. Antonio Caetano de Souza, os quaes dizem que foi no dia 25 de abril; Frei Bernardo de Brito, que, a 27 de abril; e Damião de Lemos de Faria Castro, que, a oito de maio. *O terceiro grupo*, o mais numeroso e de maior autoridade, dá o dia **vinte e quatro de abril** para o descobrimento; o dia **tres de maio**, para a posse. Estes são Jeronymo Osorio, bispo de Silves; Damião de Góes, Rocha Pitta, Frei Raphael de Jesus, Frei Gaspar da Madre de Deus, Affonso de Beauchamp, Pedro de Mariz, Luiz Coelho de Barbuda, Damião Antonio de Lemos, Francisco de Brito Freire, Fernão Lopes de Castanheda, J. de Barros e varios outros. Castanheda accrescenta a circumstancia de ser a ultima oitava da Paschoa; Barros, a de ser a segunda. O piloto que relatou a historia da navegação de Cabral, concorda no dia 24, e declara que era uma quarta feira do oitavario da Paschoa. Damião de Góes affirma que Cabral partiu no dia XXIIII de maio, mas é razoavel suppôr aqui um erro de imprensa, e ler IIII; donde se segue que, no ver desse autor, a posse foi tomada no dia tres.

E' facil deduzir de tudo isto como os antigos colonos suppunham que o descobrimento se tivesse realizado no dia **vinte e quatro de abril**, e a posse no dia **tres de maio**. Vide Rev., vol. XXII, pag. 230; e vol. X I. V, parte I, p. 161.

da Cruz. Mudou dentro em breve o rei este nome de *Vera Cruz* pelo de *S. Cruz*.

Brasil. — Começou a Terra de S. Cruz a ser officialmente denominada *Brazil* desde 1504 em consequencia da grande quantidade de madeira côr de *braza* (1) que nella se encontrou, e dentro em breve constituiu um ramo importante de commercio. Segundo Muratori (2), a palavra *brazil* foi pela primeira vez usada no anno de 1128 em um tratado entre os povos de Bolonha e de Ferrara; pois em uma resenha de mercadorias desse tratado figura a *grana de brazile*. A madeira era, todavia, conhecida na Europa, desde o sec. IX, como observa o illustre J. Mendes de Almeida (3), citando Renaudot e Albufeda, e dizendo que della se tirava a côr vermelha ou escarlate para as vestimentas regias, e as capas dos cavalleiros. Provinha essa madeira das ilhas Malaias, e formava um dos artigos do commercio do mar Vermelho.

Os tupys chamavam a arvore *Araboutan*, e com lavadura da sua cinza sabiam dar uma côr vermelha muito duravel; a madeira, porém, denominava-se *ibira-pitanga*, pau vermelho (4).

Brazileiros.—Quem se dedicava ao trafico do *pau-brazil* começou a chamar-se *brazileiro*, como se appelidavam *negreiros*, *pimenteiros*, *baleeiros*, *livreiros* os que se entregavam ao commercio dos negros, da pimenta, das baleias, dos livros, etc. Applicou-se, por-

(1) Nas instrucções que em 1501 deram a João da Nova a terra chamava-se *ilha da Cruz*. Na carta escripta por D. Manuel aos Reis Catholicos em 1501 denomina-se de *S. Cruz*; Empoli em 1504 dá-lhe o nome de *Vera Cruz ou Brazil*. Desde este anno o nome *Brazil* apparece em documentos portuguezes e allemães, e se vae generalizando cada vez mais.

(2) Annaes da Italia, tomo II, columna 894, 895.

(3) Notas Genealogicas.

(4) Parece que a palavra *brazil* tem duas origens: uma latina—*braza*—, outra celtica. Vide Capistrano de Abreu em suas notas á Historia do Brazil por Fr. Vicente do Salvador. Vide egualmente a bella dissertação de J. C. da Silva na Rev., vol. XXIX, parte II, pag. 5. Acha-se tambem alguma cousa a este respeito no vol. I, pag. 298, e vol. XLVII, parte I, pag. 119 da mesma Rev.

tanto, o epitheto de *brazileiros* a todos os colonos deste paiz em geral, porque muitos delles praticavam o commercio do *pau brazil*.

Brazilienses, *braziz*, *indios*.—O nome *brazilienses* que seria propriamente o patronymico de *Brazil*, ficou para indicar os indigenas. A denominação de *braziz*, introduzida pelos jesuitas, cahiu em desuso, supplantada pela mais seguida, posto que inexacta, de *indios*. Este ultimo nome deve a sua origem ao engano pelo qual no principio se suppôz que o paiz descoberto por Colombo fosse a costa oriental da India. Quando mais tarde se conheceu o erro, deu-se ao Novo Mundo o nome de *India Occidental*, e accressentou-se á verdadeira *India* o qualificativo de *Oriental*.

40) **Santa Maria de la Consolacion.** — Diz Herrera que o Promontorio de S. Maria de la Consolacion é o Cabo de S. Agostinho, e Macedo affirma que todos pensam deste modo. Berredo e Southey seguem Herrera, referindo que Pinzon o viu a oito graus e meio ao sul do equador. Parece, todavia, mais provavel que fosse, como diz Varnhagen, a *Ponta do Mocuripe*, vizinha á Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Ayres do Cazal (I. 26) quer que seja o Cabo do Norte, e tenta demonstra-lo citando Robertson, em nosso ver, com pouca fortuna.

Perto da foz do rio Oyapock mandou Carlos V levantar um padrão de pedra para determinar o limite entre o Brazil e as Indias de Castella. Descobriu esse padrão em 1723 João Paes do Amaral, capitão de uma das companhias cantonadas na praça do Pará. Os francezes occuparam a Ilha de Cayenna em 1635.

41) **Maranhão.**—E' muito difficil averiguar si o nome *Maranhão* proveiu de alguma palavra indigena adulterada, ou das façanhas praticadas nesse logar por algum hespanhol de egual appellido—*Marañon*—que desde muito antes existia na Hespanha, ou si foi dado ironicamente a algum fanfarrão que desse rio contava

proezas ou *maranhas* não acreditadas pelos outros. Limitar-nos-emos, portanto, a observar que hoje ninguem admitte mais a versão antiga, a qual derivava o nome *Maranhão* do facto, verdadeiro ou supposto, de ter um piloto perguntado a Pinzon *si ainda era mar*, e de ter este respondido: *Mar? ah! não!* Donde por corrupção se teria formado *Maranon* ou *Marañon*. Relativamente á questão da precedencia, Varnhagen tem por certo que esse nome se deu desde o principio ao actual *Maranhão*, ao qual, em seu ver, se referem todos os geographos e cartographos antigos. Berredo, todavia, parece inclinar-se á opinião opposta, isto é, que foi do rio denominado por Pinzon *Mar Doce* que o nome Maranhão se communicou á ilha de S. Luiz. Segundo este autor, os poucos que se salvaram na occasião do naufragio de Ayres da Cunha, de que falaremos, querendo, quando chegaram a Portugal, ennobrecer a sua desgraça, espalharam de se terem perdido na boca do rei dos rios.

II

Primeiras explorações

42) **Providencias.**— Embora não conste em que mez do anno de 1500 entrou no Tejo o navio encarregado de levar a fausta noticia do descobrimento desta nova terra; é certo, todavia, que com sua chegada causou grande prazer ao monarcha e a todo o reino. Deu, portanto, D. Manuel as providencias seguintes: —1) Mandou para a terra de S. Cruz uma frota exploradora, da qual dentro em pouco vamos tratar.— 2) Participou aos outros soberanos da Europa este grande facto. E' quasi certo que para isto esperou o regresso de Cabral; pois a carta dirigida aos Reis Catholicos leva a data de nove de julho de 1501.— 3) Alcançou do Papa Julio II (24 de jan. de 1506) o reconhecimento do tratado de Tordesilhas, bem como a confirmação dos direitos e privilegios de Portugal, relativos a seus descobrimentos.

43) **Frota exploradora, 1501.**—Compunha-se esta esquadra de tres caravelas, e era destinada a percorrer a costa do Brazil a fim de lhe conhecer a extensão, valor e qualidade. Não se sabe ao certo quem foi seu commandante. A maioria dos chronistas affirmam com pouca exactidão que fôra Gonçalo Coelho, e outros que Christovam Jaques. Varnhagen está por D. Nuno Manuel; parece, todavia, mais provavel ter sido André Gonçalves, o qual tivera occasião de conhecer parte da costa na viagem que acabava de fazer levando a fausta nova do descobrimento. Nesta frota, a unica que D. Manuel mandou pelo fim já mencionado, veiu a primeira vez ao Brazil o celebre navegante florentino, Americo Vespucci. Sendo estrangeiro, não é admissivel que fosse investido do mando supremo da expedição; é, porém, egualmente improvavel ter vindo como individuo subalterno da tripulação, porque, sobre ser cosmographo distincto, e ter juntamente com Hojeda (1497, 1498) explorado toda a costa desde Honduras até a Florida, o rei D. Manuel o convidara com muito empenho a passar de Sevilha a Portugal. (1)

A expedição partiu de Lisboa no dia dez de maio de 1501, tomando o rumo das Canarias, e, indo refrescar no porto de Bezénégue (Goré), nas ilhas de Cabo Verde, onde encontrou Cabral, que voltava da India. No dia sete de agosto fundeia a esquadra á meia legua distante de uma terra que se avistára nesse mesmo dia. Desembarcando, deparam com signaes de ser, a paragem, habitada; tomam posse da terra, e volvem aos navios. Vão no dia seguinte fazer provisões de agua e lenha, e avistam, sobre um pequeno

(1) Contestaram energicamente a vinda de Vespucci ao Brazil o conde de Santarem, e o P. Ayres do Cazal que chegou a trata-lo de impostor. Baseava-se Santarem no facto extranho de não se encontrar nos diversos archivos da Europa cousa alguma relativa a essa viagem. Varnhagen, porém, invocando o testemunho de autores contemporaneos, como Empoli, Pedro Martyr e Sebastião Caboto, demonstrou, com toda a evidencia, a realidade do facto. Tambem o Barão de Humboldt, no tomo III do seu *Exame Critico*, dissipou todas as duvidas que ainda podessem pairar sobre este assumpto.

monte vizinho, notavel numero de indigenas que recusam chegar até á praia; logo, porém, que os nautas se retiram, descem, e se apoderam das campainhas, espelhos e outros objectos deixados de proposito no logar. Accendem á noite grandes fogueiras por toda a costa, onde numero crescido delles se tinham juntado. Havendo outro dia (9) os nossos tentado de balde travar algumas relações com esse povo desconhecido, dois marinheiros obtiveram licença de entrar pela terra dentro com a condição de se demorarem só cinco dias. Nunca mais appareceram. Decorrido esse tempo, mandou o capitão-mór, no dia quatorze, á terra um escaler para ver si conseguia alguma noticia dos dois aventureiros. Como apparecessem numerosas mulheres, e dessem mostras de quererem negociar, resolveram mandar-lhes um mancebo muito esforçado, que sem demora metteram em um grande circulo, apalpando-o, e observando-o com a maior curiosidade e maravilha. Nisto desceu do outeiro outra mulher com um grande pau, e desfechou-lhe um golpe tal na cabeça, que o extendeu morto. Tomaram-no as outras pelos pés, arrastando-o ao monte. Os homens, que então appareceram, adiantaram-se até á praia, lançando um sem numero de frechas sobre os bateis, encalhados na arêa. Quatro tiros de bombarda os repelliram para o morro, onde as mulheres estavam moqueando o moço que tinham assassinado. A não ser o capitão-mór, que o prohibiu, ordenando o immediato levantamento das ancoras, quarenta valorosos iam vingar de prompto tão grande crueldade.

Varnhagen, tratando destas aggressões do gentio, observa que nesta occasião os nossos não foram os primeiros. Isto é verdade, quanto á esta expedição; mas, como provaria o Sr. Visconde que os barbaros não estavam irados por alguma injustiça anterior que algum outro europeu praticára?

Singrando a esquadra para o sul, chegou no dia 16 de agosto ao Cabo de S. Roque; no dia 28 do mesmo mez, ao Cabo de S. Agostinho; no dia 29 de setembro,

ao Rio S. Miguel; no dia 30, ao Rio S. Jeronymo; no dia 4 de outubro, ao Rio S. Francisco; no dia 21, ao Rio das Virgens; no primeiro de novembro, á Bahia de Todos os Santos, onde nossos mareantes collocaram um marco em um logar que até hoje conserva o nome de *Ponta do Padrão*. Baptizam a 13 de dezembro o Rio de S. Luzia (talvez o Rio Doce); a 21, o Cabo S. Thomé, e a 25 a Bahia do Salvador. Entram no primeiro de janeiro de 1502 em uma enseada que os naturaes chamavam *Guanabara* ou *Nitheroy*, e que o Capitão-mór, cuidando ser a foz de um grande rio, denominou Rio de Janeiro. Lançaram ferro no dia seis de 1502 em Angra dos Reis; a 20, na ilha de S. Sebastião; e a 22, em S. Vicente. De lá passaram á ilha que se tornou conhecida com o nome de Cananéa, e. (1)

(1) O Sr. Vasconcellos demonstra com muita clareza que nossos exploradores chegaram á terra no dia sete, não no dia dezeseis de agosto, e que essa parte da costa não é o Cabo de S. Roque, mas a parte superior do Rio Grande do Norte no logar chamado *Arraial do Marco*, a cinco graus, tres minutos e quarenta segundos de latitude sul. Verdade é que Vespucci affirma terem tomado terra na latitude de cinco graus, mas esta pequena differença explica-se facilmente, reflectindo que no principio do sec. XVI os instrumentos eram ainda muito imperfeitos.

Refere o Florentino que, seguindo para o sul, fizeram diversas entradas até chegar a um cabo que denominaram *S. Agostinho*, cabo que está a oito graus. Passa então immediatamente a falar de outro sitio, onde acharam grande abundancia de canna fistula, muito grossa, verde e tambem secca em cima das arvores; travaram relações com os barbaros; demoraram-se cinco dias, e levaram tres indios que consentiram em ir com elles a Portugal. Dahi em diante Vespucci, sem dar pormenores, nem mencionar logares, contenta-se de relatar que navegaram sempre á vista da terra, fazendo muitas entradas, tratando com infinita gente, e chegando até ao grau *trinta e dois* de latitude sul.

Como Vespucci refere unicamente o nome do Cabo de S. Agostinho, segue-se que para os outros nomes, indicados no texto, não ha certeza. E' apenas uma conjectura, acceita de todos, e que tambem nós havemos de acceitar, porque a tornam provavel o costume da epoca de baptizar cada novo logar pelo santo do dia, o nome dado ao Cabo de S. Agostinho, e o facto de acharmos, nas viagens seguintes, estes nomes indicados como já existentes e conhecidos.

O logar em que encontraram canna fistula, segundo Candido Mendes, seria o Vazabarris, no actual Estado de Sergipe. Opina o mesmo autor ter occorrido um erro de imprensa no numero *trinta e dois*

no dia dois de Fevereiro, surgiram perto do Cabo S. Maria no grau trinta e dois de latitude sul.

Aqui imaginaram que se acabava o continente, e, havendo esmorecido o chefe da expedição, a responsabilidade passou a Vespucci, que mandou prover as caravelas para uma viagem de seis mezes. Fizeram-se de vela a quinze de fevereiro no rumo de les-sueste, chegando até ao grau cincoenta e dois de latitude sul, e avistando no dia sete de abril uma nova terra, a qual, segundo Varnhagen, havia de ser a mesma que em 1775 Cook denominou *Georgia Austral*, ignorando, talvez, que em 1625 fôra visitada por Antonio Rocha, vindo de Chiloé, e que já levava o nome de *Ilha Grande de Rocha*. Encontrando Vespucci nessa altura um grande frio, medonha serração, e horroroso temporal, carregou sobre o rumo do norte; tocou em Serra Leôa (20 de maio) e nos Açores (fim de julho), entrando no Tejo a sete de setembro de 1502 com quinze mezes e 24 dias de viagem redonda. Queimára em Serra Leôa, por ser já incapaz de servir á navegação, uma das tres caravelas.

44) **Segunda expedição, 1503.** — Esta segunda expedição, que sahiu do Tejo a dez de junho de 1503, não era destinada a reconhecer a costa do Brazil, como alguns erradamente escreveram; mas a buscar uma nova passagem para a Asia, seguindo pelo sul do novo continente descoberto que se julgava terminar no cabo *S. Maria*, a léste da foz do actual Rio da Prata (1).

---

de latitude sul, sustentando não ter esta frota passado além de Cananéa, que está a *vinte e cinco*. Cremos, porém, que ninguem ou quasi ninguem adoptou esta opinião do illustre Senador.

Vide Vasconcellos, o. c., e a Rev., Vol. XLI, I parte, pag. 5.

(1) Si a esquadra precedente não tivesse passado além da ilha de Cananéa, não se comprehenderia como nasceu esta idéa de ir á Asia pelo sul do novo continente.

O seu commandante foi Gonçalo Coelho, e não Christovam Jaques, como por muito tempo se acreditou e escreveu (1). Constava de seis caravelas, e nella veiu de novo, esta vez como capitão de um navio, ao nosso paiz Americo Vespucci, que nos deixou a sua historia. Tendo refrescado nas Ilhas de Cabo Verde, fizeram-se de vela no rumo de sudoéste, e descobriram uma ilha que não pode ser sinão a de Fernão de Noronha (10 de Agosto). Como a capitanea batesse em um cachopo, e se alagasse durante a noite, ordenou Coelho ao Florentino que, deixado o seu navio, fosse com um escaler, e metade da sua tripulação ver si achava na ilha um porto de abrigo. Cumprindo Americo essa ordem, encontrou um excellente ancoradouro, porém não voltou a avisar disto o Capitão-mór, como era natural que devia fazer. E' que andava já desavindo com elle, e, talvez, buscasse o ensejo para a vingança, e separar-se. Passados oito dias, viu pelo mar fóra uma nau, da qual soube que a capitanea estava perdida juntamente com toda a carga, e Coelho seguira na direcção sudoéste.

Era a Bahia de Todos os Santos o ponto de juncção, designado nas instrucções, em caso de esgarramento; Vespucci, porém, em logar de partir immediatamente, como lhe cumpria, ficou ainda alguns dias na ilha a pretexto de tomar agua e mantimento Sarpou, afinal, para a Bahia de Todos os Santos com o seu navio, e com o outro que se lhe aggregára. Não achando ahi o Capitão-mór, velejou, passados dois mezes e quatro dias, até a um porto que, no ver de Varnh., foi o de Cabo Frio; o de Caravelas, no de Candido Mendes.

Demorou-se nesse porto cinco mezes; ergueu uma fortaleza em que deixou 24 homens; entrou pelo interior; carregou pau brazil, e voltou a Portugal, dando Coelho por perdido. Este, todavia, segundo refere Varnhagen baseando-se sobre diversas conjecturas, seguira para o sul até ao actual Rio da Prata; visitára numerosos e bellos portos, e entrára no Rio de Janeiro, onde, junto ao

(1) Vide Damião de Góes — Chr. de D. Man, Parte I, cap. LXV.

riacho que mais tarde se chamou *Carioca*, isto é, *casa do branco*, fundára um arraial. Gonçalo Coelho regressou a Portugal em 1506; serviu como escrivão da fazenda dos contos (thesouraria) de Lisboa, e dizem que escreveu um livro sobre o nosso paiz.

Americo Vespucci, que depois desta viagem se retirára para a Hespanha, falleceu em Sevilha a 25 de fevereiro de 1512.

45) **Armadores particulares.** — Suppõe-se que Fernão ou Fernando de Noronha ou Loronha, cavalleiro da casa do rei, fazendo em 1503 uma viagem por conta propria, descobriu a ilha que chamou de S. João (talvez por encontra-la no dia 24 de junho), e que hoje conserva o nome do seu descobridor. Elle foi o primeiro donatario desta ilha, recebendo-a do rei D. Manuel a 24 de janeiro de 1504. Deprehende-se da carta regia que o monarcha já tinha nessa data arrendado essa ilha ao dito Fernando. A doação foi confirmada por D. João III em 1522; porém, nem o donatario, nem seus successores trataram de coloniza-la. Reverteu á coroa provavelmente quando a restituiram os hollandezes, unicos que cuidaram no seu aproveitamento.

O mesmo Fernão de Noronha apparece como socio de Bartholomeu Marchioni, Benedicto Morelli e Francisco Martins, contractadores ou arrendatarios do pau brazil, na viagem feita pela *Nau Bretôa* em 1511. Capitão dessa nau foi Christovam Pires; escrivão, Duarte Fernandes; piloto, João Lopes de Carvalho, mais tarde companheiro de Magalhães na viagem em roda do Globo. Segundo suas instrucções deviam demandar a ilha da enseada de Cabo Frio; era-lhes prohibido permittir aos tripulantes que passassem ao continente, de medo que se deixassem ficar nelle, *como algumas vezes haviam feito*. Era-lhes tambem ordenado que tratassem bondosamente aos naturaes, nenhum dos quaes deviam levar á Europa, ainda que para isso se offerecessem, porque, quando na ausencia falleciam, cuidavam os outros que alguem os matára para os devorar, *segundo*

entre elles se costuma. A Bretôa, todavia, apoz uma viagem redonda de oito mezes, entrou no Tejo com trinta (outros dizem *cinco*) e tantos desses infelizes. A carga consistia em alguns animaes e passaros vivos, e cinco mil toros de pau brazil, que então se vendia em Portugal na razão de um a dois ducados a arroba.

46) **Visitas casuaes.** — Sendo o Brazil desde o principio considerado um ponto excellente de escala na viagem da India, não deixaram de aportar a elle, ou de costea-lo, os navios das primeiras armadas que iam para o oriente. De nenhuma dellas consta ao certo em que portos entraram, e quanto tempo se demoraram; sabe-se apenas pela tradição que a paragem commummente preferida era a enseada de S. Cruz, ao norte do actual Porto Seguro.

Mencionaremos só a de Affonso de Albuquerque, o qual em 1503 costeou o Brazil, e reconheceu a Ilha da Trindade, descoberta em 1501 por João da Nova que ia para a India como capitão-mór de quatro naus. Está em 20º 31' de latitude sul, e 13º 47' 57" de longitude léste do observatorio do Rio de Janeiro. Outros dizem que está em 20º 30' 32" de latitude sul, e 31º 57' de longitude oéste de Pariz. Perto della existem os tres rochedos de Martim Vaz.

Tem cinco kilometros de comprimento, um e oito decimos de largura, seis e oito decimos quadrados de superficie. O sólo é de natureza vulcanica, e muito accidentado. Entre suas montanhas escalvadas destacam-se *o Monumento, o Pão de Assucar e a Crista de Gallo.* A primeira mede duzentos e sessenta e quatro metros de altitude; a segunda, trezentos e noventa. Não achamos a altura da terceira. Na base de outra, cujo nome ignoramos, existe uma galeria, formada pela natureza, que tem cento e trinta e dois metros de comprimento, por onde atravessa o mar de lado a lado com grande fragor. Os recifes, que circumdam as praias desta ilha, tornam difficillimo o seu accesso.

O capitão inglez Edmundo Halley tomou em 1700 posse desta ilha em nome do seu governo. J. Cook fundeou na mesma a 28 de maio de 1775. Em 1781 os inglezes, occupando-a, trataram de coloniza-la, mas dentro em breve a abandonaram. Em 1782 ou 83 o governo portuguez, que protestára contra a occupação britannica, enviou para lá um presidio, e alguns colonos, os quaes não tardaram em reconhecer que a ilha não offerece nenhum terreno proprio para a lavoura. Foi por isto que em 1797 se retiraram todos, ficando a ilha em completo abandono. Em 1785 *Lapérouse* desceu nella para a reconhecer, dizendo lhe os portuguezes que a ilha nem agua podia dar.

Em nosso seculo visitaram esta mesma ilha da Trindade, os francezes: *Deveaux*, capitão do bergantim *La Jeune Sophie* (1817) com o qual se dirigia para a lha de França, Duperrey (1825), e Dumont D'Urville (1829); bem como os brazileiros Diogo Jorge de Brito (1825), commandante da corveta *Itaparica;* Manuel Maria de Bulhões Ribeiro (1846), commandante da corveta *Sete de Abril;* Arthur Silveira da Motta, commandante da corveta *Nitheroy* (1871); e João Antonio Alves Nogueira (1873), commandante da corveta *Bahiana.*

A' custa de sermos prolixo, damos estas informações, que extrahimos do volume quarenta da Rev., porque no mez de julho deste anno de 1895 ficámos pasmo com a noticia de terem os inglezes occupado esta ilha da Trindade, pretendendo pode-lo fazer impunemente por ser deshabitada!

47) **Visitas francezas.** — Tambem os francezes visitavam o Brazil, trazendo praticos portuguezes, e partindo principalmente de *Dieppe e de Honfleur.* De um desses navios, que se chamava *Espoir de Honfleur*, e era commandado por *Binot Paulmier de Gonneville*, temos noticias certas e circumstanciadas. Sarpando de Honfleur em junho de 1503 com destino á India Oriental, arribou ao Brazil; primeiro ao sul, em um logar

que se suppõe ser o Rio S. Francisco em S. Catharina; em seguida mais ao norte, talvez em Cabo Frio, e afinal nas immediações de Porto Seguro.(1). No primeiro logar deteve-se tres mezes, reparando os navios; ergueu uma grande cruz, e recebeu dois indigenas, promettendo voltar para os restituir dentro de vinte mezes. Um delles, chamado *Essomeric*, contava quinze annos de edade, e era o ultimo dos seis filhos de *Tuchnu*, chefe de uma tribu de carijós. O nome do outro, que tinha 40 annos, e devia servir de companheiro ao joven, era *Namoa*. Este morreu na viagem antes de ser admittido na Egreja de J. C.; o outro, estando gravemente enfermo, recebeu o baptismo *in extremis* com o nome de *Binot*. Na segunda paragem foi a tripulação do navio aggredida pelos barbaros, que mataram tres homens, e feriram quatro. Sendo no terceiro ponto acolhidos amigavelmente pelos selvagens, demoram-se tres mezes; carregam diversas mercadorias, e seguem para a Europa. Atacados na costa da Normandia por alguns piratas, defenderam-se como leões; mas perderam toda a carga, e o navio, que se despedaçou na costa, submergindo-se. Doze homens succumbiram no combate desigual que sustentaram, e quatro morreram logo depois em consequencia das feridas que receberam. De 60 homens que tinham embarcado, apenas 26 conseguiram ver de novo a sua patria. Como este desastre tornasse impossivel uma segunda viagem, Paulmier, que não tinha filhos, adoptou o joven Essomeric que, educado e ennobrecido, veiu a ser o tronco de uma larga descendencia.

Havia Portugal por diversas vezes, e com penas muito severas, prohibido a seus subditos o fabricar espheras terrestres, e marcar nos mappas as terras situadas ao sul do rio Manicongo e das ilhas de

(1) Diz o P. Anchieta que os francezes vieram a primeira vez á Bahia em 1504. Pode ter sido um João Deniz, de Honfleur, do qual se sabe que visitou o Brazil antes de 1508; mas, delle, apenas conhecemos o nome. Pode ter sido egualmente o nosso *Binot*, cujo nome, segundo pesquizas recentes de um francez, seria *Robinet le Paulmier*.

S. Thomé e Principe, bem como acceitar serviços nauticos em outras nações. Esperava obstar com isto á propagação dos conhecimentos maritimos na Europa, e á invasão de seus dominios pelos estrangeiros. Enganou-se; porque tudo pode a cubiça, e a *sacra auri fames*. Assim os destemidos navegantes de Honfleur e de Dieppe frequentaram cada vez mais os portos do Brazil, logrando estabelecer relações de amizade e de commercio com os indigenas, e obtendo resultados muito maiores do que os portuguezes.

Em 1509 foram levados a Ruão sete indios da Terra de S. Cruz. Em 1516 haviam chegado a Portugal taes noticias das viagens francezas ao nosso paiz, que o rei D. Manuel mandou por meio de seus agentes representar contra ellas na côrte de França. Tinham-se na verdade alguns armadores dessa nação tornado tão poderosos, que nem o mesmo governo podia reduzi-los á obediencia; e Portugal, depois de exgottar na França, perante os tribunaes, os parlamentos, e a propria coroa, todos os recursos do fôro e da diplomacia, viu-se obrigado a transigir e negociar com os corsarios. Os principaes destes eram um João Affonso, e o celebre João Ango, posteriormente visconde de Dieppe. Apezar de tudo isto, em 1521 o francez Hugo Roger emprehendeu com bom resultado uma viagem á costa do Brazil. Era no mesmo tempo Portugal informado de que os francezes preparavam outros navios, e, a onze de fevereiro de 1525, escrevia João da Silveira, embaixador portuguez junto ao rei Christianissimo, que armavam dez vasos com destino ao Brazil para se assenhorearem das embarcações que encontrassem. Estas noticias, conforme veremos, deram motivo á vinda de Christovam Jaques para a Terra de S. Cruz, tanto em 1516 como em 1526.

48) **A costa do norte.** — Foi, nestes tempos primitivos da nossa historia, explorada por navios portuguezes tambem parte da costa do norte além do Cabo de S. Roque; as informações, porém, a este

respeito, são muito vagas e escassas. Sabemos apenas de um João de Lisboa, e de um João Coelho das Portas da Cruz em Lisboa que visitaram aquelle littoral.

Podemos com toda a razão suppôr ter sido na occasião destas viagens, tanto no sul como no norte, que alguns mareantes, escapando de algum naufragio, ou desertando de algum navio, ficaram entre os barbaros, prestando depois serviços mui relevantes aos portuguezes. Entre os mais conhecidos notam-se João Ramalho, em S. Paulo; e Diogo Alvares, o Caramurú, na Bahia.

49) **Ramalho.** — De João Ramalho, portuguez, natural, talvez, da villa ou cidade de Barcellos, sabemos que em 1532 morava nas planicies de Piratininga. Casado com Bartira, filha do regulo Tebiriçá, foi de grande apoio aos colonos que vieram com Martim Affonso, e fundou a villa de S. André da Borda do Campo, nas immediações da actual freguezia de S. Bernardo, em que de 1555 a 1558 occupou o cargo de vereador. Quanto ao modo da sua chegada para este paiz, não temos nenhuma certeza. E' provavel ter vindo pelos annos de 1514 pouco mais ou menos. Frei Gaspar, invocando a autoridade de um testamento que elle mesmo confessa não ter lido, e dá como feito em 1580, quando o seu heróe já tinha fallecido desde varios annos, pretende que Ramalho veiu a S. Vicente desde 1490, data que hoje ninguem mais acceita.

Companheiro e compatriota de Ramalho, e bem assim casado com a filha do regulo *Piqueroby*, assistia um tal Antonio Rodriguez no anno de 1532 em *Tumiarú*, terra fronteira á ilha de S. Vicente. Não menos que Ramalho contribuiu este Antonio Rodriguez para o bem dos primeiros povoadores europeus do nosso paiz.

50) **Caramurú** — naufragou, dizem, em 1510 nos baixos de *Maragogipe*, na Bahia de Todos os Santos. Seus companheiros que escaparam do naufragio, foram quasi todos devorados pelos selvagens, sendo elle com

mais alguns reservado para outro festim que devia ter logar dias depois. Como, porém, Diogo tivesse salvado um mosquete e alguma polvora, atirou neste interim a uma ave que cahiu instantaneamente morta, pelo que os indios exclamaram com assombro: *Caramurú, Caramurú*, isto é, homem de fogo, ou filho do trovão. Careou-lhe este facto alto respeito entre seus hospedes que lhe pouparam a vida. Derrotou dahi a pouco com sua arma prodigiosa uma tribu inimiga; adquiriu fama e poder, e casou-se com Paraguassú (Rio Grande), filha de um chefe selvagem, indo estabelecer-se no logar chamado posteriormente *Villa Velha*. Accrescentam que, aproveitando o ensejo da vinda á Bahia de um navio francez, passou Caramurú á França, levando a sua esposa, que lá recebeu solemnemente o baptismo, servindo-lhe de padrinhos o proprio rei, Henrique II, e a rainha, Catharina de Medicis; que Paraguassú se chamou Catharina em attenção á sua madrinha; que Diogo, não lhe sendo permittido ir a Portugal, communicou secretamente suas aventuras a D. João III, e regressou para o Brazil em dois navios mercantes da França. Tal, em resumo, é o facto segundo a tradição, referida por diversos chronistas, sobre o qual havemos agora de fazer as seguintes

51) **Observações criticas.** — 1) A existencia do *Caramurú* é historicamente certa, e parece que elle era natural da Galliza, visto como no Brazil os portuguezes o tratavam de *gallego*. — 2) E' duvidoso si Diogo Alvares tivesse tambem o appellido de *Corrêa*. — 3) Quanto á epoca em que e a razão pela qual lhe deram o titulo de *Caramurú*, e a respeito do significado desta palavra, reina a maior obscuridade. Talvez lho dessem os indigenas por ser elle magro e alto, e por isto parecido com o *caramurú*, nome de uma especie de moreia grande, de dez e mais palmos de comprido, que se encontra dentro das locas de pedras na beira mar. Eram os selvagens dotados de grande discernimento para deitar alcunhas. — 4) A data do seu naufragio, 1510, parece

sufficientemente certa; são, porém, duvidosos os pormenores, e tambem ignoramos para onde é que elle ia, com que armada, etc., etc. — 5) *Paraguassú*, si é que assim se chamava a mulher de Diogo Alvares, recebeu no baptismo o nome de Catharina, não em honra da rainha da França, mas em obsequio á de Portugal, D. Catharina da Austria, irman de Carlos V, e mulher de D. João III.—6) A sua viagem á França póde considerar-se puramente apocrypha. Com effeito, os primeiros que falaram de Diogo Alvares, nada referem dessa ida á França. Estes são: o capitão da nau S. Gabriel em 1526; Pero Lopes, irmão de Martim Affonso, em 1531, e Herrera em 1535. Logo provavelmente essa viagem ainda não se realizára. Mas, é improvavel que se effectuasse em epoca posterior, quando já os portuguezes estavam no Brazil. Além disto, nos archivos de Portugal nada se acha a respeito dessa viagem, baptismo, etc. E' certo, todavia, que os agentes do rei costumavam informar com muita diligencia a sua côrte, do que se passava na França relativamente ao Brazil. Accresce que Catharina de Medicis, embora casada desde 1533 com o futuro Henrique II da França, recebeu as honras de rainha só em 1547, isto é, quando o seu marido subiu ao throno. Ora não se póde suppôr que Diogo Alvares passasse á França, em navio francez, quando no Brazil já se achavam numerosos colonos da mãe patria, e a Bahia precisava muito do seu apoio para conter os selvagens, que acabavam de revoltar-se contra os europeus. A tradição, todavia, referindo esta viagem do Caramurú á França, não inventou, mas confundiu Diogo Alvares com um castelhano, que no Rio Grande do Norte foi encontrado vivendo no meio dos selvagens; serviu de lingua aos francezes; passou á França, e, regressando ao Brazil, entregou-se de novo á vida silvestre. De facto, a tradição nunca inventa, embora algumas vezes troque uma cousa por outra (1).

(1) Vide, no vol. X, pag. 128 da *Rev.*, a bella dissertação de Varnhagen — *O Caramurú perante a Historia*.

Em fim não omittiremos o facto de ter esta lenda formado o assumpto do poema — *O Caramurú* — por Frei José de S. Rita Durão (1720 — 1784), Agostinho, natural de Cata Preta, perto de Marianna em Minas Geraes. Caramurú ou Diogo Alvares rematou a sua carreira mortal e aventurosa na povoação do Pereira, perto da Capital da Bahia em 1558.

52) **Viagens hespanholas.** — Nem deixaram de visitar as costas do Brazil os hespanhóes nas viagens que vamos relatar com a maior brevidade possivel.

Vicente Yanes Pinzon e João Dias de Solis, 1508 — enviados pelo rei da Hespanha, receberam instrucções muito assisadas. Depois de consultar Pinzon, e os melhores pilotos e marinheiros da expedição, pertencia a Solis decidir o rumo que haviam de seguir. Tinham os navios de chegar á fala todos os dias de manhan e de tarde, ou pelo menos de tarde, segundo o costume. Baseava-se este sabio costume no facto, frequentes vezes repetido, de fugirem os capitães subalternos aos trabalhos da expedição, separando-se voluntariamente da frota com o fim de fazerem descobertas por si mesmos.

Solis levava o pharol, e antes de partir deviam concordar ambos nos signaes perante um tabellião. Em terra devolvia-se a Pinzon o commando. Era-lhes prohibido demorar-se em porto algum, emquanto não tivessem levado a descoberta o mais longe que se julgasse conveniente, e só na volta podiam traficar, e formar estabelecimentos onde melhor parecesse. Accrescentou-se que não tocariam em ilha, ou terra firme que fosse do dominio de Portugal.

Dobraram o Cabo de S. Agostinho, e foram costeando para o sul até ao grau quarenta, tomando posse das terras, e erguendo cruzes onde quer que desembarcaram. Rebentaram as previstas dissensões, e ambos voltaram sem nada mais fazer. O resultado da devassa que por isto se abriu, foi ir Solis para o carcere, e ser galardoado Pinzon.

53) **Segunda viagem de Solis, 1515.** — Incumbiram, todavia, João Dias de Solis em 1515 de uma segunda expedição, destinada a passar ás Indias Orientaes pelo caminho do occidente que se procurava achar. Levando duas caravelas, partiu de Lepe, perto de Cadiz, na Hespanha; avistou o Cabo de S. Roque e o de S. Agostinho; seguiu pelo sul, entrando em muitos portos; chegou ao Rio da Prata, que ainda conservava o nome indigena de Paranáguassú, e subiu por elle até á latitude de trinta e quatro graus e quarenta e um minutos. Ao ver Solis a attitude pacifica dos indios, reunidos na margem, desembarca com cincoenta companheiros; mas, entrando pelo paiz dentro, cahe numa emboscada, e perecem quasi todos. Este acontecimento fez com que se désse ao rio o nome de *Solis*, que conservou por algum tempo. Os dois navios que elle commandava, chegando no anno seguinte, 1516, a Pernambuco, carregaram pau brazil, e prenderam onze portuguezes que acharam numa feitoria ahi existente.

Queixando-se o rei D. Manuel, e reclamando o carregamento destes navios, e a tripulação para castiga-la, respondeu Castella que a paragem, onde haviam carregado, ficava dentro da demarcação da Hespanha, e que sete castelhanos, aprisionados pelos portuguezes naquella costa, traficavam tambem dentro dos seus proprios limites, sendo por isto retidos injustamente. Terminou a pendencia com a troca destes prisioneiros pelos onze portuguezes que haviam sido levados de Pernambuco.

«Pela narração, que Herrera fez desta viagem, Solis entrára numa bahia da costa do Brazil situada a 27 graus de latitude sul, á qual deu o nome de *Bahia dos Perdidos*. E' sem duvida a formada pela *Ilha de Santa Catharina* e a terra firme adjacente, supposto que a sua latitude seja de 27º e 26'; mas esta pequena differença deve ser attribuida á qualidade dos instrumentos nauticos daquelle tempo, que não tinham a perfeição dos de hoje. Sendo esta a primeira vez que se menciona aquella localidade, parece que fôra Solis

o primeiro navegante que ahi entrou, e, portanto, o seu descobridor; mas o nome que lhe deu de *Bahia dos Perdidos*, indica claramente que encontrou lá gente naufragada, e, portanto, predecessores delle no logar, si é que esta denominação não proveiu de se terem alli perdido alguns homens da sua propria tripulação» (1)

54) **Fernão de Magalhães, 1519**.—sendo homem de bom sangue e com fôro honrado na casa real, pretendeu por serviços que tinha feito na India e em Azamor em Africa, que el-rei lhe mandasse accrescentar sua moradia. E' moradia uma leve quantia de dinheiro e cevada, signalada de tempos antigos a todas as familias nobres do reino, que acompanham a côrte, com tal regra que anda de paes a filhos, sem crescer nem subir aquella que uma vez se assignalou, sinão mui raramente. E estima-se mais pela dignidade de que se acompanha por ser degrau para cousas maiores, que pela substancia do rendimento. Pediu Magalhães este accrescentamento, e contentava-se com meio cruzado por mez mais do que já possuia. Que mysterios de estreitezas fazem os reis muitas vezes em cousas que pouco importam, sendo prodigios de prodigalidades em outras? Não houve cousa que dobrasse a el-rei, ou por não devassar aquelle assento da antiguidade, e abrir porta, por que muitos quizessem entrar; ou porque tambem, segundo se affirma, tinha el-rei culpas delle do tempo que assistira em Azamor. Deu-se por aggravado o Portuguez, e, como da navegação tinha sciencia e experiencia, foi-se a Castella, pediu navios a el-rei D. Carlos (Carlos I da Hespanha, V como imperador), offerecendo-lhe duas cousas, ambas contra Portugal: primeira descobrir viagem para as ilhas de Maluco, mais curta que a nossa; segunda mostrar em boa razão de mathematica que cahiam aquellas ilhas na demarcação dos reinos de Castella. Deixou-se vencer da cubiça e das promessas D. Carlos, como de

(1) Vasconcellos.

cousa certa, e não duvidou dar-lhe cinco navios, e boa companhia de gente de que o nomeou por general. Acommetteu o Portuguez sua viagem animosamente; foi costeando as terras do Brazil contra o sul até se pôr em de... graus, onde descobriu um espantoso canal, pelo qual navegando, foi sahir ao mar do ponente, que hoje chamamos mar Pacifico. Mas pagou em sua pessoa e nas de muitos dos mais principaes o desserviço que se atreveu a fazer a seu rei natural. Porque, andando de ilha em ilha buscando novas das de Maluco, foi morto em uma, onde certos barbaros, que em dois recontros tinha vencido, lhe armaram cilada. Vendo-se, os que ficaram vivos, sem a cabeça que os trouxera, e muito diminuidos de numero, determinaram reduzir-se a dois navios, com os quaes em fim de muitos mezes chegaram a tomar terra em Maluco, e alcançar carga de cravo e outras especiarias del-rei de Tidore: e um delles fazendo volta contra o Cabo de Boa Esperança, depois de muitas mortes, e trabalhos de fome e sêde e falta de tudo, chegou ao Cabo Verde, onde sendo com piedade agasalhado, porque fingiu virem das Antilhas, todavia entendida (que não poude estar em segredo) a verdade da viagem, colheu a justiça da Ilha de Santiago uma batelada de treze homens, que foram enviados a Lisboa a bom recado. Os mais levantaram ancora, e desappareceram».

A esta narrativa de Frei Luiz de Souza cumpre accrescentar que Magalhães entrou no Rio de Janeiro (13 de dezembro), denominando-o *Bahia de S. Luzia*, porque talvez ignorasse que elle já tinha outro nome, embora fundado em um falso supposto: que passou pelo Estreito a que herdou o seu nome; que descobriu as Ilhas Philippinas, e converteu ao Christianismo o rei da de Zebú. Pereceu em 1520, combatendo, a pedido desse mesmo rei, contra os selvagens da ilha de Matan. O navio, que logrou chegar á Hespanha (seis de setembro de 22), era capitaneado por Sebastião del Cano.

«Em um e outro reino, continúa Frei Luiz, fez grande movimento esta navegação: em Portugal de desgosto, de alvoroço em Castella, e maiores esperanças do que na verdade merecia. El-rei despachou a toda pressa quatro caravelas que lhe fossem buscar a nau... que por este tempo tinha ferrado terra em S. Lucar.» Mandou tambem dizer por Luiz da Silveira ao imperador que elle tinha obrigação de entregar tudo o que a nau trazia, visto ser tomado em terras de que estavam pacificamente senhores os portuguezes, e eram com toda a certeza da demarcação lusitana, assentada e recebida por ambas as coroas, etc. A estas queixas replicou o imperador com outras semelhantes, e tudo por emquanto ficou no mesmo estado. A questão terminou pela convenção de Saragossa, assignada nessa cidade a 22 de abril de 1529, conforme deixámos apontado falando da linha de demarcação, parag. 21 (1).

55) **D. Rodrigo de Acunha, 1525**—commandava o navio S. Gabriel, que pertencia á esquadra entregue a Francisco Jofre de Loaysa, destinada a passar ás Molucas (Ilhas de Maluco) pelo occidente. Largando da Corunha a 24 de julho de 1525, avistou essa armada o Brazil em principios de dezembro ao sul do Cabo de S. Thomé, indo pela maior parte desbaratar-se junto ao Estreito de Magalhães. Tanto o almirante Loaysa como o immediato Del Cano, morreram pouco depois. Procurou a S. Gabriel refugio em uma enseada, ao sul da ilha de S. Catharina, conhecida durante algum tempo com o nome de *Porto de D. Rodrigo*, onde encontrou alguns companheiros de Solis, que ahi viviam desde 1516. Abasteceram-no de agua, lenha e mantimentos, dando da terra informações tão encantadoras, que, apezar dos maiores esforços do capitão, trinta e dois tripulantes, ficaram no logar. Voltou, portanto, D. Rodrigo até ao Rio de Janeiro,

(1) Vide Frei Luiz de Souza, Annaes de D. João III, pag. 41. Vide tambem Feller, art. Magellan.

e ahi tomou a resolução de regressar para a Hespanha. Passando pela Bahia de Todos os Santos, perdeu mais nove pessoas que, indo á terra, nunca mais appareceram, devoradas acaso pelos barbaros. Como velejasse para o norte, e o navio fizesse muita agua, tratou de arribar a um porto, proximo do Rio S. Francisco, em que estavam carregando de brazil duas naus e um galeão da França. Bondosos no principio, offereceram os francezes dois calafates; decorridos, porém, oito dias, quando a S. Gabriel estava já virada de querena, aggrediram repentinamente aos hespanhóes. Mettendo-se então D. Rodrigo no batel, foi ter com esses senhores, dos quaes obteve treguas com a condição de ficar elle em refem, e fornecer-lhes vinho e azeite, de que, segundo affirmavam, careciam. Emquanto discutiam este assumpto, logrou a S. Gabriel empinar-se, surgir boiante, e picar as amarras, sahindo barra fóra. Seguiu-a D. Rodrigo no batel todo aquelle dia e parte do outro, bradando, e fazendo signaes; porém não o attenderam seus tripulantes, que, desconfiados, desappareceram no horizonte. Emproou, portanto, para a terra, indo com seus remadores desembarcar na localidade actualmente chamada *Baixos de D. Rodrigo*, quasi de fronte do rio Cururipe, umas dez leguas ao norte da paragem em que estavam os francezes. Dirigindo-se a esse logar por terra, acharam só o galeão que dahi a um mez partiu, deixando aos hespanhóes, desamparados, em um batel sem nenhuma provisão. Superaram um sem numero de difficuldades; soffriram muita fome, e chegaram por fim a Pernambuco por mar, onde Christovam Jaques recusou dar-lhes passagem por preço algum para a Europa, e até de leva-los comsigo quando em 1528 regressou a Portugal. Escreveu D. Rodrigo ao rei D. João III (30 de abril de 28); requereu a Antonio Ribeiro, successor de Jaques, um julgamento, obtendo afinal a justiça que pedia e lhe era devida. Na carta que dirigiu ao rei, são notaveis as phrases seguintes: «Estou aqui (na *feitoria* de Pernambuco) ha dezoito mezes, perdido, e

nu como um selvagem, sem ter em nada desservido á V. Alteza... Mas que esperar quando aos mesmos filhos de portuguezes os deixam aqui por alimento e manjar dos selvagens? .. Actualmente se acham espalhados por esta terra mais de trezentos christãos, filhos de christãos que estariam mais provaveis de serem salvos na Turquia que aqui».

Qual fôra, no entretanto, o fado da nau S. Gabriel? Depois de elegerem capitão o piloto Pilola, não conseguindo os tripulantes montar o Cabo de S. Agostinho, retrocederam até á Bahia (1 de Julho de 26) para querenar; molestados ahi por outra nau franceza, passaram ao Cabo Frio, e deste a um porto mais ao sul, donde afinal se fizeram de vela para a Europa, indo lançar ferro em Bayona de Galliza a 28 de maio de 1527.

56) **Caboto e Diogo Garcia, 1526.** — *Diogo Garcia*, portuguez ao serviço da Hespanha, commandou uma expedição, preparada a expensas do conde Fernando de Andrade, Christovam de Faro e outros, com o fim de reconhecer o Rio da Prata. Partiu do Cabo Finisterra a quinze de janeiro de 1526; abordou as costas do Brazil na altura do *Cabo de S. Agostinho*; achou no porto de S. Vicente, um bacharel que lhe vendeu muitos refrescos e mantimentos do paiz, e tudo o mais que tinham mister. Comprou um bergantim que lhe deu um dos genros do dito bacharel, o qual genro foi até ao rio da Prata servir-lhe de lingua. Fretou este mesmo genro do bacharel a maior embarcação de Garcia para levar á Hespanha oitocentos (talvez seja oitenta) escravos, a qual embarcação de facto voltou do Rio da Prata a S. Vicente (1).

Sebastião Caboto — natural de Bristol, e filho do veneziano João Caboto, o descobridor da Terra Nova,

(1) *Rev.* Vol. XV, part. I, pag. 6 e seg.
Herrera diz que a expedição entrou em S. Vicente no dia quinze de janeiro de 27; mas o proprio Garcia affirma que nessa data sahiu desse porto para o Rio da Prata.

emprehendeu uma viagem por conta de alguns negociantes de Sevilha, enthusiasmados ao ver as especiarias das Molucas levadas á Europa por um navio de Magalhães. Era incumbido de demandar Tarsis, Ophir, Bataia, e Cypango de Marco Paulo. Suspendeu ferro em S. Lucar a tres de abril de 1526, mostrando toda a tripulação, desde antes de partir, grande antipathia ao seu chefe. Surgiram no dia tres de junho diante do Cabo de S. Agostinho, e foram pelas correntezas arrastados até Pernambuco (1), onde se detiveram tres mezes e 25 dias. Fazendo-se de vela para o sul, tocou na *Ilha dos Patos*, hoje de *S. Catharina*, chamada pelos indigenas *Jurúmirim*, segundo diz o P. Simão de Vasconcellos, ou *Jurerêmirim*, como quer o Visconde de S. Leopoldo.

Encontraram nessa ilha os desertores da nau S. Gabriel, e alguns companheiros de Solis. Sobresahiam entre estes *Melchior Ramirez e Henrique Montes*, os quaes contaram tantas maravilhas dos rios da Prata e Paraná, que Caboto resolveu abandonar a idéa de ir ás Molucas sob o pretexto de ter perdido a capitanea que, na verdade, se despedaçára sobre um escolho a 28 de outubro de 1526. Assistiram nessa paragem tres mezes e 27 dias, construindo um bergantim, e tomando provisões. Os indios, que os ajudaram em todos seus trabalhos, abasteciam diariamente a frota com viveres de toda a especie e fructas do paiz. Retribuiu-lhes Caboto esta hospitalidade, arrebatando quatro filhos dos principaes, e depois deixou numa ilha deserta tres officiaes que haviam censurado o seu proceder.

---

(1) Foi assim, diz o Sr. Vasconcellos, conhecido nos primeiros tempos o ancoradouro e terra firme em frente á *Ilha de Itamaracá* do lado do sul do canal ou rio *Jussará*, como os indios o chamavam, e onde se fez uma feitoria legua e meia acima da entrada do mesmo canal, denominado já então rio *S. Cruz* por D. João III, e no logar chamado depois *Sitio do Marco* pelo que ali se infincou para a divisão das capitanias de Pernambuco, e Itamaracá..... Foi ali o primeiro porto de Pernambuco, e o primeiro logar povoado nesta parte do Brazil.

Subiu a expedição pelo rio de Solis, hoje da Prata, até á uma ilha á que deram o nome de S. Gabriel; remontou parte do Uruguay, do Paraná e do Paraguay; encontrou um dos companheiros de Solis, por nome *Francisco Puerto*, e em diversos logares pelejou contra o gentio, que rechassou os invasores.

Recebendo Caboto a noticia de terem chegado alguns navios, e temendo fossem portuguezes, determinou descer rio abaixo para defender-se. Felizmente para elle, as naus chegadas eram da frota de Diogo Garcia, que estivera, como vimos, em S. Vicente. Unindo-se então os dois chefes, subiram, juntos, rio acima, onde, tendo recebido dos barbaros algum ouro e prata que julgaram ser do logar, e talvez viera do Perú, mudaram o nome de *Rio de Solis* pelo de *Rio da Prata*. Enviaram esse metal como amostra para a Europa, pedindo reforços; cançados, porém, de esperar, voltaram para a Hespanha.

Caboto foi preso, dizem, por não ter levado a effeito o seu compromisso. Retirou-se dentro em breve para a Inglaterra, e acommetteu uma viagem ao mar Baltico em procura de um novo caminho para a India. Foi o primeiro inglez que travou relações commerciaes com a cidade de Arkhangel.

57) **Aleixo Garcia.** — Segundo o historiador paraguayo, Ruy Dias de Gusman, autor da obra intitulada *Argentina*, foi no correr de 1526 que o portuguez Aleixo Garcia emprehendeu a sua jornada ao Perú, reinando ainda o Incá Huayna Capac, predecessor de Atahualpa morto por Pizarro.

Partiu de S. Vicente com mais tres ou cinco companheiros europeus, e grande numero de indios que se augmentou pelo caminho. Atravessando os sertões, foi pelo Paraná e Paraguay ter aos confins do Perú, donde, bem que rechassado pelos charcas, voltou carregado de despojos. Do Paraguay mandou para diante dois companheiros com amostras dos thesouros do paiz. Estes chegaram salvos a S. Vicente; elle,

porém, foi pouco depois assassinado pelos proprios guaranys com os quaes havia realizado a sua escursão. Induziu-os a perpetrar tamanho crime a brutal cubiça dos objectos preciosos que para si guardára Garcia. Além de Gusman, conta este facto o P. Nicolau del Techo, jesuita; ambos, porém, confundem esta expedição com a de Pero Lobo, mandada por Martim Affonso em 1531. Varnhagen pretende que esta expedição partiu do Rio da Prata, e A. Garcia nella não tomou parte. A falta de documentos authenticos torna difficil saber-se de que lado esteja a verdade. Não se póde, comtudo, pôr em duvida a realidade das aventuras de Aleixo Garcia; pois dellas recolheu noticias certas Cabeça de Vaca em 1542, e lhe foram subministradas pelos indios guaxarapós, chanesés e sacociés. Todos estes barbaros nutriam saudades de Aleixo Garcia, e affirmavam que era portuguez.

Este mesmo facto, e o seu desfecho, quanto á substancia, consta de uma representação feita pela municipalidade da cidade de S. Miguel do Tucuman ao governador de Buenos Ayres. Affirma-se nesta representação que A. Garcia era portuguez, partira do Brazil, chegára ao Perú, etc. O documento leva a data de seis de abril de 1725. Uma copia delle existe, diz o Sr. Vasconcellos, na secretaria do Governo de S. Paulo, livro de officios para o ministerio que serviu de 1769 a 1771.

Tratando desta expedição de Aleixo Garcia, escreveu Southey: «Grande pena é não se ter conservado a historia deste aventureiro portuguez; homem deve elle ter sido de extraordinarios dotes, para, com só cinco europeus, ter levantado um exercito, e penetrado até mais de meio do continente sul-americano, e o respeito em que sua memoria era tida, mostra que assim como em prudencia e valor deve ter egualado os maiores dentre os conquistadores, tambem provavelmente os excedeu em humanidade».

O facto que narra Varnhagen, de haver prestado muitos annos depois relevantes serviços á colonização do

Paraguay, um Aleixo Garcia que crescera no meio dos indios daquella localidade, este facto, dizemos, é verdadeiro, facilmente se explica, e confirma a historia de que tratamos. Quando Aleixo Garcia partiu para a sua aventurosa entrada levou comsigo um filho do mesmo nome e de menor edade, que lhe nascera de uma india em S. Vicente. Esta criança, poupada pelos guaranys na occasião do morticinio de que acima falámos, ficou no meio delles e, passados annos, contou aos hespanhóes a catastrophe de seu progenitor (1).

58, **D Pedro de Mendonça**, 1534 —cavalleiro hespanhol de Cadiz, que em 1527 se enriquecera no saco de Roma (2), capitaneou, como os outros, uma expedição para o Rio da Prata. Conseguiu numerosos privilegios, trazendo no mesmo tempo avultado numero de tripulantes, soldados e colonos.

Deteve-se quinze dias no Rio de Janeiro, onde, ficando aleijado, passou o commando a João Osorio, a quem dentro em breve mandou assassinar com o pretexto de que conspirava. Surgiu perto da Ilha de S. Gabriel; lançou os alicerces de *Buenos Ayres*, na foz do Prata, e de *Buena Esperança*, em uma ilha dos Timbués que o agasalharam como amigos. Regressando mais tarde para Buenos Ayres, embarcou para a Europa, cortindo na viagem tanta fome, que teve de comer uma cadella favorita, e morreu repentinamente não longe da foz do Tejo. No entretanto *Ayolas*, que Mendonça deixára em seu logar, subia pelo Paraguay em busca de ouro (3); tirava aos *carijós* a aldêa em que

(1) Vide *Rev.*, vol. XVII, pag. 1.

(2) Encontraram os hespanhóes nesta occasião na margem do rio uma serpente que media quarenta e cinco pés de comprido; era da grossura de um homem, e negra a pelle e mosqueada de vermelho e amarello escuro. Foi morta á bala. Declararam os indios que nunca tinham visto outra maior, e que estas cobras eram muito perigosas; pois na agua os enlaçavam, levando-os ao fundo, e devorando-os. Southey, I, 107.

(3) «Tantas vezes têem sido mal gastas as riquezas mal adquiridas, que não ha lingua em que esta verdade não passasse em proverbio» Southey, I, 95.

fundou a cidade da Assumpção, hoje capital do Paraguay; proseguia a viagem na direcção do Perú, e era assassinado pelos payaguás. Foram não muito depois os hespanhóes obrigados pelos barbaros a desamparar Buena Esperança e Buenos Ayres.

59) **Alvaro Nuñes Cabeça de Vaca, 1540** — que, durante dez annos, soffrera medonho captiveiro entre as ferozes tribus da Florida, foi nomeado em Madrid para succeder a Mendonça no Paraguay com o titulo de Adelantado. Partiu no dia dois de dezembro de 1540 com duas naus e uma caravela, levando 400 soldados, todos com armas dobradas. Fez aguada ao norte do Brazil, e, costeando o seu littoral, tomou em Cananéa posse da terra para a coroa de Castella, apezar de já se saber que desde muitos annos ella pertencia a Portugal. Em S. Catharina (29 de março de 41) mandou desembarcar toda a sua gente, e vinte cavallos, restos dos 46 que trazia. Informado pelos indigenas de que existiam, nas immediações, dois franciscanos hespanhóes, mandou chama-los; e, a pedido delles, os aggregou a seu sequito, levando-os comsigo para o Paraguay. Eram Frei Affonso Lebrun e Frei Bernardo de Armenta, que naquellas paragens haviam naufragado com outros companheiros, os quaes tomaram destinos differentes, ficando elles no meio dos barbaros a catechiza-los.

Apoz uma demora de sete mezes, partiram para a Assumpção (dois de novembro de 41), indo parte da gente por mar, parte pelo caminho terrestre. Compunha-se a primeira partida de 140 homens ás ordens de Pedro Estopinhan Cabeça de Vaca, appellido que o faz suppôr parente do *Adelantado*. A segunda, commandada pelo proprio chefe da expedição, constava de muitos bésteiros e arcabuzeiros. Tratando bondosamente os indios que em toda a parte se mostraram mansos e generosos, atravessando o Uruguay e o Paraná, effectuaram essa viagem terrestre até á Assumpção em 143 dias. Emprehendeu pouco depois Cabeça de

Vaca uma escursão ao Perú, sendo no lago Xarays forçado pelas doenças, e pela falta de mantimentos a regressar para a Assumpção.

Cabeça de Vaca não gosava de muita popularidade entre os hespanhóes, porque não tolerava certas desordens. Foi, portanto, preso, e remettido para a Hespanha. A mesma sedição, que derrubára Cabeça de Vaca, elevou *Yrala*, o qual, dirigindo-se sem demora ao Perú, avançou até Chuquisaca, donde uma ordem do governador daquelle paiz o obrigou a retirar-se, levando nada menos que doze mil escravos entre homens, mulheres e crianças, a quem tratou como animaes! Yrala queimou vivos dois payaguás, que, postos a tormentos, confessaram serem os autores do assassinato de Ayolas!

60) **Senabria, 1549.** — E' memoravel tambem a viagem que cometteu Diogo de Senabria, o qual, nomeado governador do Paraguay, se fez de vela com trez navios e numerosos colonos. De um desses tres vasos nunca mais se teve noticia; dois salvaram-se em S. Catharina. Ia em um destes o famoso allemão Hans Staden, cuja historia interessante havemos de relatar brevemente em outro logar.

61) **Portugal e o Brazil.** — Portugal não se occupou no principio com grande cuidado em beneficio da Terra de S. Cruz, porque tinha muito interesse em apossar-se do commercio da India que dava resultados fabulosos, ao passo que o Brazil offerecia apenas as vantagens vagarosas da agricultura. E' certo, comtudo, ter o rei D. Manuel em 1516 ordenado ao feitor e officiaes da Casa da India que dessem «machados e enchadas e toda a mais ferramenta ás pessoas que fossem povoar o Brazil» e que «procurassem e elegessem um homem pratico, e capaz de ir ao Brazil dar principio a um engenho de assucar; e que se lhe désse sua ajuda de custo, e tambem todo o cobre e ferro e mais cousas necessarias» para o fabrico do

dito engenho (1). Infelizmente não reza o Alvará a que parte do Brazil se destinava o constructor que se mandava procurar, mas parece ter sido Pernambuco, onde já existia uma feitoria regia, unica de que ha noticia authentica (2).

62) **Christovam Jaques, 1516, 1526.** — Julgamos poder affirmar com o Sr. Vasconcellos que Christovam Jaques veiu duas vezes ao Brazil guardar a costa contra os estrangeiros. Na primeira viagem, destinada a defender o paiz contra os francezes e os hespanhoes, e provavelmente emprehendida em 1516, navegou Christovam Jaques até ao Rio da Prata, e levantou uma feitoria no *Sitio do Marco* em Pernambuco (3). Na segunda viagem, dirigida contra os francezes, e realizada pelos fins de 1526 até 1528, não ultrapassou a Bahia, e fundou um estabelecimento na ilha de Itamaracá.

Achamos conveniente expôr desde já as razões sobre que se baseia a opinião que adoptamos. Ponderemos os factos seguintes. Na carta com que D. João III a dez de março de 1534 dôou a Capitania de Pernambuco, lemos estas palavras «...ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda do sul e o dito rio *(o de S. Cruz ou Igarassú), onde Christovam Jaques fez a primeira casa de minha feitoria*, etc. (4). Si esta foi a primeira, então construiu mais alguma outra. Em 1516 os companheiros de João Dias de Solis, que no Rio da Prata tinham escapado do morticinio em que pereceu esse illustre navegante, ao recolherem-se para a Europa, tocaram em Pernambuco; carregaram pau brazil, e prenderam onze portuguezes encontrados numa feitoria alli existente (5). Nos mezes de junho—

(1) Vide Varnhagen pag. 95.
(2) Vide Vasconcellos, pag. 65, anno 1526.
(3) Vide a nota do par. 56.
(4) Vide a integra desta carta nas *Mem. Hist. de Pernambuco* por José Bernardo Fernandes Gama, Vol. I, pag. 42.
(5) Vide par. 53.

setembro de 1526 (por conseguinte antes que chegasse Christovam Jaques), refrescou naquella mesma paragem a frota de Sebastião Caboto, que ahi achou «uma feitoria do rei de Portugal para o estanco do pau brazil, na qual existiam treze christãos portuguezes, dos quaes foi bem servido o Sr. Capitão general em tudo o que precisou para o abastecimento da armada» (1).

Seguindo a viagem, encontrou Caboto em S. Catharina Melchior Ramirez, um dos dispersos da frota de J. Dias de Solis, o qual contou ter servido de lingua a uma «*armada portugueza que fôra ao Rio da Prata em passados tempos, commandada por Christovam Jaques.* Estando no anno seguinte (1527) Sebastião Caboto no interior do Rio Paraguay, e sendo informado de terem chegado naus ao rio de Solis, determinou o Sr. Capitão General descer, porque temia que na dita armada *viesse Christovam Jaques, que já uma outra vez tinha vindo a este rio de Solis,* e promettido a Francisco Puerto, que alli achámos, que voltaria, e si fosse o referido Christovam Jaques que havia entrado no dito rio, as nossas naus estariam em má condição etc.»

Consta, portanto, que Christovam Jaques fizera uma viagem ao Brazil antes de 1526.

Qual seria a epoca dessa primeira viagem? Como nenhum chronista ou historiador portuguez a refere, torna-se difficil determina-la. Possuimos, todavia, recursos sufficientes para a collocar com probabilidade em 1516. Cumpre antes de tudo excluir os annos de 1501 e 1503, porque hoje ninguem admitte mais a vinda de Jaques naquellas expedições, e nem os chefes dellas tiveram encargo de levantar feitorias. E' provavel que as noticias idas da França, e a da segunda viagem de Solis em 1515 excitassem o zelo dos portuguezes para impedir que os francezes traficassem pelas nossas costas, e os hespanhóes tomassem posse do paiz que, em virtude do tratado de Tordesilhas, pertencia a Portugal. Do

(1) São Palavras de Luiz Ramirez na sua celebre carta escripta do Rio da Prata em 1528. Acha-se na sua integra e em lingua hespanhola no tom. XV, pag. 14-41 da Rev.

outro lado sabemos que o rei D. Manuel em 1516 procurou mandar ao Brazil colonos e pessoas capazes de construir um engenho de assucar (1). Não é, pois, difficil suppôr que nessa occasião viesse Christovam Jaques.

Quanto á feitoria levantada na viagem de 1526, é quasi certo que fosse a de Itamaracá, não só porque a de Igarassú já existia, mas tambem porque em 1532 achamos nessa ilha uma feitoria, e não ha motivo algum para attribuir a sua fundação a qualquer outro que não seja Christovam Jaques.

Passemos agora a tratar da viagem de 1526. Veiu Christovam Jaques com uma flotilha de cinco caravelas e uma nau, cujos chefes subalternos foram Gaspar Corrêa, e os irmãos Diogo Leite e Gonçalo Leite. Trouxe um alvará pelo qual o rei concedia a um tal *Pero Capico, capitão de uma das capitanias do Brazil* (vê-se, pois, que havia diversas) licença de regressar para o reino levando todas as peças de escravos e mais fazendas que tivesse. Como no anno seguinte andasse percorrendo a costa, travou peleja com tres navios francezes: um de 80, dois de 140 toneladas. Combateu com elles um um dia inteiro, mettendo-os a pique, e fazendo grande numero de prisioneiros, que levou a Pernambuco e mais tarde para a Europa. Segundo Varnhagen, que se baseia em conjecturas, teve logar este combate pelo rio Paraguassú acima perto de uma ilha conhecida pelo nome de *Ilha dos Franceses;* suppõe-se, porém, ter começado na foz contra uma caravela esgarrada das outras. De certo os francezes aggrediram essa caravela, fugindo rio acima quando viram as mais.

A Jaques succedeu em 1528 *Antonio Ribeiro*, de cujos feitos militares não temos noticia alguma; é provavel, porém, ter sido em breve chamado a outro serviço, porque a feitoria de Pernambuco foi, pouco depois,

(1) Vide par. 47 e 61. Vide tambem o Sr. Vasconcellos, pag. 71, anno 1526.

posta a saco por um galeão francez Só o feitor Diogo Dias logrou escapar em uma caravela, que alli então passava com destino a Sofala.

O facto de Christovam Jaques contra os francezes produziu uma complicação diplomatica na Europa; pois, em vista das reclamações dos armadores, pediu Francisco I uma indemnização em dinheiro, e, como nada obtivesse, assignou contra Portugal uma carta de corso em favor do celebre Ango. Viu-se, portanto, D. João III obrigado a celebrar capitulações com esse corsario, e os dois governos, depois de muito disputar, convieram, 1537, em installar em Irun e Fontearabia commissões mistas de Portugal e de França para attenderem aos que de uma e de outra parte apresentassem reclamações a respeito de presas e tomadias.

63) **Martim Affonso de Souza, 1530.**--Já neste tempo se começava a reconhecer em Portugal que as pequenas capitanias, fundadas até então no Brazil, não logravam repellir os estrangeiros. Do outro lado, as esquadras de guarda-costa, além de serem insufficientes, exigiam sacrificios enormes do thesouro. Começou, portanto, a vingar a idéa de estabelecer no Brazil uma colonia capaz de rechassar os entrelopos, e servir como ponto de apoio ás armadas. A nova, recebida neste interim da Hespanha de que Caboto acabava de voltar, derrotado, do Rio da Prata, fez com que se tomasse a resolução de fundar nas margens desse rio a colonia vigorosa em que já se ia pensando. Apromptou-se com bastante rapidez uma frota composta da capitanea, cujo nome se ignora; da nau *S. Miguel*, do galeão *S. Vicente*, e das caravelas *Rosa* e *Princeza*. Embarcaram ao todo quatrocentas pessoas.

Regressaram nesta occasião para o mar do sul Diogo Leite, já official de Christovam Jaques, e Henrique Montes, que, companheiro de Caboto na volta, passára a Portugal, e fôra agraciado com o titulo de *Cavalleiro da Casa*, e bem assim com o officio de provedor dos mantimentos. Chefe de toda a expedição era

Martim Affonso de Souza, que apenas contava trinta annos de edade; tinha, porém, qualidades tão extraordinarias, que já pertencia ao conselho do rei. Trouxe plenos poderes, extensiveis a quem ficasse em seu logar, tanto no mar como na terra, para governar a futura colonia, com alçada no civel e no crime até morte natural inclusive, excepto para os fidalgos, que si delinquissem, devia envia-los para o reino. Era autorizado a tomar posse de todo o territorio até á linha meridional demarcadora, a dar sesmarias, fazer lavrar autos, collocar marcos; crear tabelliães, officiaes de justiça, etc., etc. (1)

Veiu nesta frota, commandando a caravela *Rosa*, um irmão de Martim Affonso, chamado Pero Lopes de Souza, que escreveu um diario da expedição. Este trabalho de Pero Lopes, tão precioso para o conhecimento da nossa historia, ficou desconhecido até aos nossos dias. Publicou-o Varnhagen e acha-se na *Rev.* do Instituto Historico, volume XXIV

Sarpando do Tejo no dia tres de dezembro de 1530, e indo refrescar na Ribeira Grande, perto da capital das Ilhas de Cabo Verde, avistaram terra a 31 do mez e anno seguinte. Logo no primeiro dia apresaram uma nau franceza, abarrotada de pau brazil. A tripulação, ao ver os nossos vasos, fugira para terra, internando-se no matto. Deu-se este facto de fronte da Ponta de Olinda, que então se chamava *Cabo de Percaauri*

Apossaram-se nesse mesmo dia de outro navio francez, fundeado ao sul do *Cabo de S. Agostinho*. Informado pelos prisioneiros de que na ilha de S. Aleixo estavam duas embarcações francezas carregando pau brazil, Martim Affonso mandou para lá o seu irmão que nada encontrou. Acossou Pero Lopes no dia seguinte uma nau que ia passando na altura daquella ilha; alcançou-a no escurecer; pelejou com ella toda a noite e o dia immediato, conseguindo toma-la ás sete horas da tarde. Fizeram-se então de vela para o porto

(1) Vide Rev. vol. XXIV, pag. 74.

de Pernambuco, onde no dia 19 de fevereiro se reuniu toda a frota composta agora de sete vasos, incluindo os tres apresados. Faltava o galeão S. Vicente, que, contrariado pelos ventos, fôra obrigado a voltar para Lisboa. Em seguida Martim Affonso ordenou a Diogo Leite que com as duas caravelas, *Rosa* e *Princeza*, fosse explorar o rio do Maranhão; despachou a João de Souza para o reino com uma das naus apresadas. Queimou outra por inutil; e levou comsigo a terceira que entregou a Pero Lopes, o qual a denominou Nossa Senhora das Candeias, porque a tomára no dia dessa invocação.

Percorreu Diogo Leite a costa do norte até, pelo menos, á foz do rio *Gurupy*, que por algum tempo se chamou *Abra de Diogo Leite*. E' a divisa actual entre o Estado do Pará e do Maranhão.

Velejando para o sul, visitou (13 de março) Martim Affonso a Bahia, onde se lhe apresentou o Caramurú, rodeado dos principaes do logar, que lhe offereceram mantimentos, e foram retribuidos com as dadivas do costume. Deixou a Diogo Alvares dois degradados e diversas sementes de plantas uteis. Nos quatro dias que ahi se demoraram, tiveram occasião de assistir a uma grande batalha naval. Eram de cada lado cincoenta almadias, levando cada uma sessenta pessoas. A victoria decidiu-se para o lado em que estavam surtos os nossos, que se conservaram espectadores impassiveis. Ao seguirem a sua derrota, foram nossos mareantes obrigados por um temporal a retroceder até á Bahia (26 de março), e alli encontraram a caravela, que, com destino a Sofala, passára por Pernambuco, levando a bordo Diogo Dias, feitor do estabelecimento que um galeão francez acabava de saquear. Aggregou Martim Affonso á sua esquadra essa caravela, e surgiu (30 de abril) no Rio de Janeiro, em que construiu uma casa forte com cerca ao redor. (1) Enviou para o interior

(1) Segundo Varnhagen, o estabelecimento de Martim Affonso deve ter tido logar na enseada em que desemboca o rio *Comprido*, em uma paragem que, ainda meio seculo depois, se denominava *Porto de Martim Affonso*, conforme assegura Gabriel Soares.

quatro homens que voltaram no fim de dois mezes, tendo andado 65 leguas por montanhas muito altas, e mais 50 por planicies de immensa extensão. Eram acompanhados por um regulo, senhor de todas aquellas terras, que lhes havia feito muita honra, e disse que no rio Paraguay se achava ouro e prata em abundancia. Recebeu o chefe da expedição com notavel agrado este maioral; deu-lhe diversos donativos, e o mandou regressar ás suas terras. Do Rio de Janeiro, onde estiveram tres mezes, construindo dois bergantins, e tomando provisões para quatrocentas pessoas durante um anno, seguiram directamente (1 de agosto) no rumo de Cananéa, indo ancorar do lado de dentro da ilha do Abrigo. Acharam nessas praias alguns castelhanos, um tal Francisco Chaves, e um bacharel ahi degradado havia trinta annos (12 de agosto). Tendo este Francisco Chaves promettido trazer, dentro de dez mezes, quarenta (outros dizem 400) escravos ou indigenas carregados de ouro e prata, concedeu-lhe Martim Affonso uma bandeira de oitenta homens, armados, metade de arcabuzes, metade de béstas, que nunca mais tornaram a apparecer. Suppõe-se terem sido assassinados, todos, pelos carijós nas margens do Iguassú, ou em algum outro logar do interior. O chefe desta bandeira foi um tal Pero Lobo. Nos quarenta e quatro dias em que a esquadra esteve surta em Cananéa, conservou-se sempre encuberto o sol, circumstancia que, talvez, determinasse ao depois Martim Affonso a procurar melhor logar para fundar a sua colonia. Navegando a final para o sul, soffreram, na altura do arroio *Chuy*, hoje fronteira meridional do Brazil, uma tormenta, que, arrojando a capitanea contra a costa, causou a perda dessa mesma nau, de quasi todos os mantimentos, de um bergantim e de sete pessoas. Em consequencia deste desastre, assentou-se em conselho que se abandonaria a viagem do Prata, já por falta de provisões, já pelo estado dos outros navios; que só Pero Lopes com um bergantim e trinta pessoas iria tomar posse daquelle rio, passando o resto da armada a espera-lo na *Ilha*

das Palmas, ao norte do Cabo S. Maria. Chegou Pero Lopes até ao esteiro dos Charandins; collocou dois padrões, e voltou dahi a pouco mais de um mez.

«Muito provavel é, diz Varnhagen, que no entremeio de tantos dias, em que Pero Lopes demarcou o Rio da Prata, não estivessem ociosos os pilotos que haviam ficado na costa com Martim Affonso. Em terra tiveram occasião de fazer frequentes observações astronomicas sobre a latitude e longitude do logar, e isso lhes daria a convicção, e ao Capitão-mór, de que aquella costa, e, com mais razão, todo o Rio da Prata, já se achavam fóra, isto é, mais a loéste da raia até onde se extendia, pelo tratado de Tordesilhas, o dominio portuguez naquellas paragens. Ao conhecimento deste facto em Portugal devemos attribuir o não proseguirem em Madrid as reclamações acerca desse rio; o desistir aquelle reino de mandar mais frotas ás suas aguas; e até o não doar, quando doou outras terras, as que ficavam além das de Santa-Anna, ou da Laguna onde terminava a courela que de direito por ahi lhe tocava».

«Talvez tambem pelo conhecimento deste facto, mais que por serem ahi as terras (no littoral) sáfias e arentas, é que Martim Affonso não se deixou ficar nas plagas da actual provincia do Rio Grande, onde o lançára de si o proprio mar, e decidiu retroceder mais para o norte, a buscar outro local, onde fixar-se de preferencia».

Chegou Martim Affonso á costa de S. Vicente no dia 20 de janeiro, lançando ferro dentro do porto no dia 22 desse mesmo mez do anno de 1532. Agradando-se com o sitio, resolveu parar nelle, fundando a *primeira colonia regular* no Brazil. Levantaram o pelourinho; construiram diversas casas, uma egreja e uma alfandega; distribuiram-se sesmarias, etc, etc. Nem deixou Martim Affonso de subir serra acima, indo estabelecer nas planicies de Piratininga a povoação de S. André da Borda do Campo, onde a dez de outubro de 1532 assignou a primeira carta de sesmaria

doando terras do Brazil. Foi a favor de Pero de Góes. Alguns colonos parece terem passado desde logo para S. André.

Ponderando Martim Affonso que seus navios ficariam inutilizados, si ainda ficassem por mais tempo em S. Vicente, que os officiaes da frota venceriam, sem proveito, seu ordenado, e desejoso de informar o rei do que fizera, despachou (22 de maio de 32) para o reino Pero Lopes, seu irmão, que tocou no Rio de Janeiro e na Bahia; combateu em frente da ilha de S. Aleixo com uma nau estrangeira; deixou em Pernambuco, numa fortaleza, que tirou aos entrelopos, um Paullos Nunes com alguns soldados, e levou a Portugal para mais de trinta prisioneiros, alguns indios, e duas naus francezas. Quatro dos indios, reconhecidos como chefes de tribus, foram honrados com o titulo de reis, e vestidos de seda.

Chegava, no entretanto, a S. Vicente (pelos fins de 32) João de Souza, portador da carta regia de 28 de setembro de 1532, em que o rei participava ao chefe da expedição que desde o anno precedente resolvera dividir o Brazil em capitanias hereditarias, e destinára a de S. Vicente para Martim Affonso, ao qual deixava a liberdade de permanecer no Brazil, ou regressar a Portugal. Escolheu esta segunda parte, abandonando o nosso paiz na primeira monção de 1533.

Deixou como seu *Loco-tenente* e capitão-mór, encarregado do governo da capitania, Gonçalo Monteiro, que servia de vigario ou parocho da colonia.

Julgamos não ser fóra de proposito contar que na cidade de S. Paulo, no museu que pertenceu ao Sr. Sertorio, e hoje é do Estado, se conservam a couraça e a espada, ambas de um peso não commum, deste illustre portuguez. Lê-se em um lado da folha da espada:—*Não me saques sem necessidade*, e no outro: *Não me embainhes sem honra.*

64) **La Pélerine.** — Os feitos militares de Pero Lopes em Pernambuco exigem mais alguma explicação

que, para não interromper a historia de Martim Affonso, differimos até este logar. A 31 de dezembro de 1530, precisamente quando Martim Affonso velejava para o Brazil, partiu de Marselha em demanda do mesmo paiz a nau franceza *La Pélerine*, esquipada á custa do barão de S. Blancard, general das armadas navaes.

Commandada por João Du Perret, e guarnecida com 18 peças de bronze e outras de ferro, béstas, lanças e 120 soldados, trazia um carregamento de generos apreciados pelos indios, munições para uma fortaleza, provisões, e instrumentos agricolas. Chegando a Pernambuco em março do anno seguinte (31), e entrando pelo rio *Jussará ou de S. Cruz*, em frente de Itamaracá, assenhoreou-se á viva força da feitoria portugueza que ahi encontrou. Trataram então os francezes de erguer no mesmo logar uma fortaleza, e dentro em breve tinham reunido tantos objectos do paiz, que, carregando com elles La Pélerine, a remetteram para a Europa. Governando a fortaleza ficou um tal Sr. De La Motte. La Pélerine foi no Mediterraneo presa e confiscada pela esquadra de guarda costa que Portugal mantinha no Estreito de Gibraltar, emquanto De La Motte e seus companheiros cahiam em Pernambuco nas mãos de Pero Lopes.

O barão de S. Blancard, no seu protesto, narra este facto do modo seguinte: «Pôz Pero Lopes cêrco á fortaleza, e bombardeou-a durante 18 dias. O Sr. De La Motte, que era o commandante, vendo que tão cêdo não seria soccorrido, propôz a capitulação, e Pero Lopes acceitou-a, promettendo vida e bens aos alliados, e leva-los a logar livre, onde lhes daria a liberdade. Assim, porém, não fez, apezar do juramento solemnemente prestado sobre a hostia consagrada: mandou enforcar o sr. De La Motte, mais vinte companheiros; dois entregou vivos aos indios, para que os comessem, os outros levou comsigo para Portugal. El-Rei mandou-os prender em Faro, onde passaram 24 mezes; afinal foram soltos os que restavam; excepto onze que foram enforcados, e quatro que morreram de máus tratos».

Frei Vicente do Salvador confirma em parte este barbaro procedimento para com os prisioneiros. Depois de relatar a tomada da fortaleza, que, por engano, dá como arrasada, e referir que se preparavam mantimentos, e carga de brazil para os navios de Pero Lopes, accrescenta:— «Emquanto estas cousas se faziam, succedeu uma noite que estando o capitão-mór com a candeia, e a janella aberta, lhe atiraram de fóra com duas frechas, das quaes uma lhe foi tocando com as pennas no roupão, e ambas se foram pregar em umas rodellas que estavam de fronte na parede. O qual, suspeitando nos Francezes, mandou pela manhan que os enforcassem todos, e começando-se a fazer execução, vendo dois, que elle havia tomado para a fortaleza por serem bombardeiros, que os mais eram innocentes, disseram em altas vozes que elles eram os culpados, que lhe haviam atirado, cuidando de o acertarem; e nem um daquelles outros tinha culpa; pelo que mandou sobrestar a execução nelles e enforcar a estes outros, mas estavam muitos enforcados, e cá se consumiram todos, etc.»(1)

Duvidas

65) Titulo.— *Que titulo trazia Martim Affonso?* Os chronistas em geral o tratam simplesmente de *Capitão-mór*. Este mesmo titulo lhe dá o rei na carta em que declara os poderes extraordinarios de que o investe. «Envio Martim Affonso de Souza por *Capitão-mór* da armada que envio á terra do Brazil, e assim de todas as terras que elle achar e descobrir.» Lê-se, todavia, no Diario de Pero Lopes o seguinte: «Martim Affonso de Souza, meu irmão, que ia por *capitão de uma armada e governador da terra do Brazil.*» Elle mesmo nas cartas de sesmarias, que passou, tomava o titulo de Governador, começando: «Martim Affonso de Souza do Conselho de El-Rei, Nosso Senhor, e *Governador das Terras do Brazil*».

(1) Pag. 52-54. Frei Vicente diz expressamente que a fortaleza dos francezes estava na ilha de Itamaracá.

Podemos, por isto, concluir que o monarcha o constituiu *Governador da Nova Lusitania*, embora nas cartas regias não se leia sinão o titulo de capitão-mór. Parece, portanto, não ser justo declamar, como o fazem Frei Gaspar e outros, contra Charlevoix por ter dado a Martim Affonso o titulo de *Governador Geral do Brazil;* pois, entre *Governador das Terras do Brazil* e *Governador Geral do Brazil*, não ha grande distancia (1).

66) **Os padrões de Cananéa** — *Quem collocou esses padrões?* Frei Gaspar, Machado de Oliveira, Azevedo Marques e Varnh. pretendem ter sido Martim Affonso. «De fronte da *Ilha de Cananéa*, diz Varnh., sahe da terra para o mar um pontal de pedra que se chama hoje de Itaquaruçú, onde ainda existem tres padrões de marmore sacharoide, do que se encontra nas formações vulcanicas das immediações de Lisboa, os quaes, com toda probabilidade foram ali postos durante estes quarenta dias... Os padrões de *Cananéa* que examinámos pessoalmente, são de quatro palmos de comprido, dois de largura e um de grossura; e tem esculpidas as quinas portuguezas sem a esphera manuelina, nem castellos, e nenhuma data se lê em sua face».

O P. Ayres do Cazal refere na introducção que a frota de 1501 chantou o terceiro marco em Cananéa; esquecido, porém, do que dissera, affirma em outro logar que aquelle padrão foi ahi posto pela esquadra

(1) Não é nosso intento defender em tudo Charlevoix. Sabemos que, tratando do Brazil, referiu diversas cousas inexactas mas, desejariamos que nos dissessem qual é o escriptor, mesmo nacional, que neste assumpto não cahiu em erros ainda maiores. No entretanto, a Charlevoix assiste a desculpa de ser estrangeiro, e de falar do nosso paiz apenas incidentemente. Aos que mostram affectado desprezo para com este autor, pedimos tenham a bondade de ponderar o que delle escreve o insuspeito Vapereaux no seu Diccionaire des Littératures: «Ses ouvrages *intéressants, exacts et savants*, sont: Histoire et description du Japon; Histoire de l'ile Espagnole ou de Saint-Dominque; Histoire de la Nouvelle-France; Histoire du Paraguay.

de 1503. Gabriel Soares attribue esta honra á expedição de 1501. Esta parece ser a sentença mais conforme á verdade. Pois a frota de 1501, incumbida de collocar padrões com titulos de posse, não deixaria de faze-lo em um logar tão apropriado, onde, segundo se affirma, deixou um ou dois degradados. Além disto o marco que lá encontraram e que hoje se acha na entrada do Inst. Hist. e Geogr. Braz. no Rio de Janeiro, para onde o transferiram em 1866, é egual em tudo ao que está no *Arraial do Marco*, na costa do Estado do Rio Grande do Norte, e foi o primeiro chantado pela frota exploradora de 1501 (1).

Accresce que em 1531 não havia necessidade de se tomar posse desta paragem já muito conhecida como pertencente a Portugal, marcava-se nas cartas geographicas desde 1508, e era frequentada pelos navios que demandavam o Rio da Prata.

67) **O Bacharel.**— *Quem seria este bacharel que em 1527 Diogo Garcia viu em S. Vicente, e em 1531 Martim Affonso achou em Cananéa?* Fique antes de tudo assentado, conforme concordam todos, que era um bacharel degradado, e que o deixou por essas praias a frota exploradora de 1501. Em seguida á expedição de Martim Affonso, nunca mais apparece. Posto isto, vejamos. Varnhagen quer identificar esse bacharel com um Gonçalo da Costa; Candido Mendes, com João Ramalho. Em nosso ver, nenhum dos dois acertou. Não póde ser Gonçalo da Costa, porque este segundo Herrera, ao qual appella Varnhagen, não era bacharel, e em 1530 voltou para a Hespanha com Sebastião Caboto, indo estabelecer-se em Sevilha, onde D. João III o mandou chamar, offerecendo-lhe segurança e mercês para que fosse a Lisboa. Isto faz crer que Gonçalo

(1) Vide Vasconcellos, pag. 89. Vide tambem Rev. vol XLIX, part II, pag. 261 e seg.

da Costa era ou um degradado, ou algum desertor. Observe-se que Caboto esteve só uma vez no Brazil em 1526, e tocou unicamente em Pernambuco e em S. Catharina. Pois, si Gonçalo da Costa seguiu Caboto em 1526, e voltou com elle para a Europa em 1530, como em 1527 podia estar em S. Vicente, e em 1531 em Cananéa? E como podia dizer a Martim Affonso que morava naquelle logar havia trinta annos? Isto é, pelo menos, difficil de conciliar.

Nem se póde tão pouco identificar esse bacharel com João Ramalho, que era analphabeto, e por isto não era possivel que fosse bacharel. Nem se diga que lhe davam o titulo de bacharel como alcunha, porque neste caso lho teriam conservado, e diriam: *João Ramalho, o Bacharel*. Affirmar com Candido Mendes que esse bacharel, vivendo entre os selvagens, tinha esquecido tudo, e por isto parecia analphabeto, cremos que é demais. A não falarmos no Frei Gaspar, cuja boa fé em nossos dias é reconhecida como assaz duvidosa, todos admittem que João Ramalho veiu a estas terras pelos annos de 1515, ao passo que o bacharel morava cá desde 1502. O bacharel tinha numerosos genros, e por conseguinte muitas filhas: as filhas de Ramalho foram apenas duas, Beatriz e Joanna, as quaes se casaram com Lopo Dias e Jorge Ferreira, portuguezes vindos na frota de Martim Affonso. O bacharel, sendo degradado, não podia prehencher officios publicos, como os occupou Ramalho, o qual, embora de máu caracter, entregue a vicios baixos, etc., não era degradado. Si era *infame*, como dizem os chronistas, era-o no sentido commum da palavra; não no sentido legal. O facto de nunca mais se falar no bacharel, explica-se facilmente pelo desprezo publico a que o condemnaram em virtude de seus merecimentos. (1)

(1) Vide Vasconcellos, pag. 43, 84—88.

68) **Canna de assucar.**—Pretendem diversos chronistas ser S. Vicente o logar em que primeiro se achou o modo de cultivar a canna, e de fazer o assucar no Brazil. As mudas, dizem, foram por ordem de Martim Affonso trazidas da ilha da Madeira. Gabriel Soares affirma, por sua vez, que foi na capitania dos Ilhéos em 1535, e que a semente viera das Ilhas de Cabo Verde.

Assegura-nos, entretanto, Varnhagen que em 1526 chegou ao reino assucar de Pernambuco e de Itamaracá, conforme consta dos livros de arrecadação da Casa da India em Lisboa, onde se pagavam os direitos tambem dos productos idos do Brazil. Confirma-se isto mesmo pelo alvará que citámos no par. 61. Alguns pensaram ser a canna uma planta indigena, e citam em abono desta opinião o facto de a terem os companheiros de Magalhães em 1519 achado no Rio de Janeiro, onde ainda não existia nenhum europeu. Appellam tambem para a autoridade de João de Lery, o qual conta que no tempo de Villegagnon havia em toda a vizinhança do Rio de Janeiro muita canna de assucar. Isto, todavia, não convence, porque, si essa planta fosse indigena, não se acharia só na beira-mar, em pequena quantidade, e em certos e determinados pontos da costa; mas geralmente em todo o territorio, como a mandioca, o milho e outras plantas. É provavel que para esses pontos fosse levada pelos navios que, vindo da Europa, haviam tocado nas Ilhas de Cabo Verde, onde se cultivava em grande escala. Nem a isto se oppõe o facto relatado por Monsenhor Pizarro, a saber: que os antigos povoadores encontraram essa preciosa graminea no sertão a grande distancia de S. Vicente, como é o rio S. Lourenço em Matto Grosso. Pois este facto se deu em 1730, quando a canna já fôra propagada em toda a parte pelos colonos e pelos indios.

69) **Gonçalo Monteiro.** — *Era ecclesiastico ou simples leigo este logar-tenente de Martim Affonso?*

Alguns, affirmando-o, dizem que foi o primeiro parocho de S. Vicente; outros o negam. Azevedo Marques affiança não ter encontrado nenhum documento em que basear a parte affirmativa. O chronista Pedro Taques, entretanto, cita uma carta de sesmaria, passada a favor de Estevam da Costa, na qual Gonçalo Monteiro toma o titulo de Vigario e de Capitão logar-tenente. Supposta a authenticidade deste documento, não pode haver mais duvida na questão, si a palavra *vigario* é nelle equivalente a *parocho* (1).

70) **Familias.** — *Vieram familias inteiras juntamente com Martim Affonso?* O primeiro que respondeu affirmativamente a esta questão, foi o P. Santa Maria em seu *Santuario Mariano*. Jaboatão, imitando-o, accrescentou que a frota fôra preparada por Martim Affonso e á sua custa. Varnhagen affirma simplesmente que *embarcaram familias inteiras*. Frei Gaspar, que defende acremente não ter Martim Affonso trazido familias, assegura em outro logar que em 1580 ainda existiam alguns povoadores «*que vieram n'armada* (de Martim Affonso) *com suas mulheres e filhos.*» Estamos, todavia, pela negativa, e baseamos a nossa opinião em um titulo de sesmaria de terras dadas em S. Vicente por Gonçalo Monteiro, a 4 de abril de 1538, e começa deste modo: «Por João Gonçalves meirinho morador em esta villa de S. Vicente, me foi feita a petição, que lhe désse um pedaço de terra nas terras de *Iriripiranga*, para fazer fazenda como os outros moradores, visto como era casado com mulher e filhos em a dita terra, *passa de um anno*, E É O PRIMEIRO HOMEM QUE Á DITA CAPITANIA VEIU COM MULHER *casado só com a determinação de povoar*, etc.»

Confirma-se esta mesma opinião pelo procedimento de Martim Affonso durante toda a sua viagem. Pois antes de parar em S. Vicente gastou um anno, um mez e dezesete dias em navegar e combater, o que

(1) Vide Rev., vol. IX.

não faria si trouxesse familias. Neste caso, antes de tudo fundaria a colonia para accommodar as familias, e então iria em procura dos inimigos, etc. (1)

71) **Entrada.** — *Por onde entrou Martim Affonso?* Fr. Gaspar, que com toda a energia da sua penna sustenta ser Martim Affonso o primeiro e unico fundador de S. Vicente, o descobridor do Rio de Janeiro, e o constructor da fortaleza da Bertioga, (2) assevera que entrou pela Bertioga, accrescentando que «só um louco entraria por esse canal, si conhecesse a que hoje se chama Barra de Santos». Infelizmente, porém, para o bom do Frade, consta com toda a certeza que S. Vicente existia nessa epoca desde varios annos, e frequentavam o seu porto navios europeus. Além disto, o bacharel e os outros encontrados em Cananéa hão de ter informado o Capitão-mór do que havia em S. Vicente, da presença ahi de alguns colonos, etc., etc Podemos, portanto, concluir que Martim Affonso entrou pela Barra do meio, que, das tres, era por sem duvida a melhor, e que hoje se denomina *Barra de Santos*.

As outras particularidades, a saber: a construcção da fortaleza, a retirada dos indios, os prpearativos bellicos, a ida de Ramalho até á Bertioga, a festa com que recebeu os europeus, seus patricios; o convite de subir serra acima etc., todas estas cousas, desde que se conheceu o diario de Pero Lopes, foram e ficam desterradas entre as lendas pouco mais ou menos verosimelhantes que outrora se contavam para, na falta de documentos authenticos, satisfazer de algum modo a phantasia.

---

(1) Vide Vasconcellos, pag. 79.

(2) Corrupção de *Buriquí óca*, casa ou covil de Bugios. *Óca*. casa; *Buriquis*, bugios.

III

Povos que habitavam o Brazil na epoca do seu descobrimento

72) **Introducção.** — As primeiras questões que se deviam apresentar ao espirito de Cabral e de seus companheiros, quando pela primeira vez viram os indigenas da terra que acabavam de descobrir, tão differentes dos de outros paizes, haviam de ser naturalmente as seguintes: Quem seria este povo desconhecido e extranho? Donde, como, quando viria para esta terra? Quantos seriam elles? Que lingua falariam? Quaes seus usos, costumes, religião, governo, etc.? A estas e muitas outras questões procuraremos satisfazer nestas paginas do modo melhor que nos fôr possivel.

73) **Origem.** — *Donde, como, quando viriam?* Informados cabalmente pela Revelação e pela Sciencia de que todos os homens derivam de um unico par primitivo, não podemos hesitar em asseverar que tambem os selvagens do Brazil descendem desse casal, conhecido egualmente na Historia Sagrada e na Profana pelo nome de Adão e Eva. Como do outro lado sabemos com sufficiente certeza que esse casal primitivo viveu no Antigo Continente, cumpre-nos sustentar que nossos selvagens tinham emigrado do Mundo Antigo para o Novo ou America. Quanto á epoca e ao logar dessa passagem, nada podemos affirmar, porque tanto a Historia como a Revelação se calam a este respeito. Ignoramos tambem si a America seja e tenha sido sempre inteiramente separada do resto da terra, embora não poucos autores sustentem que outrora o Novo Continente era unido com a Asia no actual Estreito de *Behring* (1), e ainda não conste si no polo arctico

(1) *Behring*, navegante dinamarquez ao serviço da Russia, incumbido em 1725 de explorar as costas da peninsula Kamtchatka, descobriu em 1728 o Estreito que lhe conserva o nome, e averiguou que a America *neste lado* é separada da Asia.

esteja, ou não, cercada pelo mar. Na hypothese, porém, menos favoravel, de ter sido a America sempre isolada como o é actualmente, podemos suppôr que seus habitantes passaram por esse Estreito. Nada mais natural do que terem esses homens avistado alguma das numerosas ilhas do mencionado Estreito, e se terem dirigido para ella. Da primeira ilha ás outras successivamente, o transito não havia de ser impossivel, nem impossivel era que os homens a pouco e pouco se espalhassem pelos immensos sertões da America até chegarem ao Brazil.

Sabemos, além disto, em nossos dias que os barbaros da Alaska passam, durante o inverno, sobre o mar gelado, indo dessa peninsula até á Siberia. Então, porque não podiam fazer outro tanto os homens primitivos? Os que vieram por esse Estreito, formaram o *tronco primitivo amarello*.

Outra hypothese, certamente não absurda, é que alguns nautas dos antigos phenicios, moradores das Canarias, fossem por alguma tempestade arrojados até á costa oriental do Novo Continente, em que ficaram por escolha, ou por falta de meios para tornar a ver a sua patria. Este seria o *tronco primitivo branco* que segundo alguns, se teria cruzado com o *tronco amarello*. Esta supposição, no ver de autores respeitaveis, é corroborada pelo nome de *carijós*, parecido com o de *carios*.

Por ultimo, como já deixamos apontado em outro logar (1), é hoje historicamente certo que, no seculo nono da éra christan, os dinamarquezes occuparam a Islandia *(ice land*, terra gelada), donde, passando para a Groënlandia, chegaram até ao parallelo da actual Nova York. Déram a esta ultima terra o nome de *Vineland* em virtude da grande multidão de videiras silvestres que nella cresciam.

Seriam, portanto, tres os povos que occuparam antigamente a America, e talvez tambem o Brazil. E' bem

(1) Vide par. 19.

natural que, encontrando-se, estes povos se tenham cruzado; nada, porém, podemos affirmar, porque nos faltam informações.

Autores ha que, examinando os sepulchros, as armas, a lingua e os ossos destes barbaros, pretendem reconstruir a sua historia desde os tempos mais remotos. Entendemos, todavia, que a Historia, para ser digna deste nome, exige alguma cousa mais determinada e certa.

74) **Epoca.** — A respeito da epoca dessas immigrações e desses cruzamentos, nada podemos aventurar nem sequer com alguma probabilidade. Podemos, é verdade, suppôr que os phenicios vieram em tempos relativamente recentes, e os primeiros em éras muito mais remotas; si, porém, tentarmos precisar de algum modo a data, não conseguiremos esquivar-nos á necessidade de reconhecer a nossa ignorancia.

75) **Ethnographia** — Comquanto o estudo das linguas nos tenha fornecido alguns meios para a ethnographia do Brazil, anterior á epoca do seu descobrimento; é mister, todavia, confessar que ainda luctamos com grande falta de dados para resolver numerosas questões.

O Sr. Couto de Magalhães no seu — *Selvagem* — admitte uma raça primitiva pura, *abaúna*, e duas mestiças. Os individuos da primeira são grandes, robustos e escuros, *côr de cobre tirante ao chocolate*. Seus representantes actualmente seriam os *mondurucús* do Amazonas, os *guaycurús* do Matto grosso, e os *chavantes* de Goyaz. Os individuos da *segunda raça* são claros, e de estatura pequena, peculiar ao valle do rei dos rios. Parte da primeira raça, segundo o mesmo autor, se teria conservado *pura* até ao presente, parte se teria cruzado com outros povos em tempos e logares totalmente incertos. É deste cruzamento que derivariam os *tapuyas* e os *tupys*.

Não ignoramos existir entre os indios essa diversidade de typo, de estatura e de côr; mas duvidamos

muito que della se possam, ao menos por emquanto, deduzir conclusões de algum valor para a sciencia ethnographica. Diremos, pois, que essas considerações do Sr. Dr. são hypotheses mais ou menos plausiveis; não mais, porém, que hypotheses, e só como taes as apresenta o seu illustre autor.

O certo é que entre os numerosos povos, habitantes do Brazil na epoca do seu descobrimento, duas eram as raças principaes: a *tupy e a guarany*. Aquella occupava o norte e o littoral, esta dominava nas bacias do Paraná e do Paraguay. Parece, todavia, que ambas eram invasoras, e tinham repellido para o interior outro povo, que por desprezo haviam denominado *tapuya*, barbaro.

76) **A raça tupy** — era o tronco principal, de que, com raras excepções, faziam parte ou descendiam todas as nações deste immenso paiz. Seguimos aqui de bom grado o Sr. Varnhagen, em cujo ver isto se deduz do proprio nome *tupy*. Pois *ypy* significa principio de geração, e *typy* ou *tupy* quer dizer geração de si mesmo, porque o **T**, anteposto a qualquer substantivo, o torna reflexivo de si mesmo. Eram, portanto, os *tupys* aquelles que se gabavam de pertencer á primeira geração ou raça invasora. Nem os diversos nomes que á primeira vista parecem indicar povos differentes, fazem alguma difficuldade, não sendo elles na realidade senão appellidos ou alcunhas já de honra e de respeito, já de odio e desprezo, ou indifferentes.

Titulo de honra era, por ex., *tupinambá*—tupy varão—visto como *abá* ou *nambá*, significa *varão*. É por isto que os indios em toda a parte ambicionavam este titulo, e, quando se lhes perguntava quem fossem, ou a que nação pertencessem, respondiam quasi todos que eram *tupinambás*. Titulo de honra era egualmente o nome *guarany* — guerreiro — que deriva de *guariny* — guerra.

Outros nomes eram appellidos de respeito, como, v. g., *tamoyo*—avô—e se dava áquelles de quem outrem

faziam timbre de descender. *Temininó* — neto — era o titulo assumido pelos que se gloriavam de provirem dos tamoyos. Observamos de passagem que, por via de regra, os jovens tratavam de *tamoyos* — avós — aos velhos, e estes davam áquelles o tratamento de *temininós* — netos.

Eram titulos tambem de respeito *guaianzes* ou *guaianazes*, que deriva de *guaiá* ou *guaianá* — irmão (1); *amoipiras* — parentes afastados ou os de além, v. g., monte, rio, etc.; — *anacés* — quasi parentes; — *inbeguás* — pacificos. — e *tupiniquins* — tupys vizinhos. — Outros nomes eram alcunhas de desprezo e de odio, como por ex., *tupinaem* — tupys máus; *maracayás* — gatos bravos; — *nheêngaibas* — linguas ruins; — *tapuy* — barbaro. — Era por isto que os indios chamavam aos europeus *tapuytinga*, isto é, barbaros brancos.

Outros eram appellidos por si, pouco mais ou menos indifferentes, e denotavam alguma qualidade ou profissão da tribu á qual esses nomes se applicavam. Por exemplo, *bugre*, termo generico para indicar os escravos, quer dizer portador de carga, e provem de *boluréa; ubijaras* — caceteiros — isto é, que manejam paus e cacetes; *guatós* — navegadores —; *guita-cá* — corredores —; *ca-tapós* — salteadores dos mattos; *jurú-una* — bocas negras —; *tupy-una* — tupys pretos —; *tupy-tinga* — tupys brancos —; *tremembés* — vagabundos ou nomades — em opposição aos *taba-jares* — aldéados — que vivem em aldéas; — *purús ou puris* — anthropophagos —; *Kairiris* — tristonhos —; *carumará* — sarnentos —; *akanpebas* — cabeças chatas. — *Caboco ou caboclo* parece derivar de *caa — boqua*, vergontea ou ramo. *Emboabas*, alcunha dada pelos indios aos colonos, vem de *amboabâ*, contracção de *mbae — abá*, que significa homem, isto é, como homem.

77) **Numero.** — A falta de informações sufficientes torna impossivel calcular com alguma approximação

(1) O nome *Guiana* tira origem dos guaianazes, habitantes da beira do Orenoque.

o numero dos selvagens existentes no Brazil na epoca do seu descobrimento. Si, todavia, reflectirmos que os primeiros descobridores, desde o Oyapock até ao Prata, encontraram por toda a parte tribus numerosas, si observarmos que o mesmo se deu, quer com os hespanhóes que subiram pelo Paraguay até ao Perú, quer com Cabeça de Vaca em sua viagem por terra, de S. Catharina para a Assumpção, com o allemão Schmidel, que atravessou o sertão desde o Paraguay até S.Vicente, com Orelhana que do Perú desceu pelo Amazonas até o Atlantico; si ponderarmos tudo isto, poderemos com toda a razão concluir que os selvagens do Brazil, nessa epoca, eram muito numerosos, e deviam subir, pelo menos, a diversos milhões.

«Não se póde numerar, nem comprehender (diz Pero de Magalhães) a multidão de barbaro gentio, que semeou a natureza por toda esta terra do Brazil... e assim como são muitos, permittiu Deus que fossem contrarios uns dos outros, e que houvesse entre elles grandes odios e discordias; porque, si assim não fosse, os portuguezes não poderiam viver na terra, nem seria possivel conquistar tamanho poder de gente». Vide Rev. XXX, II, 66.

Fica esta mesma sentença ainda mais manifesta pela seguinte observação.

Quem conhece alguma cousa da historia do Brazil, entende sem difficuldade que desde o principio do sec. XVI as causas da mortalidade entre os indios avultaram de um modo espantoso em consequencia do captiveiro a que foram reduzidos, dos exterminios justa ou injustamente praticados pelos colonos, das emigrações a que foram obrigados, e das guerras em que tiveram de derramar o seu sangue. Deve-se, por conseguinte, suppôr que no principio do sec. XVI o numero dos selvagens era notavelmente maior do que em nossos dias. Ora, segundo os calculos de pessoas competentes, e dignas de fé, existem actualmente nos sertões do Brazil para mais de tres milhões de indios ainda no estado barbaro.

Não ignoramos que Varnhagen (1) orça *apenas em um milhão* os indios existentes no Brazil na epoca do seu descobrimento, e tenta basear esta affirmação nas duas razões seguintes: — «Em certas paragens os primeiros colonos exploradores atravessavam extensões de caminho de 40 a 50 leguas sem encontrar gente. — Em qualquer paiz a povoação só toma o devido desenvolvimento quando os habitantes abandonam a vida errante para se entregarem á cultura da terra com habitações fixas».

A segunda destas razões sahe totalmente do assumpto, porque não se trata de saber si os indios se multiplicavam ou não; mas pergunta-se *quantos eram*. A segunda póde fazer mossa apenas em quem não conhece a extensão do nosso paiz, em quem nunca lançou os olhos sobre o mappa, v. g., do Matto Grosso e do Amazonas. Conta hoje o Brazil, pelo menos, de quinze a vinte milhões de habitantes. Basta, no entretanto, viajar um pouco pelo interior de alguns Estados para observar que muitas vezes se atravessam terrenos immensos sem se encontrar habitações.

Cumpre não esquecer que Porto Seguro tem sempre em vista a sua these favorita, a saber: que os colonos absorveram, não destruiram os selvagens. Esta these, verdadeira em ambas as partes, si fôr interpretada em sentido limitado, fica sendo falsa nas duas, quando se toma em sentido exclusivo como a entende Varnhagen.

78) **Lingua.** — A maior parte das numerosas linguas, faladas pelos selvagens do Brazil, eram dialectos do *tupy-guarany*, que tambem se usava no Perú, no Paraguay e, talvez, até na costa oriental da America do Norte. Dissemos *tupy-guarany*, porque uma differe tão pouco da outra, que mal se podem considerar como linguas diversas. E' verdade que nas obras dos padres, Montoya e Luiz Figueira, a differença entre ellas parece notavel; essa diversidade, porém,

(1) Hist. Geral do Brazil, 2.ª ed., pag. 13 e 14.

não existe tanto a respeito da substancia da lingua, como acerca do modo de escrever, adoptado por esses dois autores, que, sendo, um portuguez, outro hespanhol, não podiam deixar de seguir caminho differente na escolha das lettras do seu idioma para exprimir os sons da lingua selvagem (1).

79) **As propriedades** — principaes deste idioma são as seguintes: — 1) E' uma lingua *agglutinante*. Costumam os philologos reduzir as linguas a tres categorias: *monosyllabicas, agglutinantes, e de flexão*. Applicam o epitheto de *monosyllabicas* ás linguas em que cada syllaba exprime algum pensamento. Chamam *agglutinantes* as linguas, cujas raizes primitivas de uma só syllaba têem, quasi todas, perdido o seu significado, quando isoladas; manifestam, porém, alguma idéa quando entram em composição com outra raiz.

Denominam linguas de *flexão* aquellas cujas raizes já pereceram todas, de sorte que o pensamento só se póde expressar usando nomes de maior ou menor numero de syllabas, mas que não são uma raiz. Constituem esta terceira categoria as linguas européas.

A' familia das linguas *agglutinantes* pertencem, entre outras, as linguas sul-americanas, nas quaes sobresahem o *quichua* e o *tupy-guarany*. O *quichua* era a lingua dos incás, imperadores do Perú. Affirmam que se acham nella milhares de raizes do sanscrito Esta classificação chama-se morphologica, porque se limita á fórma externa.

2) Carece o *tupy-guarany* das articulações *fê, lê, rê, vê, zê, fortes*, sendo ellas sempre brandas. Em compensação possue quarenta e dois sons vogaes, que o P. Montoya indicou pelas seis vogaes com sete accentos cada uma.

3) O accento tem uma influencia muito grande, visto como altéra o sentido do vocabulo; v. g., *Túpa* significa rêde de dormir; *tupá*, raio; *tupan*, espirito

(1) Vide Couto de Magalhães, O. C. p. 41 e seg.

supremo (1). *Tupaxanma*, corda de rêde; *tupanxanma*, corda sagrada. *Púa*, cousa redonda; *puan*, levantar, empinar. Donde *itá-púa*, pedra redonda ou prego; *itá-puan*, pedra levantada, em pé. — E' tambem de lembrar que o som nasal antecedente faz nasal o consequente, e vice-versa: v. g. de *nheê*, lingua, e *catú*, bom, se fórma *nheêngatú*, porque o e de *nheê*, sendo nasal, faz nasal o *ca* de *catú*, e o converte em *nga*.

Dahi resulta a necessidade de inserir, frequentes vezes, por euphonia, alguma lettra entre uma e outra parte das palavras compostas, e a mudança reciproca das lettras *M*, *P*, *B*, *C*, *G*.

4) Possue só quatro numeros, que são: *iépé*, um; *mokoin*, dois; *moçapira*, tres; *erundi*, quatro. Para exprimirem cinco, diziam: *A-po*, mão da gente; para dez: *ce-po*, minhas mãos: para vinte: *ce-po*, *ce-pi*, minhas mãos, meus pés. O distributivo fórma-se pela repetição do numeral: v. g., *iépé iépé*, um a um; *mokoin mokoin*, dois a dois, etc.

Muitos selvagens mal sabiam contar até cinco; outros, até dez; poucos, até vinte. Deste numero em diante diziam *tuba*, muito ou muitos. E' o nosso *innumeravel*, *incalculavel*, *sem numero*, etc.

5) Toda a phrase interrogativa exige uma destas particulas — *tahá*, *será*, *tá*. São particulas interrogativas, como no latim *ne*, *an*, *utrum*. V. G. Tens tu pão? Habes ne panem? *Rerekó será miapé?* Tens tu uma boa espingarda? *Rerekó tahá iépé mucána catú?*

6) Não existe propriamente declinação de nomes, indicando-se as diversas relações, como em portuguez, por meio das preposições, que melhor se chamariam *posposições*, porque se pospõem sempre ao nome.

7) O plural dos nomes forma-se accrescentando-se ao singular a particula *itá*, *etá* ou *hetá*: v. g., *Oca*, casa; *ocaitá*, casas. *Ananma*, parente ou amigo; *Ananmaitá*, parentes ou amigos.

(1) Vê-se daqui como se enganam os que opinam que *tupá* (escrevendo e pronunciando mal) não significa espirito supremo.

8) A distincção de genero existe só para os nomes de pessoas e de animaes. Indica-se por palavras differentes, como em portuguez: v. g., *Mũ*, irmão; *rendéra*, irman; ou pospondo-se ao nome a palavra indicadora do sexo. Estas palavras são *apgaúa*, macho; *cunhan*, femêa: v. g., *Iauára apgaúa*, cão; *iauára cunhan*, cadella.

9) *Graus.*—Para formar o comparativo pospõe-se ao positivo a palavra *pire*, mais: v. g. *Catú*, bom; *catúpire*, bom mais, ou mais bom, isto é, melhor *Pedro catúpire João çui*, Pedro é bom mais João de, ou Pedro é melhor do que João.—O superlativo forma-se pospondo ao positivo a palavra *été* ou *ité*, que, quando o positivo acaba por vogal, exige um R euphonico antes de si: v. g., *Caturité*, muito bom, optimo. *Poranga*, bonito; *porangareté*, muito bonito.

Nhahá mucáua caturité, aquella espingarda é optima. Alguma vez omitte-se o R: v. g. *Abá*, pessoa; *abaété*, pessoa em grau superlativo, isto é, muito illustre —Para formar o augmentativo pospõe-se ao positivo a palavra *turussú*, grande ou muito, que na composição perde a primeira syllaba, ficando *ussú*, *uassú* ou *assú*. Ás vezes introduz-se um G euphonico entre o positivo e a fórma augmentativa, e ás vezes tambem o positivo perde a ultima vogal: v. g., *pirá*, peixe; *pirauassú*, peixe grande, baleia. *Pará*, rio ou mar; *parauassú* ou *paraguassú*, rio grande, ou mar grande, oceano. *Mogyguassú*, Mogy grande; *marajoassú* marajó grande; *igára*, canôa; *igarassú*, canôa grande. —O diminutivo forma-se pospondo ao positivo a palavra *mirim* ou a lettra *i*: v. g. *Maracujámirim*, maracujá pequeno; *imirá*, pau; *imirái*, pau fino, isto é, vara. *Jacaré*, crocodilo; *jacaréi*, crocodilo pequeno. *Pirá*, peixe; *pirái*, peixinho. Cumpre tomar cuidado a não confundir o *i* do diminutivo com o y substantivo que significa licor, agua ou rio. Pois, si *pirái*, v. g., significa *peixinho*, *piráhy*, vale—rio do peixe; *Jacaréi*, crocodilo pequeno; *Jacaréhy*, rio do crocodilo.

Caima Mesgravis
Dr. Cardoso de Melo

10) *A mais interessante* — particularidade dos nomes consiste no poder de exprimir o passado mediante o suffixo ÊRA: v. g. *Akanga*, cabeça; *akanguêra*, caveira, isto é, que foi cabeça, e da qual fica quanto basta para indicar o que foi. *Anhangá*, nome proprio de um genio ou demonio; *anhanguèra*, feiticeiro, isto é, que foi *Anhangá*, e do qual fica alguma cousa. *Taba*, aldêa; *tabaoêra* ou *tapêra*, ruinas de uma aldêa, isto é, que foi aldêa, e della fica alguma cousa. *Pi*. pelle do animal vivo; *pirêra*, couro, ou pelle do animal morto. *Soó*, carne do animal vivo; *soóquêra*, carne do animal morto.

N. B.—A euphonia, segundo o genio da lingua, exige que nos dois primeiros exemplos o A, ao receber o suffixo *èra*, se mude em *u*; que no terceiro se introduza um O entre o nome e o suffixo, ou sinão que o B de taba seja substituido por um P; que no quarto se colloque um R, e no quinto um QU, entre o nome e o suffixo.

80) **Adjectivos, pronomes, preposições.** — O adjectivo pospõe-se sempre ao substantivo. Exceptuam-se os possessivos, que se antepõem sempre: v. g. *Mucáua catú*, espingarda boa; *ce miapé*, meu pão.—Ha tres demonstrativos que servem, tanto para o masculino como para o feminino. São *guahá*, este; *nhãhá*, aquelle, *nhãhá amu*, aquelle outro. Os pronomes pessoaes são: *che* ou *xe*, eu; *iné*, tu; *ahé*, elle; *iané*, nós; *péen*, vós; *aétá* ou *ahétá*, elles.

As preposições collocam-se sempre depois da palavra sobre que actúam: v. g. *Pedro catú pire João çui* — Pedro é bom mais João de, isto é, Pedro é melhor do que João. *Che a-só ce roca keté.*—*Eu vou minha casa para*, ou vou para minha casa. *Che a-só ce roca keté paraná rupi*—vou minha casa para rio pelo, ou vou para minha casa pelo rio. *Oca*, casa, toma aqui um R euphonico em virtude do E que precede.

81) **Verbo.**—As terminações pessoaes, que nós pospomos á raiz do verbo, no *tupy-guarany* se antepõem:

v. g. *Che a-iuca*, eu mat-o; *iné re-iuca*, tu mat-as; *aîe o-iuca*, elle mat-a; *ianê iá-iuca*, nós mat-amos; *péen pe-iuca*, vós mat-ais; *aîetá o-iuca*, elles mat-am.

O pronome pessoal geralmente se omitte, excepto nas primeiras pessoas, nas quaes se une ao prefixo pessoal: *Cha-iuca*, eu mato; *iania-iuca*, nós matamos.

Ha muitos modos, mas um tempo só, que é o presente. Os outros tempos formam-se por meio de particulas indicadoras do tempo. Estas particulas ou adverbios são: *Oyei*, hoje, agora; *cuêhê*, hontem; *cury*, depois; *ana*, antes: v. g. *Che a-u* ou *cha-u*, eu como; *iné re-u oyei*, tu comes hoje, agora; *aîé o-u cuêhê*, elle come hontem, isto é, elle já comeu; *ianê ia-u*, ou *iania-u ana*, nós comemos antes; *péen pe-u cury*, vós comeis depois.

Na primeira pessoa do plural existem duas fórmas: uma dellas indica tanto os que falam como os que ouvem; outra só os que falam: v. g. *ianê ia-u* ou *iania-u*, comemos (nós todos); *ia-nê ro-u*, comemos (nós outros).

Não existe verbo correspondente ao nosso verbo *ser* no sentido de indicar a essencia, a existencia, etc.; pois o verbo auxiliar *ikó* equivale só ao nosso verbo *estar*. Vertem-se, por conseguinte, sem verbo as phrases que denotam a substancia, essencia, existencia, etc. v. g. *Che catú*, eu bom; porque *che a-ikó catú*, não quer dizer que *sou bom*, mas que *estou bom*. *Aîé o-ikó será catú*? Está elle bom?

Observaremos por ultimo que na composição de muitas palavras o *tupy-guarany* assaz se parece com o inglez: v. g. *Tupan*, Deus; *oca*, casa; *Tupan-oca*, casa de Deus; *pacoca*, casa ou cova da paca; *carapanátuba*, abundancia de carapaná ou mosquitos; *piracema*, sahida do peixe; *ubátuba*, abundancia de *ubás*, (especie de canôa); *indaiátuba*, abundancia de indaiás (especie de côco); *itámaracá*, maracá de pedra; *serigipe*, ferrão do siri; *pirátininga*, sêcca do peixe; *itatinga*, alvura da pedra, ou pedra branca; *itápira*, peixe da pedra; *igára-pé*, caminho da igára (especie de canôa), e por isto riacho, arroyo ou corrego.

82) **Trabalhos principaes sobre a lingua tupy-guarany.** — «Os Padres jesuitas hespanhóes e portuguezes foram os unicos que na antiguidade estudaram as linguas selvagens. O mais antigo e, a todos os respeitos, precioso monumento que possuimos em portuguez, é a *Grammatica do jesuita padre José de Anchieta*, o mais notavel dos antigos catechistas... Em seguida a esta obra, as mais preciosas são incontestavelmente as do P. Antonio Rodrigues Montoya, jesuita hespanhol, filho de Lima, e que floreceu no primeiro méado do sec. XVII. Escreveu elle:— *Arte e vocabulario de la lengua guaraní*, Madrid, 1640. A segunda edição traz accrescentamentos debaixo do titulo de escolios, escriptos pelo P. Paulo Restivo da Companhia de Jesus, 1724.—2) *Tesoro de la lengua guaraní*. E' a obra mais completa e o mais profundo estudo sobre a lingua; é um monumento que ha de passar ás mais remotas éras, si não perder-se agora; só com seu auxilio seria possivel restaurar a lingua, si ella se perdesse... 3) *Catecismo de la doutrina christan*. Ha duas edições, uma de Madrid que deve ser do mesmo anno 1640, e uma de S. Maria Maior, augmentada pelo mesmo jesuita, o P. Paulo Restivo, já citado... 4) *Sermones de las dominicas del año e fiestas de los indios...*»

«A's obras deste seguem-se as dos outros missionarios portuguezes. Não sei que exista um só exemplar das grammaticas de Manuel da Veiga, e Manuel de Moraes... A bibliotheca fluminense, e creio que a do Rio de Janeiro, possue um exemplar do catecismo grande dos jesuitas, pelo qual elles ensinavam a doutrina christan a nossos selvagens. Essa obra tem por titulo: *Catecismo brasilico da Doutrina Christã, com o ceremonial dos Sacramentos e mais actos parochiaes, composto por padres doutos da Companhia de Jesus, aperfeiçoado, e dado á luz pelo padre Antonio de Araujo da mesma Companhia, emendado nesta segunda impressão pelo padre Bartholomeu de Leam, da mesma companhia, Lisboa 1686*».

«*Grammatica da lingua geral dos indios do Brazil* composta pelo padre Luiz Figueira, reimpressa na Bahia em 1851 aos esforços do Sr. João Joaquim da Silva Guimarães. No meu pensar, o padre Figueira não conheceu tão profundamente a lingua, quanto o padre Montoya; comtudo, na grammatica propriamente dita, isto é, na philosophia da lingua, me parece que elle é superior ao dito padre Montoya. .

«Este padre Luiz Figueira é um desses vultos angelicos, que illuminam as primeiras paginas da historia dos jesuitas em nossa terra; já velho e cançado, não cessava de viajar pelos sertões do Brazil para catechizar e doutrinar os *pobres brasis*, como com sincera ternura os denominava no prologo da sua grammatica. Gosou da gloria do martyrio; foi morto e devorado pelos indigenas da ilha de Marajó no Pará».

«Além destes trabalhos que se referem ao tupi ou guarani, existe um mui curioso e importante sobre um grande dialecto da lingua, que era falada antigamente em grande extensão do Brazil: referimo-nos á lingua *kiriri*; tem por titulo: *Catechismo da doutrina christã na lingua brazilica da nação kiriri, composto pelo padre Luiz Vincencio Mammiani*, da Companhia de Jesus, missionario da provincia do Brazil, Lisboa 1698.» (1).

Entre as obras contemporaneas, possuimos o *Diccionario* da lingua tupy por A. G. Dias; *Crestomathia* da lingua brazilica pelo Dr. Ernesto Ferreira França; *Glossaria* linguarum braziliensium do Dr. Carlos Frederico Martius; *Vocabulario* da lingua indigena geral para uso do Seminario Episcopal do Pará pelo Padre M. J. S.; *Grammatica* da lingua indigena para uso do Seminario Episcopal do Pará pelo coronel Faria, etc. Existem muitas outras obras, relativas tanto ao tupy-guarany como ao quichua, e mais linguas sul-americanas; deixamos, porém, de menciona-las para esquivar-nos á prolixidade (2).

(1) Couto de Magalhães, *O Selvagem*, edição do Rio de Janeiro, 1878, pag. 58—62.

(2) Vide-Annaes da Bibliotheca nacional, vol. VIII, pag. 144-211.

83) **Periodo de civilização.** — Affirmam diversos autores contemporaneos que os indios do Brazil no começo do sec. XVI se achavam no periodo de civilização chamado *neolithico* (pedra nova) ou da pedra polida, e que, do periodo *paleolithico* (pedra antiga) ou da pedra lascada, ainda não se encontrou indicio algum. O Sr. Couto de Magalhães, entre outros, sustenta que esses barbaros deviam ter passado em outro paiz o periodo *paleolithico e o pastoril*, porque, diz elle, *estes precedem sempre o da agricultura, que era o de nossos selvagens nessa epoca.*« Toda a raça que é encontrada no periodo em que usa de metaes, teve sua edade de pedra. Toda que é encontrada com instrumentos de pedra polida, teve seu periodo de pedra lascada . . . A philosophia e a historia ensinam que o homem em relação á industria alimentar foi primeiro caçador e pescador, depois pastor, e só depois de haver percorrido esses dois periodos é que foi agricultor» (1).

E' destes principios que o Sr. Dr. pretende deduzir a prodigiosa antiguidade dos selvagens do Brazil, suppondo-os anteriores ao proprio Adão, e dando por necessaria uma revisão dos livros sagrados para ver si o primeiro homem acaso não seja mais antigo do que se tem pensado até agora.

Parece-nos muito claro que o Sr. Dr. devia antes de tudo demonstrar o principio sobre que baseia a sua theoria. Elle, pelo contrario, sem nem sequer suspeitar da necessidade de tal demonstração, passa a falar da descoberta de urnas funerarias encontradas no fundo de uns aterros existentes no Matto Grosso e no Amazonas—descoberta que, si baquear o principio fundamental, prova bem pouco ou mesmo nada. Appella, é verdade, para a philosophia e a historia, mas de um modo tão vago, que se torna impossivel entender o que quiz dizer. Pois affirma que a *philosophia demonstra* . . Onde? De que modo? Com qual principio? Desculpe-nos o Sr. Dr., mas cremos que a philosophia nada

(1) O Selvagem, pag. 24 e 28.

demonstra a este respeito. Em todo o caso incumbia ao Sr. Couto a obrigação de mostrar onde e como é que a philosophia faz tudo isto. Nem vale invocar os principios de Rousseau, porque Rousseau é um philosopho, não a philosophia. Por isto o Sr. Dr. neste caso, não devia dizer que a *philosophia demonstra*, etc ; mas sim : *conforme os principios de alguns philosophos, etc.*

E a historia? A historia com factos bem certos e determinados prova inteiramente o contrario, isto é, que *existiram juntamente a agricultura e a vida pastoril; o uso dos metaes e da pedra, quer polida, quer lascada.*

Essa Mestra da vida, com effeito, logo no começo refere que, dos filhos do primeiro homem, *Caim e Abel*, um foi pastor; outro, agricultor; que *Tubalcaim*, filho de Lamech, descendente de Caim, foi artifice illustrado em todas as obras de bronze e de ferro, sem mencionar que antecedentemente tivessem passado, elle ou os seus ascendentes, pelos periodos *palcolithico e neolithico*. Na epoca de Moysés e de Josué, os hebreus já conheciam os metaes, e o modo de fundi-los, visto terem no deserto feito um bezerro de ouro. Usavam, todavia, tambem da pedra, como se deprehende do capitulo quarto do Exodo, onde Moysés relata que Sephora circumcidou seu filho com uma faca de pedra. Isto mesmo póde observar-se no capitulo quinto do livro de Josué, em que Deus ordena a esse illustre capitão aprompte facas de pedra para circumcidar o povo que, tendo nascido no deserto, ainda não tinha cumprido com essa ceremonia legal.

Segundo o testemunho unanime dos egyptologos, os habitantes do valle do Nilo conheciam os metaes desde a epoca remotissima do antigo imperio, e os empregavam na agricultura, nas artes, na caça, na pesca, nos ornatos, etc. Usavam, comtudo, no mesmo tempo instrumentos de pedra, madeira, osso, chifre etc.. Que dirá o Sr. Dr., si lhe transcrevermos aqui um trecho de um egyptologo, não menos sabio do que insuspeito?

E' o illustre Chabas que, no cap. V de seus — *Etudes sur l'antiquité historique d'après les sources Egyptiènes et les monuments réputés préhistoriques*, fala do modo seguinte:—«O Egypto historico demonstrou que elle (o Egypto) fazia uso de todos os utensilios dos tempos prehistoricos: havia-se, no entretanto, supposto que esses instrumentos pertenciam á barbaria, ou que, pelo menos, provavam a ignorancia dos metaes. Si estudarmos com attenção sempre maior as descobertas desta ordem, ficará sempre mais *confirmada a coëxistencia de instrumentos de pedra, de osso e de metal.* Quando o Sr. Mariette viu que os barbeiros de Abydos rapavam a barba *com navalhas de pedra*, quando os Arabes de Quournah lhe mostraram as pontas, egualmente *de pedra*, das lanças dos beduinos, pareceu-lhe ser transportado para a edade da pedra, e concluiu que no Egypto essa edade *da pedra correu sob os pharaós, os gregos e os romanos; perseverou sob os arabes, e até certo ponto permanece em nossos dias*».

Os sabios que visitaram o Egypto neste seculo XIX, acharam em cidades outrora florescentes, numerosos instrumentos de pedra: alguns tão grosseiros, que se podem classificar como pedra lascada; outros tão perfeitos, que se devem collocar entre os instrumentos de pedra polida. Pois bem: sabe agora o nosso autor o que estes sabios observaram? E' que os instrumentos grosseiros, ou de pedra lascada, pertencem á epoca dos gregos, ao passo que os polidos são de epocas anteriores. Dahi elles estabeleceram o criterio seguinte: *Um utensilio de pedra é tanto mais antigo, quanto mais polido.* O Sr. Couto, pelo contrario, assume gratuitamente como principio que *um instrumento de pedra é tanto mais antigo quanto mais grosseiro!* Já se vê que são bem accordes!

De outros povos que se serviam da pedra, posto que conhecessem os metaes, falam diversos autores, como Tacito, Diodoro da Sicilia, Herodoto e outros. Omittimos particularidades para não abusarmos da paciencia do leitor.

A respeito do periodo pastoril observaremos que, segundo a historia de todos os paizes conhecidos, quando um povo chegou a ser pastor, isto é, a domesticar alguns animaes, nunca mais torna a separar-se inteiramente delles, porque o animal domesticado é de grande vantagem ao homem. Para conhecermos este facto não precisamos recorrer aos povos antigos. Observe-se o europeu que desde o principio do sec. XVI emigrou para a America. Não encontrou, nem o cavallo, nem o boi, nem as ovelhas, nem o cão, nem o gato, nem a gallinha; tudo, porém, elle trouxe comsigo, porque sentia a necessidade de não se separar desses animaes tão uteis, e de certo modo necessarios á sua subsistencia. Este mesmo facto repete-se hoje, para não falarmos de outros paizes, na Alaska, aonde os americanos, embora com muita difficuldade, tentam introduzir o gato, o boi, o cavallo, e outros animaes domesticos.

Os selvagens do Brazil não tinham nenhum animal domestico. E' força, portanto, admittir que, ou nunca foram pastores, ou constituem uma excepção unica entre todos os povos conhecidos.

A historia, portanto, depõe com a maior evidencia contra as affirmações gratuitas do Sr. Couto de Magalhães, porque ensina com toda a clareza ser falso que o homem tenha de passar successivamente por esses periodos, paleolithico, neolithico, pastoril, etc., etc. (1).

84) **Tabas.** — As aldêas dos indios chamavam-se *tabas*; eram geralmente fechadas por uma cerca de pau a pique, *cahiçara*, com uma unica entrada. Só algumas tribus do Paraguay faziam fojo em roda de suas moradas. A taba constava de uns poucos de ranchos, *óca*, dispostos circularmente em torno de uma praça, *ocára*, e cobertos com folhas de pindoba. Tinham uns cincoenta metros de comprido, cinco de largo, quatro de alto, sem divisão interna. Em cada

(1) Vide o Homem prehistorico na nossa Historia Universal

rancho existiam, junto ao tecto, giraus ou alpendradas, em que se guardavam os utensilios domesticos, e se recolhiam os comestiveis. Cada um communicava com a praça por meio de tres aberturas ou portaes sem porta. Nesses ranchos armava cada familia suas rêdes, e accendia o fogo sem chaminé. Caso que o fogo se apagasse, o accendiam de novo pela fricção aturada de dois paus. Collocavam a este effeito no chão um pau assaz firme, e em uma pequena cavidade, nelle praticada, introduziam outro, roliço, bem duro, que faziam rolar mui forte e velozmente entre as palmas das mãos até se produzir o lume. A mudança da taba, que, por via de regra, se effectuava de quatro em quatro annos, devia resolver-se no conselho da tribu inteira. A taba abandonada denominava-se *tabaoêra ou tapêra*, que foi taba e della fica alguma cousa. No Alto Paraguay e no Amazonas havia tribus que viviam no meio dos rios em casas construidas sobre esteios.

85) **Seus principaes utensilios domesticos**—eram o *patiguá, panicú ou panacú*, canastra de palha que servia de arca; talhas ou *iguaçabas*, potes para guardar licores; *têstos* para cozer a mandioca; *cuman*, panellas de barro; *cuyambuca, cumbuca ou cambuca* para guardar farinha; *cuyas* que serviam de copo, prato, etc.; *mussuranas*, cordas de algodão ou de embira; a rêde de dormir, *kyçaba*; o *samburá, jacá*, etc. Algumas tribus, não conhecendo a rêde, dormiam sobre uma esteira, *pembi*.

86) **Os instrumentos de musica** — eram a *inubia*, buzina; o *nay*, tambor, geralmente oblongo; o *mimby*, flauta simples, feita de algum femur ou tibia; o *torô*, flauta dobre e triple, feita de taquára; o *maracá*, cabaça quasi cheia de pedrinhas, enfiada em um cabo de pau, e ornada com pennas de guará.

87) **Usos, costumes**, etc.—Mostravam-se os selvagens extremamente hospitaleiros e generosos. Vigorava

entre os da mesma tribu uma verdadeira fraternidade communista. Andavam em completa nudez, e pintavam o corpo em formas caprichosas; sarjavam-no com dentes de cutia, e, afim de tornar duraveis essas sarjaduras, punham nellas umas côres emquanto frescas. Logo que praticavam uma façanha, faziam novos riscos com o intento de perpetuar a sua memoria. Alguns furavam os beiços, principalmente o inferior, as ventas e as orelhas, pondo nos buracos um botoque. Applicaram-lhes, pois, os europeus o epitheto de *botocudos*. Taes botoques eram de pau, de osso, de pedra polida, de barro cozido ou de ambar. Outros costumavam esburacar as faces, mettendo nestas, de dentro para fóra, dentes de animaes. Lustravam o cabello untando-o com azeite, e o aparavam mui regularmente por uma linha que passava pelo cimo das orelhas. Alguns deixavam crescer a guedelha, ao passo que outros usavam de cercilho ou coroa, e por isto os nossos lhes déram o nome de *coroados*. Tinham em geral os sentidos mui apurados e os instinctos mui agudos. «Eram todos de estatura ordinaria, reforçados e bem feitos; de aspecto tristonho, olhos pequenos, com frequencia negros, encovados, e erguidos, por via de regra, no angulo exterior, como na raça mongolica; sobrolhos estreitos e mui arqueados; orelhas grandes, cabello liso, seguro e sempre negro, bem como as barbas que arrancavam por costume, e bem assim os cabellos do corpo, pestanas e sobrancelhas, ficando lampinhos; dentes alvos e persistentes, e pés pequenos» (1). Faziam muito uso do tabaco de fumo e dos banhos; dedicavam-se com muita paixão á musica, á dança, e á toda a sorte de folga; pouco ou quasi nada ao trabalho. Eram geralmente todos anthropophagos pelo odio que votavam a seus inimigos; os tapuyas, porém, outrosim por gula. Estes comiam seus paes e outros parentes quando acabrunhados pela velhice ou doenças incuraveis, julgando prestar-lhes deste modo um acto especial de piedade!

(1) Varnhagen, p. 26.

Cultivavam os indios o cará, algodão, milho, feijão e a mandioca; conheciam a arte ceramica, e o fogo, do qual se serviam em numerosos misteres da vida. Parece que não tinham noticia dos metaes, porque, quando os viram no poder dos europeus lhes deram nomes cuja radical é sempre *itá*, pedra. Assim denominaram o ouro *itá-jubá*, pedra amarella; o ferro, *itá-una*, pedra negra; a prata, *itá-tinga*, pedra branca; o cobre, *itá-jubárana*, pedra de amarello falso.

88) **Ornatos.** — Usavam, como ornatos, *fios* de contas brancas, feitos de dentes de inimigos ou de animaes ferozes; *pennas* vermelhas, amarellas, azues, brancas, etc. grudadas no corpo. Quando o selvagem queria vestir-se de grande gala, cobria o corpo de gomma com que segurava pennas miudas, primorosamente coordenadas por suas côres. Tambem untavam a pelle afim de parecerem mais formosos. Os chefes usavam de *cocáres* (*açan-gatáres*) que lhes cobriam o craneo até ás orelhas; nos pés uns ornatos de certos fructos que tiniam como cascaveis. Da cintura pendia, pela parte posterior, uma tanga de plumas de ema. Alguns se cobriam com *açoyaba*, especie de manto feito de pennas.

89) **Trabalhos, caça, pesca,** etc. — Os homens apromptavam as armas, iam á guerra, faziam a roça, e tratavam da caça e da pesca. Occupavam-se as mulheres das sementeiras, plantações e colheitas; fiavam e teciam; fabricavam a farinha, as bebidas espirituosas e os utensilios caseiros.

Para a *caça* usavam frechas, esgaravatana, fojo e bolas. *A esgaravatana*, que ainda hoje se emprega no Alto Amazonas, é um tubo ôco, tendo mais de dois metros de comprimento, com que por meio do sópro disparavam settas finas ou *puas*, cujas cabeças estavam envoltas em pequena quantidade de algodão ou *sumaúma*. Com esta arma caçam, e nós tivemos occasião de ve-lo, lagartos, passaros, ratos, etc. No fojo,

que empregavam tambem como meio de defeza, apanhavam animaes bravos. Abriam uma cova bem alta; punham no fundo puas, estrepes e outras cousas que encommodassem ao inimigo ou á caça; cobriam-na com rama ou caniçada subtil, e uma tona de terra. O animal ou inimigo, passando por cima, cahia dentro, onde facilmente o prendiam ou matavam (1).

Na pesca grossa empregavam a frecha, mergulhando de traz della logo que a tinham despedido, ou acompanhando-a de um fio com uma palheta no fim, que, boiando, mostrava por onde ia o peixe fisgado. Arremettiam, ás vezes, os tubarões a nado, encaixando-lhes na guela um pau agudo, afogando-os por meio delle, e atirando-os á terra. Pescavam tambem com uma especie de rêde, *piçá*, e com anzóes, *pinã ou pindá*; donde veiu o chamarem-se *pindamonhangaba* as pescarias feitas com anzóes, e tambem o logar em que se faziam esses instrumentos de pescar (2).

Nos rios embebedavam o peixe, lançando na agua a planta *tingui*, ou achas de *timbó* machucadas. Moqueavam (3) o peixe, e, limpo das espinhas, reduziam-no a pó, e preparavam com elle uma certa massa ou farinha, chamada *piracuê*, que se conservava por longo tempo. O mesmo praticavam com a carne.

Em certos mezes do anno forneciam-se de mariscos em grande escala, separando-os da casca, que amontoavam no proprio logar da pesca. E' de lá que tiram origem as celebres casqueiras e ostreiras, que ainda hoje subministram tão grande copia de cal. Em

(1) Vide *Armas*, par. 99.

(2) *Piçá*, rêde de pescar; *itica*, apanhar; *piçáitica*, apanhar ou pescar com rêde. *Pinã* ou *Pindá*, anzol; *monhan*, fazer; *gaba*, logar; *Pindámonhangaba*, logar em que se pesca a anzol, ou se fazem anzóes.

(3) *Moquear* é assar ou sêccar no moquem. Pratica-se deste modo: Fincam-se no chão quatro paus altos uns dois ou tres metros; forma-se numa respeitavel altura, com algumas varas rijas, uma especie de grade ou girau, sobre o qual se colloca a carne reduzida a pedaços soffrivelmente finos: accende-se então no chão um fogo lento, e de vez em quando vira-se a carne, que vae derramando a sua gordura, até ficar, por assim dizer, passada.

ostreiras do littoral, já cobertas de arvores seculares, encontram-se ossadas humanas. E' facil concluir dahi que, quando fallecia algum individuo durante a pescaria, enterravam-no nessas casqueiras ou *sernambitibas* (1).

90) **Comida e bebida.**—Fabricavam bebidas espirituosas do aipim, do milho, dos cajús, dos genipapos, das bananas da terra ou pacovas, etc. (2) que chamavam *aypy-y*, *anaty-y*, *cajú-y*, *janipa-y*, *pacova-y*, a saber: licor de aipim, milho, cajú, genipapo, pacova, etc. O nome, todavia, generico dessas bebidas era *cajú-y*, alterado posteriormente pelos europeus em *cauim*. Afim de facilitar a fermentação mastigavam primeiro esses fructos, como praticam ainda hoje. Contou-nos um missionario do rio Napo terem uma vez tentado fabricar essas bebidas sem mastigar os fructos, mas a fermentação sahiu muito ruim. Folgamos em achar esta mesma noticia na obra de Lery, o qual refere ter feito elle mesmo esta experiencia com identico resultado.

Comiam em silencio, bebendo agua só no fim. Reservavam o *cauim* para as grandes festas, quando bebiam muito e comiam pouco. Os *morubi-xabas* ou chefes sustentavam-se á custa dos seus vassallos, e tomavam suas refeições quasi sempre á parte e recostados. Os outros comiam de gamella em commum, pondo-se de cocoras no chão. Conheciam alguns o uso do sal, e o fabricavam, apurando ao fogo agua salgada; todos, porém, em geral empregavam como tempero ou mólho uma certa massa feita com pimenta denominada *jukiray*.

91) **Nas doenças** — curavam-se com dieta de mingau, e até com abstinencia completa. Sangravam-se com o dente da cutia, ou com uma lamina de crystal de

(1) Vide *Rev.*, vol. II, pag. 522; vol. XII, pag 872 e 374; Frei Gaspar, pag. 20.

(2) *Banana* é palavra africana; *pacova* brazilica.

rocha. Curavam as feridas e as mordeduras aquecendo-as ao fogo. Procuravam deste modo certa inflammação e insensibilidade local para extrahir os humores; depois as faziam fechar e cicatrizar com oleo de copaiba. Para promover o suor punham-se ao fumo, collocando fogo debaixo das rêdes em que dormiam. Si o enfermo se achava em perigo, abandonavam-no á sua sorte. Tanto na doença como em qualquer outro trabalho ou padecimento, blazonavam de mui soffredores. O defunto carpiam-no as mulheres, que, em signal de lucto, dispunham, durante algum tempo, o cabello de outra fórma. O homem nunca devia chorar. O verdadeiro bravo tinha de ser completamente insensivel.

92) **Casamentos.** — Existiam entre os indios laços de familia, e até impedimentos matrimoniaes. Cifravam-se estes na consanguinidade proxima, a saber: mãe, irman e filha. Quem desejava casar com alguma donzella devia pedi-la ao pae, ao qual tinha de servir todo o tempo que elle exigisse. Nenhuma ceremonia religiosa santificava este gravissimo acto da vida humana e social. Festejava-se o dia das nupcias com bailes e bacchanaes. A condição da mulher relativamente ao marido era a de uma escrava. Comquanto fossem permittidos o divorcio e a polygamia, a primeira mulher considerava-se sempre superior ás outras. A viuva pertencia de direito ao irmão do fallecido, si elle a preferisse; do contrario, podia contrahir outras nupcias com quem quizesse. Caso não achasse novo esposo, passava para a classe das velhas. A mulher, logo depois de dar á luz, ia com seu filho lavar-se no rio, ficando o marido, por diversos dias, de resguardo na rêde, como si estivesse doente. O pae denominava ao filho, *taïra;* á filha, *tagira*, isto é, filho do meu sangue; a mãe, porém, chamava ambos, *membira*, isto é, filho que produzi. Furavam ao recem-nascido o beiço inferior, achatavam-lhe o nariz, e o deitavam na rêde com suas armas, onde a miudo lhe estiravam os braços e as pernas para torna-lo forte e agil. A mãe criava o filho

até nova gravidez, e, si esta demorava, o *curumi* (menino) ia mammando por sete ou oito annos. Os filhos seguiam sempre a condição do pae, nunca a da mãe; de sorte que os filhos das escravas eram livres, quando o pae era livre. Os paes gosavam na communidade de tanto maior consideração, quanto mais avultado era o numero dos filhos que criavam.

93) **Nomes**. — Além do nome recebido ao nascer, que era quasi sempre o de um animal, planta, rio, etc., cada individuo, quando ia á guerra, tomava um nome guerreiro, e, a cada acção heroica praticada, accrescentava mais um titulo ao nome.

94) **Sepulchros**. — Todos tributavam escrupuloso respeito ás sepulturas dos seus. Algumas tribus enterravam os mortos nos proprios ranchos; outras possuiam cemiterios regulares. O parente mais chegado abria a cova; a rêde servia de esquife. Os principaes enterravam-se cobertos de pennas, e com todas as armas. As tribus, que não faziam uso da rêde, punham o finado de cócoras com todos seus trajos dentro de uma talha de barro. Applica-se hoje particularmente a estas talhas o nome de *cambuchis* ou *camucins*, que os selvagens davam a todas as talhas pintadas, e que chamavam tambem *iguaçabas*; porém o termo geral tupico, para o jazigo dos cadaveres, era *t'iby*, terra propria ou de si mesmo, e o dos cemiterios *t'iby-coêra*, a saber: que foi terra propria, e da qual fica alguma cousa.

Como acreditassem que a alma continuava a acompanhar o corpo dentro do tumulo, conservavam, durante algum tempo, ao finado fogo acceso, e punham á sua disposição comida, bebida e fumo. Além disto, os que enterravam em talhas, cobriam o rosto do cadaver com um prato concavo afim de que a alma não ficasse suffocada.

97) **A fórma de governo** — era a patriarchal ou da tribu. O *morubi-xaba* [1] ou chefe da tribu era electivo. Tinha autoridade absoluta em tempo de guerra; moderada no de paz, visto como para todos os negocios de algum relevo devia consultar a assembléa ou conselho (nheêmongaba [2]) dos principaes. Não havia legislação positiva; tudo se regulava de conformidade com a lei natural, interpretada pelo uso.

Existiam bem poucas relações sociaes. A offerta do tabaco de fumo, e o correr a mão pela cabeça de quem saudavam, eram signaes de amizade. Como não possuissem numerario de alguma sorte, todas as transacções commerciaes se effectuavam em generos.

96) **Religião.** — No ver de varios autores, os indios do Brazil não professavam nenhuma religião; outros, pelo contrario, os pintam como extremamente religiosos. Essa divergencia de opiniões procede de não se distinguir entre os extremos. É certo que não possuiam templos, nem ritos religiosos propriamente sociaes.

Não se póde, no entretanto, duvidar que reconheciam e adoravam a divindade, embora de um modo muito vago e grosseiro, como se podia esperar de povos reduzidos a semelhante estado brutal. Dizer com Varnhagen que não tinham religião, porque não conheciam um Deus, unico, creador e remunerador, é pretender o impossivel. Sabemos que suas idéas eram muito vagas e incompletas, mas entre ter idéas claras e distinctas de uma cousa e não ter nenhuma, ha uma grande distancia.

Algumas tribus do norte parecia tributarem uma especie de culto ao sol, á lua e a diversas constellações. Em geral, todos attribuiam a *Tupan* o supremo poder; a outras divindades inferiores, uma influencia secundaria, ora boa, ora má. De seus numerosos deuses

(1) *Morubi*, lidador; *xaba*, chefe; *morubi-xaba*, chefe dos lidadores.
(2) *Nheê*, lingua; *mon*, fazer; *gaba*, logar; nheêmongaba, logar de fazer a lingua, parlamento.

ou genios de segunda ordem, apontaremos apenas os seguintes: — *Anhangá*, o perseguidor dos maleficos, e dos destruidores da caça, que elle protegia, era representado por um veado branco com olhos de fogo. — Os *macacheras* vigiavam os caminhos, e acompanhavam os guerreiros em suas expedições bellicas. — Os *caaporas* presidiam a caça do matto; habitavam em buracos de arvores; appareciam em fórma de meninos ou de gigantes, cobertos de pêlos negros até no rosto, e montados em um *tapyr*, anta, ou *caitetú*, porco do matto, precedido sempre por vagalumes. Quem se encontrasse com um delles, seria desgraçado em tudo. E' desse nome, parece, que deriva a palavra *caipóra*. — Os *curupiras* dirigiam os pensamentos, defendiam as florestas, e armavam laços de toda a sorte. — Os *maraguiganas* annunciavam a morte, etc. Havia tambem o *Jurupary*, o *Sacy-Cerére*, *o Emhoitatá*, o *Urutaú*, e muitos outros, cujas attribuições em geral eram maleficas. Algumas tribus adoravam o *maracá* como verdadeira divindade; outras, a onça, o papagaio, etc.

Commummente todos eram muito aferrados ás praticas supersticiosas. Tomavam nota dos sonhos com temerosa credulidade. Cuidavam se tornariam inertes, si tocassem uma coruja, e daria á luz gemeos a mulher que comesse um grão dobrado de milho miudo. Attribuiam os eclipses a um tigre e a um canzarrão que perseguiam o sol e a lua afim de devora-los. Olhavam, por conseguinte, com o maior espanto para estes phenomenos, receando que as feras conseguissem o seu intento.

Tinham algumas idéas muito vagas a respeito da vida futura e da origem das cousas. Falavam egualmente de um diluvio universal, mas de um modo muito grosseiro. «Têem, diz o P. Nobrega, memoria do diluvio, porém falsamente, porque dizem que, cobrindo-se a terra de agua, uma mulher com seu marido subiram em um pinheiro, e, depois de mingoadas as aguas, se desceram, e destes procederam todos os

homens e mulheres». Vê-se assaz claro que estas idéas são uma languida reminiscencia da tradição primitiva. Deparamos com recordações semelhantes tambem entre os selvagens da America do Norte.

97) **Sumé** — Existia em todo o Brazil, melhor diriamos, em toda a America do Sul, a tradição de que apparecera entre os selvagens um homem extraordinario, denominado *Sumé*; ensinára o uso de varias cousas uteis, particularmente da mandioca; e se retirára, porque fôra perseguido. Mostravam os indios em diversos logares umas pegadas impressas na pedra, asseverando que foram deixadas por esse varão. Os missionarios, sendo um delles o grande P. Anchieta, affirmam te-las visto. Os indios do Perú contavam que esse homem viera do Pacifico. Seria elle S. Thomé? Com certeza não é impossivel, nem faltam razões de congruencia para o suppôr; não temos, porém, informações sufficientes para o referir positivamente como facto historico (1).

(1) Cumpre aqui distinguir tres cousas: — 1) o facto de ter este homem realmente apparecido; — 2) o facto da impressão prodigiosa das pegadas; — 3) procurar saber quem fosse este varão. Quanto ao primeiro ponto, cremos que uma tradição tão uniforme e tão espalhada não deixa de merecer grande respeito a todo o historiador serio e reflectido; pois sabemos que os indios conservavam mui tenazmente suas tradições, nem esta era tal, que lhes lisongeasse o orgulho. Relativamente ao segundo, é certo que os selvagens as mostravam, e os missionarios as viram; mas julgamos difficil sustentar que fossem ou não fossem milagrosas. A terceira questão não se póde resolver sinão com razões de congruencia, como o faz Rocha Pitta, I, 102—105, dizendo que não se póde suppôr ter querido Deus faltar a estas creaturas do Brazil com a prégação que mandára fazer a todas as outras.

O conego Fernandes Pinheiro (nota 10 da Chron. do P. Simão de Vasconcellos, ed. brazileira de 1867) suggere que a tradição de S. Thomé é obra ou invenção dos jesuitas. Entretanto a *Copia der Newen Zeytung auss Presilig Landt*, que deve ter sido impressa em 1508, segundo *Wiese* (Magalhães—strass, 1881, pag. 92), diz: — «Elles têem tambem na mesma costa ou terra memoria de S. Thomé; quizeram mostrar aos portuguezes as pegadas por dentro do paiz, assim como a cruz posta por dentro do paiz. E quando elles falam de S. Thomé dizem que elle é o pequeno deus, mas que havia

98) **Pagé.** — Representante da religião, o *pagé, piaga ou caraiba*, possuia illimitada influencia, visto como se suppunha que conhecesse o futuro, todas as doenças e seus remedios; dava-se por medianeiro entre a divindade e o homem, e bem assim por senhor dos raios, das estações, da vida e da morte. Na realidade, porém, era apenas um impostor. Quem ambicionava essa dignidade devia, antes de recebe-la, passar por dura iniciação, habitando em logares escuros e remotos, só, nu, sem lavar-se, nem se pentear, sustentando-se unicamente de pimenta, e milho assado, até cahir, ás vezes, em um estado de desmaio, e morrer. Em seguida á iniciação, levava, ao menos na apparencia, vida muito mortificada e mysteriosa, isolado em tapêras, e pronunciando seus oraculos ao som do maracá. Na occasião de receber algum visitante, perfumava a sua choça com a resina da *ybira-pagé*. Conservavam seus ossos como objecto de culto.

Em nossos dias o pagé encontra-se egualmente na Patagonia com o nome de *Magé*, na America do Norte, onde os brancos o chamam *medicinaman*, e na Alaska, em que assume o titulo de *doutor*. Suas attribuições e seus embustes são, pouco mais ou menos, os mesmos em toda a parte.

99) **As armas** — principaes eram: — 1) *a clava ou maça* de quatro faces com ornatos, que, quando tinha

---

um outro deus que era maior. Pode-se bem acreditar que elles tinham lembrança de S. Thomé; pois é sabido que S. Thomé por detraz de Malaqua (Malaca) corporalmente jaz na costa de Siramalt (Coromandel) no golpho de Ceylão. Chamam elles tambem as suas crianças quasi Thomé». (O. C. pag. 102).

Accresce ainda que Thevet encontrou a mesma tradição entre os tamoyos do Rio de Janeiro, ainda não visitados pelos jesuitas.

«O nome (Zomé), diz Southey, segundo todas as probalidades, é uma corrupção do Zemi do Hayti, divindade ou pessoa divinizada. No Paraguay chamavam-no Payzumé, palavra composta, com que designavam os sacerdotes». *Hist. do Braz.*, I, pag. 324.

Vide as cartas de Nobrega, pag. 72, onde copiámos esta nota. No dito logar achará o leitor o texto allemão, que nós preferimos dar traduzido ao pé da lettra.

a fórma de um remo ou de uma pá com gumes, se denominava *tangapema*, ou, como outros escrevem, *iwarapemme e tangapema*, e servia particularmente para a matança do prisioneiro; — 2) um grande arco com o nome de *iurapára*; — 3) *as frechas*, sempre admiravelmente acabadas, que tinham nas pontas ossos aguçados, ou dentes de animaes, e, junto da outra extremidade, duas grandes pennas contrapostas. Faziam as frechas de *ubá*, ou canna brava, de *taquara* ou taboccas, de *ipi* ou caniços, e, frequentes vezes, as hervavam, molhando-as no sumo de hervas venenosas; — 4) *lanças* de pau ferro, *murucús*, hervadas e mui compridas; — 5) *tardés* ou tridentes de pedra do comprimento de quasi um metro; — 6) *laço e bola*.

Prendiam-se tres bolas a outras tantas cordas, amarradas e juntas. Cada bola devia ter o peso de uma libra, pouco mais ou menos; cada corda, o comprimento de tres a quatro metros. Servia esta arma tanto na guerra como na caça grossa. Atiravam-na com mira certeira ás pernas do animal, á volta das quaes enroscando-se a corda, o fazia cahir. Foi esta arma, fatal á cavallaria hespanhola que no começo parecia invencivel, e tão grande susto causára aos selvagens. O seu uso limitava-se ás hordas meridionaes. A de que hoje se servem os gaúchos, parece ser esta mesma, embora, talvez aperfeiçoada. — 7) *Seus escudos* ou pavezes eram pequenos, ora circulares, ora oblongos, feitos quasi sempre do couro de anta ou do peixe boi. — 8) Outra arma indispensavel era a *canôa*, chamada *ubá ou igára*. A *igára* constava de um tronco de arvore, cavado por dentro com o soccorro do fogo. Remavam-na de cincoenta a sessenta pessoas. Fabricava-se a *ubá* com uma cortiça de arvore; era menor do que a igára; tinha pontaletes no meio, e apertava-se com *cipós* afim de que permanecesse convexa. O remo denominava-se *apecuitan*; a pá do leme, *yacuman*.

Não poderam os europeus deixar de admirar as canôas, a rapidez de seus movimentos, e o modo bem compassado de remar.

100) **Guerra.** — Reunem-se os principaes da aldêa ou da tribu no terreiro; armam suas rêdes, e assentam-se. Ouvem com muita attenção o discurso do *morubi-xaba*, ao qual responde cada um de per si, começando pelos mais velhos. Resolvida a lucta, entregam-se todos com o maior affinco aos preparativos, que consistem nas armas, e na *farinha de guerra* (1). Anda neste meio tempo o maioral bem azafamado em persuadir a todos a justiça da guerra, exhortando-os a combater com valor. No dia seguinte, depois de almoçarem, toma cada um suas armas, a rêde de dormir, um pouco de farinha, e partem. Os principaes conduzem comsigo suas mulheres, que levam a farinha e a rêde. Antes de se abalarem, nomeia o maioral um capitão da dianteira, exploradores, espias, etc. Marcham em fio, procedem com muita cautela, etc. A guerra offensiva emprehende-se sempre de surpresa sem previa declaração. O systema do ataque é o das ciladas, cahindo de repente sobre o inimigo com grandes urros quando o suppõem descuidado. Combatem tumultuariamente com musica, e gritaria infernal. A maior gloria para o guerreiro é assenhorear-se de algum dos inimigos, e leva-lo prisioneiro. Quando nos combates querem render-se, atiram fóra as armas, e põem as mãos sobre a cabeça.

Retiram-se os vencidos commummente em desordem; os vencedores queimam a taba inimiga, e reservam os prisioneiros para um horrivel banquete anthropophago. Cada parcialidade leva do campo da batalha seus mortos, já para occultar a propria perda, já para honrar-lhes os restos mortaes.

101) **Matança dos prisioneiros.** — Os prisioneiros são conduzidos para a taba, e postos a bom recado em prisões, com cordas de algodão grossas e fortes.

(1) Formavam com esta farinha pequenos pães, embrulhados com folhas de tal modo, que não lhe prejudicava a agua ainda que cahissem em um rio. Ajuntavam-lhe um pouco de *carimam*, e a cozam mais do que a outra.

«E dão a cada um por mulher a mais formosa moça que ha na casa, a qual tem o cuidado de o regalar e lhe dar de comer até que engorde e esteja (1) para o poderem comer, e então ordenam grandes festas e ajuntamentos de parentes e amigos, chamados de trinta, e quarenta leguas, com os quaes na vespera, e dia do sacrificio, cantam e bailam, comem e bebem alegremente, e tambem o padecente come e bebe com elles, depois o untam com mel de abelhas, e sobre o mel o empennam com muitas pennas de varias côres, e a logares o pintam de janipapo, e lhe tingem os pés de vermelho, e mettendo-lhe uma espada na mão, para que se defenda como poder, o levam assim atado a um terreiro fóra da aldêa, e o mettem entre dois mourões, que estão mettidos no chão, afastado um do outro alguns vinte palmos, os quaes estão furados, e por cada furo mettem as pontas das cordas, onde o preso fica como touro, e as velhas lhe cantam, que se farte de ver o sol, pois cêdo o deixará de ver, e o captivo responde com muita coragem, que bem vingado ha de ser, então vão buscar o que ha de matar á sua casa todos os seus parentes e amigos, onde o acham já pintado de tinta de janipapo com carapuça de pennas na cabeça, manilhas de ossos nos braços, e nas pernas, grandes ramaes de contas ao pescoço, com seu rabo de pennas nas ancas, e uma espada de pau pesada de ambas as mãos mui pintada, com cascas de mariscos pegádas com cera, e no cabo e empunhadura da espada grandes pennachos; e assim o trazem com grandes cantares, e tangeres de seus buzios, gaitas e tambores chamando-lhe bemaventurado, pois chegou á tamanha honra, e com este estrondo entra no terreiro, onde o paciente o espera, e lhe diz que se defenda, porque vem para o matar, e logo remette a elle com a espada de ambas as mãos, e o padecente com a sua se

(1) Parece-nos provavel faltar aqui uma palavra, v. g. *prompto* ou *proprio*.

defende, e ainda ás vezes offende, mas como os que o têem pelas cordas o não deixam desviar do golpe, o matador lhe quebra a cabeça, e toma nome, que depois declara com grandes festas de vinho, e cantares, em seu louvor, e se faz riscar, e lavrar com um dente agudo de um animal, e lançando pó de carvão pelos riscos e lavores ensanguentados, fica com elles impressos toda a vida, o que tem por grande bizarria, porque por estes lavores, e pela differença delles se entende quantas cabeças quebrou».

«Em morrendo este preso, logo as velhas da aldêa o despedaçam, e lhe tiram as tripas e forçura, que mal lavadas cosem para comer, e reparte-se a carne por todas as casas, e pelos hospedes, que vieram a esta matança, e della comem logo assada, e cosida, e guardam alguma muito assada, e mirrada, a que chamam moquem, mettidas em novellos de fio de algodão, e posta nos caniços ao fumo, para depois renovarem o seu odio e fazerem outras festas, e do caldo fazem grandes alguidares de migas, e papas de farinha de cariman para supprir na falta de carne, e poder chegar a todos; o que o matou nenhuma cousa come delle, antes se vae logo deitar na rêde, e se faz todo sarrafaçar, sangrar, tendo por certo que morrerá sinão derrama de si aquelle sangue, nem faz o cabello dali a sete ou oito mezes, os quaes passados faz muitos vinhos, e appellida os amigos para beber, e cantar e com essa festa se tosqueia, dizendo que tira o dó daquelle morto, e é tão cruel este gentio com os seus captivos, que não só os matam a elles, mas se acontece a algum de ter filho da moça que lhe deram por mulher, a obrigam que o entregue a um parente mais chegado para que o mate quasi com as mesmas ceremonias, e a mãe é a primeira que lhe come a carne; posto que algumas, pelo amor que lhes têem, os escondem, e ás vezes soltam os presos, e se vão com elles para suas terras, ou para outras» (1).

(1) Frei do Vicente Salvador — *Historia do Brasil*, pag. 31—33.

Particularidades

O que acabamos de expôr pertence aos indios em geral. Não será agora fóra do nosso assumpto, nem deixará de ter especial interesse para o leitor, referir alguns costumes, particulares ás differentes nações ou tribus.

102) **Tribus do Brazil.** — *Os guayanazes* (em S. Vicente) viviam em cavernas subterraneas, onde conservavam fogo a arder de dia e de noite. Não tinham rêde; dormiam sobre pelles, e camas de folhas. Sustentavam-se unicamente de caça, pesca, e fructos silvestres, não cultivando a terra, nem criando animaes. Ao morrer algum delles, enforcavam um certo numero de seus amigos ou parentes, pessoas do mesmo sexo e, quanto era possivel, da mesma edade do fallecido, para que este tivesse companhia adequada. Caso faltassem victimas voluntarias, preenchia-se o numero á força. Si o defunto era um dos chefes, sacrificavam-se seus vassallos em logar de seus parentes. Nenhum outro rito cruel observavam os guayanazes, raça simples, e facil de acreditar tudo; tratavam sempre bem aos portuguezes, e guerreavam egualmente os carijós do sul, e os tamoyos do norte.

Os goytacazes (Parahyba do Sul), nadadores mui valentes, só se batiam em campo raso; nunca nas selvas, nem de emboscada.

Os papanazes (no Espirito Santo), caçadores e pescadores, dormiam no chão em cima de folhas. Si um delles matasse outro, ainda que casualmente, era entregue aos parentes do morto, e, na presença dos de ambas as partes, immediatamente estrangulado e enterrado. No acto da execução, todos faziam clamorosas lamentações, e depois banqueteavam juntos por muitos dias até desapparecer qualquer vestigio de inimisade. Caso o delinquente se evadisse, quem pagava a pena, ficando escravo do herdeiro do morto, era o filho, a filha, ou o parente mais chegado em sangue.

Os tupiniquins (em Porto Seguro) passavam por ser os mais mansos e fieis, infatigaveis e valentes de todos os indigenas do Brazil.

Os cahétés (em Pernambuco) eram notaveis por suas canôas (juncadas ou jangadas) de uma especie de palha comprida, que uniam em mólhos, mui apertada com umas varas fortes e rijas. Eram tão grandes, que podiam levar dez ou doze pessoas. Oppozeram tenaz resistencia aos primeiros colonos.

Os tabajares (em Pernambuco) foram a primeira tribu brazileira que se ligou aos portuguezes. Dentre seus guerreiros que apoiaram os colonos, destacam-se *Tabyra*, *Itagybe* (braço de pedra), e *Piragybe*, braço ou antes espinha de peixe.

103) **Os Aymorés**—a mais selvagem e temivel de todas as tribus do Brazil, eram, como alguns querem, um ramo de tapuyas que outrora possuira no sertão uma linha de terra, parallela á costa, do S. Francisco ao Cabo Frio, e fôra pelos tupinambás rechassado para o interior. Ahi se tinham multiplicado em quanto os portuguezes rareavam as tribus maritimas. A sua lingua, cuja pronuncia era muito dura e guttural, differia de todas as outras. Não usavam trajos, nem possuiam habitações, deitando-se como brutos a dormir pelas florestas. Na estação chuvosa dormiam debaixo de arvores, formando com os ramos apenas uma especie de tejadilho. Viviam de fructos silvestres, do que matavam com suas settas, e dos inimigos a quem caçavam como animaes, não rosto a rosto, mas occultos entre balsas e brenhas, onde os esperavam com heroica paciencia. Não tinham chefe, e nunca se reuniam em grupos grandes, andando sempre em pequenos magotes.

Mui valentes no curso, não sabiam nadar; nunca faziam uso de banhos, nem eram capazes de atravessar qualquer corrente que não se podesse vadear. Presos, recusavam comer, deixando-se morrer á fome. Tambem os *pirantintins*, que actualmente occupam um largo tracto de terra na margem direita do Alto Madeira,

nunca se põem em agua, nem sequer por meio das canôas. Seriam, pois, descendentes dos aymorés?

Affirma Varnhagen, pag. 292, que *aymoré* é na costa do Brazil um peixe de ovas mui peçonhentas; que este nome, dado a esses barbaros, devia ser alcunha que lhes applicaram os proprios indios. Segundo o mesmo autor chegaram pela primeira vez á costa, junto do rio das Caravelas, e, talvez, fossem garfo extraviado de algumas das raças meridionaes, patagonicas ou araucanas.

104) **Tribus meridionaes e do Paraguay.** — Entre os *timbués*, tribu do Paraná, os homens andavam nus, vestindo as mulheres, uma saia de algodão que descia até aos joelhos.

Os cucremagbás—no Paraguay, traziam uma penna de papagaio atravessada no nariz.

105) **Os payaguás** — dominavam o rio Paraguay desde o lago Xarayes até á sua confluencia com o Paraná; tinham algarroba, caroba, acacia ou arvore dos gafanhotos, de que faziam um licor doce, semelhante ao mosto, e uma farinha que comiam com peixe. Eram quasi amphibios. Approximavam-se, ás vezes, do navio na escuridão, e o viravam de tal modo, que ia encalhar; pois não existia no rio escolho, ou banco de arêa que não conhecessem. Outras vezes nadavam desapercebidos até ao barco, com só a cabeça de fóra da agua, e em um instante o abordavam por todos os lados. Suas canôas, extremamente ligeiras, podiam levar tres pessoas. Perseguidos e alcançados, viravam-nas, servindo-se dellas como de pavezes contra as armas dos inimigos; passado o perigo, as endireitavam de golpe, e seguiam avante. Em terra, armavam ciladas aos caçadores, attrahindo-os com a voz imitada do animal ou da ave que estes buscavam. Quando se tratava de partidas numerosas, os enganavam offerecendo-se por seus guias, dando-lhes mantimentos e fructas, e levando-os deste modo até os ter em seu

poder para cahir então sobre elles de improviso. Os pés de suas mulheres eram tão pequenos, que têem sido comparados aos das chinezas.

106) **Os guaranys**—no Paraguay, cultivavam a mandioca e o milho; criavam aves e patos e tambem papagaios em casa. Comquanto a dignidade de *morubi-xaba* fosse hereditaria, podia egualmente adquirir-se por meio da eloquencia e do valor. Suas mulheres andavam sempre decentemente vestidas, e tambem alguns homens traziam pelles que lhes cahiam dos hombros até abaixo dos joelhos; outros levavam curto sendal de pennas; diversos uma especie de rêde que pouco servia para cobrir a nudez, ou defender-se contra o frio.

Distinguiam-se os guaranys na matança dos prisioneiros pelas particularidades seguintes: As mulheres amarravam o infeliz preso, obrigando-o a dançar durante uma hora. Então um guerreiro o derrubava, dando-lhe um golpe nos rins e outro nas tibias. Feito isto, punham-se tres crianças de seis ou sete annos a martellar-lhe a cabeça com machadinhas, assistindo a isto os paes e parentes dos rapazinhos, que os exhortavam a serem valentes, e a apprenderem como é que se mata um inimigo. Quem vibrava o primeiro golpe tomava desde logo o nome da victima.

107) **Os guaycurús**—eram caçadores, não tinham domicilio certo, e construiam suas tendas com esteiras. Corriam com tanta velocidade, que superavam qualquer animal. Em novembro recolhiam a casca da algarroba, que punham de conserva em farinha, preparando daqui uma bebida forte. Prestavam a um chefe honras extravagantes: no acto de escarrar, extendiam os circumstantes as mãos para receber-lhe a saliva. Esta mesma nojenta ceremonia praticava-se entre os payaguás.

Para ser admittido na ordem dos guerreiros, devia o guaycurú dar prova de seu valor, mostrando que podia soffrer a dôr como se fosse insensivel. E' o que

faziam córtando-se e picando-se nas partes mais delicadas. Educavam os rapazes, ensinando-lhes a blazonar destas demonstrações de fortaleza, e a travar com furia real guerras simuladas. Costumavam dar de noite seus assaltos, escolhendo sempre as mais escuras. Era distinctivo de classe o modo de córtar o cabello Os homens andavam nus; as mulheres vestiam-se decentemente com pelles ou pannos da cintura para baixo, pintando o resto do corpo como os homens. Quando se enterrava um morubi-xaba, suicidavam-se alguns dos seus para lhe fazer companhia; outros eram mortos sem que lhes consultassem a vontade. Nos cemiterios erigiam aos finados cabanas, onde depositavam viveres, roupa, e tudo o mais de que poderia carecer o espirito. Os *enacagás*, uma das tribus em que esta nação se divide, são abominados das outras, porque abrem as sepulturas em busca do que se enterrou com os mortos. Acreditavam os guaycurús que as almas dos malvados eram condemnadas a ir animar feras.

Matavam todas as crianças deformes, illegitimas ou gemeas, acaso por supporem que sahiriam fracas. Costume ainda mais barbaro era o de criar cada mãe um só filho, procurando abortar, ou privando da vida todos os outros, logo depois de nascidos. Ao unico, porém, que ficava, faziam todas as vontades e desejos por mais caprichosos que fossem. Vedava-se aos homens tomar ao mesmo tempo mais de uma mulher; era-lhes, porém, licito mudar de consorte quantas vezes quizessem. Todos os dias, ao romper da alva, cantavam um hymno, e, aos primeiros raios da aurora, sahiam todos, prostrando-se por terra, talvez, em adoração do sol nascente (1).

Traficavam os guaycurús com os guaranys, recebendo milho, mandioca e mandubis, e dando peixe, pelles cortidas, uma especie de manteiga ou banha, e

(1) Em algumas tribus do Norte America encontra-se este mesmo uso, que os missionarios catholicos lhes conservaram, mudando só a prece, e o objecto da adoração.

caça conservada por um processo que chamavam *barbacôa*, assim como panno fabricado com uma especie de entrecasca, e pintado com muitas côres. No commercio vociferavam tanto como na peleja; levavam, porém, tudo de bom humor.

Tendo os guaycurús adoptado mais do que nenhuma outra nação o uso dos cavallos, chamam-lhes alguns autores *indios cavalleiros*.

Da mesma arte que os payaguás, infestaram os guaycurús o rio Paraguay até aos fins do sec. XVIII, matando um sem numero de portuguezes e de brazileiros.

108) **Vida das tribus aquaticas do lago Xarayes.**—Emquanto o Paraguay corre pelo canal ordinario, armam estas tribus aquaticas suas tendas sobre a margem do rio, e vivem de peixe, cantando e dançando toda a boa estação. Principiam em janeiro as inundações que por mais de cem leguas de largura transformam em um mar todas as terras baixas. Têem então os barbaros promptas as canôas, cada uma das quaes possue um lar de barro; e mettida numa destas arcas, entrega-se cada familia ás aguas do diluvio, não esquecendo de levar comsigo tambem a tenda. Vivem deste modo cerca de tres mezes, achando provisões nas terras altas, onde, ao subir da cheia, matam os animaes que ahi se abrigam. Quando as aguas voltam ao seu canal costumado, tornam os selvagens aos antigos logares de moradia, armam de novo suas casas, e dançam e cantam outra estação de bom tempo. Esta nação não tem chefe. As cordas das rêdes fazem-se entre elles de uns filamentos de plantas, batidos, e espadelados na agua por quinze dias, e então assedados numa especie de concha dentada, depois de brancos como a neve.

109) **Cacociés, chanesés e xaquesés.**—(Alto Paraguay).—Criavam estes selvagens patos para devorarem uma especie de grillo, que infestava as casas, vivendo na palha, e roendo as pelles, bem como outros

artigos de vestuario. Suas canôas de pequenas só levavam dois remos, mas tão destramente manejadas, que pareciam voar sobre as aguas. Cultivavam mandioca, milho e amendoim. De noite recolhiam sua criação: os patos para lhes matarem os grillos; os passaros para que os livrassem dos morcegos vampiros. Prevalecia entre estas tribus a hedionda moda de extender as orelhas, e o conseguiam usando, em logar de brincos, cabaços, cujo tamanho iam augmentando pouco a pouco, até que no buraco donde pendiam, podesse caber o punho de um homem, cahindo sobre os hombros a extremidade inferior da orelha. Como estas orelhas abertas offerecessem ao inimigo uma presa muito facil, tapavam-nas, quando entravam em combate, ou as amarravam atraz da cabeça. Eram estas tribus, sociaveis; mas não viviam promiscuamente, possuindo cada familia sua propria habitação. Tinham idolos de madeira. As mulheres fiavam algodão; andavam vestidas da cinta para baixo; pintavam o resto do corpo, e lanhavam as faces. Os homens aformoseavam o labio inferior, trazendo nelle a casca de uma fructa do tamanho de um prato grande.

110) **Os xarayes** — viviam em familias separadas, ornando os homens o labio inferior á moda dos que acabamos de ver. Mais singular é que trouxessem bigodes. Fiavam as mulheres algodão, e faziam estofos finos como a sêda, em que teciam figuras de animaes. Pintavam-se ambos os sexos do pescoço aos joelhos com uma côr azul. A perfeição desta pintura era tal, que um allemão, ao ve-la, duvidou si o melhor artista da Germania excederia a limpeza e o intrincado do desenho. Faziam duas colheitas cada anno, e criavam patos para livrar-se da perseguição dos grillos.

111) **Chiquitos ou pequenotes.** — Applicaram os hespanhóes este nome a uma nação da Bolivia, porque tinham, os indios, tão baixas as portas de suas casas, que por ellas só se entrava de rastos. A razão

deste extranho costume, segundo elles diziam, era que deste modo se livravam dos mosquitos e de outras pragas semelhantes, ao passo que os inimigos não podiam disparar-lhes settas de noite. Os homens andavam nus, excepto os morubi-xabas, que trajavam uma como tunica de algodão com meias mangas, egual á de que usavam as mulheres. Adornavam-se com fios de pedras coloridas passados em roda do pescoço e pernas, e de um sendal de plumas, cujas côres combinavam com muita arte e gosto. Tambem nas orelhas punham pennas, e um pedaço de estanho no labio inferior. Os que de mais destros atiradores blazonavam, cobriam-se com as caudas dos animaes que tinham matado. A polygamia era privilegio dos chefes; permittia-se, porém, aos outros trocar a mulher quando quizessem. As mulheres, sempre tanto mais bem tratadas, quanto o systema da sociedade conjugal mais se approxima da monogamia, levavam aqui boa vida. Seu mister cifrava-se em fabricar a tunica e a rêde, em abastecer de agua e lenha o rancho, e em cozinhar as frugaes refeições.

112) **Itatines.** — Deixavam os homens crescer o cabello em roda da coroa, rapando o resto da cabeça; de ornato servia-lhes uma canna passada pelo labio, que para isso furavam aos sete annos de edade. As mulheres escarnificavam-se, alanhando-se; e ambos os sexos traziam nas orelhas uma concha triangular. Os homens apenas se cobriam de um curto avental; as mulheres trajavam um vestido completo de panno, feito de casca do pinho. E' branco, toma facilmente qualquer côr, e a conserva por muito tempo. Foi provavelmente desta tribu que nos veiu pela primeira vez a gomma elastica. Vigorava entre elles o costume extranho de se falarem a grande distancia por meio de trombetas ou gaitas. Não se baseavam no principio vulgar do porta-voz; pois ninguem, por mais versado que fosse na lingua, entendia os signaes, si primeiro não lhe dessem a chave.

113) **Os cayaguás** — o ramo mais rude da raça guarany, habitavam as florestas entre o Paraná e o Uruguay; não viviam em estado social, morando cada familia á distancia numa miseravel choça, feita de galhos de arvores, subsistindo unicamente de caça, e contentando-se, por falta de cousa melhor, com ratos, cobras, formigas, minhocas, e toda a sorte de reptis e vermes. Accusam-nos de armarem ciladas aos homens, matando-os para come-los. As mulheres vestiam-se decentemente, e eram brancas quasi como os europeus, porque nunca sahiam de seus escondrijos. Os homens traziam pelles mais como ornato do que como vestido.

114) **Os guanas**—depois dos guaranys, eram a raça mais numerosa e mais adiantada do sertão. Em logar de dormir em rêdes ou pelles, erguiam uma tarimba sobre quatro cavalletes, e em cima extendiam uma cama de raminhos, cobrindo-os primeiro com pelles e depois com palha. Quando as crianças chegavam aos oito annos de edade, levavam-nas ao campo com grande ceremonial e em silenciosa procissão. Passado ahi o dia em jejum, conduziam-nas da mesma fórma para casa. Picavam-lhes em seguida os braços, e lhos furavam com um osso aguçado, o que ellas soffriam sem chorar, nem extremecer. As operadoras eram velhas, em cujas mãos se achava o exercicio da medicina, que consistia principalmente em chupar o estomago do doente. Especial influencia exerciam entre os guanas as mulheres; mas a procuravam por meio de uma pratica atroz. Exterminavam a maior parte das crianças do seu sexo, enterrando-as logo ao nascerem para que subisse o preço das que poupavam. Tornadas assim escassas, eram as mulheres objecto de grande emulação: casavam sempre o mais cêdo possivel antes de nove annos de edade, ao passo que os homens permaneciam solteiros até aos vinte e mais annos, isto é, até terem força para supplantar os rivaes. Antes do casamento estipulava a noiva o quinhão que lhe havia de tocar nos trabalhos agricolas e domesticos do casal, declarando-se

no contracto o que tinha de fazer e o que della não devia exigir o marido. Convencionava-se egualmente si o marido teria outra mulher (cousa que raras vezes acontecia), ou a mulher outro marido, e quantos, e como repartiria o seu tempo. Intrigas, crimes, e frequentes divorcios eram as consequencias de semelhante systema, e as vantagens que as guanas colhiam por meio tão detestavel, terminavam por torna-las menos honestas e menos felizes do que as mulheres de outras tribus.

Bebiam os guanas agua simples; eram sobrios; viviam unidos entre si, e respeitados dos vizinhos. Por uma singular especie de convenio achavam-se debaixo da protecção dos guaycurús, a quem serviam nas jornadas, e lhes cultivavam as terras, devendo estes em compensação defende-los contra todos os inimigos. O serviço, ou era em si mesmo tão leve, ou tão raras vezes exigido, que a sujeição, embora reclamada por uma parte e reconhecida pela outra, dizem ter sido quasi nominal, posto que fosse real e efficaz a vantagem que della derivavam os guanas.

115) **Tribus do Alto Amazonas.**— *Os encabellados*, no rio Aguarico ou do Ouro, affluente do Napo, deixavam crescer o cabello até incommodo comprimento, ás vezes até abaixo do joelho, moda commum a ambos os sexos. Foi em attenção a este costume que os hespanhóes lhes deram o nome de *encabellados*. Ignora-se qual fosse o seu nome vernaculo. Eram anthropophagos; cobriam com folhas de palmeira suas casas, arte em que revelaram bastante engenho. O dardo era a sua arma principal.

116) **Omaguas, umanas ou cambebas**–(1) nação numerosissima, apertando a testa e o toutiço entre duas taboas, tornavam perfeitamente chatas as cabeças com

(1) O primeiro nome foi dado pelos hespanhóes; o terceiro, pelos portuguezes; o segundo é o vernaculo. Todos significam *cabeça chata*. —Berredo, no par. 719, refere a opinião de terem os omaguas adoptado esse costume como distinctivo das outras nações para que nunca

o fim de procurar a maior semelhança possivel com a lua cheia, para elles o idéal da belleza de um rosto humano.

O craneo, portanto, desenvolve-se para os lados, mais semelhante a malfeita mitra, do que á cabeça humana. Pelos fins do seculo XVIII já cahira em desuso o emprego das taboas, contentando-se esses selvagens com moldar a cabeça á força de expreme-la entre as mãos. As mulheres traziam tanto cabello, que lhes occultava a deformidade. Todos os autores são accordes em representar estes indios a tribu mais civilizada, razoavel e docil de todo o valle do Alto Amazonas. Teciam com o algodão que cultivavam, pannos de variegadas côres. Andavam ambos os sexos decentemente vestidos de um sacco com aberturas para os braços. Armas lhes são as settas e o pau de arremesso. Matam o mais valente dos seus prisioneiros, não para o devorar, mas para se livrarem de um inimigo perigoso; os cadaveres atiram-nos aos rios, guardando por trophéos as cabeças. Aos outros, que poupam, tomam extraordinario affecto, e si alguem lhes propõe vender um captivo, offende-os a proposta como cousa horrivel que não podem ouvir. Embriagam-se com duas hervas: uma chamada *floripondio* pelos hespanhóes, outra *curupá* na propria lingua delles. Vinte e quatro horas dura a embriaguez, que, segundo dizem, produz extranhas visões. Da *curupá* fazem uma especie de rapé que tomam por meio de um junco bifurcado, inserindo os dois braços nas duas ventas, e sorvendo o pó com ridiculas visagens.

Dos omaguas recebemos o *caoutchouc* ou gomma elastica. Foram os portuguezes do Pará os primeiros que lhe conheceram a serventia. Della faziam, e ainda fazem, sapatos, botas, vestidos, etc. etc.

Os tucunas — acreditam na metempsychose, praticam a circumcisão, e adoram um idolo caseiro chamado

---

fossem escravizados sob o pretexto de que eram anthropophagos. Mas o costume já entre elles prevalecia antes que nenhum caçador de escravos tivesse alcançado esta parte do sertão.

Ita-ho. Mais pertinazmente, do que outros nenhuns selvagens americanos se mostram aferrados aos seus erros supersticiosos. Os homens cingem os rins com um tecido da casca de uma arvore denominada *aichama;* as mulheres andam nuas.

Os purús — são notaveis por seus jejuns expiatorios, durante os quaes nenhum estado de doença ou fraqueza vale como escusa para quebra-los, morrendo effectivamente muitos de pura abstinencia.

Os caripunas e os zurinas—primavam na arte de entalhar. Suas cadeiras ordinarias eram cortadas da fórma de qualquer animal, bonitas, e muito commodas.

117) **Singularidades amazonicas**. — Em geral, as numerosas tribus do Amazonas offereciam, entre outras, as singularidades seguintes. Afim de collocarem a farinha de mandioca ao abrigo das inundações regulares, a depositavam em poços fundos, hermeticamente tapados á prova de agua, *waterproof*. Nutriam-se principalmente de peixes, entre os quaes primava o denominado *boi* pela configuração da cabeça, posto que não tenha chifres, e por orelhas dois orificios apenas. A semelhança está no todo da fórma e na boca. É do tamanho de um cavallo, mas seus olhos não são maiores do que um grão de ervilha. Nunca deixa a agua. Em logar de pernas tem duas barbatanas, uma de cada lado da barriga, perto das espaduas, adelgaçando-se gradualmente até terminar na cauda que é chata. Entre outros utensilios domesticos possuiam, estes barbaros, enormes cestos, tão apertadamente entrançados, e tão bem calafetados com gomma, que serviam para guardar licores sem perigo de ve-los vasar.

Tinham idolos de sua propria lavra, distinguindo-se cada um por qualquer attributo apropriado, como o deus do rio pelo peixe na mão; outro presidia ás sementeiras e colheitas, e um terceiro era o dispensador da victoria. Nenhuma ceremonia de culto se praticava, e esquecidos jaziam os idolos na choupana emquanto não se precisava delles para a semeadura, pesca ou

guerra. Algumas tribus queimavam seus mórtos nas suas habitações, e lançavam na fogueira quanto havia pertencido ao defunto. O funeral durava sempre por muitos dias, e era invariavelmente acompanhado pela distribuição profusa do *cauim*.

118) **Usos e costumes** — *que dos selvagens passaram aos colonos europeus.* — As circumstancias particulares do paiz, não menos que as relações com seus habitantes induziram os primeiros colonos a receber dos barbaros o uso de muitos objectos, instrumentos, utensilios, etc., etc. conforme vamos indicar com toda a brevidade. A rêde de dormir, o uso frequente dos banhos, e o tabaco de fumo que, passando á Europa, constituiu no seculo XVII um dos ramos da industria brazileira: o systema de roçar e derrubar, cada dois ou tres annos, novos mattos virgens; queima-los, encoivara-los e, por fim, semea-los, ficando o terreno coberto de troncos e madeiros, que se vão a pouco e pouco apodrecendo; o uso do aipim, milho, feijão, pirão, mingáu, cará, inhame, da mandioca, manicoba, das aboboras, das pacovas ou bananas da terra, das folhas do *tayá* ou *tayobas*, das cambuquiras, da batata doce ou da terra: tudo vem dos indios.

Na construcção das casas adoptou-se, e em muitos logares ainda se adopta o *cipó-embé* para segurar as ripas; a barrotada para substituir o muro de pedra e cal; o girau em vez do assoalho; a palha ou sapé em logar das telhas. Dos utensilios domesticos, instrumentos, etc., muitos derivam dos selvagens. Relativamente á navegação pequena ou barquejar, pesca e caça, quasi tudo vem delles: v. g. as juncadas ou jangadas de Pernambuco e do Ceará, as ubás ou montarias do Amazonas, as canôas do sul, as balsas de mólhos de *timbó* ou *periperi*; o buzio ou *uatapi*, que os canôeiros no Amazonas ainda hoje tocam, cuidando chamar com isto o vento, etc.

Quanto á lingua, são innumeraveis as palavras tupicas adoptadas no portuguez, quer para nomear animaes,

aves, peixes, hervas, arvores, fructos, logares, usos, etc., quer simplesmente para enriquecer a lingua: v. g. moquear, encoivarar, etc. etc.

119) **Conclusão.** — Remataremos esta digressão, relativa aos selvagens, observando — 1) que muitissimos usos, costumes, instrumentos, etc. são communs aos barbaros do Brazil, da Patagonia, do Chile e de toda a America do Norte. Quem tivesse meios para fazer, nisto e tambem nas diversas linguas, um estudo comparativo completo, prestaria, parece-nos, um grande serviço á republica litteraria. — 2) Tanto no sul como no norte da America, encontramos maior ou menor civilização á medida que nos approximamos ao Perú e ao Mexico, ou que nos afastamos desses dois paizes centraes. Valia, pois, a pena resolver o seguinte problema: Seriam os selvagens um povo que, sahindo daquelle paiz civilizado, cahiu no estado de barbaria afastando-se do centro? Ou seriam os indios, em tempos mais antigos, todos egualmente barbaros, e se teria depois civilizado o centro, donde pouco a pouco já se ia derramando a luz e a civilização? A falta de informações com que luctamos, torna, em nosso ver, este problema ou insoluvel ou, pelo menos, muito difficil. (1) — 3) Não eram os selvagens em geral, nem tão estupidos, nem tão bestiaes, como alguns pretenderam. Dizia bem o Dr. Couto de Magalhães quando escrevia o seguinte:

---

(1) O Sr. Dr. Martius, escrevendo ao Instituto Hist. do Brazil, diz: «Emquanto aos meus estudos sobre a historia primitiva dos autochthones do Brazil, e da America em geral, consta-me, como facto geral, que toda a povoação primitiva das Americas viveu em tempos remotissimos em um estado muito mais civilizado do que aquelle em que achamos tanto os mexicanos do nosso tempo ou outros povos montanhezes, como os indios selvagens do Brazil. Toda esta povoação, sem duvida muito mais numerosa, cahiu de uma posição muito mais nobre por diversas causas».

Rev., vol. II, pag. 402.

Somos do mesmo parecer; mas a questão que propozemos no texto é assaz differente, si não nos enganamos.

«Tanto a respeito da familia selvagem, como das religiões, merecem-me pouca fé os escriptores antigos. Estava nos interesses dos conquistadores deprimir o mais possivel a raça conquistada; com effeito só assim elles podiam legitimar os medonhos actos de barbaria que commetteram. Para poder matar o indio, como se mata uma féra bravia, para poder tomar-lhes impunemente as mulheres, roubar-lhes os filhos, cria-los para a escravidão, e não ter para com elles lei alguma de moral, e nem lhes reconhecer direitos, era mister acreditar que nem tinham idéa de Deus, nem sentimentos moraes ou de familia. A historia fará um dia plena justiça a essas asserções(1)».

4) Cumpre, todavia, confessar que os selvagens no estado em que viviam, eram extremamente infelizes, já a respeito do corpo, já relativamente á alma, e ao fim sobrenatural a que tambem elles foram destinados. Grande, por conseguinte, immenso era o beneficio que lhes traziam os missionarios com a civilização christan. Qual, pois, não seria a responsabilidade daquelles que por motivos interesseiros punham obstaculo á obra salutifera do Christianismo!!!

Talvez não seja fóra de logar referir aqui o que escreveu o Sr. Vasconcellos na pag. 117 do seu excellente trabalho, falando da bem conhecida bulla *Veritas ipsa* do papa Paulo III, de dois de junho de 1537. Eis o trecho a que alludimos. «Poucos annos depois do descobrimento desta parte do mundo (a America), propagou-se, com uma facilidade e rapidez espantosa, a opinião de que os naturaes destas regiões não eram homens: havia quem os classificasse abaixo dos pretos e um pouco acima dos macacos. As consequencias de semelhante erro foram horrorosas; era o meio de desvanecer todos os escrupulos daquelles, que barbaramente escravizavam os degradados americanos».

«Qualquer podia toma-los, e servir-se delles da mesma maneira que de um cavallo ou de um boi, feri-los,

(1) O Selvagem, pag. 107.

maltrata-los, mata-los, sem injuria alguma, restituição ou peccado. E começou a execução desta nova doutrina na Ilha Hespanhola, a primeira que foi no descobrimento dos Indios, e primeira na execução da ruina delles, e foi lavrando pelo reino do Mexico, e por toda a Nova Hespanha. Naquella ilha testemunha Frei Bartholomeu de Las Casas, Bispo de Chiapa, varão de grande autoridade, que chegaram os hespanhóes a sustentar os seus libréos (cães) com carne dos pobres indios, que para o tal effeito matavam, e faziam em postas como a qualquer bruto do matto».

«Foi tal a barbaridade com que os hespanhóes trataram os infelizes indigenas, que dentro em poucos annos a Ilha Hespanhola ficou reduzida a um deserto, porque de um milhão e meio de indios, não restaram siquer quinhentos».

«Horrorisado pelo procedimento de seus compatriotas, e compadecido de suas infelizes victimas, um frade humanitario, Fr. Domingos de Betonços, Provincial da Ordem Dominicana naquella ilha, tomou a resolução de enviar a Roma um seu companheiro, Fr. Domingos de Minaya, afim de expôr ao papa Paulo III o que ali se passava, e pedir-lhe uma providencia que abrigasse os infelizes indios da sanha feroz dos seus deshumanos conquistadores. O Papa não se demorou em da-la, expedindo a Bulla que acima mencionamos».

A Bulla em resumo concluia deste modo:

«Em vista do que, elle Santo Padre .. determinava e declarava por autoridade apostolica, que os indios eram verdadeiros homens como os mais, e não só capazes da fé de Christo, sinão propensos a ella, segundo chegára ao seu conhecimento; e, sendo assim, tinham todo o direito á sua liberdade, da qual não podiam, nem deviam ser privados, e tão pouco do dominio dos seus bens, sendo-lhes livre logra-los, e folgar com elles como melhor lhes parecesse, dado mesmo que ainda não estivessem convertidos. Pelo que os ditos indios e mais gentes só se haviam de attrahir e convidar á fé de Christo com a prégação da palavra divina e com

o exemplo da boa vida, sendo irrito, vão, nullo, sem valor, nem firmeza, todo o obrado em contrario da presente determinação e declaração apostolica ».

IV

Capitanias hereditarias

120) **Divisão do Brazil em Capitanias.** — As considerações, que moveram D. João III (1521 — 57) a dividir o Brazil entre alguns de seus fidalgos benemeritos, foram em primeiro logar as difficuldades que achava em colonizar o paiz, visto como os portuguezes preferiam a India á Terra de S. Cruz afim de engrossar seus cabedaes com maior facilidade e rapidez. Do outro lado a frota destinada a guardar a costa, sobre exigir uma enorme despeza, era insufficiente para rechassar os estrangeiros, cujas visitas de contrabando se iam tornando cada vez mais frequentes.

O systema das *capitanias hereditarias* produzira bom resultado nas ilhas da Madeira e dos Açores; não advertiu, porém, o soberano que este mesmo systema podia não ser egualmente proprio para o Brazil, já por motivo da distancia, já pela difficuldade de conquistar o paiz aos barbaros, já pela immensa extensão de cada capitania

Dôou o monarcha as capitanias como rei, e como governador e perpetuo administrador da Ordem e Cavallaria do mestrado de Christo, declarando validas essas doações não obstante qualquer lei do reino, particularmente a *Mental* (1). Vinculou-as nas familias dos primeiros donatarios, obrigando os herdeiros a guardar sempre os mesmos appellidos sob pena de perderem a capitania. Devia, além disto, cada novo herdeiro pedir a confirmação regia. Alguns a pediam tambem quando o sceptro passava a outro rei. Excepto o caso de traição á coroa, o vinculo se transmittia ao successor,

(1) Vide no par. 4. *D. Duarte.*

si o proprietario perpetrasse crime tal, que pelas leis do reino devesse perde-lo.

Os limites, entre as diversas capitanias, foram fixados por meio de linhas imaginarias, traçadas de um ponto da costa na direcção do oéste até irem intestar com a fronteira dos dominios de Castella, por emquanto indeterminada e desconhecida. Posto que assaz imperfeito, este modo de demarcação, era o unico praticavel em vista da ignorancia ainda existente relativamente ao paiz. As ilhas situadas na distancia de dez leguas da costa continental comprendiam-se na doação.

121) **Direitos e obrigações dos donatarios.**— O donatario devia colonizar e defender a sua capitania; mas recebia em troca privilegios muito notaveis, podendo perpetuamente chamar-se capitão e governador della; «possuir na mesma uma zona de dez e, alguns, até dezesseis leguas de extensão de terra sobre a costa, comtanto que fossem em quatro ou cinco porções separadas entre si duas leguas pelo menos, e nunca juntas, sem pagarem outro tributo mais que o dizimo; captivar gentios para seu serviço e de seus navios; mandar delles a vender a Lisboa até trinta e nove (1) (a uns mais que a outros) cada anno, livres da siza que pagavam todos os que entravam; dar sesmarias, segundo as leis do reino, aos que as pedissem sendo christãos; não ficando estes obrigados a mais tributo que o dizimo».

«Competia-lhe o direito das barcas dos rios mais ou menos caudaes; o dizimo do quinto dos metaes e pedras preciosas; o criar villas, dando-lhes insignias e liberdades, e, por conseguinte, fóros especiaes, e nomeando para governa-las, em nome delle donatario

(1) Observa o Visconde de Araguaya que esta limitação se referia só á dispensa do imposto, não ao numero de escravos que o donatario podia mandar!

Si D. João III tivesse previsto os effeitos funestos desta concessão, nunca a faria. A moda infelizmente vingou, e o Brazil sente ainda hoje suas deploraveis consequencias.

e de seu successor, os ouvidores, meirinhos e mais officiaes de justiça. Prover, em seus nomes, as capitanias de tabelliães do publico e judicial, recebendo de cada um quinhentos réis de pensão por anno. Delegar a alcaidaria ou governo militar das villas, nos individuos que escolhessem, tomando-lhes a devida menagem ou juramento de fidelidade; o monopolio das marinhas, moendas de agua e quaesquer outros engenhos, podendo cobrar tributos dos que se fizessem com sua licença; a meia dizima ou vintena de todo o pescado; excepto Duarte Coelho a quem foi concedida a outra meia dizima; redizima dos productos da terra ou o dizimo de todos os dizimos; a vintena do producto do pau brazil, ido da capitania, que se vendesse em Portugal; alçada, sem appellação nem aggravo, em causas crimes até morte natural, para os peões, escravos e até gentios; dez annos de degredo, e cem cruzados de pena ás pessoas de maior qualidade; e nas causas civeis, com appellação e aggravo só quando os valores excedessem a cem mil reis»;

«Conhecer das appellações e aggravos de qualquer ponto da capitania; influir nas eleições dos juizes e mais officiaes dos concelhos das villas, apurando as listas dos homens bons, que os deviam eleger; e annuindo ou não ás ditas eleições dos juizes e mais officiaes, que se chamariam pelo dito capitão e governador, apezar do que em contrario dispunham as ordenações do reino».

«O Soberano promettia, além disto, que nunca entrariam nas capitanias os seus corregedores, com alçada de natureza alguma, nem jamais seria o donatario suspenso ou sentenciado, sem ter sido primeiro ouvido por elle proprio soberano, que para isso o faria chamar á sua presença».

«Deste modo a coroa chegava a ceder, em beneficio dos donatarios, a maior parte dos seus direitos magestaticos; e quasi conservava sobre as novas capitanias brazilicas um protectorado, com poderes mui limitados, a troco de poucos tributos, incluindo o

do dizimo; do qual tributo ella mesma pagava o culto publico e a redizima aos senhores das terras. Quasi que podemos dizer que Portugal reconhecia a independencia do Brazil, antes delle se colonizar» (1).

122) «**O Foral**—era um contracto emphiteutico, em virtude do qual se constituiam perpetuos tributarios da coroa e dos donatarios, capitães-móres, os solarengos que recebessem terras de sesmarias. Cada capitania recebeu o seu Foral. Nelle se confirmam as doações e privilegios feitos ao senhor da terra; estipulam-se os fóros dos solarengos que ahaviam de habitar, e as pouquissimas regalias, que a coroa se reservava. Estas se reduziam aos direitos das alfandegas, ao monopolio das drogas e especiaria, ao quinto dos metaes e pedras preciosas que se encontrassem, e, finalmente, ao dizimo de todos os productos pagos ao rei, que como chefe dos mestrado e padroado da Ordem de Christo, deveria prover quanto respeitava ao culto divino. Para effectuar as cobranças nomearia o rei os competentes officiaes de Fazenda, equivalentes aos *mordomos* dos feudos antigos, como almoxarifes e feitores, com seus competentes escrivães».

«Os fóros concedidos aos colonos ou futuros moradores se reduziam:

«A possuirem sesmarias sem mais tributos que o dizimo. A' isenção para sempre de quaesquer direitos de sizas, imposto sobre o sal ou saboarias, ou outros quaesquer tributos não constantes da doação e foral. A' garantia de que o capitão não protegeria com mais terras os seus parentes, nem illudiria as datas dellas, para augmentar as suas. A ser declarada livre de direitos toda a exportação para quaesquer terras de Portugal, pagando sómente a siza ordinaria quando se vendessem os productos. A' franquia de direitos dos artigos importados de Portugal, excepto por

(1) Varnhagen, pag. 144-146.

navios estrangeiros (tratadores extranhos), em cujo caso pagariam o dizimo de entrada. Ao commercio livre dos povoadores entre si, ainda quando de differentes capitanias, e privilegio para só elles, quando não estivessem associados a estrangeiros, negociarem com os gentios da terra. Além disto cada capitania era declarada couto e homisio; e ninguem poderia, portanto, ser nella perseguido em virtude de crimes e delictos anteriores (1).»

Tambem os estrangeiros podiam vir como colonos, comtanto que fossem catholicos; nem se vedava o commercio aos navios de outras nações, mas devia ser feito entre a metropole e a colonia.

Além do donatario, reconhecia o Foral na Sociedade tres classes distinctas de pessoas, a saber: os fidalgos, os peões e os gentios. Em todos os pontos não especificados no Foral, suppunham-se vigentes para o Brazil as leis geraes do reino.

123) **Capitães e capitanias.**—Não obstante offerecer privilegios de tanta importancia, mal achou D. João III doze fidalgos que quizessem acceitar terras tão extensas, nem todos elles procuraram ou conseguiram realizar as esperanças do monarcha. Esses fidalgos foram Martim Affonso de Souza, Pero Lopes de Souza, Pero de Góes da Silveira, Vasco Fernandes Coutinho, Pero de Campos Tourinho, Jorge de Figueiredo Corrêa, Francisco Pereira Coutinho, Duarte Coelho João de Barros, Ayres da Cunha, Antonio Cardoso de Barros, Fernão Alvares de Andrade.

As capitanias, comtudo, foram quinze, porque a de Martim Affonso constava de dois quinhões; e a de Pero Lopes, de tres. Vamos, portanto, referir brevemente a historia de cada uma destas capitanias.

(1) Varnhagen, pag 146, 147.

S. Vicente

124) **Martim Affonso de Souza** — recebeu as terras que correm desde a barra de S. Vicente ou de Santos até doze leguas mais ao sul da ilha de Cananéa, isto é, até á barra septentrional da enseada de Paranaguá. Do lado opposto, suas terras dilatavam-se desde o rio Curupacé, hoje Juquiriqueré, na extremidade norte do canal da ilha de S. Sebastião, até á barra de Macahé, pouco além do Cabo Frio. Eram cem leguas de littoral; em virtude, porém, do rumo que nessa extensão toma a costa, a capitania de Martim Affonso vinha a ser menor das outras. Promettida em 1533, teve o Foral a seis de outubro do anno seguinte, 34, e a carta de doação a 20 de janeiro de 1525 (1).

Martim Affonso, todavia, deixou o Brazil para o reino, donde passou á India, assignalando-se naquelle paiz por feitos gloriosos. Viveu depois em Portugal, concluindo ahi a sua carreira mortal em 1571. Quem desenvolveu a colonia em nome delle, com o titulo de Capitão-mór loco-tenente, foram Gonçalo Monteiro e seus successores.

O segundo quinhão não foi colonizado, excepto por dois ou tres colonos que apenas em 1554, talvez por influencia de Thomé de Souza, se estabeleceram na bahia de Guanabara. Em seguida á expulsão dos francezes (1467), este segundo quinhão considerou-se como pertencente á coroa. E' provavel que Martim Affonso fosse o primeiro a ceder de seus direitos; nenhum documento, porém, se acha a este respeito.

O primeiro quinhão a que da villa capital deram o nome de *S. Vicente*, prosperou tanto, que no fim de quatorze annos contava seiscentos colonos, e seis engenhos de assucar.

125) **Decadencia da villa de S. Vicente.** — A villa de S. Vicente, todavia, estava destinada a uma

(1) Vide *Rev.*, Vol. IX, parte II, p. 456. Mello Moraes — *Chorogr. do imp. do Braz.*, tomo I, pag. 196.

decadencia prematura, produzida pelos desastres seguintes. Consistiu o primeiro numa invasão de castelhanos, que, vindo da banda do sul, e capitaneados por um tal Ruy Mosquera, se haviam estabelecido em Iguape. Reuniu-se-lhes um cavalleiro, chamado Duarte Peres, que fôra degradado naquella vizinhança (1). Intimou Gonçalo Monteiro, como logar-tenente do donatario, a este que se recolhesse para o logar do seu degredo, e aos castelhanos que se retirassem daquella paragem pertencente a Portugal. Obedeceu o degradado; resistiram Mosquera e os seus. Indo, portanto, os nossos a ataca-los, cahiram em uma cilada em que perderam até os barcos e as canôas. Aproveitaram os hespanhóes o ensejo para aggredir de improviso a villa de S. Vicente, saquea-la, e retirarem-se.

Alguns vicentistas, ao mando de Pero de Góes e de Ruy Pindo, sahiram então ao encalço dos fugitivos, mas sem resultado, porque os castelhanos haviam desapparecido.

O Sr. Vasconcellos colloca este facto no meado de 1537.

O segundo revez occorreu, no ver do Sr. Vasconcellos, em 1542. Houve na costa da capitania grandes temporaes, e o mar se tornou tão furioso, que chegou a destruir muitas casas da villa de S. Vicente, entre as quaes a do concelho, a egreja matriz e o pelourinho. Mudaram, portanto, a villa para o logar onde hoje se acha, sendo mar o sitio em que estava antes. Foram

(1) Varnhagen, na pag. 166, diz: «Se havemos de dar credito a Charlevoix, escriptor que em outros assumptos não nos merece muito, viera das bandas do sul, com varios castelhanos, até Iguape, um Ruy Mosquera, e ahi se estabelecera com o degradado bacharel portuguez, cujo nome nos diz que era Duarte Peres».

Charlevoix, porém, não diz que Mosquera se estabelecera em Iguape, nem que Duarte Peres fosse *bacharel*.—*Peu de jours après un Gentil-homme portugais, nommé Eduard Perez, qui avait été exilé dans le voisinage, vint le joindre avec sa famille.* Consta, é verdade, de outros documentos que o logar era Iguape; mas dahi não se segue que o tenha dito Charlevoix. Mais justo foi Fr. Gaspar que verteu fielmente Charlevoix. Honra seja feita á verdade!

encarregados desta mudança Pedro Collaço, Jorge Mendes e Jeronymo Fernandes. No dia tres de janeiro do anno seguinte 1543, reunidos os camaristas em a nova casa do concelho, deliberaram levar em conta a Pedro Collaço, procurador da camara no anno anterior, *a quantia de 50 réis que se havia gastado em tirar do mar os sinos e o pelourinho: 300 pagos a Jorge Mendes que o merecera pelo pelourinho da praia; 20 a quem o conduziu para a villa, e 250 que satisfizera a Jeronymo Fernandes por dar a pedra, barro e agua necessaria para novamente se levantar o dito pelourinho.*

Em julho do mesmo anno, 43, prohibiu a camara aos brancos a compra dos escravos indigenas por maior preço do que o taxado que era de *4000 rs.*

Diversos autores falam de um terceiro desastre consistente no entulhamento do porto e do rio, que se tornaram incapazes de sustentar navios de maior calado. Teria sido este sinistro causado pela terra que as enxurradas levaram das roças ao mar. Fr. Gaspar, todavia, nega *ex-tripode*, como é seu costume, a realidade deste facto, asseverando que tanto o rio como o porto tiveram sempre o mesmo fundo, e que o ancoradouro para navios maiores foi sempre a praia de Imbaré, donde a carga se transferia por terra até S. Vicente. O certo é que S. Vicente decahiu, cedendo a sua primazia á villa de

126) **Santos.**—O primeiro a estabelecer-se no logar em que se acha hoje a cidade de Santos, foi *Braz Cubas*, que veiu a ser procurador do donatario, alcaide mór, e provedor da Fazenda real (1). Tendo adquirido

(1) Diz Varnhagen que Braz Cubas estivera na Asia com Martim Affonso. Como naquelle tempo se fazia uma só viagem cada anno, não se comprehende em que tempo estaria Braz Cubas com Martim Affonso na Asia; pois em 1536 achamos Braz Cubas em S. Vicente, e Martim Affonso não podia ter ido á India antes de 1534, porque regressára a Portugal em 1533. Candido Mendes não sem boa razão contesta a historia que Varnhagen faz do monjôlo ou Enguá Guassú. Vide *Rev.* vol. XL, pag. 335 e seguintes.

as terras de Geribatuba, e desejoso de evitar o incommodo de uma longa viagem, quando precisasse ir á villa, resolveu levantar outra em sitio mais perto da sua fazenda, e mais apto para os navios. Comprou, pois, a terra que encerrava o outeirinho de S. Catharina; roçou o matto, ainda virgem; e deu principio á povoação junto do mencionado outeirinho. Estabeleceram-se ahi, dentro em breve, todos os moradores do rio Bertioga; os da terra firme mais proxima; muitos da ilha de S. Amaro, e diversos da de S. Vicente.

Tambem os navegantes, desamparando o antigo surgidouro, vieram dar fundo mais acima, de fronte da dita povoação, aonde por seu turno iam egualmente lançar ferro todas as embarcações que desciam das fazendas, e os moradores da vizinhança que se dirigiam em canôa para a villa, os quaes saltavam na povoação, seguindo então por terra, afim de evitar os perigos do mar. Deram, portanto, á povoação o nome de *Porto*.

Tendo, porém, Braz Cubas baptizado com o titulo de *Santos*, um hospital que fundou com esmolas, começou o povo a applicar este epitheto ao *Porto* fazendo *Porto de Santos*. *Nomeado Braz Cubas* em 1545 capitão—mór loco—tenente de Martim Affonso, o seu primeiro acto foi dar foral, ou fóros de villa á povoação do *Porto de Santos*. Uma carta regia confirmou esse foral no anno seguinte.

Parece que a origem do hospital e da Misericordia remonta até 1537. Um alvará regio confirmou a fundação da Misericordia a dois de abril de 1551, enriquecendo-a de todos os privilegios da de Lisboa. No hospital recolhiam os doentes; na Misericordia, os pobres, desamparados, peregrinos, etc. etc.

Reverteu esta capitania de S. Vicente á coroa por compra a 17 de novembro de 1791.

Santo Amaro, Itamaracá, etc.

127) A Capitania de Pero Lopes de Souza—constava de tres quinhões, separados e distantes um do

outro. *O primeiro*, que se chamou *Terra de S. Anna* e não foi colonizado, extendia-se desde a barra de Paranaguá até ao sul da Laguna, no rio Araranguá ou Mampituba, perto da actual divisa entre S. Catharina e o Rio Grande do Sul.

O segundo quinhão, que recebeu o nome de *Guaimbé*, e posteriormente de S. *Amaro*, ia desde a barra actual de Santos até ao rio Curupacé, hoje Juquiriquerê, na extremidade norte do canal da ilha de S. Sebastião.

O terceiro, denominado Itamaracá (1), dilatava-se entre o Sitio do Marco, sobre o rio Igarassú ou da Cruz, e a Bahia da Traição, pouco além do rio Mamanguape, no Estado da Parahyba do Norte. Os dois quinhões meridionaes perfaziam 50 leguas de littoral; o do norte, 30.

A carta de doação destas tres porções é do primeiro de setembro de 1534; o foral tem a data do dia seis de outubro do mesmo anno.

Pero Lopes, voltando para a Europa, acompanhou o imperador Carlos V na sua expedição contra o famoso pirata Barbaroxa de Tunis; casou-se logo depois com D. Isabel de Gamboa; foi em seguida encarregado de ir aos Açores esperar o comboio em que regressava da India o capitão Thomé de Souza, e continuou cruzando desde aquellas ilhas até ás Berlengas. Navegou afinal para a India, e, na volta (1539), pereceu, conforme se suppõe, em um naufragio perto da ilha de Madagascar.

128) **S. Amaro.** — Ficou, portanto, a capitania aos cuidados do seu logar-tenente que em S. Amaro foi um *Gonçalo Affonso*, o qual para primeiro assento da povoação escolheu a ilha fronteira á de S. Vicente, chamada pelos indios *Guaimbé*, *Gaibé ou Gaybéa*, nome

(1) Davam os selvagens o nome de *itá*, pedra, a todos os metaes em geral; o de *maracá*, a todos os instrumentos de musica mais ou menos dissonantes. E', pois, provavel que applicassem este nome a algum sino que ahi conheceram pela primeira vez. Deste modo *Itamaracá* viria a significar *instrumento musico de pedra ou de metal*, a saber: sino. Vide Gama, vol. I, pag. 105.

de uma planta aquatica que ahi dava como praga. Fundou Gonçalo Affonso a villa de S. Amaro que dentro em breve denominou toda a ilha. Acudiram poucos colonos, e elles foram desde o principio molestados pelos tamoyos, moradores da banda do norte, que, em certas epocas do anno, iam caçar, e fazer suas pescarias, naquellas paragens. Os assaltos destes barbaros impediram o progresso e causaram a ruina da colonia.

129) **Itamaracá**. — O delegado de Pero Lopes em Itamaracá foi *João Gonçalves*, nomeado mais tarde almoxarife e feitor regio. Fundou a villa da *Conceição*, capital da colonia, na ilha que deu o nome á capitania. Infelizmente converteu-se esta ilha em um valhacouto dos criminosos e contrabandistas que fugiam de Pernambuco e de outros logares. Só nos annos de 1540-43 despacharam dahi para a Europa nada menos que seis barcos de contrabando, carregados de pau brazil. Reverteu a capitania de Pero Lopes á coroa por compra: o primeiro e o segundo quinhão em 1709; o terceiro em 1743.

130) **Parahyba do Sul**. — Esta capitania, que tambem se chamava de S. Thomé, doada a *Pero de Góes da Silveira*, contou de facto vinte e uma leguas de littoral desde a barra de Macahé até aos baixos dos Pargos, perto do rio Itapemirim, ao norte da actual divisa entre o Rio de Janeiro e o Estado do Espirito Santo.

Promettida a dez de março de 1534, recebeu o foral a 26 de fevereiro de 36, e a carta de doação a 28 de agosto do mesmo anno 36. Reza esta que o rei doava trinta leguas de costa entre o segundo quinhão de Martim Affonso e os baixos dos Pargos com a condição de que, si houvesse mais de trinta leguas, concedia tambem o excedente, e, si houvesse menos, o soberano não seria obrigado a compensar a falta. Achou-se de facto que eram apenas vinte e uma leguas.

Pero de Góes, irmão do celebre escriptor Damião de Góes, veiu ao Brazil com Martim Affonso; acompanhou Pero Lopes ao Rio da Prata, e ficou em S. Vicente. Tomou posse da sua capitania provavelmente em 1539. Attrahiu para si o seu irmão Luiz de Góes, alguns outros parentes, e um certo numero de colonos; construiu diversos ranchos, que denominou *Villa da Rainha*, e tratou de fixar com Vasco Fernandes a demarcação do lado do norte que não estava bem determinada. Por mutuo consentimento o rio Itapemirim ficou sendo o limite entre as duas capitanias. Dedicou-se a plantar canna de assucar, cujas mudas trouxera de S. Vicente. Deixando pouco depois em seu logar um Jorge Martins, passou a Portugal afim de procurar ferramenta e outros artigos de que precisava para construir engenhos, e adiantar a sua colonia. Entendeu-se com alguns negociantes, e de volta entrava já alegre pelo rio Parahyba do Sul, quando soube que o administrador á testa da maior parte dos colonos, tinha desertado.

Não desanimou o bom Pero. Angariando mais uma vez o gentio, começou novas plantações; passou ao Espirito Santo, donde trouxe um official de engenhos; armou duas engenhocas de cavallo perto da costa, e começou a construir um grande engenho a dez leguas rio acima. Pedindo a seu socio mais trabalhadores, e sessenta escravos de Guiné, dizia-lhe que esperava mandar-lhe, dentro de um anno, duas mil arrobas de assucar. Essas bellas esperanças, todavia, desappareceram repentinamente. Pois, tendo um tal Henrique Luiz, homem da capitania vizinha, preso e entregue a seus maiores inimigos o chefe dos indios do districto, alvorotaram-se estes, incendiando cannaviaes, destruindo engenhos e saltеando povoações. «Sahiu, assim escreveu Pero de Góes ao rei a 29 de abril de 1546, sahiu da Terra de Vasco Fernandes Coutinho um homem por nome Henrique Luiz com outros e um caravelão sem eu ser sabedor, e se foi a um porto desta minha capitania, e contra o Foral de Vossa Alteza, resgatou o que quiz, e não contente com isto tomou com enganos um indio, o

maior principal que nesta terra havia, mais amigo dos christãos. e o prendeu no navio, pedindo por elle muito resgate, o qual depois de por elle lhe darem o que pediu, por se congraçar com outros indios contrarios deste, que prendeu, lhe o levou e entregou preso. te lhe o deu a comer contra toda a verdade e razão por donde os indios se alevantaram todos, dizendo de nós muitos males, que se não fiassem em nós, que não mantinhamos verdade, e se vieram logo a uma povoação minha pequena, que eu tinha mais feita, e estando a gente segura, fazendo suas fazendas, deram nelles. e mataram tres homens, e os outros fugiram e queimaram os cannaviaes todos com a mais fazenda que havia e tomaram toda quanta artilharia havia, e deixaram tudo destruido, indo as novas a mim acudi com toda a gente que pude e quando lá fui estava tudo destruido, etc. (1) ».

Tentou o donatario resistir, mas perdeu vinte e cinco dos seus, ficando elle mesmo ferido, e privado de um olho. Teve por ultimo de abandonar a terra, da qual fugiram tambem os colonos. Retirou-se para a capitania do Espirito Santo, e dahi para o reino no mesmo anno de 1546. Voltou mais tarde ao Brazil com o primeiro governador geral como capitão mór da costa. Reverteu esta capitania á corôa por compra a dez de junho de 1753.

131) **Espirito Santo.** — *Vasco Fernandes Coutinho* recebeu cincoenta leguas, começando no rio Itapemirim e fenecendo no rio Mucury, raia septentrional do Estado do Espirito Santo. A carta de doação foi assignada no primeiro dia de janeiro de 1534; o Foral, a sete de outubro do mesmo anno (2). Illustrára-se Vasco Fernandes na Asia combatendo ás ordens de Affonso de Albuquerque. Achava-se nesta epoca na villa de Alemquer, a poucas leguas de Lisboa, onde

(1) A integra desta carta acha-se no *Braz. Hist.*, do Dr. Mello Moraes, vol. I, pag. 170.
(2) Vide Rev. vol. XXIV.

desfructava uma tença remunerativa, e os cabedaes adquiridos na India. Vendeu a sua quinta de Alemquer; contrahiu alguns emprestimos; cedeu ao Estado a tença a troco de um navio e de varios generos; angariou numerosos colonos, e, no principio de 1535, sahiu do Tejo com a intenção de nunca mais tornar a ver a patria. Chegou a seu destino no dia 23 de maio, durante o oitavario de Pentecostes (1), e por isto deu á capitania o nome de Espirito Santo. A ser verdade o que disseram seus inimigos, elle nutria o pensamento de vir a ser na Terra de S. Cruz um potentado independente.

Entre os colonos que o acompanharam, contavam-se dois nobres degradados, e um Duarte de Lemos, que na Asia obrára feitos importantes. Aquelles eram D. Simão de Castello Branco, e D. Jorge de Menezes, o descobridor da Nova Guiné. Fundou Vasco Fernandes a Villa do Espirito Santo, e, passando a distribuir sesmarias, deu a primeira ilha da enseada a D. Jorge de Menezes, a outra immediata a Valentim Nunes, a de S. Antonio a Duarte de Lemos. Foi nesta ilha que em 1551 lançaram os alicerces da *Villa de Nossa Senhora da Victoria*, capital, outrora da capitania, hoje do Estado (2).

O gentio, que no principio oppôz alguma resistencia, vencido, apaziguou-se, e começou a concorrer para os trabalhos da colonia. Posto que a maioria dos colonos lavrassem as terras para mantimentos, introduziu-se a cultura da canna, e foi construido um engenho. Tudo parecia proceder com a melhor prosperidade; a

(1) O Sr. Vasconcellos, posto que sempre escrupulosamente exacto, cahiu aqui em um pequeno descuido affirmando que o donatario chegou no Domingo de Pentecostes a 23 de maio. Em 1535 Paschoa veiu a 28 de março, e por conseguinte, o Domingo de Pentecostes (50 dias) foi no dia 16 de maio. Ao autor, que estimamos muito, pedimos queira relevar o nosso atrevimento.

(2) A razão de dar este nome á Villa foi terem, no mez de setembro desse mesmo anno, conseguido os colonos repellir apoz renhida peleja, um temivel ataque dos barbaros. A' antiga povoação do Espirito Santo ficou o nome de *Villa Velha*.

colonia, porém, incluia elementos de dissolução que não tardaram em produzir seus fructos. Por um lado eram os colonos, particularmente os nobres, que procediam com pouca regularidade; por outro lado era o donatario que não tinha nascido para governar. De caracter docil e jocoso, de nenhuma severidade para os delinquentes, e sem pureza de costumes, não podia ser modelo dos bons, nem terror dos máus. Chegou a dedicar-se com excesso a bebidas espirituosas, e até se acostumou a fumar, ou, como então se dizia, a *beber fumo*, o que naquelle tempo causava grande escandalo. Procurou, além disto, extender o direito de homisio de que gosava a capitania, acoutando nella os que nas outras commettiam crimes. Aconteceu tambem que, indo o donatario em 1540 a Portugal (1), deixou o governo da colonia a D. Jorge de Menezes. Desagradou muito aos moradores esta nomeação, porque D. Jorge era degradado. Havendo neste interim os goytacazes aggredido a Villa do Espirito Santo, e tendo perecido D. Jorge na defeza, tomou conta do governo da capitania D. Simão de Castello Branco, outro degradado do mesmo jaez, e que tambem succumbiu na lucta. Desgostosos, portanto, os colonos afrouxaram a resistencia, retirando-se muitos delles para differentes logares. «Emfim, gastados muitos mil cruzados, que trouxe da India, e muito patrimonio, que tinha em Portugal, acabou tão pobremente, que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus, e não sei si teve um lençol seu em que o amortalhassem. Seu filho do mesmo nome tambem com muita pobreza viveu, e morreu na mesma capitania (2)». Reverteu esta capitania á coroa por compra em 1718.

(1) *Rev.* vol. XXIV, pag. 209.

Em 1550 embarcou outra vez Coutinho, e deixou a capitania sem declarar aonde era que se dirigia. Divulgou-se por isto o boato de que fugira para a França. Consta, porém, que visitou diversas capitanias do norte, angariando colonos para a sua, e que na *Villa de S. Cruz de Porto Seguro*, escudando-se com o direito de homisio, recolheu em seu navio alguns criminosos fugidos da cadeia dos *Ilhéos*.

(2) Frei Vicente do Salvador, pag. 40.

132) **Porto Seguro.** — Do rio Mucury para o norte até o rio Jequitinhonha, pouco além da cidade de Porto Seguro, vinham as cincoenta leguas concedidas a Pero de Campos Tourinho, rico proprietario de Vianna do Minho. O Foral leva a data de 23 de setembro de 1534; a carta de doação, a de sete de outubro do mesmo anno. Em virtude do credito de Tourinho na sua terra natal, offereceram-se tantos colonos, que não foi possivel acceitar todos. Preferiu, pois, o donatario os parentes pobres, e aquelles que apresentavam melhores informações. Vendidas suas prodriedades, embarcou em Vianna com sua mulher e filhos em demanda do porto em que trinta e cinco annos antes fundeara Cabral. Já existia nesse logar uma pequena povoação; mas, ou porque não era o sitio saudavel, ou por julga-lo pouco vantajoso, preferiu Tourinho seguir até ao surgidouro do rio Buranhen, em cuja margem esquerda lançou os alicerces da sua primeira villa, na extensa chapada de um monte. Segundo a opinião mais seguida, deu-se este facto em 1535. Vencido, e levado com certa politica, o gentio, de natureza mansa, deixou tranquilla a nascente colonia, que seguiu seu curso vagarosa, mas prosperamente. Prevaleceu no principio a industria da pesca, introduzindo-se mais tarde a cultura e fabrico do assucar. Durante a vida do primeiro donatario, correu tudo regularmente. «Havia nella (na capitania) bons costumes, fazia-se justiça a todos, eram os habitantes tementes a Deus, e observadores da religião, sem a qual não ha sociedade possivel (1)».

Sob seus herdeiros, porém, diversas desordens, e principalmente as invasões dos terriveis aymorés, causaram a decadencia. Foi esta capitania em 1556, com licença do rei, vendida por *cem mil reis de juros* a D. João de Lancaster, primeiro duque de Aveiro. Em 1759 reverteu á coroa por confisco.

(1) Varnhagen, pag. 182.

133) **Ilhéos.** — Deve esta capitania o seu nome a diversas ilhotas, escalvadas, todas, excepto uma, que estão fóra do porto. Comquanto não se indique a raia entre ella e a precedente, podemos suppôr que começava no rio Jequitinhonha; constava de cincoenta leguas; fenecia no rio Jaguaripe que desagua na barra occidental da Bahia.

A carta de doação leva a data de 26 de julho de 1534; o Foral, a do dia onze de março do anno seguinte. O agraciado foi Jorge de Figueiredo Corrêa, escrivão da Fazenda, que, para não abandonar o emprego, mandou em seu logar o castelhano Francisco Romero, ou, como quer Gandavo, um João de Almeida. Lançou Romero, em 1535, os alicerces da primeira povoação no cimo do morro de S. Paulo, na ilha de Tinharé; logo, porém, a mudou para o porto dos *Ilhéos*, denominando-a S. Jorge em honra do santo do donatario. Não faltavam colonos, nem terras excellentes, e o gentio fôra valentemente repellido; Romero, todavia, homem ignorante de assumptos do governo politico, pretendeu regular tudo a seu arbitrio, postergando as leis. Irritados, portanto, os colonos, prendendo-o, remetteram-no ao donatario, que cahiu no erro de confirma-lo no officio, e manda-lo de novo para os Ilhéos. Recusaram os colonos recebe-lo, e a desunião, que deste modo se introduziu, juntamente com as invasões dos aymorés causaram a ruina da colonia. Reverteu á coroa por compra em 1761.

134) **Bahia.** — O largo tracto de terra, comprehendido entre o rio Jaguaripe, na barra occidental da Bahia, e o rio S. Francisco exclusivamente, foi a cinco de abril de 1534 (o Foral tem a data do dia 26 de agosto do mesmo anno) concedido a Francisco Pereira Coutinho, já illustre por suas façanhas na India, agora velho e excessivamente bondoso. Em 1536 fundou o seu primeiro estabelecimento logo da barra para dentro, á mão direita, na linda paragem que ainda hoje conserva o nome de *Victoria*. Era o logar em que assistia

Caramurú, e que mais tarde se disse Villa Velha. Ahi deu as primeiras sesmarias; commetteu, porém, no começo o erro de tolerar que os colonos se espalhassem pelo Reconcavo, os quaes deste modo se desmandaram, e, quando quiz reuni-los, não obedeceram (1). Pediu o donatario a Diogo Alvares que o auxiliasse na empreza colonial; levantou tres engenhos de assucar, e dois de seus companheiros casaram-se com duas filhas do Caramurú.

As rivalidades, todavia, não se demoraram. Quer fosse ciume, quer desconfiança, começou Francisco Pereira a desapprovar o proceder de Diogo.

Além disto os colonos parece terem vexado aos selvagens, e um delles matou o filho de um principal. Deram, pois, os barbaros principio a uma insurreição. Como Diogo aconselhasse medidas de brandura, Coutinho o mandou prender a bordo de um navio surto no porto. Esta prisão causou um levantamento geral, que se tornou ainda mais furioso quando se espalhou o boato de que Caramurú fôra privado da vida. Incendiando os estabelecimentos agricolas, e matando a muitos colonos, entre os quaes um filho do capitão-mór, os barbaros reduziram o donatario e os seus á

(1) Diz Capistrano de Abreu ter achado na Bibliotheca Nacional, um papel, com a data de 1536, em que se refere a chegada de Coutinho á Bahia. Desse papel extrahimos, por julga-lo interessante, o trecho seguinte:

« A terra muito pacifica; obra de uma legua daqui ha uma aldêa com 120 ou 130 pessoas muito pacificas que vem á casa por ração, e o principe delles com sua mulher, filhos e gente, querem já ser christãos. De uma parte da sua capitania se vem quasi todos para elle, dizendo que querem ser christãos, e não querem comer carne humana, e trazem mantimentos: uma anta vale um vintem, um veado mesmo vintem, um porco montez mesmo vintem, um coelho dois vintens e muitas outras caças de muitas maneiras. O peixe é tanto, que vale de graça, peixe de oito palmos e mais que se toma ao anzol, muitas pescadas, salmonetes, linguados, sardinhas. A costa tem muito coral, mas não tem ainda com que o tire. A terra dará tudo o que lhe deitarem, os algodões são os mais excellentes do mundo, o assucar se dará quando quizerem ».

ultima extremidade. Depois de longa e inutil resistencia, foram todos obrigados a buscar salvação nos navios (1545), retirando-se a maior parte para a capitania de Porto Seguro. Sentiram dentro em breve os indigenas a falta de mercadorias européas, ás quaes estavam habituados. Enviaram-se mensageiros de parte a parte; concluiu-se uma especie de convenção, e Coutinho voltava juntamente com Diogo Alvares, quando naufragou na costa de Itaparica. Os que escaparam do naufragio foram, menos Caramurú e os seus, devorados pelos selvagens da ilha. A familia do infeliz capitão-mór, ficando nos Ilhéos, cahiu em tão grande pobreza, que teve de recolher-se ao hospital.

Confessamos ser muito difficil atinar, nesta historia de Coutinho, com a verdade. Accioli, nas Memorias da Bahia, vol. I, pag. 58, dá toda a culpa ao donatario e a seus colonos; Varnhagen, pelo contrario, parece criminar só os barbaros, e os christãos estabelecidos na Bahia antes de Coutinho.

Refere, como é seu costume, o que os indios fizeram, calando o que tiveram de soffrer, e não menciona a circumstancia da prisão de Diogo Alvares, sem a qual é difficil explicar os factos. Accrescenta que o velho donatario foi preso por seus proprios parciaes, com o artificio ou embuste de um alvará falso.

Sem desprezar Varnhagen, preferimos a versão de Accioli, porque, em nosso ver, explica de um modo mais provavel e intelligivel os acontecimentos. Como, porém, Accioli não diga onde é que achou essas informações, damos tudo com a maior reserva.

Em 1548 reverteu esta capitania á coroa por compra, mediante um padrão de juros de 400$000 rs. annuaes, vinculados ao filho do donatario, Manuel Pereira Coutinho, e seus descendentes.

135) **Pernambuco.**—Foi com a doação desta capitania agraciado a dez de março de 1534 (o Foral é do dia 24 de setembro do mesmo anno) Duarte Coelho, cavalleiro notavel por seus feitos gloriosos na

Asia. Voltára do Oriente havia quatro ou cinco annos; contrahira enlace matrimonial com Dona Brites, irman de Jenonymo de Albuquerque; andou cruzando pela costa da Malagueta, e nos Açores a espera das naus da India (1).

Feitos os preparativos necessarios e convenientes, deixou Coelho o reino em outubro de 1534 ou mais tarde, visto ter chegado no dia nove de março de 1535. Entrou pela parte meridiana do canal de Itamaracá, que então se chamava — *Porto de Pernambuco*. Fundou o seu primeiro estabelecimento sobre um outeiro, admiravel pela vista e pureza dos ares, ao qual deu o nome de *Olinda*. Levantou uma torre no gosto da Edade Média, uma capella e outros edificios. Attrahiu com muita arte numerosos indios que trabalharam juntamente com os colonos. Dentre elles ficaram memoraveis nos annaes de Pernambuco os nomes de *Itabira*, *Itagybe*, e principalmente o de *Uirá — uby*, Arcoverde (2).

Quizeram alguns explicar o nome de *Olinda* contando que o donatario ou algum dos seus, ao chegar sobre o outeiro, exclamou: *O' linda posição*. Hoje em dia, porém, já ninguem admitte esta versão.

---

(1) Affirmam o P. Simão de Vasconcellos, Raphael de Jesus e Gama que, de volta da India, em 1530 arribou Coelho a Pernamhuco; venceu os francezes; fundou a villa de Igarassú, e seguiu para Portugal; que voltou em 1532, e em 1534 registrou a sua carta de doação na Camara de Olinda

Nada disto se póde admittir. Pois Coelho partiu para a India em 1509; regressou em 1529; em 1532 andou cruzando na costa da Malagueta, donde, em 1533, passou á Ilha Terceira a esperar a frota da India. Accresce que em 1534 Igarassú existia desde varios annos, e Olinda ainda não tinha sido fundada etc. Vide Frei Luiz de Souza, Annaes de D. João III, pag 377 e seguintes.

Duarte Coelho não tinha o appellido de Pereira, que alguns erradamente lhe dão.

Pernambuco, corrupção de *paraná-mbuco*, significa mar largo. Extendia-se esta Capitania desde o Rio S. Francisco inclusivamente até o Rio Igarassú no canal de Itamaracá ou Rio S. Cruz.

(2) *Uirá*, arco; *uby*, verde.

Mais provavel parece ter sido este o nome de algum logar de Portugal que o donatario quiz perpetuar afim de acalmar as saudades, como fez com o de *Nova Lusitania*, applicado a toda a capitania. Accresce que *Olinda* era o nome de uma das damas do Amadiz de Gaula, cuja leitura naquelle tempo estava em grande voga.

Alliou-se Coelho com os tabajares, inimigos dos cahétés; promoveu os casamentos dos colonos com as indias da terra; mandou organizar um livro do tombo das terras que dava, e outro de matricula dos que se propunham a adquirir os fóros de moradores da sua capitania. Como o donatario se mostrasse energico, punindo severamente as desordens, e fazendo justiça a todos, a colonia começou desde o principio a vingar de um modo admiravel. Cultivavam o algodão, o assucar e os mantimentos.

A noticia desta prosperidade contribuiu muito para attrahir de todos os lados, colonos honestos e laboriosos. Olinda, por conseguinte, cresceu tanto, que a 12 de março de 1537 recebeu um Foral, confirmado pelo monarcha a 17 de março de 1550 (1). Dizem que o primeiro juiz ordinario da villa foi um João Carneiro.

Em uma viagem ao reino entabolou Coelho ajustes com alguns mercadores sobre a construcção de obras para o fabrico do assucar, e foi tão feliz, que em poucos annos já estava senhor de diversos engenhos. Nada, porém, conseguiu relativamente á exploração do Rio S. Francisco, porque suas exigencias foram na metropole julgadas excessivas. Parece, no entretanto, ter sido no seu tempo que *Paulo Affonso* chegou á famosa cachoeira que ainda lhe conserva o nome. Talvez fosse nessa mesma epoca que um *Sebastião Alvares* a devassou sem que delle e de seus companheiros se recebesse mais noticia alguma.

---

(1) Vide Vasconcellos, pag. 111, col. 2, e as bellas reflexões que o autor accrescenta ao documento deduzindo delle que Pernambuco fôra desde muito antes colonizado.

Progredia egualmente a colonia pernambucana de *Igarassú*, apezar de ser não raras vezes salteada pelos barbaros. O maior desses assaltos foi o de 1548, que ia destruil-a a não ser o soccorro inesperado da tripulação de um navio que do reino chegou a Pernambuco. Dessa tripulação fazia parte o allemão Hans Staden, do qual trataremos em outro logar. Segundo elle nos conta, os defensores de Igarassú montavam a cento e sessenta homens, inclusivamente quarenta indios amigos.

Fallecendo Duarte Coelho em principios de 1554 (1), succedeu-lhe nos direitos seu filho primogenito, Duarte Coelho de Albuquerque; como, porém, este se achasse em Portugal, continuou no governo a viuva D. Brites de Albuquerque, a qual o estava exercendo na ausencia do marido, e logo o assumiu em nome do filho, tendo como accessor Jeronymo de Albuquerque, seu irmão.

Os herdeiros de Duarte Coelho tiveram o governo da capitania até 1630, epoca da invasão hollandeza. Restaurado Pernambuco em 1654, annexou D. João IV a capitania ao dominio da coroa, visto como os ditos herdeiros não podiam manter um exercito conveniente, que naquellas conjuncturas era necessario; nem eram capazes de indemnizar os pernambucanos pelas grandes despezas feitas na lucta. Recorreram, os herdeiros aos tribunaes, e posto que conseguissem sentença favoravel, resolveram em 1716 desistir da causa mediante a compensação de oitenta mil cruzados, pagos em dez annos (2).

---

(1) Concordam os autores relativamente ao anno da morte de Coelho; não referem, porém, nem onde, nem como occorreu. Só Fr. Vicente do Salvador, na pag. 49 conta que, passando á metropole, o rei «o recebeu com tão pouca graça, que indo para casa enfermou de nojo, e morreu dalli a poucos dias; pelo que indo Affonso de Albuquerque com dó ao passo, e sabendo El-rei delle por quem o trazia, lhe disse: *Peza-me ser morto Duarte Coelho, porque era muito bom cavalleiro*».

«Esta foi a paga de seus serviços; mas muito differente a que de Deus receberia, que é só o que paga dignamente, e ainda ultra condignum aos que o servem».

(2) Vide José Bernardo Fernandes Gama—*Memorias Hist. de Pernambuco*, vol. IV, pag. 336, edição de 1846.

Quatro Capitanias do Norte

136) **Capitanias**—*A João de Barros e Ayres da Cunha* foram, a 18 de junho de 1535, doadas cem leguas desde a Bahia da Traição (Acejutibiró) para o norte até á serra do Apody e á barra do Mossoró, extrema do Estado do Rio Grande do Norte, ou, segundo Candido Mendes, até o Rio Jaguaribe no Ceará.

Antonio Cardoso de Barros foi, a 19 de dezembro de 1535, agraciado com quarenta leguas de littoral desde o rio Mossoró ou rio Jaguaribe até o rio Mondohytuba (Mundahú) além da Fortaleza, hoje capital do Ceará.

A *Fernand'Alvares d'Andrade* concedeu o soberano, a 18 de junho de 1535, setenta e cinco leguas desde o Camucim ou Rio da Cruz, no Ceará, até á Ponta dos Mangues Verdes, no Maranhão, conhecida actualmente por Cabo de Todos os Santos.

A João de Barros e Ayres da Cunha couberam mais cincoenta leguas (o Foral é do dia onze de março de 1535; a carta de doação não se conhece) desde o Cabo de Todos os Santos ou Ponta dos Mangues Verdes até o rio Gurupy ou Abra de Diogo Leite, divisa actual entre o Pará e o Maranhão.

137) **Donatarios**.—*Fernand'Alvares d'Andrade* do conselho do rei era thesoureiro-mór do reino. Foi sempre sollicitador acerrimo de providencias favoraveis ao Brazil.

Ayres da Cunha, valente nauta, que se distinguira como capitão-mór do mar em Malaca, tinha andado cruzando nos Açores com uma esquadrilha de guarda costa, e prestára serviços importantes. Em setembro de 1533, chegando a Lisboa, offereceu ao governo a sua cooperação para ir desmantellar a feitoria fundada em Pernambuco pela nau franceza *La Pélerine*; foi, porém, dispensado por trazer Pero Lopes, nesse interim, a noticia de ter acabado com aquelle estabelecimento.

João de Barros, o bem conhecido autor das Decadas, era neste tempo feitor da casa da India. Servira

tambem interinamente de thesoureiro dessa mesma casa. Dos precedentes do cavalleiro fidalgo *Antonio Cardoso de Barros* nada sabemos, e ignoramos egualmente si tratou de colonizar a sua capitania. Veiu mais tarde ao Brazil servir de provedor-mór da Fazenda com Thomé de Souza, primeiro governador geral.

138) **Mallogro.**—Como Fernand'Alvares e João de Barros em razão de seus empregos não podessem vir pessoalmente colonizar suas capitanias, fizeram sociedade com Ayres da Cunha, perante o qual Alvares foi representado por um homem de confiança; João de Barros, por dois de seus filhos. Obtiveram os tres socios a doação especial do ouro e da prata que na terra se descobrisse, e esquiparam uma frota de dez navios com novecentos (1) homens, em que entravam cento e treze de cavallo. Os preparativos foram tão extraordinarios, que excitaram as reclamações da Hespanha, a qual temia que esta força se dirigisse ao Rio da Prata ou ao Perú. Partindo de Lisboa em novembro de 1535, chegaram com feliz viagem a Pernambuco, onde Duarte Coelho mui bondosamente lhes forneceu linguas, e uma fusta de remos para ir adiante sondando nas paragens menos conhecidas. Lançaram ferro no actual Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, com a intenção de fundar nesse logar uma colonia; cedendo, porém, ás hostilidades dos petiguares, açulados pelos francezes, tornaram a embarcar, seguindo derrota no rumo do Maranhão. Perderam dahi a pouco a fusta de remos que se desgarrou, e andava perdida com falta de mantimentos e de agua, quando um navio hespanhol recolheu os tripulantes, levando-os á ilha de S. Domingos. Nove embarcações aportaram, salvas, em março de 1536 á ilha do actual Maranhão, a que os colonos pozeram o nome de Trindade, começando nella uma povoação que denominaram Nazareth. Da decima embarcação,

(1) Por um descuido imperdoavel dissemos nas Lições, pag. 23, que traziam mil colonos.

em que ia o proprio Ayres da Cunha, nunca se recebeu noticia alguma, sendo por isso obvio suppôr ter perecido juntamente com seu chefe e toda a tripulação (1).

Fizeram no principio os colonos muitas roças, e deram-se bem com os barbaros, mas dentro em breve foram por uma insurreição destes obrigados á retirada. Ignoramos si alguns delles conseguiram voltar directamente para a Europa; consta, porém, que em agosto de 1538 alguns entraram em Porto Rico; outros, em S. Domingos.

Estes foram esbulhados de tudo, e até, por ordem da Hespanha, retidos como colonos. Foi só á custa de muitos sacrificios que João de Barros logrou rehaver seus filhos. Este digno portuguez teve a generosidade de pagar não só suas dividas, como tambem as de Ayres da Cunha e dos outros. Perdoou-lhe em seguida D. Sebastião a somma de uns seiscentos mil réis que ainda devia ao thesouro regio, e, apoz sua morte em 1570, agraciou a viuva com uma pensão de quinhentos mil réis. Mais tarde Philippe II (I de Portugal) concedeu a Jeronymo de Barros, filho do nosso donatario, uma tença de cem mil réis com faculdade de testar della até a quantia de trinta mil réis.

Não será desagradavel ouvir agora o proprio João de Barros, que fala do modo seguinte: «Os feitos da qual (da provincia de S. Cruz) por eu ter uma destas capitanias, me têem custado muita substancia de fazenda, por razão de huma Armada, que em praçaria de Ayres da Cunha, e Fernão Dalvares d'Andrade, Thesoureiro-mór deste reino, todos fizemos pera aquellas partes o anno de quinhentos trinta e sinco. A qual

(1) Berredo não menciona a circumstancia de ter a expedição tocado em Pernambuco e no Ceará-Mirim, e affirma ter perecido toda nos baixos da barra, salvando-se alguns poucos a nado na ilha do Boqueirão ou do Medo. Estes, por falta de recursos, teriam abandonado essa paragem, regressando a Portugal em navios de piratas.

Candido Mendes conjectura que o naufragio não teve logar no Boqueirão, nem na Coroa Grande, mas nos Lençóes Grandes. Vide *Rev.*, vol. XII, parte II, pag. 118.

Armada foi de novecentos homens, em que entravam cento e treze de cavallo, cousa que pera tão longe nunca sahiu deste reino, da qual era capitão-mór o mesmo Ayres da Cunha; e por isso o principio da milicia desta terra, ainda que seja o ultimo de nossos trabalhos, na memoria eu o tenho mui vivo, por quão morto me leixou o grande custo desta Armada, sem fructo algum». J. de Barros, dec. I, liv. VI, cap. I.

139) **Diego Nunhes.**—Algum tempo depois do desastre de Ayres da Cunha, obteve em Portugal licença para ir colonizar o Maranhão um Diego Nunhes que estivera muitos annos no Perú; ajuntára grandes cabedaes, e conhecia mui bem o Alto Amazonas. Associando-se ao capitão portuguez João de Sande, conseguiu, segundo parece, armar quatro navios. Nada mais, porém, sabemos a respeito desta empreza.

140) **Luiz de Mello, 1554.**—Aconteceu um pouco mais tarde (1539) que, sahindo de Pernambuco para Lisboa, foi Luiz de Mello da Silva arrastado pelos ventos até o Amazonas, onde, apanhando um indio, agradou-se tanto do que viu, e do que poude colher das informações do seu prisioneiro, que, chegando a Portugal, pediu a D. João III a concessão da capitania do Maranhão, já renunciada por J. de Barros. Partiu, pois, de Lisboa no correr de 1554 com tres naus e duas caravelas (outros dizem oito ou nove caravelas e alguns bergantins) afim de colonizar aquella parte do Brazil. Não é bem liquido si a expedição fosse particular ou em nome e á custa do governo. E' certo, porém, que nos baixos do Maranhão pereceu toda a flotilha, menos uma caravela que o novo donatario tomou a nado com alguns companheiros, recolhendo-se para o reino escarmentado. Navegou em seguida para a India Oriental, onde, durante uns vinte annos, accumulou thesouros, que tencionava despender em colonizar o Maranhão; mas, do navio S. Francisco em que

no anno de 1573 regressava á Europa, nunca mais se soube cousa alguma.

141) **Tentativas e mallogros castelhanos.—Diego de Ordas**, 1531, que na historia do Mexico deixou memoravel nome, por ter visitado o cimo da montanha ardente de *Popocatepetl*, requereu a commissão de submetter e colonizar o paiz desde o Cabo de la Vela para o nascente numa extensão de duzentas leguas. Alcançou o que desejava com a condição de explorar a costa até o Maranhão, com tanto que não ultrapassasse os limites do rei de Portugal. Deram-lhe o titulo de governador e o de adiantado com poderes muito amplos e privilegios especiaes. Sahiu Ordas de Sevilha em 1531 com quatrocentos homens. Em Teneriffe se lhe reuniram tres irmãos da familia Silva com duzentos infantes. Dalli velejou para o Maranhão ou Amazonas, e tentou subir pelo rei dos rios; achou, porém, a navegação excessivamente difficil, vendo-se em risco imminente entre os baixos e as corredeiras, e perdendo um de seus navios. Resolveu, portanto, procurar fortuna em outra parte. Passou a Paria; entrou no Orenoque, e teimou em invernar nesse rio. Perdida grande parte da sua gente em naufragios e outros desastres, abandonou finalmente a empreza; fez-se de vela para a Hespanha, e morreu na viagem ou logo depois de chegar (1532).

142) **Gonçalo Pizarro**, 1539.—Segurada, como elle imaginava, a autoridade da sua familia no Perú pela execução de Diogo de Almagro, seu companheiro e bemfeitor, entregou o Marquez D. Francisco Pizarro o governo de Quito a seu irmão, Gonçalo, incumbindo-o de ir tomar posse do paiz da cannela e conquistar *El Dourado*, que se suppunha existir a léste do territorio outrora senhoreado pelos Incás (1). Partiu Gonçalo

(1) Correra o boato de que no interior da America meridional existia uma cidade na qual tudo era ouro: calçadas das ruas, casas, fechaduras e utencilios, tudo era desse metal precioso. Viviam nessa cidade um grande numero de ourives, que occupavam ruas a perder

com uns duzentos infantes, cem cavalleiros, quatro mil selvagens, e obra de quatro mil porcos e carneiros da India. Na provincia dos Quixos, tentaram os barbaros oppôr alguma resistencia; sentindo, porém, a propria inferioridade, fugiram, levando comsigo mulheres e crianças. Em quanto alli fazia alto o exercito, occorreu violento terremoto, que derrubou as habitações dos indigenas, fendendo-se a terra em diversos logares. Seguiram-se horriveis tempestades de raios e trovões acompanhadas de grande chuva.

Abandonando esta paragem, atravessaram um ramo das cordilheiras, onde muitos indios morreram gelados. Ahi deixaram os viveres e o gado para, movendo-se mais de pressa, salvar as proprias vidas. Foram abrindo caminho pelas mattas até o valle de *Zumaque*, nas fraldas de um vulcão, a trinta leguas de Quito. Reuniu-se-lhes nesse logar, com trinta homens de cavallo, *Francisco de Orellana*, cavalleiro natural de Truxillo na Hespanha. Nomeou-o Gonçalo seu tenente general, e, deixando o grosso da sua gente em Zumaque, avançou com setenta peões para o nascente a reconhecer o paiz da especiaria. Achou essas arvores, mas o povo era tão pobre, que Pizarro se indignou summamente. Quando perguntou aos indigenas que paizes ficassem além, e elles nenhuma razão poderam dar do *El Dourado*, desse aureo reino, alvo de seus desejos, então com a alma de um verdadeiro Pizarro, nome que nunca se pronunciará sem horror, pô-los a tormentos para lhes extorquir uma confissão do que ignoravam, nem podiam ter motivo de occultar. Queimou alguns em vida, e outros tambem em vida os atirou a seus cães, molossos cervaes ensinados de proposito a nutrirem-se de carne humana! Voltou então a Zumaque. Durante dois mezes que alli se detiveram os hespanhóes, choveu sem cessar, de modo que nunca estavam enxutos, apodrecendo-lhes no corpo a roupa.

de vista. O rei do paiz, *El-Dourado*, cobria-se cada manhan de ouro em pó, que lhe sopravam no corpo por meio de um tubo, e que depunha pela tarde tomando um banho.

Não tardou Gonçalo a sentir os máus effeitos da sua crueldade. Correra o boato de tribu em tribu, e quando elle perguntava pelos paizes ricos em cuja demanda ia, os pobres indigenas o illudiam dizendo-lhe que seguisse avante. Chegaram, por fim, os hespanhóes á margem de um rio profundo e largo (era o Côca), ao longo do qual foram descendo. Em um logar viram a corrente precipitar-se da altura de alguns centenares de pés, e quarenta leguas mais abaixo contrahir-se entre dois precipicios em uma largura de apenas sete metros. Resolveram lançar-lhe uma ponte de rocha a rocha. Os naturaes, que da outra margem tentaram frustrar-lhes o intento, foram de pressa postos em fuga. Infinita difficuldade houve em atravessar a primeira trave, sendo comparativamente facil o resto.

Mas, si grandes haviam sido os soffrimentos na região montanhosa e nas florestas, maiores os esperavam aqui. Tinham de vadear pantanos, passar lagôas, e savanas inundadas, sobre apanharem outra vez chuvas torrenciaes. Como as provisões estivessem quasi exhaustas, começaram os hespanhóes a devorar seus cães de guerra. Resolveu-se construir um bergantim que levasse os doentes; forjaram quanto ferro levavam comsigo, colheram resina que lhes servisse de alcatrão, e em logar de estopa empregaram os proprios vestidos já podres. As tribulações, todavia, ainda continuaram a ser grandes. Levava Gonçalo prisioneiros todos os morubi-xabas que podia colher á mão, e punha a ferros aquelles de quem receiava se evadissem. Já pelo medo, já para desviarem de seus territorios semelhantes hospedes, affirmavam estes prisioneiros que na frente ficavam regiões ricas e fertilissimas, informações em que pelo mesmo fundamento concordavam todos os indigenas. Repetiam a Gonçalo que chegaria a esta região seguindo sempre o curso do rio, até que outro maior viesse reunir-se-lhe. Um dia estes morubi-xabas atiraram-se á agua, acorrentados como estavam, e, ganhando a margem opposta,

illudiram todas as pesquizas. Achavam-se então, no dizer dos indios, a oitenta leguas da juncção dos rios, e era extrema a fome que reinava. Ordenou, portanto, Gonçalo a Orelhana que, tomando cincoenta homens, descesse no bergantim até ao fertil paiz de que falavam os naturaes, e, carregando ahi de provisões, voltasse o mais de pressa que podesse em soccorro do exercito.

143) **Orelhana, 1540.** — Era tão forte a corrente do Cóca, pelo qual navegavam, que, vencendo mais de cem leguas, em tres dias chegaram ao rio Napo, cujo littoral era deserto sem nenhum signal de cultura ou população. Ponderou, pois, Orelhana aos seus que nem era possivel voltar atraz, nem esperar ahi o exercito. Além disto, concebera elle a esperança de atravessar o continente até o Atlantico, e, indo á Hespanha, requerer a conquista dos paizes que descobrira. O dominicano Frei Gaspar de Carvajal, e Herman Sanches de Vargas, joven fidalgo de Badajós, oppozeram-se ao projecto representando ao chefe a miseria em que neste caso se acharia o exercito. Orelhana mandou pôr este ultimo em terra afim de que perecesse antes da chegada de Pizarro (1). Renunciou depois disto á commissão que Gonçalo lhe dera, sendo investido mais uma vez do commando pela eleição da sua gente. Celebrou-se missa para os navegantes, e no ultimo dia de dezembro de 1540 encetaram esta viagem, uma das mais atrevidas que jamais se emprehendeu.

No dia oito de janeiro de 1541 foram nossos nautas alegrados pelo som de um tambor indiano; e, ao romper da alva, descobriram quatro canôas que recuaram quando viram o bergantim. Logo appareceram uma aldêa, e grande copia de naturaes preparados á defeza. Não foi difficil afugenta-los, achando os hospedes

(1) Tendo-se sustentado de hervas, achou-o vivo o exercito, cuja miseria, ao regressar pelo mesmo caminho até o Perú, é mais facil imaginar do que descrever!

prompto fornecimento. Voltaram os barbaros; travaram-se relações amigaveis, e dentro em pouco vieram diversos chefes visitar os estrangeiros.

Sete hespanhóes morreram em consequencia da fome que tinham cortido. Tomaram os nautas posse da terra em nome do imperador; fizeram diversos preparativos para a construcção de um novo bergantim, e partiram apoz vinte dias de demora. Encontraram mais abaixo outras aldêas de indios muito mansos, que lhes deram tartarugas e papagaios para sustento. Em ambos os lados do rio, todos mostravam a mesma boa vontade. Era agora bem povoado o paiz por onde avançavam No dia seguinte sahiram-lhes ao encontro canôas, cuja tripulação lhes deu tartarugas. perdizes e peixes, agradando-se tanto os indios do que receberam em troca, que convidaram o commandante a ir á terra ver o seu chefe Apariá. Foram bem agasalhados, e, erguendo uma cruz, tomaram posse do logar. Demoraram-se aqui trinta e cinco e mais dias para construir outro bergantim maior.

Emquanto trabalhavam nesta obra, chegaram quatro indios, vestidos e enfeitados, e de alta estatura. Eram da tribu dos encabellados, visto como o cabello lhes descia até á metade do corpo. Dirigindo-se a Orelhana com muita reverencia, depozeram mantimento diante delle, dizendo que vinham enviados por um poderoso chefe afim de saber quem eram estes estrangeiros, e para onde iam. Fez-lhes este o sermão de costume sobre a religião christan, supremacia do Papa, e poder do rei de Castella, despedindo-os em seguida com presentes.

Passára-se a primavera antes da partida dos hespanhóes. Frei Gaspar e outro padre, seu companheiro, confessaram toda a gente; prégaram-lhe, e exhortaram-na a arrostar valentemente todas as difficuldades até o fim. A 24 de abril embarcaram todos de novo. Pelo espaço de oito leguas povoavam as margens tribus trataveis; dalli para baixo tomava o rio entre montanhas desertas, onde se deram por felizes com terem

hervas, e milho torrado de que se alimentassem. No dia doze de maio já estavam na populosa provincia de *Machiparo*, limitrophe do territorio dos *omaguas*. Atacados pouco depois no meio do rio, abriram-se o caminho pelejando, e tomaram de assalto uma grande aldêa, da qual levaram muitos despojos. A consequencia foi que se alvorotou o paiz inteiro, apparecendo milhares de indios nas duas margens, e numerosas canôas na agua.

Desceram numa ilha deserta para descançar e comer; aggredidos, porém, tiveram de buscar a salvação nos bergantins, combatendo sempre, e seguindo viagem. Metteram, por fim, uma bala no peito de um principal, e, emquanto os barbaros se entretinham com o ferido ou morto, afastaram-se os hespanhóes consideravelmente.

Dois dias e outras tantas noites continuou a caça até que se transpozeram os limites territoriaes de *Machiparo*. Quando viram que já ninguem os perseguia, saltaram em terra; expulsaram de uma aldêa pequena os seus habitantes, e alli se detiveram tres dias. Partiam desta aldêa muitos caminhos, o que indicava uma fórma de governo mais temivel do que os hespanhóes poderiam arrostar, pelo que lhes não pareceu bem demorarem-se longo tempo. Embarcaram, pois, boa provisão de fructas, e biscoutos de milho e de mandioca, despojos do logar, e largaram outra vez no domingo depois da Ascensão. No dia seguinte, vendo um sitio pequeno, deliciosamente collocado, aventuraram-se a ir á terra, e sem muita difficuldade forçaram a praça. Acharam nella grande copia de viveres e, numa especie de casa de recreio, algumas jarras de excellente barro, além de outras vasilhas vidradas e muito bem pintadas (1). Depararam tambem com ouro e prata,

(1) Affirmam diversos autores que os indios nunca pensavam no futuro, comendo cada dia tudo quanto tinham. A viagem, porém, de Orelhana prova totalmente o opposto. Observe tambem o leitor como era povoado o Amazonas. Seria, pois, verdade que o numero dos habitantes de todo o Brazil subia apenas a um milhão? Impossivel!

e dois idolos colossaes, tecidos com rama de palmeira. Partiam daquelle estabelecimento duas estradas reaes.

Em cada uma dellas caminhou Orelhana uma legua; vendo, porém, que se alargavam sempre mais, não julgou prudente passar a noite em terra, achando-se em um paiz como este. Mais de cem leguas velejaram ainda por aquella populosa região, guardando sempre o meio da corrente para se conservarem á distancia segura da beira. Entraram depois nos dominios do maioral chamado *Paguana*, onde tiveram amigavel recepção. Fertil era o paiz; o povo, parecido com os peruanos. No domingo do Espirito Santo passaram por uma grande povoação com muitas ruas, que, todas, iam dar ao rio. Por ellas sahiram os habitantes, mettendo-se nas canôas, a atacar os bergantins; promptos, porém, se retiraram ao sentirem os effeitos das armas de fogo. Na tarde do domingo da Trindade, assaltaram um estabelecimento, cujos moradores se serviam de grandes pavezes como arma defensiva. Pouco abaixo dahi vinha do sul um rio desembocar na corrente principal: suas aguas eram negras como tinta de escrever, e formavam ainda por mais de vinte leguas uma linha escura sem se mesclarem com as outras (1).

Passaram por muitas povoaçõesinhas, salteando uma em busca de mantimentos. Já ia tão largo o rio, que de uma beira não se avistava a outra. Por onde que appareciam, gritava-lhes da terra o gentio como desafiando-os. A sete de junho entraram sem opposição numa aldêa, não se vendo ahi sinão mulheres; proveram-se bem de peixe, e Orelhana, cedendo á importunidade dos soldados, consentiu em dormir naquella noite em terra. Ao escurecer, todavia, voltaram dos campos os homens, que tentaram expulsar os intrusos. Foram de pressa postos em fuga, mas Orelhana insistiu prudentemente no reembarque e immediata partida. Chegaram depois a uma grande povoação, onde viram sete pelourinhos com cabeças humanas espetadas

(1) Seria este o Rio Negro?

em lanças. Partiam dahi estradas calçadas com fileiras de arvores, plantadas de um e outro lado.

A 22 de junho avistaram muitas povoações grandes do lado esquerdo, mas tão forte era a corrente, que não a poderam cruzar. Desde então nunca deixaram de ver aldêas, habitadas por pescadores. Ao dobrarem um angulo do rio, alongou-se diante delles a perder de vista o paiz coberto de numerosos estabelecimentos, cujo povo, avisado da vinda dos estrangeiros, se havia reunido evidentemente com intenções hostis. Mostrou-lhes Orelhana diversos dixes, de que se burlaram; mas elle teimou em approximar-se afim de obter provisões por bem ou por mal. Partiu da terra uma nuvem de settas de que ficaram feridos cinco hespanhóes. Todavia desembarcaram, seguindo-se renhida peleja em que os indios não se acobardaram com a mortandade que entre elles se fazia. Deram costas, afinal, os barbaros; mas, de todos os lados rebentavam partidas taes, que Orelhana embarcou á toda a pressa sem fazer nenhuma preza.

A alguma distancia deste perigoso passo, depararam com outra povoação grande em que, não vendo selvagem algum, quizeram desembarcar; logo, porém, que os bergantins chegaram assaz perto, surdiram os indigenas, disparando incalculavel multidão de frechas. Sobre a margem meridional, já as aldêas em parte nenhuma distavam mais de meia legua uma da outra, nem menos povoado era o sertão, segundo asseveraram os hespanhóes. No meio do rio ficavam numerosas ilhas em que pensou Orelhana saltar, reputando-as inhabitadas; de repente, porém, largaram dahi umas duzentas canôas, cada uma com seus trinta ou quarenta homens, alguns dos quaes levantaram discordante ruido de tambores, trombetas, e uns instrumentos que pareciam gaitas, emquanto todos atacavam os bergantins. Apezar de rechassarem estes inimigos, viram-se tão apertados os europeus que em nenhuma dessas ilhas poderam tomar mantimentos. Chegaram, por fim, a uma aldêa em que se julgaram assaz fortes para

obter provisões; mas, repellidos, deram fundo á sombra de uma floresta, levantando barricadas. Alli lhes pareceu que já se percebia a maré.

Mais um dia de viagem os levou a umas ilhas deshabitadas, onde com infinita alegria conheceram sem duvida alguma os signaes do fluxo e refluxo. Foram ainda aggredidos por duas vezes, e com muita difficuldade repelliram o inimigo. Cruzaram então os nautas o rio para o lado do norte por ser muito povoado o sul. Era esta outra margem deserta, mas bem se deixava perceber que no interior não faltariam habitantes. Ahi descançaram tres dias. Encontraram tempos depois um ermo em que se demoraram dezoito dias afim de reparar suas embarcações. Ao approximarem-se do mar, outra vez se detiveram duas semanas em preparativos para a viagem maritima; de hervas fizeram cordas, e velas, das mantas em que dormiam. A oito de agosto tornaram a dar á vela, ancorando com pedras quando enchia a maré. Tendo por ultimo aprovisionado os navios como poderam, prepararam-se para atravessar o oceano nestas frageis embarcações, com miseravel apparelho, e mantimento insufficiente, sem piloto, bussola, nem conhecimento da costa.

Sahiram barra fóra a 26 de agosto, carregando sobre o rumo do norte ao longo do littoral. De noite perderam-se os dois bergantins, de vista. O maior foi dar no golpho de Pariá, donde não poude sahir durante sete dias. Aportaram finalmente á ilha de Cubagua (1) no dia onze de setembro, sem saberem onde estavam. Haviam sido nesse logar precedidos de dois dias pelo bergantim velho. Alli foram recebidos com os emboras que suas maravilhosas aventuras bem mereciam, e Orelhana largou sem perda de tempo para a Hespanha a dar conta ao rei, das suas descobertas.

144) **Fim de Orelhana.**—Admittiu-se a desculpa que elle deu por ter abandonado o seu commandante,

(1) *Cubagua*, no mar das Antilhas, entre a ilha Margarida e a costa de Cumana. Pertence á Venezuela.

Sollicitou e obteve a concessão da conquista das regiões que devassára. Destinou-se o nome da *Nueva Andaluzia* ao paiz que devia governar, ficando as ilhas fóra da sua jurisdicção; tinha de converter os ilhéos, podendo traficar com elles, mas não conquistar, nem fundar estabelecimento algum entre elles. Recommendou-se-lhe tambem que não violasse o territorio portuguez. Havendo promettido tudo, levantou fundos e aventureiros para a expedição, achando-se até uma mulher que o acompanhasse, e em maio de 1544 sahiu de S. Lucar com quatro navios e quatrocentos homens. Demorou-se tres mezes em Teneriffe, e dois em Cabo Verde, onde lhe morreram 98 homens, e 50 ficaram por invalidos. Seguindo com tres navios, detiveram-nos tanto os ventos contrarios, que, a não serem as grandes chuvas, todos teriam perecido por falta de agua. Neste aperto, voltou atraz um navio com setenta homens, e nunca mais se soube delle cousa alguma. Os dois restantes entraram afinal no grande rio; logo, porém, morreram mais 57 homens, e foi necessario desfazer os dois navios, já muito avariados. Construiram dois ou tres bergantins, mas procuraram de balde a corrente principal no meio de um labyrintho infinito de ilhas. Por fim Orelhana, sentindo-se doente, desceu rio abaixo. Da sua gente, alguns ficaram entre os barbaros, outros passaram á ilha Margarida, onde foram pela viuva informados da morte do seu chefe. Vendo elle crescer a sua enfermidade, resolveu abandonar a expedição regressando á Europa. Emquanto buscava provisões, haviam-lhe os indios morto dezesete homens. O pezar e a doença pozeram-lhe termo á vida ainda dentro do rio.

«Tal foi a sorte de Orelhana, que como descobridor excedeu todos os conterraneos; como conquistador foi infeliz. Tanto melhor para elle agora. Nem queimou indios vivos, nem os atirou aos cães de guerra; e talvez que á hora da morte rendesse elle graças a Deus, que nunca lhe havia dado poder para commetter estas atrocidades, de que não creio se possa absolver conquistador algum. O grande rio que elle explorou, do

seu nome se chamou algum dia, e ainda com elle se encontra em mappas antigos (1)».

Orelhana tem sido accusado de se ter apropriado um grande thesouro que Gonçalo Pizarro embarcára no bergantim; parece, todavia, improvavel que Gonçalo em uma viagem desta ordem levasse comsigo semelhante thesouro.

145) **Pedro de Orsúa.**—Em 1560 sahiu da cidade de Cusco, com o titulo de conquistador das Amazonas, Pedro de Orsúa, em companhia de Lopes de Aguirre e D. Fernando de Gusmão, commandante de numerosos e bem luzidos soldados. Seguindo caminho diverso do que trilhára Pizarro, entraram felizmente pelo rio *Jetai ou Jetaú*, e pelo *Juruá* (outros escrevem Yetai e Yeruá) que os metteu no Amazonas na altura de cinco graus ao sul da linha. Alli os militares, açulados por Aguirre, mataram Orsúa, acclamando rei a D. Fernando que não tardou a ter a mesma sorte. Então Aguirre, constituido tyranno absoluto, assassinou muitos de seus proprios soldados, e foi parar na ilha Margarida, que saqueou com novas crueldades. Passando, afinal, a fazer o mesmo em outras ilhas, foi vencido e morto por seus moradores (2).

146) **Vida dos primeiros colonos.**—Adoptaram os colonos muitos usos dos barbaros nos objectos domesticos e de primeira necessidade (3). Quanto á lavoura, os artigos mais cultivados desde o principio foram o assucar e o arroz. Uma arroba do melhor assucar valia 400 rs, 50 um alqueire de arroz em casca. A farinha de mandioca vendia-se em S. Vicente a cem réis o alqueire, e, como os colonos se queixassem, a camara a elevou a 120 rs.

Quiz o uso que aos mestiços, chamados em tupy *curibocas*, se désse o nome de *mamelucos*, que em

(1) Southey, I, p. 156.
(2) Berredo par. 86.
(3) Vide par. 118.

algumas terras de Portugal se applicava aos filhos de christão e moura. Chamaram-se, com palavra africana, *mozombos*, os filhos dos chegados da Europa, reservando-se o termo portuguez, *creoulo*, para os filhos dos africanos, que, quando já instruidos no serviço de casa e na lingua, eram qualificados de *ladinos*.

Infelizmente, porém, os colonos, sem deixar os defeitos que traziam da Europa, entregaram-se a muitas desordens e vicios, proprios dos naturaes da terra. Nem podia ser diversamente, em consequencia da fraqueza humana, das relações que deviam travar com os barbaros, e do abandono em que se achavam longe da metropole e no meio dos bosques. Os poucos sacerdotes que no principio vieram com elles, por grande infortunio, não eram dos melhores, tornando-se dentro em breve taes, que com seu exemplo impelliam o povo a uma vida cada vez peior. O mal, sob todos os respeitos, cresceu tanto, que o Brazil correu serio perigo de perder-se para sempre. Esse mal e esse perigo originavam-se principalmente da extraordinaria desmoralização de algumas capitanias, da irreligiosidade que lavrava em todas ellas, da vinda dos degradados, e das expedições francezas.

A desmoralização de algumas capitanias chegou a ser tal, que nellas se armavam navios de piratas, os quaes iam a corso pela costa. « Estavam os mares do Brazil ainda peiores do que nesse tempo os de Tunis e d'Argel. Seis caravelões, preparados numa das capitanias do sul, foram á Parahyba do Norte tratar por sua conta com os indios e *fazer brazil* para vender não sabemos onde. O capitão de Itamaracá asylava naquella ilha aos que fugiam de Olinda, para escapar ao merecido castigo a que por seus delictos os condemnava o severo Duarte Coelho » (1).

Já referimos como um certo Henrique Luiz e outros, sahidos da capitania do Espirito Santo, causaram a ruina de Pero de Góes prendendo um morubixaba da

(1) Varnhagen.

Parahyba do Sul, e entregando-o aos seus inimigos. Alguns navios traziam de Portugal colonos contra sua vontade; e succedia que estes se levantavam, deixando em algum porto menos frequentado o capitão, e mais gente que recusava imita-los, e seguiam o rumo que lhes agradava, entregando-se á pirataria. Desta praga de piratas provieram, por muito tempo, as queixas e rivalidades de uma capitania para as outras, á custa das quaes viviam os inimigos.

« Assim a intelligencia que alguns donatarios queriam dar ao homisio e couto, fazendo-o extensivo aos crimes commettidos nas capitanias, apresentava por absurdo que um criminoso poderia só no Brazil perpetrar onze crimes, e ter egual numero de homisios successivos. Já em 1546 se queixava a tal respeito o velho Duarte Coelho, pedindo ao rei que ordenasse aos outros donatarios e seus capitães que satisfizessem ás precatorias para entregar os criminosos; porém nada tinha conseguido. Dahi odios e rixas entre os capitães e as capitanias » (1).

Outra praga era a remessa dos degradados que foi augmentando de 1535 em diante. A maior parte delles era mandada a Pernambuco por ser conhecido o rigor com que os sabia levar seu velho donatario, que afinal se viu obrigado a representar contra esse abuso.

Alguns de taes degradados conseguiam fugir para outras capitanias, onde a poder de intrigas e adulação chegavam até a occupar empregos publicos. « Em Portugal os habitantes, pervertidos moralmente com tantas fortunas, bem ou mal adquiridas na Africa e principalmente na India, já não eram os mesmos do seculo anterior. O espirito de cavallaria tinha perecido, e com elle o desinteresse, a boa fé, e a ambição da gloria, nascida da elevação do espirito. O desejo de conquista nascia só da cobiça. Os crimes não tinham fim, e os legisladores, conhecendo que eram insufficientes todos os esforços e rigores do Livro Quinto das Ordenações

(1) Varnhagen.

para fazer barreira ao vicio, que estava menos no homem que na sociedade, viam-se obrigados a commutar em degredos muitas condemnações á morte» (1).

Longe de nós a idéa de querermos com isto rebaixar de qualquer modo o respeito e a estima que professamos para com a nossa querida patria adoptiva. Em primeiro logar, a melhor nobreza é aquella que se adquire com acções pessoaes, porque a gloria de nossos antepassados, em vez de ennobrecer-nos, servirá só para maior infamia, si os deshonrarmos com nosso mau proceder. Em segundo logar, quando relatamos que a metropole presenteava o Brazil com a escoria de seus habitantes, não queremos dizer que a maior parte dos colonos eram criminosos ou degradados. Consta, pelo contrario, ter vindo para a Terra de S. Cruz avultado numero de colonos honestos e trabalhadores, bem como muitos portuguezes nobres, e respeitaveis por suas acções. Assim Frei Gaspar, por ex., na pag. 91 e seguintes, menciona um largo numero dessas familias que vieram para a capitania de S. Vicente; e Rocha Pitta, liv. II, par. 116, escreve o seguinte: «Ha mui claras familias de conhecida nobreza divididas por todo o Brazil; porque, posto que a elle vieram sempre (como para todas as outras conquistas do reino) reus punidos pela justiça, tambem em todos os tempos, convidados da grandeza destes paizes, passaram a habita-los sujeitos oriundos de nobilissimas casas de Portugal; e sendo ramos de generosos troncos transplantados a este clima, produziram fructos de continuada descendencia, que não degeneram das suas origens, antes as acreditam».

Observaremos tambem com Varnhagen «como nas aristocraticas capitanias de Pernambuco, S. Vicente, e ao depois na da Bahia, donde procederam os povoadores do Rio de Janeiro, Maranhão e Minas, as familias principaes, fazendo timbre da sua origem, se extremaram sempre, evitando allianças com individuos, cujos precedentes não conheciam».

(1) Varnhagen.

Voltando, porém, ao nosso assumpto, cumpre-nos relatar que a desmoralização e irreligiosidade, em diversas capitanias, chegára a tal ponto, que « a religião e a moral, primeiras columnas da humana felicidade, estavam abaladas, ou antes tombadas; a honradez, que deve presidir nos negocios publicos, como nos particulares, cedia o passo ao cynico egoismo; e já quasi começava a justiça equitativa, e por conseguinte a boa fé e a confiança, a fugir desta terra ».

« Mas outro perigo crescente punha em maior risco toda a colonia e ameaçava a ruina e a perda do Brazil. Eram as naus francezas; as quaes, não passando anteriormente do Cabo de S. Agostinho, ou, quando muito, da Bahia, desde que estas terras tiveram donatarios, se aventuraram ao Cabo Frio e Rio de Janeiro, Ilha Grande e Ubatuba, de modo que já por estes portos não ousavam mostrar vela os navios portuguezes. A Bretanha e a Normandia consideravam as terras do Brazil tão suas, como o proprio Portugal . . . . A longinqua colonia de S. Vicente, que até então tinha crescido com a paz em prosperidade, esteve, em consequencia do trato dos navios francezes, em termos de ver córtadas as relações com a mãe-patria. » (1)

O brado mais energico pelo qual a côrte se inteirou bem ao vivo do risco em que se achava esta terra, partiu da capitania de S. Vicente, destinada a tornar-se tão celebre nos annaes do Brazil. Levantou-o Luiz de Góes, irmão do donatario da Parahyba do Sul, e mais tarde jesuita, a quem a Europa é devedora da primeira planta de tabaco que recebeu da America «....si com tempo e brevidade, assim, a 12 de maio de 1548, escreveu elle ao rei, Vossa Alteza não soccorre a estas capitanias e costa do Brazil, ainda que nós percamos as vidas e fazendas, Vossa Alteza perderá a terra . . . . De dois annos a esta parte vem sete e oito naus cada anno ao Cabo Frio e Rio de Janeiro: já não ha navio que se atreva a passar, porque a

(1) Varnhagen.

muitos têem elles acommettido e alguns tomado; em quanto os francezes não passavam do Cabo de S. Agostinho mais que até á Bahia, não eram tão suspeitos e nem tão perigosos, mas desde que se atreveram a passar os baixios e dobrar o Cabo Frio, queira Deus não se atrevam a dobrar o Cabo de Boa Esperança... Roubam os portuguezes a terra e mais que os francezes, porque já não ha capitania que não esteja roubada e alevantada por elles, e por sua causa, as que se perderam, estão perdidas, e está esta para se perder, e antes que se perca, soccorra Vossa Alteza, e tenha piedade de muitas almas christans, pois só nesta capitania, entre homens, mulheres e meninos, ha mais de seiscentas almas, e de escravaria mais de seis mil, e seis engenhos».

A metropole, portanto, depois de ponderar todas as difficuldades, e de expender diversos planos que se propunham, assentou pelos fins de 1548 crear no Brazil um governo central para acudir onde a necessidade apparecesse maior. Resolveu-se egualmente tirar aos donatarios algumas prerogativas de que não tinham sabido usar. Tal era, v. g., a alçada que no civel e no crime possuiam sobre os colonos. Deviam, por conseguinte, desde essa data entrar em suas terras os corregedores e outras justiças, e podiam elles mesmos ser suspensos de suas funcções. Aggravaram os donatarios, sendo, porém, attendido só Duarte Coelho que governára com energia e tino legal. Aos outros donatarios só bem, e nenhum mal podia resultar das novas providencias.

EPOCA II, 1549—1581

Primeiros governadores

I

Thomé de Souza

147) **Estabelecimento de um governo central, 1549.**—Recebida no reino a noticia da desastrada

morte de Coutinho, e comprada a capitania mediante ajuste com o filho do donatario, tomou-se pelos fins de 1548 a resolução de constituir no Brazil um governo central para acudir aos males que ameaçavam de extrema ruina esta colonia. Preferiu-se a Bahia de Todos os Santos «por ser o mais conveniente logar que ha nas terras do Brazil, para dahi se dar favor e ajuda ás outras povoações e se ministrar justiça. Instituiram-se nessa mesma occasião os cargos de ouvidor geral, de provedor-mór da Fazenda e de capitão-mór da costa. O primeiro administrava a justiça, o segundo cuidava em arrecadar os impostos devidos ao rei, o terceiro commandava a frota. O escolhido para governador foi Thomé de Souza, filho natural de uma das primeiras casas do reino, distincto por sua grande habilidade governativa, e pelo valor e prudencia que mostrára na Africa e no Oriente. Possuia, além disto, o dote de grangear o amor e a confiança de seus subditos, de ser superior sem deixar de ser companheiro.

A' povoação que ia fundar-se destinaram o nome de *Cidade do Salvador*. O de *S. Salvador* foi-lhe applicado mais tarde na bulla pela qual o papa Julio III nomeou o primeiro bispo; tanto, porém, este como os jesuitas em suas cartas continuaram sempre a dizer: *Cidade do Salvador*. As armas da nova cidade foram em campo azul (1) uma pombinha com a divisa: *Sic illa ad arcam reversa est*. Era este o symbolo da paz e da salvação que o novo governador veiu de facto trazer a este nosso abençoado paiz. *A Villa da Victoria*, onde haviam morado Coutinho e Caramurú, ficou se chamando *Villa Velha*, e, desamparada, pouco a pouco desappareceu, a ponto de affirmar Rocha Pitta, III, 3, que no seu tempo nem suas ruinas permaneciam.

148) **Gramatão Telles.**—Pelos fins de 1548 chegou á Bahia de Todos os Santos o capitão Gramatão

(1) Rocha Pitta, II, 30, diz: *Em campo verde*; hoje, porém, todos affirmam que era *em campo azul*.

Telles com duas caravelas, portador de uma carta em que o rei ordena a Diogo Alvares que ajude em tudo Thomé de Souza, nomeado Capitão Governador do Brazil. Diz-lhe tambem que escreve egualmente a Paulo Dias, genro do Caramurú, que abasteça de mantimentos a terra indo busca-los pelas outras capitanias. Esta carta assignada pelo monarcha, leva no sobrescripto: — *Por El-Rei. — A Diogo Alvares, cavalleiro da sua casa na Bahia de Todos os Santos.* Consta, portanto, da existencia do Caramurú, e da influencia que gosava.

149) **O regimento** — que a 17 de dezembro de 1548 recebeu Thomé de Souza, continha quarenta e um artigos, e mais sete supplementares. Recommenda-se nelle o bom tratamento dos gentios; impõe-se pena de morte aos colonos que fossem buscar indigenas para os escravizar; prohibe-se vender-lhes armas, e o embrenharem se os mesmos colonos para a terra dentro communicando-se pelo sertão de uma a outras capitanias. Fixa o regimento o termo da cidade em seis leguas para cada lado; estabelece o modo de se darem sesmarias para os engenhos de assucar, obrigando os donos destes a moerem as cannas dos lavradores vizinhos, a fortificarem os mesmos engenhos, etc. etc. Providenceia contra os abusos do luxo nos vestidos; dispõe a respeito da fortificação da capital, da construcção de navios, e do descobrimento e exploração de todo o Rio S. Francisco. Nos casos omissos devia o governador consultar os principaes empregados e as pessoas mais idoneas, prevalecendo a sua opinião, si houvesse discordancia; lavrando-se, porém, da sessão da Junta, um termo ou acta que seria enviada á Côrte.

Para o cargo de ouvidor geral, com alçada e autoridade de passar provisões em nome do rei, foi nomeado o desembargador Pero Borges, que servira de corregedor no Algarve, e gosava a reputação de homem justo. Competia ao ouvidor conhecer as causas crimes por acção nova com alçada até morte natural exclusivamente, aos escravos, gentios, e peões christãos

livres; aos quaes, quando merecessem pena de morte, podia esta applicar-se sem appellação, si nella concordasse o governador geral; do contrario, devia remetter ao corregedor da Côrte os autos e o preso. Nas pessoas de maior qualidade tinha o ouvidor alçada até cinco annos de degredo; no civel, até sessenta mil réis. Estes poderes eram independentes do governador, que não estava autorizado, nem a amnistiar, nem a punir. A quinze de janeiro de 1549, recebeu Borges a promessa de que seria promovido a desembargador da Supplicação, si servisse bem, e, dois dias depois, ordenou o monarcha que á sua mulher, Simôa da Costa, se abonassem 40,000 réis annuaes.

Antonio Cardoso de Barros, o mallogrado donatario do Ceará, obteve o cargo de provedor-mór da Fazenda. Recommendava-lhe o seu regimento de providenciar em cada capitania ácerca das casas da alfandega e dos contos ou thesourarias, organisando, em livros separados, os lançamentos das differentes rendas e direitos, etc

Confiaram o emprego de capitão-mór da costa a Pero de Góes da Silveira, o infeliz donatario da Parahyba do Sul.

Além destes quatro chefes, foram nomeados muitos outros officiaes, de sorte que o numero total dos que embarcaram vencendo ordenado, subia a trezentas e vinte pessoas. Fixou-se o ordenado do governador geral em 400$000 rs. annuaes, sendo o dos outros menor em proporção de seus cargos. Todos estes empregos foram providos por tres annos, como se costumava no reino.

150) **Viagem**. — Logo que a expedição colonizadora esteve prompta, sahiu do Tejo a frota no primeiro de fevereiro de 1549, indo lançar ferro na Bahia no dia vinte e nove de março do mesmo anno. Constava essa armada de tres naus (Conceição, Salvador e Ajuda), duas caravelas e um bergantim. Vinha na primeira o proprio Thomé de Souza; na segunda,

Antonio Cardoso; Duarte de Lemos, na terceira. Commandavam as caravelas Pero de Góes e Francisco da Silva. Além dos já mencionados, acompanhavam o governador quatro centos degradados, duzentos e oitenta colonos, e um certo numero de soldados, perfazendo todos o numero de mil.

Embarcaram tambem seis jesuitas, os primeiros que viu o Novo Mundo. Eram o P. Nobrega, superior; os padres João de Alpiscueta Navarro, Antonio Pires e Leonardo Nunes, bem como os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome. «Tão grande parte, diz Southey, tomaram os jesuitas na historia da America do Sul, que estes nomes se tornam dignos de memoria».

Affirmam geralmente os chronistas que, surta a esquadra no porto, Diogo Alvares não se demorou em comparecer, prestar obediencia ao governador, e assegurar-lhe o espirito dos selvagens, os quaes deitaram por terra os arcos em signal de paz e de amizade; e que Thomé de Souza se alojou na casa do Caramurú, sendo Pero Borges e Antonio Cardoso de Barros hospedados por Paulo Adorno e Affonso Rodrigues, genros de Diogo Alvares. No entretanto Francisco de Andrade na — *Chronica do rei D. João III* — não menciona Diogo Alvares, contentando-se de referir que o governador «foi recebido com muito gosto e alvoroço de toda aquella povoação, porque Gramatão Telles, que estava nella, não tinha mais que só trinta homens (quarenta ou cincoenta, diz o P. Nobrega), e, ainda que estava de paz com os gentios, não vivia sem grandes receios das suspeitas e não cuidadas mudanças daquella gente, que nunca está menos segura, que quando trabalha de o parecer mais».

Dos jesuitas conta o P. Simão de Vasconcellos o seguinte: «Depois do Governador sahiram tambem á terra os religiosos da Companhia, e foram agasalhados junto ao arraial: aqui fazendo o seu primeiro sacrificio o mais solemne que puderam em acção de graças». O P. Nobrega refere isto mesmo com as seguintes palavras: «...e achámos uma maneira de

egreja junto da qual logo nos aposentámos os Padres e Irmãos em umas casas a par della, que não foi pequena consolação para nós dizermos missa e confessarmos. O primeiro domingo que dissemos missa foi a quarta dominga da quadragessima», isto é, no dia 31 de março. Parece-nos que entre a narração do P. Vasconcellos e a do P. Nobrega não exista aquella grande differença que alguns pretendem.

151) **Fundação da nova cidade.** — Trazia Thomé de Souza ordem de mudar a povoação para uma nova paragem, caso achasse outra melhor Observou, pois, que a povoação da Victoria era pouco defensavel por estar muito perto da barra, e, além disto, carecia de agua para beber. Concordaram todos em assentar a nova cidade em logar mais proprio. Diversas pessoas foram de parecer que se escolhesse a peninsula de Itapagipe, nas immediações do sitio actualmente chamado Bomfim. Prevaleceu, todavia, a opinião de preferir-se o logar mais proximo ao pouso, até então habitual dos navios, onde havia na praia uma fonte, da qual os mesmos navios se abasteciam de agua. Ficava esta paragem á meia distancia entre a reputada melhor e a povoação primitiva.

«Tomada essa resolução, diz Gabriel Soares, tratou-se de a levar a effeito, fazendo-se primeiramente um cercamento forte de pau a pique, para os trabalhadores e soldados poderem estar seguros dos gentios, e acabado elle, começaram a edificar a cidade em boa ordem com as casas cobertas de palha, ao modo gentio, em as quaes por entretanto se agasalhavam os mancebos e soldados que tinham vindo na armada. Depois mandou o governador cercar esta cidade de muros de taipa grossa, o que se fez com muita brevidade, com dois baluartes no longo do mar e quatro á banda da terra, e em cada um delles assentou muita artilharia, que para isso levára, com o que a cidade ficou mais bem fortificada para se segurarem do

gentio, fundando (1) logo o governador nella a Sé, o collegio dos padres da Companhia, e outras egrejas e grandes casas para viverem os governadores, casa da Camara e cadeia, alfandega, contos (fazenda), armazens e outras officinas convenientes ao serviço de Sua Alteza».

Levados pela influencia do Caramurú, pelo proceder circumspecto do governador e pelo proprio interesse, trabalharam os tupinambás, voluntarios, nas edificações. Em quatro mezes estavam em pé um cento de casas, e muitas plantações de canna de assucar nas vizinhanças.

No anno seguinte chegaram supprimentos de toda a especie, e calculou-se em 300,000 cruzados a despeza total dos dois armamentos. Veiu no terceiro anno outra armada, em que mandava a rainha muitas orphans de familias nobres que deviam ser dadas em casamento aos officiaes. Vinham tambem rapazes orphams para serem educados pelos jesuitas; e anno por anno chegavam navios com supprimentos e reforços. Afim de acudir á falta de gado que em breve se fez sentir, destinou o governador a caravela *Galga* ao serviço exclusivo de ir busca-lo nas Ilhas do Cabo Verde, levando, para o comprar, madeira que naquelle archipelago se vendia a preço mui alto. Estas medidas asseguraram o bom resultado. Cresceu rapidamente a colonia, e da sua prosperidade participaram todas as outras capitanias.

152) **Dois casos desagradaveis.** — Comquanto não possamos precisar a data, é certo que, durante a administração do primeiro governador, occorreram estes dois factos que alguns confundem como si fossem um só. Sendo um colono morto por um selvagem a oito leguas da cidade, exigiu Thomé de Souza que entregassem o criminoso. Amarrado depois á boca de uma peça, mandou-o atirar aos ares. «Mais humano, diz Southey, para o padecente, mais terrivel

(1) Seria mais exacto dizer que marcou o logar para esses edificios.

para os expectadores, não podia ser o supplicio. Encheu de terror os tupinambás, e foi util lição aos colonos, que se abstiveram de metterem-se, imprudentes, entre os barbaros (1)».

O segundo caso o referiremos com as palavras de Southey:— «No governo de Thomé de Souza foram quatro colonos sem licença sua traficar numa das ilhas da Bahia, onde tinham travado relações com algumas mulheres do paiz. Haviam estes Ilhéos andado antigamente em guerra com os portuguezes, mas depois se fizera a paz: sobreveiu-lhes, porem, um accesso de vingança, provavelmente não sem provocação, e, matando todos os quatro christãos, os comeram. Veiu-se a descobrir o caso; uma partida de portuguezes atacou os selvagens, tomando uma mulher e dois velhos que foram executados como tios dos principaes delinquentes. Abandonaram os habitantes a Ilha, mas, tendo ahi deixado muitas provisões, voltaram com um corpo de alliados das montanhas, esperançosos de poderem manter-se com este auxilio. Contra elles mandou o governador marchar toda a força que poude reunir, ficando apenas com a força precisa para a cidade. Foi Nobrega na jornada, levando um crucifixo, que infundiu nos selvagens pavor, nos christãos valentia. Fugiram aquelles sem resistencia, queimaram estes duas aldêas nesta e numa ilha proxima. Aterrados ficaram os naturaes, e ter-se-iam sugeitado a todas as condições, si tivessem podido crer que houvesse condições que lhes fossem guardadas (2)».

153) **Visita official ao sul, 1549.** — Desejando o governador informar-se do que se passava nas capitanias do sul, enviou para ellas o ouvidor geral e o provedor-mór em uma flotilha, composta de duas

(1) O P. Nobrega conta este facto com as mesmas circumstancias em uma carta dirigida ao Dr. Navarro a 10 de agosto de 1549.

(2) Vide o Snr. Vasconcellos, o. c. p. 154, o qual refere uma carta do jesuita P. Antonio Pires de 2 de agosto de 1551. Conta esse padre que os dois velhos foram, como o primeiro, executados á boca do canhão, sendo precedentemente convertidos e baptizados.

caravelas e de um bergantim, commandada por Pero de Góes da Silveira. Seguiram juntamente com elles os padres Manuel da Nobrega e Leonardo Nunes, o irmão Diogo Jacome, e dez ou doze meninos cathecumenos. O P. Nobrega e o irmão Jacome ficaram na capitania de Porto Seguro, indo os mais a S. Vicente. Sahiram da Bahia no primeiro de novembro, dia em que Thomé de Souza tomou solemne posse do seu governo, registrando a sua patente e prestando juramento na Camara da Cidade do Salvador em presença da nobreza, clero e povo. Visitaram successivamente os Ilhéos, Porto Seguro e S. Vicente, recolhendo em toda a parte informações uteis, e dando providencias opportunas para a administração da Justiça e da Fazenda. Nos Ilhéos, encarceraram diversos colonos, criminosos ahi refugiados. Alguns delles, porém, escaparam dentro em pouco para Porto Seguro, onde lhes offereceu homisio o donatario do Espirito Santo, que se achava com seu navio no porto.

Emquanto o ouvidor geral e o provedor-mór desempenhavam seus deveres em S. Vicente, fez Pero de Góes uma excursão á bahia de Guanabara, onde prendeu dois francezes que cortavam brazil. Não os enforcaram, porque um delles era grande lingua; outro, habil ferreiro. Postos, porém, a ferros, obrigaram o lingua a servir de interprete pela costa, o ferreiro a ficar na Bahia, fabricando béstas, espingardas e ferramentas para os colonos. Na volta, entraram nossos officiaes no Rio de Janeiro, percorrendo-o todo, e encontraram no Cabo Frio uma nau de França com a qual combateu Pero de Góes dois dias e meio sem conseguir apresa-la. No Espirito Santo acharam a colonia quasi perdida em discordias e desvarios, porque Vasco Fernandes Coutinho partira, e ninguem sabia onde estava. O ouvidor geral ficou nos Ilhéos para continuar ahi na sua correcção, e Pero de Góes chegou á Bahia pelos fins do anno de 1550 (1).

(1) Pero de Góes, escrevendo ao rei a 29 de abril de 51, affirma que partiram de S. Vicente depois do meado de agosto de 1550 Nesta data foi muito infeliz Varnhagen.

154) **Vae Thomé de Souza ao Sul, 1553.** — Pelos fins de 1552 partiu Thomé de Souza juntamente com o P. Nobrega, da Bahia para o sul, levando uma nau e duas caravelas ao mando de Pero de Góes. Deu em toda a parte providencias, opportunas á segurança das povoações e dos engenhos, erguendo muros, deixando alguma artilharia, levantando pelourinhos nas villas, construindo cadêas, e casas de audiencia, etc. etc. Nos Ilhéos depôz o capitão, substituindo-lhe João Gonçalves Drumond, fidalgo de cota d'armas, procedente da ilha da Madeira; no Rio de Janeiro, admirando a belleza e grandiosidade da sua enseada, desejou, como o escreveu ao rei, fazer nella uma povoação *honrada e boa*. Em S. Vicente, approvou a fundação da villa de Santos; estabeleceu a da Conceição de Itanhaem, e, afim de oppôr uma barreira aos tamoyos, mandou levantar a fortaleza da Bertioga.

Sendo informado de que em S. Catharina alguns naufragos da infeliz expedição de D. Fernando de Senabria padeciam toda a sorte de privações, mandou-os buscar, e os soccorreu assaz generosamente, gastando neste acto de caridade as economias de 35 annos.

Subiu o governador serra acima, e nas planicies de Piratininga elevou á cathegoria de villa a povoação de S. André da Borda do Campo, já inaugurada por Martim Affonso.

Confiou o governo desta villa a João Ramalho, e, cêrcando-a, ordenou se retirassem para ella os povoadores por alli dispersos (1). Entre os principaes de S.

(1) Não se póde duvidar ser esta a villa que Martim Affonso, além da de S. Vicente, inaugurou, porque o P. Nobrega em 1554, escrevendo ao rei relativamente á casa de S. Paulo, assim se exprime: « e do mar dez leguas, pouco mais ou menos duas leguas de uma povoação de J. Ramalho, que se chama Piratinin, *onde Martim Affonso de Souza primeiro povoou*, ajuntamos todos..» »Em outra do mesmo anno diz a S. Ignacio que a nova casa estava« perto da Villa de S. André, que é de christãos e todos os christãos desejam de ir alli viver, si lhes dessem licença: *alli foi a primeira povoação de christãos que nesta terra houve em tempo de Martim Affonso*, e vieram a viver ao mar por razão dos navios, de que

André, dois merecem aqui menção especial pelos serviços que prestaram a nossos primeiros colonos. São Tebiriçá e Cauby ou Cayuby.

Aquelle, em honra do donatario de S. Vicente, tomou no baptismo o nome de Martim Affonso; este, o de João, acaso por ser tal o nome do monarcha de Portugal.

155) **Os jesuitas.** — Era D. João III o grande bemfeitor dos jesuitas, seu primeiro, segurissimo e mais util amigo. Já mandára S. Francisco Xavier ao Oriente, e agora principiavam a dar-lhe cuidado as almas de seus subditos brazileiros e brazilienses. Um zelo sincero e leal o animava, de derramar a sua religião por entre os pagãos; e o Christianismo é sempre uma grande e poderosa alavanca de civilização, um grande e inestimavel beneficio. Confiou elle este encargo ao P. Simão Rodrigues, um dos primeiros socios de S. Ignacio, e que introduzira a ordem em Portugal. Escolhido já antes por companheiro de S. Francisco Xavier, fôra retido em Lisboa pelo rei, e agora esperava que se lhe permittisse dedicar o resto da sua vida aos selvagens do Brazil. Sendo, todavia, obrigado a ficar em consequencia da morte do P. Martinho de S. Cruz, que devia substitui-lo, partiu em seu logar o P. Manuel da Nobrega com mais cinco religiosos, conforme

---

agora todos se arrependem.» Daqui tambem se vê que Martim Affonso não conferiu os fôros de villa a S. André. Era um arraial, uma simples povoação.

Piratininga é nome generico que significa *peixe sêcco* ou logar em *que o peixe fica em sêcco*. Isto acontecia na occasião das *piracêmas* (sahida do peixe), a saber: quando os rios transbordavam e, recolhendo-se ao leito regular, deixavam nos campos muito peixe em sêcco. Dava-se o nome de campo de Piratininga a quasi todo o territorio comprehendido entre o Ypiranga e o municipio de S. Paulo. O rio Piratininga ou nunca existiu ou era o que hoje se chama *Ypirangó*, rio de agua vermelha, ou, segundo outros, rio bonito, suppondo ser corrupção de *Yperanga*. A aldêa de Tebiriçá, antes de ter o nome de S. André, denominava-se Piratininga.

Vide Azevedo Marques—Apontamentos para a Historia da Provincia de S. Paulo, art. *Piratininga*.

já vimos. « Era Nobrega portuguez e de nobre familia. Vendo fugir-lhe uma honra collegial, a que era candidato, e a que se julgava com melhor direito do que o seu feliz rival, renunciou ao mundo numavelleidade de desgosto; mas, mal pensava elle então que esta renuncia devia faze-lo representar neste mesmo mundo um papel muito mais importante, do que d'outra fórma lhe caberia com todos os seus talentos e lisongeiras esperanças (1).

156) **Os jesuitas e os selvagens.** -- Desde logo principiou da parte dos jesuitas para com os naturaes esse systema de beneficencia de que estes jamais se afastaram até a sua extincção como ordem. Grandes e numerosos eram os obstaculos á commettida empresa. A religião, o orgulho e a alegria dos selvagens brazileiros eram as suas festas anthropophagas, e, não tendo os europeus até então procurado refrear este costume entre os seus alliados, mais difficil se tornava extirpa-lo..... Como estes banquetes tornavam mais exterminadora a guerra, parecia-lhes boa politica acoroçoa-los e por esta politica se reprimia, como de costume, o horror natural da humanidade, e se tinhan em nada os santos mandamentos da religião. Sacerdotes, guerreiros, mulheres e crianças, todos olhavam esta pratica abominavel com egual deleite, com egual interesse. Era o triumpho do vencedor, era um sacrificio expiatorio aos manes dos irmãos trucidados; era a festa publica em que as velhas assoalhavam os mysterios domesticos; era o dia de jubilo para os rapazes».

« Começaram (os jesuitas) por captivar a affeição das crianças á força de bugiarias que lhes davam; com estas relações apprendiam elles proprios algumas noções da lingua, e habilitavam de pressa os pequerruchos ao myster de interpretes. Visitavam os enfermos, e se acreditavam que todo aquelle que borrifassem á hora da morte, era uma alma arrancada ás garras de

(1) Southey, I, 302.

satanaz, não eram perdidos nos vivos os caridosos officios que accompanhavam estas conversões. Á sua chegada ao Brazil haviam sido os portuguezes recebidos com jubilo pelos naturaes; mas, tanto que os originarios possuidores do terreno perceberam que os hospedes se iam tornando senhores, tomaram armas, e, suspensas as intestinas dissensões, tentaram expellil-os. Armas de fogo européas depressa os rechassaram, e a politica européa depressa lhes rompeu a ephemera alliança. Mas nem a paz com os colonos portuguezes garantia a estes a segurança; quando é permittido reduzir inimigos á escravidão, não ha amigos seguros. Debalde partiam de Portugal decretos humanos, em quanto se reconhecer o atroz principio de que pode haver circumstancias que constituam legitimamente o homem escravo do homem, fraco escudo serão todas as leis e formalidades contra a violencia e a avareza (1)».

(1) Como se vê pela citação, estas expressões, e estes principios relativos á escravatura são do protestante inglez Southey. Caso o leitor deseje conhecer sobre este assumpto a opinião de um illustre philosopho e publicista catholico do nosso seculo, pode ler Jayme Balmes no seu — *Protestantismo Comparado com o Catholicismo — tomo I, cap. XV—XX*, cujas idéas em resumo vêm a ser estas: Segundo S. Agostinho e S. Thomaz, todo o homem é livre por natureza. A escravidão é fructo do peccado. Os pagãos, tanto na pratica como na theoria, levaram a doutrina da escravatura a um excesso hediondo. Nos primeiros seculos da éra christan existiam tantos escravos no mundo, que, sem comprometter gravemente a ordem social, não era possivel forra-los a todos de uma vez. Ponderando, pois, a Egreja, de um lado esta difficuldade insuperavel, do outro os grandes males que sempre a escravatura traz comsigo para o individuo, a familia e a Sociedade, começou por modificar as idéas, ensinando a egualdade de todos os homens perante Deus, e a fraternidade universal em Jesus Christo. Ao serem informados desta doutrina, alguns escravos entenderam que ficariam livres logo que abraçassem o Christianismo. A Egreja prégou a estes a submissão a seus senhores pelo amor de Jesus Christo. Inculcava ao mesmo tempo e pelo mesmo motivo aos donos tratassem seus escravos com humanidade e caridade. Conseguiu deste modo que a sorte do escravo fosse melhorada de muito.

Depois de conquistar a sua liberdade no tempo de Constantino, a Egreja procurou, além disto, que a legislação civil se tornasse sempre mais branda, e favoravel aos escravos. Facilitou-se deste

«A' chegada dos jesuitas muitas tribus andavam em armas contra esta oppressão, que, primeiro pela noticia de terem vindo homens amigos e protectores dos indios, e depois por experimentarem-lhes os bons officios, vieram entregar seus arcos ao governador, supplicando-o que como alliados os recebesse».

«Nenhuma habilitação para o seu officio faltava a estes missionarios. Eram zelosos da salvação das almas; tinham-se desprendido de todos os laços que nos ligam á vida, e assim não só não temiam o martyrio, como antes o ambicionavam. Acreditavam do intimo da alma na verdade do que prégavam, e estavam elles mesmos convencidos de que, aspergindo um selvagem moribundo, e repetindo sobre elle uma formula de palavras que lhe eram inintelligiveis, remiam-no de tormentos eternos, a que de outra sorte estava inevitavelmente . . condemnado. Nem se póde pôr em duvida que faziam ás vezes milagres sobre os doentes; pois, si acreditavam que o padecente podia ser milagrosamente curado, e este proprio assim o esperava, não raro suppriria a fé a virtude em que confiavam».

157) **Caso perigoso.**—«Principiaram Nobrega e seus companheiros a sua obra pelas hordas que demoravam

modo immensamente a alforria, que, em consequencia de tal exhortação da Egreja, muitos christãos outorgavam a seus escravos em diversas occasiões. Dahi alguns christãos excessivamente fervorosos, desejando pôr côbro quanto antes á escravatura, deram-se a proteger a liberdade com desordem, e com prejuizo dos proprietarios. A Egreja reprimiu tambem estas irregularidades, seguindo sempre constante o seu systhema de abolicionismo pacifico, sem comprometter nem a ordem social, nem os interesses dos donos.

Foi deste modo que a Egreja Catholica logrou pouco a pouco dar cabo da escravatura na Europa. A Egreja, pois, nunca favoreceu, nem louvou ou approvou a escravidão, mas a tolerar afim de evitar males maiores. Foi, pelo contrario, a Egreja Catholica quem antes de qualquer outro e com grande constancia, mas sem desordem, tratou de restituir aos homens a sua liberdade natural.

O leitor achará estas mesmas idéas desenvolvidas na Carta monumental que o Santo Padre Leão XIII escreveu aos Bispos do Brasil na occasião de se abolir entre nós a escravatura, e que vamos collocar no fim deste pequeno volume.

nas vizinhanças de S. Salvador; persuadiam-nas a viver em paz, reconciliavam inveteradas inimizades, e lograram evitar a embriaguez e fazer prometter a monogamia; mas extirpar a anthropophagia, não o poderam: o delirio de banquetear sobre a carne de um inimigo era por demais forte para se renunciar. Vãos foram todos os esforços para se acabar com este habito. Um dia ouviram os padres o alarido e regosijo dos selvagens em um destes sacrificios; irromperam na área no momento mesmo em que acabava de ser derribado o prisioneiro, e as velhas arrastavam o corpo á fogueira; arrancaram-lho das garras, e, á vista de toda a horda, estupefacta de tanta coragem, o levaram. Não tardaram as mulheres a instigar a vingança deste insulto os guerreiros, que deitaram atraz dos missionarios, a quem apenas haviam deixado tempo de enterrar secretamente o cadaver. Recebendo disto aviso, mandou o governador buscar os jesuitas á malhada de barro que habitavam no sitio onde havia mais tarde de erguer-se o seu magnifico collegio. Não os achando alli, estiveram os selvagens a ponto de atacar a cidade, tendo de reunir toda a sua força o governador, que em parte com a demonstração das armas de fogo, e em parte por boas palavras logrou, comtudo, reduzi-los a retirada».

«Passado o perigo, levantaram os proprios portuguezes alto brado contra os jesuitas, que com fanatico zelo tinham posto em risco a cidade, nem tardariam a fazer de todos os naturaes outros tantos inimigos. Mas não era Thomé de Souza homem que por politica tão myope se deixasse aterrar de proteger e acoroçoar Nobrega; nem tardou muito que estes mesmos selvagens, lembrados da verdadeira bondade com que sempre pelos jesuitas haviam sido tratados, e de que eram estes os melhores amigos dos indios, não viessem pedir-lhes perdão, e rogar ao governador que ordenasse aos padres que lhes perdoassem, e continuassem a visita-los, promettendo elles nunca mais repetir as suas festas de homem. Mas, demasiado deliciosa era a pratica, para de uma vez ser posta de parte, e continuou em segredo».

«Um dos jesuitas, porém, conseguiu abolir efficazmente este costume entre algumas hordas, disciplinando-se deante das portas dos indios até manar-lhe o sangue, e dizendo que assim se atormentava para desviar o castigo que Deus aliás lhes infligiria por um peccado que bradava aos céos. Não poderam resistir, e, confessando que era máu o que tinham feito, decretaram severas penas contra quem de novo o praticasse. Entre outras tribus, porém, por felizes se davam os missionarios, quando lhes davam accesso aos prisioneiros, para instruí-los na fé salvadora antes de marcharem á morte».

158) **Novas difficuldades** — «Manifestou-se entre elles (os indios) uma epidemia; disseram que era a molestia devida ás aguas do baptismo, e todos os conversos, que Nobrega e seus companheiros operarios com tanto trabalho haviam recrutado, os teriam abandonado, e fugido para as selvas, si elle não empenhasse a sua palavra de que o mal em breve cessaria. Felizmente cedeu elle em breve ás sangrias, remedio a que os indios não estavam costumados (1).

Pouco depois veiu uma tosse catarrhal ceifar muitos, e tambem isto foi imputado ao baptismo . . . . uma só calamidade os não visitava, cuja origem se não buscasse logo nestas gottas de agua mysteriosa. . . . . Os pagés, como é facil de suppôr, envidavam todos os esforços contra os concurrentes que lhes vinham estragar o negocio, e persuadiam os indios que estes lhes mettiam nas entranhas navalhas, thesouras e outras cousas assim, com que os faziam morrer . . . . feitiçaria em que os selvagens parecem ter geralmente acreditado».

159) **Capellas e escola.** — «Assim que podiam, faziam os jesuitas pelos neophytos erguer na aldêa

(1) Parece-nos pouco exacto, porque tambem os indios costumavam praticar a sangria.

uma capella, que, ainda que tosca, os prendia á localidade, e estabeleciam uma escola para crianças que catechizavam na sua propria lingua ensinando-as a dizer o Padre Nosso sobre os doentes . . . . Tambem os instruiam na leitura e escripta, empregando, diz Nobrega, a mesma persuasão com que o inimigo venceu o homem: *Sereis quaes deuses, conhecedores do bem e do mal.* Admiravel parecia esta sciencia aos indios, que por isso vivamente desejavam obte-la, prova irrefragavel de quão facil teria sido civilizar esta raça ».

« Dentre os missionarios era Alpiscueta o mais habil escolastico (linguista); foi o primeiro que compôz um catecismo na lingua tupy, transladando para ella orações. Apenas se tornou assaz senhor do idioma para nelle se exprimir com fluidez e valentia, adoptou o systema dos pagés, e principiou a cantar os mysterios da fé, correndo á roda dos ouvintes, batendo os pés, palmeando e imitando todos os tons e gestos que mais costumavam affecta-los ».

« Nobrega abrira perto da cidade uma escola, onde instruia os filhos dos naturaes, os orphams mandados de Portugal, e os mestiços, aqui chamados *mamelucos*. Apprendiam a ler, escrever e contar; ajudar á missa e a cantar os officios, e eram muitas vezes levados em procissão pela cidade. Produzia isto mui salutar effeito, por quanto eram os naturaes apaixonados pela musica, tão apaixonados, que Nobrega principiou a esperar que a fabula de Orpheu seria o prototypo da sua missão (1), e que com cantos converteria os gentios do Brazil. Costumava levar comsigo quatro ou cinco destes meninos de côro nas suas expedições de catechese, e, ao approximarem-se de uma povoação, ia um adiante com o crucifixo, e entravam todos a cantar a ladainha. Quaes cobras se deixavam os selvagens vencer da voz do encantador; recebiam-nos alegres, e, ao partir elle com a mesma cerimonia, seguiam as crianças a musica.

(1) Em nenhuma carta de Nobrega encontrámos esta allusão a Orpheu.

Pôz em solfa o catecismo, o Credo e as orações ordinarias, e tão forte era a tentação de apprender a cantar, que os tupizitos fugiam ás vezes aos paes para se entregarem nas mãos dos jesuitas».

160) **Os Jesuitas e os Colonos.** — «Maiores difficuldades encontraram os padres no proceder dos seus compatricios do que nos habitos e disposição dos indigenas. No meio seculo que a colonização do Brazil ficára entregue ao acaso, tinham os colonos vivido quasi sem lei, nem religião. Muitos nunca mais se haviam confessado, nem tinham commungado desde que estavam no paiz; os mandamentos da Egreja não se cumpriam por falta de clero que administrasse os sacramentos, e com as cerimonias se haviam esquecido os preceitos moraes. Crimes, aliás faceis de se reprimirem no principio, tinham com a frequencia degenerado em habitos, agora já por demais robustos para serem suffocados. Havia por sem duvida individuos, em quem se podia fazer reviver o senso moral, mas na grande maioria estava elle anniquilado: sobre aquelles homens ainda o medo das galés podia alguma cousa; o temor de Deus, nada. Estava em voga entre elles um systema de concubinato, peior que a polygamia dos selvagens: estes tinham tantas mulheres quantas queriam ser suas esposas, aquelles tantas quantas podiam escravizar».

«Estigma indelevel marca os europeus nas suas relações com todas as raças que reputam inferiores: a luxuria e a avareza perpetuamente se contradizem. O fazendeiro toma hoje uma escrava por concubina, e amanhan a vende, como si fôra de outra especie e mais vil . . . uma bêsta de trabalho. Si é ella em verdade um animal inferior, que diremos da primeira acção? Si é um ente egual a elle, uma alma immortal, que diremos da segunda?. De qualquer modo, ha sempre um crime commettido contra a natureza humana.

«Nobrega e os seus companheiros nobremente recusaram administrar os sacramentos da Egreja aos que

retinham indias por meretrizes e indios por escravos. Este proceder resoluto e christão reduzia muitos ao bom caminho; uns por que as consciencias não haviam ainda morrido nelles, dormitando apenas; outros por mundanos respeitos, julgando os jesuitas armados de autoridade secular além da espiritual. Sobre estes ultimos não podia, pois, o bom effeito ser si não passageiro. Poderosa como é a religião catholica, mais potente é ainda a avareza; e em despeito de todos os esforços de alguns dos melhores e mais habeis homens, de que a ordem jesuitica, tão fertil em varões illustres, se poude jamais gloriar, continuou a pratica de escravizar os naturaes».

«De pressa principiou a crescer o numero dos jesuitas; tambem se admittiram alguns coadjutores leigos, que conhecendo a fundo os costumes e a lingua dos indios, e chorando amargamente os crimes que contra estes homens haviam commettido, possuiam as melhores habilitações de conhecimentos e de zelo. A armada do anno seguinte ao da chegada dos primeiros padres, trouxe outros quatro, e para Nobrega o titulo de vice-provincial do Brazil, sujeito á provincia de Portugal».

161) **O Clero.** — «Anciosamente aguardava Nobrega a chegada do Bispo. Nenhum demonio, dizia elle, o havia perseguido tanto a elle e a seus companheiros, como alguns dos ecclesiasticos que elles vieram achar no paiz. Acoroçoavam estas sevandijas os colonos em todas as suas abominações, mantendo abertamente que era licito escravizar os naturaes, pois que eram bêstas, e depois servir-se das mulheres como barregans, pois que eram escravas. Era esta a doutrina que em publico prégavam, e bem podia Nobrega dizer que elles faziam o officio do demonio. Oppozeram-se aos jesuitas com a mais requintada virulencia, si estava em jogo o seu interesse!. Nem podiam tolerar a presença de homens que diziam missa e celebravam todas as cerimonias da religião . . . de graça»

162) **O Padroado.** — Sendo as terras do Brazil desde o principio consideradas como pertencentes á Ordem de Christo, eram sujeitas no espiritual ao vigario de Thomar, que, como delegado da S. Sé, tinha jurisdicção em todas as terras *nullius diœcesos* dessa mesma Ordem. Por uma bulla de sete de junho de 1514 concedeu Leão X ao rei D. Manuel o direito de padroado e apresentação das egrejas e beneficios nas terras situadas ao sul do Cabo Bojador. Com outra bulla de doze de junho do mesmo anno creou o Successor de S. Pedro para as mesmas terras o bispado do Funchal, primeira diocese a que pertenceu o Brazil. Em 1522 conferiu Adriano VI a D. João III a dignidade de Grão Mestre da Ordem de Christo, que em seguida vieram a ter todos os reis, seus successores. Pois, fallecendo a 22 de Julho de 1550 D. Jorge, Mestre das Ordens de Santiago e de S. Bento *(Ordem de Aviz)*, o papa Julio III annexou e incorporou para sempre em 1551 o grão mestrado das tres ordens (de Christo, de Santiago e de S. Bento) na coroa de Portugal. Assim, dessa epoca em diante, coube aos monarchas lusitanos a apresentação das egrejas e beneficios, bem como a cobrança e administração dos dizimos. O monarcha, porém, devia fazer todos os gastos do culto.

163) **Primeiro bispo.** — A 25 de fevereiro de 1551 expediu-se a bulla *Super Speculam Militantis Ecclesiæ* pela qual o papa Julio III, a pedido do rei de Portugal, creou o bispado da cidade de S. Salvador, nomeando para esse cargo Pedro Fernandes Sardinha, já proposto no anno precedente, bacharel pela universidade de Pariz, outrora provisor ou vigario geral da India e actualmente clerigo de Evora. A nova Sé ficou sendo suffraganea da de Lisboa com jurisdicção sobre todas as terras do Brazil, que por isto foram desannexadas da mitra do Funchal. Partiu D. Fernandes Sardinha de Lisboa a 24 de março de 1552; avistou a 27 a ilha da Madeira; chegou á de Santiago em Cabo Verde a 8 de abril, e, deixando essa ilha a onze do mesmo

mez, entrou na Bahia a 22 de junho, onde já o povo o esperava, receioso de algum naufragio. (1) Hospedou-se na casa dos jesuitas até se lhe achar conveniente accommodação. Governou a diocese desde 22 de Junho de 1552 até 2 de junho de 56, quando embarcou para a Europa. Veiu então por visitador e commissario geral de toda a costa o Dr. Francisco Fernandes que regeu a egreja brazilica até 1559, epoca da chegada de D. Pedro Leitão, segundo bispo do Brazil.

Apezar da existencia de tantos abusos, não entrou o nosso prelado nas reformas com excessiva severidade, por lhe parecer « que nos principios muitas mais cousas se hão de dissimular que castigar, maiormente em terra tão nova». Isto elle dizia prudentemente escrevendo ao rei. Persuadido dos effeitos prodigiosos que a musica excita no coração humano, pediu que lhe mandassem um orgam para a nova Sé. Participava no mesmo tempo terem chegado de S. Vicente noticias da descoberta de ouro, que, no seu entender, muito conviria propalar pela Europa, afim de que a cubiça estimulasse a vinda de numerosos colonos. Os jesuitas já tinham anteriormente communicado estas novas, accrescentando que o melhor ouro no Brazil estava na conversão dos indigenas. Julgamos que não se enganavam, porque deste modo o paiz se teria mais cêdo e mais bem povoado, e se teria promovido a agricultura que constitúe a melhor riqueza de toda a nação. Não ha nega-lo essa mania de achar minas auriferas, da qual a metropole se deixou por tanto tempo dominar, foi um dos muitos erros que se commetteram no governo deste paiz. Descobriram-se finalmente essas minas, porém ninguem se enriqueceu com ellas.

(1) Varnhagen diz que o bispo partiu de Lisboa pelos fins de setembro, e chegára á Bahia antes de se terminar o anno de 1551. Item Candido Mendes affirma que sahira de Lisboa a 4 de dezembro de 51, e que chegou no primeiro de janeiro de 52; Nobrega, porém, em 1552 escreveu: «Vespera da Vespera de S. João chegou o Bispo».

164) **Duas Entradas** — Regressando Thomé de Souza para a Cidade do Salvador depois de visitar as capitanias do sul, mandou a Portugal Pero de Góes afim de informar em pormenores a Côrte a respeito do estado da Colonia, e de solicitar a execução de varias medidas que elle propunha por escripto. Outro assumpto, porém, exigia agora a sua attenção. Os boatos da existencia de minas de ouro cresciam todos os dias. Vinham de S. Vicente, e principalmente de Porto Seguro, onde alguns indios do sertão affirmavam encontrarem-se, nas vizinhanças do Rio S. Francisco, serras com esse metal amarello, cujos pedaços iam ter aos rios. Apresentavam no mesmo tempo amostras de varias pedras finas; algumas dellas verdes como esmeraldas. O governador procedeu nisto com muita cautela, porque nunca mais tivera noticia de uma galé, mandada, no anno precedente, para o norte a ver si, entrando pelos rios na direcção do Perú, deparava com indicios de minas. Autorizou, todavia, duas expedições que sahiram de Porto Seguro. A primeira, capitaneada, segundo parece, por um tal Jorge Dias, constava de doze homens. Depois de andarem tres mezes entre mattos e terras humidas, subiram a serra do mar; baixaram até o Rio S. Francisco; retrocederam, e chegaram a Porto Seguro quando Thomé de Souza já se recolhera para o reino. O P. Alpiscueta Navarro, da Companhia de Jesus, que, a pedido do governador, acompanhára esta entrada como capellão, e della nos deixou uma breve historia, ficou tão enfraquecido, que pouco mais poude trabalhar, fallecendo dois ou tres annos depois. O unico resultado desta empreza foi a descida de um grande numero de indios para a capitania.

A segunda expedição, á cuja frente esteve Sebastião Fernandes Tourinho, entrando pelo Rio Dôce e subindo pelo Aceci quatro leguas, chegou á *Serra* que denominou das *Esmeraldas* por ter encontrado nella umas pedras verdes que deviam ser turmelinas.

165) **Fim do governo de Thomé de Souza.**— Desde 1551 lembrava Thomé de Souza ao monarcha que em janeiro do anno seguinte se findava o triennio por que fôra nomeado, e pedia ser substituido para se reunir á sua velha esposa e a uma filha moça que deixára em Portugal.

Deteve-o, todavia, o rei até o méado de 1553, mas recompensou-o depois amplamente nomeando-o vedor da casa real (12 de janeiro de 58), dando-lhe uma commenda lucrativa na Ordem de Christo, e concedendo-lhe seis leguas de terra para as bandas do Pojuca, ao norte de S. Salvador, concessão que logo, decorridos dez dias (20 de out. de 1563), recebeu um accrescimo de oito leguas até o Rio Real. E' provavel que mais tarde as passasse por venda ao seu antigo criado Garcia d'Avila, o qual em seguida se tornou senhor de immenso cabedal.

Conta Frei Vicente do Salvador que, quando o meirinho, o qual sabia que Thomé de Souza desejava regressar para o reino, esperançoso de receber alviçaras, se foi muito alegre ao governador participando-lhe a nova de estar no porto o seu sucessor (13 de julho de 1553), teve a seguinte resposta:

« Vedes isso, meirinho, verdade é que eu o desejava muito, e me crescia a agua na boca quando cuidava em ir para Portugal, mas não sei que é que agora se me sêcca a boca de tal modo, que quero cuspir e não posso. Não deu, accrescenta Fr. Vicente, o meirinho resposta a isto, nem eu a dou, porque o leitor dê a que lhe parecer ».

Em 1552 escrevia o P. Nobrega ao rei que o unico defeito notado neste primeiro governador era ser amigo da Fazenda regia um pouco mais do que devia. Não sabemos ao certo em que mez e dia abandonou o Brazil.

166) **Aventuras de Hans Staden.**—E' tempo de remirmos a palavra, já mais de uma vez empenhada a respeito deste aventureiro allemão. Natural de Homberg, no territorio de Hesse, resolvera Hans Staden

ir procurar fortuna juntamente com os portuguezes na India Oriental. Chegando a Portugal quando as naus já tinham partido, acceitou (1547) o posto de artilheiro em um vaso de guerra que singrava para Olinda comboiando uma embarcação de degradados. Occupado por Duarte Coelho (1548) na defeza da Villa de Igarassú, que os cahétés assediavam, deu provas de notavel esforço, derrotando os barbaros. Regressou, todavia, á Europa, e se achava em Sevilha quando Senabria (vide par. 60) preparava a sua expedição ao Paraguay (1549). Os interessados em recrutar aventureiros espalhavam falsos boatos a respeito das riquezas fabulosas daquelle afortunado paiz, e Hans foi um dos muitos que morderam no dourado anzol.

Não tardou a embarcação em que elle ia, a separar-se do resto da frota, perdendo depois o rumo por ignorancia do piloto. Apoz uma desastrosa viagem de seis mezes, descobriram terra pelos gráus 28 de latitude sul, ignorando onde é que se achavam. Entraram como por milagre em uma enseada, e dois portuguezes que appareceram, disseram-lhes que a paragem se chamava *Supracvai* (talvez superagui, ilha que forma, ao norte, a entrada da bahia de Paranaguá); que S. Vicente ficava dahi a 18 leguas para o norte, e S. Catharina a 30 leguas na direcção do sul. Demandaram, pois, esta ilha, onde encontraram um Juan Hernandes de Bilbáo, mandado, havia tres annos, por Yrála, da Assumpção, afim de viver com os carijós persuadindo-os a cultivar a mandióca para abastecer os navios que, na viagem do Prata, tocassem naquelle porto. Póde este João Fernandes de Bilbáo considerar-se como o primeiro colono de S. Catharina.

Passadas tres semanas, chegou a embarcação que levava Senabria a bordo; da outra nunca mais se soube. Tomaram provisões para seis mezes, e iam continuar a derrota quando o navio transporte naufragou dentro do porto. Não sabendo que resolução tomar, ficaram na ilha dois annos a braços com a fome, e toda a sorte de privações e de miserias. visto como os barbaros

que lhes forneciam mantimentos, tinham agora desapparecido. Seguiu afinal uma parte delles por terra na direcção do Paraguay, aonde chegaram todos aquelles que na viagem não pereceram de fome. Os outros deviam embarcar, mas logo viram que o navio era incapaz de conte-los a todos. Resolveram, pois, enviar a S. Vicente pedir uma embarcação maior em que podessem ir até o Rio da Prata. Hans fez parte da tripulação deste vaso.

No segundo dia o vento os obrigou a lançar ferro perto da ilha dos Alcatrazes; e, seguindo para o norte, naufragaram, no outro dia, em um logar da costa que cuidavam ser S. Vicente. Entrando casualmente pela terra dentro, acharam uma feitoria de portuguezes chamada Itanhaem, a duas milhas (1) apenas de S. Vicente, aonde os naufragos passaram, sendo recebidos com toda a caridade, e sustentados a expensas publicas emquanto tratavam de prover a sua propria subsistencia. O resto da partida mandou-se buscar, e depois de estar algum tempo em S. Vicente, seguiu por terra, como affirma Varnhagen, até á Assumpção; ou voltou para o sul em canôas, segundo pretende o P. Simão de Vasconcellos. Quem se mostrou tão caridoso para com estes infelizes foi o nosso primeiro governador que juntamente com o P. Nobrega estava nesta conjunctura na capitania de Martim Affonso (1553).

Hans ficou em S. Vicente, acceitando o posto de artilheiro na fortaleza que Thomé de Souza mandou construir na Bertioga como defeza contra os tamoyos. Não tardou, porém, em cahir nas mãos daquelles selvagens, que, despindo-o e amarrando-o, o levaram para suas aldêas perto da actual Ubatuba. A primeira cousa que fez, ao ver-se derrubado, foi exclamar: « *Senhor*, tende piedade da minha alma! » E' impossivel referir quantas affrontas lhe fizeram, quantos desgostos cortiu, quantos riscos correu! Como os barbaros o tratassem de portuguez, e dissessem que iam

(1) É o que diz Hans.

vingar nelle a morte de tantos dos seus. Hans protestou asseverando ser allemão, e ter chegado a S. Vicente, naufragando em um navio castelhano. Accrescentou que era amigo dos francezes, a cujo testemunho appellava, si por ahi apparecesse algum.

Não eram os barbaros destituidos de todo o sentimento de justiça. Fecharam-no em estreita prisão até que se apresentasse opportunidade de submette-lo á prova requerida. Veiu finalmente um joven normando, o qual jurou ser portuguez o prisioneiro. Movido, todavia, pelos rogos do infeliz allemão, retractou-se dentro em breve affirmando que se equivocára. Chegando mais tarde um bote do navio franzez, *Marie Bellette*, surto no Rio de Janeiro, Hans pediu á tripulação quizesse livral-o do captiveiro; nada, porém, se obteve, porque o dono exigiu um resgate que os francezes recusaram pagar por lhes parecer excessivo. No momento da sahida do escaler, não poude o desditoso captivo resistir á tentação de atirar-se a nado, e fugir. Repellido pelos francezes, foi obrigado a regressar para a aldêa, onde disfarçou o crime da fuga affirmando ter ido lembrar aos estrangeiros que na volta não olvidassem trazer um bello presente para o seu amo.

Mais humana se mostrou a tripulação do navio, egualmente francez, *Catherine Waterville*. Informado o commandante, Guillaume de Moner, das aventuras do allemão, enviou dous homens para ver de que modo o livraria de tão triste captiveiro. Disse Hans que um deveria fazer de irmão do prisioneiro, e affirmando que trouxera mercadorias para elle, obter-lhe licença de ir a bordo, e fingir que tinha de ficar no paiz até o anno seguinte, occupado em preparar um carregamento, já que era agora o amigo dos indios. Hans e seu senhor foram, pois, ao navio, onde, passados cinco dias, perguntou o selvagem pelas mercadorias, e quiz volver á terra. Mandou o allemão mostrar-lhe essas mercadorias, declarando-se prompto a acompanha-lo para a aldêa. Pediu, comtudo, mais algum tempo afim de banquetear com seus amigos.

Demoraram-se deste modo comendo e bebendo emquanto não se acabou de tomar a carga. Agradecendo então o commandante ao selvagem o bem que lhe tratára o conterraneo, disse-lhe te-lo convidado a bordo em reconhecimento de tal beneficio, e outrosim para confiar mais mercadorias ao cuidado de Hans que devia ficar no paiz como feitor e interprete. Tinha, porém, este dez irmãos a bordo, que delle não se podiam separar, agora que o haviam tornado a encontrar. Dez tripulantes representaram habilmente seus papeis; insistiram com Hans que voltasse á patria para que o pae lhe visse o rosto antes de espirar. Nada de melhor se podia imaginar para libertar o captivo sem offender o senhor. O commandante affirmou desejar que Hans permanecesse no paiz, mas repetiu que muitos em numero eram os irmãos, sendo elle um só. Pela sua parte protestou Hans que ficaria da melhor vontade, mas os irmãos o não deixavam. Sobre elle choraram o bom do selvagem e a sua mulher; receberam um rico presente de navalhas, pentes e espelhos, e partiram mais que satisfeitos.

Ficou assim livre o nosso aventureiro, deixando o Rio de Janeiro no dia 31 de outubro de 1554 a bordo do navio francez *Catherine Waterville*. Restituido á patria contou suas aventuras em um livro intitulado *Historia de um paiz situado no Novo Mundo* (1).

167) **Ulrico Schmidel.**—Julgamos opportuno dar tambem uma pequena idéa das aventuras de Ulrico Schmidel. Natural de Straubing, acompanhou D. Pedro de Mendonça ao Rio da Prata, e assistiu á primeira

(1) Vide Rev. vol. 55, p. I, pg. 266, onde se acha o titulo seguinte" *Relação veridica e succincta dos usos e costumes dos tupinambás*... Na I p Hans, relata suas aventuras; na II descreve os costumes dos selvagens. E' um excellente trabalho que se lê com prazer, e poderia subministrar um bom assumpto para um romance ou um drama.

Conta Hans que na França achou a noticia de não ter ainda chegado o navio *Marie Bellette*, e muito se temia que tivesse perecido.

fundação de Buenos Ayres (1534). Tomou parte activa nas expedições hespanholas no Paraguay. Fez a guerra em muitos territorios, penetrando pelo paiz dentro até á região dos Andes, e nessa vida de curiosas e interessantes aventuras gastou quasi vinte annos completos. Partindo da Assumpção no Paraguay a 26 de dezembro de 1552, emprehendeu por terra e por inhospitos sertões uma viagem sobremodo arrojada com fraquissimos recursos e poucos companheiros. Passando por Piratininga, chegou a S. Vicente na capitania do mesmo nome no dia treze de junho de 1553. Cumpre, porém, observar não ter sido o primeiro que acommetteu essa perigosa viagem. Escreveu mais tarde na sua patria uma relação de suas aventuras publicada pela primeira vez em 1567 na cidade de Francfort sobre o Meno.

O seu titulo é—*Historia verdadeira de uma viagem curiosa na America ou Novo Mundo pelo Brazil e Rio da Prata, desde o anno de 1534 até 1554.*

II

Procedimento dos primeiros jesuitas

168) **Estado da questão.**—E' hoje opinião commum entre os escriptores da historia do Brazil que os primeiros jesuitas, Nobrega, Anchieta, Navarro, Paiva, e outros, são dignos dos melhores elogios, e que foram de grande vantagem á nascente colonia, quer quanto á politica, quer sob o respeito moral, religioso e civil, porque elles persuadiram os indigenas a abandonar os francezes; reformaram os costumes dos colonos; distribuiram gratuitamente a educação a todos, e fizeram com que os barbaros acceitassem o jugo dos portuguezes. Mais tarde, porém, affirmam os mesmos autores, arrastados, os successores desses apostolos, pela ambição e cubiça, começaram a proteger os indios, chegando até ao excesso de lhes dizer que a terra era delles! Offenderam deste modo os colonos,

cujos interesses prejudicavam, merecendo afinal serem expulsos pelo marquez de Pombal.

Parece-nos, por conseguinte, do maior alcance para a historia verdadeira estudar com alguma diligencia a vida dos primeiros missionarios do nosso paiz, ponderando suas relações com os indios e os colonos. Em nossos dias já correm impressas numerosas cartas, escriptas por esses padres ao correr da penna com aquella lhaneza e sinceridade que só se pode esperar em documentos não destinados ao publico. Ninguem, pois, ha de levar a mal que translademos para estas paginas documentos que já andam pelas mãos de todos. Elles nos dirão que a distincção entre os primeiros jesuitas e seus successores é absurda, porque aquelles não fizeram, para a defeza dos indios contra a injustiça dos portuguezes, menos do que estes, e si os jesuitas posteriores viviam do trabalho dos indios, aos quaes dedicavam toda a sua vida, desse mesmo trabalho viveram os Nobregas, os Anchietas e os Paivas. Cumpre, portanto, ou condemnar todos os jesuitas por terem perpetrado o crime de refrear a cubiça dos portuguezes, e defendido a liberdade individual dos indios, ou absolve-los e elogia-los a todos.

169) **Cartas de Nobrega.**—Desde o mez de agosto de 1549 dizia Nobrega a seu superior de Portugal o seguinte: « Escrevi a V. R. acêrca dos saltos que se fazem nesta terra, e de maravilha se acha cá escravo que não fosse tomado de assalto, e é desta maneira que fazem pazes com os negros (indios) para lhes trazerem a vender o que têem, e por engano enchem os navios delles e fogem com elles; e alguns dizem que o podem fazer por os negros terem já feito mal aos christãos. O que posto que seja assim, foi depois de terem muitos escandalos recebidos de nós. De maravilha se achará cá terra, onde os christãos não fossem causa de guerra e dissensão, e tanto que nesta Bahia que é tido por um gentio dos peiores de todos, se levantou a guerra por os christãos, porque um padre,

por lhe um principal destes negros não dar o que lhe pedia, lhe lançou a morte(1), no que tanto imaginou, que morreu, e mandou aos filhos que o vingassem...»

«Alguns destes escravos me parece que seria bom junta-los e torna-los a sua terra, e ficar lá um dos nossos para os ensinar, porque por aqui se ordenaria grande entrada com este gentio..... Entre outros saltos que nesta costa são feitos, um se fez ha dous annos muito cruel, que foi irem uns navios a um gentio que chamam os carijós, que estão além de S. Vicente, o qual todos dizem que é o melhor gentio desta costa, e mais apparelhado para se fazer fructo: elle sómente tem duzentas leguas de terra: entre elles estavam convertidos e baptizados muitos: morreu um destes clerigos (2) e ficou outro e proseguiu o fructo: foram alli ter estes navios que digo, e tomaram o padre dentro em um dos navios com outros que com elle vinham e levantaram as velas; os outros que ficaram em terra vieram em naus a bordo do navio, (dizendo) que levassem embora os negros e que deixassem seu padre, e por não quererem os do navio, tornaram a dizer que, pois levavam seu padre, que levassem tambem a elles e logo os recolheram e os trouxeram, e o padre puzeram em terra, e os negros desembarcaram numa capitania, para venderem alguns delles, e todos se acolheram á egreja dizendo que eram christãos e que sabiam as orações e ajudar a missa, pedindo misericordia.»

---

(1) Lançar a morte significa predize-la e affirmar que vem por castigo e ordem de quem a lança. Era a pratica dos pagés. O pobre do selvagem ficava tão perturbado com isto, que morria de susto.

Este trecho esclarece algum tanto a historia de Coutinho.

(2) Evidentemente falta alguma cousa, v. g. entre elles estavam dois clerigos que tinham convertido e baptizado muitos. — Estes dois clerigos deviam certamente ser os dois franciscanos que Cabeça de Vaca em 1540 achou em S. Catharina. — Embora aquelles dois seguissem com Cabeça de Vaca até o Paraguay, é certo que depois voltaram a S. Catharina.

— Os carijós dos portuguezes, os carioes e carios dos hespanhóes são os guaranys.

«Não lhes valeu, mas foram tirados e vendidos pelas capitanias desta costa. Agora me dizem que é lá ido o padre a fazer queixume; delle poderá saber mais largo o que passa. Agora temos assentado com o governador, que nos mande dar esses negros para os tornarmos a sua terra, e ficar lá Leonardo Nunes para os ensinar. Desejo muito que Sua Alteza encommendasse muito isto ao governador, digo que mandasse provisão para que entregasse todos os escravos salteados para os tornarmos á sua terra, e por parte da Justiça se saiba e se tire a limpo, posto que não haja parte, pois disto depende tanto a paz e conversão deste gentio».

Um trecho de outra carta do mesmo anno explica mui bem o que acabamos de copiar. E' o seguinte:— «Este (os carijós) é um gentio melhor que nenhum desta costa. Os quaes (talvez *aos*) foram, não ha muitos annos, dous frades castelhanos ensinar, e tomaram tão bem sua doutrina que tem já casas de recolhimento para mulheres, como de freiras, e outras de homens como de frades. E isto durou muito tempo até que o diabo levou lá uma nau de salteadores e captivaram muitos delles. Trabalhamos por recolher os tomados, e alguns temos já para os levar á sua terra com os quaes irá um padre dos nossos».

No anno seguinte, escreveu ainda o P. Nobrega:— «Nesta terra todos ou a maior parte dos homens têem a consciencia pesada por causa dos escravos que possuem contra a razão, além de que muitos, que eram resgatados aos paes não se isentam, mas, ao contrario, ficam escravos pela astucia que empregam com elles, e por isso poucos ha que possam ser absolvidos não querendo abster-se de tal peccado nem de vender um ao outro, posto que nisto muito os reprehenda dizendo que o pae não pode vender o filho, salvo em extrema necessidade, como o permittem as leis imperiaes, e nesta opinão tenho contra mim o povo e tambem os confessores daqui, e assim satanaz tem de todo presas as almas desta maneira e muito difficil

é tirar este abuso, porque os homens que aqui vêem não acham outro modo sinão de viver do trabalho dos escravos, que pescam e vão buscar-lhes o alimento, e tanto os domina a preguiça e são dados ás cousas sensuaes e vicios diversos e nem curam de estar excommungados, possuindo os ditos escravos».

«Pois que nenhum escrupulo fazem os sacerdotes daqui, o melhor remedio destas cousas seria que o rei mandasse inquisidores ou commissarios para fazer libertar os escravos, ao menos, os que são salteados..... e que a nossa companhia houvesse delles cuidado, amestrando-os na Fé, da qual pouco ou nada podem apprender em casa dos senhores e antes vivem como gentios sem conhecimento algum de Deus».

Em 1552 ainda dizia o mesmo padre que desejavam penetrar pelo sertão a dentro, porque nas capitanias «a medo nos querem (os indios) por razão das muitas maldades dos brancos». Nesse mesmo anno de 1552 escrevia Nobrega ao rei.— «A terra recebe muito bem ao Bispo, e já se começa de ver a olhos o fructo o qual esperamos que cada vez mais irá em crescimento, porque da primeira prégação que fez, já cada um começa a cobrir e a dar roupa a seus escravos e vêem vestidos á egreja».

Vê-se de outras cartas do mesmo anno que os colonos se mostravam escandalizados de muitas obras boas dos jesuitas, como posteriormente fizeram tambem outros colonos a respeito dos successores de Nobrega. Murmuravam os portuguezes, porque os padres tinham obtido que forrassem os carijós salteados apezar de serem christãos, e os tinham posto no Espirito Santo, onde viviam casados em sua liberdade «*e sómente recolhi comnosco dous moços para apprenderem comnosco a serem bons christãos*. Tambem nos pediam dizimos do peixe e dos mantimentos dos meninos, o qual, por eu não consentir que se pagassem, se queixaram alguns». Gritavam tambem contra os padres, porque tinham terras e escravos etc. Accrescentava Nobrega:—«... casas de meninos nestas partes são muito necessarias, não se podem

ter sem bens temporaes... e sendo assim ha de haver estes e outros escandalos». Nem pararam aqui os detractores, mas recorreram ao Bispo, e tantas cousas disseram do P. Nobrega, que este cuidou ser menos mal abandonar quasi todo o trabalho já começado na Bahia, indo-se a S. Vicente, onde se demorou emquanto não soube que o prelado partia para o reino.

Em 1557 escrevia mais uma vez o P. Nobrega da cidade do Salvador: «Succedeu a terra estar necessitada de mantimentos, porque os indios não o tinham, e padecem ainda agora muita fome; a causa disso foi não quererem plantar, por terem para si que os haviam de deitar da terra e lhes haviam de dar guerra, no que elles tinham muita razão de cuidarem; porque era pratica de muitos máus christãos, por qualquer cousa que não lhes queriam dar os indios, ou fazer-lhes, os ameaçavam com o governador dizendo que logo os haviam de matar e deitar fóra da terra, pelo qual não ousavam a fazer nada de novo, mas sómente comiam o mantimento que tinham feito»...

Em outra carta diz Nobrega: «Com o gentio tambem se faz pouco, porque a maior parte delles... fugiram; a causa disto foi tomarem-lhes os christãos as terras em que têem seus mantimentos, e, por todas as maneiras que podem, os lançam da terra, usando de todas as manhas e tyrannias que podem, dizendo-lhes que os hão de matar, como vier esta gente, que se espera, e esta é a commum pratica de máus christãos que com elles tratam, e de todos seus escravos; e cuidam que salvam a alma em os deitar daqui e fazer-lhes mal pelo grande odio que todos lhes têem. E porque alguns se asseguravam com as nossas palavras, inventaram a dizer-lhes que nós os queriamos ter juntos para melhor os matarem, e com este medo de os matarem e com lhes tomarem as roças e terras, que é outro genero de os matar, se foram muitos, outros ficaram ainda, que tambem esperamos que se irão si a cousa vae como vae; o governador nisso não póde fazer

nada, nem sei si o que vier fará alguma cousa; para nós é grande dôr esta...»

«De maneira que por todas as vias está esta terra mui perdida e desbaratada, nem ha nisto justiça nem remedio, porque acharam que infieis não podem testemunhar nada contra christãos, e por isso, quem quer, se atreve a viver como quizer, ainda que seja peccar notoriamente perante o gentio; sómente se guardam que christão que os não veja fazer peccado e fazer muitos aggravos ao gentio e tomar-lhes o seu, porque não ha justiça contra elle, que attente nisso, e ainda que queira attentar, como não ha provas de brancos, ficam absoltos, como aconteceu dias passados, que um barco que estava ao resgate da banda d'além da Bahia, porque se botou ao mar um escravo que lhes haviam vendido, porque teria saudade da mulher e filhos que lhe ficava, podendo haver o seu pelo mesmo senhor, que lho havia vendido, que estava ainda no navio, movidos os chritãos de raiva diabolica, mataram a sete ou oito pessoas, *scilicet*, ao mesmo senhor do escravo, velho tolhido, e os mais, mulheres e moços, pelo qual se levantaram todos daquella parte, de guerra, e têem feito já muito mal e se quebraram as pazes, que tinham com os chistãos, prenderam alguns, que fizeram isto, e por não haver provas sinão de indios sahiram soltos».

Ficou o P. Nobrega por estas cousas tão aborrecido, que resolveu abandonar o Brazil passando ao Paraguay. Todos os padres, menos um, foram do mesmo parecer; não levaram, porém, a effeito a resolução de medo que isto desagradasse ao rei.

Copiaremos ainda alguns trechos da carta que em 1559 dirigiu Nobrega a Thomé de Souza dando-lhe uma idéa do desbarato que houve no tempo de D. Duarte. Começa dizendo que desde quando veiu ao Brazil dois desejos o atormentaram sempre. Um foi ver os christãos reformados em seus costumes; outro, converter os gentios. Disto nasciam mais dois desejos, a saber: que viesse o Bispo, e que sujeitassem o gentio

ao jugo da obediencia dos christãos, porque «si o deixam em sua liberdade, como é gente brutal, não se faz nada com elles... Trouxe Nosso Senhor o bispo D. Pedro Fernandes, tal e tão virtuoso, qual o Vossa Mercê conheceu, e mui zeloso da reforma dos costumes dos christãos, mas quanto ao gentio se dava pouco, porque não se tinha por seu bispo, e elles lhes pareciam incapazes de toda a doutrina por sua bruteza e bestialidade, nem os tinha por ovelhas do seu curral, nem que Christo Nosso Senhor, se dignaria de os ter por taes... O Bispo, posto que era muito zelador da salvação dos christãos, fez pouco, porque era só, e trouxe comsigo uns clerigos por companheiros que acabaram com seu exemplo e mal usarem e dispensarem os sacramentos da Egreja de dar com tudo em terra... Bem se lembrará Vossa Mercê que, vendo eu isto logo em seu principio, cuidei de dôr perder o sizo...»

«E estes peccados têem a sua raiz e principio no odio geral que os christãos tem ao gentio, e não sómente lhes aborrecem os corpos, mas tambem lhes aborrecem as almas, e em tudo estorvam e tapam os caminhos que Christo Nosso Senhor abriu para se elas salvarem, os quaes direi a Vossa Mercê, pois já comecei a lhe dar conta da minha dôr. Em toda a costa se tem por grandes e pequenos que é grande serviço de Nosso Senhor fazer os gentios que se comam e se travem uns com os outros, e nisto tem mais esperança que em Deus vivo, e nisto dizem consistir o bem e segurança da terra, e isto approvam capitães e prelados, ecclesiasticos e seculares, e assim o põem por obra todas as vezes que se offerece, e d'aqui vem que, nas guerras passadas que se tiveram com o gentio, sempre dão carne humana a comer não sómente a outros indios, mas a seus proprios escravos. Louvam e approvam ao gentio o comerem-se uns a outros, e já se achou christão a mastigar carne humana para darem com isto bom exemplo ao gentio. Outros matam em terreiro á maneira dos gentios, tomando

nomes, e não sómente o fazem homens baixos e mamelucos, mas o mesmo capitão, ás vezes! O' cruel costume! O' deshumana abominação! O' christãos tão cégos!.....»

«Deste mesmo odio que se tem ao gentio, nasce não lhe chamarem sinão cães, tratarem-no como cães, não olhando o que dizem os Santos que a verdadeira justiça tem compaixão e não indignação, e quanto maior é a cegueira e bruteza do gentio e sua erronia, tanto se mais havia o verdadeiro christão apiadar a ter delle misericordia, e ajudar a remediar sua miseria..... Outro peccado nasce tambem desta infernal raiz, que foi ensinarem os christãos aos gentios a furtarem-se a si mesmos e venderem-se por escravos. Este costume, mais que em nenhuma outra capitania, achei no Espirito Santo, capitania de Vasco Fernandes (Coutinho), e por haver ahi mais disto se tinha por melhor capitania.....»

«Em Pernambuco ha tambem muito trato deste, principalmente depois das guerras passadas, que os indios, por mais não poderem, davam. O mesmo se introduziu nesta Bahia em tempo de D. Duarte, porque ainda em tempo de Vossa Mercê não havia disto nada, e isto depois da guerra passada, da qual os indios ficaram medrosos, e, por medo e sujeição dos christãos, e tambem por cobiça do resgate, vendem os mais desamparados que ha entre elles».

«Os de Porto Seguro e Ilhéos nunca se venderam, mas os christãos lhes ensinaram que aos do sertão, que vinham a fazer sal ao mar, os salteassem e vendessem, e assim se pratica lá os do mar venderem aos do sertão quantos podem, porque lhes parece bem a rapina que os christãos lhes ensinaram, e porque isto é geral trato de todos, me conveiu cerrar as confissões, porque ninguem quer nisto fazer o que é obrigado, e têem toda outra clerecia que os absolve e lh'os approva».

«Desta mesma raiz nasce darem-se pouco os christãos pela salvação dos escravos que têem do gentio,

deixando-os viver em sua lei, sem doutrina nem ensino, em muitos peccados; e, si morrem, os enterram nos monturos, porque delles não pretendem mais que o serviço e, para terem mais quem os sirva, trazem gentios á casa para se contentarem de suas escravas, e assim estão amancebados christãos com gentios . . .»

«De maneira que a sujeição do gentio não é para se salvarem e conhecerem a Christo e viverem em justiça e razão sinão para serem roubados de suas roças, de seus filhos e filhas e mulheres e dessa pobreza que têem, e quem disso usa mais, maior serviço lhe parece que faz a Nosso Senhor, ou por melhor dizer, a seu senhor, o principe das escuridades».

170) **Em resumo** — collige-se destas cartas que os portuguezes roubavam os indios, e os despojavam de tudo quanto podiam, usando tambem com elles toda a sorte de máu trato; semeavam entre elles a discordia; acoroçoavam-nos a comer carne humana; induziam-nos a saltear, roubar e vender seus patricios que os colonos compravam apezar de saberem que eram furtados; quando os barbaros pegavam em armas, era geralmente sempre para vingar alguma dessas affrontas em que não tinham achado justiça, que para elles quasi não existia. Não podemos deixar de reconhecer que, depois de tudo isto, é muito para admirar que os selvagens se induzissem a abraçar a religião dos colonos.

Que fariam os jesuitas em tão melindrosa situação? Podiam fechar os olhos ao verem que a cubiça injusta e cruel punha esse obstaculo immenso á conversão do gentio! á qual tinham dedicado toda a sua vida? Era impossivel! Invocaram, pois, as leis, e a protecção do monarcha que os enviára. Ninguem poderá duvidar que estavam em seu pleno direito. E' certo, porém, como consta dessas mesmas cartas, que nunca se oppozeram a que os barbaros fossem reduzidos ao captiveiro quando existia algum titulo que o podesse de algum modo justificar, ou que lhes fizessem guerra

quando os barbaros offendiam ou se mostravam rebeldes, nem a que os compellissem pela força a deixar seus maus costumes, e acceitar a civilização. Veremos no decurso desta historia que nem o P. Vieira, nem os outros jesuitas fizeram mais do que isto.

Cumpre-nos, porém, antes de proseguir, esclarecer e determinar bem duas questões que Varnhagen e outros confundem, segundo parece, mesmo de proposito. Uma é perguntar si fosse licito fazer guerra aos indios rebeldes, e subjuga-los, obrigando-os a deixar seus maus costumes, e a serem subditos pacificos de Portugal. Outra é discutir si se podesse sem peccado e injustiça rouba-los, despoja-los, vende-los.

A' segunda destas questões responderão affirmativamente só aquelles que pretendem justificar todos os latrocinios, e qualquer sorte de crimes; da primeira nunca duvidaram os jesuitas, conforme apparece de suas cartas e de suas obras de que fala a Historia. Segue-se destes principios que não se podem citar as palavras de Nobrega e de Anchieta para justificar o que faziam os colonos.

171) **Os jesuitas e os negros.**—Perguntam Varnhagen e outros da mesma escola: Porque não se oppozeram os jesuitas ao captiveiro dos negros, a respeito dos quaes não se praticavam menores crueldades do que com os indios? A resposta é facil. Seguindo o exemplo e ensino da Egreja Catholica, nunca os jesuitas approvaram a escravatura, de qualquer especie que ella fosse; quanto, porém, a combate-la positivamente, a questão é muito differente pelo que diz respeito aos negros no Brazil Os jesuitas não reprovaram no Brazil a escravidão dos africanos, porque não o podiam, nem o deviam. A importação dos negros era legal, e, segundo as idéas da epoca, toleradas pela Egreja, suppunha-se legitima ou de algum modo justificavel, nem pertencia aos jesuitas averiguar si fossem justa ou injustamente escravos quando na Africa eram comprados como taes. As crueldades e as indecencias que os negociantes praticavam na viagem,

e os donos no Brazil, as deploramos do fundo da alma não menos que Varnhagen e seus admiradores, e podemos suppôr que o mesmo hão de ter feito os jesuitas no seu tempo. Quem não vê, todavia, que fiscalizar, reprimir, castigar esse proceder indigno não cabia de nenhum modo a esses missionarios? O contrario occorria a respeito dos indios, visto como os jesuitas haviam sido enviados a esta terra com o fim expresso de converter e civilizar o gentio.

Cumpre tambem observar que a escravatura não era, para os negros, obstaculo tão grande á conversão, como o era para os indios, que quasi não apresentavam outra razão contra a vida civilizada, porque amavam muito a liberdade, e sobre qualquer outra cousa receavam perde-la. E quem não faria outrotanto?

E' tambem de lembrar que se trata do captiveiro imposto por injustiça e prepotencia, não do que se póde de algum modo desculpar ou justificar, ou, para melhor dizer — do legal —, porque contra este não reclamavam os jesuitas. Esta objecção, portanto, não vem ao intento de quem a propõe. A razão perpetua dos colonos era que elles *precisavam*. Mas ha de ser possivel dar por boa essa razão? Neste caso cumpria justificar tambem hoje todos os ladrões, salteadores e criminosos de qualquer especie, porque, si esse motivo se désse por bom, não se acharia quem não o apresentasse para desculpar seus crimes.

III

D. Duarte, 1553—57

172) **D. Duarte da Costa** — armeiro-mór do reino, nomeado governador do Brazil no primeiro de março, tendo partido de Lisboa no dia oito de maio com uma flotilha de tres caravelas e uma nau, lançou ferro e desembarcou na Bahia no dia treze de julho do mesmo anno, tomando posse immediatamente. Elevaram o seu ordenado a 600,000 rs. Vieram com elle

250 pessoas. Tres destas eram padres, e quatros irmãos jesuitas, ás ordens do P. Luiz da Gran, já reitor do collegio de Coimbra, que trouxe para Nobrega o titulo de provincial. Contava-se entre os quatro irmãos, José de Anchieta, mais tarde sacerdote, provincial e apostolo do Brazil.

A administração de D. Duarte tornou-se notavel pela conquista do Reconcavo, donde expelliu os selvagens, e por suas desavenças com o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha. Tratando destas desintelligencias escreveu Varnhagen o seguinte: «É provavel que D. Duarte chegasse ao Brazil animado de muito bons desejos; mas do seu governo não o podemos nós deduzir. Trouxera comsigo um filho, D. Alvaro da Costa, moço que havia servido em Africa; e que, pela sua edade ou pelo seu caracter, não reunia os dotes que devem suavisar as maneiras de todos os jovens, principalmente dos que se dedicam á vida publica, quando são mais vivos e talentosos. O bispo que, segundo já sabemos, era de parecer que se não devia ser na terra demasiado rigoroso, viu-se obrigado a admoestar ao dito moço, ou fazer numa pratica allusão a certo facto escandoloso pelo mesmo commettido».

Escrevendo ao rei em data de onze de abril de 1554, conta o prelado que D. Alvaro dava muito escandalo offendendo gravemente a honra das familias, bem como affrontando e ameaçando a todos; que tendo falado disto ao páe, este não fez caso nenhum; que havendo no dia de Todos os Santos prégado em geral contra o adulterio, e contra os males que se commettiam desde a retirada de Thomé de Souza, o governador, mostrando-se altamente offendido, prohibiu a todos visitarem o diocesano, contra o qual revolucionou os conegos, mettendo a ferros o unico que lhe ficára fiel. Accrescenta o Bispo terem D. Alvaro e seus companheiros subtrahido as cartas que no anno precedente o prelado enviára ao rei.

Por seu lado D. Duarte mandou ao monarcha duas longas cartas, negando quasi todos os factos de que

fôra accusado, e queixando-se de que o prelado usurpava a jurisdicção secular, lançava excomunhões, impunha multas; era descortez, cubiçoso, etc. etc. Tudo, porém, está em ver si estas accusações, quasi todas genericas e vagas, se baseavam na realidade dos factos. Hoje, apezar de termos os documentos, é muito difficil formar um juizo seguro a respeito da innocencia ou culpabilidade de qualquer dos dois. O certo é que o povo em geral estava com o Bispo contra o governador, e a Camara da Bahia, segundo refere Accioli, dirigiu em 1556 ao rei uma representação pedindo em altos brados e em nome de todo o povo que *pelas Chagas de Christo* mandasse com brevidade governador e ouvidor, retirando os actuaes, visto como para penitencia dos peccados já bastava tanto tempo. Ambas as cartas de D. Duarte são de 1555; uma do dia tres de abril, outra do dia vinte de maio. Parece, todavia, ter-se D. Duarte reconciliado com o diocesano, porque em uma carta escripta da Bahia a doze de junho do mesmo anno pelo padre Ambrosio Pires, lemos o siguinte: — « Um dia destes (o P. Antonio Pires) fez as pazes do Bispo e do governador e seu filho, que estavam muito differentes e eram cabeças de partido e occasião de muitos odios e tumultos; e conseguiu que se visitassem e que o filho do governador fosse pedir perdão ao Bispo, o que foi não pequena cousa, pois o joven fazia disto questão de honra».

Não consta que dessa epoca em diante se desaviessem mais uma vez. Assim mesmo no anno seguinte o Prelado deixou a Bahia para o reino, chamado, parece, pelo monarcha.

173) **Morte do Bispo, 1556.** — No dia dois de junho de 1556 a bordo da nau Nossa Senhora da Ajuda fizeram-se de vela o Prelado, Antonio Cardoso de Barros, dois conegos e numerosos fidalgos com suas familias, subindo a cem o numero total dos viajantes. No dia dezeseis do mesmo mez, naufragou, infelizmente

o navio nos Baixos de D. Rodrigo, na Enseada dos Francezes, entre o Rio S. Francisco e o Cururipe. Salvaram-se todos a nado, e foram com simulada cortezia agasalhados pelos selvagens cahétés, senhores do logar, que se offereceram por guias na direcção de Pernambuco. Chegados, porém, á beira do Rio S. Miguel, os assassinaram com refinada crueldade e os comeram a quasi todos. Affirma o P. Blasques que escaparam dez pessoas. Fr. Vicente do Salvador e Jaboatão contam que apenas se salvaram dois indios, e um portuguez que falava a lingua dos barbaros. O Prelado, que já passára em balsa para a outra margem do rio, presenciou esta horrivel scena, e não tardou em cahir victima dos mesmos selvagens. Posto de joelhos com os olhos e as mãos levantados para o céu, esperou os golpes da morte sem mudança no rosto.

Lastimamos com Varnhagen que não se tenha erguido algum monumento nessa paragem banhada com o sangue do nosso primeiro Bispo « O logar, diz o P. Simão de Vasconcellos, C. C. II, 18, onde foi morto este virtuoso prelado, é tradição commum que nunca mais viu em si formosura ou ornato algum natural; porque, vestindo-se antes de herva e de arvoredo, ficou dahi em diante esteril ». Southey, porém, como bom protestante, mofa deste facto que, por conter alguma cousa de sobre ou præter natural, apresenta, como de costume, qual invenção jesuitica.

Responderemos simplesmente o que se lê no tomo II, p. 3 da Rev., e é o seguinte: — « Ao que diz a tal respeito o Sr. Accioli no t. III das Memorias Hist. da Bahia, a pag. 208, em a nota 14, podem dois dos membros da commissão juntar o proprio testemunho em quanto á tradição e crença de se haver tornado esteril o terreno, em que se derramou o sangue do primeiro Bispo do Brazil.» O texto do Sr. Accioli no logar citado é o seguinte: — « Ainda hoje entre alguns habitantes da sobredita paragem subsiste a tradição de que um pequeno escalvado (não todo o

territorio, como exaggeradamente diz Varnh.) que alli se acha, proximo a uma pequena collina, é o logar em que o mesmo prelado foi assado, pretendendo que por isto nunca mais nelle vegetou a menor planta depois de tal successo. Na minha passagem por esse sitio, mostraram-mo, guardando-lhe um respeito religioso, que as idéas do seculo não têem por ora destruido».

O catalogo dos bispos da Bahia perpetuou a memoria deste prelado com o distico seguinte: *Brasiliæ primus, crudeli a gente voratus, Pastor oves pavi carnivorosque lupos.*

Quiz a metropole vingar essa crueldade, e já Men de Sá reunira a tropa necessaria para este fim, quando, conforme veremos, foi distrahido pela necessidade de ir combater os francezes no Rio de Janeiro. Recorreu, pois, ao expediente de condemnar todos os cahétés ao captiveiro, confundindo o innocente com o culpado, e offerecendo pretexto para escravizar todo e qualquer indio. Bastava affirmar que o indigena pertencia a esta tribu precita, e o accusador era juiz na sua causa. Ao perceberem-se estas consequencias, mitigou-se a sentença eximindo do seu rigor todos os que se convertessem, e, como isto ainda não aproveitasse, revogaram-na, por fim, inteiramente; antes, porém, deste acto de justiça já quasi toda a tribu fôra exterminada.

174) **Guerra, 1555.** — Ignoramos a causa que impelliu neste tempo o gentio a dar um assalto repentino e medonho contra os colonos da Bahia. Começaram investindo pelo meio dia (26 de maio) o engenho do Pirajá, fortificando-se no porto grande, aprisionando numerosos christãos e tomando em Itapoam muito gado de Garcia d'Avila. O governador, que dias antes sahira para Pernambuco, e um temporal obrigára a retroceder, deu sem demora as providencias opportunas, mandando naquella mesma noite, contra os rebeldes, D. Alvaro, seu filho, á frente de setenta

homens de pé e seis de cavallo. No mesmo tempo Christovam de Oliveira, capitão da nau *Esperança*, contornava o inimigo entrando com bateis artilhados pelo esteiro que se extende além de Itapagipe. Subtrahiu Oliveira as canoas dos barbaros, emquanto D. Alvaro os desalojava da tranqueira que tinham construido. Como os fugitivos não encontrassem mais as canoas, e fossem tomados no meio de dois fogos, a derrota foi completa, e o numero dos prisioneiros notavel, contando-se entre estes o seu proprio chefe.

Marchou D. Alvaro no dia 29 contra os de Itapoam, que, humildes, cederam restituindo o gado e os prisioneiros. Voltam, todavia, os indigenas no dia trinta em numero de mil a atacar o engenho do Pirajá. Vôa D. Alvaro contra elles com quanta gente póde reunir; bate-os em cinco aldêas, em uma das quaes oppõem grande resistencia; mas, vencidos, afinal, fogem para além do Rio Vermelho. Apresentam-se então muitos indios ao governador, entregando diversos delinquentes e protestando sua leal e constante amizade.

Estas victorias não bastaram para grangear popularidade ao governador, contra o qual e contra o ouvidor, seu amigo, o povo continuou a clamar, accusando-os de arbitrariedades, interesse particular e cousas semelhantes. Baseavam-se estas queixas sobre diversos factos, sendo um delles uma sesmaria de quatro leguas, dada por D. Duarte a D. Alvaro, seu filho, entre os rios Jaguaripe e Paraguassú.

175) **Os jesuitas na capitania de S. Vicente.** — Conforme já deixámos apontado em outro logar, chegaram os jesuitas a S. Vicente em 1549 juntamente com o ouvidor geral Pero Borges. Eram o P. Leonardo Nunes e dez ou doze dos orphams vindos de Portugal. Abriu o P. Leonardo em S. Vicente uma casa para meninos selvagens, indo busca-los no interior longe da costa. As difficuldades, a respeito dos indios e dos colonos, foram quasi as mesmas que na Bahia. Encontrou, além disto, opposição forte e inesperada

nos muitos descendentes do famoso João Ramalho. «A causa (das queixas dos colonos contra o P. Leonardo) foi, diz o P. Vasconcellos, C. C. I. 73, aquella mesma, que hoje persevera, e perseverará emquanto durar entre os portuguezes a immoderada cubiça de captivar os indios, e nos padres da Companhia o zelo da sua liberdade».

Recebeu o P. Leonardo na Companhia alguns noviços, entre os quaes mencionaremos Pedro Corrêa e Manuel Chaves, ambos principaes moradores da terra, e mui praticos na lingua tupy. Para evitarmos a prolixidade deixamos de referir muitos serviços prestados neste tempo pelos jesuitas aos moradores de S. Vicente. O seguinte, porém, é tal, que não podemos omitti-lo. Havendo os tamoyos, em um assalto, preso, e levado para suas aldêas, diversas mulheres dos portuguezes afim de come-las, segundo o costume, entraram o P. Leonardo e o irmão Pedro Corrêa pelo matto dentro, conseguindo dos barbaros a liberdade e restituição das ditas senhoras, cujos maridos, ao recebe-las, mal podiam acreditar a seus olhos.

Em principios de 1553 passou a S. Vicente o P. Manuel da Nobrega, que dentro em breve penetrou umas quarenta leguas pelo sertão, ganhando em toda a parte a mais viva e sincera sympathia dos selvagens. Reflectindo que nesta capitania o gentio estava mais disposto a receber o Christianismo, e os obstaculos á sua conversão eram menores, enviou o P. Leonardo buscar os seus companheiros na Bahia. Encontrou lá este padre o reforço que acabava de chegar com o novo governador. Eram os padres Luiz da Gran, Braz Lourenço e Ambrosio Pires, bem como os irmãos João Gonçalves, Antonio Blasques, Gregorio Serrão e José de Anchieta. Este e alguns outros seguiram no mesmo anno para S. Vicente, aonde aportaram no dia vinte e quatro de dezembro. Trouxeram para Nobrega o titulo de provincial, devendo o P. Luiz da Gran, em razão das distancias, ser seu companheiro com o titulo de collateral.

176) **Fundação de S. Paulo, 1554.**—Elevado ao poder, foi o primeiro acto de Nobrega fundar um collegio nas planicies de Piratininga. Ja estacionára naquelle sitio alguns de seus conversos, e em principios de 1554 enviou para lá treze religiosos da Companhia debaixo da obediencia do P. Manuel de Paiva, sendo um delles o irmão José de Anchieta. Celebrou-se a primeira missa pela festa da conversão de S. Paulo (25 de janeiro do mesmo anno), e desta circumstancia, como de bom agouro, deram ao collegio o nome do santo, nome que se extendeu á cidade que alli cresceu e se tornou famosa na historia da America do Sul.

Ainda os planos de Piratininga não tinham sido melhorados pela cultura européa; a natureza em verdade os dispozera para um paraiso terrestre; mas como ella os deixára, assim estavam, não assistidos da arte humana. «E aqui estamos, diz Anchieta em uma carta a S. Ignacio, ás vezes mais de vinte dos nossos numa barraquinha de canniço e barro, coberta de palha, longa quatorze pés: larga, dez. E' isto a escola, a enfermaria, o dormitorio, refeitorio, cozinha, despensa. Não invejamos, porém, as mais espaçosas mansões que nossos irmãos habitam em outras partes, que Nosso Senhor Jesus Christo ainda em mais apertado logar se viu, quando foi do seu agrado nascer entre brutos em uma manjedoura; e muito mais apertado então quando se dignou morrer por nós na cruz». Neste casebre tiveram os jesuitas de cortir toda a sorte de soffrimentos sem exceptuar o da fome e do frio.

177) **Trabalhos de Anchieta.**—Ensinava Anchieta o latim aos numerosos meninos que alli vinham das proximas aldêas, apprendendo elle no mesmo tempo o tupy, de que compôz uma grammatica e um diccionario, os primeiros que se fizeram. Como faltassem livros, escrevia José para cada discipulo a sua lição em folha separada depois de concluida a tarefa do dia, e ás vezes vinha a manhan surprehende-lo antes

de completo o trabalho. Parodiou em lingua portugueza, castelhana e tupy as cantigas profanas que andavam em voga. Tambem formulou no mesmo idioma, para uso dos confessores, interrogações proprias para todas as occasiões, e para os catecumenos escreveu dialogos em que se explicava toda a fé catholica.

«Sirvo, diz elle, de medico e de barbeiro, medicando e sangrando os indios, e alguns se restabeleceram com os meus cuidados, quando já se não contava com as suas vidas, tendo outros morrido da mesma enfermidade. Além destes empregos, apprendi outra profissão que a necessidade me ensinou, a de fazer alpercatas; sou agora bom obreiro neste officio, e muitas tenho feito para os irmãos, pois com sapatos de couro não se póde viajar nestes desertos!»

Os cordões para estas alpercatas faziam-se de uma especie de cardo bravo que era mister preparar para o effeito, e que tambem servia para as disciplinas que todas as sextas feiras se applicavam os rapazes, aos quaes se ensinava a necessidade de mortificar a carne, segundo a doutrina de S. Paulo que dizia: Castigo corpus meum et in servitutem redigo. E' que os jesuitas ignoravam a molleza do seculo XIX (1). Para sangrar não tinha o irmão José outro instrumento além de um canivete de aparar pennas. Sendo o derramamento do sangue prohibido ao clero, suscitaram-se duvidas a respeito deste ramo da sua profissão. Santo Ignacio, consultado, respondeu que a tudo se extende a caridade.

178) **Ataque contra S. Paulo.** — A tres leguas, pouco mais ou menos, do collegio de S. Paulo, na estrada de Santos, ficava a aldêa de S. André, habitada

(1) O protestante Southey refere com ar de escarneo o facto de inculcarem os jesuitas aos meninos a doutrina da mortificação da carne. Pobre cégo! E' precisamente desses homens que fala S. Paulo quando affirma que *animalis homo non percipit ea quæ sunt spiritus*. Nasce dahi que elles cuidam ser impossivel guardar a castidade, o que talvez seja verdade quando se trata delles, porque conservar-se casto sem mortificar a carne vem a ser o mesmo que pretender o circulo quadrado.

principalmente por mestiços. Longe de serem um vinculo que unisse as duas raças, era esta gente mais desesperadamente infensa aos naturaes do que os proprios portuguezes. Odiavam os jesuitas, que combatiam o costume do paiz, como elles se exprimiam, intervindo no que chamavam liberdade de fazer escravos. A reducção e civilização dos indios, diz Southey, olhavam-na estes miseraveis como detractiva de seus interesses, e excogitaram engenhoso meio de crear nos selvagens prejuizos contra o Christianismo. «Só a cobardia, diziam-lhes, os levava a deixarem-se baptizar; temiam encontrar o inimigo no campo, e acolhiam-se sob a egide da Egreja».

De todas as exprobrações era esta a mais pungente que a um indio se podesse fazer. Accrescentavam que eram os jesuitas uma cafila de individuos, expulsos do seu paiz como vagabundos, sendo uma vergonha que se deixasse governar por elles quem sabia servir-se do arco. Instigadas por estes malvados, avançaram algumas tribus contra S. Paulo, mas foram derrotadas e repellidas pelos christãos.

Voltaram de noite ao campo de batalha para levar os cadaveres dos inimigos afim de se banquetearem com elles. Vendo em diversos logares o solo revolvido de fresco, e concluindo que os corpos alli deviam estar enterrados, cavaram, acharam-nos e os levaram. Ao romper do dia, chegados ás suas aldêas, reconheceram as feições de seus proprios mortos, e a almejada festa trocou-se em lamentos.

Parece ter occorrido este facto em 1556 ou pouco antes. Affirma o Sr. Vasconcellos que o Bispo ainda se achava na Bahia, e procedeu logo como poude contra aquelles malfeitores; não encontrou, porém, apoio no governador em virtude de suas desavenças. Infelizmente o Sr. Vasconcellos não foi servido revelar-nos donde é que tirou essa informação.

179) **Fim do Governo de D. Duarte da Costa.**—Movido, talvez, por estas desordens dos moradores

de S. André, mandou por este tempo (20 de janeiro de 1556) o governador geral que ninguem, sem sua licença, subisse serra acima a *resgatar* com o gentio, accrescentando que daria esta permissão a poucos de cada vez, e nunca aos moços. Vedava na mesma occasião o fundir quaesquer metaes que por cá se encontrassem.

A 8 de janeiro deste anno 56, os camaristas da Villa de S. André, unidos a seu capitão e alcaide-mór, João Ramalho, protestam contra o capitão-mór e ouvidor da capitania de S. Vicente, Jorge Ferreira, por não querer limpar a pasta e apurar os votos dos novos officiaes eleitos para a mesma Camara, e promettem accusa-lo perante o governador do Estado. No dia 22 do mesmo anno e mez, estes senhores, a pedido do povo, elevam o preço da farinha a 120 rs. o alqueire, sendo o antecedente de um tostão. João Ramalho neste anno (2 de set.) impõe a Diogo Freire, morador da Villa de S. André, a multa de 500 rs. por ter sahido fóra della sem licença da Camara. Baseava-se essa prohibição no risco que se corria, expondo-se ás aggresões repentinas dos barbaros.

Pelos fins do governo de D. Duarte falleceu na povoação do Pereira, junto á Cidade do Salvador, Diogo Alvares, o Caramurú; em Portugal entregou a alma ao Creador (11 de junho de 1557) D. João III, succedendo-lhe seu neto D. Sebastião sob a regencia de D. Catharina (57—61), sua avó, e do Cardeal D. Henrique (61—67), seu tio; os indios revoltaram-se em Pernambuco e no Espirito Santo; os aymorés appareceram em Porto Seguro; formou-se a confederação dos tamoyos, e os francezes entraram no Rio de Janeiro.

180) **Pernambuco.** — Frei Vicente do Salvador conta do modo seguinte a guerra que nesta epoca se ateou em Pernambuco entre os barbaros e os colonos [1]. Logo que em 1553 se espalhou a noticia da sahida de

[1] Liv. II, cap. X e liv. III, cap. XV.

Duarte Coelho para o reino, começaram os indios a matar e comer quantos brancos encontravam pelo caminho ou conseguiam surprehender descuidados pelos campos. Apresentavam-se, comtudo, ás portas dos colonos com seus resgates, asseverando que os criminosos eram apenas alguns velhacos que mereciam ser castigados. Então Jeronymo de Albuquerque, o qual ficára governando a capitania na ausencia de Duarte Coelho, seu cunhado, resolveu semear a discordia entre elles embebedando os principaes, porque deste modo, diziam seus conselheiros, uns aos outros se destruirão sem nós lhes fazermos guerra, e quando fosse necessario faze-la, nos ajudariamos do bando contrario, *que foi sempre o modo mais facil das guerras que os portuguezes fizeram no Brazil.*

Surtiu o ardil o seu effeito. Os indios na embriaguez, accusando-se mutuamente, vieram ás mãos. Jeronymo, portanto, os prendeu, e depois de acertar como poude quaes fossem os criminosos, mandou alguns delles voar aos ares amarrando-os á boca de uma bombarda, e outros «*entregou aos accusadores, que os mataram em terreiros e comeram em confirmação da sua amizade, e assim a tiveram dahi avante tão grande como si fôra de muitos annos*».

Dividiram-se, pois, os barbaros em dois bandos, ficando um em suas moradas não longe de Olinda, e indo o outro na direcção do Sul. Aquelles, como amigos e alliados dos portuguezes, permittiram aos colonos alargarem-se, e construirem engenhos em suas terras. Os outros, fortificaram-se nos Guararapes, donde de vez em quando sahiam a guerrear seus adversarios. Reuniu, pois, Albuquerque mais de dez mil indigenas amigos, e quantos brancos poude ajuntar; marchou para os Guararapes, e deu uma renhida batalha, em que perdeu um dos olhos, vendo-se obrigado a recuar. Declararam os vencedores não terem odio contra os brancos, cuja amizade desejavam, mas contra seus patricios, dos quaes fizeram uma horrenda carnificina, sem que o cunhado do donatario se lembrasse de acudir

aos seus alliados. Foi nesta occasião que os barbaros victoriosos destruiram dois engenhos, já abandonados pelos colonos. Na carta que em agosto de 1555 Jeronymo dirigiu ao monarcha, affirma que começára a guerra, havia dois annos.

Em consequencia deste facto, retiraram-se os vencedores para as paragens do Cabo de S. Agostinho. Passados annos, lá os foi buscar Duarte Coelho de Albuquerque, filho do primeiro donatario, a pretexto de vingar o damno que tinham praticado perto de Olinda; na realidade, diz Fr. Vicente, afim de se apoderar das terras do Cabo *que eram as mais ferteis e melhores*. Armou com este intuito um exercito de 22,000 indios, e de tantos brancos, que em Olinda só ficaram alguns velhos. Vencendo os barbaros, queimando-lhes as casas, e arrancando todos os mantimentos, os obrigou a pedir a paz que lhes « outorgou com as condições que melhor lhe estiveram, e repartiu as terras por pessoas, que as começaram logo a lavrar, os quaes, como acharam tanto mantimento plantado, não faziam mais que come-lo, e replanta-lo da mesma rama, e nas mesmas covas, e com isto foram fazendo seus cannaviaes, e engenhos de assucar, com que enriqueceram muito, por a terra ser fertilissima, e só um, que por isto se chamou Jorge Paes do Cabo, chegou a fazer oito engenhos, que repartiu por oito filhos que teve, e coube a cada um seu de legitima ».

Tomando, um pouco mais tarde, Duarte Coelho de Albuquerque por pretexto a obrigação que lhe corria de defender seus alliados, fez guerra outro sim ao gentio de Serinhaem, cujas « *terras eram tambem muito boas* » repellindo os barbaros para o interior, e conquistando todo o paiz até o Rio S. Francisco.

«A' fama destas duas victorias ficou todo o gentio desta costa até o Rio de S. Francico tão atemorizado, que se deixava amarrar dos brancos como si foram seus carneiros e ovelhas; e assim iam em barcos por esses rios e os traziam carregados delles a vender por

dois cruzados, ou mil reis cada um, que é o preço de um carneiro.»

«Isto não faziam os que temiam a Deus, sinão os que faziam mais conta dos interesses desta vida que da que haviam de dar a Deus, e principalmente veiu um clerigo a esta capitania, a que vulgarmente chamavam o *Padre do Ouro*, por elle se jactar de grande mineiro, e por esta arte era mui estimado de Duarte Coelho de Albuquerque, e o mandou ao sertão com trinta homens brancos e duzentos indios, que não quiz elle mais, nem lhe eram necessarios; porque, em chegando a qualquer aldèa do gentio por grande que fosse, forte e bem povoada, depennava um frangão, ou desfolhava um ramo, e quantas pennas ou folhas lançava para o ar tantos demonios negros vinham do inferno lançando labaredas pela boca, com cuja vista sómente ficavam os pobres gentios, machos e femeas, tremendo de pés e mãos, e se acolhiam aos brancos que o padre levava comsigo; os quaes não faziam mais que amarra-los e leva-los aos barcos, e aquelles idos, outros vindos, sem Duarte Coelho de Albuquerque, por mais reprehendido que foi de seu tio, e de seu irmão Jorge de Albuquerque, do reino, querer nunca atalhar tão grande tyrannia, não sei si pelo que interessava nas peças, que se vendiam, si por que o Padre Magico o tinha enfeitiçado; e foi isto causa para que El-Rei D. Sebastião o mandasse ir para o reino, donde passou, e morreu com elle em Africa, e ficou a capitania a Jorge de Albuquerque Coelho que tambem passou com El-Rei, e foi captivo, ferido, e aleijado de ambas as pernas, mas resgatou-se, e viveu depois muitos annos . . . . »

«E o Padre do Ouro tambem foi preso em um navio para o reino, o qual arribou ás ilhas, donde desappareceu uma noite sem mais se saber delle».

(1) Diz o P. Anchieta que Duarte Coelho, filho do primeiro donatario "deu tanta guerra aos indios com favor de um clerigo que se tinha por *nigromantico*, que destruiu toda a sua capitania".

181) **Itamaracá**. — O trecho seguinte de Fr. Vicente, o. c. liv. II. Cap. XII. mostra até á evidencia o que seriam os indios, si com elles se usasse brandura, caridade e moderação. Dirigia por este tempo os destinos da ilha de Itamaracá o capitão João Gonçalves, a quem os barbaros mostravam grande respeito chamando-o *Capitão Velho e Pae de Pero Lopes*. Elle «procurava o augmento desta capitania, não consentindo que aos indios se fizesse algum aggravo, mas cariciando a todos, com que elles andavam tão contentes e domesticos, que de sua livre vontade se offereciam a servir os brancos, e lhes cultivavam as terras de graça, ou por pouco mais de nada, principalmente um anno que houve muita fome na Parahyba, donde só pelo comer se vinham metter por suas casas a servi-los; a assim não havia branco, por pobre que fosse, neste capitania, que não tivesse vinte ou trinta negros (indios) destes, de que se serviam como de captivos, e os ricos tinham aldêas inteiras. Pois, que direi dos resgates que faziam donde por uma foice, por uma faca ou um pente traziam cargas de gallinhas, bugios, papagaios, mel, cera, fio de algodão, e quanto os pobres tinham ? »

« Durou esta éra, a que ainda hoje os moradores antigos chamam *dourada*, emquanto viveu o Capitão Velho, mas depois que morreu, vieram outros a destruir quanto estava feito, *fazendo e consentindo fazerem-se tantas vexações e aggravos aos pobres gentios em suas proprias terras e aldêas*, que se começaram a inquietar e rebellar, e os que pela nossa paz e amizade se afastavam dos francezes, e sinão eram alguns da beira mar, os outros do sertão de nenhuma maneira os admittiam entre si, nem queriam seu commercio; depois uns e outros se liaram com elles, e nos fizeram tão grandes guerras, quanto os moradores desta capitania o sentiram em suas pessoas e fazendas».

182) « **A Capitania do Espirito Santo** — diz o P. Nobrega, escrevendo a Thomé de Souza em 1559,

onde mais reinava a iniquidade dos Christãos, e onde os indios estavam mais travados entre si com a guerra, porque vissem que sua esperança que tinham nos indios estarem differentes não era boa, permittiu Nosso Senhor que se destruisse por guerra dos indios, morrendo nella os principaes, como foi D. Jorge (de Menezes) e D Simão (de Castello Branco) e outros, e todos perderam suas fazendas».

183) **A Confederação dos tamoyos** — não se extendia só, como insinúa Varnhagen, desde o Cabo Frio até a Bertioga, mas por todo o curso do rio Parahyba do Sul. Seu chefe, si é que existia um chefe geral, de certo não era o vaidoso Cunhanbebe, mas o inflexivel Aimbire. É fóra de duvida que os francezes eram seus alliados, mas não se póde, por falta de informações, affirmar que elles a inspiraram. A não ser a retirada de Villegagnon e a dedicação heroica dos jesuitas, Nobrega e Anchieta, ia com certeza obter o seu fim, o de expulsar os portuguezes desta parte do Brazil.

184) **Os Francezes no Rio de Janeiro, 1555.** — *Nicolau Durand de Villegagnon*, cavalleiro de Malta, e Vice-Almirante da Bretanha, nasceu em Provins no anno de 1510. Reconheciam geralmente todos na França o seu valor, coragem e sciencia militar.(1)

Acompanhára (1541) Carlos V na expedição de Argel contra o tyranno Barbaroxa; defendera Malta, aggredida pelos turcos (1551), e, quando os escossezes quizeram mandar para a França a joven rainha Maria, Villegagnon illudiu os cruzadores inglezes rodeando a Gran-Bretanha, tomando a rainha em Dumbarton (2), e levando-a salva e segura a seu destino. Achando-se, neste tempo, esquecido na Bretanha, e descontente da vida ociosa que passava, concebeu o plano de

(1) *Provinum*, Seine et Marne, a 49 K. E. de Melun sur la Voulzie et le Durtein.

(2) *Dumbarton*, o Dumbritonium dos romanos, cidade occidental da Escossia, capital do condado do seu nome, a 80 K. O. de Edimburgo.

organizar para si na America uma especie de principado, escolhendo a este fim o Rio de Janeiro, de cujo territorio, já desde longo tempo frequentado por seus patricios, recebera as mais lisonjeiras informações. Affirmaram diversos chronistas portuguezes que Villegagnon já fizera uma viagem ao Cabo Frio, e assentára commetter esta empreza em virtude das riquezas naturaes do paiz que alli encontrára.

O mesmo, pouco mais ou menos, repetiu o abbade Claudio Haton de Provins. São, no entretanto, os autores do tempo accordes em affirmar que Villegagnon só conhecia o paiz por informações.

185) **Duplicidade de Villegagnon.** — Homem de grande talento e sagacidade, comprehendeu desde logo qne não lograria levar a effeito o seu plano sem interessar nelle o rei, e o Almiraute Gaspar de Coligny, todo poderoso nesse tempo em assumptos maritimos na França. Não curando, pois, representar um papel de duplicidade que nada abona o seu caracter, insinuou no animo do Almirante, o qual já abraçára a reforma, que seria de grande vantagem fundar-se na America um refugio para os huguenotes perseguidos. Elle de boa vontade assumiria esta tarefa, concedendo, a quem para lá o quizesse seguir, toda a liberdade e a mais completa tolerancia em materia de religião.

Por um lado não lhe convinha agora renunciar abertamente ao Catholicismo, e por outro, como cavalleiro de Malta, não podia empregar linguagem mais decidida sob pena de não achar fé no Almirante. Adoptou Coligny com satisfação a idéa, e, além do seu apoio, prometteu falar disto ao monarcha. Dirigindo-se Villegagnon ao rei, mostrou-lhe o grande proveito que resultaria á nação, de possuir uma colonia em um paiz encantador, onde se deparava com riquezas maravilhosas. Henrique II, que já conhecia em parte ser exacto o que lhe dizia o Cavalleiro de Malta, concedeu-lhe tres embarcações e dez mil francos para a despeza.

Esforços herculeos envidou Villegagnon para organizar a sua expedição e angariar colonos, recorrendo já aos protestantes, já aos catholicos. Todos os meios lhe pareceram bons: argucias, promessas, exaggerações incriveis. Conseguiu augmentar algum pouco o seu numero pregando cartazes em todas as tascas frequentadas por ociosos, vagabundos, e gente de má vida. Sendo, porém, ainda pequena a cifra dos alistados, pediu e obteve licença de levar os criminosos e condemnados que obstruiam as prisões de Pariz e de Ruão.

Superados, afinal, infinitos obstaculos, sahiu do Havre de Graça a pequena frota (12 de julho de 1555), composta de dois navios de 200 toneladas, bem armados, e de uma chalupa, carregada de provisões, conduzindo aquelles umas 600 pessoas entre tripulantes e colonos, melhor diriamos, aventureiros, pertencentes a todas as classes da Sociedade

186) **Desastres.** — Ao entrarem no oceano, arrojou-os o vento sul para a costa da Inglaterra, e uma furiosa tormenta maltratou as embarcações a tal ponto, que a de Villegagnon abriu agua. Forçados a retroceder até o porto de Dieppe, abandonaram a expedição, que tão mal começava, diversos fidalgos, alguns soldados, e quasi todos os operarios, que voluntariamente se tinham apresentado para a viagem. Produziu esta retirada um effeito deploravel, e desde então só poude o caudilho contar com os mercenarios e condemnados em numero de apenas oitenta.

Reparadas convenientemente as avarias, sarpou do porto de Dieppe a esquadra em principios de agosto, sendo, logo que sahiu barra fóra, obrigada mais uma vez a arribar por um temporal. Fez-se, porém, definitivamente de vela no dia quatorze desse mez, deslisando-se agora serena sobre o oceano caminho do seu destino.

Omittindo os diversos accidentes da viagem, que não vêem ao nosso intento, vamos entrar com elles na incomparavel enseada do Rio de Janeiro, aonde chegaram no dia dez de novembro. Desembarcaram na

ilhota em que está hoje a fortaleza da Lage, denominando-a *Ratier*. Ergueram barracas de madeira; collocaram duas peças bem grandes de artilharia, e alguns falconetes, e já se dispunham a levantar um forte, quando uma furiosa maré destruiu as obras começadas; revolveu tudo e arrojou para o mar os canhões.

Não é admissivel que Villegagnon tivesse escolhido aquella ilhota por assento da sua colonia; é mais provavel que a destinasse a ser um ponto estrategico, e uma como primeira estação para entrar na enseada depois de sondar as disposições dos indigenas. Em consequencia do desastre que acabamos de relatar, transferiu o caudilho francez a sua gente para uma ilha no centro da bahia, cercada de rochedos á flôr d'agua, podendo só pequenas embarcações entrar no unico porto que offerece accesso, e que está do lado opposto á barra. Chamavam-na os naturaes *Serigipe*, sendo ao depois denominada *Ilha dos Francezes*, e hoje de *Villegagnon*. Construiram nessa ilha um forte que appellidaram *Coligny* em honra do Almirante, protector da expedição. Davam, porém, ás vezes o mesmo nome ao forte e á ilha. Mandou, logo depois, Villegagnon á França seus navios, carregados de pau brazil e de outros generos do paiz; informou de tudo o seu protector, e escreveu aos directores da egreja de Genébra, pedindo theologos calvinistas. Datou estas cartas - *Do Rio Guanabara na França Antarctica.*

187) **Conspiração, 1556.**—Appareceram dentro em breve grandes difficuldades na colonia. Não se achando agua potavel na ilha, cumpria com muito incommodo ir busca-la no continente. Por outro lado o clima ardente, os duros trabalhos, indispensaveis para construir o forte e as barracas, o genio orgulhoso e exasperado do chefe, tudo atormentava os recemchegados. Accresce que os mantimentos trazidos eram poucos, e aquelles da terra, sobre serem escassos, não podiam agradar aos estrangeiros. Grassava, portanto, na ilha notavel indisposição, logo augmentada pelo

máu humor de um interprete normando, que, havia sete annos, alli morava amancebado com uma india, da qual tinha filhos. Ordenou-lhe o cavalleiro de Malta rompesse, sob pena de manda-lo enforcar, aquellas relações emquanto a mulher não abraçasse o Christianismo, sendo-lhe então livre casar-se legitimamente com ella

Reuniram-se, pois, os descontentes para consultar sobre o modo de sacudir o jugo. Propozeram alguns o veneno; outros, o fogo ao paiol da polvora, situado perto da habitação do tyranno. Prevaleceu a idéa de assassina-lo no domingo proximo, quando, estando todos em suas casas por ser dia santificado, não haveria quem lhe acudisse, ou o soccorro chegaria tarde. Faltava ganhar a guarda escosseza, que o cêrcava sem descanço, revezando-se dia e noite. Suppondo os conspiradores que esses guardas estivessem egualmente irritados, revelaram-lhes o segredo. Fingiram os escossezes concordar no plano, e informaram-se de tudo, sem se esquecer de tomar o nome dos principaes conjurados. Feito isto, contaram quanto sabiam a Nicolau Barré, um dos mais intimos de Villegagnon, e este, a 4 de fevereiro de 1556, prendeu quatro dos rebeldes.

Um delles, antevendo o supplicio que o aguardava, arrastou-se como poude até ás muralhas do forte, atirando-se então ao mar, onde se afogou. Outro, tendo confessado seu crime, morreu estrangulado, sendo os outros dois condemnados a trabalhos forçados. Para furtar-se á necessidade de punir muitos complices, fingiu Villegagnon nada mais saber. O interprete normando, autor principal da conspiração, escapou ao castigo, porque, estando no continente quando ella se descubriu, nunca mais voltou. Parece que o medo de serem punidos induziu egualmente alguns dos outros conspiradores a ir viver no meio dos barbaros.

Tal é a versão commum deste facto. Villegagnon, todavia, em uma carta a Calvino (31 de março de 56) o relata de um modo algum tanto diverso. « Aconteceu,

comtudo, diz elle, que uns 26 de nossos mercenarios, estimulados pelos appetites sensuaes, conspiraram para matar-me. No dia, porém, marcado para a execução, foi-me revelado o trama, por um dos cumplices na mesma occasião em que diligentemente me procuravam para cahirem sobre mim. Evitei o perigo pela maneira seguinte: havendo armado cinco criados meus, investimos contra elles, que, possuidos de terror e pasmo, facilmente se deixaram vencer. Prendi quatro dos principaes conspiradores, cujos nomes me haviam sido revelados, occultando-se os outros depois de terem deposto as armas.

Mandei no dia seguinte soltar um, para que podesse na maior liberdade pleitear a sua causa, mas, pondo-se a correr, lançou-se ao mar, onde se afogou. Conduzidos os restantes á minha presença, amarrados como estavam, declararam o que eu já sabia pela boca do cumplice e delator, isto é, que tendo eu castigado um delles, porque entretinha relações illicitas com uma mulher de má vida, captou por presentes o pae dessa mulher para que o livrasse do meu poder, si eu me obstinasse em interromper as ditas relações. Tal foi o primeiro pensamento da revolta. Fi-lo enforcar e extrangular por semelhante crime. Commutei aos outros dois a pena de morte na de prisão com trabalho, e quanto aos mais não quiz tomar conhecimento do seu delicto afim de que não fosse obrigado a puni-los, o que importaria um grande desfalque de operarios para as obras que tinha emprehendido».

188) **Primeira apostasia de Villegagnon.** — Para entender o alcance desta carta, é mister lembrar que Villegagnon, desde o principio do anno de 1556, escrevera aos Directores da egreja de Genébra, pedindo pastores que pregassem o evangelho, e alguns officiaes de varias artes, offerecendo, a todos, salarios, accommodações e até mulheres. Professava, ao menos exteriormente, Villegagnon o Catholicismo, e trouxera comsigo todos os ornatos precisos para a

celebração do culto catholico, bem como o franciscano André Thevet, a quem se confessava regularmente. Dois terços de seus colonos eram catholicos; mas, infelizmente, os peiores, recrutados, quasi todos, como já vimos, nas tabernas e nas prisões de Pariz e de Ruão.

Deu-se, portanto, a tratar principalmente com os protestantes, que eram os menos ruins de seus companheiros. Discutindo com elles a questão do dia, isto é, a reforma do Evangelho apresentada por Calvino, achou-se, o nosso cavalleiro, vacillante em suas crenças, nas quaes não o sustentava o seu confessor, que tambem as não tinha firmes. Não lhe convindo abandonar o Catholicismo, porque seria perder o seu titulo de cavalleiro de Malta, e, talvez, tambem a protecção de Henrique II, que o julgava bom catholico; e, desejando ver prosperar a sua empreza com auxilio de gente melhor do que os mercenarios que trouxera, dirigiu-se aos chefes calvinistas, fazendo uso da mesma argucia que empregára para com o Almirante Coligny. Estes, considerando o pedido como um primeiro passo para o protestantismo, informaram Calvino, que com grande zelo tratou de dar-lhe execução.

A instancias suas e de Coligny, partiram da Suissa (16 de set. de 56) quatorze protestantes entre pastores, theologos e artistas. João de Lery, que escreveu a relação da viagem, era um delles. Em Pariz uniram-se á comitiva diversos fidalgos, e todos sarparam de Honfleur, na França, no dia 19 de novembro. A frota, commandada por Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, constava de tres navios, *Grande Roberge*, *Petite Roberge e Rosée*, fornecidos pelo rei Henrique II, armados com 18 peças de bronze, e esquipados á custa da coroa. Entre marinheiros, artistas e soldados, embarcaram 290 pessoas inclusivamente cinco rapazes, destinados a apprender a lingua tupy, e cinco mocinhas acompanhadas por uma senhora para as dirigir.

Entrando no Rio de Janeiro, e descendo na ilha e forte de Coligny numa quarta feira, dia dez de março

de 1557, foram recebidos com grande jubilo por Villegagnon, que os esperava. Houve sermão e preces, durante as quaes Villegagnon não cessou de juntar as mãos, levantar os olhos ao céu, dar altos suspiros, e fazer diversos gestos com que attrahiu a admiração de todos. Ordenou, no entretanto, este cavalleiro de Malta que nos domingos se prégassem dois sermões, e nos dias feriados um só, durante uma hora. Preces devia haver todos os dias depois do trabalho. No dia 21 de março, ao celebrarem pela primeira vez a ceia, exigiram os ministros que sahissem da sala os que ainda não tinham professado a fé da reforma, e que um tal João Cointa, a quem chamavam de Snr. Heitor e tambem de doutor da Sorbona, abjurasse publicamente a religião catholica. O mesmo fez Nicolau de Villegagnon, que recebeu o pão e o vinho, da mão de um ministro.

189) **Segunda apostasia de Villegagnon.** — Não era possivel que essa concordia sem base durasse por longo tempo. Os recem-chegados começaram a queixar-se dos duros trabalhos a que eram obrigados, e Villegagnon principiou a dar largas a seu genio intractavel, exaggerado, argucioso. Tanto elle como João Cointa declararam que embora recusassem a doutrina catholica da *transubstanciação*, não admittiam a opinião dos genebrinos de ser, o pão e o vinho consagrado, um simples signal do corpo e sangue de Jesus Christo; sustentavam, pelo contrario, o erro lutherano da consubstanciação. Appellou Villegagnon a Calvino, escrevendo-lhe por um navio que se fez de vela no dia primeiro de abril, protestando que se havia de sujeitar á sentença do reformador. Por outro navio, que largou no dia quatro de junho, enviou o ministro Guilherme Chartier juntamente com dez meninos da edade de nove a dez annos, que, comprados aos selvagens, haviam sido solemnemente benzidos pelo ministro Pedro Richier.

Recebeu como presente estes meninos o rei Henrique II que os distribuiu entre os grandes da Côrte.

Casaram-se, no entretanto, com diversos francezes as cinco moças de que acima falámos, e Villegagnon prohibiu sob pena de morte que os christãos cohabitassem com as indias, mas podiam contrahir matrimonio legitimo, quando ellas tivessem recebido o baptismo. Affirma Lery que, não obstante seus esforços, nem um só individuo se converteu, e que, por conseguinte, não se celebrou nenhum casamento misto. Na Bahia, porém, e em outros logares eram numerosas as conversões dos indigenas ao Christianismo. E' que a graça de Jesus Christo não acompanha a prégação dos protestantes. O mesmo aconteceu, e ainda acontece, na China, na India e em toda a parte, como se póde ver na bella obra intitulada — *Christian Missions: Their Agents and Their Results By T. W. M Marshal.*—Si algum pagão se dá por convertido, é só a poder de dinheiro, e, quando este falha, o supposto christão volta ao seu paganismo que nunca tinha abandonado de veras. Consulte-se a Historia das missões, e veja-se si não falamos a verdade.

Continuando as disputas, pretendeu Villegagnon, citando S. Cypriano e S. Clemente, que na ceia se tivesse de misturar agua ao vinho, que o pão e o vinho consagrado aproveita ao corpo e á alma; que na agua do baptismo se deve pôr sal e oleo, e que, segundo S. Paulo, um ministro não póde passar a segundas nupcias. Nestas discussões João Cointa apoiava sempre Villegagnon contra os huguenotes. Thevet já voltára para a Europa antes da chegada dos genebrinos Conta Lery que, em seguida a estas controversias, Villegagnon assistiu mui poucas vezes ao sermão; que se pronunciou egualmente contra Calvino; e começou a andar tão pesaroso, que jurava a cada momento pelo corpo de Santiago quebraria a cabeça, braços e pernas de quem o importunasse. Assim ninguem ousava mais buscar a sua presença.

Declarou finalmente aos genebrinos, pelos fins de outubro, que se retirassem. Passaram estes ao continente, no lado esquerdo da entrada, a meia legua da ilha,

no sitio denominado *Briquiterie* ou Olaria. Ahi estiveram dois mezes até acabar de receber a carga um navio vindo do Havre de Graça, com cujo capitão contractaram a viagem pelo preço de seiscentas libras tornezas. Concedeu Villegagnon a licença por escripto, mas confiou secretamente ao capitão uma caixinha com ordem de entrega-la aos magistrados da cidade a que aportasse. Incluia essa caixinha o processo dos retirantes, o qual, sendo os magistrados que o receberam, amigos dos calvinistas, serviu como carta de recommendação para os accusados.

O capitão, que se chamava Fariban, viera a pedido de varios protestantes examinar o logar, e, a não ser, diz Lery, a mudança de Villegagnon, oitocentas pessoas iam passar ao Brazil. Fizeram-se de vela a quatro de janeiro de 1558, e, como o *Jaques* (era o nome do navio) logo abrisse agua, cinco calvinistas, assustados, voltaram atraz em uma barca. Os outros, seguindo viagem e soffrendo infinitas peripecias, avistaram a terra da Baixa Bretanha no dia 24 de maio, na altura de um logar chamado Hodierne; e no dia 26 entraram na enseada de Blavet, a duas leguas da cidade de Hanebon.

190) **Fim de Villegagnon**. — Pouco sabemos do que aconteceu a este aventureiro francez depois da retirada dos ministros de Genébra; parece, todavia, certo que elle continuou a maltratar a sua gente; que se desaveiu com seu amigo, João Cointa, e que mandou atirar ao mar tres dos cinco que haviam retrocedido. Ignoramos o motivo. Foram, segundo Lery, Pedro Bourdon, João do Bordel e Matheus Verneil. Partiu (59) finalmente para a Europa, (1) onde viveu desprezado de todos, concluindo a sua carreira mortal em uma commenda da Ordem de Malta perto de S. João de Nemours. Segundo Gaffarel, Villegagnon falleceu em janeiro de 1571.

(1) «Tornou-se para França, dizem que chamado d'El-Rei para as guerras contra os hereges, em que morreu». Carta do P. Anchieta em 1584.

Na carta attribuida ao P. Anchieta em data de 1584, lemos o seguinte: «Como Nicolau de Villegagnon era catholico, tornando á França, trabalhou de mandar religiosos ao Rio de Janeiro, assim para reducção dos hereges, como para conversão do gentio. Com este desejo se foi a um collegio da Companhia em França, onde, depois de confessado e commungado, pediu padres para esta empreza, dizendo que tinha na India ou Brazil 200 leguas de terra povoadas de gentio sujeito e pacifico: os padres, muito alvoroçados com esta nova, responderam que mandariam recado ao P. Geral a pedir licença para isso, e, como isto não se effectuou pela Companhia, trabalhou de mandar estes religiosos... Estes, como se soube dos mesmos tamoyos, fizeram seu recolhimento entre elles mesmos, apartados dos francezes, e ensinavam alguns meninos do gentio e os traziam vestidos com seu habito.»

«Mas, como Villegagnon, sabida a destruição da sua torre, não quiz tornar mais ao Brazil, ficaram os religiosos sem amparo, e não sómente desfavorecidos, mas perseguidos dos hereges... Assim que, neste mesmo anno 61 ou no anno seguinte, os tornaram os francezes a levar á França... e querem dizer que a nau fez naufragio no caminho ou que os hereges lançaram os frades ao mar.» Na carta, que se acha no vol. II, pag. 79 dos Annaes da Bibliotheca nacional, diz o P. Anchieta em data de 1565, que, segundo referiu um indio, os hereges mataram alguns desses religiosos na viagem, e os outros logo que chegaram á França.

191) **Villegagnon e os selvagens.** — Cumpre confessar que os aventureiros francezes possuiam um genio especial para, a bem do seu commercio, captar a sympathia dos indigenas do Brazil. Evitavam a este fim com muito cuidado a pretenção de reduzi-los ao captiveiro; apprendiam a lingua do paiz, e guardavam rigorosa justiça. Este mesmo foi o proceder do nosso Cavalleiro de Malta, do qual escreveu Men de Sá á rainha regente: «Elle (Villegagnon) leva muito differente

ordem com o gentio do que nós levamos; é liberal em extremo com elles, e faz-lhes muita justiça; enforca os francezes por culpas sem processos; com isto é muito (1) dos seus, e amado do gentio: manda-os ensinar todo o genero de officios e de armas; ajuda-os nas suas guerras: o gentio é muito e dos mais valentes da costa; em pouco tempo se póde fazer muito forte».

192) **Villegagnon e seus historiadores.**—As fontes principaes da historia de Villegagnon são a obra de Thevet, a de Lery, e diversas cartas quer do proprio aventureiro, quer de Nicolau Barré, seu secretario, quer dos jesuitas do tempo. A critica mais elementar persuadia não pequeno desconto nas palavras de Lery, por ser elle grande inimigo do Cavalleiro de Malta e falar com violenta paixão. Vemos, todavia, que em geral os autores em nossos dias exaggeram notavelmente o que elle refere, e até lhe emprestam accusações que elle não escreveu. Lery, v. g., nunca disse que Villegagnon era um barbaro, um tigre, um Nero, como hoje diversos historiadores lhe chamam. Affirma Lery que Villegagnon apostatou do Catholicismo publica e solemnemente na sua ilha posta na bahia de Guanabara; mas alguns escriptores modernos pretendem que elle se declarou protestante antes de partir da Europa. Segundo o proprio Lery, o barco em que os ministros regressaram, não pertencia a Villegagnon; era particular, e os retirantes o fretaram livremente.

Accusam-no, entretanto, hoje de tyrannia, por ter embarcado a esses homens em um navio carcomido. Diz Lery que *alguem* deu com justiça a Villegagnon o titulo de *Caim da America*, porque foi o primeiro que no Mundo Novo derramou o sangue de seus irmãos; affirmam, porém, hoje que todos o brindaram com esse nome. Escreve Lery no cap. XXI o seguinte:—«Um tal

(1) Damos este trecho tal qual o achamos no 1. vol. dos Annaes do de Rio Janeiro por Balthazar da Silva Lisboa, ed. de 1834, pag. 119; parece-nos, todavia, que neste logar falta alguma palavra, v. g. *temido*. Vide tambem Pizarro, I, pag. 14, ed. de 1820.

Fariban de Ruão, capitão do navio (Jacques) declarou que nesse anno se houvera deliberado a passar 700 ou 800 pessoas em grandes urcas de Flandres para começar a povoação do logar, onde estavamos, si não fôra a rebeldia de Nicolau de Villegagnon. Com effeito creio firmemente que, si isto não tivesse acontecido e si Nicolau de Villegagnon se tivesse mantido fiel, *estariam ahi mais de 10,000 francezes*».

Esta simples phantasia ou supposição de Lery, este simples *creio* muda-se, sob a penna de diversos escriptores, na affirmativa categorica de que *dez mil francezes estavam promptos a partir*!

A respeito da mudança de Villegagnon, escreve Lery no cap. VI, N. 22:—«Agora, si nos perguntarem o que motivou tal revolução, direi que *alguns dos nossos sustentavam* que o cardeal de Lorena e outros personagens lhe haviam escripto . . . censurando-o acremente. . . por haver deixado a religião catholica romana, e que, receioso da arguição, mudára subitamente de parecer». Tratava-se, pois, apenas de um boato, que hoje se dá como facto certo com o accrescimo de vistas politicas, etc. etc. O mais interessante é que esses autores citam sempre Lery, mostrando deste modo que nunca o examinaram em si mesmo.

E que diremos das declamações contra o Cavalleiro de Malta, porque não se deu bem com os protestantes de Genébra? Observaremos em primeiro logar que Villegagnon nessa occasião não voltou ao Catholicismo; apenas declarou que preferia o erro lutherano ao de Calvino, e isto, talvez, por motivos bem secundarios, ou em virtude da sua volubilidade e do seu pessimo genio. Em segundo logar, todos sabem que Villegagnon antes disto apostatára da Egreja Catholica, da religião de seus paes, em que fôra criado; autores, no entretanto, que se chamam catholicos, e até sacerdotes, como é, v. g., o Sr. Con. F. P., não têm uma só palavra contra a primeira apostasia; só deploram amargamente a segunda! E isto a titulo de imparcialidade!

Póde facilmente entender o leitor que não sympathizamos com este aventureiro, cuja unica religião parece ter sido o proprio interesse e ambição; mas não podemos soffrer que a historia se converta em romance. Concluiremos confessando que não logramos comprehender como, filhos do Brazil, cidadãos que blasonam de patriotas, mostrem tanto sentimento ao verem mallograr esta invasão dos francezes no Rio de Janeiro, invasão que, si não fosse repellida, faria com que hoje a incomparavel bahia de Guanabara pertencesse á França!

IV

Men de Sá, III governador geral, 1557-72

193) **Sua vinda.**—(1) Men de Sá, fidalgo da casa e do conselho do rei, bem como irmão do poeta Francisco de Sá de Miranda, deu no seu governo provas deslumbrantes de ser homem activo, honesto, prudente, zelozo e de grande coração acompanhado de lettras, e experiencia na paz e na guerra. Nomeado a 23 de julho de 1556, fez-se de vela em abril ou maio de 57, e aportou á Bahia nesse mesmo anno, não antes do méado de agosto. Segundo o Padre Simão de Vasconcellos veiu por tempo indefinito; no ver, porém, de Varnhagen, por tres annos como os outros. O seu ordenado foi de 600.000 rs. annuaes.

Chegando a seu destino, retirou-se, durante oito dias, a fazer os exercicios espirituaes com o P. Nobrega, e em toda a sua vida exhibiu mostras de grande piedade, assistindo á missa todos os dias, confessando-se e recebendo a Santissima Eucharistia cada semana.

(1) Mendo de Sá; por abreviação — Men de Sá. O P. Simão de Vasconcellos affirma que a patente deste terceiro governador está registrada no anno 1558, data que foi acceita por todos. Hoje, porém, consta pelas cartas dos jesuitas que estava de viagem em 1557, que a 14 de agosto ainda não tinha chegado: dá-se por certo que veiu antes do fim desse anno, mas não se sabe ainda em que mez. O P. Anchieta affirma que chegou em 1557.

Southey, referindo o facto de ter-se Men de Sá retirado a fazer os exercicios accrescenta:—«Injuriam elles (os jesuitas) Men de Sá ,e a si proprios se diffamam, inculcando que este tempo de retiro não foi empregado em obter do melhor politico que nelle havia, informações sobre o estado do paiz».

É que o bom do protestante inglez ignorava completamente o que significa retirar-se a fazer os exercicios de S. Ignacio. Do contrario, o seu bom senso nunca lhe consentiria essa observação, porque Southey certamente sabia não ser perdido o tempo que o artifice gasta em preparar os instrumentos. Na verdade é incontestavel que Men de Sá, apezar de empregar aquelles oito dias nos exercicios espirituaes e algumas horas por semana em assistir á missa e receber os sacramentos, foi o melhor ou, pelo menos, um dos melhores governadores do Brazil. Somos francamente de parecer que, si todos aquelles que dirigem os destinos de uma nação, provincia ou cidade, fizessem o mesmo, não haveria tantas queixas (falamos das que são justas) contra elles. Si isto mesmo se praticasse entre os povos, não existiriam tantos males que, acabrunham medonhamente a Sociedade; males que si por um lado se chamam anarchia, por outro se denominam revolução. Todos estes males têem a sua origem no abandono de Deus e da sua religião.

194) **Seus primeiros cuidados.**—«Concedeu-nos, diz o P. Nobrega, que dahi a pouco tempo viesse Men de Sá com um regimento de Sua Alteza, em que o mandava mui de proposito ajudar a conversão, por paz ou por guerra, ou como mais conveniente fosse... Como... tomou a governança, começou a mostrar sua prudencia, zelo e virtude, assim no bom governo dos christãos como do gentio, pondo tudo na ordem que Nosso Senhor lhe ensinou. Primeiramente cortou as longas demandas que havia, concertando as partes, e as que de novo nasciam atalhava da mesma maneira, ficando as audiencias vasias, e os procuradores e

escrivães sem ganho, que era uma grande immundicia que comia esta terra, e fazia gastar mal o tempo e engendrava odios e paixões. Tirou quanto poude o jogo, que era outra traça, fazendo a todos entender em seus trabalhos com fructo, e, evitado este, se evitaram muitas offensas de Nosso Senhor, como blasphemias e rapinas que na terra havia; finalmente mostrou-se mui diligente em tudo o que pertencia ao serviço de Deus e d'El-Rei».

«Acabou o engenho (1), e acabará cêdo a Sé, e com o exemplo de sua pessoa convida a todos a bem viver de tal maneira, que sabe Nosso Senhor quanta inveja lhe eu tenho. Na conversão do gentio nos ajudou muito, porque fez logo ajuntar quatro ou cinco aldêas que estavam derredor da cidade, em uma povoação junto ao rio Vermelho, onde pareceu mais conveniente, para que toda esta gente pudesse aproveitar-se das roças e mantimentos que tinham feito, e aqui mandou fazer uma egreja grande, em que coubesse toda esta gente, a que chamam S. Paulo. Mandou apregoar por toda a terra, *scilicet*, oito e nove leguas ao derredor, que não comessem carne humana, e por se mostrar ao gentio foi ouvir a primeira missa, dia de S. Paulo, acompanhado de todos os principaes da terra, e naquelle dia se baptizaram muitos, onde deu a todos de comer, grandes e pequenos; esta será uma legua da cidade.»

«Outra egreja mandou logo fazer, de S. João Evangelista, quatro ou cinco leguas da cidade, onde se ajuntaram outras tantas aldêas do gentio de Mirãgaoba. A terceira mandou fazer, onde chamam o rio de Joanne; esta se chama *Sancti Spiritus;* aqui ha mais gente junta que em todas; está sete ou oito leguas da cidade, perto da costa do mar. Nestas tres egrejas se faz agora muito serviço a Nosso Senhor, e o gentio vae conhecendo que só a Jesus Christo se deve crer,

(1) Trata-se de um engenho do governo, já começado por Thomé de Souza.

amar e servir . . . Em todas ha escola de muitos meninos; pequeno nem grande morre sem ser de nós examinado si deve ser baptizado, e assim Nosso Senhor vae ganhando gente para povoar sua gloria, e a terra, se vae pondo em sujeição de Deus e do governador, o qual os faz viver em justiça e razão, castigando os delinquentes com muita moderação, com tanta liberdade como aos mesmos christãos. E cada povoação destas tem seus meirinhos, os principaes dellas, os quaes por mandado do governador prendem e lhe trazem os delinquentes, e assim lhes tira a liberdade de mal viver e os favorece no bem.»

«Além destas tres, estão juntas outras muitas aldêas em duas povoações grandes, e estas não têem egrejas, porque esperam por sacerdotes, e quem resida entre elles, mas sómente são visitados a tempos das outras casas, porque somos poucos, e não podemos supprir a muita messe que ha».

195) **Opposição que encontra.** — Continua o P. Nobrega. «Mas o inimigo da humana geração. . . tomando por seu instrumento muitos maus que ha nesta terra, os quaes não favorecem nada esta obra, mas por muitas maneiras trabalham cerrar as portas todas á salvação do gentio, pelo odio que commummente se tem a esta geração, e o primero golpe que começou a dar foi desinquietar os indios de S. Paulo, tomando-lhes suas terras e roças, em que sempre estiveram de posse, e nunca fizeram por donde as perdessem, antes na guerra passada estes ajudaram aos christãos contra os seus proprios. *A causa que tinham os christãos por si não era outra sinão que as haviam mistér, e porque nisto o governador e eu estorvámos essa tyrannia, contra elle e contra mim conceberam má vontade. . .*»

«Outra grande desinquietação se dá aos indios por gente de máu viver, que anda entre elles, e que lhes furtam o que têem, e lhes dão pancadas e feridas pelos caminhos, tomando-lhes seu peixe, furtando-lhes seus mantimentos. E nisto não póde haver justiça, porque

recebe cá o ouvidor geral uma opinião mui prejudicial, que *sem prova de dois ou tres christãos brancos não se castiga nada*, ainda que seja notorio, pelos indios, a qual prova é impossivel haver-se, e assim fica tudo sem castigo... Estes assim uns como outros (1) são agora doutrinados, e todos bem sujeitos á obediencia do governador. Por esta causa, se levantou tambem grande murmuração entre os christãos, dizendo que os deixassem comer que nisso estava a segurança da terra, não olhando que ainda para o bem da terra, é melhor serem elles christãos e estarem sujeitos, não como antes estavam..»

«Outros, zelando por parte dos indios..., murmuram por serem presos e castigados por seus delictos, e por serem apremiados á doutrina e a bons costumes, temendo que por isso se levantem, e não murmuram pelas sem razões que elles fazem aos indios que é maior occasião de se elles amotinarem, porque nós, posto que por uma parte os apremiamos a bem viver, por outra lhes mostramos entranhas de amor, pugnando por elles em tudo e defendendo-os de tyrannias e servindo-os e curando-os de suas enfermidades com muito amor, de que elles são bem em conhecimento, e por outra parte estes christãos, si algum indio lhes prejudica em uma palha de sua fazenda, querem logo que seja crucificado.»

196) **Castiga um principal.**—«Acima disse como o governador mandára notificar a estes da Bahia que não comessem carne humana; muitos obedeceram, mas não um Principal da ilha de *Carurupeba*, que está pela bahia dentro sete ou oito leguas, que matou e comeu com festa seus escravos, e sobre isso não quiz vir a chamado do governador, falando palavras de muita soberba, porque estes nunca haviam conhecido sujeição, e entrava-se com estes de novo, pelo que

(1) Trata-se dos indios do Tubarão e dos de Mirangaoba, que no tempo de D. Duarte se guerreavam com muita crueldade, e que depois foram induzidos á paz.

mandou o governador a Vasco Rodrigues de Caldas com quinze ou vinte homens busca-lo por força, e trouxeram ao pai e filhos presos, sem os seus ousarem a os defender. Este foi o fermento de grande escandalo nesta terra, porque tiveram logo os maliciosos que murmurar e occasião de levantar mentiras: disseram que aquelles indios haviam morto certos escravos do engenho que foi de Antonio Cardoso que lá estavam perto, e como se conheceu ser mentira, disseram que um barco que o governador havia mandado a Tatuapara o haviam os indios tomado e morto a gente, tudo por entristecerem ao governador, o que tambem logo se soube ser mentira. Este principal esteve preso perto de um anno, e agora é o melhor e o mais sujeito que ha na terra».

197) **Novas queixas.** — «Por estas cousas têem concebido todos grande aborrecimento ao governador, uns, porque lhes tirou o ganho das demandas que antes havia; outros, porque perderam a liberdade, que antes tinham de jogar e adulterar; outros, porque os obriga a trabalhar nas obras d'El-Rei e em prol da terra, maiormente aos que têem soldo d'El-Rei os quaes... antes viviam mui á larga, e os outros, porque lhes não pagam á sua vontade, e nisto só têem alguma razão; mas não sei si tem nisso o governador culpa, pois não o ha tanto que baste a contentar a todos, mas a maior occasião que têem de o aborrecerem de graça, é isto que tenho dito dos indios, e ainda direi mais por onde conheça o que tenho dito e o estado da terra».

«O ajuntar dos indios que o governador faz, para melhor se poderem doutrinar, deu tambem muita occasião de escandalo a muitos que tinham indios perto de suas fazendas, dos quaes se ajudavam em seus serviços, deixando-os viver em seus costumes e morrer sem baptismo, nem haver quem lhes lembrasse a Jesus Christo, Nosso Senhor.»

«Outros, depois que viram o gentio, com estas cousas que se fizeram entre elles, domados e mettidos no jugo

e sujeição que nunca tiveram, cobiçaram ser repartidos para seu serviço, como se fez nas Antilhas e Perú e assim o pediu a Camara ao governador: mas a elle não lhe pareceu bem por não haver causa para isso justa, porque os mais delles nunca fizeram por donde merecessem isso, antes na guerra passada se lançaram da banda dos christãos, e para os que foram na guerra passada tão pouco havia causa justa, pois a guerra se não houve lá por justa da parte dos christãos, e mandou El-Rei, que está em gloria, restitui-los em suas terras, como de antes estavam, e já que lh'os houvessem de repartir, como no Perú, haviam de ser obrigados a terem um padre para sua doutrina como lá tambem se costuma, o que esta gente não póde fazer, assim para não ter possibilidade de manter um capellão, como tambem porque não se trata de salvar almas nesta terra, sinão de qualquer seu interesse, e dos proprios seus escravos se tem tão pouco cuidado que os deixam viver como gentios e morrer como bêstas, e assim os enterram pelos monturos...»

«Bem me pareceria a mim conquistar-se a terra e repartir-se os indios por os moradores obrigando-se a doutrina-los, que ha hi muitos que podem a sujeitar, mas não ha hi homem que por isso queira levar uma má noite, e sio governador por segurança da terra quer fazer alguma cousa ou castigar algum indio, todos lh'o estorvam e ninguem o ajuda; e agora que vêem os indios sujeitos sem custar sangue de christão nenhum, nem guerra (posto que da passada ficaram amedrontados); agora que estão juntos com egrejas para se doutrinarem; agora os querem repartidos, e *assim não falta quem vá tirar nossos indios que temos juntos com muito trabalho e leva-los ás suas roças a viver; e muitos vão por fugir á sujeição da doutrina e viverem como seus avós e comerem carne humana como de antes*».

198) **Guerra**.—«Tambem começou (o governador) a entender com os do Paráassú (Paraguassú) e com

os da ilha de Tapariqua (Itaparica), que são todos uns; e isto por razão dos escravos dos christãos que para elles fugiam e não os davam, e isto contentou a todos, porque lhes tocava em seu proveito. Os de Tapariqua obedeceram, mas os do Paraassú muitos delles não quizeram paz nem dar os escravos, antes tomaram um barco de Pero Gonçalves, de S. Thomé, com ferramenta que levava....»

«...Depois sendo requeridos com paz e com restituirem o barco e os escravos, não quizeram, pelo qual lhe pareceu mandar a elles com conselho de muitos a tomar-lhes os rodeiros, que tinham feito com que determinavam fazer a guerra aos christãos, e mandou a Vasco Rodrigues de Caldas com a gente e barcos que poude, o qual deu nelles, sahindo em terra, matando muitos, e trazendo outros captivos. Aqui se quebrou o desencantamento do Paraassú, onde ninguem ousava sahir em terra e perderam os christãos o medo que tinham áquelle gentio, vindo com muita victoria, sem lhe matarem ninguem».

«Não puderam muitos que aborreciam ao governador, dissimular sua paixão do bom successo, e por ventura folgavam mais de succeder alguma desgraça ao governador para ficar mais desacreditado em suas obras.»

«Com esta boa fortuna alguns indios do Paraassú vieram a pedir paz ao governador, trazendo-lhe o barco dos christãos que haviam tomado aos outros para com elle alcançarem paz para si, ficando os outros em sua pertinacia e fazendo-se fortes. Tornou a elles Vasco Rodrigues e deu em uma aldêa que estava meia legua do mar, por um caminho mui aspero que andaram de noite e deram nella, que era grande e toda a gente mataram, porque os tomaram dormindo, salvo vinte ou trinta pessoas, meninos e mulheres, que trouxeram por escravos, de que não escapou mais de um indio ou dois, mal feridos, para levarem novas aos outros.»

«Outra vez, terceira, tornou lá Vasco Rodrigues já com maior animo dos christãos e todo perdido o

medo; queimando muitas aldêas, matando muitos sem lhe matarem ninguem. E com esta se renderam os mais e pediram paz e se fizeram tributarios a El-Rei, obrigando-se a pagar certa farinha e gallinhas e de não comerem carne humana e serem sujeitos e christãos, como lá lhe mandassem padres . . »

«O mesmo fizeram os de Tapariqua e os de Tinharé e todos desejam estar bem com os christãos e se obrigam a pagar o tributo que tenho dito».

199) **Morte de Fernão de Sá.**—Mal havia Men de Sá tomado posse do seu governo, quando os moradores do Espirito Santo reclamaram o seu auxilio contra os barbaros, rebeldes e victoriosos. Mandou-lhes o governador o seu proprio filho. Fernão de Sá, á frente de cinco embarcações e uma galé. Iam com elle Diogo Morim o Velho, e Paulo Dias Adorno. Chegando a Porto Seguro, navegaram pelo rio Bricaré acima afim de acommetter o gentio no logar que formava o seu centro e a base de suas operações. Ouçamos agora de que modo conta este facto o P. Blasques em uma carta que leva a data do dia 30 de abril de 1558.

«Um delles (estorvos) foi a morte do filho do governador, o qual sendo mandado por seu pae a soccorrer a capitania do Espirito Santo com certos homens, foram dar onde os não mandára, e comtudo renderam duas cêrcas, onde mataram muitos gentios e prenderam boa parte delles; com este bom successo, querendo o capitão seguir a victoria, deu na terceira cêrca, onde se acabava tudo de vencer; nesta o deixaram todos os seus, só com dez homens a pelejar e se acolheram aos navios, uns para curarem algumas feridas de pouco momento, outros para arrecadarem suas peças (de escravos), o que elles mais desejavam. Estes dez, com o seu capitão, pelejaram tão bem e tinham já a cêrca rendida, si os acudissem com duas panellas de polvora que nunca lhes quizeram levar, até que os indios attentaram que eram tão poucos, com o que cobraram animo e carregaram sobre elles e fizeram-nos vir recolhendo até

aos navios e barcos de onde os haviam deixado, que foi desconcerto nunca visto, e ali, na praia, pelejaram um grande espaço, esperando soccorro dos navios, e ao cabo nunca lhes veiu, e ali mataram o capitão, filho do governador, com cinco, porque os outros salvaram-se a nado».

200) **Men de Sá nos Ilhéos. 1559.**—Tendo os colonos dos Ilhéos recusado dar aos indios satisfação de uns aggravos e injustiças que os christãos lhes haviam feito, determinaram vingar-se por si mesmos (1) queimando quatro engenhos de assucar, roubando toda a fazenda que nelles acharam, e obrigando os colonos a recolherem-se para a villa, onde os cercaram de modo, que não podiam sahir a buscar mantimentos. Acudiu o governador com forças adequadas; surprehendeu de noite os barbaros em suas aldéas; matou um grande numero delles, e pôz fogo ás mattas. Voltava Men de Sá em triumpho, e já chegára á costa, quando duma cilada rebentou um bando de selvagens; foram, porém, levados de roldão ao mar. Os alliados, tão activos no mar, como em terra, perseguiram-nos, afogando os que não quizeram aprisionar. E' a este feito de armas que se deu o nome de *Batalha dos Nadadores*.

Alcançada esta segunda victoria, entrou o governador nos Ilhéos, indo direito á egreja de Nossa Senhora render graças pelo auxilio divino. Passados poucos dias, viu-se a praia coberta de barbaros que vinham mais uma vez tentar a fortuna das armas. Sendo derrotados, pediram, humildes, a paz que o governador lhes concedeu nos termos do costume, a saber: declarando-se os selvagens tributarios subditos do rei de Portugal; satisfazendo, como podiam, pelo damno que tinham causado; obrigando-se a não comer carne humana, e promettendo abraçar o Christianismo quando houvesse quem os doutrinasse.

(1) Rev., vol. XLIX, pag. 42.

Deixemos agora a palavra ao P. Nobrega que nos ha de referir diversas particularidades assaz interessantes: —«A capitania dos Ilhéos e Porto Seguro, as quaes tinham o gentio Topinachim grande e todo amigo, e que mais favoravel se mostrou sempre aos christãos e em cuja amizade os christãos confiavam muito e mais perseveravam que outro nenhum da costa, havendo nestas capitanias muita gente, mas mui pouco temor de Deus, nem zelo de sua honra, mas muitos peccados e favoreciam o comer da carne humana e ensinavam-lhes outros peccados, que elles nem seus avós tinham, porque esta gente do Brazil não tem mais conta que com os seus engenhos, e ter fazenda, ainda que seja com perdição das almas de todo o mundo, aconteceu que por matarem um indio em Porto Seguro e outro nos Ilhéos, sem lhes fazerem satisfação de justiça, elles se levantaram e mataram dois ou tres homens que acharam no caminho dos Ilhéos para Porto Seguro e deram em uma roça de christãos nos Ilhéos e passando pelo engenho de S. João, em que estava Thomaz Alegre, metteu Nosso Senhor tanto medo nos ossos dos christãos que despovoam o engenho, sem indio atirar flechas; antes se crê que, já satisfeitos da morte dos seus, se contentavam, porque a muitos christãos que puderam matar e roubar, mui liberalmente deixaram ir.»

«Como isto se soou, entrou o mesmo medo nos outros engenhos e sem verem indio despovoam, e largam tudo recolhendo-se na villa, o que vendo os indios, ao recolher de Thomaz Alegre, lhe tomaram alguns escravos que puderam alcançar, e entraram, e roubaram o que acharam nas fazendas; e assim, postos os christãos em cêrco, mandaram pedir soccorro a esta Bahia ao governador de gente, munição e mantimentos, porque não comiam si não laranjas. E agora ouça o que succedeu».

«Pondo isto o governador em conselho, uns diziam que elle devia de ir e outros que não, mas, finalmente, por um só voto de mais, se determinou que fosse: mas, como as principaes pessoas eram de opinião que não fosse, e esta opinião agradava mais aos pobres... entrou

em muitos a murmuração..... e assim esta gente, havendo de consolar e animar aos pobres que haviam de ir, diziam que para que era leva-los e tirar a gente de suas casas e isto não por se tanto doerem delles, como por temer que poderia cahir o céu, e suas fazendas correrem ventura, não vendo que o governador levava muita gente dos indios e os que ficavam não haviam de ousar de bolir comsigo, maiormente estando tão sujeitos, nem olhavam que em tempo de tão extrema necessidade como estavam, havia obrigação de lhes soccorrer.»

«E com este desgosto que todos os principaes tinham e a gente popular bramava, se embarcou o governador sem haver quem o ajudasse naquella armada, pobre, feita mal e por mal cabo e mal aviado, com muita desconsolação, que houvera Vossa Mercê lastima si o vira, como o eu vi, porque uns não ajudavam, outros estorvavam, outros mordiam e todos com fastios, e outros o desacatavam de maneira que, como a homem de capa cahida, quem quer se lhe atreve, porque dizem que não tem lá no reino ninguem por si e tudo lhe convertem em mal, até a morte de seu filho, que elle sacrificou por esta terra... Desta maneira o tratam, mas elle se ha com muito soffrimento e paciencia em tudo».

«Depois de embarcado, ventando sudoéste e sendo a força do inverno, quiz Nosso Senhor haver piedade daquellas almas que nos Ilhéos estavam, e se mudou ao nordéste, vento prospero, com que em dois dias chegou lá e achou-os em tanto aperto, que, si mais tardára oito dias, dizem que os achára comidos dos indios, e si tiveram embarcação todos houveram já despovoado, e logo que chegou, tomada a informação da terra, desembarcou a meia noite, começou a caminhar pela praia com a sua gente e outra da terra, que toda estava sem alma e sem espiritos vitaes e com sua ida tornaram em si e foi-se pela praia, pelo caminho que vae para Porto Seguro, e tomaram umas espias dos indios que foram logo mortas e presas; foram dar em uma aldêa,

onde mataram tres ou quatro pessoas, porque os mais fugiram e não poderam mais fazer que queimarem-lhes as aldêas, tornando-se a recolher para a villa; vinham os indios ladrando de traz ás frechadas: metteu-se Vasco Rodrigues que levava a dianteira em cilada no matto e deixou-os passar, e como os teve diante deu nelles e mataram um só os christãos, porque todos se acolheram ao mar, com os quaes se lançaram tambem os nossos indios da Bahia que o governador levou e foram nadando uma grande legua e lá tiveram uma forte batalha; mas os nossos, ajudando-os o favor divino, sendo já alguns delles christãos, mostraram muito esforço e mataram lá alguns e outros trouxeram mal feridos, que na praia acabaram de matar.»

«Outras vezes foram a outras partes e não acharam já indios, que todos se afastaram longe. De todas estas vezes foi o governador em pessoa, e todos se espantam de seu animo e forças, porque elle mostrou sentir menos o caminho, sendo elle de muitas subidas e muitas aguas e mattos mui bravos».

«Depois veiu outra nova, e é que, parecendo aos indios dos Ilhéos que o governador seria ido, ... determinaram de vir ao salto e vieram ter a uma roça de André Gavião, onde estavam oito negros de Guiné, doentes e tristes, e foi mandado Vasco Rodrigues com a gente a fazer-lhes cilada e puzeram-se em quatro partes, para não poderem escapar por nenhuma, e entraram na cilada sessenta negros (indios) valentes, homens e mancebos, e todos foram tomados, sem nenhum escapar; os quarenta mataram ahi logo, os vinte trouxeram, os quaes o governador tem para por elles haver algumas crianças que ainda estão em poder dos negros (indios) e alguma fazenda dos christãos; mas, todavia, os outros negros de Guiné acharam mortos por estes 60 antes que a cilada se descobrisse.»

«Dizem que dahi jornada de dois dias se faziam fortes os indios com cêrca; esperava-se por bom tempo para darem nella, e, si estes forem vencidos pela misericordia de Nosso Senhor, acabar-se-á aqui, porque todos os mais

pedem pazes, e na verdade mostram-se sem culpa e submettem-se á obediencia».

Vê-se por estas ultimas phrases que, quando Nobrega escrevia esta carta em 1559, a expedição ainda não estava acabada.

201) **Duas Cartas regias.** — Damos aqui duas cartas regias, cuja data ignoramos. Ambas são da Rainha Regente; uma para Men de Sá, outra para a Camara da Bahia. A primeira diz: «Men de Sá, amigo: Eu a Rainha, etc. — Por D. Duarte da Costa recebi vossas cartas, pelas quaes me daveis conta da maneira em que me ficaveis servindo nessas terras; e depois recebi as vossas cartas do primeiro de junho e dez de setembro; e por ellas soube como a capitania de Vasco Fernandes Coutinho ficava muito pacifica, e o seu gentio tão castigado, mortos tantos, e tão principaes, que parecia que não levantariam tão cêdo a cabeça: e recebi muito contentamento com estas boas novas; posto que das de Fernão de Sá, vosso filho, acabar nesta guerra me desapprouve muito. Mas, sendo tanto em seu logar e em cousa de tamanho meu serviço, não ha ahi que fazer-se sinão dar-se a Nosso Senhor por tudo muitos louvores, como vejo que fazeis, o que vos agradeço muito.»

«E quanto á determinação em que ficaveis de irdes á capitania do Espirito Santo, eu tenho por certo que, quando vos parecesse meu serviço, terieis cuidado de o fazer, e de prover em tudo conforme a confiança que de vós tenho. Em quanto ao que toca aos francezes, e ás informações que delles e do que fazem me enviais, folguei de me avisardes de tudo tão particularmente. E porque por outra carta vos escrevo o que ácerca disso hei por meu serviço, não tenho nesta que vos dizer; sómente que tenho por certo que assim mesmo me daes conta, procedereis conforme a importancia em cada uma dellas; e de maneira que me haja em tudo por muito servido de vós, e assim vos encommendo

muito que o façaes, e que tenhaes destas cousas o cuidado que de vós espero».

«Os poderes que pedis vos mando, conforme aos de que usava Thomé de Souza, por provisões de fóra, para o que cumpre a bem da justiça; e assim podereis conhecer dos aggravos que o ouvidor faz ás partes, posto que caiba em sua alçada; e assim das mais cousas que apontaes não foi possivel irem-vos nestes navios; mas parece-me bem o que dizeis, e eu terei lembrança de se vos enviarem nos primeiros».

«Por diversas vias soube do muito favor que daveis aos padres da Companhia de Jesus, para o que cumpre ao serviço de Nosso Senhor, e recebi disso o contentamento que é razão e requer o intento que se teve no descobrimento dessas terras; que é ser Nosso Senhor nellas tão servido e seu nome tão conhecido e louvado como por tantas razões o deve ser. E porque o meio disto se conseguir é o dos ditos padres, que são tão virtuosos como sabeis, e que com todas as suas forças tanto procuram servir a Nosso Senhor, vos encommendo muito que tenhaes particular cuidado, como sei que tendes, de os favorecer e ajudar no que vos requererem e virdes ser necessario.»

«Em quanto á carta que vi que vos parecia que devia de escrever á Camara do Salvador, para que ajudasse e favorecesse os ditos padres na conversão dos gentios, vos envio com esta agradecer-vos e juntamente dares-lha, e trabalhardes para que assim o façam, dizendo-lhes o grande contentamento que disso receberei, e quanto me desaprazaria do contrario. E pois que, como digo, pela pressa com que estes navios partem, não houve logar de escrever algumas cousas que quizera, por esta mesma razão não vae esta tão larga como tambem quizera; mas fa-lo-ei nos primeiros navios. E entretanto vos encommendo muito que, do que toca a meu serviço nessas terras, tenhaes aquelle cuidado que eu confio de vós, e de sempre me escreverdes como fazeis, o que vos parecer».

202) **Carta regia á Camara da Bahia.** — «Vereadores e procuradores da cidade do Salvador. Eu a Rainha, etc. Ainda que seja tanto de vossa obrigação favorecerdes e ajudardes aos padres da Companhia de Jesus, que nessas terras estão, e andam na obra da conversão dos gentios dellas, assim pelas obras em que se empregam, como por suas muitas virtudes, e pela consolação que essa cidade com tal Companhia deve receber, todavia, sendo essas partes tão remotas, pelo que por esse respeito póde haver nos moradores dellas algum descuido, pareceu-me dever-vos escrever sobre isso, e encommendar, como encommendo muito, que queiraes haver por muito encommendado aos ditos padres, e os favorecçaes em tudo que para a conversão dos gentios e mais obras espirituaes fôr necessario; e que aos gentios que se fizerem christãos trateis bem; e não os avexeis; nem lhes tomeis suas terras; porque, além disto assim ser razão e justiça, receberei muito contentamento em o assim fazerdes, pelo exemplo que os outros gentios receberão. Agradecer-vos-ei muito terdes destas cousas muita lembrança e em effectuardes como confio; porque do contrario não podéra deixar de me desaprazer muito».

Em resumo: esta carta além de recommendar os jesuitas, prohibe vexar os indios christãos e de lhes tirar suas terras.

203) **Vae Men de Sá ao Rio de Janeiro, 1560.** — Informada a metropole do estabelecimento dos francezes no Rio de Janeiro, ordenou a D. Duarte da Costa reconhecesse as fortificações daquelles intrusos, e em consequencia da parte que mandou, deram-se a Men de Sá instrucções para expulsar o inimigo. «Mas quando este se dispunha a executa-las, appareceram, diz Southey, homens assaz imbecis para levantarem opposição; pretendiam que era mais prudente soffrer ainda algum tempo mais a aggressão, do que aventurar uma derrota, que era de recear-se . . . . . Ante

a energia de Nobrega teve de ceder a timidez destes conselhos pusillanimes».

Ouçamos como Nobrega, que esteve presente, contou esta historia em 1560 ao cardeal D. Henrique. «Sendo o governador de muitos requerido que fosse vingar a morte do Bispo e dos que com elle iam, por ser um grande opprobrio dos christãos, ser causa dos indios ganharem muita soberba, porque morreram alli muita gente e muito principal, elle se fazia prestes apparelhando muitos indios da Bahia; mas isto estorvou a vinda da armada que veiu (1), com a vinda da qual se determinou de ir livrar o Rio de Janeiro do poder dos francezes, todos lutheranos».

«E partiu, visitando algumas capitanias da costa até chegar ao Espirito Santo, capitania de Vasco Fernandes Coutinho, onde achou uma pouca de gente em grande perigo de serem comidos dos indios e tomados dos francezes, os quaes todos pediram que, ou tomasse a terra por El-Rei ou os levasse dalli, por não poderem já mais sustentarem, e o mesmo requeria Vasco Fernandes Coutinho por suas cartas ao governador. Depois de tomado sobre isto conselho, a acceitou, dando esperanças de que da tornada a fortaleceria e favoreceria no que pudesse. . .»

«Dalli nos partimos ao Rio de Janeiro, e assentou-se no conselho que dariam de subito no Rio de noite, para tomarem os francezes desapercebidos; e mandou o governador a um que sabia bem aquelle Rio, que fosse adiante guiando a armada, e que ancorassem perto donde pudessem os bateis deitar gente em terra, a qual havia de ir por certo logar; mas isto aconteceu

(1) Esta armada, á cuja frente estava, como Capitão-mór, Bartholomeu de Vasconcellos da Cunha, chegou á Bahia no dia 30 de novembro de 1559. Men de Sá partiu a 16 de Janeiro de 1560, e chegou ao Rio a 21 de Fevereiro. Carta de Men de Sá ao rei, de S. Vicente a 16 de Junho de 1560. Acha-se em muitas obras, particularmente nas Mem. Hist. do Rio de Jan. de Pizarro, I (1820), pp. 12/15; nos Ann. do Rio de Silva Lisboa, I (1834), pp. 117/120; Rev. XXI (1858), pp. 13/14.

de outra maneira do que se ordenára, porque esta guia, ou por não saber, ou por não querer, fez ancorar a armada tão longe do porto que não puderam os bateis chegar sinão de dia, com andarem muita parte da noite, e foi logo vista e sentida a armada.»

«No mesmo dia que chegámos, se tomou uma nau que estava no Rio para carregar de brazil: a gente della fugiu para terra e recolheu-se na fortaleza: tomou-se conselho no que se faria, e vendo todos a fortaleza do sitio em que estavam os frantezes, e que tinham comsigo os indios da terra, temeram de a combaterem, e mandaram pedir ajuda de gente a S. Vicente; mas os de S. Vicente, sabendo primeiro da vinda do governador ao Rio, já vinham por caminho, e como chegaram determinou-se o governador de os combater; mas toda a sua gente lho contradizia, porque tinham já bem espiado tudo, e parecia-lhes cousa impossivel entrar-se cousa tão forte, e sobre isto lhe fizeram muitos desacatamentos e desobediencias.»

«Mas eu sobre isto tudo, a maior difficuldade que lhe achava era ver aos capitães da armada tão pouco unidos com o governador e ver tão pouca obediencia em muitos, toda aquella viagem em que me achei presente; e isto nasceu de se dizer publicamente e saberem que o governador estava mal acreditado no reino com Vossa Alteza, e que se haviam lá dado capitulos delle por pessoas que com paixão informaram lá mal a Vossa Alteza, e parece que com pouca razão, porque as mais das cousas me passavam pela mão como terceiro que era nellas para as remediar, e por isso quem quer se lhe atrevia, e por dizer que tinha lá inimigos no reino e poucos que favorecessem sua causa, o que lhe tirou muito a liberdade de bem governar: mas agora ouça Vossa Alteza as grandezas de Nosso Senhor».

«A primeira me parece que foi dar N. S. graça ao governador para saber soffrer tudo, e dar-lhe prudencia para em tal tempo saber trazer as vontades de

todos tão contrarias á sua a condescenderem com aquillo que elle entendia e N. S. lhe inspirava; e foi assim que a uns por vergonha, a outros por vontade, lhe pareceu bem de commetterem a fortaleza. A segunda maravilha de N. S. foi que, depois de combatida dois dias, não se podendo entrar e não tendo já os nossos polvora, mais que a que tinham nas camaras para atirar; e tratando-se já como se poderiam recolher aos navios sem os matarem todos, e como poderiam recolher a artilharia, que haviam posto em terra, sabendo que na fortaleza estavam passante de sessenta francezes de peleja, e mais de 800 indios e que eram já morto dos nossos dez ou doze homens com bombardas e espingardas, mostrou então N. S. sua misericordia, e deu tão grande medo nos francezes e nos indios que com elles estavam, que se acolheram da fortaleza e fugiram todos, deixando o que tinham sem o poderem levar. (1) . . .

(1) A 15 de Março acommetteu Men de Sá os francezes, (carta cit.). O governador escreve:

«E naquelle dia entrámos a ilha, onde está a fortaleza posta, e todo aquelle dia e o outro pelejámos sem descançar de dia nem de noite, até que N. S. foi servido de a entrarmos com muita victoria e morte dos contrarios, e dos nossos, poucos; e si esta victoria me não tocára tanto, podera affirmar a Vossa Alteza que ha muitos annos que se não fez outra tal entre christãos; porque, posto que vi muito e li menos, a mim me parece que se não viu outra fortaleza tão forte no mundo. Havia nella 74 francezes ao tempo que cheguei e alguns escravos; depois entraram mais de 40 dos da nau e outros que andavam em terra e havia muito mais de mil homens dos do gentio da terra, tudo gente escolhida e tão bons espingardeiros como os francezes; e nós seriamos 120 homens portuguezes e 140 dos do gentio, os mais desarmados e com pouca vontade de pelejar: a armada trazia 18 soldados moços que nunca viram pelejar».

O governador escreveu a El-Rei logo depois da conquista, como diz em outra carta tambem escripta do Rio de Janeiro a 31 de março (e não a 30 como se lê em Porto Seguro, *Hist.*, pp. 294), ainda inedita e da qual possue copia a Bib. Nac. A carta em que dá conta da victoria, provavelmente com todos os pormenores, porque foi escripta sob a impressão da lucta, deve ser muito interessante, mas, infelizmente, não se sabe onde pára. Nesta carta conta tambem Men de Sá o que lhe aconteceu na guerra que teve com o gentio do Paraguassú, segundo declara.

«A qual (a fortaleza) se destruiu o que della se podia derrubar, por não ter o governador gente para logo povoar e fortificar como convinha. Esta gente ficou entre os indios, e esperam gente e soccorro de França, maiormente que dizem que por El-Rei de França o mandar, estavam alli por descobrirem os metaes que houvesse na terra; assim ha muitos francezes

---

Como se vê (pela narração de Nobrega), os francezes não capitularam, como dizem o Visconde de Porto Seguro (*Hist.* pg. 289) e La Popelliniére, segundo Gaffarel (*Hist. du Brézil Français*, pg. 313). Entretanto Porto Seguro conhecia e cita as cartas de Nobrega e Men de Sá. Da carta deste que é a mesma que chama de officio e que vem como de 19 de junho, evidente lapso typographico, provavelmente conheceu as edições de Pizarro e Silva Lisboa, edições que, em vez de *ao tempo que cheguei*, trazem *ao tempo que negocei*; deste grave erro typographico inferiu o illustre historiador para assegurar que Men de Sá diz que «negociára» com os francezes, dando esta palavra entre aspas como aqui está. A edição de Barboza Machado é a que merece fé, porque o chronista declara que a carta foi copiada do original existente na Torre do Tombo, gav. 2, maço 10. A edição da *Hist. Seb.* de Santos, menos correcta que a precedente, tambem traz *cheguei*, e diz-se á margem que o msc. está na Torre do Tombo, gaveta *extras*. O *Almanac* de Duarte Nunes e a cópia que se acha nos Ann. do Rio, msc. cit. em tudo conforme á edição da *Hist. Seb.*, trazem tambem *cheguei*.

Porto Seguro diz que «os francezes, sem agua nem polvora, capitularam em numero de 74, e alguns escravos; aos quaes depois se uniram mais de 40, dos de um navio apresado, e de outros que andavam em terra.» Men de Sá, porém, é bastante claro, pois quando fala dos 74 francezes e alguns escravos que estavam na fortaleza, quando chegou, nos que depois entraram, mais de 40 dos da nau tomada (pela galé *Esaura*), e outros que andavam em terra, e nos mais de mil gentios espingardeiros, dá ao mesmo tempo a força portugueza e a sua auxiliar brazileira, confrontando-as por conseguinte.

Anchieta, que estava em S. Vicente quando ahi chegaram Men de Sá e Nobrega com a nova da victoria, diz na carta do primeiro de junho de 1560.

«E quando já nas naus não havia polvora e os que pelejavam em terra desfalleciam já pelo muito trabalho, fugiram os francezes, desamparando a torre e recolheram-se ás povoações dos barbaros em canôas de maneira que é de crer que mais fugiram com espanto que lhes pôz o Senhor, do que com as forças humanas».

Cumpre-nos aqui declarar que esta nota é toda do erudito Sr. Valle Cabral, que editou e annotou as cartas de Nobrega.

espalhados por diversas partes, para melhor buscarem .... Depois de tomada a fortaleza deu o governador em uma aldêa de indios, e matou muitos e não poude fazer mais, porque tinha necessidade de concertar os navios que das bombardas ficaram mal aviados, e faze-los prestes para se tornarem, o que veiu fazer a esta capitania de S. Vicente. . . »

204) **Men de Sá em S. Vicente.** — Estando o governador nesta capitania, ajudou os jesuitas a mudar o collegio de S. Paulo para a villa de S. Vicente, bem como a abrir uma estrada, menos incommoda do que a precedente, atravez da serra de Paranapiacaba; enviou pelo Tieté uma expedição, e mandou em busca de ouro Braz Cubas e Luiz Martins. Si dermos credito a Braz Cubas, andaram estes umas trezentas leguas sem fructo, encontrando na volta esse precioso metal em logar mais perto de S. Paulo. Suppõe-se ter sido no morro Jaraguá. Remetteu Men de Sá amostras deste ouro em 1562 para a metropole juntamente com algumas pedras verdes que pareciam esmeraldas e talvez fossem turmalinas.

Affirma o P. Simão de Vasconcellos e repetem geralmente todos que a mudança da villa de S. André para S. Paulo, realizada nesta occasião pelo governador, se effectuou a pedido dos jesuitas com o fim de pôr os moradores em logar menos exposto aos assaltos dos barbaros da serra. Lemos, entretanto, no tomo quarenta, parte II, pg. 349 da Rev., que tudo se fez a pedido da Camara de S. André. Pois Jorge Moreira e Joannes Alves, officiaes da Camara de S. Paulo, e outrora habitantes da villa de S. André, em uma carta á Rainha Regente, em data de 20 de maio de 1561, dizem o seguinte :

«E assim *mandou* (Men de Sá) que a villa de S. André, onde antes estavamos, se passasse para junto da casa de S. Paulo que é dos padres de Jesus, porque *nós todos lhe pedimos por uma petição*, assim por ser logar mais forte e mais defensavel, e mais

seguro assim dos contrarios *(tamoyos)* como dos nossos indios, como por outras muitas cousas que a elle e a nós moveram.... Outrosy *confirme* Vossa Alteza a mudação e trespação da villa que fez Men de Sá com todos os mais capitulos e liberdades que lhe deu, dos quaes mandamos um traslado a Vossa Alteza».

«A mudança, accrescenta Candido Mendes, foi levada a effeito em 1563 ou 64, quando o acto de Men de Sá foi definitivamente approvado pelo donatario, ou pelo rei, si, a despeito do *foral* de D. João III, era ainda indispensavel em taes casos a approvação ou consentimento real».

E' cousa sabida como Fr. Gaspar, liv. I, n. 164, deturpa vergonhosamente esta historia alterando a seu modo o texto de Vasconcellos, unico, diz Candido Mendes, que elle conhecia. Copiaremos, assim mesmo, o trecho seguinte, em abono do qual cita o cartorio de S. Paulo: — «Os guayanazes oriundos de Piratininga, e mais indios alli moradores, vendo que iam concorrendo portuguezes, e occupando as suas terras, desampararam S. Paulo, e fôram situar-se em duas aldêas, que novamente edificaram, uma com o titulo de N.ª S.ª dos *Pinheiros*, e outra com a invocação de *S. Miguel*.»

«Depois de alguns annos Jeronymo Leitão, Loco — Tenente de Lopo de Souza, donatario de S. Vicente, concedeu-lhes terras por uma só sesmaria lavrada aos 12 de outubro de 1580, na qual consignou aos indios dos Pinheiros seis leguas em quadro na paragem chamada *Carapicuiva*, e outras tantas aos de S. Miguel em *Ururay*. Hoje quasi nada possuem os miseraveis indios, descendentes dos naturaes da terra, porque injustamente os desapossáram da maior parte das suas datas, não obstante serem concedidas, as sesmarias posteriores dos brancos, com a expressa condição de não prejudicarem aos indios, nem serem delles as terras que se davam».

Em outras palavras, quer dizer o nosso Fr. Gaspar que os brancos roubaram e que prevaleceu o direito da força. E' o que occorria em toda a parte.

Si isto, porém, fosse justo e humano, digam-no os que conhecem as leis da justiça e da humanidade.

205) **Volta Men de Sá para a Bahia, 1560.**—Regressando Men de Sá para o norte, tocou na capitania do Espirito Santo, onde o ouvidor lhe entregou a renuncia que, da capitania, fizera Vasco Fernandes Coutinho, o qual falleceu no anno seguinte. Os moradores, desanimados, e resolvidos a retirarem-se, pediram ao governador que a tomasse para a coroa. Limitou-se este a lavrar de tudo isto um istrumento e a nomear, para a governar, Belchior de Azeredo, proposto pelo povo. Recebido com grande festa (1) na Cidade do Salvador, insistiu com a metropole pela colonização do Rio de Janeiro; mandou explorar o paiz no interior do sertão, Antonio Dias Adorno, Vasco Rodrigues Caldas, e um Antonio Ribeiro; enviou, contra os barbaros de Porto Seguro, Braz Fragoso e o ouvidor geral; concedeu diversas sesmarias no Reconcavo, e, conforme lhe recommendára a Regente, continuou a proteger as missões dos jesuitas.

206) **Assalto contra S. Paulo, 1562.**—No entretanto os francezes, expulsos da ilha de Villegagnon, se tinham acolhido á terra firme, onde em odio dos portuguezes açulavam os tamoyos, e lhes prestavam util apoio. Das serras molestavam estes os moradores de Piratininga; e da costa, quantos lhes ficavam ao alcance de suas canôas. Nesta sangrenta visitação reconheciam os jesuitas a justa vingança do céu; pois quanto agora soffriam, tudo o haviam merecido os portuguezes. Os tamoyos teriam sido amigos fieis, si estivessem seguros dos caçadores de escravos; tornára-os hostis a injustiça, e agora eram os mais tremendos inimigos, comendo quantos prisioneiros faziam, fóra as mulheres que reservavam para concubinas.

(1) Men de Sá chegou á Bahia a 29 de agosto de 1560. O P. Gran ia com elle. Nobrega ficou em S. Vicente. Vide Annaes do Rio de Jan. de Silva Lisboa, VI, pg. 162. Fr. Vicente, liv. III cap. IX, diz erradamente que o governador chegou em junho.

Não satisfeitos com a vingança, visavam a desarraigar do paiz os portuguezes. Reuniram estes a força que poderam para ataca-los, e foram miseravelmente derrotados. Ainda algumas tribus se conservavam neutraes, e os tupys do sertão eram alliados dos européus; ao serem, porém, informados desta derrota, todos adoptaram como propria a causa dos vencedores.

«Um exercito immenso das nações confederadas se reuniu para investir S. Paulo, que esperavam surprehender; mas um indio, que antes tinha sido baptizado pelos jesuitas, desertou, e veiu revelar o designio. Todos os indigenas da vizinhança se juntaram immediatamente na cidade debaixo de Martim Affonso (Tebiriçá), que era o chefe naquellas partes. O irmão e o sobrinho Jagoanhara *(o Cão Bravo)* lá lhe andavam entre os confederados. Era o Cão um dos caciques, e mandou recado ao tio, pedindo-lhe que não se expozesse á ruina, mas abandonasse os portuguezes, trazendo quanto lhe pertencia. Tão confiados vinham na victoria, que as velhas não haviam esquecido seus alguidares para o banquete anthropophago».

«Foram os jesuitas que salvaram Piratininga. De baixo dos estandartes da Egreja sahiram a campo os seus discipulos, e batalhando... na inteira fé de que o paraizo ia ser sua partilha, foi invencivel o seu impeto. O *Cão* foi morto quando tentava forçar uma egreja, em que as mulheres se haviam asylado. Seu tio, Martim Affonso, portou-se com o costumado valor, e com uma ferocidade que a conversão não rebatera. Dois dos vencidos clamavam que eram catechumenos, e chamavam por seus paes espirituaes, que os protegessem, mas elle, respondendo que tal crime não tinha perdão, esmigalhava-lhes os craneos a ambos».

«Não tardou que este esforçado guerreiro morresse de uma dysenteria trazida a Piratininga pelos escravos dos portuguezes das povoações vizinhas. Os jesuitas falam delle com os devidos encomios e gratidão, como de quem primeiro alli os recebera, lhes

dera terras, os ajudára toda a sua vida, e finalmente os salvára deste ultimo e mais instante perigo» (1).

207) **Armisticio de Iperoyg, 1563** — « Durante a guerra dos tamoyos prégava Nobrega bem alto do pulpito e nas praças publicas que o inimigo triumphava, porque da sua parte tinha a justiça, pelo que Deus o ajudava. Os portuguezes, dizia, tinham em despeito dos tratados dado sobre elles, escravizando alguns, e deixando os alliados devorar os outros; e esta vingança era um castigo da justiça divina. A final elle e Anchieta, consultado primeiramente o governador (2), resolveram metter-se entre as mãos destes selvagens, na esperança de effectuarem pazes. De mais perigosa embaixada nunca ninguem se encarregára. Francisco Adorno, fidalgo genovez, um dos homens ricos do Brazil, levou-os num de seus proprios navios. Apenas o barco se approximou da costa, coalhou-se o mar de canôas, que vinham ataca-lo; mas, ao verem os habitos dos jesuitas, souberam os tamoyos que tinham deante de si os homens, cujas vidas eram innocentes, e que, amigos de Deus, eram os protectores dos indios.»

«Esta, posto que linguagem dos jesuitas, é aqui tambem a da verdade. Anchieta os arengou no seu proprio idioma; e apezar de todas as traições e perfidias que haviam soffrido, tanta era a confiança destes selvagens no caracter da Companhia, que muitos subiram a bordo, escutaram o que se lhes propunha, e levaram o navio a porto seguro».

«No dia seguinte vieram os caciques de dois aldeamentos a tratar com estes embaixadores; mandaram a S. Vicente doze mancebos como refens e levaram Nobrega e Anchieta para terra a um logar chamado *Iperoyg*, onde Coaquira velho cacique, os recebeu por

(1) Southey, I, pg. 402, 403. Vide Rev. Vol. II, pag. 541 e seg. O facto occorreu a dez e onze de Julho de 1562

(2) A gente da republica, diz Vasconcellos. Haviam de ser os camaristas, ou o capitão-mór.

hospedes. Alli edificaram uma egreja, conforme poderam, coberta de folhas de palmeira, e todos os dias diziam missa. Com estas cerimonias infundiram veneração nos selvagens, e com os mysterios que prégavam, excitavam-lhes admiração, e o respeito com a decencia e santidade da vida, e captivaram-lhes o amor manifestando a todos uma boa vontade, *despida de interesse, de que todo o seu proceder no Brazil foi sempre testemunho.*»

«E' mais do que provavel que fosse esta embaixada a salvação das colonias portuguezas. Disseram-lhes os hospedes que novo e mais tremendo ataque se preparava; que duzentas canôas estavam promptas para assolar a costa, e que quantos frecheiros povoavam as margens do Parahyba se haviam colligado, jurando não depôr as armas antes de se terem, destruida a capitania, tornado mais uma vez senhores do paiz. Ainda era possivel conjurar o perigo. Muitas das hordas confederadas ouviram com grande desprazer que se tinham recebido propostas de paz, e um cacique, por nome Aimbire, sahiu com dez canôas a quebrar o tratado. Dera elle uma filha a um francez, e além desta alliança com os inimigos dos portuguezes, tinha motivo ainda mais forte para odia-los; pois já uma vez lhes cahira nas mãos numa caçada de escravos; haviam-no posto a ferros, e arrastado para bordo, mas elle, acorrentado como estava, atirára-se á agua, e escapára a nado.»

«No dia immediato á sua chegada, houve uma conferencia, para resolver si se acceitaria ou não a paz offerecida. Aimbire exigiu como preliminar, que tres caciques, que, separando-se da confederação, haviam seguido a parcialidade dos portuguezes, fossem entregues para serem comidos. Os jesuitas responderam que era impossivel annuir a esta exigencia. Os caciques em questão eram membros da Egreja de Deus e amigos dos portuguezes; o primeiro dever, que os seus conterraneos guardavam, era manter illesa a fé promettida, e a firmeza com que o fariam

nesta conjunctura, devia ser aos olhos dos tamoyos uma prova da fidelidade dos novos alliados que iam ter; por quanto, si d'outra sorte procedessem, com fundamento se devia concluir que quem quebrava a fé aos amigos, a não guardaria aos inimigos. A resposta de Aimbire foi que, si os portuguezes não entregavam estes homens que lhe haviam morto e devorado tantos dos seus amigos, não haveria pazes, e como falava em nome de grande parte das hordas do Rio de Janeiro, parecia terminada a conferencia.»

«Mas, tomando-o pela mão, o velho Pindobussú (o *Grão Palmeira*), regulo da aldêa em que se reunira a assembléa, e usando da autoridade que lhe conferia a edade, impediu-o de commetter qualquer acto de violencia a que parecia inclinar-se. Nobrega julgou mais prudente procrastinar; concordou em que se levasse a exigencia ao conhecimento do governador de S. Vicente, e Aimbire quiz ir a apresenta-la em pessoa; era intenção sua, não conseguindo o seu fim immediato, promover uma disputa, e romper as negociações. Nobrega pela sua parte tinha necessiade de dar conta do que havia sabido, e o seu pedido ao governo foi que por nenhum respeito se annuisse a tão impia proposta fossem quaes fossem para elle e seu companheiro as consequencias da recusa.»

«Entretanto o filho do Grão Palmeira, Paranaguassú (o *Grão Mar*), que estava ausente á chegada dos jesuitas, ouvira o ascendente que estes lhe haviam ganho sobre o pae, e deu-se pressa em recolher-se á casa para mata-los, dizendo que estava velho o autor de seus dias, e por isso o pouparia. Viram Nobrega e Anchieta a canôa, que se approximava, nem tardaram a perceber que se lhes fazia pontaria; fugiram a bom fugir, enfiaram pela casa do Grão Palmeira, que infelizmente estava fóra, e alli de joelhos principiaram os officios da tarde do Santissimo Sacramento, sendo o dia seguinte festa do Corpo de Deus. A' efficacia destas orações, e á eloquencia de Anchieta attribuiram

a salvação; pois o selvagem redondamente lhes disse que viera a mata-los, mas que, vendo que casta de homens eram, desistira do intento».

«Estavam havia dois mezes em Iperoyg, quando o governo provincial de S. Vicente os mandou chamar para conferenciar com elles antes de se ajustarem pazes finaes com os tamoyos: mas, estes não julgaram prudente deixar ir ambos os refens, e concordou-se que ficaria Anchieta. A continencia destes padres, quando segundo o costume se lhes offereciam mulheres, muito maravilhára os seus hospedes, que perguntaram a Nobrega como era que parecia aborrecer o que todos os homens ardentemente desejavam. Tirou elle de sob o habito umas disciplinas, e, mostrando-as, disse que, atormentando a carne, a mantinha em sujeição.»

«Nobrega estava já velho e alquebrado de continuo trabalho; mas Anchieta, na flor da virilidade, vendo-se assim deixado só e sem um bordão a que arrimar-se, si lhe escorregasse o pé, fez voto á Virgem de compôr-lhe um poema sobre a vida della na esperança de manter a propria pureza, tendo o pensamento sempre fixo na mais pura das mulheres. Não era ligeiro commettimento cantar os canticos de Sião em terra extranha; papel não o tinha, faltavam-lhe pennas, tinta não a havia; assim passeando pela praia ia fazendo os seus versos, e escrevendo-os na areia, e dia por dia os entregava á memoria».

«A' sua chegada a S. Vicente achou Nobrega a fortaleza levada de assalto, o capitão morto, e toda a sua familia raptada pelos selvagens. Um dos jesuitas obteve dos naturaes (1) o nome de Abaré Bebé (o *Padre Voador*), pela rapidez com que corria de um logar a outro, quando o seu dever o chamava. Nobrega não merecia menos egual appellido. Não descançou emquanto não levou os deputados dos tamoyos a Itanhaem, e alli os reconciliou com os indigenas reduzidos; depois a Piratininga, onde da mesma sorte teve

(1) Foi ao padre Leonardo Nunes que deram esse appellido.

logar uma solemne reconciliação na egreja, estabelecendo a paz entre todas as differentes hordas d'aquelle circuito. Foi isto obra de tres mezes, durante os quaes não correu Anchieta poucos perigos entre os selvagens».

«Os indios, que tinham ido com Nobrega a S. Vicente voltaram de improviso, descontentes e temerosos; tinha-lhes dito um escravo, que se lhes machinava a morte, e dando inteiro credito á falsa noticia, haviam fugido; nesta crença os confirmava, diziam, o ter, um dos companheiros de Aimbire, sido assassinado por um tal Domingos Braga. Ouvido isto, concluiu a gente do Rio de Janeiro que o tratado estava quebrado, como desejava, e voltou ás suas proprias aldêas. Teriam levado Anchieta, si o Grão Palmeira o não protegesse. Outra partida só se absteve de mata-lo, pelo reputar conjurador, argumento que o Grão Palmeira fez valer com feliz resultado, reforçando-o com toda a sua autoridade, e uma ameaça de vingança.»

«Achava-se com elle um certo Antonio Dias que viera resgatar a mulher a os filhos; succedeu ser pedreiro, e a allegação que lhe salvou a vida, foi edificar elle as casas dos *pagés* christãos, e do seu Deus, que por isso o protegeria. Anchieta ganhára as affeições daquelles, com quem havia já tanto convivia, por quanto curava-lhes as doenças tanto com a lanceta, como com o não menos efficaz instrumento da fé. Seu nunca desmentido zelo pela salvação destas almas tambem não podia deixar de infundir respeito. Nascera uma criança disforme e a mãe immediatamente a enterrára. Anchieta correra a abrir o sepulchro e a aspergi-la antes que estivesse morta de todo».

«A' final tornou a apparecer esse mesmo tamoyo, que se dizia ter sido assassinado por Domingos; e a origem de um boato que em tão grave risco pozera o missionario, soube-se ter sido o haver o indio fugido para os bosques com medo do mestiço. Pouco depois ultimaram-se os termos da paz, e Anchieta deixou Iperoyg, apoz uma residencia de cinco mezes. O primeiro lazer dedicou-o ao cumprimento do seu voto, escrevendo o

poema que compozera na areia, e que em mais de cinco mil versos latinos abrange toda a historia da Virgem». Eis o principio desse poema:

En tibi quæ vovi, Mater Sanctissima, quondam
Carmina, cum sævo cingerer hoste latus;
Dum mea tamuyas præsentia temperat hostes,
Tractoque tranquillum pacis inermis opus.
Hic tua materno me gratia fovit amore;
Te corpus tutum mensque regente fuit.

«Não é, diz o protestante Southey, este poema destituido d'alguns fulgores de paixão e poesia, embora louve e implore a Virgem por todo o A, B. C.»

208) **Peste na Bahia.**—A sombra da protecção do governador tinham, no entretanto, progredido de um modo admiravel os aldêamentos dos jesuitas na Bahia.

Eram não menos de onze, alguns dos quaes contavam de cinco a seis mil neophytos com escolas, em cada um, frequentadas por trezentos e quatrocentos meninos. A não ser a falta de missionarios, maior seria o numero das aldêas, e o dos discipulos nas escolas; pois vinham os barbaros de logares mui distantes, ambicionando todos com enthusiasmo a honra de serem aldêados, e instruidos na religião christan. Eram, essas aldêas, grandes povoados, em que se reuniam os silvicolas de diversos sitios; habitavam nellas, por via de regra, dois padres, um irmão leigo, e um meirinho de raça indigena, o qual representava a autoridade civil. Na occasião de alguma festa administravam-se com muita solemnidade os sacramentos do baptismo e do matrimonio a 200, 300 e mais neophytos. Concorriam a estas solemnidades o bispo, o governador, o ouvidor, e grande numero de povo da capital. O bispo, D. Pedro Leitão, conferiu uma vez o baptismo na aldêa do Espirito Santo, hoje Abrantes, a 347 pessoas em um só dia, e outra vez na aldêa de S. Cruz, na ilha de Itaparica, a 530, celebrando no dia seguinte setenta matrimonios na lei de graça.

Tal era o estado florescente dessas missões quando veiu assola-las a praga da variola que durou dois annos, e fez numerosas victimas. Muito peior foi a peste que sobreveiu em 1563, tirando a vida a dois terços dos indios. Seguiu-se (64) uma corrupção geral da atmosphera, em que parecia haver um principio destruidor, tanto da vida animal como da vegetal. Causou esta corrupção segunda mortandade, uma fome tremenda, e a fuga de um grande numero de selvagens para o interior. Sete ou oito aldêamentos se extinguiram. Nem os males acabavam com os que morriam; porque os vivos das aldêas vizinhas á cidade, levados do aperto, chegavam a vender-se a si mesmos por alguma comida. Houve tal, diz o P. Simão de Vasconcellos, que entregou a sua liberdade por uma cuia de farinha; outros alugavam-se para servir toda a vida ou parte della; outros vendiam os proprios filhos que tinham gerado; outros, os que não geraram fingindo-os seus; e o peior é que sem intervir contracto algum, com titulos sómente suppostos, eram muitos senhoreados dos portuguezes, ficando destruidas aldêas numerosas que com suores de tantos annos tinham os padres recolhido, reduzindo os barbaros ao gremio da Egreja.

E' triste referir esta crueldade dos colonos, mas o facto é certo. Já vimos; e muitas vezes havemos de ver nesta historia como os portuguezes pretendiam ter direito as terras, ao trabalho, á liberdade e até á vida dos indios, unicamente pela razão de precisarem dellas. Mas, que comparação entre a necessidade dos colonos e a dos indigenas neste transe terrivel da fome? Elles, entretanto, diziam ao desditoso selvagem: *Ou dá a tua liberdade em troca de um punhado de farinha, ou morre sem piedade!* E estes eram christãos? Parece incrivel!

Nem, para comprehender a crueldade deste procedimento, é necessario recorrer ao sobrenatural; basta a simples luz da razão, porque, segundo a boa philosophia, na extrema necessidade tudo se torna commum, visto como o direito que o homem tem á vida,

é superior ao direito de que gosa o proprietario. E' por isto que até Francisco Solano Constancio escreveu (1) o seguinte: «Os colonos portuguezes, menos expostos que os indigenas, tiveram a barbaridade de se aproveitar da miseria dos infelizes indios, que a troco de algum mantimento, para salvar a vida, chegaram a vender seus proprios filhos, e até a si proprios se venderam como escravos aos desapiedados colonos! Em vão clamaram os jesuitas no pulpito contra tal procedimento, que, além de atroz, era em summo grau impolitico, e devia arraigar no coração dos indigenas rancoroso odio ao nome portuguez».

E' inutil dissimular, encobrir, tergiversar. E' melhor confessar francamente que este facto e outros da mesma especie constituem uma pagina negra e vergonhosa na historia da nossa patria, aliás tão gloriosa!

209) **Duvidas e difficuldades.**—Suscitando-se escrupulos a respeito destas compras, recorreu-se ao Tribunal da Mesa da Consciencia, da qual veiu a resolução seguinte:—«Que o pae podia em direito vender ao filho em caso de apertada necessidade; e que qualquer se podia vender a si mesmo para gosar do preço.» Infelizmente, porém, a questão era outra, a saber: si em caso de extrema necessidade como esta fosse ou não fosse licito comprar escravos deste modo.

«O governador, diz Southey, o bispo, o ouvidor geral, e Luiz da Gran, agora unico Provincial (Nobrega por sua edade e enfermidades tinha sido dispensado deste cargo), reuniram-se ao chegar esta resposta, e publicaram-na para tranquillizar esses conscienciosos traficantes de escravos..... Levantou-se, porém, outra difficuldade: muitos destes escravos não tinham sido vendidos, nem por elles, nem por seus paes, pelo que não era possivel comprehende-los na sentença; mas os donos tambem não queriam abrir mão delles. Deixa-los ir reunirem-se ás hordas não

(1) Hist. do Braz., I, pag. 152, edição de Pariz de 1839.

cathechizadas, pareceu perigoso, e um santo escrupulo se suscitou sobre a probabilidade de elles apostatarem, si os punham em liberdade. O resultado foi um compromisso entre a consciencia e a velhacaria: disse-se a estes escravos que eram effectivamente livres, mas que deviam, emquanto vivos, servir os seus possuidores, recebendo soldadas annuaes; e, si fugissem, seriam perseguidos, reconduzidos á cidade, castigados, e multados com a perda do salario de um anno; os senhores, por outro lado, não os haviam de vender, doar, trocar, nem levar para fóra do Brazil. Estas medidas nada aproveitaram aos opprimidos; os possuidores ajuntaram o perjurio aos outros crimes, e, quando registravam um escravo, faziam-no jurar o que lhes aprazia dictar».

«Passada a fome, voltaram muitos dos conversos aos aldêamentos dos jesuitas, e os que não poderam achar as mulheres, bem queriam tomar outras; mas, como não era facil de averiguar si as primeiras eram fallecidas, não se lhes permittiu tornarem a casar, sinão apoz consideravel lapso de tempo. Esta circumstancia os desgostou, pondo os missionarios em grande embaraço».

210) **Peste na capitania de S. Vicente** — Pelos fins de 1563 grassou uma terrivel doença tambem na capitania de S. Vicente. Era uma especie de variola de qualidade muito brava. Cobria-se o corpo inteiro de uma como lepra que sem demora atacava a garganta e a lingua. Em outros apodrecia o corpo, e cahia aos pedaços, lançando intoleravel cheiro, e creando gusanos. O que era atacado, morria em tres ou quatro dias. Curavam-na os jesuitas principalmente com sangrias e tambem cortando toda a carne, e depois lavando o corpo com agua quente. Como fossem numerosos os que com estas medicinas recuperavam a saude, todos recorriam aos jesuitas, nos quaes não só os indios, mas os portuguezes tinham medicos, boticarios e enfermeiros (1).

(1) Vide a carta do P. Anchieta de 8 de janeiro de 1565 nos Annaes da Bibl. Nac., Vol. II, pg. 120—123.

211) **Expulsão dos francezes do Rio de Janeiro, 1564—67.**—O facto de ter Men de Sá abandonado a ilha de Villegagnon, não foi approvado pela metropole, que, logo depois de receber a noticia do armisticio de Iperoyg, enviou ao Brazil Estacio de Sá, sobrinho do governador, com dois galeões, e com ordem ao tio de lhe prestar o melhor apoio que lhe fosse possivel. Forneceu de bom grado Men de Sá ao seu sobrinho todas as forças disponiveis, e lhe recommendou que tratasse de attrahir o inimigo ao mar alto; que em caso nenhum rompesse a paz com os tamoyos, e procurasse guiar-se pelos conselhos de Nobrega.

Chegando Estacio de Sá ao Rio em fevereiro de 1564, mandou recado a Nobrega que fosse quanto antes ter com elle; soube de um prisioneiro que os tamoyos tinham violado a paz, e que S. Vicente estava egualmente em guerra com os barbaros. Ensaiou algumas escaramuças; reconhecendo, porém, que não havia modo nem de aggredir com vantagem o inimigo, nem de attrahi-lo ao mar, fez-se de vela para S. Vicente. Obrigado por um temporal a regressar, achou com sua maravilha o P. Nobrega em Guanabara, aonde tinha no dia precedente entrado com o mesmo vento sul. Era o sabbado santo; celebraram no dia seguinte a Paschoa na ilha de Villegagnon, e, apoz madura reflexão, assentaram passar a S. Vicente em procura de reforços, embarcações apropriadas e provisões. Souberam em Santos que os tamoyos de Iperoyg se conservavam fieis; muitos delles tinham marchado em apoio dos portuguezes, e Cunhanbebe, que votava amizade especial a Anchieta, se postára com todo o seu povo na fronteira dos tupys em defeza dos amigos.

Os colonos, todavia, oppunham difficuldades, e o capitão-mór vacillava; Nobrega, porém, decidiu este, e ganhou aquelles, levando-os a Piratininga, animando-os com suas palavras e percorrendo todas as povoações. Alistaram-se mestiços e indios; apparelharam-se canôas; apromptaram-se petrechos e provisões. Em principios de 1565 já estava de verga alta a armada, composta de seis

naus, de varias embarcações miudas, e de nove canôas de indios e mamelucos, com os quaes Nobrega mandou Anchieta e outro jesuita. Fizeram-se de vela no dia 20 de janeiro (1), e chegando ao Rio em principios de março, desembarcaram perto do Pão de Assucar, onde começaram a fundação da nova cidade. Deram-lhe por armas um mólho de frechas e por padroeiro S. Sebastião. Isto em honra do joven rei, e tambem por devoção ao santo sob cuja protecção se haviam posto.

Este logar, que mais tarde se ficou chamando *Villa Velha*, corresponde, segundo alguns, á actual Praia Vermelha; outros, porém, opinam ser o terreno comprehendido entre o Pão de Assucar e o morro da fortaleza de S. João.

Mal haviam feito alguma roça e se tinham fortificado um pouco, quando repelliram com denodo um assalto dos tamoyos mettendo-os em fuga, e tirando-lhes numerosas canôas. Logo soffreram os tamoyos segunda derrota, continuando dahi por diante frouxamente de parte a parte as hostilidades. Havia já um anno que durava esta situação indecisa, quando Nobrega, indo ao campo, mandou Anchieta á Bahia para que lá recebesse as ordens sagradas, e informasse o governador de que nada se podia obter com forças tão diminutas. Era, por conseguinte, mister ou mandar reforços adequados, ou desistir da empreza.

Tendo neste interim chegado mais algumas tropas da metropole, fez Men de Sá quanto poude para levantar todos os soccorros possiveis, e á testa delles se apresentou em Guanabara no dia 19 de janeiro de 1567. Na vespera de S. Sebastião, diz Anchieta. Acompanhava-o D. Pedro Leitão, nosso segundo bispo, que em uma

(1) Esta é a data commum; Anchieta, porém, conta que alguns partiram no dia 17, outros no dia 22 Refere tambem Anchieta que, chegando ao Rio em principio de março, logo Estacio de Sá *fez casas de madeira e cêrca, onde se recolheu com parte da gente.* Pode-se, portanto, datar a fundação da cidade do Rio de Janeiro do principio de março de 1565. Vide Rev. III, pag. 248—258.

empreza tão arriscada, diz Rocha Pitta, quiz animar os soldados com a sua presença. Resolveram aggredir o inimigo logo no dia seguinte. Dirigiram o primeiro assalto contra *Uraçumirim*, forte dos francezes, situado junto á fóz do ribeiro da Carioca, que, segundo parece, corresponde ao fim da Praia do Flamengo, na rua do Cattete. Tomaram-no á escala vista. Nenhum dos tamoyos escapou. Dos francezes, dois pereceram na peleja; e cinco, sendo presos, morreram enforcados ou a fio de espada.

Avançaram sem demora os vencedores para a ilha, chamada pelos indios *Paranapecú (paraná*, mar; *apecú*, lingua de), e pelos nossos *Maracayá* ou do Gato, porque nella residia o chefe dos selvagens *Maracayás*, isto é, gatos bravos. Tiveram ahi de abrir em brecha fortificações muito solidas, conseguindo por fim, no mesmo dia vinte, uma victoria total.

«A cidade, diz Varnhagen, festejou por muito tempo esse triumpho, com oito dias de luminarias, e ainda hoje conserva um octavario religioso, dando-se durante os tres dias 17, 18 e 19 de janeiro uma salva ás oito horas da noite».

Um mez depois deste brilhante feito de armas, morreu Estacio de Sá das consequencias de uma frechada que levou na refrega, sendo enterrado no rancho que servia de capella na Villa Velha. Passados dez annos, transladaram seus ossos para uma egreja do actual Morro do Castello, onde lhe pozeram uma campa. Está hoje na egreja dos Capuchinhos.

Em logar de Estacio, nomeou Men de Sá capitão-mór da nova cidade a Salvador Corrêa de Sá, seu sobrinho, primo do precedente, concedendo-lhe de sesmaria metade da ilha de Maracayá, que por isto passou a denominar-se *Ilha do Governador*.

«Jamais guerra, diz Southey, em que tão pequenos esforços se fizessem, e tão poucas forças se empregassem de parte a parte, foi tão fertil de importantes consequencias.... Tivesse sido Men de Sá menos energico no cumprimento de seus deveres, ou Nobrega

menos incançavel, esta cidade, que é hoje a capital do Brazil, seria franceza agora».

Os francezes, que escaparam, fizeram-se de vela para Pernambuco com os quatro navios que tinham no porto, e tentaram estabelecer-se no Recife, donde os rechassou o commandante de Olinda. Um delles, ao retirar-se, talhou em uma rocha estas palavras: —*Le monde va de pis en pis* (1): vão as cousas de mal a peior.

212) **Fundação da nova cidade, 1567.**— Logo depois da victoria final, tratou o governador de transferir a nova cidade para o Morro de S. Januario, hoje do Castello, tomando o alcaide-mór posse com todas as formalidades do estylo. «Principiou tambem a fortificar os dois lados da barra. Todas estas obras foram feitas pelos indios, debaixo da direcção dos jesuitas, sem que o Estado despendesse um real. No meio da cidade se assignou, á Companhia, terreno para um collegio, dotado em nome do rei com bens sufficientes para sustentação de cincoenta irmãos, dotação que bem haviam merecido, e que no anno seguinte foi confirmada em Lisboa».

Tal é a linguagem do protestante Southey; porém o Sr. Varnhagen, que desfigura de um modo prodigioso toda esta historia da expulsão dos francezes, queixa-se a cada momento que aos jesuitas se dava de mais, que adquiriam excessiva influencia, etc.. Si os jesuitas ganhavam influencia, testifica a historia que, á custa de immensos sacrificios, a empregavam toda em beneficio do paiz. Além disto, era tão pouco o que recebiam do governo, que, admittindo as informações dadas pelo illustre Visconde, apenas bastava para viver com muita economia e pobreza.

213) **S. Lourenço e Cabo Frio.**—O famoso temininó Araribóya, que havia combattido duas vezes contra os tamoyos e os francezes do Rio de Janeiro, veiu agora com todo o seu povo estabelecer-se na bahia

(1) Rocha Pitta, II, 63.

de Guanabara, fixando a sua residencia ou aldêa na actual freguezia de S. Lourenço em Nitheroy. Como, porém, os tamoyos nutrissem contra elle odio mortal, pediram o apoio de quatro navios francezes que appareceram neste tempo em Cabo Frio, e talvez fossem os mesmos que tinham pouco antes sahido do Recife. Entraram estes a barra sem opposição, visto como os fortes estavam ainda por acabar, e desguarnecidos de artilharia. Dirigiram-se sem demora para S. Lourenço, donde os repelliu bravamente Ararigboya (Martim Affonso) mediante um pequeno soccorro enviado durante a noite por Salvador Corrêa. Como Men de Sá tivesse já voltado para a Bahia, mandou Salvador Corrêa, nestas arriscadas conjuncturas, pedir auxilio a S. Vicente, e logo que esse chegou, deu caça aos francezes até Cabo Frio.

Os quatro navios tinham ido; acharam, porém, uma embarcação franceza de duzentas toneladas, bem tripulada, cheia de mercadorias, e guarnecida de boa artilharia. Atacaram-na, mas o capitão francez, vestido de completa armadura, e uma espada em cada mão, repellia com valor a todos os assaltantes. Acommetteram os nossos a subida tres vezes, sendo outras tantas rechassados. Trez vezes cahiu Salvador Corrêa ao mar, e trez vezes foi salvo pelos indios. Ao ver que todas as frechas resvalavam, perguntou um selvagem encolerizado si não havia logar a que dirigir a mira. *Á viseira*, foi a resposta, e a frecha seguinte atravessou um dos olhos ao francez, que immediatamente cahiu morto. Levou Salvador Corrêa a nau ao Rio como em triumpho, remettendo-a depois a seu tio com a relação do caso: concedeu o saco aos soldados, e applicou as bocas de fogo para a defeza da cidade. «Vêem-se hoje, diz o P. Simão de Vasconcellos, algumas das peças na fortaleza de S. Cruz na barra».

Sendo o rei D. Sebastião informado destas façanhas de Martim Affonso Ararigboya, mandou-lhe alguns presentes, entre os quaes se notava um vestuario de seu proprio uso.

A Salvador Corrêa, passados cinco annos, succedeu Christovam de Barros, filho de Antonio Cardoso de Barros, victima dos barbaros juntamente com o bispo, D. Pedro Sardinha. Chegára commandando a armada que ajudou a rechassar os francezes do Rio de Janeiro, e, tendo voltado á côrte, recebeu a 31 de outubro de 1571 a patente de capitão e governador da cidade que ia surgindo na bahia de Guanabara. Construiu as muralhas e diversas torres da nova cidade, que, sendo todas de taipa, cahiram com o tempo.

214) **João Bolés.**—É força pararmos algum tanto neste ponto para manifestar, com toda a modestia, a nossa opinião a respeito de um facto, que, pequeno em si mesmo, vae tomando avultadas proporções sob a penna de autores que convertem a historia em tribuna de declamação pedantesca. Falamos de João Bolés, que, segundo o P. Simão de Vasconcellos, fugindo da ilha de Villegagnon, apresentou-se em S. Vicente, e, remettido preso para a Bahia, foi enforcado por Men de Sá em 1567 no Rio de Janeiro.

Sabe-se como Southey e Constancio na historia do Brazil, Lisboa no seu jornal de Timon, e outros, alterando e interpolando o texto de Vasconcellos, unico que elles citam, declamam contra essa execução, accusando o governador de cruel, os jesuitas de intolerantes, e o Ven. P. Anchieta pouco menos que de algoz. Neste mesmo anno de 1894 um jornal protestante de S. Paulo não se pejou de escrever que o P. Anchieta foi não só moral, mas physicamente o autor daquella morte. Todos os escriptores graves mostram tal veneração ao P. Anchieta, que certamente ninguem nos accusará de exaggerados, si affirmarmos que elle era incapaz de mentir. Perguntemos, portanto, a elle mesmo qual foi a historia de João Bolés, visto que a referiu na bem conhecida carta de 1584.

215) **Historia de João Bolés.** — Falando dos francezes do Rio de Janeiro, e da torre que fizera

Villegagnon, accrescenta o P. Anchieta o seguinte:— «Um dos moradores desta torre era um *Joannes de Bolés*, homem douto nas letras latinas, gregas, hebraicas, e mui lido na Escriptura Sagrada, mas grande herege. Este, com medo de Villegagnon, que pretendia castigá-lo por sua heresia, fugiu com alguns outros para S. Vicente nas canôas dos tamoyos que iam lá á guerra, com titulo de os ajudarem, e, chegando á fortaleza da Bertioga, se metteu nella com os seus, e se ficou em S. Vicente. Alli começou logo a vomitar a peçonha de suas heresias, ao qual resistiu o P. Luiz da Gran e o fez mandar preso á Bahia, e *dahi foi mandado pelo bispo, D. Pedro Leitão, a Portugal e de Portugal, á India, e nunca mais appareceu*».

Dirão que o P. Luiz da Gran foi intolerante? Não ha duvidar que o foi, como o devia ser sob pena de faltar gravemente com suas obrigações; como o é o bom pastor quando o lobo vae devorar as ovelhas, como o foi S. Pedro com Simão Magico, S. Paulo com o incestuoso de Corintho.

216) **Qual era o verdadeiro nome deste francez?** — Por um lado é certo que este Sr. Bolés pertencia á sociedade de Villegagnon. Todos o affirmam. Por outro lado, entre os nomes que registra por João de Lery, elle não se acha. Si Lery não referisse positivamente que Villegagnon atirou ao mar João do Bordel, seriamos com bastante razão tentados a identifica-lo com elle, logro em que cahiu o Sr. Conego F. P., o qual com este e com diversos outros enganos desta especie mostra que nunca viu a obra de Lery em si mesma, embora faça pompa de cita-la muitas vezes.

Temos, comtudo, no trabalho de Lery quanto basta para decifrar o enigma. Refere elle que veiu no seu navio um fidalgo a quem ora chamavam de *Sr. Heitor*, ora tratavam de doutor da Sorbona, e que logo depois se descobriu ser, *João Cointa*, o seu verdadeiro nome, homem entendido em materias theologicas, e conhecedor das linguas latina, grega e hebraica. Falava tambem

com perfeição o hespanhol, lingua de que se serviu para demandar a colonia portugueza. Este sr. João Cointa, Cointha ou Cointá, como escrevem os diversos autores, representou no Forte Coligny um papel preponderante envolvendo-se nas questões theologicas ahi suscitadas, já inclinando-se á orthodoxia, já sentindo com Villegagnon, já acceitando os dogmas de Calvino.

Casa-se pouco depois, e dentro em breve se arrepende do casamento abandonando a sua consorte. Quando Villegagnon expulsou os ministros protestantes, João Cointa os seguiu para o continente, mas não para a Europa. Porque, pois, esse João Cointa não poderia ser identificado com João Bolés que em 1559 apparece em S. Vicente prégando a heresia? Não poderia o seu nome ser *João Cointa de Bolés*, e ter elle em S. Vicente occultado parte do seu nome, como na frota de Bois Le Comte o encobrira todo inteiro assumindo o de Heitor? Assenta em ambos a qualificação de erudito, voluvel, e inclinado a disputar sobre opiniões mal seguras e ousadas.

Dado que esta identificação seja real, explica-se como é que o nome de Bolés nunca se acha na lista dos companheiros do caudilho francez. Tudo, pois, parece conspirar em favor da identificação de *João Cointa com João Bolés*. Ainda, porém, não démos a chave do enigma: — «foi um livrinho da Bibliotheca Nacional que nol-a ministrou, e um livrinho não só muito alheio a estas materias, como bem insignificante na apparencia. É o caso que figura nas nossas estantes a seguinte curiosidade bibliographica».

|| Paradoxo || ou sentença, philosophica: contra opinião do vulgo. Que a natureza || não faz o homê senão || a industria ||. Derigido ao mui alto e invictissimo || Rey de Portugal dom Sebastião || Primeyro deste nome ||. *Por I. cointha senhor de Boulez* || *Fidalgo francez* || .... || *Agora novamente feyto e impresso nesta cidade* || *de Lisboa em casa de Marcos* ||, *borges empressor del Rey noso senhor* || *Ao primeyro de Janeyro de 1566. Vêdêse*

na êpressão detras de nossa senhora da Palma» ||. *In 4.º, de 32 fls. innun.*

Fica, pois, por este livrinho demonstrado «que houve no seculo XVI um francez João Cointha, senhor de Boulez, homem de erudição, conhecedor da antiguidade grega e latina, e autor de uma disertação curiosa (ainda que notavelmente pedantesca), da qual não sabemos quem publicou uma versão portugueza no anno de 1566».

«Ora, a união d'estes nomes *Cointha e Boulez* n'um mesmo individuo, a epocha em que viveu, o facto singularissimo de se não encontrarem nem vestigios da sua producção litteraria nos bibliographos francezes, que de balde revolvemos;—todas estas circumstancias reunidas ás que primeiro se expuzeram não estão a impellir-nos á conclusão de que: *esse homem viveu longe da França, e não é outro sinão o nosso mesmo João Cointha do tempo do Villegagnon, João Boulez de 1559 a 1567?*. . . Cointha, enviado ao cardeal D. Henrique, alli abjurou — muito provavelmente os seus erros, —pois que era useiro e vezeiro em cousas desta ordem. Similhante expediente trouxe-lhe o perdão ou pelo menos a commutação da pena; d'ahi as bajulações ao principe D. Sebastião, e a composição do *Paradoxo, ou sentença philosophica*, que por estar no gosto do tempo se-traduziu e imprimiu em 1566, sob o verdadeiro nome do seu autor: *João Cointa, senhor de Boulez, fidalgo francez*» (1).

217) **O facto do Rio de Janeiro.**— Do que acabamos de ver, e particularmente do que nos relatou o proprio P. Anchieta, é facil inferir que o facto do Rio de Janeiro contado pelo P. Simão de Vasconcellos, C. C. III, 116, não é real, ou, pelo menos, ahi não se trata de João Bolés, nem de um herege. Comtudo, para que não digam que tergiversamos afim de evitarmos a difficuldade, acceitemos este facto tal qual o refere

(1) Assim fala B. J. Ramiz Galvão no vol. XLVII, parte II, pag 40, da Rev.

o dito autor, e vejamos si nelle se depara com alguma circumstancia pouco airosa para o Apostolo do Brazil.

O P. Vasconcellos, depois de relatar que João Bolés foi da Bahia levado ao Rio de Janeiro para ahi ser enforcado, e de ser convertido pelo P. José de Anchieta, accrescenta o seguinte. «Porém aconteceu aqui um caso digno de ser sabido: porque o algoz, quando foi á execução do castigo, como era pouco dextro no officio, detinha o penitente no tormento demasiadamente, com agonia e impaciencia conhecida. Joseph, que via este erro tão grande, e receava que por impaciencia se perdesse a alma de um homem, por natural colerico, e tão pouco havia convertido; entrou em zelo, reprehendeu o algoz, e instruiu-o de como havia de fazer seu officio, com a brevidade desejada: acto de fina caridade. Sabia muito bem Joseph a pena das leis ecclesiasticas, que suspendem de seu officio a todo aquelle que, sendo sacerdote, accelera a execução da morte, em qualquer occasião que seja, inda que pia: porém preponderava com elle mais a caridade que devia ao proximo; e respondeu aos que lhe perguntaram a causa de tal resolução, desta maneira.—«Porque o damno de minha suspenção não é offensa de Deus, e tem remedio com a absolvição da Egreja: porém o damno daquella alma, si alli se perdera por impaciencia, era peccaminoso, e não podia remediar-se: e pela salvação de uma alma vivera eu suspenso toda a minha vida».

Ouçamos agora o que observa o senador Candido Mendes a este respeito (1).—«O que praticou Anchieta por caridade, e visando tambem a salvação da alma do penitente, é condemnado severamente por uma critica brutal e injusta..... Anchieta é uma gloria da Companhia de Jesus, e portanto convem a certa critica marear por qualquer fórma essa veneranda reputação que tanto illumina sua individualidade, carregando-se as côres por um facto que outros, em frente de tão

(1) Rev. Vol. XLII, parte II, pag. 141.

repugnante e horrivel espectaculo, praticariam por simples humanidade. A historia dos supplicios apresenta, de factos taes, exemplos não raros. Entretanto essa critica não hesitaria em elevar até ás nuvens, como bemfeitor da humanidade, o Dr. Guillotin, o maior dos auxiliares do carrasco, com o presente que fez á França revolucionaria, de sua famosa descoberta, que eternizou sua memoria».

Podemos, portanto, concluir que o facto do Rio de Janeiro não é real, e quando o fosse, elle não contem cousa alguma desairosa para o Padre Anchieta; revela, pelo contrario, mais um beneficio prestado á humanidade, e um acto de fina caridade exercido por esse jesuita ao qual tanto deve o Brazil.

218) **Carta Regia.**—Consignamos aqui outra carta regia, que, no ver de Varnhagen, Men de Sá recebeu antes de ir segunda vez ao Rio de Janeiro. É a seguinte. «Men de Sá. — Amigo. — Eu El-Rei vos envio muito saudar. Porque o principal e primeiro intento em todas as partes da minha conquista é o augmento e conservação da nossa Santa Fé Catholica e conversão dos gentios dellas, vos encommendo muito que deste negocio tenhaes nessas partes mui grande e especial cuidado, como de cousa a vós principalmente encommendada; porque com assim ser, e em taes obras se ter este intento, se justifica o temporal que Nosso Senhor muitas vezes nega, quando ha descuido no espiritual.»

«Eu sou informado que geralmente nessas partes se fazem captiveiros injustos, e correm os resgates com titulo de extrema necessidade, fazendo-se, os vendedores, paes dos que vendem, que são as causas com que as taes vendas podiam ser licitas, conforme ao assento que se tomou. Não havendo as mais das vezes as ditas causas, antes pelo contrario, intercedendo força, manhas, enganos, com que os induzem facilmente a se venderem, por ser gente barbara e ignorante, e por este negocio, dos resgates e captiveiros injustos, ser

de tanta importancia, e ao que convem prover com brevidade, vos encommendo muito que, com o bispo, e o P. Provincial da Companhia, e com o P. Ignacio de Azevedo, e Manuel da Nobrega, e o ouvidor geral que lá está, e o que agora vae, consulteis e pratiqueis este caso, e o modo que se póde e deve ter para se atalhar aos taes resgates e captiveiros, e me escrevaes miudamente como correm, e as desordens que nelles ha, e o remedio que póde haver para se atalhar e os taes *injustos captiveiros se evitarem;* de maneira que haja gente com que se grangeem as fazendas, e se cultive a terra, para com a dita informação se tomar determinação ao dito caso, e ordenar o modo que nisto se deve ter, que será como parecer mais serviço de Nosso Senhor e meu. E emquanto não fôr recado meu, que será com ajuda de Nosso Senhor brevemente, se fará acerca disso o que por todos fôr assentado.»

«Muito vos encommendo que aos novamente convertidos favoreçaes e conserveis em seus bons propositos, e não consintaes *serem-lhes feitas vexações nem desaguisados alguns, nem lançados das terras que possuirem;* para que com isto se animem a receber o sacramento do baptismo, e se veja que se pretende mais sua salvação que sua fazenda; antes aos que as não tiverem queiraes, e ordeneis como se lhes dêem de que commodamente possam viver; e sendo possivel, dareis ordem como alguns portuguezes de boa vida e exemplo vivam nas aldêas entre os que se convertem, ainda que seja com lhes fazerdes algumas vantagens».

219) **Resolução provisoria.** — A consequencia desta carta foi reunirem-se o governador, o bispo, o ouvidor Braz Fragoso, e alguns padres da Companhia, que redigiram os artigos seguintes, assignados pelo governador, bispo e ouvidor geral.—1) Si algum indio se acoutar ás missões dos jesuitas, só sahirá por ordem expressa do governador, ou ouvidor, quando o reclamante prove a legitimidade da posse e da servidão.

— 2) O ouvidor irá, cada quatro mezes, de correição pelas missões e aldêas, ouvir as partes e administrar justiça. — 3) Nomeie-se um curador aos indios (1), e se imponham penas a quem casar indias com escravos. — 4) Os resgates com os indios não serão validos, si não tiverem o consentimento das autoridades.—5) Dos indios que vivem nas aldêas, os jesuitas entregarão aquelles que confessarem sua qualidade de captivos, bem como aquelles que quizerem, livres, servir este ou aquelle colono.—6) O morador que á força tomar algum indio proprio, acoutado nas missões, perderá, por este simples facto, todos os direitos que antes tinha sobre elle, passando o indio a ficar aggregado á Companhia.

Rogamos o cortez leitor queira observar que, tanto o rei como o governador, só condemnavam o captiveiro injusto, o latrocinio, a crueldade. Parece, pois, que estes artigos eram bem razoaveis no sentido de favorecerem os colonos, e neste sentido não ha motivo, salvo si quizermos renunciar á toda a justiça, para censura-los, conforme faz o Visconde de Porto Seguro, o qual se queixa das restricções que deste modo se impunham aos caçadores de entes humanos.

220) **Carta de Lei.**—O resultado das informações que na carta precedente o rei pediu, e Men de Sá ha de ter sem duvida mandado, foi a carta seguinte:

«D. Sebastião, etc. Faço saber aos que esta lei virem que sendo eu informado dos modos illicitos que se têem nas partes do Brazil em captivar os gentios das ditas partes, e dos grandes inconvenientes que disso nascem, assim para as consciencias das pessoas que os captivam pelos ditos modos, como pelo que toca a meu serviço e bem e conservação do Estado das ditas partes, e parecendo-me que convinha muito ao serviço de Nosso Senhor prover nisso em maneira que

(1) Escolheram para este officio Diogo Zorilha, alcaide do mar da Bahia. A Côrte o approvou a 25 de fevereiro de 1576.

se atalhasse aos ditos inconvenientes, mandei ver o caso na Mesa da Consciencia, pelos Deputados do despacho della, e por outros lettrados; e conformando-me nisso com sua determinação e parecer: — Defendo e mando que daqui em diante se não use nas ditas partes do Brazil dos modos que se até ora usou em fazer captivos os ditos gentios, nem se possam captivar por modo nem maneira alguma, salvo aquelles que forem tomados em guerra justa que os portuguezes fizerem aos ditos gentios, com autoridade e licença minha, ou do meu governador das ditas partes, ou aquelles que costumam saltear os portuguezes, ou a outros gentios para os comerem; assim como são os que se chamam aymorés e outros semelhantes. E as pessoas que pelas ditas maneiras licitas captivarem os ditos gentios, serão obrigados, dentro dos dois mezes primeiros seguintes, que se começarão do tempo em que os captivarem, fazerem escrever os taes gentios captivos nos livros das provedorias das ditas partes, para se poder ver e saber quaes são os que licitamente foram captivos. E não o cumprindo assim no dito tempo de dois mezes: Hei por bem que percam a acção dos ditos captivos e senhorio. E que por esse mesmo feito sejam forros e livres. E os gentios que por qualquer outro modo e maneira forem captivos nas ditas partes declaro por livres, e que as pessoas que os captivarem não tenham nelles direito nem senhorio algum».

Ergueram os colonos taes clamores contra esta lei, que se julgou necessario modifica-la, conforme em outro logar havemos de ver. A unica razão de a reformar foi o desejo de contentar os colonos. Não reflectiu a metropole que era impossivel parar no caminho escorregadio das concessões em que já desde tanto tempo tinha entrado. Era, pois, inutil fazer leis moderadoras, e tomar meias medidas, porque tudo póde a *sacra auri fames* quando o governo não se mostra assaz forte para proteger a justiça e castigar o crime. Quanto a nós, julgamos que, em vista de tantos abusos, mais avisado teria sido prohibir de uma vez toda e qualquer

especie de captiveiro, dizendo aos colonos que, si quizessem enriquecer, trabalhassem.

221) **Morte de Men de Sá, 2 de março de 1572.**—Desde 1560 pedira Men de Sá licença para voltar a Lisboa allegando por motivo o ser elle velho, o gastar muito mais do que ganhava, e bem assim o ter em Portugal filhos que andavam desagasalhados, e uma filha que haviam deitado fóra do mosteiro de S. Catharina de Evora. Passados annos insistiu de novo para obter a sua demissão escrevendo sobre este assumpto ao Secretario de Estado Pero d'Alcaçova Carneiro, a seguinte memoravel carta:—

«Senhor.—Todas as vezes que poder hei de alembrar a V. Mercê o perigo em que todas estas capitanias estão pela sua má ordem e pouca justiça, porque trabalhe, por serviço de Deus, com Suas Altezas que as provejam de algumas cousas que na sua carta aponto. Eu sou um homem só, e quanto tenho feito, em todo o tempo que ha que estou no Brazil, desfaz um filho da terra em uma hora.—S. A. da as capitanias e os officios a quem lhos pede, sem exame si os merecem. E cá não ha official que preste, nem capitão que defenda uma ovelha, quanto mais capitanias, de tanto gentio e degradados. Tomo a Deus por testemunha, e a V. Mercê lhe lembro, que faço mais do que posso.—A mercê que lhe peço é que me haja licença de Suas Altezas para me poder ir, que não parece justo que, por servir bem, a paga seja terem-me degradado em terra de que tão pouco fundamento se faz».

Concedeu-lhe a Côrte um successor a 6 de fevereiro de 1570, mas este, infelizmente, não chegou ao seu destino, e Men de Sá falleceu piamente na Bahia a dois de março de 1572, com quatorze para quinze annos de governo. Foi enterrado na egreja do collegio dos jesuitas. Não consta, diz Varnhagen, que deixasse testamento; porém Fr. Vicente affirma que o fez instituindo universal herdeira da sua fazenda, a sua filha condessa de Linhares.

Conjectura Varnhagen terem os jesuitas concorrido a deter por tão longo tempo Men de Sá no governo. E' uma simples conjectura, mas é provavel; pois, desejando os jesuitas ardentemente o bem do paiz ao qual tinham consagrado a sua vida, nada mais natural do que anhelar por conservar um governador que tanto o promovia.

222) **Juizo a respeito da administração de Men de Sá.** «O governo de Men de Sá, diz Varnhagen, é um dos que a historia deve considerar como dos mais proficuos para o Brazil, o qual se póde dizer ter sido por elle salvo,—principalmente das invasões francezas, e das dos indios. . . . Póde-se dizer que aos seus esforços deveu o Brazil o começar a viver independente de soccorro. . . . . Sua politica para com os colonos foi em geral tolerante. A' propria Rainha D. Catharina escrevia elle: «Esta terra não se pode nem deve regular pelas leis e estylos do Reino. Si V. A. não fôr muito facil em perdoar, não terá gente no Brazil; e porque o ganhei de novo, desejo que se elle conserve».

223) **Morte do Bispo.**—Emquanto o Brazil chorava a morte do seu terceiro governador, soffreu a perda do seu segundo bispo, D. Pedro Leitão. Veiu, segundo o P. Simão de Vasconcellos e o P. Anchieta, em 1559 (9 de dez.); trabalhou com affinco para a conversão dos indios, e a reforma dos colonos; acompanhou Men de Sá na expedição contra os francezes; visitou S. Vicente e Pernambuco, e revestiu o parocho do Rio de Janeiro com as attribuições (1569) de ouvidor ecclesiastico, constituindo-o no mesmo tempo seu delegado nos artigos do S. Officio; pois o Bispo era no Brazil commissario do tribunal do S. Officio de Lisboa. O primeiro que teve estas attribuições, e o primeiro tambem a exercer as funcções de parocho no Rio de Janeiro foi o P. Matheus Nunes (1). Convocou egualmente D.

(1) Pizarro, liv. II, cap. I, pag. 38.

Pedro Leitão na Cidade do Salvador o primeiro synodo do Brazil «em que não se acharam sinão os seus clerigos, nenhum dos quaes era lettrado. Algumas constituições se fizeram, posto que em todo o Brazil sempre se guardaram as de Lisboa, ordenando alguns dias santos de novo. Morreu na Bahia no anno de 1573. Deixou sua livraria ao collegio da Companhia de que foi muito devoto e amigo (1)».

224) **Morte do P. Nobrega, 18 de out. de 1570.**—Cabe-nos aqui registrar outra gravissima perda que o Brazil fizera desde 1570. Falamos da morte do P. Manuel da Nobrega, primeiro reitor do collegio do Rio de Janeiro. Deixemos a palavra ao protestante Southey: «Morreu (o P. Nobrega) . . aos cincoenta e tres annos de sua vida, gasto de trabalhos e fadigas incessantes. Quiz a sua boa estrella colloca-lo num paiz, onde *só os bons principios da sua ordem podiam ser postos em acção.* Não ha ninguem a cujos talentos deva o Brazil tantos e tão permanentes serviços, e devemos olha-lo como o fundador desse systema, tão efficazmente seguido pelos jesuitas no Paraguay; systema o mais fecundo em bons resultados, *que é compativel com a fraude pia.* Na vespera da sua morte sahiu Nobrega a despedir-se dos seus amigos, como si partisse para uma jornada; perguntavam-lhe para onde ia, e respondia: Para casa. . . . para a minha patria. Não houve vida mais utilmente empregada; *nem os erros da sua crença tornavam menos certa a esperança triumphal com que terminou*».

As palavras que damos em grypho, mostram que o autor é protestante com seus prejuizos a respeito da Companhia de Jesus e de nossa religião, e, por conseguinte, livre de toda a suspeita.

---

(1) Anchieta, Carta de 1584.

V

Successores de Men de Sá. 1572—1581

225) **D. Luiz Fernandes de Vasconcellos.**— Attendendo a metropole ás repetidas instancias de Men de Sá, nomeou-lhe a 6 de fev. de 1570 um successor na pessoa de D. Luiz de Vasconcellos, que sahiu do Tejo com seis naus e uma caravela. Embarcou juntamente com elle o P. Ignacio de Azevedo (1), que já estivera no Brazil como visitador; e voltára á Europa em procura de outros operarios. Agora vinha de novo com bom numero de missionarios recrutados na Hespanha e em Portugal.

Chegando á Ilha da Madeira, resolveu o governador esperar alli a monção afim de evitar as morosas e doentias calmas de Guiné. Quiz, no entretanto, a nau Santiago, metade da qual o P. Azevedo fretára para si e seus companheiros, ir á Ilha Palma deixar algumas mercadorias, e tomar outras para o Brazil. Era perigoso separar-se do resto da frota, visto como diversos corsarios e piratas huguenotes andavam infestando o mar. Foi de facto a Santiago aggredida e capturada por uma esquadra da Rochella, commandada pelo calvinista Jaques Soria, natural do condado d'Eu, na Normandia. Quarenta jesuitas juntamente com o P. Azevedo receberam nesse dia a palma do martyrio

(1) Nomeado por S. Francisco Borja em 1565, recebeu o P. Ignacio seus poderes a 24 de fevereiro de 1566, e chegou á Bahia a 24 de agosto desse mesmo anno. Tendo visitado as diversas casas da Companhia no Brazil, partiu (4 de agosto de 68) afim de informar o geral. S. Pio V concedeu indulgencia plenaria a quantos o acompanhassem; deu-lhe diversas reliquias preciosas, e permittiu-lhe tirar uma copia da imagem de Nossa Senhora, pintada, segundo a tradição, por S. Lucas, graça esta de que ainda não havia exemplo. O geral autorizou-o a levar de Portugal os missionarios que a provincia podesse dispensar, e de cada uma das outras por onde passasse, tres voluntarios. Fez-se de vela com 64 da Companhia sem metter na conta alguns outros que acceitou para irem á prova servindo na viagem, e serem recebidos no Brazil.

(15 de julho de 1570). Os portuguezes que depois recuperaram a liberdade, e um irmão coadjutor a quem pouparam a vida por ser bom cozinheiro, contaram as particularidades dessa horrivel carnificina, prova cabal de como os protestantes entendem a tolerancia religiosa.

Informado Vasconcellos do occorrido, largou as velas ao vento logo que viu o tempo opportuno; conseguiu avistar o Cabo de S. Agostinho, mas não logrou dobra-lo, nem aferrar a terra. Os ventos e as correntes o arrastaram até á Nova Hespanha, arribando, depois de infinitos desastres, nos Açores. Tentou ainda uma vez a fortuna, mas foi, pouco áquem da Madeira, acommettido por uma esquadrilha anglo-franceza, á cuja testa se achava João Capdeville, huguenote e pirata como Jaques Soria. Defenderam-se bravamente os portuguezes; cahindo, porém, o governador na peleja, os navios foram rendidos, e mortos os quatorze jesuitas que tinham sobrevivido a todas as difficuldades. Dos sessenta e tantos missionarios com que Azevedo partira de Lisboa, chegou ao Brazil um só, que ficára em um dos portos visitados pela armada.

226) **Divisão do Brazil em dois governos, 10 de dezembro de 1572.** — Considerando D. Sebastião ser o Brazil immensamente extenso, e estar já nesta epoca assaz povoado, bem como a necessidade de protege-lo contra os estrangeiros, e de se promover activamente a conversão dos indigenas, resolveu dividi-lo em dois governos: o do sul e o do norte. Este, tendo a Bahia por capital, alongava-se para o sul até Porto Seguro exclusivamente; aquelle, cuja capital se fixou no Rio de Janeiro, abrangia todas as outras capitanias meridionaes. Confiou-se o governo do norte ao conselheiro Luiz de Brito de Almeida; o do sul, ao Dr. Antonio Salema, outrora professor em Coimbra e actualmente ouvidor em Pernambuco. A carta regia que nomeia Luiz de Brito, assigna os motivos desta divisão e lhe marca os limites, leva a data de dez de dezembro de 1572.

Antes de tomar posse do seu governo teve Salema na Bahia uma conferencia com Luiz de Brito, Fernão da Silva (o novo ouvidor) e alguns jesuitas. Trataram da liberdade dos indios e de uma carta regia, em que se liam estas palavras: «No que toca o resgate dos escravos, se deve ter tal moderação, que não se impida de todo o dito resgate, pela necessidade que as fazendas delles têem, nem se permittam resgate manifestamente injusto, e a devassidão que até agora nisso houve».

Depois de ponderar tudo com a maior diligencia, convieram, a 6 de janeiro de 1574, nos artigos seguintes: —1) É vedado o resgate de gente entre indios mansos. —2) Exceptuam-se os que depois de aldeados se retirassem, e andassem ausentes por mais de um anno. —3) Serão captivos só os aprisionados em *guerra justa*, e os que, sendo captivos de outro gentio, preferem o captiveiro dos nossos, comtanto que tenham mais de 21 annos de edade. —4) São illicitos os resgates feitos sem licença dos governadores ou dos capitães. —5) Os que trazem indios de resgate devem apresentar-se immediatamente na respectiva alfandega para registra-los. —6) Si estes indios registrados fugirem, serão a todo o sempre entregues a seus primeiros donos. —7) Os indios resgatados não registrados, são forros. —8) *Guerra justa* é a que fazem os governadores de conformidade com o seu regimento, ou as que occasionalmente se vêem obrigados a fazer os capitães com voto dos officiaes da Camara e outras pessoas de experiencia, dos padres da Companhia, do Vigario da terra, e do provedor da Fazenda. Lavrar-se-a auto da resolução. —9) Serão forros os indios que os capitães tomarem sem esta ultima clausula, e serão punidos todos os infractores destes artigos. Sendo peões, serão açoutados publicamente com baraço e pregão, e pagarão a multa de quarenta cruzados. Si forem de maior qualidade, além da dita pena em dinheiro, serão degradados por dois annos. Isto afóra as outras penas em que podessem incorrer, segundo as ordenações, leis e regimentos do Reino.

227) **O Dr. Salema** — depois de assignar estes artigos, seguiu para o Rio de Janeiro. O seu governo distinguiu-se pela expulsão definitiva dos francezes, que apoiados pelos tamoyos, seus alliados sempre fieis, ainda traficavam no Cabo Frio. Marchou Salema contra elles á testa de 400 portuguezes e de 700 indios. Defendiam-se com denodo os barbaros, e a victoria parecia duvidosa, quando o governador separou delles os francezes promettendo-lhes as vidas salvas. Estes então se submetteram, e se retiraram. A victoria foi completa; a matança, horrivel, e o numero dos prisioneiros subiu a diversos milhares. Os tamoyos ficaram anniquilados, e os tupinambás internaram-se para o sertão, indo parar no valle do Amazonas.

O proprio Salema escreveu a relação desta campanha, porém não se sabe aonde foi parar. «Ainda no seu tempo, diz Anchieta, estavam em pé os tamoyos do Cabo Frio, grande acolheita dos Francezes, donde vinham a fazer saltos dentro do mesmo Rio, pelo qual se determinou de lhe dar guerra, e assim, com favor da capitania de S. Vicente, da qual veiu o capitão Jeronymo Leitão, com a maior parte dos portuguezes, e muitos indios christãos e gentios, e com esta ajuda commetteu a empreza e acabou de adquirir toda a nação dos tamoyos, que ainda estava mui soberba e forte com muitas armas dos francezes.... sem lhe ficar aldêa que não sujeitasse.... Muitos dos indios matou na primeira aldêa, que era a mais forte, e depois disto se lhe entregaram os outros quasi sem guerra, muitos dos quaes se ajuntaram na aldêa dos indios christãos, que eram dantes seus inimigos, e se baptizaram, e ainda alguns vivem».

«Com esta nova vieram alguns tamoyos do sertão, moradores da Parahyba (do Sul), a lhe pedir pazes, e se ajuntaram com os outros. Com estas victorias ficou toda aquella terra despovoada, e tirado aos francezes o principal porto que tinham para seus tratos que é o Cabo Frio».

Conta Frei Vicente que o Dr. Salema «foi bem recebido no Rio de Janeiro assim pelo capitão-mór, Christovam de Barros, como de todos os mais portuguezes, e indios principaes, que o visitaram, sendo o primeiro e principalissimo Martim Affonso de Souza, Arariboia....., ao qual, como o governador désse cadeira, e elle, se assentando, cavalgasse uma perna sobre a outra, segundo o seu costume, mandou-lhe dizer o governador pelo interprete que alli tinha, que não era aquella boa cortezia quando falava com um governador, que representava a pessoa de El-Rei. Respondeu o indio de repente, não sem colera e arrogancia, dizendo-lhe: «Si tu souberas quão cançadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a El-Rei, não extranhára dar-lhes agora este pequeno descanço, mas, já que me achas pouco cortezão, eu me vou para minha aldêa, onde nós não curamos desses pontos, e não tornarei mais á tua corte.» Porém nunca deixou de se achar com os seus em todas as occasiões, que o occupou».

228) **Luiz de Brito** — Tratava no mesmo tempo Luiz de Brito de extender suas conquistas até o Rio Real, para o povoar segundo a ordem que do monarcha recebera. Afim de livra-lo dos selvagens contrarios que alli moravam, partiu da Bahia com numerosos colonos, e conseguiu victoria de um grande principal, chamado Soroby, queimando-lhe as aldêas, matando e captivando a muitos. Acossou pelo sertão dentro, cincoenta leguas, outro morubixaba, de nome Arapiré-mas não logrou alcança-lo. Voltou, pois, o governador para a Bahia, incumbindo de povoar o logar a Garcia d'Avila, que dahi a doze leguas, no rio Tatuapará, possuia uma grande fazenda com um sem numero de cabeças de gado.

De Luiz de Brito affirma o P. Anchieta que veiu em 1573. «Este nunca consentiu fazerem-se vexações notaveis ás aldêas de doutrina que estão a cargo dos padres, nem deixava tirar dellas alguns indios que lá se

acolhiam dos que os portuguezes traziam enganados do sertão. No seu tempo, e indo elle lá em pessoa, se fez a guerra do rio Real, onde os padres tinham edificado algumas egrejas, e ajuntado muitos indios nellas».

229) **Entradas**. — Pesarosos os bahianos por lhes escapar o gentio que buscavam, persuadiram ao governador que em logar de afugentar os indios com a guerra, mais avisado seria traze-los pacificamente, mandando entre elles alguns mamelucos pedir-lhes descessem para a costa afim de partilhar da felicidade que elles desfructavam. Concedeu Brito a desejada licença, e partiram os mamelucos em companhia de soldados brancos e indios confederados, todos bem munidos de armas, «com as quaes, diz Fr. Vicente, quando não queriam por paz, e por vontade, os traziam por guerra e por força; mas ordinariamente bastava a lingua do parente, o mameluco, que lhes representava a fartura do peixe, e mariscos do mar, de que lá careciam, a liberdade de que haviam de gosar, a qual não teriam, si os trouxessem por guerra.»

«Com estes enganos e com algumas dadivas de roupas e ferramentas, que davam aos principaes, e resgate, que lhes davam para os que tinham presos em cordas para os comerem, abalavam aldêas inteiras, e em chegando á vista do mar, apartavam os filhos dos paes, os irmãos dos irmãos, e ainda ás vezes a mulher do marido, levando uns o capitão mameluco, outros os soldados, outros os armadores, outros os que impetraram a licença, outros quem lha concedeu, e todos se serviam delles em suas fazendas, e alguns os vendiam, porém com declaração que eram indios de consciencia, e que lhes não vendiam sinão o serviço, e quem os comprava, pela primeira culpa ou fugida que faziam, os *ferrava na face, dizendo que lhe custára seu dinheiro, e eram seus captivos; quebravam os prégadores os pulpitos sobre isto, mas era como si prégassem em deserto*».

Antonio Dias Adorno, incumbido pelo governador Luiz de Brito de descobrir algumas minas, entrou pelo rio das Contas, onde achou esmeraldas e outras pedras preciosas, cujas amostras remettidas ao reino foram julgadas muito boas; «nem por isso, continúa Fr. Vicente, se mandou mais a ellas, signal que haviam lá ido mais a buscar peças que pedras, e assim trouxeram sete mil almas dos gentios topiguaens...»

«Tambem mandou o mesmo governador um Sebastião Alvares ao rio de S. Francisco com officiaes, e tudo o mais necessario para fazer uma embarcação em que por elle navegassem em descobrir algumas minas, e para isso escreveu a um grande principal do sertão chamado *Porquinho*, que o ajudasse com gente, e tudo o mais que pudesse; elle mandou um vestido de escarlata, e uma vara de meirinho para trazer na mão».

Mediante o auxilio do Porquinho conseguiram os brancos construir um barco e navegar pelo rio acima. Chamado Sebastião á Bahia pelo novo governador, Lourenço da Veiga, e regressando para o rio S. Francisco «não achou já os seus, que se haviam mettido com outros de Pernambuco a descer o gentio, como elle tambem fez, e todos lá acabaram».

«*Dos Illhéos foi Luiz Alves Espinha* com pretexto de fazer guerra a certas aldêas dahi a trinta leguas, por haverem nellas mortos alguns brancos, porém não se contentou com lha fazer, e captivar todos aquelles aldeãos, sinão que passou adiante, e desceu infinito gentio».

De Pernambuco entraram neste tempo pelo sertão do Rio S. Francisco Gaspar Dias de Taide e Francisco de Caldas. Apoiados pelo *Braço de Peixe*, morubixaba dos tabajares, captivaram sete mil indigenas, matando os que resistiam. Na volta resolveram prender tambem o *Braço*, seu amigo e auxiliar, com toda a sua gente. Elle, porém, entendendo-lhes o trama, idéou um plano contrario que lhe produziu optimo resultado. Apparentando a mais sincera amizade, fornecia aos brancos todos os mantimentos de suas roças, e até lhes concedeu

duzentos dos seus para caçar no matto e servi-los em tudo.

Mandou, no entretanto, dizer a um seu parente, chamado *Assento de Passaro* «que viesse com os frecheiros da sua aldêa, e avisou os seus caçadores, que estavam entre os brancos, estivessem alerta na madrugada seguinte, para, quando ouvissem o seu urro costumado, darem juntamente nos nossos, e lhes não escapar algum com vida; e assim foi que, achando-os dormindo mui descuidados, subitamente os acommetteram com tanto impeto, que não lhes deram logar a tomar armas, nem a fugir, e os mataram todos... só escapou dos nossos um mameluco, que uma moça, irman do principal Assento de Passaro, escondeu».

Este levou a nova a Olinda, onde todos a sentiram muito. Nem parou aqui o mal, porque os homicidas, apezar de serem contrarios dos petiguares, passaram á Parahyba, offerecendo seu apoio aos barbaros na guerra que então faziam á capitania de Itamaracá (1).

230) **Sebastião da Ponte**, 1576. — Em 1575 veiu ao Brazil *D. Antonio Barreiros*, (2) nosso terceiro bispo, o qual teve uma desavença muito seria com o governador, Luiz de Brito. O caso foi o seguinte: Um tal Sebastião da Ponte, morador da Bahia, homem honrado e rico, mas algum tanto cruel para com seus criados, açoutou barbaramente um dos brancos que o serviam, e, como por accrescimo, ferrou-o numa espadua com o ferro das vaccas. Passou este infeliz a Lisboa, e, bradando pela justiça, mostrou ao rei a ferida ainda quasi fresca. Ordenou, pois, o monarcha ao governador que mandasse ao reino, preso e a bom recado, o criminoso. Acolheu-se este a uma capella de N.ª S.ª da Escada, e andando em habito e tonsura, invocou o privilegio do canon, affirmando ter as ordens menores. Interveiu

(1) Frei Vicente do Salvador, l. III, cap. XX.

(2) Anchieta diz que este bispo veiu em 75, e que não se mostrou «tão zeloso pela conversão dos indios, nem fez muita conta da sua christandade, tendo-os por gente boçal e de pouco entendimento, e

o Bispo, primeiro com rogos e admoestações; logo com as censuras; não sendo, todavia, attendido, dividiu-se o povo em dois bandos, pegando em armas de parte a parte. Não sabemos de que modo acabou o tumulto, que na verdade foi grande e mui lastimoso; porém Sebastião da Ponte, remettido para o reino, passou o resto de seus dias no Limoeiro.

231) **Naufragio.**—Naufragou neste tempo no rio Arambepe, a cinco ou seis leguas da Bahia, a nau S. Clara que ia para o Oriente, perecendo no desastre para mais de 300 pessoas com seu capitão Luiz de Andrade. «Acudiu logo lá muita gente, e se tirou do fundo do mar muito dinheiro de mergulho, de que se pagaram por si os buzios, nadadores, e muitos que nada nadaram. A isto acudiu o Bispo com a excommunhão da Bulla da Ceia contra os que tomam os bens dos naufragios; não sei si aproveitou alguma cousa só sei, que ouvi dizer a um, dalli a muitos annos, que aquelle fôra o tempo dourado para esta Bahia pelo muito dinheiro que então nella corria, e muitos indios que desceram do sertão, e bem dizia dourado, e não de ouro, porque para este outras cousas se requeriam» (1).

232) **Prelazia do Rio de Janeiro, 1577.**—A divisão do Brazil em dois governos produziu a idéa de dividir egualmente a jurisdicção ecclesiastica, creando se a prelazia do Rio de Janeiro, independente do bispado da Bahia. O papa Gregorio XIII a 19 de julho de 1575 expediu um breve concedendo esse desmembramento, e o monarcha a onze de maio de 1577 assignou a carta regia, nomeando o primeiro administrador que foi o bacharel P. Bartholomeu Simões Pereira. Veiu com o governador Lourenço da Veiga em 1578, com todos os poderes de bispo, salvo o de dar ordens. A' sua jurisdicção pertenciam Porto Seguro, Espirito-Santo,

comtudo já foi visitar suas aldêas, e chrismou os que tinham necessidade deste sacramento.»

(1) Frei Vicente l. c., cap. XXI.

Rio e S. Vicente. «Este, diz Anchieta, se mostra affeiçoado e zeloso da conversão dos indios, e acode por elles muitas vezes onde falta a justiça secular, por serem pessoas miseraveis e que têem particular necessidade da protecção do braço secular. Tem visitado por si mesmo todas as capitanias que estão a seu cargo».

233) **Reunião.**—Informado o rei D. Sebastião dos graves inconvenientes encontrados na divisão do Brazil em dois governos, assentou reunir novamente a autoridade nas mãos de um só governador geral. O alvará leva a data de doze de abril de 1577. Nomeou nessa mesma data o novo governador na pessoa de *Lourenço da Veiga*, que tomou posse no primeiro de janeiro de 1578, e falleceu na Bahia a 4 de junho de 1581. Era do conselho do rei, e foi o primeiro governador que teve uma guarda de doze homens, vencendo cada um quinhentos réis por mez.

Affirma Frei Vicente que este governador morreu de sentimento ao receber a noticia de que Tristão Vaz da Veiga, seu irmão, atraiçoando a patria, entregára aos castelhanos a Torre de S. Julião em que commandava como capitão. Diz ainda Frei Vicente o seguinte: —«Tinha o governador D. Lourenço da Veiga uma cousa, e era que, por mais negocios que tivesse, não deixava de ouvir missa, e para não obrigar alguem a que o acompanhasse, ia e vinha sempre a cavallo».

Os feitos principaes da sua administração cifram-se na tentativa de colonizar a Parahyba, de que logo trataremos, no incendio de onze navios francezes que traficavam (1579) nos portos do Brazil, e na exploração do Rio S. Francisco até além da cachoeira de Paulo Affonso por João Coelho de Souza.

Deste governador diz Anchieta que «por si mesmo visitou as aldêas da doutrina que estão a cargo dos padres, com muito gosto e lagrimas de devoção, vendo as doutrinas, procissões, disciplinas e communhões dos indios, as missas officiadas em canto de orgam, com flautas, pelos filhos dos mesmos indios. Favoreceu a

christandade no que poude, mandando ir para as ditas aldêas dos christãos alguns indios que os portuguezes trouxeram do sertão enganados, e nunca os quiz mandar entregar aos que os pretendiam por mais que nisto insistiram, e assim muitos delles morreram baptizados, e alguns vivem ainda, e trabalhou sempre de conservar a liberdade de todos os indios».

234) **O Porquinho e o Setta.**—Conta Frei Vicente do Salvador que no anno de 1578 os pernambucanos, guiados por Francisco Barbosa da Silva e Diogo de Crasto, fizeram uma celebre entrada pelo sertão dentro. Navegaram em um caravelão até o Rio S. Francisco, onde mandaram ao principal chamado *Porquinho* pedir indios que levassem ás costas os mantimentos e os resgates. Na duvida de obte-los deste, fizeram egual pedido a um seu contrario, denominado *Setta*. Como viessem de ambas as partes, seguiu Barbosa com os do *Setta*, e Crasto com os do *Porquinho*.

«O Setta, depois de ter o capitão em casa, lhe commetteu que lhe queria vender uma aldêa de contrarios, que tinha dali a nove ou dez leguas, que fosse com elle, e lha entregaria. Acceitou o capitão o partido, e, deixando em guarda do fato um Diogo Martins Leão com doze homens, se foi com os mais onde o Setta os levava».

Revoltando-se, porém, neste interim os barbaros contra Leão e seus companheiros, ateou-se uma guerra entre os indios do Setta e os brancos, que foram auxiliados pelo Porquinho com toda a sua gente. Feriram-se diversas batalhas bem disputadas, em que pereceram para mais de 1200 indios do Setta. A ultima peleja deu-se em uma cêrca que tinha 3236 braças em circuito, e lançava um braço até á agua de que bebiam. Estavam nella quarenta e tres principaes com toda a sua gente, mulheres e filhos. Recusaram os brancos aggredir essa especie de fortaleza inexpugnavel; os indios, porém, do Porquinho pelejaram contra ella com valor, durante sete dias.

Déram-se, por fim, os selvagens a partido, promettendo depôr as armas, e entrega uma aldêa de seus inimigos, comtanto que os brancos fossem com elles tomar a entrega. Estes acceitaram.—«Entrando (os rendidos) na aldêa, começaram a prégar que elles os tinham vendido por serem seus inimigos, e ainda lhes faziam muita mercê em não os matarem, nem os venderem a outros gentios, que os matassem ou maltratassem, sinão a christãos, que os haviam de tratar christãmente; ao que respondeu o principal da aldêa, chamado *Araconda*, que elles eram os que mereciam o captiveiro, e a morte, por serem matadores de brancos, e não elle nem os seus, que nunca lhes fizeram nenhum damno; e então se virou para o capitão, e lhe disse; «Branco, eu nunca fiz mal a teus parentes, nem estes me podem vender; mas eu por minha vontade quero ser captivo, e ir comtigo».—

Estas palavras tão extraordinarias na boca de um indio deviam produzir alguma duvida nos pernambucanos; mas a cubiça de possuir escravos, embora do modo o mais injusto do mundo, tapou-lhes a vista a ponto de despedirem a gente do Porquinho, seu auxiliar. Ouçamos, porém, o resto da boca de Frei Vicente.

«O capitão lhe agradeceu com palavras, e mandou que se aprestassem dentro de quinze dias para o caminho, como fizeram; eram tantos, que indo todos em fileira um atraz do outro (como costumam), occupavam uma legua de terra. Não sei, com que justiça e razão homens christãos, que professavam guarda-la, quizeram aqui que pagasse o justo pelo peccador, trazendo captivo o gentio, que não lhes havia feito mal algum, e deixando em sua liberdade os rebeldes e homicidas, que lhes haviam feito tanta guerra e traições»

«Porém elles lhes deram o pago, pois apenas os haviam deixado, quando determinaram de lhes ir ao alcance, e mandaram adiante alguns por espias, que se mettessem pelos mattos, e quando os do Araconda fossem á caça, lhes dissessem que elles remordidos de suas consciencias os queriam redimir do

captiveiro dos brancos em que os puzeram, e para isto lhes queriam dar guerra, pelo que os avisavam, que quando vissem a batalha, os deixassem, e se fossem embora para suas terras, porque a gente do Porquinho era já despedida, e não tinham que temer».

Aconteceu precisamente deste modo. Assim os vendidos e presos recuperaram a sua liberdade, e os pernambucanos tornaram para suas casas mais pobres do que dellas tinham sahido.

235) **Dominio da Hespanha.** — Não vem ao nosso intento desenvolver os factos que nesta epoca occorreram na Europa, e não pouco influiram nos destinos do Brazil. Diremos tão sómente que, tendo perecido D. Sebastião na desastrada batalha de Alcacer-Kibir (1578), tomou as redêas do governo o velho cardeal D. Henrique, e logo se começou a discutir quem por sua morte lhe havia de succeder no throno. Apresentaram-se, como pretendentes, Philippe II da Hespanha, a duqueza de Bragança, o principe de Parma, o duque de Saboia, e D. Antonio, prior do Crato (1). Todos mandaram seus procuradores para a Côrte, allegando que eram netos de D. Manuel; excepto, porém, a duqueza de Bragança, todos o eram por sua mãe, e D. Antonio, que descendia de D. Manuel por seu pae, era filho natural. Pareceu, por isto, no principio, ao cardeal—rei que o direito assistia mais á casa de Bragança, do que á do Escurial; mas, reflectindo em seguida ser essa casa representada por uma mulher e a outra por um homem, foi de parecer que o reino pertencia a Philippe II. Recusou, todavia, declarar a sua

(1) Alguns historiadores de autoridade muito secundaria pretendem que se apresentou tambem Gregorio XIII *como herdeiro do cardeal*. Si isto fosse verdade, nunca o Papa o faria como *herdeiro de um cardeal*; porque *os herdeiros dos cardeaes são seus parentes, não o Papa*. E' certo, comtudo, que Gregorio não se apresentou de modo algum.

Deprehende-se isto com a maior evidencia do que conta Rebello da Silva na sua Historia de Portugal, vol. II. Vide tambem o Novo Mensageiro, tomo III, pag. 458.

opinião por sentença ou testamento, deixando esta tarefa á nação. Convocou a tal effeito as Côrtes em Lisboa (1579), e no anno seguinte em Almeirim, as quaes se limitaram a nomear cinco governadores para substituir o rei, e onze jurisconsultos, incumbindo-os de resolver a melindrosa questão.

Tudo ficou sem resultado, porque o monarcha hespanhol, conforme relata Rebello da Silva, a troco de ouro e de promessas, comprára a maior parte da nobreza afim de que lhe reconhecesse o direito ao throno. Fez-lhe, todavia, decidida opposição parte do clero e o terceiro estado ou povo, que acclamou tumultuariamente a D. Antonio, contra o qual mandou D. Philippe o duque de Alba á testa de bem aguerrido exercito. Não podia o duque de Alba deixar de ser bem succedido, porque os commandantes das fortalezas estavam todos vendidos, e só esperavam os hespanhóes para salvar as apparencias. Por outro lado, o duque de Bragança limitou-se a protestar, e nem sequer desembainhou a espada. Em seguida, pois, á derrota do Prior, que fugiu para a França, onde mais tarde morreu, entrou o Rei Catholico triumphante em Portugal, sendo pelos nobres acclamado em Thomar.

Quem trouxe para o Brazil a noticia do que acabava de realizar-se na metropole, foi o governador Manuel Telles Barreto (1582), que sem demora informou della todas as capitanias. A acclamação effectuou-se, ao menos na Bahia, sem as formalidades do juramento, que, por indicação da Côrte, só se prestou a 25 de maio de 1582.

Si D. Antonio tivesse comprehendido a sua fraqueza, e possuido um genio, digno da posição á que aspirava, poderia ter vindo estabelecer-se no Brazil com o titulo de rei de Portugal. Tal foi o conselho que lhe deu D. Pedro da Cunha, o mais habil de seus parciaes, e capitão do porto de Lisboa. Era bem provavel que as potencias, movidas, parte pela rivalidade da Hespanha, parte pelas vantagens do commercio, não duvidariam em reconhece-lo e prestar-lhe apoio.

Porém o Prior desprezou esse conselho, e apenas se lembrou do Brazil, escrevendo ás Camaras e aos governadores, quando tinha perdido tudo na Europa. Commetteu, além disto, o erro de confiar as cartas a navios francezes, considerados neste tempo como nossos maiores inimigos. Apresentando-se tres delles no Rio de Janeiro, e pretendendo á força communicar com a gente da terra, foram por Salvador Corrêa de Sá repellidos a tiro de bala e obrigados a sahir barra fóra.

Em 1579 offerecera Phillippe II ao duque de Bragança a posse do Brazil com o titulo de rei independente, si a duqueza D. Catharina consentisse em desistir de seus direitos ao throno de Portugal (1). Nem o rei da Hespanha, fazendo a offerta, nem o duque de Bragança, recusando-a, lhe calcularam o alcance.

VI

Estado do Brazil em 1581

236) **Progresso notavel.** — Por mais que se queira ou possa dizer do desleixo da metropole relativamente ao Brazil, é força reconhecer que nestes oitenta annos da sua existencia elle tinha assaz progredido, e talvez mais do que nenhuma das outras colonias americanas. Seu littoral estava já quasi todo explorado, algum pouco do interior havia sido visitado, e seu governo era bem regularmente constituido.

Em Itamaracá — florescia a villa da Conceição com tres engenhos de assucar.

Pernambuco — era, sem contestação, a capitania mais adiantada e rendosa. Contava dois mil colonos, dois mil escravos, e 66 fazendas de assucar que produziam 200,000 arrobas annuaes. Mais de cem colonos tinham passante de cinco mil cruzados de renda; alguns, de oito a dez mil, somma enorme para a epoca. Tal,

(1) Ericeira, Port. Rest., t. I, p. 16.

porém, era o luxo, que quasi todos estavam muito endividados. Eram frequentes as festas e os banquetes. Trajavam os homens velludos, damascos e sedas, e despendiam briosamente em cavallos que ajaesavam com egual profusão. As cadeirinhas ou palanquins, introduzidos da Asia, eram de moda. Só em vinhos se consumiam annualmente em Pernambuco muitos mil cruzados. As senhoras tambem ostentavam luxo, e eram dadas mais ás festas do que ás devoções.

Possuia *Olinda* uma bella egreja matriz, quasi acabada, de tres naves, e muitas capellas, boa casaria de pedra e cal, assim como um collegio de jesuitas com lições de casos, de latim e de primeiras lettras. —*No Recife* existiam apenas um começo de povoado, alguns armazens e uma ermida com a invocação do Corpo Santo.

O pau brazil estava arrendado, por dez annos, em vinte mil cruzados annuaes; o dizimo dos engenhos, em dezenove mil. O donatario Jorge d'Albuquerque cobrava para si uns dez mil cruzados do tributo do pescado, redizima e outras rendas.

237) **A Bahia** — contava oitocentas familias na cidade, e pouco mais de duas mil em todo o Reconcavo. Entre negros e indios podiam-se pôr em campo quinhentos soldados de cavallaria, e dois mil infantes. Existiam quarenta peças pequenas de artilharia, e outras tantas maiores. Algumas destas estavam collocadas na barra, mas pouco valiam por ser mui largo o canal.

Podiam, em caso de necessidade, reunir-se mais de mil e quatrocentas embarcações de differente tamanho. Não havia no Reconcavo homem que não possuisse o seu bote ou a sua canôa, nem engenho de assucar que tivesse menos de quatro. Trabalhavam nesse logar oito estabelecimentos de preparar melaço, 36 engenhos de assucar sem assudes, 21 com assudes, 15 tocados por bois, quatro ainda em construcção. Exportavam-se cada anno mais de 120,000 arrobas de assucar

O gado vaccum e o cavallar multiplicava prodigiosamente. Alguns tinham na sua manada quarenta e cinco-enta eguas de criação. O preço desses animaes regulava de dez a doze mil réis por cabeça; levados, porém, a Pernambuco, valiam mais que o dobro. Ovelhas e cabras, de cujo leite se fabricava manteiga e queijo; grande quantidade de laranjas, de limões, e de outros fructos; o cacáo, o chá e o café; o gengibre, trazido da ilha de S. Thomé, do qual em 1573 foram apuradas quatro mil arrobas: tudo era industria dos colonos, tudo concorria para tornar a colonia cada vez mais rica e feliz.

Vedou, todavia, a metropole a cultura do gengibre pela razão, verdadeira ou falsa, de que prejudicava o commercio da India!

Viviam na Bahia mais de cem pessoas com a propriedade de vinte a sessenta mil cruzados, e com a renda de tres a cinco mil cruzados. Suas mulheres só vestiam seda. Até homens das classes mais baixas passeavam pelas ruas com calças de setim e de damasco. Nem era menor o luxo das casas. O valor da baixella e de outros ornatos domesticos de alguns colonos subia a dois e a tres mil cruzados. Nunca faltava no mercado de S. Salvador pão fresco de farinha portugueza, nem vinhos da Madeira e das Canarias. Existiam na cidade e Reconcavo 62 egrejas, das quaes 16 eram freguezias; em nove destas serviam vigarios pagos pelo rei; nas outras, curas sustentados pelos parochianos. A maior parte destas egrejas tinham capellães e irmandades como em Lisboa. A cathedral, que ainda estava por acabar, tinha um cabido composto de cinco dignitarios, seis conegos, dois conegos menores, quatro capellães, um cura com seu coadjutor, quatro coristas e um mestre de côro, mas poucos delles haviam recebido ordens maiores.

Os conegos percebiam de congrua apenas trinta mil réis annuaes; trinta e cinco, os dignitarios; quarenta, o deão; ao passo que o capellão da Misericordia, e tambem o de qualquer engenho de assucar ganhava

sessenta mil réis annuaes com cama e mesa. Seguia-se de tudo isto que o Bispo devia gastar larga parte de suas rendas, e eram escassas, para sustentar os sacerdotes, que faziam o serviço regular na Sé, em que egualmente se observava grande falta de alfaias e paramentos.

238/ **Capitanias de Sul.**— *A capitania dos Illhéos*, habitada outrora por quinhentos colonos com nove engenhos de assucar, achava-se agora em completa decadencia, enumerando apenas cincoenta colonos, tres mesquinhas fazendas de assucar e algumas roças de algodão e de mantimentos Um tal Lucas Giraldes a comprou (6 de nov. de 1560) a Jeronymo de Alarcão, terceiro donatario, a quem a cedera seu irmão, Jorge de Figueiredo, primogenito do primeiro donatario. Recebeu a confirmação regia a 20 de fevereiro de 1560.

Nem melhor era a condição da capitania de *Porto Seguro*, com seus quarenta colonos na capital, uma villa, um só engenho e duas aldêas de indios mansos. O capim *mata-pasto* fazia com que houvesse pouco gado vaccum; abundavam, porém, tanto os jumentos e os cavallos, que muitos viviam abandonados em completa liberdade no matto. Os colonos fabricavam agua de laranjas para exportação. A decadencia deu causa a que muitos povoadores se passassem para Pernambuco.

D. Leonor de Campos, viuva do segundo donatario, vendeu esta capitania ao duque de Aveiro, seu solarengo « autorisando-o a isso El-Rei, com a clausula de que, por sua morte, passaria a doação a seu filho segundo, para quem assim constituia um morgado. A venda se fez por um padrão de juros de doze mil e quinhentos réis e mais dois moios de trigo por anno, em vida da cessionaria, que recebeu além disto seiscentos mil réis» (1). Eram mais de seis mil leguas quadradas de terra!

(1) Varnhagen p. 291.

Em 1584 escreveu o P. Anchieta que a decadencia da capitania dos Ilhéos e da de Porto Seguro era devida principalmente á invasão dos aymorés; porque o gentio tupiniquim se tinha consumido «parte com doenças, parte com o maltratamento dos portuguezes como em todas as partes, salvo S. Vicente, de maneira que ficaram sem gentio. E mandou-lhes Deus um açoute crudelissimo, que são uns selvagens do matto que chamam aymorés, homens robustos e feros, aos quaes, emquanto houve indios amigos, sempre lhes resistiram; mas, faltando-lhes estes, foram e são tão acossados dos selvagens, que já a capitania de Porto Seguro está meio despovoada, e a dos Ilhéos em grandissimo aperto ... e já esta praga chega pelo Camamú até perto da Bahia, de maneira que já os homens buscam ilhas em que fazer suas fazendas, porque não ousam estar na terra firme.»

A capitania do Espirito Santo—tinha 150 colonos, 6 engenhos de assucar, muita criação de gado, notavel plantação de algodão, e diversas aldêas de indios convertidos.

No Rio de Janeiro—viviam 150 colonos. Dos tres engenhos de assucar alli existentes, um pertencia a Christovam de Barros; outro ao governador; o terceiro, começado por Salema e ainda por acabar, era do patrimonio real. Abundava a fructa, a hortaliça e o pescado. O peixe de escama vendia-se a quatro réis a libra; a real e meio, o de pelle. Ainda vivia Martim Affonso, o celebre Arariboya, commendador da Ordem de Christo, que tanto se havia illustrado nas guerras contra os francezes.

Em S. Vicente—a villa deste nome ia ficando cada vez mais pobre, tendo apenas 80 colonos. O mesmo acontecia á villa de Itanhaem. Em S. Amaro moia só um engenho de assucar. Ao norte da ilha de S. Amaro, na boca da barra da Bertioga, existiam as duas fortalezas de S. Philippe e de Santiago; da banda do sul, no forte erguido pouco antes, estacionava uma guarnição de cem soldados com capitão e alcaide. Em S. Paulo

havia 120 colonos, muito gado, grandes plantações de marmelleiros, e de vinhas, de cujas uvas se fazia grande quantidade de vinho. Vedou-se, todavia, mais tarde o fabrico deste vinho em attenção ao commercio de Portugal!

Em todas as capitanias havia casas de Misericordia, que serviam de hospitaes, edificadas e sustentadas pelos moradores da terra com muita devoção. Nellas se casavam muitas orphans. Existiam tambem numerosas confrarias ou irmandades.

240) **Ordenados.**—O ordenado do primeiro governador fixou-se em 400,000 rs annuaes, sendo logo o do segundo elevado a 600,000 rs; porém o do bispo ficou ainda por longo tempo fixo na quantia de 200,000 rs annuaes. Os jesuitas em 1552 recebiam um cruzado em ferro por mez para a mantença de cada um, e 5600 rs annuaes para se vestirem. Nobrega observava nesse mesmo anno como isto não bastava, sendo os padres obrigados a ir jantar com os criados do governador ou com os de alguma outra pessoa. Cumpre lembrar que os jesuitas nada percebiam por missas, sermões, praticas e outros ministerios. Seu unico meio de vida era a esmola e o ordenado do governo.

Em 1557, mandou o governo, diz Varnhagen, abonar a cada um quatro panicús (balaios) de farinha, um alqueire de arroz ou de milho e um cruzado em dinheiro. Ordenou em 1559 que, além disto, se désse a cada um 500 rs e doze cruzados em ferro. Em 1560 substituiu o rei este ordenado pela redizima ou decima parte de todos os dizimos, o que em 1576 se mudou em dois contos e 200,000 (1) cruzados de mantimento, e mais 500 cruzados para a fabrica dos collegios. Isto diz Varnhagen, porém o P. Simão de Vasconcellos, C. C. III, 45, conta que D. Sebastião em 1564 fundou o collegio da Bahia concedendo-lhe a redizima para o

(1) Deixamos escrupulosamente tudo como está no autor que citamos; parece-nos, porém, certo haver erro de imprensa nestes algarismos.

sustento de sessenta individuos, doação que pelo tempo se reduziu a dinheiro dando-se 20,000rs annuaes para cada um, o que vem a perfazer tres mil cruzados.

O P. Anchieta em 1584 escrevia que os tres collegios de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro tinham suas rendas e «as mais casas vivem de esmolas que lhes dão os moradores, fracamente, conforme a sua possibilidade, que é pouca; e porque elles não podem supprir a tudo por serem pobres, os collegios provêm as casas que lhes são subordinadas, de vestido, vinho, azeite, farinha para hostias, e outras cousas que não ha na terra, e hão de vir necessariamente de Portugal». (1)

241) **Os jesuitas** — segundo o mesmo P. Anchieta, possuiam, nesta epoca, tres collegios, o da Bahia, o do Rio e o de Pernambuco. O primeiro recebeu este titulo em 1556, e foi em 1565 dotado para sessenta irmãos pelo rei D. Sebastião. «Nelle ha de ordinario escola de ler, escrever e algarismo, duas classes de humanidade. Leram-se dois cursos de artes, em que se fizeram alguns mestres de casa e de fóra, e agora se acaba terceiro. Ha lição ordinaria de casos de consciencia, e, ás vezes, duas de theologia, donde sahiram já alguns mancebos prégadores, de que o Bispo se aproveita para a sua Sé, e alguns curas para as freguezias.» A este collegio estavam subordinadas as casas dos Ilhéos e de Porto Seguro.

O collegio do Rio de Janeiro, fundado em 1567, tinha escola de ler, escrever e algarismo; uma classe de latim, e lição de casos para toda a sorte de gente. D. Sebastião o dotou nesse mesmo anno para 60 irmãos. Accrescenta o P. Anchieta que ainda não estava

(1) Na informação de 1585 o mesmo P. Anchieta escreveu o seguinte: — "Este collegio (o da Bahia) ha dotado el-rei D. Sebastião com tres mil ducados de renda para os sessenta em cada um anno, que seus officiaes pagam mui mal, pelo que o collegio está endividado..... e vae tudo devagar (a construcção do collegio) por não se pagar bem as rendas e cento e sessenta ducados de esmola que el-rei D. Sebastião fez para as obras, mas sempre se faz algo..."

acabado, porque o governo não pagára os 166 ducados que o Rei D. Sebastião lhe deu de esmola para as obras. Dependiam delle as casas de S. Vicente, de S. Paulo de Piratininga e a do Espirito Santo.

No collegio de Pernambuco, fundado e dotado para vinte irmãos pelo rei D. Sebastião em 1576, havia escola de ler, escrever e algarismo, uma classe de latim e uma lição de casos. «Tem de dote, diz o P. Anchieta, para a sua sustentação mil ducados que lhe ha dotado el-rei D. Sebastião; pagam-se bem em 900 arrobas de assucar, as 800 de assucar branco, mascavado, alto e malo, e as 100 de assucar negro de sinos ou retames, e pagam-se em certos engenhos que os padres assignalam cada anno, como lhes parece, e se arrendam por um homem de fóra. Vendidos na mesma terra importarão em 1500 ducados, e enviando-se a Portugal por nós, e a nosso risco, importarão, *deductis expensis*, quasi 2000 ducados».

Comtudo em 1578 o provedor-mór da fazenda, Christovam de Barros, escreveu ao rei que cumpria revogar esta concessão, porque não se achava quem quizesse arrendar os engenhos com este onus.

Accrescenta Anchieta: — «Para as obras do edificio futuro tem (o collegio de Olinda) 166 ducados de esmola que lhe fez el-rei D. Sebastião, e por se pagar mal e por não haver tanta commodidade de officiaes e cal, o edificio não se começa».

«A todas estas capitanias... acodem sempre os nossos com seus ministerios, e quanto aos portuguezes, elles levam *pondus diei et aestus* nas prégações, confissões, doutrinas, etc., porque tirando a Bahia e Pernambuco (posto que tambem nestas a maior parte das confissões e prégações é dos padres), em todas as mais quasi nunca ha prégação sinão da Companhia..... Quanto aos escravos dos portuguezes, indios da terra, desde que o Brazil é povoado nunca se disse missa nem por cura, nem por mandado de bispo algum por respeito delles, antes, em partes onde não ha casas da Companhia, nunca a ouvem, nunca por cura foram

confessados, porque lhes não sabem a lingua, sinão algum agora nestes tempos que ha já algum mestiço sacerdote. . . .

... Toda esta carga tomou a Companhia a seus hombros, porque, desde que entrou no Brazil, logo ordenou que se dissesse cada domingo missa particular para os escravos, e isto continuou até agora em toda a costa, doutrinando-os para o baptismo, casando-os e confessando-os, nem se sabe em toda a terra chamar outrem para lhes acudir sinão os nossos».

242) **Trabalhos e perigos.** — «Os perigos e trabalhos que nisto se passam, pela diversidade dos logares a que acodem, se pódem conjecturar: perigos de cobras...; perigos de onças ou tigres...; perigos de inimigos...; tormentas de mar e naufragios, passagens de rios caudalosos, tudo isto é ordinario; calmas muitas vezes excessivas que parece chegar um homem a ponto de morte, de que vêm a passar gravissimas enfermidades; frio, principalmente na capitania de S. Vicente, no campo, onde já por vezes se acharam indios mortos de frio, e assim acontecia muitas vezes, ao menos aos principios, a maior parte da noite não poder dormir de frio nos mattos por falta de roupa e de fogo, porque, nem calça, nem sapato havia, e assim andavam as pernas queimadas das geadas e chuvas muitas e mui grossas e continuas, e com isto grandes enchentes de rios e muitas vezes se passam aguas muito frias por longo espaço pela cinta e ás vezes pelos peitos; e todo o dia com chuva muito grossa e fria, gastando depois grande parte da noite em enchugar a roupa ao fogo, sem haver outra que mudar. E comtudo, nada disto se estima, e muitas vezes, por acudir a baptizar ou confessar um escravo de um portuguez, se andam seis e sete leguas a pé, e ás vezes sem comer; fomes, sedes, *et alia hujusmodi;* e finalmente a nada disto se negam os nossos, mas sem differença de tempos, noites nem dias, lhes acodem e muitas vezes sem ser chamados os andam a buscar pelas fazendas de seus senhores,

onde estão desamparados. E quando ha doenças geraes, como houve cá muitas vezes. . .,não ha descançar, e nisto se gasta cá a vida dos nossos, com que se tem ganhado em todo o Brazil muitas almas ao Senhor... Em todo o Brazil poderão ser baptizados, desde que os padres vieram a elle, mais de cem mil pessoas, e destes, haverá até vinte mil».

243) **Os jesuitas e a guerra.** — «Acompanharam algumas vezes nas guerras *justas* os governadores e capitães onde remedeam as almas dos portuguezes e dos escravos indios, baptizando e confessando, e além disto por seu meio se têem alcançado victorias mui notaveis estando os portuguezes em evidentes perigos de ser destruidos, como se viu na guerra que fez Antonio Salema ao Cabo Frio, onde na primeira aldêa que era fortissima e da melhor gente que havia em toda a terra que estava alli junta, estavam já em grande tribulação, e o indio principal della, ouvindo e conhecendo as palavras de um nosso padre, se entregou a si e a toda a aldêa e dalli se sujeitou todo o Cabo Frio sem trabalho».

«O mesmo foi na capitania do Espirito Santo: estando quasi todos os moradores sobre uma forte aldêa dahi 30 leguas, já desconfiados e em perigo de se perder, pelas palavras de outro nosso padre se entregou aquella aldêa e outras. E assim aconteceu noutras em S. Vicente, pois no Rio de Janeiro, temendo-se os portuguezes que estava o sertão alevantado, acorreram-se aos padres, e assim pelo bem commum foi lá mandado um padre lingua muito doente que havia muitos annos que lançava sangue pela boca e entrou muitas leguas pelo sertão, passando aquellas serras que são as maiores que ha no Brazil, e esteve lá seis mezes e pacificou o sertão e trouxe comsigo algumas 600 almas de indios, passando grandissimos trabalhos e perigos, dos quaes indios se fez uma das aldêas do Rio e são já quasi todos christãos».

244) **Os obstaculos á conversão** — eram pela parte dos indios, os costumes inveterados, a saber: a polygamia, o uso excessivo de seus vinhos, as guerras e vinganças, a inconstancia, e sobretudo faltar-lhes temor e sujeição. . . O qual temor de Deus lhes ha de entrar pelo receio da pena temporal; «porque havendo isto, tomam o jugo da lei de Deus e perseveram nelle, ao menos com muito menos peccados que os portuguezes, pois já o tornarem atraz da fé de maravilha se viu nelles»...

«Todos estes impedimentos e costumes são mui faceis de se lhe tirar, si houver temor e sujeição, como se viu por experiencia desde o tempo do governador Men de Sá até agora; porque com os obrigar a se juntar e terem egreja, bastou para receber a doutrina dos padres e perseverar nella até agora, e assim será sempre, durando esta sujeição, havendo residencia de mestres com elles que os não deixem cahir por sua natural frieza, e os incitem cada vez a maiores cousas, como se vê agora que são muito amigos de vir á missa todas as festas, e alguns pela semana, confessarem-se muitas vezes e serem muito capazes da Santissima Communhão, para a qual se apparelham com muita devoção, jejuando e disciplinando-se á vespera; e os que não têem ainda commungado trabalham muito de se apparelhar para isso, fazendo tudo que se lhes ordena».

«Por aqui se vê que os maiores impedimentos nascem dos portuguezes, e o primeiro é não haver nelles zelo da salvação dos indios, *etiam* naquelles *quibus incumbit ex officio*, antes os têem por selvagens, e, ao que mostram, lhes pesa de ouvir dizer que sabem elles alguma cousa da lei de Deus, e trabalham de persuadir que é assim; e com isto pouco se lhes dá aos senhores que têem escravos, que não ouçam missa, nem se confessem, e estejam amancebados. E si o fazem, é pelos continuos brados da Companhia, e logo se enxerga claro nos tementes a Deus que seus escravos vivem differentemente pelo particular cuidado que têem delles».

«Os que nesta parte mais padecem, são os pobres escravos e os mais indios livres que estão em poder dos portuguezes, que não podem ser muitas vezes doutrinados dos padres, e assim o maior mal que se faz aos indios da doutrina, quando vão ajudar os portuguezes em suas fazendas, é que alguns lhes dão as escravas, para com isso os prender mais tempo. Outros não o prohibem, e desta maneira os que peior vivem, são os que mais tratam com os portuguezes, ensinados de seu mau exemplo, e muitas vezes peior doutrina, em que os admoestam que não tenham dever com a doutrina dos padres; posto que, destes, não são sinão alguns desalmados, mas os de máu exemplo e pouco zelo são muitos».

«O que mais espanta aos indios e os faz fugir dos portuguezes, e por consequencia das egrejas, são as tyrannias que com elles usam obrigando-os a servir toda a sua vida como escravos, apartando mulheres de maridos, paes de filhos, ferrando-os, vendendo-os, etc. e si algum, usando de sua liberdade, se vae para as egrejas de seus parentes que são christãos, não o consentem lá estar, de onde muitas vezes os indios, por não tornarem ao seu poder, fogem pelos mattos, e quando mais não podem, antes se vão dar a comer a seus contrarios; de maneira que estas injustiças e sem razões foram a causa da destruição das egrejas que estavam congregadas, e o são agora de muita perdição dos que estão em seu poder».

Observe o leitor que o P. Anchieta era incapaz de exaggerar e ainda mais de mentir, e depois reflicta porque era que os jesuitas clamavam contra a crueldade dos portuguezes.

Accrescenta em outro logar o P. Anchieta que só na Bahia tinha já havido 40 mil christãos «e que agora não haverá dez mil» e que os indios se tinham retirado á distancia de duzentas a trezentas leguas pelo sertão dentro, e que não *«terá isto remedio si não vier a lei que pedimos á Sua Magestade que não sejam captivos, nem os possa ninguem ferrar, nem vender»*.

Vê-se tambem de tudo isto como os colonos destruiam a familia, que, por ser a base da sociedade, era muito estimada até entre os barbaros.

EPOCA III

Dominio da Hespanha até 1624

I

Primeiros annos

245) **Primeira Junta, 1581—83.** — Fallecendo Lourenço da Veiga (4 de junho de 1581), e não existindo as *vias de successão* (1), a Camara da Bahia, segundo as ultimas vontades do governador, decidiu que o Bispo e o ouvidor geral, Cosme Rangel, se uniriam a ella para governarem todos juntos. Deixou-se no principio a Camara dominar tanto pelo ouvidor, que o Bispo offereceu a sua demissão. Então Rangel, que já assumia o titulo de governador, pretendeu impôr á Camara diversas medidas arbitrarias e ambiciosas. O resultado foi uma desharmonia total entre o ouvidor e os vereadores, bem como a retirada do Bispo e de varios dos habitantes principaes, da cidade para o campo. Apoderou-se, todavia, Rangel do governo absoluto dissolvendo a Camara, conseguindo que se elegesse outra composta quasi exclusivamente de pessoas que lhe eram dedicadas, afastando alguns vereadores pouco doceis, e adoptando os *Mestéres*, instituição popular, já existentes em Portugal desde 1535; nunca, porém, até esta epoca, adoptada no Brazil.

Os Mestéres eram quatro homens que no senado da Camara de Lisboa serviam de procuradores dos 24 officios mechanicos. Concorriam com a Camara em dar regimento aos officios, e taxa aos preços da

(1) *As vias de successão* eram uma carta regia que continha a nomeação do governador interino em caso de morte ou impossibilidade do effectivo.

mão d'obra, ou feitios. Votavam com os ministros do senado, e deviam ser sempre officiaes mechanicos (1).

Ao ver-se Rangel senhor do poder absoluto, governou arbitraria e tyrannicamente, instaurando processos a quantos se lhe mostravam contrarios. Entre os presos por esse usurpador ambicioso, encontramos o nome de Manuel de Sá, provedor d'alçada na cidade, e sobrinho do benemerito Men de Sá.

«Durante o governo interino de Rangel, diz Varnhagen, foi agasalhada na Bahia uma nau ingleza, que desembarcou mais de trinta mil cruzados de mercadorias, bem que, por varios abusos, só dellas cobrou a alfandega duzentos e vinte mil réis de direitos. Recebeu uma grande carga de assucar, do qual tambem apenas um terço se despachou». Eis porque o governo luctava sempre com difficuldades economicas. Onde falta a consciencia, tudo pode a cubiça.

246) **Manuel Telles Barreto.** — Nomeado desde o dia 20 de novembro de 1581, aportou na Bahia a 20 de maio de 1582. Elevaram-lhe o ordenado a 800.000 réis, e lhe concederam uma guarda de 20 homens com o vencimento de quinze mil réis annuaes cada um. Logo que chegou á Bahia escreveu a todas as capitanias, participando que deviam reconhecer Philippe II por seu rei. Tratou em seguida de conciliar os animos, sustando os processos, bem como obtendo da Côrte a licença para conceder uma amnistia geral, supprimir os *Mestéres*, e queimar todos os autos relativos as desavenças de Rangel com os colonos.

«Foi este governador, diz Frei Vicente, mui amigo, e favoravel aos moradores, e o que mais esperas lhes concedeu, para que os mercadores os não executassem nas fabricas de suas fazendas, e quando se lhe iam queixar disso, os despedia asperamente, dizendo que

(1) Vide Bluteau, Constancio e o Dr. Fr. Domingos Vieira, art Mestéres.

elles vinham a destruir a terra, levando della em tres ou quatro annos, que cá estavam, quanto podiam, e os moradores eram os que a conservavam com seu trabalho, e haviam conquistado á custa do seu sangue».

II

Conquista da Parahyba do Norte, 1574 – 86

247) **Causa e principio da guerra, 1574.** — Conta Frei Vicente do Salvador, na sua Historia do Brazil, pag. 55, 96, 97, que os selvagens da Parahyba do Norte (1), se mostraram desde o principio amigos dos portuguezes a ponto de irem a Itamaracá trabalhar para elles quasi de graça; que, sendo maltratados pelos colonos, se retiraram, e se deram a servir os francezes, e que, depois de assentarem pazes com os portuguezes vizinhos, os ajudavam de bom grado em tudo.« — Mas tantas vexações e perrarias lhes fizeram, que se tornaram a rebellar. Uma só contarei, que foi como disposição ultima e occasião propinqua desta rebellião, e foi que entre outros mamelucos, que andavam pelas aldêas suas resgatando peças captivas e outras cousas, e debaixo disto roubando-os com violencia e enganos, houve um, natural de Pernambuco, o qual, posto que era filho de um homem honrado, tirou mais a ralé da mãe que do pae; este, indo a uma aldêa da Copahôba com seus resgates, se agasalhou em um rancho de um principal grande, chamado *Inigussú*, que quer dizer «rede grande», e se namorou de uma filha sua, moça de quinze annos, dizendo que queria casar ou amancebar-se com ella, para ficar entre elles, e não vir mais para os brancos, no que ella consentiu, e o pae tambem, entendendo que cumpriria o noivo a condição promettida.

---

(1) Affirma Varnhagen que Parahiba ou Parahyba, Parnahyba e Paranahyba são a mesma cousa e significa *rio mau*.

Porém indo a uma caça, que durou alguns dias, quando tornou, não achou o genro, nem a filha, porque se haviam ido para Pernambuco: sentiu-o muito, e mandou logo dois filhos seus em busca da irman, os quaes, porque o mameluco lha não quiz dar, se foram queixar a Antonio Salema, que estava por correição em Pernambuco, posto que já de partida para a Bahia, e elle mandou logo notificar o pae do querellado, que trouxesse a moça, como trouxe, e a entregou aos irmãos, passando-lhes uma provisão para que ninguem lhes impedisse o caminho, ou lhes fizesse algum aggravo, antes lhes dessem os brancos por onde passassem, todo o favor e ajuda para o seguirem; avisando-os que não consentissem mamelucos em suas aldêas, e assim o avisou ao capitão-mór da ilha de Tamaracá, Affonso Rodrigues Bacellar, que não consentisse em ir ao sertão semelhante gente».

Partiram mui satisfeitos os dois moços, levando a irman, e foram bem tratados por todos os brancos «até que chegaram á casa de um Diogo Dias, que era o derradeiro que estava nas fronteiras da capitania de Tamaracá, o qual os recebeu com muitas mostras de amor, e muito mais a irman, que mandou recolher com outras moças de camara, sem mais a querer dar aos portadores, nem a outros que o pae mandou».

De nada valeu recorrer ao capitão de Itamaracá, porque este, sendo amigo do criminoso Diogo, dissimulou com o caso. Era Iniguassú homem tão bem intencionado, e affecto aos portuguezes, que nem do seu offensor tomára vingança, si não fosse açulado pelos indios que traficavam com os estrangeiros. Reunidos, por tanto, em grande numero os barbaros, e apoiados por alguns francezes, saltearam a casa que Diogo Dias possuia no rio Curacunhaem ou Tracunham, onde havia um engenho começado; attrahiram o seu dono a uma emboscada; destruiram a casa e o engenho, fazendo uma geral matança de brancos, 1574.

Tal foi a causa e o principio desta revolta, como a de muitas outras; mas estes factos hoje não se contam,

e os historiadores cuidam dar provas de imparcialidade affirmando simplesmente que o gentio andava levantado, que destruiu, que matou, etc, etc. como si a justiça não existisse tambem para os pobres indios!

248) **Expedições.** — Ordenou, portanto, Luiz de Brito que se occupasse o rio Parahyba, e fossem castigados os barbaros. Fernão da Silva, que reunia os cargos de ouvidor geral, e provedor-mór da Fazenda, incumbido deste negocio, marchou contra os rebeldes com todo o poder de gente de pé e de cavallo, e indios que de Pernambuco e de Itamaracá poude levar. Não ousaram os selvagens espera-lo, nem elle os seguiu mais que até á foz do Parahyba, onde, em nome del-rei e com muita solemnidade, tomou posse da terra, retirando-se sem demora para a Bahia.

Voltando, pois, os barbaros a senhorear o paiz, avançaram até a *Goyana*, destruindo um engenho e casa forte, que nesse interim levantára Boaventura Dias, filho de Diogo. Defenderam-se os brancos como leões, mas nenhum escapou com vida. Então Luiz de Brito esquipou uma esquadra de doze navios, cujo mando confiou a Fernando Pimentel, seu sobrinho. Elle mesmo embarcou, levando a gente mais luzida da cidade, em setembro de 1575. Sendo, todavia, a frota dispersada pelos ventos, regressou o governador para a Bahia, arribando o sobrinho a Pernambuco, e recolhendo-se mais tarde para a capital. Abandonou, portanto, Luiz de Brito esta empreza.

Expediu mais tarde (1578) Lourenço da Veiga ordens para que se levasse ao cabo a conquista; desistiu, comtudo, della ao ser informado de que Fructuoso Barbosa, rico proprietario de Pernambuco, passando á Côrte, conseguira o privilegio de colonizar a Parahyba por sua conta e á sua custa (25 de janeiro de 1579) com a condição de ser durante dez annos capitão-mór da terra, e cobrar todas as rendas. Chegou Barbosa ao Recife com quatro navios, numerosas familias, soldados, clerigos e religiosos; demorando-se, porém, ahi

diversos dias, sobreveiu tal tempestade, que o arrojou com suas embarcações até ás Indias de Castella, donde passou de novo á metropole.

Voltando ao Recife em 1582, navegou incontinente para a Parahyba, emquanto Simão Rodrigues Cardoso, capitão-mór e ouvidor de Pernambuco, á testa de muito gentio e de 200 brancos, seguia por terra. De oito navios francezes, que surprehendeu varados em terra no porto da Parahyba, incendiou cinco, logrando os outros escapar a seu salvo. Descuidou-se, todavia, Barbosa, julgando-se seguro, e cahiu numa cilada em que perdeu 40 homens, entrando neste numero um filho seu. Já os selvagens lhe preparavam um grande ataque ao arraial que havia posto na beira esquerda do rio, de fronte do Cabedelo, quando assentou retirar-se com toda a sua gente. Exaltaram-se tanto os indigenas com esta retirada, que destruiram tres engenhos perto de Itamaracá, ficando nessa capitania apenas trinta e dois colonos, 1582. Mandaram, portanto, os pernambucanos pedir soccorros ao governador Manuel Telles Barreto, que lançou mão dos navios de Diogo Flores Valdez, 1584.

249) **Constróe Valdez o Forte S. Philippe, 84.** — Entrára Valdez na Bahia, pedindo mantimentos, de volta da sua mallograda empreza ao Estreito de Magalhães, onde devia fundar um forte e uma povoação (1). Emquanto a frota se apercebia, mandou

(1) Tendo em 1579 o celebre corsario inglez, Francisco Drake, passado o Estreito de Magalhães, e aggredido as colonias hespanholas do Pacifico, enviou D. Francisco de Toledo, vice-rei do Perú, atraz delle Pedro Sarmento e Antão Paulo Corso, piloto, os quaes, atravessando o mesmo Estreito em sentido opposto, chegaram a Sevilha, e visitaram o rei catholico em Badajós. Inteirado Philippe II do que elles contaram, resolveu construir dois fortes e fundar duas povoações no Estreito afim de impedir a passagem das embarcações inimigas. Apromptaram-se, pois, 23 naus de alto bordo com cinco mil homens de mar e guerra, petrechos, provisões, etc. Diogo Flores Valdez recebeu o comando da armada; Antão Paulo Corso, o cargo de piloto-mór; e Pedro Sarmento, o de governador dos fortes e povoações.

Barreto a Pernambuco o ouvidor geral, Martim Leitão, incumbindo-o de angariar quanta gente e recursos podesse. Sarpou Diogo Flores da Bahia com sete navios hespanhóes e dois portuguezes. Commandava estes dois Diogo Vaz da Veiga. Chegando a Pernambuco, desembarcou Valdez afim de se entender com D. Philippe de Moura e mais autoridades a respeito da marcha dos auxiliares por terra, emquanto a armada seguiria por mar.

Combinado o plano, fez-se de vela Diogo Flores, que, ao entrar no Rio Parahyba, incendiou cinco naus francezas depois de esbulha-las. Uma sexta embarcação que não estava em sécco na praia como as outras, logrou desferir o panno e abalar. A expedição terrestre, guiada por D. Philippe de Moura e por Fructuoso Barbosa, chegou pouco depois, havendo tido no caminho apenas um pequeno recontro com alguns selvagens. Constava ella de cem soldados de cavallo, de 200 infantes brancos, de cento e tantos negros, e de quinhentos indios. Posto que no regimento, dado a Barbosa pela Coroa, fosse indicado para o forte o sitio do Cabedelo, na margem direita da foz do rio, onde está hoje a fortaleza desse nome;

Tinha apenas sahido de S. Lucar (25 de set. de 81) esta frota, quando uma tormenta lhe tirou tres naus com perda de grande parte da gente, obrigando-a a recolher-se na bahia de Cadiz. Seguindo dentro em breve derrota, entraram no Rio de Janeiro em março do anno proximo; ahi demoraram-se até o mez de outubro, e velejando em seguida para o logar do seu destino, soffreram um grande temporal na altura do Rio da Prata. Retrocedeu, portanto, Valdez até S. Catharina; entregou tres naus a D. Alonso de Souto Maior, que ia por governador do Chile, para levar a sua gente até Buenos-Ayres; deixou mais tres, bem avariadas, na Ilha, afim de que, concertadas, passassem ao Rio de Janeiro.

Singrando estas para o norte, entraram em S. Vicente a 24 de janeiro de 1583, onde pelejaram com dois galeões inglezes, indo uma ao fundo, como em outro logar havemos de referir. Fazia, no entretanto, Valdez o ultimo esforço para lançar ferro no Estreito, donde uma nova tormenta o rechassou para o alto mar com tal estrago da gente e das embarcações, que resolveu voltar para o Brazil. Tocou em S. Vicente e no Rio, velejou na direcção da Hespanha, e foi por outro temporal obrigado a arribar na Bahia.

preferiu, todavia, Valdez a margem esquerda sobre o continente de fronte da extrema occidental da ilha da Restinga. Traçado o forte, a que déram o nome de S. Philippe, confiou Diogo Flores a sua alcaidaria e obras ulteriores a Francisco Castejon, deixando-lhe cento e dez soldados hespanhóes, uma nau portugueza e dois patachos. Partiu, afinal, para a Europa no primeiro de maio de 1584

250) **Diversas aventuras.** — Emquanto os hespanhóes trabalhavam nas obras começadas, marcharam os auxiliares de Pernambuco a bater o campo, caminho do sertão, onde depois de destruirem uma aldêa de indigenas inoffensivos, cahiram em uma cilada no sitio chamado *Leritibe* ou campo das ostras. Morreram passante de cincoenta colonos, e centenares de indios domesticos, recolhendo-se os mais á sombra do forte. Recebidos ahi com desdem, volveram para Olinda, perdendo muita gente na viagem. Exaltaram-se, portanto, os indigenas, e, apoiados sempre pelos francezes, assediaram com muito vigor a fortaleza. Para coroa de males desavieram-se na Parahyba, Barbosa como o alcaide Francisco Castejon, e, em Pernambuco, o ouvidor Martim Leitão com o provedor Martim Carvalho, que recusava fornecer mantimentos e munições. Mediante, todavia, alguns reforços, mandados por Martim Leitão, conseguiu Barbosa incendiar diversos navios francezes, e repellir os petiguares (85). Isto, porém, não bastou para desalentar os barbaros, que, fazendo alliança com o valente *Piragyba* (1), Braço ou antes Espinha de peixe, chefe dos tabajares, voltaram á carga. Entendendo, pois, os colonos de Itamaracá e de Pernambuco que esta guerra vinha a ser para elles questão de vida ou de morte, reuniram um grosso exercito de brancos, negros e indios, ao mando de Martim Leitão e de seu cunhado, Francisco Barreto. Marchando por

(1) E' aquelle mesmo que no Rio S. Francisco matára á traição um grande numero de pernambucanos. Vide par. 229.

terra, derrotaram o *Piragyba* em um morro, perto dos tujucos do *Tibery*; erraram pelo matto, abrindo picadas, incendiando aldêas, destruindo plantações, e assolando todo o paiz até o forte, que acharam livre do assedio. Internaram-se pelo sertão até á planicie das ostras, mas observando que já o inimigo não se mostrava em nenhum logar, recolheram-se de novo a Olinda deixando na fortaleza boa quantidade de provisões, diversos soldados e dois chefes. Eram o alcaide Francisco Castejon, e um Pero Lopes, que tomou o logar de Barbosa, o qual passou á metropole com o fim de reclamar seus direitos. Comtudo estes bravos conquistadores, dahi a dois mezes, enfadados da soledade, das doenças, da fome, e dos inimigos que tornaram a apparecer, lançaram fogo ao forte, arrojaram a artilharia ao mar, metteram a pique o unico navio que lá ficára, e fugiram para Itamaracá! Castejon, portanto, teve de ir preso para o reino.

251) **Victoria definitiva.** — Quando tudo parecia perdido, veiu a desharmonia que lavrava entre os selvagens, dar inesperadamente a victoria definitiva aos brancos. Pois, chegando a Pernambuco a noticia de estar o Piragyba irritado contra os seus alliados, que, em seguida á derrota levada no *Tibery*, lhe tinham applicado o epitheto de cobarde, tratou Martim Leitão de ganha-lo promettendo-lhe apoio contra seus contrarios. Acceitou Piragyba a offerta, e sem demora João Tavares, escrivão da Camara e juiz dos orphams de Olinda, seguiu para o norte, avistando-se com o indio a cinco de agosto no logar em que havia de surgir a cidade de Nossa Senhora das Neves, hoje capital da Parahyba. Dalli a tres mezes, partiu Martim Leitão com muita gente para a Parahyba, onde a 4 de novembro de 1585 designou o local destinado ao novo forte. Para o commandar veiu no anno seguinte da metropole, um Francisco de Morales, que, desavindo-se dentro em breve com todos, não se demorou em regressar para o reino. Realizavam, no entretanto,

os soldados diversas correrias para o interior, varrendo o sertão. Na segunda dellas chegaram muito além da Bahia da Traição, afugentando uma nau franceza, destruindo tres ferrarias, derrotando duas vezes os selvagens, e trazendo grande copia de mantimentos. Na terceira, que se effectuou em dezembro de 1586, sendo os nossos acompanhados pela gente do Piragyba, aggrediram os indigenas da serra da Copahoba, hoje serra da Raiz. Fundaram logo depois outro forte e um engenho no Tibery (1).

A gloria de conquistar a Parahyba e de fundar a sua primeira povoação, cabe sem duvida ao ouvidor geral Martim Leitão.

252) **Tres ordens religiosas.** — (2) Em 1584 já os *Benedictinos* estavam na Cidade do Salvador, donde dentro em breve passaram a organizar uma segunda abbadia no Rio de Janeiro, e em 1596 uma terceira

(1) E' a estas guerras, segundo parece, que se refere Southey, I, 428, quando diz que os francezes tentaram estabelecer-se na Parahyba fazendo lucrativo trafico e tornando-se formidaveis pela sua alliança com os naturaes. «Despachou-se Martim Leitão a reduzir estes selvagens, dando-se-lhe alguns jesuitas, os melhores voluntarios neste serviço. Estava o inimigo tão entrincheirado, que força-lo era impossivel; mas um dos padres por sobre a paliçada saltou ao meio delle, mais seguro no seu habito do que o seria debaixo da mais rija armadura. Escutaram-lhe os indios as razões; depozeram as armas, e expelliram os francezes. Colonizou-se a Parahyba; aldearam-se os indios, e estabeleceram-se uns oito ou nove engenhos de assucar. Veiu um novo capitão (Feliciano Coelho?) á feição dos caçadores de escravos; expulsou os padres; perseguiu-lhes e dispersou-lhes os catechumenos, e com a rapidez com que crescera, declinou a colonia».

(2) «No anno de 1581, diz o P. Anchieta, vieram em companhia de Fructuoso Barbosa, que vinha a povoar o rio da Paraihyba, tres frades do Carmo e dois ou tres de S. Bento em Pernambuco. Mas como não se povoou a Parahyba, não fizeram mais que prégar e confessar sem fazerem mosteiro. Veiu tambem em sua companhia um de S. Francisco que tambem prégou em Pernambuco, e tornou-se para o reino. No anno de 83 vieram dois de S. Bento com ordem de seu geral. A estes se deu um bom sitio na Bahia, e uma egreja de S. Sebastião, e fazem já mosteiro: são tres por todos até agora, e começam a receber alguns outros na ordem. Na mesma

em Olinda. Propagaram-se tanto, que conseguiram contar no Brazil sete abbadias e diversas presidencias. — *Os Capuchos de Santo Antonio* estabeleceram-se, a pedido de Jorge de Albuquerque, no Recife em abril de 1585, tomando a 25 de outubro do mesmo anno posse da ermida de Nossa Senhora das Neves. Em 1586 confirmou Sixto V a nova Custodia de Olinda, dependente por emquanto de Portugal. Dividiram-se mais tarde em duas provincias, a saber: a da Bahia e a da Conceição do Rio de Janeiro. — *Os Carmelitas Observantes* vieram pelo mesmo tempo; fundaram, primeiro, conventos em Olinda e em Santos, constituindo em seguida duas provincias, uma nas capitanias do Sul, outra, nas capitanias do Norte.

III

Segunda Junta, 87 — 91

253) **Dois governadores interinos.** — Fallecido Manuel Telles Barreto em 1589, e abertas as *Vias de successão* ou de *El-Rei*, como as chama Frei Vicente, achou-se que eram nomeados governadores interinos o bispo D. Antonio Barreiros, o ouvidor geral (1), e Christovam de Barros, provedor-mór da Fazenda e filho do mallogrado donatario do Ceará. Estando ausente o ouvidor, dirigiram os destinos do paiz os outros dois, tomando por secretario Antonio de Faria, contador-mór da Fazenda. O governo desta Junta, que

---

cidade, no mesmo anno, se deu sitio e casa a uns dois de S. Francisco, que vieram mandados por El-Rei para o rio da Prata com outros; mas estes ficaram-se na capitania do Espirito Santo, como ficaram outros em S. Vicente, que vieram na armada do Estreito (a de Valdez)».

(1) Parece que este ouvidor geral era Antonio Coelho de Aguiar, e que assistia em Pernambuco. Frei Vicente affirma simplesmente que estava ausente sem dizer quem era, nem onde se achava. Macedo menciona Antonio Coelho de Aguiar, e nos informa de que dentro em breve seguiu em serviço publico para Pernambuco. Varnhagen, pag. 372, e Rocha Pitta, III, 87, nada dizem do ouvidor geral, referindo só os nomes do Bispo e de Barros.

durou quatro annos, foi prospero, como ficará claro pelo que vamos contar.

254) **Conquista de Sergipe, 1589.**—(1) Mais do que o desejo de rechassar os francezes, motivou a conquista de Sergipe a grande traição que os selvagens desse paiz commetteram no tempo de Manuel Telles Barreto, e que passamos a referir com a maior brevidade possivel.

Mandaram os ditos selvagens deputados ao governanador asseverando que desejavam abraçar o Christianismo e serem incorporados nas aldêas da Bahia, e pedindo, por intercessão dos jesuitas, soldados que os acompanhassem e defendessem durante a viagem. Depois de não pouca hesitação, annuiu Barreto ao pedido que parecia tão justo e razoavel, concedendo 130 soldados entre brancos e mamelucos, e bem assim diversos indios das aldêas dos jesuitas. Mandaram os embaixadores aviso aos seus que os viessem encontrar no Rio Real, como de facto fizeram. Recebidos com todas as demonstrações de jubilo, seguiram os nossos em grande segurança e descuido até Sergipe, aposentando se ahi em diversas casas, espalhando-se pelas aldêas, e entregando-se á vida escandalosa com as indias que a ninguem se recusavam.

Estas, porém, «lhes entupiram os arcabuzes de pedras e betume, e tomando-lhes a polvora dos frascos, lhos encheram de pó de carvão». Feito isto, deram os barbaros um dia de madrugada um assalto tal, que mataram a todos, menos alguns indios dos padres que levaram a noticia á Cidade do Salvador. Esta traição, fructo das vexações precedentes, e da devassidão dos soldados, fez com que se declarasse justa a guerra. Quiz Barreto castigar sem demora tamanha crueldade; porém a sua velhice e doenças não lho consentiram.

(1) Deram este nome ao rio e ao paiz em memoria de um chefe poderoso que pouco antes ahi dominára e se chamava *Cirizippe* ou *Cerigipe*, que significa *ferrão* do *ceri* ou *ciri*.

Resolveram, pois, os governadores interinos levar a cabo a conquista de Sergipe até o Rio S. Francisco, já para castigar o gentio, já para expulsar os francezes que ainda praticavam muito commercio naquellas paragens. Approvado o projecto pela Côrte, e declarada justa a guerra, reuniu-se pelos fins de 1589 um grande exercito, á testa do qual se póz o proprio Christovam de Barros. Todos foram «com muita vontade, diz Fr. Vicente, porque sendo guerra tão justa dada com licença de El-Rei, esperavam trazer muitos escravos». Tendo de viagem repellido com graves perdas dos barbaros uma força de tres mil frecheiros (23 de dez. de 89), aggrediram sem perda de tempo na Varsea do Vasabarris o celebre maioral *Baepeba*, que com mais de vinte mil dos seus se havia fortificado em tres tranqueiras, as quaes se prestavam mutuo auxilio.

Diversos foram os assaltos, notavel o denodo desenvolvido de parte a parte, mui disputada e sanguinolenta a ultima peleja (1 de jan. de 90), triumphando por fim o valor proverbial dos nossos, que tomaram uns quatro mil prisioneiros apezar de fugirem muitos para o sertão. Os selvagens mortos na ultima refrega foram calculados em 1600. Fundou immediatamente Christovam de Barros perto da foz do rio Sergipe um forte, e junto delle um arraial, que chamou cidade de S. Christovam, mudada mais tarde para outro logar. Ahi distribuiu os escravos e diversas sesmarias a seus cooperadores na conquista, sendo a primeira para Antonio Cardoso, seu filho, desde o rio Sergipe até o Rio S. Francisco. Deixou no arraial Thomé da Rocha com o titulo de capitão; incumbiu Rodrigo Martins de perseguir o gentio, e retirou-se para a Bahia.

255) **Entradas.—O Porquinho.**— Dirigiu-se Rodrigo Martins ao Rio S. Francisco, que os fugitivos tinham atravessado. Encontrou nessas paragens diversos pernambucanos que andavam em procura de escravos, e affirmavam não ser licito aos bahianos caçar

indios em tal territorio pertencente á capitania dos Albuquerques. Um delles era Francisco Barbosa da Silva, que, annos antes, atraiçoado pelo *Sette*, perdera seus numerosos captivos (1). Desta vez, porém, deixou no sertão a vida sua e a de todos os seus (2). Outro foi Christovam da Rocha que chegou em um caravelão á testa de quarenta homens. Subiram juntos pelo Rio S. Francisco até além do sumidouro, e alojaram se no rancho de um principal chamado Tuman, onde surgiram entre elles serias desavenças relativas á divisão da presa que fariam. Martins, portanto, retirou-se, e Christovam da Rocha, associando-se a um Antonio Rodrigues de Andrade, marchou contra os indios do *Porquinho*, dos quaes ouvira contar que haviam assassinado quatro ou cinco brancos.

Ao receberem esses indigenas a noticia de semelhante projecto, fugiram todos, espalhando-se pelos mattos. A' força de promessas que não foram cumpridas, lograram os caçadores faze-los voltar. O *Porquinho*, já mui velho e doente, que veiu com elles, pediu e recebeu o baptismo com o nome de Manuel. Fallecendo dentro de poucos dias, foi todo o seu povo sacrificado á cubiça dos caçadores de entes humanos, que, tendo dividido a presa, voltaram cada um com o seu quinhão: Rocha para Pernambuco; Andrade, para a Bahia. Estes passaram pela *Serra do Salitre*, do qual levaram amostras em cabaços.

IV

Os Inglezes no Brazil

256) **Primeiras viagens.** — O primeiro inglez, conhecido, que veiu traficar no Brazil, foi o Sr. *William Hawkins* de Plymouth, o qual no seu *Paul of Plymouth*, navio de 250 toneladas, fez duas viagens:

(1) Vide par. 234.

(2) Infelizmente Frei Vicente não se dignou relatar-nos as particularidades do desastre a que faz apenas esta pequena allusão.

uma em 1530, outra em 1532. Pelos annos de 1540 praticavam o commercio no Brazil varios mercadores de Southampton. Dizem que um certo Pudney da mesma cidade veiu á Bahia em 1542, construindo um forte não longe da morada do Caramurú. Relatam egualmente que pelos annos de 1567 tentaram diversos inglezes estabelecer-se na Parahyba do Sul, donde cinco annos depois, desalojados pelos portuguezes, fugiram, os que escaparam, para o sertão, e delles nunca mais se recebeu noticia alguma.

Tratou em 1579 de occupar algum ponto do nosso paiz uma esquadra ingleza, que se dispersou não longe da costa, salvando-se apenas diversos homens em uma lancha. Alguns destes foram mortos, outros presos pelos portuguezes. Menciona-se tambem a viagem do *Minion*, navio que a pedido de *João Whithall*, inglez casado e domiciliado em S. Vicente, veiu de Londres a Santos, onde, recebido com agrado, carregou notavel quantidade de mercadorias. Em seguida, porém, á união de Portugal com a Hespanha, as visitas dos inglezes no Brazil não podiam deixar de assumir um caracter hostil.

257) **Fenton.** — Pouco depois de 1582 demandou a costa do Brazil uma expedição ingleza, destinada ás Indias Orientaes e á China, debaixo das ordens de Eduardo Fenton. Aportando a S. Vicente, foram visitados (1) por José Doria, sogro de Whithall, e por mais dois principaes do logar. Estavam consultando sobre o modo de obter audiencia do governador e tomar refrescos, quando appareceram tres embarcações de Flores Valdez, que immediatamente os aggrediram. Rompeu o fogo ao cahir da tarde, continuando emquanto durou o luar. Um dos navios hespanhóes foi a pique, mas no dia seguinte, ganhando os inglezes o vento, fizeram-se ao largo. Fôra Valdez informado da

(1) Segundo refere Frei Vicente, estes inglezes affirmaram que traziam cartas de D. Antonio, e os colonos responderam que já sabiam quem era o seu rei.

vinda dos inglezes por um navio hespanhol, que Fenton apresára, deixando-o pouco depois em liberdade (1).

258) **Roberto Withrington**—sarpou para o mar do Sul tres annos depois da volta de Fenton, e em virtude das informações recebidas de dois chavecos portuguezes, capturados na foz do Prata, concebeu a esperança de tomar a Bahia para a qual se dirigiu sem demora. Como a cidade estivesse desguarnecida, quando appareceram velas inimigas, mandou Christovam de Gouvêa, visitador dos jesuitas, chamar os indios convertidos dos arredores, que com seus arcos salvaram a capital do Brazil cobrindo-lhe as immediações. Comquanto, pois, os inimigos entrassem no porto, e bombardeassem S. Salvador, não se aventuraram a desembarcar. Logo acudiu Christovam de Barros, que no primeiro rebate estava ausente, e organizou de prompto uma flotilha de barcaças ás ordens de Sebastião de Faria. Demoraram-se os inglezes seis semanas assolando o Reconcavo, e tentando um assalto sobre a ilha de Itaparica, mas foram afinal repellidos e obrigados á retirada. Tornou-se nesta occasião notavel uma mulher, que desde Itapoan correu em defeza da patria a cavallo com lança e adarga (2). Occorreu este facto durante a administração da Segunda Junta. Fr. Vicente diz que se deu —*pouco tempo depois de começarem a governar o Bispo e Christovam de Barros.*

(1) Vide a nota do paragr. 249. Um dos maiores inimigos dos hespanhóes foi o corsario inglez Drake, o qual em 1572 lhes tirou duas praças no Isthmo de Panamá; em 1577 passou o Estreito de Magalhães; aggrediu os castelhanos na costa occidental da America; assenhoreou-se da California, e voltou para a Europa pelas Indias Orientaes e o Cabo de Boa Esperança; em 1585 occupou diversos logares nas Canarias, nas ilhas de Cabo Verde e em S. Domingos; em 1588 mandou a pique, no porto de Cadiz, 23 navios hespanhóes; em 1595, sendo mal succedido em um ataque contra Panamá, falleceu de sentimento em Porto-Bello.

(2) Vide Accioli—Memorias da Bahia, I, pag. 74, em nota; Fre. Vicente; Southey, II, 12; Varnhagen, etc. Accioli fala do soccorro prestado pelos jesuitas sem indicar donde é que tirou essa informação; Southey, porém, cita a Rel. Ann, ff. 114.

259) **Cavendish em Santos, 1591.**—Já déra este corsario inglez uma volta em roda do mundo, praticando em toda a parte as mais horriveis crueldades, quando emprehendeu uma segunda viagem, porém sem provisões sufficientes. Mandou, por isto, adiante dois navios procurar mantimentos na costa do Brazil, ás ordens do vice-almirante Cook, o qual, surprehendendo a população de Santos á missa, a reteve presa o dia inteiro na egreja, e matou o unico homem que ousou oppôr alguma resistencia. Em logar, todavia, de buscar provisões, entregaram-se os inglezes á crapula, esquecendo-se do povo fechado na egreja. Fugiram então os moradores para os mattos com todos os moveis de algum valor.

Passados oito ou dez dias, chegou Cavendish, achando uma praça sem habitantes e sem mantimentos. Offereceram-lhe os selvagens a sua alliança com a condição de expulsar os portuguezes e guardar para si as terras, offerta que o almirante declinou, porque seu alvo não era a conquista. Como os colonos recusassem volver para seus lares, posto que convidados em nome de D. Antonio de Portugal, incendiaram os corsarios S. Vicente, e seguiram para o Estreito, cuja entrada os ventos lhes prohibiram, dispersando a frota. Só Cavendish regressou para a costa do Brazil; porém, dos 25 homens que enviou a tres leguas de S. Vicente roubar mantimentos, nenhum voltou, porque os indios mataram todos, excepto dois que levaram prisioneiros a Santos, entrando na cidade em triumpho com as cabeças dos mortos.

Pouco depois fez Cavendish juncção com o *Roebuck*, um dos navios da sua desditosa esquadra, e, continuando a costear, assolou por toda a parte casas e plantações. Encarregou-se, por ultimo, um portuguez, que em breve penduraram na verga, de metter os dois barcos dentro da barra do Espirito Santo. Entraram nesse porto com duas lanchas; combateram com valor; soffreram perdas muito graves, sendo uma dellas a do capitão Morgan, e foram afinal repellidos pelos colonos.

Depois desta mallograda tentativa, deixou Cavendish a costa do Brazil, morrendo de pesar e de molestia na viagem para a patria.

260) **Jayme de Lancaster**, 1595 — partiu de Londres á frente de tres navios com um tal Barker como vice-almirante. Apresaram na altura do Cabo Branco 24 navios hespanhóes e portuguezes, dos quaes levaram cinco. Souberam dos prisioneiros que um grande galeão, de volta da India, naufragára na costa de Pernambuco, achando-se actualmente toda a riquissima carga armazenada no Recife. Navegaram, pois, para a Ilha de Maio; uniram-se ao pirata inglez *Venner*, e dirigiram-se sobre Pernambuco, aonde chegaram pelos fins de março de 1595. Entraram no porto á viva força não obstante a energica resistencia dos nossos, que tiveram de retirar-se para Olinda.

Fretaram tres embarcações hollandezas, surtas diante da cidade, e mais cinco pertencentes a piratas francezes que appareceram pouco depois. Baldearam toda a carga do galeão para bordo de quinze navios, fazendo-se, afinal, de vela caminho da Inglaterra. O trabalho da baldeação exigiu o espaço de trinta e quatro dias, durante os quaes guardaram estes ladrões estricta disciplina, não fazendo pilhagem alguma sobre particulares.

Aconteceu, emquanto transferiam a carga, entrar no porto um navio com 40 portuguezes, e uns 180 negros de Guiné. Apresando a embarcação, deixou Lancaster ir livres os negros, e obrigou os portuguezes a trabalhar no carregamento.

Os olindenses, no entretanto, não tinham estado ociosos. Vendo frustradas suas tentativas afim de salvar a carga do galeão, pediram de parlamentear, e, não sendo recebidos, fizeram os maiores esforços para molestar o inimigo, a quem mataram trinta e cinco pessoas inclusive o vice-almirante Barker. Quizeram incendiar-lhes os navios despedindo contra elles diversos brulotes; falhou, porém, o artificio, porque os inglezes vigiavam sem interrupção de dia e de noite.

V

D. Francisco de Souza, 1591—1602

261) **Francisco Giraldes.**— Para succeder a Barreto nomeou a metropole, a nove de março de 1588, Francisco Giraldes, senhor da capitania dos Ilhéos, que Lucas Giraldes, seu pae, comprára ao filho do primeiro donatario. Havendo duas vezes sahido barra fóra, e sendo outras tantas obrigado a arribar, solicitou Giraldes e obteve a exoneração deste cargo que não ambicionava.

Com Giraldes deviam partir Antonio de Magalhães, como sargento-mór do Estado, cargo novamente instituido, e tambem os membros da Relação, que desde o anno anterior (87) tinha o governo resolvido fundar na Bahia. De todos elles, só tres lograram ver a Terra de S. Cruz, ficando deste modo adiada a creação desse tribunal.

262) **D. Francisco de Souza** — a quem por sua muita prudencia, diz Frei Vicente, deram o appellido de *D. Francisco das Manhas*, conseguiu captar a sympathia dos povos e das autoridades. Nomeado no primeiro de dezembro de 1590, desceu na Bahia a nove de junho do anno seguinte. Propôz-se D. Francisco um triplice fim, a saber: descobrir minas auriferas, occupar o Rio Grande do Norte, e fortificar a costa contra os corsarios e piratas estrangeiros.

263) **Minas.**—Descendente de Caramurú, era neste tempo Roberio Dias um dos homens mais ricos da Bahia; tinha serviços de prata para sua capella e sua meza, e corria de plano ter elle tirado o metal de que eram feitos, de minas descobertas em suas proprias terras. Divulgando-se cada vez mais o boato, julgou Roberio prudente não occultar por mais tempo o segredo. Passando, pois, a Madrid, offereceu ao rei achar-lhe immensa quantidade de prata, comtanto que fosse agraciado com o titulo de *Marquez das Minas*.

Conseguiu apenas o titulo de *Administrador das Minas*, sendo o de marquez promettido ao novo governador, si as descobrisse.

Regressou Roberio ao Brazil com D. Francisco, e logo obteve licença de ir ás suas terras com o pretexto de aperceber-se para a expedição; occultou, pelo contrario, com tanto cuidado todos os vestigios capazes de levar á descoberta, que o governador não logrou atinar nem sequer com a pista. Dissimulou D. Francisco, contentando-se de mandar suas queixas á Côrte; antes, porém, que chegassem as ordens para o castigo, Roberio, morrendo, levára comsigo o segredo que nunca mais se patenteou.

Como parece impossivel que nenhuma outra pessoa estivesse a par desse segredo, ou que mais tarde não o revelasse, suspeitam alguns que a existencia dessas minas não passasse de uma invenção com o fim de obter o titulo ambicionado.

Em todo o caso é certo que Roberio merecia castigo, ou por ter mentido, ou por ter occultado esse thesouro que pertencia ao governo (1).

Auxiliou D. Francisco com o mesmo intuito a empreza de *Gabriel Soares*, que se internou pelo sertão da Bahia em busca de minas. Tocando em 1567 no Brazil, de viagem para a India Oriental, preferiu Soares ficar na Cidade do Salvador, onde dentro em breve adquiriu notaveis riquezas. Tendo herdado de João Coelho, seu irmão, o itinerario de varias minas nos sertões, fez antes de tudo um testamento assaz edificante; passou á metropole (84); obteve muitas concessões e privilegios; voltou para o Brazil (90), e, á frente de um grande numero de homens, chegou até ás cacebeiras do rio Paraguassú, onde succumbiu ás doenças e ao trabalho. Ficou, pois, inteiramente mallograda esta expedição.

(1) I. Accioli, I, pag. 75, nota 11, diz que mais tarde se achou prata em diversos logares da Bahia.

264) **Parahyba e Rio Grande.** — Pacificada a Parahyba, conforme já vimos em outro logar, a restituiram a Fructuoso Barbosa, o qual por meio do seu procurador D. Pedro de la Cueva conseguira que a Côrte lhe reconhecesse seus direitos. Confiou Barbosa ao mesmo Cueva o mando de todos os soldados hespanhóes existentes na capitania; como, porém, não se demorasse em desavir-se com elle, ameaçaram os indigenas dar cabo da nascente colonia. Acudiu de Itamaracá o capitão Pero Lopes Lobo, que, batendo os indios, varreu os sertões a grande distancia.

Arrasaram, todavia, pouco depois os barbaros (91) o forte do Cabedelo que Barbosa desguarnecera, transferindo a sua residencia para junto do Inhoby.

Sendo impossivel reconciliar Cueva com Barbosa, o monarcha chamou o primeiro para o reino, para onde dentro em breve se retirou tambem o segundo, abandonando a conquista. Veiu então governar a Parahyba Feliciano Coelho de Carvalho (92), que derrotou os selvagens e expulsou os jesuitas (93), entregando as aldêas que estes haviam formado, aos franciscanos, a quem egualmente despediu tres annos depois (96). Em 1597 tornaram os francezes a saltear o forte do Cabedelo, donde foram repellidos com perdas graves.

Sendo o *Rio Grande do Norte* a base das operações dos francezes, resolveu-se conquistar tambem essa parte do paiz afim de rechassar definitivamente aquelles entrelopos. Confiaram esta empreza a Manuel Mascarenhas Homem e a Feliciano Coelho. Partiu Mascarenhas de Olinda por terra á frente de forças notaveis; achou na Parahyba uma esquadra de seis navios e de cinco caravelões, mandada da Bahia pelo governador; embarcou, levando parte das tropas, dois capuchos como linguas, e dois jesuitas como engenheiros. Era um destes o P. Gaspar de Samperes, que traçou o risco do forte dos *Tres Reis Magos*, do qual dizem que não havia outro melhor em todo o Brazil. Feliciano Coelho seguiu por terra com numerosos soldados, brancos e indios; foi, porém, dentro em breve

obrigado a retroceder por se ter posto no meio dos seus a epidemia das bexigas. O unico que continuou sem demora a viagem foi Jeronymo de Albuquerque.

Chegava, no entretanto, Mascarenhas com a sua esquadra em frente do Rio Grande do Norte (principio de 98); desembarcava em um recife ilhado da margem direita junto da foz; fortificava-se; repellia alguns ataques dos barbaros, e mui opportunamente era reforçado por uma urca com artilharia e munições mandadas da metropole.

Feliciano Coelho só se apresentou no mez de abril de 98. Acabado o forte, a que deram o nome dos *Tres Reis Magos*, porque o tinham começado no dia seis de janeiro, fez Mascarenhas, no dia 24 de junho, a entrega delle a Jeronymo de Albuquerque; passou naquelle mesmo dia a dormir na aldêa do morubixaba *Poty ou Camarão*, e juntamente com Feliciano Coelho regressou para Pernambuco (1).

Jeronymo de Albuquerque logrou em breve assentar pazes com os indios de todo o districto, e attrahir desta arte os principaes dos petiguares, como Zorobabé, Camarão e o Páu-Secco. Tratou logo depois de fundar uma povoação, em chão elevado e firme, a meia legua da barra, que chamou *Natal*, talvez porque inaugurou o seu pelourinho ou a sua egreja matriz no dia 25 de dezembro de 1598.

265) **D. Francisco em S. Paulo, 98.** — Emquanto Mascarenhas conquistava o Rio Grande do Norte, resolveu D. Francisco visitar as capitanias do sul. Deixando em seu logar na Bahja o capitão-mor Alvaro de Carvalho, fez-se de vela em outubro de 1598, levando comsigo a sua guarda, um engenheiro e um mineiro, ambos allemães. No Espirito Santo despachou Diogo Martins Cão para examinar as minas ditas de esmeraldas; no Rio pouco se demorou, e de Santos

(1) Daqui se vê claro que o celebre Camarão era natural do Rio Grande do Norte, não do Ceará, nem de Pernambuco.

passou a S. Paulo, seguindo para o morro de *Araçoyaba*, junto da actual fabrica de ferro do Ypanema, onde lançou os alicerces de uma villa que logo cessou de existir. No primeiro de dezembro de 1599, estando já de volta em S. Paulo, confirmou a nomeação de Diogo Gonçalves a capitão das minas descobertas; visitou as minas de Jaraguá e Voturuna, e, cinco mezes depois, confiou a André Leão a incumbencia de penetrar com uma partida de tropa pelo interior do paiz em busca de minas de prata.

Em Santos capturou D. Francisco uma grande nau hollandeza, que, de volta do Estreito de Magalhães, viera esperar as suas companheiras. «Importaria, diz Fr. Vicente, a fazenda que esta nau trazia, em mais de cem mil cruzados, os quaes com a mesma facilidade se gastaram que se adquiriram». Nas minas achou ouro de lavagem, e tambem «de graus de peso, e de preço, e de que elle enfiou um rosario, assim como sahiam redondos, quadrados ou compridos, que mandou a Sua Magestade com outras mostras de perolas que se achavam no esparcel de Canané e em outras partes (1)».

No dia 23 de dezembro de 1599 entrou na Bahia uma armada de sete naus hollandezas, que devastaram todo o Reconcavo. O capitão-mór, Alvaro de Carvalho, mandou contra ellas, com muitos indios, André Fernandes Morgalho e Alvaro da Cachoeira, que repelliram bravamente os invasores. Outros hollandezes ás ordens de um *Olivier van Noord* tentaram nesse mesmo tempo fazer aguada no Rio de Janeiro; e pouco depois quatro carauelas e diversas canôas de indios apoderaram-se em Cabo Frio de um tal *Jaques Porcel*, de Dieppe.

Em 1602 sendo D. Francisco informado de que já chegára o seu successor, passou procuração para a cobrança, na Bahia, de seus vencimentos atrazados, e embarcou em Santos directamente para a Europa.

(1) Frei Vicente, pag. 163.

266) **Fortificações.** — O terceiro fim que D. Francisco se propôz, foi erguer diversas fotalezas para guarnecer a costa contra as aggressões dos estrangeiros. Copiaremos aqui alguns trechos de Fr. Vicente, que nos fará no mesmo tempo conhecer a fundo o caracter deste governador contra o qual tanta antipathia mostra o Sr. Varnhagen.

«E assim, diz o citado autor, pag. 147, foi o mais bemquisto governador que houve no Brazil junto com o ser o mais respeitado e venerado; porque com ser mui benigno e affavel conservára a sua autoridade e magestade admiravelmente, e sobretudo o que o fez mais famoso foi a sua liberalidade e magnificencia, porque tratando os mais do que hão de levar e guardar, elle só tratava do que havia de dar e gastar, e tão inimigo era do infame vicio da avareza, que, querendo fugir delle, passava muitas vezes o meio em que a virtude da liberalidade consiste, e inclinava para o extremo da prodigalidade. Dava a bons e a máus, pobres e ricos, sem lhes custar mais que pedi-lo, donde costumava dizer que era ladrão quem lhe pedia a capa, porque pelo mesmo caso lha levava dos hombros.»

«Não houve egreja que não pintasse, acceitando todas as confrarias, que lhe offereciam, murou a cidade de taipa de pilão, que depois cahiu com o tempo, e fez tres ou quatro fortalezas de pedra e cal, que hoje duram; as principaes que têem presidios de soldados, e capitães pagos da Fazenda Real, são a de S. Antonio na boca da barra e a de S. Philippe na ponta de Tapuype, uma legua da cidade ..... e tudo então podia fazer, porque tinha provisão de El Rey, para que quando não bastasse o dinheiro dos dizimos, que é só o que cá se gasta a El Rey, o pudesse tomar de emprestimo de qualquer outra parte, e assim houve occasião em que tomou um cruzado á conta do que se havia de pagar dos direitos de cada caixão de assucar nas alfandegas de Portugal, e algum dinheiro dos defuntos que se havia de passar por lettra aos herdeiros ausentes; e de uma nau que aqui arribou indo para a

India..... tomou trinta mil cruzados, o que tudo El-Rey mandou pagar em Portugal de sua Real Fazenda».

267) **Commercio com o Rio da Prata.** — Durante este primeiro governo de D. Francisco, assumiu taes proporções o commercio do nosso paiz com o Rio da Prata, que o dinheiro, vindo de lá para o Brazil, se avaliou em quinhentos mil cruzados. Começára pelo simples facto de enviar o bispo do Tucuman um navio comprar vestimentas ecclesiasticas na Bahia. No principio simplesmente se tolerou; em 1602 permittiu Castella certo commercio de generos de Buenos Ayres para o Brazil; mas em 1605 ordenou se désse remedio ao mal que esse commercio causava á colonia hespanhola do Prata.

VI

Diogo Botelho, 1602—1607

268) **Governo de Botelho.** — Nomeado Botelho a 20 de fevereiro de 1601, desejou vir com o titulo de *vice-rei*, recebendo apenas o de *governador geral* que anteriormente fôra concedido só a Lourenço da Veiga e a Francisco Giraldes, e que desta epoca em diante vão ter todos os seus successores. Elevaram-lhe o ordenado a tres mil cruzados, e permittiram-lhe uma guarda de vinte homens. Foi o primeiro governador que desceu em Pernambuco, onde se demorou um anno pouco mais ou menos. Vieram com elle um mineiro allemão, e um sacerdote da ordem de S. Agostinho, castelhano de nação, destinados a passar ás minas de S. Vicente. Veiu egualmente Diogo de Campos Moreno, que em seguida foi um dos chefes da conquista do Maranhão, e autor da historia dessa mesma conquista, bem como do livro intitulado *Razão do Estado do Brazil*.

Botelho mostrou-se severo, propondo a separação dos empregos incompativeis, procurando que o dinheiro publico não fosse subtrahido, e fixando o ordenado

dos officiaes do fisco, que até então se pagavam com suas proprias mãos, percebendo um tanto por cento. Dando provas de espirito pouco christão, trabalhou para que não se fundassem mais conventos de religiosos no Brazil, e teve algumas desintelligencias com os jesuitas e com o Bispo. A este disputava a precedencia na egreja. Consultada sobre isto a Côrte, respondeu que nas *egrejas é o prelado quem tem a precedencia*. Quanto aos jesuitas, considerava Botelho inefficazes e menos uteis ao Estado os meios adoptados pelos padres de aldêar collectivamente os indios, e *preferia traze-los á força para os povoados!*

Durante o governo de Botelho, inaugurou-se na Bahia a pesca da baleia; creou-se em Portugal o conselho da India; amansaram-se os aymorés, e deu-se principio á colonização do Ceará. Desta colonização trataremos mais adiante: occupemo-nos agora dos outros pontos.

269) **O Conselho da India** — creado em 1604 á imitação, parece, do *Conselho das Indias*, existente em Castella desde 1524, era composto de um presidente, de dois secretarios, e de quatro conselheiros, dos quaes, dois militares e dois lettrados, devendo um destes ser clerigo canonista. Todos os negocios do Brazil que antes pertenciam á Mesa da Consciencia e depois couberam ao Conselho da Fazenda, foram confiados a este tribunal, que, durante sua curta existencia, governou realmente o nosso paiz. Abolido antes de 1614, foi restaurado em 1642 com o nome de Conselho Ultramarino.

270) **Pesca da baleia** — Em 1603 encetou na Bahia a pesca da Baleia o biscainho Pedro de Orecha, que, vindo com o governador Diogo Botelho, trouxe a seu cargo duas naus de biscainhos com os quaes começou a pescar, e, ensinando aos portuguezes, se tornou com ellas carregadas sem da pescaria pagar direito algum. Não se demorou, porém, a metropole a vender o privilegio ao primeiro que se apresentou, por seiscentos

mil réis annuaes. Em breve subiu tanto esta industria, que o contracto se arrematava por seis contos e setecentos mil réis cada anno.

Fazia-se a pesca dentro do porto desde o mez de junho até o fim de agosto, durante o qual tempo as baleias entravam ahi para dar á luz. Cada uma produz um só filho, grande como um cavallo. O trabalho da pesca exige muitos homens, e tres navios de feitio especial. « Gasta-se, diz Fr. Vicente, de soldadas com a gente que anda neste ministerio os dois mezes que dura a pescaria, oito mil cruzados, porque a cada arpoador se dá quinhentos cruzados, e a menor soldada que se paga aos outros é de trinta mil réis, fóra comer e beber de toda a gente; porém tambem é muito o proveito que se tira, porque de ordinario se matam trinta ou quarenta baleias, e cada uma dá vinte pipas de azeite pouco mais ou menos ... e se vende cada uma das pipas a 18 e 20$000 rs, além do proveito que se tira da carne magra da baleia, a qual fazem em cobros ... e sêcca a mettem em pipas e vendem cada uma por doze ou quinze cruzados .... Com se haver morto tanta multidão de baleias, em nenhuma se achou ambar, que dizem ser o seu mantimento, nem era do mesmo talho e especie, outra que sahiu morta, ha poucos annos, nesta Bahia, em cujo bucho e tripas se acharam doze arrobas de ambar gris finissimo, fóra outro que tinha vomitado na praia ». Quem desejar uma bella descripção da pesca da baleia, veja Fr. Vicente, na pag. 171.

271) **Aymorés e Petiguares na Bahia.** — Achava-se Diogo Botelho ainda em Pernambuco, quando recebeu a noticia de que os aymorés assolavam as capitanias da Bahia e dos Ilhéos, de sorte que a propria Cidade do Salvador não deixava de correr algum risco. Pediu, portanto, ao capitão-mór de Pernambuco reunisse uma força de petiguares afim de castigar esta nova invasão. « Ninguem, diz Southey, II, 47, que não fosse um jesuita podia levantar esta força; metteu-se

o P.e Diogo Nunes entre elles, (1) e debaixo das suas ordens se lhe pozeram oitocentos guerreiros escolhidos, sobre promessa de que, finda a guerra, voltariam ao seio de suas familias. Ao chegarem a S. Salvador, estava passada a imminencia do perigo, mas o official commandante em vez de recompensar estes alliados e despedi-los, resolveu aquartelar parte delles na Bahia, e o resto nos Ilhéos, para guarnição destas capitanias sem que esquecesse assignar-lhes sua tarefa.»

«Com paciencia aguardaram os petiguares alguns dias, mas vendo então que nem se fazia guerra, nem os licenciavam, pediram venia para regressarem a seus lares, dizendo que, si não lha déssem, a tomariam. O commandante acompanhado d'alguns dos principaes da cidade, gente que contava com estes pobres selvagens para lhes cultivarem as terras, foi ter com elles, buscando em comprida harenga, persuadi-los a que ficassem; mas elles, que diante dos olhos tinham o horror da escravidão, responderam que sobre condição de se irem, finda a guerra, haviam vindo».

«Quem tão injusta intenção tinha podido formar, tambem não era homem que della se deixasse demover por simples representações contra a sua sem razão. Não podendo engodar os selvagens, determinou de levar pela força a sua avante; chamaram-se os soldados, e os petiguares prepararam-se para a batalha. Em grande confusão andava revolta toda a cidade; dois conselhos se celebraram durante a noite, e em ambos se resolveu que se declarassem rebeldes estes homens offendidos, e como taes se atacassem, sendo reduzidos á escravidão.»

«Tão certo não era, porém, o triumpho, que ao commandante tirasse todas as apprehensões do resultado, pelo que mandou aos jesuitas nas aldeias circumvizinhas recado, que viessem á toda a pressa em seu auxilio com quantos frecheiros podessem reunir para serviço

(1) Este padre Diogo Nunes acompanhou os selvagens para a Bahia. Foi mais tarde (1615) ao Maranhão com Alexandre de Moura, e falleceu nas Antilhas, conforme havemos de ver.

de Deus e de S. M. Vieram os jesuitas; conheciam elles por demais o caracter da gente da governança, para que esperassem leva-la por motivos de justiça e boa politica, e desejando evitar maior mal immediato, pediram aos petiguares que consentissem em ficar. A resposta prompta foi que fariam o que os padres quizessem. Pouco depois julgou o commandante prudente mandar buscar para a cidade como refens a maior parte dos caciques; a isso se recusaram estes, dizendo que bem lhe percebiam a intenção, nem lhes assentava bem a elles abandonar seus companheiros. Outra vez se recorreu aos jesuitas, e de novo prevaleceu a sua influencia; os petiguares disseram que fariam o que se queria, por amor delles, e não em attenção ao commandante».

Quizemos copiar todo este trecho de Southey para que veja o leitor quão injustamente se procedia com os pobres indios, e diga si é possivel sustentar a these que Varnhagen defende na sua historia, isto é, que toda a justiça estava do lado dos colonos; a culpa, sempre da parte dos indigenas. Si os pobres selvagens tivessem seus historiadores e podessem contar seus aggravos, cremos que muitas de suas guerras, chamadas revoltas, não passariam dos limites de uma justa defeza, e muitas outras seriam vinganças justificaveis de offensas anteriormente recebidas.

Quanto ao proceder dos jesuitas nestas conjuncturas arriscadas, póde quem quizer censura-lo, como o faz Southey, e nós não precisamos tecer a apologia de ninguem, nem pretendemos affirmar que elles não se podessem alguma vez enganar. Mas, o que deveriam elles fazer?

Mostrar aos bahianos a injustiça do seu procedimento? Isto com certeza elles fizeram; mas o proprio Southey reconhece que d'aquelles senhores não se podia esperar justiça. Aconselhar aos petiguares a resistencia? Isto, além de acarretar immensos males aos cidadãos innocentes e aos jesuitas, seria pernicioso aos proprios indigenas mesmo na supposição de sahirem victoriosos, porque de um modo ou de outro acabariam

por serem subjugados, e reduzidos ao mais hediondo captiveiro.

272) **Zorobabé.** — Conta Frei Vicente do Salvador, pag. 161 e 170, que o chefe desses petiguares era o famoso *Zorobabé*, e que a ida delles para a Bahia se effectuou emquanto D. Francisco de Souza estava na capitania de S. Vicente.

O commandante de que fala Southey, era o capitão-mór Alvaro de Carvalho, o qual mandou os petiguares aos Ilhéos, e pouco depois os deixou voltar para seus lares. Refere tambem Fr. Vicente que, ao chegar Botelho á Bahia, estando os petiguares de partida para o norte, lhes ordenou debellassem de passagem, como fizeram, um mocambo de negros fugidos, situado não longe do Rio Real.

De lá seguiu Zorobabé para a sua terra natal, louco de vaidade, entrando na sua aldêa em triumpho. Visitaram-no quasi todos os indios da Paralhyba, e muitos brancos, que o embriagavam, e depois falavam que era temivel, andava levantado, e cousas semelhantes, com que assustaram mui seriamente o capitão de Pernambuco e o de Itamaracá. Affirma Fr. Vicente que embora fosse vaidoso e de caracter algum tanto exaltado, si estava em si, mostrava boas intenções, e falava em fazer-se christão; «comtudo quando se embebedava, era inquieto e revoltoso, e foi crescendo tanto o medo nos portuguezes, que o prenderam e mandaram a Alexandre de Moura, capitão-mór de Pernambuco, e dahi ao governador, os quaes na prisão lhe deram por muitas vezes peçonha na agua e vinho sem lhe fazer algum damno, porque, dizem que, receioso della, bebia de madrugada a sua propria camara, e que com esta triaga se preservava e defendia do veneno; finalmente o mandaram para Lisboa, donde... o mandaram aposentar em Evora cidade, e ahi acabou a vida, e com ella as suspeitas da sua rebellião».

Dispensamos toda a sorte de commentarios; observaremos tão sómente que Varnhagen, referindo este

facto, cala a circumstancia *do veneno subministrado pelo proprio governador geral, bem como a de ser Zorobabé embriagado* por aquelles mesmos colonos que lhe imputavam a crime o que elle dizia nesse estado de alteração.

273) **Invasão dos aymorés.** — Assolavam, no entretanto, os aymorés as capitanias do sul desde os Ilhéos até S. Vicente. «Em S. Amaro, diz Southey, abandonaram-se propriedades do valor de trinta, quarenta e cincoenta mil cruzados, devorados por estes selvagens os trabalhadores e fugidos os proprietarios. Não era menos espantosa a força dos aymorés do que a sua desesperada ferocidade; um punhado delles assaltava engenhos de assucar em que havia nada menos de cem pessoas .... A capitania dos Ilhéos ficou quasi destruida. Porto Seguro tinha sido bem defendido, emquanto se haviam deixado os indios mansos a cargo dos jesuitas.»

«Debaixo do sabio governo dos padres, viviam elles em aldeamentos assaz fortes para se defenderem a si, protegendo os portuguezes da colonia. Um capitão novo veiu destruir este systema, na sua cega rapacidade desfazendo as aldêas e distribuindo os pobres indios pelos colonos que os faziam trabalhar, deixando-lhes o cuidado de proverem á sua propria subsistencia. Assim se viam obrigados a exporem-se sós ou em partidas pequenas, e os que não succumbiam ao trabalho, eram trucidados pelos aymorés. Privados do seu rebanho, e não se podendo manter sem elle, abandonaram os jesuitas os seus estabelecimentos; fugiram tambem quantos tinham meios de faze-lo, até que afinal mal ficariam ainda na capitania vinte familias miseraveis, que d'alli não podiam sahir e que, sem escravos que para elles trabalhassem, de hervas e raizes se nutriam unicamente. Assim se viram os aymorés senhores de todas aquellas regiões, e já a propria Bahia não estava a coberto de suas correrias».

274) **Principio da conversão dos aymorés.** — *Alvaro Rodrigues.* — «Umas doze leguas ao sul da capital do Brazil vivia nas suas terras um abastado portuguez por nome Alvaro Rodrigues, que com vigor fazia a guerra a estes perigosos fronteiros. Numa de suas expedições capturou duas mulheres que trouxe para casa. Uma morreu, e boas maneiras domesticaram a outra; apprendeu o portuguez, e tanto se affeiçôou ao novo genero de vida, que, dando-lhe Alvaro livre o regresso á sua tribu, recusou ella ir-se. Occorreu-lhe então a elle que poderia esta mulher servir para estabelecer-se a paz. Prestou-se ella prompta a secunda-lo, e, pondo-se em um logar onde era provavel que os patricios a ouvissem nas florestas, começou a chama-los, voz em grita, referindo o bom tratamento que da parte dos portuguezes encontrára, e dizendo que queriam elles ser amigos dos aymorés, e torna-los participantes das boas cousas que possuiam. Feito isto, depunha mantimentos no chão, instrumentos de ferro, e as bugiarias que mais deviam agradar, e voltava.

«Repetiu-se isto, até que dos indios alguns se affoutaram a vir visitar Alvaro, que, entretanto, ao capitão da Bahia fizera saber a esperança que nutria, pedindo as orações de todos os fieis a favor da sua realização. Alguns parentes desta mulher deixaram afinal persuadir-se a irem a S. Salvador, e os presentes que alli receberam, e as maravilhas que na volta contaram, induziram outros cincoenta a visitarem o commandante. Tão feliz successo se considerou naquella cidade para o bem do Estado o pacifico apparecimento desta gente, e tão inesperado, que um dos espectaculos com que a regalaram, foi uma procissão de graças pela sua visita, terminada por um sermão da mesma natureza».

275) **Desastre providencial.** — «Estavam agora tão satisfeitos os aymorés, que em hordas vinham a aquartelar-se em casa de Alvaro, o qual logo requereu ao governador que o mais depressa possivel o livrasse destes vorazes hospedes. Faceis de persuadir

quando os não preveniam suspeitas, estiveram os selvagens por ir para qualquer parte, onde gosassem das commodidades do seu novo genero de vida, e foram removidos para a ilha de Itaparica, postos ahi sob o cuidado de tres jesuitas, escolhendo-se uma ilha por nada haver assim que recear, caso recahissem nos antigos habitos. Mas demasiada repentina fôra a mudança: rebentou entre elles uma doença endemica, que mal dava aos jesuitas tempo para baptizar aos moribundos e enterrar os mortos. Apoz dez semanas desta pia tarefa, informaram ao governador que ou se havia de remover dalli o rebanho ou todos pereceriam. Voltaram alguns a ter com Alvaro, dispersando-se os outros por entre os indios mansos, cujas aldéas estavam estacionadas quaes outros tantos postos avançados contra os proprios aymorés. Dalli, como se havia receado, mettiam-se ás mattas e iam a dar com os parentes; taes eram, porém, os commodos da vida sedentaria, que elles frequentemente voltavam, trazendo outros; e assim indo uns, vindo outros, encontrava-se alli uma continua successão de hospedes. Apprenderam alguns a lingua tupy para servirem de interpretes, e a fronteira viu-se livre da terrivel guerra a que tantos annos estivera exposta».

276) **Conversão dos aymorés.** — *Domingos Rodrigues.* — «Havia por estes tempos no collegio de S. Salvador um jesuita por nome Domingos Rodrigues, recentemente chegado de Portugal; ligou-se aos aymorés, apprendeu-lhes a lingua, e, obedecendo ao impulso intimo que sentia, pediu ao superior que o mandasse aos Ilhéos, onde esperava da mesma fórma effectuar as pazes. Removeram-no, pois, para o collegio dalli. Riu-se o povo do projecto, tendo por impossivel que os aymorés, encarniçados como estavam em rezes humanas, abandonassem jamais os seus habitos de anthropophagia, nem renunciassem a esperança e o prazer da vingança pelas perdas soffridas.»

«Não se deixou Domingos dissuadir por taes arrazoados, e a primeira vez que se avistou uma partida de aymorés, metteu-se numa canôa com o superior do collegio, o capitão dos Illhéos e dois remadores, seguindo todas as outras embarcações em temerosa distancia. Ao chegarem ao alcance de voz do logar onde estavam occultos os aymorés, chamou-os Domingos, dizendo-lhes que vinha de paz e como amigo. Passados alguns momentos, sahiram da espessura, preparados os arcos, dizendo-lhe que podia elle vir, mas nenhum outro, e apontaram o logar onde deviam fazer alto as canôas».

«Passando, pois, a outros bateis os companheiros, adiantou-se elle sósinho no seu, visto o que, depozeram os selvagens as armas. Chegado á margem, disse-lhes Domingos a que vinha, e deu-lhes farinha, que foi recebida com gratidão. Pediu então que alguns o acompanhassem á villa, promettendo reconduzi-los na manhan seguinte com maior porção de viveres para os seus amigos. Quatro pessoas se embarcaram promptamente com elle, sendo o maior numero que podia levar a canôa».

«No outro dia veiu elle effectivamente com o superior trazer os quatro indios, aonde cêrca de duzentos aymorés com suas familias reunidos á beira do rio os estavam aguardando. Um dos quatro visitantes, apenas saltou em terra, pôz-se a partir as settas dos seus patricios, dizendo que era finda a guerra, e boa gente os padres, que nem tinham arcos nem settas, pelo que nada devia negar-se do que elles exigissem. Desta vez acompanharam-no trinta selvagens para a villa, onde tão grande foi, ao ve-los, a alegria dos moradores, que tirados da canôa os jesuitas, em triumpho os levaram ao seu collegio.»

«Facilmente se concluiu agora a paz, pedindo-se aos novos alliados que do sertão trouxessem outros da sua nação, para da mesma fórma se aproveitarem do beneficio da amizade dos padres. Nem tardou que attrahida por este convite não apparecesse perto duma

aldêa (1) de petiguares convertidos uma horda em que vinham duzentos e cincoenta frecheiros... A' vista delles fugiram os petiguares, mas dois da primeira tribu, que haviam sido os mensageiros para estes seus patricios, adeantaram-se á pressa, dizendo que vinham de paz: sahiram-lhes de encontro os jesuitas, levando da villa quantidade de instrumentos de ferro, e provisões, e recebendo em bem acceita troca os arcos dos aymorés. Levaram-nos aonde estavam os companheiros, que elles abraçaram com vivo sentimento de amor nacional. O effeito que sobre aquelles selvagens produziu a vista e a experiencia dos commodos da vida civilizada, foi tal qual o haviam esperado os jesuitas: correu a noticia, e bem de pressa se formaram dois aldeamentos, contendo um mil e duzentos aymorés, e outro, quatrocentos, e a capitania que até aqui só com os frequentes soccorros da Bahia se livrava de total destruição, viu-se efficazmente livre de seus inimigos.»

Estes factos mostram mais uma vez o que seriam os selvagens, mesmo os mais bravos, como sem contestação eram os aymorés, si com elles se usasse a brandura e caridade christan; ou por outra, si se tentasse persuadir-lhes efficazmente que os nossos procuravam o seu verdadeiro bem, e não buscavam rouba-los e despoja-los. Preferimos empregar as palavras e os sentimentos do protestante Southey para que ninguem nos accuse de suspeito ou exaggerado.

Valia agora a pena discutir porque é que Varnhagen passa de todo em silencio estes acontecimentos, que por sem duvida pertencem á historia da civilização do nosso paiz; omittimos, porém, esta questão para não sermos prolixo.

---

(1) Como no sul não havia petiguares, parece-nos necessario suppôr que, ou Southey deu aqui por descuido o nome de petiguares a outros indigenas, ou estes eram daquelles que tinham vindo da Parahyba, dos quaes affirma Candido Mendes que não regressaram para o norte.

277) **Hollandezes na Bahia.**—Durante a administração de Diogo Botelho entraram na Bahia sete navios hollandezes, capitaneados por um Paulo Van Cardeu, que saquearam o Reconcavo e se apoderaram de uma urca já carregada. Foram, todavia, rechassados pelos moradores. Mandou, portanto, o governador á Hespanha Diogo de Campos Moreno, representar ao rei a necessidade de fortificar melhor toda a costa, e pedir meios mais efficazes para a conquista do Ceará e Maranhão. Partiu pelos fins de 1604, e nos dois annos seguintes alcançou ordem para as fortificações e outras cousas importantes; nada, porém, conseguiu a respeito da costa do norte, «porque houve alguma opinião que a jornada [1] era mais conveniente aos particulares que desordenadamente se haviam havido nella, que não ao commum serviço de Deus e de Sua Magestade [2]».

Provavelmente o medo de prejudicar ao seu cliente, Pero Coelho, fez com que o Sr. Porto Seguro não relatasse claramente o que se contem neste trecho, contentando-se de dizer que a metropole não deferiu o pedido que o governador lhe «dirigira, pela mesma occasião, para mandar fazer dois galeões». Parece claro que a idéa é bem diversa.

VII

D. Diogo de Menezes, 1607—1612

278) **Seu Governo.**—D. Diogo de Menezes e Siqueira, ulteriormente primeiro Conde da Ericeira, nomeado governador geral a 22 de agosto de 1606, chegou ao Brazil pelos fins do anno seguinte. Aportou de arribada ao Rio Grande do Norte, «onde encontrou o povo sem justiça, diz Varnhagen, e sem meios de a requerer, pelo que creou ahi um provedor e um

[1] Allusão á jornada de Pero Coelho da qual trataremos mais adiante.

[2] Diogo de Campos Moreno — Jornada do Maranhão.

tabellião, e lhe mandou depois individuos independentes, capazes de exercer os cargos da Republica». Demorou-se em Pernambuco um anno, dando diversas providencias para melhorar as fortificações.

Em seu tempo concluiu-se o forte do Picão ou de S. Francisco, começado no governo de D. Francisco de Souza. Achou tambem em Pernambuco Menezes que havia notavel subtracção do dinheiro publico e muito contrabando do pau brazil, sendo um dos cumplices o proprio joven donatario Duarte de Albuquerque. Um dos primeiros cuidados do novo governador na Bahia foi installar a Relação, cujos officiaes chegaram a cinco de junho de 1609. Seu primeiro chanceller foi Gaspar da Costa, mas, fallecendo elle dentro em breve, succedeu-lhe no cargo (1611) Ruy Mendes de Abreu.

A 27 de janeiro de 1610 a Camara da Bahia agradeceu ao rei o facto de ter dotado de uma Relação o Brazil; logo, porém, os moradores tiveram motivo de se arrependerem, visto como aquelle tribunal multiplicava e protrahia as demandas, e bem assim augmentava desmedidamente o numero dos advogados, rabulas e intrigantes, os quaes, todos, por um modo ou por outro buscavam viver e passar bem á custa dos brazileiros. Não admira, pois, que em 1625 supprimissem esse tribunal a pretexto de economia, porém na realidade porque todos se queixavam delle.

279) **A Relação, Menezes e o Bispo.** — Sabemos que Menezes se desaveiu com o Bispo, mas achámos altamente difficil atinar neste ponto com a verdade. Pois, excepto Varnhagen e Fr. Vicente, nenhum outro autor ao nosso alcance refere cousa alguma relativamente a esta questão. Destes dois autores, o primeiro é francamente apaixonado em favor de Menezes; o segundo não fala com sufficiente clareza, contentando-se de declamar contra os usurpadores da jurisdicção ecclesiastica. Vamos copiar alguns trechos: «... porque eram (os desembargadores) nesta materia

demasiadamente nimios, e á conta de defenderem a jurisdição de El-Rey, totalmente extinguiam a da Egreja.. Não nego que quando os juizes ecclesiasticos procedem contra as regras de direito, deve o secular desaggravar o réu, mas fóra dahi não deve, nem El-Rey se serve, nem Deus, que pelo que não importa se estorve a correcção dos males, e se perturbe a paz entre os que a devem zelar, como se fez depois que veiu a Relação ao Brazil.... e assim chegou o Bispo deste Estado, D. Constantino de Barradas a termo de não ter quem quizesse servir de Vigario Geral..... Uma cousa vi nesta materia.. e foi que tendo o dito Bispo declarado por excommungado nominatim a um homem, aggravou para a Relação, e sahiu que era aggravado, e não se obedecesse á excommunhão menor que se incorre por tratar com os taes, e fugiam por não se encontrar e falar com elle, mandou-se lançar bando que, sob pena de vinte mil cruzados, todos lhe falassem, cousa que antes da excommunhão não faziam sinão os que queriam, porque era um homem particular».

Vejamos agora o que diz o Sr. Porto Seguro: «Entre o bispo e o governador havia começado uma grave desintelligencia, que se fez publica em questões de *etiqueta* na procissão do Corpo de Deus em Pernambuco em 1608 (5 de junho), a qual historia por si só é um romance». É muito para extranhar que o Sr. Visconde não se digne dizer-nos nem uma só palavra a respeito desta historia que qualifica de romance. Como, porém, a desavença começou na procissão do Corpo de Deus, é licito suppôr que tudo consistisse na questão da precedencia, a saber: na procissão e na egreja a quem cabe o primeiro logar, ao bispo ou ao governador? O Sr. Varnhagen, como diplomata, sabia bem que esta questão não é de *simples etiqueta*, visto como inclue um principio a que o Bispo em consciencia não podia renunciar. O principio, como todos sabem, é o seguinte: *Quem precede é superior*. Ora é admissivel que o governardor seja na egreja

superior ao Bispo? Foi por isto que a Côrte no tempo de Botelho respondeu: *Na egreja a precendencia cabe ao Bispo.*

Continúa o Sr. Visconde a referir diversas accusações lançadas pelo governador contra o Prelado. Para furtar-nos á prolixidade, observaremos tão sómente que essas accusações em geral são vagas, cifrando-se na falta de decoro, na ambição, na cubiça, etc. Devia, porém, o illustre Historiador não esquecer uma das regras mais elementares da critica, a saber: que o inimigo, quando depõe contra o seu inimigo, não merece fé. Isto esqueceu o Sr. Visconde, e por isto pedimos licença para não lhe darmos crédito, nem ao governador.

Segundo o mesmo Varnhagen, o Bispo lançou o interdicto na Sé ao governador e ao thesoureiro, e excommungou o desembargador Pedro de Cascaes, que servia de provedor da Fazenda, porque não pagavam de uma vez certos atrazados da folha ecclesiastica do modo que o Prelado entendia. O Bispo recusou sujeitar-se á sentença da Relação, que lhe ordenára levantasse as censuras. Levada finalmente a questão para a Côrte, esta a decidiu em favor do Diocesano, ao qual apenas recommendou que fosse moderado. Attribuiu o governador o merito desta resposta da Côrte aos jesuitas, contra os quaes, por conseguinte, dirigiu toda a sua vingança, como logo veremos.

Diz ainda Varnhagen que em 1606 se havia mandado pagar atrazados (mandar pagar não é o mesmo que pagar) ao cabido da Bahia, e que se augmentára o ordenado do Bispo e de muitos outros ecclesiasticos «com o que esta porção das despezas, incluindo a somma que recebiam os jesuitas, foi logo elevada arriba de sete contos e oito centos mil réis, sem incluir a paga a alguns vigarios do sul».

Observe-se, porém, que o governo, a titulo de fazer as despezas do culto, cobrava os dizimos, que por este tempo, segundo o proprio Varnhagen, fundiam *quarenta e dois contos de réis.*

280) **Menezes e os jesuitas.** — Accusou Menezes os jesuitas perante o rei de terem dado um parecer favoravel ao Bispo, de comerem da fazenda real *perto de tres contos de réis*, e de que seus indios das aldêas, quanto á religião, nada sabiam! Pediu, portanto, que se désse aos padres uma reprehensão, e se lhes tirassem as aldêas, e que os *indios fossem declarados livres*. «Era, diz Varnhagen, (Menezes) de opinião que religiosamente o indio (nas aldêas) pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam população, as terras braços proprios á cultura, e o gentio não adquiria os habitos de civilização, policia e pudor, que só as grandes povoações proporcionam. Apenas chegado, *insistia na necessidade de serem os indios declarados livres* .... para os ir assim habituando ao trato e gosos dos colonos; pois quanto á religião elles nada sabiam, e apenas tomavam de cór o que se lhes ensinava. E, ao passo que, continúa Varnhagen, suppririam, *de mistura com os escravos de Guiné*, os braços que escasseavam, não iriam tanto, como então, para os mattos reunir-se aos negros fugidos ou canhambolas».

O leitor já sabe que os jesuitas tinham com seus suores, e á custa de innumeros sacrificios formado as aldêas; sabe egualmente que não eram os indios das aldêas os que fugiam para o matto, mas aquelles que receavam de serem reduzidos a injusto e hediondo captiveiro, sabe tambem que os indios das aldêas nem estavam ociosos, nem eram deixados sem pudor e sem moralidade.

E' melhor dize-lo francamente. Menezes desejava que os indios das aldêas fossem entregues aos colonos, a quem deviam servir como escravos. Isto apparece claro pelo que fez quando chegou a lei de 1609 como breve havemos de ver.

O Sr. Porto Seguro já na pag. 402 dissera que elle pensava como Botelho e Menezes, isto é que precisava obrigar os indios a virem para as cidades, embora com alguma quebra da sua liberdade, e accrescenta que este conselho lhe valeu *a reprovação e*

pocemas de muitos. Com effeito, para sustentar semelhante opinião, é mister ignorar de todo o que são as cidades. Além disto, seria pequena a quebra da liberdade? Os indigenas trazidos á força para as cidades ficariam alli, si não fossem algemados, ou, em outras palavras, reduzidos ao captiveiro? Já temos visto e havemos ainda de ver muitas vezes que o unico meio de converter e civilizar os indios era a brandura, o amor paternal e sem interesse proprio; pois todo o outro systema tem falhado e falhará para sempre.

Dahi é que alguns em nossos dias, recusando o systema religioso, recorrem á guerra de exterminio, já pelas armas, já introduzindo entre os pobres selvagens vicios que elles no seu estado de barbaria totalmente ignoravam! E estes se chamam civilizadores, e amigos da humanidade!

281) **Nova lei a respeito dos indios.** — Copiemos alguns trechos de Porto Seguro que sem duvida não é suspeito: « Baixou da metropole uma lei, com data de 30 de Julho de 1609, declarando os indios inteiramente livres, (1) e impondo penas severas aos que os tomassem ou conservassem como escravos. Protestaram contra semelhantes disposições o governador e o povo todo do Brazil de modo tal, que o rei se viu obrigado a reconsiderar o assumpto, e a revogar a mesma lei por meio de outra em data de 10 de 1611, na qual, começando por uma recapitulação das leis sobre os indios promulgadas desde 1570, prosegue autorizando os captiveiros feitos em guerra justificada ou por motivos justos; limitando, porém, o prazo dos mesmos captiveiros a dez annos, e conclue adoptando a idéa de aldêamentos, dirigidos por capitães escolhidos entre os colonos de vida exemplar, pelo governador, chanceller, e provedor-mór dos defunctos, reunidos, os quaes poderiam passar aos sertões, acompanhados de algum ecclesiastico, para effectuarem os descimentos: podendo, os indios assim

(1) E' precisamente o que Menezes pedira.

aldeados, serem sollicitados pelos colonos mediante contracto de locação de serviço. Todas estas disposições peccavam pela aberta que deixaram a serem sophismadas, dando origem a muitos abusos, que concorriam a desprestigiar a autoridade da lei e do legislador, a tal ponto, que *mais favoraveis á moralidade publica houveram sido quaesquer providencias que se executassem fielmente por mais crueis e rigorosas que fossem* (1)».

Si estas ultimas phrases não se achassem bem claramente impressas na Historia Geral do Brazil, ninguem hoje accreditaria que ellas podessem em pleno seculo XIX sahir da penna do illustre Visconde. Então, si a côrte declarasse, v. g., que os colonos podiam impunemente roubar quantos indios quizessem; tirar-lhes suas mulheres e seus filhos; reduzi-los a hediondo captiveiro sem nenhuma razão; trata-los peior que animaes, etc., etc., tudo isto, no sentir do Sr. Porto Seguro, *houvera sido mais favoravel á moralidade publica, comtanto que fosse executado fielmente*! A querer julgar por estas expressões, cumpriria dizer que o Sr. Visconde possuia noções bem extranhas da moralidade publica! E que talvez não existia para os pobres indigenas o direito natural? Não eram elles livres por natureza? Não eram entes humanos tanto como nós? tanto como o Sr. Visconde?

E' verdade que a lei deixava aberta a porta a innumeraveis abusos, porque onde não ha consciencia e religião, não se acha lei que baste para refrear as paixões. Somos, portanto, francamente de opinião que o melhor modo de acudir a tantos males era abolir duma vez a escravatura, ao menos, dos indigenas, dizendo aos colonos que, si quizessem enriquecer, trabalhassem, porque não é justo que um homem pretenda regalar-se e accumular thesouros á custa de outro homem, seu egual por natureza.

282) **Nova divisão do Brazil.—D. Francisco de Souza — 1608.** — Dividiram mais uma vez por

(1) Pag. 428. O grypho é nosso.

este tempo o Brazil em beneficio de D. Francisco de Souza. «Muito se receava no Brazil, diz o nosso Fr. Vicente, pelo muito dinheiro que D. Francisco de Souza havia gasto da fazenda de Sua Magestade, que lhe tomassem no Reino estreita conta; porém, como nada tomou para enthesourar, antes do seu proprio gastou,..... não tratou El-Rey sinão de lhe fazer mercês, e porque elle não pediu mais que o Marquezado das Minas de S. Vicente, o tornou a mandar a ellas, com o governo do Espirito Santo, Rio de Janeiro, e mais capitanias do Sul, ficando nas do Norte governando D. Diogo de Menezes».

Nomeado pelos fins de 1607 ou no principio de 1608, obteve grandes privilegios, e jurisdicção sobre todas as minas do Brazil; podia nomear empregados e officiaes, trazer uma guarda de vinte homens, intitular-se *Sobreentendente das Minas*, e levar, durante o seu governo, o titulo de *Grande*.

Prometteu-lhe, além disto, o rei conferir-lhe o titulo de Marquez do primeiro logar que nas minas se povoasse com cincoenta vizinhos casados. Veiu acompanhado por mineiros de ouro, de prata, de ferro, de esmeraldas, de salitre, e até de perolas. Sahindo do Tejo em duas caravelas, chegou, no dia 19 de fevereiro de 1608, a Pernambuco, cujo povo o recebeu com todas as demonstrações de jubilo.

Menezes, que ainda se achava nessa capitania, deu-se por muito offendido, queixando-se amargamente ao monarcha relativamente a esta nomeação.

A unica cousa que D. Francisco fez em S. Paulo, onde falleceu a onze de junho de 1611, foi sanccionar um contracto entre o seu filho primogenito, D. Antonio, e o provedor das minas, Diogo de Quadros e Francisco Lopes Pinto para erigir uma nova fabrica de ferro. Este seu filho primogenito já estivera no Brazil como capitão-mór da costa. Logo D. Francisco o mandou ao reino com as amostras de ouro das minas, de que levava feita uma cruz e uma espada para

Sua Magestade. Tudo lhe tomaram os corsarios no mar. Na ausencia do primogenito, succedeu-lhe D. Luiz, seu segundo filho, posto que fosse muito moço. Fr. Vicente affirma que D. Luiz succedeu a seu pae *por eleição do povo*; Varnhagen, que D. Francisco o nomeou em virtude de seus privilegios; que tomou posse immediatamente em S. Paulo, e a 13 de dezembro no Rio; mas no anno seguinte teve de entregar o governo ao desembargador Manuel Jacome Bravo, delegado do novo governador, Gaspar de Souza, em cujas mãos a metropole reunira a autoridade da colonia pelo alvará de 9 de abril de 1612. Gaspar de Souza dirigiu os destinos do Brazil até 1616, quando lhe succedeu D. Luiz de Souza.

VIII

Ceará e Maranhão

283) **Pero Coelho** — cunhado de Fructuoso Barbosa, e outrora commandante de uma galé do rei, tinha-se estabelecido na Parahyba, onde pelos annos de 1590 fôra vereador da Camara. Julgando-se prejudicado, porque o rei tomára a seu cunhado a capitania, cuidou poder-se indemnizar pela descoberta e conquista de outras terras, particularmente da serra de Ibiapaba «que era mais povoada de gentio» (1). Tendo, pois, alcançado do governador Diogo Botelho licença, o titulo de capitão-mór e diversos privilegios, mandou ao rio Jaguaribe tres barcos de mantimentos e munições (1603). Elle seguiu por terra com 65 soldados brancos, e 200 indios frecheiros. Os principaes destes eram o petiguar Garaguinguira, bem como os tabajares Mandiopubba, Batatam e Caragatim. Dentre os brancos destacavam-se Manuel Miranda, Simão Nunes, Martim Soares Moreno, João Cide, João Vaz Taperica, o lingua Pedro Congatan, e um francez,

(1) Frei Vicente.

egualmente lingua, a quem tratavam de Tuim-Mirim. Segundo as ordens do governador, deviam seguir até o Maranhão. Recebidos favoravelmente em toda a parte pelos indios, e passados alguns dias de descanço no Ceará, chegaram ao Camocim, donde se dirigiram para a Ibiapaba (janeiro de 1604). Duas victorias alcançadas ao pé da Serra sobre os barbaros dirigidos por diversos francezes, e a tomada de duas grandes cêrcas abriram-lhe o caminho do alto da mesma Serra, onde assentou pazes com o gentio, representado principalmente pelos chefes Mel Redondo e Diabo Grande *(Juriparyassú)*; quiz, segundo dizem, marchar para o Maranhão, porém não lho consetiram seus soldados.

Berredo, todavia, affirma, e Diogo de Campos Moreno faz entender que teve de regressar em virtude de ordens superiores. Retirou-se, portanto, para o Ceará, e, deixando nesta paragem Simão Nunes com 45 soldados, passou á Parahyba em busca da sua familia. De tudo deu conta ao governador, ao qual mandou de presente dez francezes e numeroso gentio. Prometteu Diogo Botelho enviar-lhe soccorros para proseguir na conquista «e não mandou por depois ser informado que se captivavam por esta via os indios injustamente, e os traziam a vender, e que seria melhor reduzi-los por via de prégação e doutrina dos padres da Companhia (1)».

No entretanto Pero Coelho, que, voltando ao Ceará achára um forte de taipa construido por seus soldados, aguardava anno e meio os soccorros promettidos, e dava áquella paragem o nome de *Nova Lusitania*, e ao forte o de *Nova Lisboa*. Vendo, afinal, que não apparecia nenhum dos soccorros esperados, retirou-se até á margem esquerda do Jaguaribe, onde, abandonado pelos indios, e pelos seus com a excepção de apenas dezoito soldados, pouco mais ou menos estorpiados, resolveu regressar á Parahyba por terra,

(1) Frei Vicente, pag. 165—168.

chegando ao Rio Grande depois de immensos soffrimentos, e a perda de seu filho mais velho que contava dezoito annos de edade.

No sentir de Varnhagen, Pero Coelho é de todo innocente, é um grande heroe, e succumbiu no Rio Grande aos trabalhos da viagem. O governador, segundo o mesmo autor, mandou os soccorros promettidos, porém João Soromenho, encarregado de leva-los, em logar de seguir o seu destino, deu-se a captivar os indios amigos, e voltou a vende-los em Pernambuco. Infelizmente o Sr. Visconde não se dignou revelar-nos a fonte donde tirou taes informações, e nenhum outro autor da epoca, ao nosso alcance, fala desse João Soromenho, ao passo que Frei Vicente, escriptor contemporaneo que viveu na Parahyba, affirma que o governador não mandou nenhum soccorro. Tambem Diogo de Campos Moreno— Jornada do Maranhão — cuja autoridade neste assumpto é incontestavel, attribue toda a culpa a Pero Coelho, e nega positivamente a remessa dos soccorros.

Copiemos: «e deu-lhe (a Pero Coelho) Deus grandes victorias e taes successos, que realmente, si fôra sua tenção o Maranhão sómente, muitos asseguram que chegára a ver suas terras. Porém o homem, obrigado de cartas de seus mandadores, e do máu provimento e soccorro que lhe deram, pois nunca foi tal, que passasse de promessas, se tornou a Jaguaribe com desenho de fazer alli nova povoação e colonia. Para a qual trouxe desde a Prayva (Parahyba) sua mulher e filhos, e deu nome á terra *a Nova Lusitania*, e ao logar a *Nova Lisboa*. Mas, como todas estas obras eram sem ordem, nem braço de rei, e *o govenador tratava de que lhe mandasse parte dos indios, como por cartas e ordens suas hoje parece, discorrendo que como de captivos era gente devida ás primicias do seu governo*, entendendo disto os homens que a Jornada se havia feito sómente para captivar e vender indios, deram-se tão boa manha, que em breves dias venderam

até aquelles que fielmente os haviam ajudado e acompanhado na guerra..... que desamparado (Pero Coelho) dos seus, e *quasi mais vendido, do que o foram os que elle venden*, se veiu, deixando tudo, miseravelmente a pé com sua mulher ... e foi necessario que o dito senhor (o rei) mandasse acudir á desordem dos captivos, tirando-os a quem os tinha, e tornando-os a mandar restituir a suas terras vestidos e contentes».

Berredo, par. 104, dá egualmente toda a culpa a Pero Coelho ...«...e destituido Pedro Coelho de todos os soccorros... merecido castigo do seu procedimento no captiveiro, a que condemnou tanto gentilismo, sem respeito algum nem ainda ao direito das gentes nos privilegios da hospitalidade...»

O Sr. Visconde affirma que veiu uma provisão regia de 19 de setembro de 1606, a qual mandava prender Soromenho; mas isto não prova a sua these. Podia Soromenho ser um dos culpados, mas não o unico, nem o principal: do contrario os autores contemporaneos o diriam. E' tambem de observar que este modo de citar documentos não deixa de ser capcioso. Porque não referiu Varnhagen, ao menos, a substancia dessa provisão? Porque não diz si Soromenho foi de facto preso, e de que modo acabou?

A respeito de Pero Coelho, o Sr. Visconde nos informa simplesmente, e sem citar nenhuma autoridade, que succumbiu aos trabalhos da viagem pouco depois de chegar ao Rio Grande. No entretanto Frei Vicente conta que Pero Coelho voltou dentro em breve para a Parahyba, e que de lá *se foi ao reino requerer seus serviços, e depois de gastar na Côrte de Madrid alguns annos sem haver despacho, se veiu viver a Lisboa sem tornar mais á sua casa*. Porque esta ausencia perpetua, este desterro? Frei Vicente não o diz, ou porque, talvez, ainda não se conhecesse a causa, ou porque, tratando-se de um facto estrictamente contemporaneo, julgou mais prudente calar parte da verdade. O P. José de Moraes, porém, suppre

muito bem o que falta em Fr. Vicente referindo que Pero Coelho foi pagar no Limoeiro de Lisboa a pena de seus crimes.

284) **Os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, 1607—1608.**—Ainda Pero Coelho não voltára da sua desditosa jornada, quando, a pedido do governador geral, partiram os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira, levando alguns dos indios injustamente vendidos, que, sendo postos em liberdade, estavam nas aldêas de Pernambuco, e deviam regressar para seus lares. Seguiram por mar em um barco que ia buscar sal no rio Jaguaribe. O capitão-mór, Jeronymo de Albuquerque, mui cortezmente os recebeu no Rio Grande do Norte, offerecendo-lhes armas e soldados, que os padres recusaram com modestia.

Deixando o barco no Jaguaribe, dirigiram-se a pé pela praia para o Ceará afim de abrandar aquelles indigenas, que ainda estavam altamente irritados. Taes eram as instrucções do governador. Fizeram os indios, de Coelho e de seus companheiros, queixas muito amargas; agasalharam, porém, com affeição os padres, nos quaes reconheciam seus amigos dedicados, conforme tinham ouvido de seus avós vindos do sul. Reuniram-se tantos selvagens, que deram sem demora principio a diversas aldêas não longe do logar onde mais tarde surgiu a Fortaleza, hoje capital do Ceará.

Partiram, todavia, os padres para o seu destino com grande pezar dos seus neophytos, alguns dos quaes quizeram absolutamente acompanha-los. Os gravissimos incommodos da viagem, longa, difficil, enfadonha, feita a pé até o alto da Serra, foram alliviados, pelo modo affectuoso e filial com que os receberam os barbaros, que para elles construiram egreja e casa. Com inexplicavel consolação dos indios demoraram-se alli cinco mezes, instruindo e baptizando a muitos. Mandaram, no entretanto, convidar diversas nações de tapuyas, que moravam nos arredores, afim de apazigua-las, e concilia-las com os tabajares, seus neophytos.

Todos responderam ao convite, menos os tacarijús, tribu a mais barbara de todos, que mataram os embaixadores, fóra um que lhes serviu de guia para irem no encalço dos padres. Estes, na verdade, vendo que os embaixadores não voltavam, tinham-se posto «a caminho para o seu appetecido Maranhão, acompanhados dos tupinambás, seus naturaes, e de alguns tabajares e petiguares que por todos não passavam de dez» (1). Alguns dias depois, ao romper da manhan, emquanto o P. Pinto estava revestindo-se para celebrar a missa no altar portatil, deram os barbaros repentinamente sobre elles.

Ao ouvir os primeiros urros, acudiu o P. Pinto a seus companheiros, dois dos quaes já tinham cahido mortos; o que vendo os outros, largaram o campo, e se retiraram para onde estava rezando no seu breviario o padre Luiz Figueira, a quem foi preciso, a pedido dos mesmos, esconder-se nos mattos, entregue todo á Providencia Divina. No entretanto o P. Pinto, ficando só no campo da batalha, entrou a abrandar com a doçura de suas palavras a acrimonia e azedume daquelles animos obstinados, que a golpes de um grande páu lhe abriram a cabeça, tirando-lhe a vida (11 de janeiro de 1608). Além dos dois indios que cahiram no principio, morreram mais tres em roda do corpo do martyr. Destes, um, chamado Pedro, era petiguar das aldêas de Pernambuco; outro, de nome Antonio, pertencia aos tupinambás; o terceiro, tabajar de nação, tinha o appellido de Yguassúmirim. Levando tudo quanto julgaram que lhes podesse ser util, retiraram-se os barbaros ufanos da sua victoria.

Passado algum tempo, e desembaraçado, dos inimigos, o campo, sahiu o P. Figueira do matto com os cinco indios que lhe restavam. Julgando impossivel proseguir a viagem do Maranhão, assentou retroceder. Metteu, pois, do melhor modo que poude o corpo do P. Pinto em

(1) P. José Moraes. Estes tupinambás achavam-se casualmente na Serra, quando lá esteve Pero Coelho, que os conduziu para o Ceará, e de lá os mandou vender em Pernambuco. Agora voltavam para suas familias.

uma rêde, e o levou a sepultar na raiz da Serra, onde para este fim construiu uma casa, e ergueu uma cruz. Decorridos alguns annos, transladaram os indios de Jaguaribe para uma das suas aldêas os ossos do Veneravel Padre, por virtude dos quaes obrou Deus entre elles alguns prodigios. O páu que fôra instrumento do martyrio, levou-o o P. Figueira para o collegio da Bahia, onde em 1624 se perdeu com as mais reliquias que nelle se conservavam em deposito.

Sentiram tanto os indios tabajares da Serra a morte do seu amantissimo padre, que, armados todos em guerra «buscaram os tacarijús em sua propria aldêa; e, dando-lhes um apertado cêrco antes de romper a alva, tocaram a degollar com tanta furia, que, sem fazer distincção de grandes a pequenos, de innocentes a culpados, mataram a toda aquella nação, sem ficar uma só pessoa que podesse fazer lembrado o seu nome» (1).

285) **Jornada do Maranhão.** — Julgamos opportuno referir este mesmo acontecimento com as palavras de Diogo de Campos Moreno, autor, no sentir commum, da *Jornada do Maranhão* «Acabado este successo (o de Pero Coelho), pareceu ao collegio dos padres da Companhia de Jesus que esta empreza era sua delles e de sua opinião e doutrina, como em fim pessoas dedicadas a descer e amparar os indios. Pelo que havendo-se bem aconselhado na materia, pediram licença para dois padres e quarenta indios irem até a grande Serra de Ibiapaba, e della ao Maranhão, ou, ao menos, ás partes a elle mais vizinhas.»

«Porque entendiam que os mesmos indios haviam de abalar-se para os receber, e leva-los a tomar posse de todos aquelles mundos: porém Deus foi servido de outra cousa, e succedeu que havendo os Reverendos

(1) Assim o P. José de Moraes, na hist. do Maranhão, liv. I, cap. IV. Elle não diz em que tempo os padres sahiram de Pernambuco; só consigna a data da morte do P. Pinto. Varnhagen affirma que partiram a 20 de jan. de 1607.

Padres chegado já á Ibiapaba, deixando de novo quietos e mui amigos os do Ceará, e passando avante foram no caminho salteados dos tapuyas da Serra, selvagens que a todos fazem o mesmo, andando como feras sempre no campo. Foi morto o P. Pinto nesta envolta, homem de grande bondade e exemplo na vida, que alli perdeu por Deus, e está hoje o seu corpo venerado no Ceará dos mesmos indios, que dizem que depois que o têem comsigo, que sempre lhes chóve agua do céu e lhes vae bem.»

«O outro, P. Figueira, escapou por entre o matto com alguns dos indios, que o encaminharam, e quando se viu no Ceará não fez pouco, nem alli estivera muito seguro; mas neste tempo, vindo outra vez o dito Sargento-Mór do Estado visitar a fortaleza do Rio Grande, e achando noticia do aperto em que o dito padre estava, e vendo que o P. Pedro Sampére queria ir ao buscar, deu a sua embarcação e soldados, que foram ao trazer dalli cem leguas, donde estava enfermo e consumido».

Tambem Berredo, posto que muito contrario aos jesuitas, refere este facto, no par. 106, do modo seguinte: «Com tão pequenas forças, animados só das generosas influencias dos seus grandes espiritos, entrou o zelo ardente destes dois varões (os padres Francisco Pinto e Luiz Figueira) em uma empreza tão arriscada; e já assegurados na amizade dos portuguezes todos os indios do Ceará, foram penetrando as asperezas do paiz até mais abaixo da Ibiapaba; mas insultados dos muitos tapuyas daquella grande serra, depois de servir de sacrificio á sua fereza a veneravel vida do padre Pinto com a de muitos indios seus auxiliares, a ficou devendo o seu companheiro ao refugio dos mattos».

Considere agora o leitor por um momento que juizo se ha de formar do Sr. Varnhagen quando affirma que «uma segunda expedição á serra de Ibiapaba..... foi emprehendida pelos padres da Companhia.... *ao ser informados da bondade dos ares da mencionada*

serra e da excellencia e fertilidade do terreno das suas frescas vêigas»! Que os padres «foram por terra carregados em tipoias, e não por mar». Que o P. Pinto no alto da serra «falleceu, deixando-o cahir, os indios, da rêde em que o levavam, em um tujucal, e não lhe acudiram quando, frechado no pescoço, foi acabado de matar com uma pua de taquára». Repare-se egualmente que o Sr. Visconde não relata o que os padres fizeram no Ceará apaziguando os indigenas, nem o trabalho que tiveram no alto da Serra instruindo os barbaros, etc, etc. A historia não se falsifica menos calando o que cumpria referir, do que contando factos imaginarios.

286) **Colonização do Ceará, 1611, por Martim Soares Moreno.**—Havendo por este tempo a metropole resolvido occupar de algum modo a costa do norte para a defender contra os estrangeiros que tratavam de conquista-la, incumbiu Martim Soares Moreno, sobrinho do Sargento-Mór do Estado, Diogo de Campos Moreno, de colonizar o Ceará. Afim de apprender a lingua e estudar os costumes dos naturaes, acompanhára Martim Soares a expedição de Pero Coelho, mas, longe de tomar parte nas vexações feitas aos indios, grangeára de tal modo a estima e amor geral, que Jacaúna, irmão de Poty ou Camarão, o heróe das guerras hollandezas, o tratava de *filho*. Partiram juntos em um barco Jacaúna e Moreno, só com dois soldados e um sacerdote. Construiram ao norte da ponta do Mucuripe um forte, e uma ermida com a invocação de Nossa Senhora do Amparo. Deram a esse forte em progresso de tempo o nome de *Fortaleza*, e hoje é a capital do Ceará.

Sendo pouco depois informado de estar um navio hollandez surto não longe da ponta do Mucuripe, foi Martim Soares saltea-lo á testa de um bando de tapuyas, vestido como elles, o corpo pintado de preto com o succo do jenipapo. Matando quarenta e dois homens, ficaram senhores da nau e de todo o seu

conteúdo. A noticia deste facto afugentou outra embarcação hollandeza, a qual, havendo perdido alguns homens que tinham ido á terra, e não tendo bastante tripulação para marear as velas, deu á costa, perecendo com toda a carga e a equipagem. Esqueceram-se, porém, de Martim Soares os officiaes de Pernambuco que Menezes incumbira de lhe mandarem reforços. Nem foi este o unico perigo. «Um portuguez, que preferia, diz Southey, os indios aos seus conterraneos, quiçá porque a frequente vista da oppressão lhe inspirára horror á sua propria nação, quiçá porque a companhia dos selvagens melhor lhe dizia com os habitos bravios, tentou alienar os tapuyas. Advertiu-os este homem que olhassem por si, si não queriam ver renovada a tyrannia exercida por Pero Coelho, e tanto se lhe escutaram os conselhos, que mais que um attentado se fez contra a vida de Martim Soares, de modo que outro menos intimamente versado na lingua e disposições dos naturaes, e menos habil em haver-se com elles, teria infallivelmente perecido».

IX

Maranhão e Pará

287) **Os francezes no Maranhão.** — Pirateando nas costas do norte o francez *Jaques Riffault*, soube captar tanto a affeição dos indigenas, que o morubixaba *Ovirapire* lhe offereceu o seu apoio para estabelecer naquellas paragens uma colonia franceza. Passou Riffault á França, e dentro em pouco voltou com tres navios e diversos colonos (1594). Arrastado pelos ventos e correntes até o Maranhão, foi recebido com amizade pelos tupinambás, senhores da ilha. Deixando mais tarde a sua colonia aos cuidados de um cavalleiro, natural do condado de Turena, chamado *Carlos, Senhor Des-Vaux*, partiu Riffault para a Europa, e nunca mais appareceu. Tendo esperado de balde a volta do seu companheiro, e grangeado a benevolencia dos

indios, navegou Carlos Des-Vaux para a França, onde expôz a Henrique IV a idéa de fundar uma colonia em um paiz admiravelmente rico, lindo e sadio. A fim de averiguar si aquella relação encantadora fosse exacta, enviou o monarcha ao Maranhão Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, que, tendo examinado tudo durante seis mezes, approvou o plano de Des-Vaux, e regressou para a sua terra natal. Como neste interim fôra assassinado (1610) Henrique IV, obteve La Ravardière, da rainha regente, Maria de Medicis, licença para constituir uma companhia destinada a colonizar o Maranhão. Associaram-se com La Ravardière Nicoláu de Harley, Senhor de Sancy; e Francisco, Senhor de Rasilly. Nomeados tenentes generaes em nome do Rei Christianissimo nas Indias Occidentaes, receberam da Regente uma rica bandeira com as armas da França em fundo azul celeste; por divisa um navio que levava a rainha no leme, e o joven rei na prôa empunhando um ramo de oliveira que da mão della recebera, e por mote: *Tanti dux fœmina facti, 1611.*

A pedido de Rasilly, que professava a religião catholica, embarcaram quatro capuchinhos, cujo superior, Claudio de Abbeville, nos deixou a historia desta jornada. La Ravardière e grande parte dos colonos tinham abraçado a reforma protestante, subindo a perto de quinhentos o numero total dos aventureiros. Em Cancale, na Bretanha, onde se preparou a expedição, benzeu (25 de janeiro de 1612) o bispo de S. Maló as bandeiras, as armas de Rasilly, e quatro cruzes que entregou a cada um dos missionarios. Por delicadeza para com os protestantes, omittiu a bençam dos navios, servindo de desculpa o máu tempo. De tres vasos se compunha a esquadra: *La Regente*, que como nau almiranta, levava os dois tenentes generaes, Rasilly e La Ravardière; *La Charlotte*, vice-almiranta, ás ordens do barão de Sancy, filho ou irmão do terceiro associado; *La Sainte Anne*, commandada por um irmão de Rasilly Sendo, ao sahirem de Cancale (19 de março),

dispersados por um forte temporal, arribaram a diversos portos da Inglaterra; mas, reunidos dentro em breve, seguiram prosperamente derrota. No dia sete de maio passaram entre Forte Ventura e a Grande Canaria, navegando até o golpho de Guiné para tomarem os ventos. Virando então as prôas para o oéste, aportaram á ilha de Fernão de Noronha durante a noite de 23 para 24 de junho, e nella se demoraram até o dia oito do mez seguinte. Encontraram nessa ilha um portuguez e uns dezoito tapuyas, fugidos ou desterrados de Pernambuco. A seu pedido levaram-nos para o Maranhão. Descobrindo a onze de julho a costa do Brazil, foram no dia seguinte dar fundo no Cabo das Tartarugas, dois gráus e quarenta minutos ao sul da linha, onde se detiveram doze dias, divertindo-se na caça e na pesca. Fizeram-se, a final, no dia 24, mais uma vez de vela, e no dia 26, embocando a barra do Periá, surgiram em frente da ilha de Upaonmery, que em attenção á festa do dia seguinte, denominaram Santa Anna.

Acharam nesse surgidouro dois navios de Dieppe, dos quaes colheram opportunas informações a respeito da ilha do Maranhão, que ainda lhes ficava na distancia de doze leguas. Posto que essas informações fossem muito favoraveis, julgaram mais avisado participar de antemão aos indios a chegada da frota. Entrou, pois, Carlos Des-Vaux na maior das vinte e tres aldêas existentes na ilha, alvo desta viagem, e dentro em pouco voltou em demanda de seus companheiros. Desceram então e seguiram para o Maranhão Rasilly e Des-Vaux com grande parte dos colonos, annunciando aos selvagens de terem trazido seus *pagés*. Recebidos com notavel regosijo, mandaram buscar os capuchinhos; começaram a construcção de um forte, de um armazem, e de uma casa para os missionarios; benzeram a terra; deram ao forte o nome de S. Luiz, á bahia o de S. Maria, e á casa dos missionarios o de convento de S. Francisco, 1612.

Tudo correu prosperamente no principio, e os dois chefes concordaram em que fosse Rasilly á França tratar os negocios da colonia para em breve regressar e assumir toda a sua gerencia, passando então La Ravardière a residir na mãe patria. Claudio d'Abbeville voltou egualmente para a França, levando seis selvagens. Tres delles falleceram logo depois de chegar; os outros receberam o baptismo com grande solemnidade, servindo-lhes de padrinhos o joven rei, e a rainha regente, 1613.

«Um dos principaes empenhos dos francezes, diz Southey, era açular a inimizade dos naturaes contra os portuguezes. Não carecia esta de incitação. As guerras de Coelho na serra de Ibiapaba, e o seu infame trafico de escravos em Jaguaribe, viviam frescos na memoria ainda. Des-Vaux e Rasilly andaram de horda em horda, discorrendo sobre a tyrannia dos portuguezes, e exaggerando os beneficios que da protecção da França se deviam esperar. N'uma das aldêas deu um velho, por nome Mambore-Wassú, uma resposta de tocar no vivo, contando o que dos portuguezes se referia.... Pondo assim claramente diante dos olhos aos seus companheiros, que os portuguezes tinham principiado exactamente por onde começavam agora os francezes, e tirando a irrefragavel consequencia que estes acabariam por onde acabaram aquelles, advertiu-os que, aproveitando a experiencia, desconfiassem de todos estes estrangeiros. Rasilly percebeu que não havia sophisma que sobrepujasse a impressão immediata que este velho produzira, e prudentemente achou escusa para retirar-se, mas o effeito foi passageiro.... Todos os tupinambás da ilha se pozeram debaixo da protecção da França, exemplo que foi seguido por duas tribus da terra firme, uma em Tapuitapêra (Alcantara), com dez aldêas, e outra em Cuman (actual Guimarães) com onze. Induziram Ravardière e Rasilly seis dos caciques a hastear a bandeira franceza ao lado da Cruz».

Primeiro de Novembro de 1612. (1)

288) **Primeira expedição portugueza.** — *Jeronymo de Albuquerque e Martim Soares Moreno, 1613.* — Lançava, no entretanto, a Côrte da Hespanha seus olhares anciosos para a costa do Maranhão, e mandava ao novo governador, Gaspar de Souza, fixasse a sua residencia em Olinda afim de promover mais facilmente a conquista e colonização daquellas paragens. Resolveu-se, portanto, fundar uma povoação no *Camucim*, como base de conquistas ulteriores naquella costa. Escolheram para essa empreza Jeronymo de Albuquerque, o qual, sarpando do Recife no primeiro de junho de 1613, teve no Ceará uma entrevista com Martim Soares Moreno, e ambos concordaram em que iria Moreno reconhecer o littoral até o Maranhão colhendo todas as informações possiveis, e voltaria para o Camucim, aonde Albuquerque ia levantar um povoado. Cumpriu Martim Soares com toda a diligencia a sua missão; impediram-lhe, porém, os ventos o regresso arrastando-o até ás Antilhas, donde passou á Europa, ignorando-se no Brazil a sua sorte.

Do seu lado Jeronymo, julgando impossivel povoar o Camucim por ser, toda a terra, misera, sêcca e sem agua para beber, regressou até á Bahia das Tartarugas (Jeréré-Coara ou Juréré-coacoara); construiu nesse logar um forte sob a invocação de Nossa Senhora do Rosario; deixou nelle quarenta homens ás ordens de um sobrinho seu; e recolheu-se a Pernambuco por terra (agosto 1613). Estiveram esses quarenta soldados cortindo fome um anno inteiro, durante o qual resistiram a diversos ataques dos barbaros. Receberam, afinal, no dia seis de junho de 1614, um soccorro de trezentos soldados e de muitas munições, enviado pelo governador do Brazil, e conduzido pelo Capitão Manuel de Souza d'Eça, natural de uma das ilhas dos Açores.

(1) Vide Berredo, par. 111—133. — Item Abbeville — Historia da missão dos PP. Capuchinhos no Maranhão, cap. 1 e seg.

Tres dias depois appareceu um navio francez, commandado pelo Senhor de Pratz, com doze canhões e trezentos homens para a colonia do Maranhão. Informado de que uma guarnição diminuta, e quasi morta de fome, defendia aquellas obras de madeira, e ignorando a vinda do reforço, desembarcou duzentos homens, certo da victoria. Guarnecendo, porém, um passo difficil, rechassaram-nos os portuguezes valentemente para bordo.

289) **Preparativos para a segunda expedição** — Achava-se no principio de 1614 em Madrid requerendo seus serviços Diogo de Campos Moreno, Sargento Mór do Estado, quando se espalhou o boato de que a Hollanda preparava um respeitavel armamento contra as colonias portuguezas da America. Ordenaram-lhe, pois, regressasse ao Brazil a fim de auxiliar o governador em qualquer lance difficil.

Partiu com bem poucos soldados, e algumas munições de guerra, entrando no Recife a 26 de maio de 1614. Quando receberam em Olinda a noticia da victoria alcançada pelos nossos na Bahia das Tartarugas, já o governador Gaspar de Souza enviára á Parahyba Jeronymo de Albuquerque para recrutar indios, e incumbira Diogo de Campos Moreno de aperceber a expedição em Pernambuco. Vieram neste interim de Portugal o piloto Sebastião Martins e alguns dos soldados que tinham accompanhado o capitão Martim Soares, portadores da nova de que Moreno estava salvo na mãe patria, e dentro em breve regressaria ao Brazil.

O recrutamento na Parahyba não apresentou quasi nenhuma difficuldade, porque Jeronymo conhecia profundamente a lingua e o genio dos selvagens. Um facto só bastará, «e foi, diz Fr. Vicente, que pôz a uma parte um feixe de arcos e frechas, á outra outro de rocas e fusos, e, mostrando-lhos, lhes disse: Sobrinho, eu vou á guerra: estas são as armas dos homens esforçados e valentes, que me hão de seguir; estas, das mulheres fracas, e que hão de ficar em casa fiando;

agora quero ouvir quem é homem ou mulher. As palavras não eram ditas, quando se começaram todos a desembrulhar, e pegar dos arcos e frechas, dizendo que eram homens, e que partissem logo para a guerra; elle os quietou, escolhendo os que havia de levar, e que fizessem mais frechas e fossem esperar a armada ao Rio Grande, onde de passagem os iria tomar».

Maior difficuldade encontrou o alistamento entre os brancos, porque os voluntarios eram poucos, e os presos á força fugiam no caminho durante a noite; de sorte que de dez, tirados dos engenhos, apenas quatro chegavam ao Recife. Não faltaram, porém, alguns exemplos generosos. Gregorio Fragoso de Albuquerque, sobrinho de Jeronymo, acceitou um posto de capitão com paga de simples soldado, e todos os outros officiaes o imitaram.

Organizaram-se quatro companhias de sessenta praças cada uma. Os voluntarios formavam um corpo separado. Retiveram nas fortalezas e na prisão os recrutas forçados, emquanto os não embarcaram, nem lhes deram armas sinão no Ceará. Occorreram infinitas difficuldades para prover convenientemente de dinheiro e de mantimentos a expedição; tudo, porêm, superou a firmeza e actividade incançavel do Sargento-Mór, Diogo de Campos Moreno, que o governador nomeou Adjunto e Collateral do Commandante, Jeronymo de Albuquerque. A farinha, de que levaram seis mil alqueires, era o unico alimento da armada que partiu, diz Southey, «sem vinho, azeite, medicamentos, medico, nem cerurgião-barbeiro».

«De soccorros espirituaes, porêm, não levava mingua. Dois capuchinhos de Santo Antonio haviam offerecido voluntarios os seus serviços (1): O P. Fr. Cosme de S. Damião era um, e o outro o P. Fr. Manuel da Piedade, brazileiro de nascimento, de familia nobre, e versado na lingua tupy. Nenhuma ajuda receberam do

(1) Fr. Vicente affirma que o governador os pediu.

governador esses missionarios, o que bem mostra qual não seria a penuria do thesouro; pessoas pias, comtudo, os suppriram não só com paramentos e alfaias de egreja, mas tambem com abundantes provisões de que poderam soccorrer efficazmente os aventureiros. Com sua affabilidade, zelo e não fingida virtude ganharam e mereceram estes frades a boa vontade de todo o armamento. Animavam e acoroçoavam a gente, mas ao mesmo tempo tão perfeita conheciam a deficiencia de todo o necessario que chamaram esta *a jornada milagrosa*».

Começando o governador a recear que seus projectos fossem excessivamente arriscados, mandou novas instrucções a Albuquerque, cujas operações limitou ao territorio entre o rio Tutoya e a ilha de Periá, onde devia fortificar-se sem avançar mais emquanto não recebesse nova ordem ou delle ou da Côrte.

290) **Jornada Milagrosa.** — A armada, composta de uma caravela, dois patachos e cinco caravelões, sarpou de Pernambuco no dia de S. Bartolomeu, 23 ou 24 de agosto de 1614. No terceiro dia alcançaram o Rio Grande, aonde já chegára por terra Jeronymo de Albuquerque. Deram fundo dentro da barra, e passaram revista ás suas forças reunidas. Eram 300 soldados, e 234 indios ás ordens de doze morubixabas. As mulheres e crianças dos alliados passavam de trezentas, e por certo não deviam causar pequeno embaraço. A pedido dos dois capuchinhos, ordenou Albuquerque ficassem em terra as indias que de Pernambuco tinham ido sem os respectivos maridos. Com dois dias de viagem entrou a frota na bahia de Iguape, onde desembarcaram Jeronymo e seus indios, seguindo de lá por terra até o presidio de Nossa Senhora do Amparo, hoje Forteleza.

«Chegou, diz Southey, tambem Camarão, vindo do Rio Grande, e tendo soffrido tanto pelo caminho, que disto fez pretexto para obter licença de ficar allí a cevar-se, em phrase selvagem, com seu irmão Jacaúna,

o amigo de Martim Soares. Mas toda a dialectica de Jeronymo foi perdida para resolver Jacaúna a mandar mais de vinte indios ás ordens de um de seus filhos, triste compensação por quarenta desertores que no territorio deste se haviam refugiado; e nem isto se conseguiu sem que o commandante deixasse alli algumas de suas indias, e um filho seu proprio de dois annos de edade como refens, e penhor da sua boa fé. Tão profunda impressão deixára nos animos destes tapuyas a perfidia de Pedro Coelho».

Com effeito sem essa impressão não se explica como é que Albuquerque obteve tão poucos frecheiros apezar da sua grande influencia, a qual era tanta, que elle se tinha gabado de poder levantar quantos indios quizesse em todo o Ceará e na propria Serra de Ibiapaba.

Vivia nesta ultima um grande morubixaba, chamado *Juripariassú* (Diabo Grande), de quem se esperava que daria largo numero de frecheiros; desculpou-se, porém, e não mandou nenhum.

Da Fortaleza passaram ao Parámirim, hoje Parasinho, e de lá ao presidio das Tartarugas, onde no dia quatro de outubro celebraram a festa de S. Francisco, e no domingo seguinte a de Nossa Senhora do Rosario: tudo com muito estrondo, missa cantada, sermão, procissão, revista geral, parada e combate simulado.

Como a falta dos soccorros, inutilmente esperados, tornasse perigoso avizinhar-se ao Maranhão, e como por outro lado a honra vedasse fazer um movimento retrogrado, assentaram fortificar o rio Tutoya, primeiro ponto de que rezavam as instrucções; porém não se achou piloto pratico do logar. Affirmou Sebastião Martins que conhecia o porto do Periá, onde estivera com Martim Soares Moreno. Resolveu-se, pois, seguir para aquella ilhota. Apezar de ser muito difficil a entrada, e de terem chegado de noite, atinaram com o canal, e por elle passaram a salvamento, posto que tocando frequentes vezes em bancos de arêa. Lançaram ferro ás dez horas da noite tres leguas rio acima. Ao romper do dia viram que era deserta a ilha. Trataram de

levantar um forte, mas a falta de agua potavel fez com que muitos desejassem chegar mais perto do inimigo.

Era deste parecer Albuquerque. Diogo de Campos, pelo contrario, instava para que se désse principio aos trabalhos de fortificação. Resolveram, por ultimo, enviar um bote com alguns soldados reconhecer a ilha do Maranhão, examinar-lhe a barra, e, si fosse possivel, apanhar um prisioneiro. Commandou esta embarcação Belchior Rangel, natural do Rio de Janeiro, moço de grandes prendas e mui versado em diversas linguas indigenas. Voltaram no fim de quatro dias com a nova de terem achado em frente daquella ilha um sitio chamado Guaxenduba, mui proprio para acampar e manter a tropa, regado como era por delicioso rio, que tornava possivel toda a cultura. Perfeitamente a coberto do inimigo ficava o caminho para o dito logar, torcendo-se por entre muitas ilhas que de todo encobriam a passagem.

Fizeram-se, pois, de vela para esse sitio, e, com quatro dias de navegação mui penosa, e cheia de pequenas aventuras, alegres desceram sem opposição na costa oriental da Bahia de S. José, em um logar chamado Guaxenduba. Uma linha de fogos ao longo da costa communicou o rebate aos francezes em S. Luiz, e advertiu egualmente os nossos de que era mister fortificar-se, como o fizeram, dando ao reducto que construiram o nome de *S. Maria* (1).

O engenheiro em chefe, Francisco de Frias, traçou o risco; começaram-se os trabalhos; levantaram-se as obras exteriores, e assentaram-se as poucas peças que havia.

Não tardou a vir da ilha um chefe tupinambá, queixando-se dos francezes, informando a respeito de suas forças, e offerecendo-se medianeiro para chamar ao nosso partido algumas hordas do Maranhão. Quizeram

(1) Estava este forte na margem direita e pouco acima da foz do Munim, no logar em que se vê hoje a Villa Velha do Icatú.—Vide o Diec. Hist. Geogr. do Maranhão pelo Dr. Cesar Augusto Marques, 2.ª ed., art. Aguas Boas, e art. Icatú; item. Rev. XLVIII, parte II, pag. 141.

prende-lo; vedou o, porém, Albuquerque por se persuadir de que attrahiria os barbaros pela brandura. Deixando-o ir-se livremente depois de o regalar com diversos artigos de resgate, mandou em sua companhia cinco de seus alliados, guardando como reféns dois da comitiva do tupinambá, que se diziam filhos de outro chefe da ilha.

291) **Primeiras hostilidades.**— Desembarcando um dia de repente uma partida de selvagens da ilha, cahiram sobre algumas mulheres e crianças dos nossos indios, que, imprudentes, se tinham aventurado fóra do arraial. Mataram, desmembrando-as cruelmente, quatro raparigas. Um tapuya que tentou defende-las, teve a mesma sorte, e os indios retiraram-se a toda a pressa, levando diversos prisioneiros. Iam entre estes a mulher e filhos de Mandiocapúa, um dos chefes tabajares da Parahyba, o qual adiantando-se a todos os outros, atacou os inimigos antes que podessem largar na canôa, e, mortos dois e atterrados os mais, libertou os presos, estando já senhor da embarcação quando lhe chegaram em auxilio os portuguezes e a sua propria gente.

A pedido da mulher de Mandiocapúa pouparam a vida ao chefe dos tupinambás, o qual já por gratidão, já, talvez, para ganhar a graça e o favor de seus novos senhores, revelou que todos os passos estavam tomados por mar e por terra afim de tolher a retirada aos portuguezes; na manhan seguinte o apparecimento de duas lanchas armadas confirmaria a verdade do que elle affirmava. Apresentaram-se de facto as duas embarcações, emquanto de um forte chamado S. José, posto em Itapary, na beira opposta, disparavam os francezes duas peças, a que com egual descarga responderam os nossos, içando todas as bandeiras.

Com a maré da tarde approximou-se uma das lanchas: mandou Albuquerque ataca-las; fugiram, porém, os francezes por entre os baixos, aonde não foi possivel persegui-los. Passados tres dias, despachou o

capitão-mór dois caravelões a Pernambuco para informar o governador. Abusando dahi a pouco os francezes da bandeira branca, tentaram attrahir os nossos a um banco de arêa no meio do canal de Guaxenduba, onde se tinham posto de emboscada. Evitaram os portuguezes habilmente o laço, recorrendo dentro em breve o inimigo ao artificio seguinte.

Cheia de selvagens atracou uma grande canôa em Mamuna, perto do forte S. Maria. Surprehendidos os barbaros, atiraram-se dois á agua, nadando duas leguas até a outra margem: entregaram-se os mais aos portuguezes, simulando ter vindo como amigos. Embaido o commandante com este artificio, deixou-os partir na sua propria canôa. Recusou, porém, um delles ir-se com seus companheiros, porque esperava tornar a ver sua mãe que estava em Pernambuco. Revelou este homem ao capuchinho Fr. Manuel da Piedade, que a canôa viera a um reconhecimento, que na manhan seguinte atacaria o inimigo os navios, passando immediatamente a investir o forte por mar e por terra.

Inteirado disto sem perda de tempo pelo Frade, quiz Diogo de Campos correr a bordo dos navios; deteve-o, porém, Albuquerque, o qual mandou alar as embarcações com a prôa para terra. Vindo effectivamente ao romper da alva, apoderaram-se os francezes de tres navios, dois grandes e um pequeno. Retiraram-se; tripularam as prezas; coalharam com a sua flotilha o canal, e insultaram os nossos ostentando altivamente suas forças. Começou então o desanimo a lavrar entre os portuguezes, chegando alguns a conspirar para fugir em segredo ou lançar fogo ao paiol da polvora. Medidas prudentes e sisudas dos dois chefes impediram a realização deste novo desastre. Si La Ravardière limitasse suas operações a bloquear os portuguezes por mar, obstando á chegada de novos reforços, estariam os nossos perdidos, perecendo todos á mingua em Guaxenduba, ou pelo sertão, caso se retirassem por terra.

Confiado em seu poder, quiz aggredir o arraial, onde levou o desbarato de que vamos tratar.

292) **Derrota dos francezes, 19 de novembro de 1614** — Apresentou-se finalmente com todas suas forças o inimigo á entrada do porto. Vinha La Ravardière em pessoa com sete navios e quarenta e seis canôas, quatrocentos francezes e quatro mil tupinambás. Mandou antes de tudo occupar uma eminencia que dominava o forte dos portuguezes. Cobriu-se de inimigos em um momento a praia, onde os indios principiaram a construir diversas trincheiras.

Dividia, no entretanto, Albuquerque a sua força em tres grupos, tomando um para si, entregando outro a Diogo de Campos, e confiando a reserva a Gregorio Fragoso.

Encarregou-se o capitão-mór de contornar o morro, occupado pelo inimigo, e dar o signal para Diogo acommetter os da praia pelo outro lado. Chegou neste interim um corneta com uma carta de La Ravardière para Jeronymo, offerecendo-lhe bom trato, si se entregasse. Abriu-a Diogo, mandou o parlamentario preso para o forte, e sem mais arremetteu contra o inimigo da praia, tomando-lhe uma trincheira. Tentaram soccorre-los os do morro, mas, avançando a nossa reserva, os atacou de flanco. Apparecendo neste comenos do outro lado Albuquerque, retiraram-se os francezes para as obras do alto, onde os nossos lhes infligiram tremenda derrota.

Quiz La Ravardière acudir aos seus, mas já era tarde, nem a baixamar lhe permittiu approximar-se á beira. O Senhor de Pratz salvou-se fugindo a nado; Piziu deixou a vida no campo, onde cahiram cento e cincoenta de seus companheiros. Alguns delles tinham espingardas de dois canos, invenção nova naquelle tempo. Bateram-se com extremado valor, preferindo, a entregarem-se, morrer ao lado de seu general. Dos portuguezes, onze foram mortos; dezoito, feridos, entrando neste numero um filho do capitão-mór. Queimou Diogo

de Campos ao inimigo todas as canôas, aladas para terra, quarenta e seis em numero, medindo algumas dellas setenta e cinco palmos de comprimento. Todas pereceram com seus esquipamentos.

De parte a parte passou-se a noite em grande desassocego. A maior consternação reinava entre os francezes, que em signal de lucto encolheram todas as bandeiras, e pela manhan não se ouviu a bordo dos navios nem tambor, nem clarim. Sendo Albuquerque informado pelos prisioneiros de que a toda a hora se esperava de Cuman, na terra firme, um reforço de seiscentos a setecentos indios, apercebeu-se para repellir um novo assalto. Appareceu de facto dahi a pouco essa força em dezeseis canôas grandes, mas, achando guarnecida a margem direita do Monim para onde se dirigia, desembarcou na beira esquerda. Encontraram alli fugitivos da derrota, e, sabida a má fortuna de seus amigos, retiraram-se com bastante pressa, levando muitos de seus conterraneos, que aproveitaram o ensejo para se furtar ao perigo de experimentar outra vez o esforço dos nossos.

293) **Treguas.**—Abriu em seguida La Ravardière uma correspondencia epistolar com Albuquerque, a qual, aspera no principio, não tardou em tornar-se cortez e amigavel. Ajustaram deste modo as treguas depois de mostrarem tanto os nossos como os francezes as patentes de seus soberanos, que os tinham enviado a estas conquistas. O armisticio constou dos artigos seguintes, propostos por La Ravardière, acceitos na sua integra pelos portuguezes, e assignados no dia 29 de novembro de 1614:

1) Haverá suspensão de toda e qualquer hostilidade até o fim de dezembro de 1615. 2) Dois fidalgos, um portuguez, outro francez, irão á França; e outros dois da mesma sorte á Hespanha para exporem o caso a seus respectivos soberanos, e conhecer suas vontades relativamente á posse do Maranhão. 3) Durante todo esse tempo, nenhum dos portuguezes ou de seus alliados

entrará na Ilha, e nenhum dos francezes ou de seus indios passará á terra firme de léste sem passaportes dos senhores contractantes.

4) Os senhores Albuquerque e de Campos promettem de não tratarem cousa alguma com os indios da Ilha, de Cuman ou deTapuitapêra sinão por meio dos linguas de La Ravardière, e sem a licença do dito Senhor não consentirão que os ditos indios ponham pé em terra dentro de um raio de dez leguas de suas fortalezas e de seus portos. 5) Logo que chegar a resolução das duas côrtes, aquella das duas nações que receber ordem de retirar-se, evacuará o paiz dentro de tres mezes. 6) Os prisioneiros serão restituidos de parte a parte sem resgate. 7) Obriga-se La Ravardière a levantar sem demora o bloqueio, deixando livre aos portuguezes o ingresso e a sahida. 8) Promettem afinal os Srs. contractantes sobre sua fé e honra que, durante as treguas, não renovarão as hostilidades ainda que lhes cheguem reforços.

E' neste documento que pela primeira vez se encontra o appellido de *Maranhão* tomado por Jeronymo de Albuquerque.

Celebraram os portuguezes este armisticio com uma procissão solemne em acção de graças, inaugurando no mesmo tempo a construcção de uma egreja em honra de Nossa Senhora da Ajuda. Um dos capuchinhos francezes deu para essa egreja um frontal de altar, e umas vestimentas, bordadas pela propria duqueza de Guise. «O cirurgião francez, diz Southey, teve ordem de ir tratar dos portuguezes feridos, e, Ravardière pediu que Diogo de Campos e Fr. Manuel da Piedade fossem ao Maranhão apaziguar os tupinambás amotinados por supporem que, segundo o tratado, deviam ser repartidos entre as potencias signatarias e vendidos como escravos, da mesma fórma que Pero Coelho vendera os tapuyas depois de sua jornada de Ibiapaba; tão fresca lhes vivia ainda na memoria esta acção detestavel.»

«Conseguiram socega-los Diogo e o Frade, e, feito isto, foram ao convento dos capuchinhos, que apezar de não acabado ainda, podia já conter vinte missionarios de

baixo da obediencia de Fr. Archanjo de Pembrock, chegado, havia poucos mezes, com dezesete irmãos. Delle souberam que a rainha regente chamára ao reino Ravardière, cujo proceder, dizia o Franciscano, não se podia tolerar numa colonia catholica entre selvagens; por quanto, embora muitas virtudes o adornassem, os abominaveis erros da sua heresia todas tornavam de nenhum proveito. Piziu devia substitui-lo no commando. Talvez isto tivesse desgostado Ravardière, e o pouco interesse que já tomava pela colonia, póde até certo ponto explicar o haver elle proposto aos portuguezes termos mais vantajosos do que elles tinham direito de exigir, nem razão de esperar».

Gregorio Fragoso, escolhido para ir a Pariz em companhia do Senhor de Pratz, partiu a 16 de dezembro com a nau Regente, na qual muitos francezes e dezesete capuchinhos regressaram para a mãe patria. Foram a Portugal Diogo de Campos e o capitão Malharte. Tiveram os nossos para esta viagem de comprar aos francezes por quinhentos cruzados a caravela que estes haviam tomado na bahia de Guaxenduba. Deixando o forte de S. Luiz a quatro de janeiro de 1615, chegaram a Lisboa no mez de março seguinte.

294) **Quebra das treguas.**—O tratado das treguas era já mui frouxamente observado em Guaxenduba, quando Albuquerque recebeu notaveis reforços (1.º de julho de 1615): alguns da Bahia e de Pernambuco ás ordens de Francisco Caldeira de Castello Branco, outros da metropole trazidos por Miguel de Siqueira Sanhudo. Informou então a La Ravardière de ter-lhe vindo da Côrte instrucções que declaravam, as terras em questão, patrimonio legitimo da Coroa de Portugal. Via-se, pois, obrigado a dar por findas as treguas.

Em seguida a diversas negociações, concordou o Francez em entregar a Ilha do Maranhão e todos os seus fortes, dentro de cinco mezes, com a condição de lhe pagarem os nossos a artilharia que ahi deixasse e de

lhe fornecerem transporte para toda a sua gente. Em penhor da sua boa fé entregou o forte de Itapary ou S. José, de que Albuquerque tomou posse sem perda de tempo.

Chegando Diogo de Campos a Lisboa, deixou que o seu companheiro Malharte fizesse quantas representações e queixas quizesse; elle, porém, insistiu para que se enviassem com urgencia reforços consideraveis ao Brazil. Com o sobrinho Martim Soares e soccorros adequados voltou a Pernambuco, onde o governador Gaspar de Souza, em virtude dos avisos que recebera de Guaxenduba, estava activando os seus aprestos. Nomeára chefe da expedição, com o titulo de governador geral da armada e conquista, Alexandre de Moura, já capitão-mór da capitania de Duarte Coelho. Mandára egualmente se pozessem promptas nove embarcações, muito bem fornecidas de soldados, petrechos de guerra, e munições de boca.

Por ordem do rei Philippe III, bem como a pedido do governador e de Alexandre de Moura, partiram egualmente os padres jesuitas Manuel Gomes e Diogo Nunes, levando trezentos frecheiros das suas aldêas, e mais setenta que obtiveram no Ceará. Bento Maciel Parente, cujas façanhas hão de prender mais tarde a nossa attenção, commandava nesta frota um navio. Sahiram do Recife a cinco de outubro de 1615; refrescaram durante alguns dias no Ceará, e com feliz viagem foram lançar ferro junto do porto de Guaxenduba, onde acharam já bem fortificado Jeronymo de Albuquerque.

Desembarcaram todos, e, feitas as primeiras ceremonias de urbanidade, mandou Moura ler a sua patente a Jeronymo, que, diz o P. J. Moraes, «se mostrou muito pouco satisfeito da desattenção que se tinha aos seus serviços, sujeitando-o a alheias ordens, quando se achava em tempo e com capacidade e merecimento de distribuir as proprias..... Passou esta desconsolação do commandante aos soldados; houve parcialidades, e pretendeu um e outro partido sustentar a opinião dos

seus respectivos cabos, cuja desunião não podia deixar de ser muito prejudicial ao estado da presente conjunctura».

A pendencia acabou promettendo Moura a Jeronymo que, rechassados os francezes, se ia retirar incontinente deixando-lhe livre o governo da nova conquista.

Passavam, no entretanto, os dois jesuitas ao forte de Itapary ou de S. José, e, travando relações com os tupinambás da Ilha, persuadiam-nos a abandonar os francezes. Annuiram os indios com a condição de que os jesuitas, com quem seus avós se tinham criado, ficassem vivendo entre elles como seus paes e defensores. Volveram os padres para o campo; tratou Alexandre de Moura com os principaes, e immediatamente se concluiu a desejada alliança.

Ao verem-se privados do valioso apoio dos barbaros, recolheram-se os francezes para a sua praça de S. Luiz, onde Jeronymo os assediou por terra com todos os seus soldados, e indios auxiliares, emquanto Alexandre de Moura os bloqueava por mar, tirando-lhes a possibilidade de receber qualquer esperado reforço. Ponderando então La Ravardière o arriscado da sua posição, offereceu dar-se a partido, despejando a Ilha com todos aquelles que o quizessem seguir, si lhes fossem concedidas as fazendas, a artilharia, e as munições de guerra, e dadas as embarcações necessarias para o seu transporte á França.

Promettia egualmente demorar-se apenas o tempo indispensavel para o embarque dos homens e de seus haveres. Accedeu Alexandre de Moura a estas propostas; recusou, porém, a da artilharia e das munições, que reservou para si como fructo da sua não difficil victoria. Enviou no mesmo tempo o capitão Henrique Affonso tomar posse do forte de S. Luiz (3 de nov. de 1615) com ordem de recolher os Lizes de França, e arvorar as Quinas de Portugal.

Presidiada a fortaleza com 170 dos nossos soldados, desembarcou Alexandre de Moura, sendo, juntamente com Jeronymo de Albuquerque e Diogo de Campos, recebido mui cortezmente pelo governador La Ravardière

e outros francezes, que fizeram juridica e solemne entrega de todas as munições existentes nos armazens. Partiram dentro em breve todos os francezes que quizeram; outros, possuindo suas lavouras na Ilha, e casados com mulheres do paiz, preferiram ficar. La Ravardière de sua propria escolha acompanhou Alexandre de Moura a Pernambuco, passando mais tarde a Portugal, onde o retiveram preso por tres annos.

No Maranhão Alexandre de Moura ordenou antes de tudo se rendessem solemnes graças ao Senhor dos exercitos, e á Virgem, Senhora da Victoria, já nomeada Padroeira da cidade de S. Luiz. Entrou logo depois a repartir pelos indios muitos e grandes premios, agradecendo aos principaes e a seus vassallos a fidelidade com que tinham ajudado os portuguezes.

Nem deixou de mostrar a sua gratidão aos jesuitas, actualmente com palavras muito lisonjeiras, e em 1620 por uma certidão em que se lêem os periodos seguintes: «Chegando á barra do Maranhão... os ditos padres mandaram logo recado a alguns indios principaes, os quaes acudiram, e os receberam com as armas nas mãos, bandeiras arvoradas, e charamellas, e outras festas ao seu modo, e lhes fizeram as praticas necessarias para os reduzir á nossa devoção. E foi isto de muita importancia, para mais depressa se entregarem os francezes, vendo-se desamparados do gentio e com todos os portos tomados, por onde lhes podia vir soccorro: e em todo o tempo que lá estive, se occuparam os ditos padres em dar noticia da nossa Fé ao gentio... e nas cousas da guerra ajudaram quanto a sua religião o permitte: e merecem que Sua Magestade lhes mande agradecer o muito serviço que nesta jornada lhe fizeram... e assim o juro pelo habito de S. Bento, de que sou professo.»

295) **Belém do Pará, 1615.**—Em virtude da autoridade de que vinha revestido, Alexandre de Moura nomeou a Francisco Caldeira de Castello Branco, capitão-mór da descoberta e conquista do Grão-Pará.

Seguiu Caldeira com tres navios e trezentos homens em demanda do grande rio das Amazonas. As informações que La Ravardière colligira e entregára aos portuguezes, facilitaram muito a sua viagem. Entrou o descobridor pelo rio Tocantins ou Pará; lançou ferro na bahia do Guajará, formada pelos rios Mojú, Acará e Guamá, que nella desaguam, onde tomou terra a tres de dezembro, dia de S. Francisco Xavier, e, erguendo a imagem deste santo, começou a edificar uma cidade com o nome e invocação de Nossa Senhora de Belém.

Condecorou suas conquistas com o nome de Grão-Pará. Vencida sem muita difficuldade a pequena opposição offerecida pelos indigenas, soube tão bem captar-lhes a sympathia, que elles mesmos o ajudaram a construir a fortaleza. Enviou então por terra ao Maranhão o alferes Pedro Teixeira participar a Albuquerque a nova da sua fortuna. Reduziu Teixeira de passagem á obediencia os indios do Caité que haviam tentado exterminá-lo e a toda a sua gente. Como era a primeira pessoa que se aventurava em tão perigosa jornada, receberam-no em S. Luiz com grande festa e solemnidade publica. Voltou Teixeira a Belém por mar, levando artilharia, munições, e dinheiro para pagar os soldados.

Em seus despachos para Lisboa ponderava Caldeira a grande importancia de suas conquistas, e a necessidade de assegura-las contra outras nações européas; pois os indios tinham informado de que uma colonia de inglezes se estabelecera rio acima, cento e vinte leguas além da sua fortaleza; e que os hollandezes haviam fundado um forte e diversos engenhos na margem esquerda do grande rio. Encontrára tambem entre os indios um francez e um hollandez, deixados, havia dois annos, no paiz afim de apprenderem a lingua. Ambos tinham declarado que esperavam da Hollanda uma expedição de quinze navios para fundar no Amazonas uma feitoria permanente. O resultado destes despachos foi uma carta de Lisboa com ordem ao governador Luiz de Souza para reforçar sem demora Caldeira e preparar-lhe novos soccorros.

Mandava, no entretanto, Caldeira vinte homens em duas canôas contra um grande navio hollandez fundeado na costa a quarenta leguas de Belém. Para dominar a desesperada resistencia dos inimigos, lançaram os nossos fogo ao navio em quanto estavam a bordo, retirando-se então nas canôas. Dos batavos, escapou um só. O casco foi a pique em pouco fundo. e Teixeira, que capitaneára esta facção, voltou logo depois buscar as peças para com ellas guarnecer a fortaleza de Belém. Como os hollandezes possuissem feitorias em muitas ilhas do Baixo Amazonas, a perda deste navio foi para elles um grande desastre.

296) **Revolta dos tupinambás. 1617.** — Logo depois da retirada dos francezes guarneceu Alexandre de Moura os fortes da ilha do Maranhão e do continente circumvizinho; repartiu aos portuguezes as terras que pediam; formou o senado da Camara; renunciou o governo a Jeronymo de Albuquerque, e partiu na direcção de Pernambuco, chegando a Olinda no dia cinco de março de 1616. Ficou Albuquerque no Maranhão a edificar uma cidade em torno do forte que chamaram de S. Philippe, conservando á povoação o nome de S. Luiz.

No primeiro anno tudo correu muito bem: porém a maior parte dos indios daquellas paragens pertencia a tribus que para lá se haviam retirado a fim de se furtarem á tyrannia dos portuguezes do sul, nem tinham esquecido as recentes atrocidades praticadas no Ceará. Bastava, portanto, pequena faisca para atear um grande incendio. «Mathias de Albuquerque, filho de Jeronymo, commandava, diz Southey, em Cuman (actual Guimarães), populoso districto perto da ilha; pareciam mui contentes os selvagens, dando até esperanças de se converterem, e ficava tudo em apparente tranquillidade, quando o pae o chamou a S. Luiz.»

«Durante a sua ausencia passaram por alli alguns tupinambás, vindos do Pará com cartas de Caldeira para Jeronymo. Havia um indio de Cuman, por nome

Amaro, que, apezar de criado pelo jesuitas no Brazil, era mui affeiçoado aos francezes, recordando com má vontade seus antigos amos. Tomou elle as cartas, e affectando le-las diante dos caciques, que, não conhecendo as lettras, não podiam convence-lo de falsidade, fe-los crer que todos os tupinambás deviam ser declarados escravos apenas se recebessem aquelles despachos.

«Foi quanto bastou. Na mesma noite cahiram os selvagens sobre a guarnição, composta de trinta homens, mataram-nos todos durante o somno, e logo despacharam a todas as suas hordas mensageiros que excitassem uma insurreição geral. Mas Mathias de Albuquerque lhes reprimiu o ataque de um lado, e Caldeira o anticipou do outro. Sabendo este que elles lhe queriam acommetter a sua nova cidade, ou fingindo sabe-lo, póz a ferro e fogo os tupinambás do Pará, sendo maior que a offensa o castigo» (1).

297) **Caldeira preso em Belém, 1617.** — Os negocios do Pará corriam muito mal por este tempo em consequencia da desharmonia que lavrava entre os officiaes da guarnição. Havendo Antonio Cabral, sobrinho de Caldeira, em setembro de 1616 assassinado publica e cruelmente ao capitão Alvaro Neto, e recusando Caldeira punir o culpado, os capitães Paulo da Rocha e Thadeu de Passos, amigos do morto, clamaram tão alto contra essa injustiça, que, percebendo-se em perigo, foram homiziar-se no convento de S. Antonio, fundado no mez precedente a trez quartos de legoa da cidade no sitio de Una. Então Caldeira prendeu ao seu sobrinho; restituiu-lhe, porém, dentro em breve a liberdade a pedido de alguns amigos, e sob o pretexto de que era elle necessario para a guerra contra os selvagens.

Mandou, além disto, contra o convento alguns soldados que, sendo já propensos ao partido do morto, nada de serio fizeram durante dois dias. Resolveu, portanto,

(1) Southey, II. 118.

Caldeira ir elle mesmo, no terceiro dia, apoderar-se de seus inimigos; ao romper, porém, da alva encontrou amotinada toda a guarnição, que o pôz em ferros. Balthazar Rodrigues de Mello, um dos enviados contra o convento, sendo pelos revoltados eleito capitão-mor em logar de Caldeira, deu aviso do occorrido ao rei, e a Luiz de Souza, governador geral do Brazil. Informados os selvagens destas desordens, renovaram a guerra aggredindo com toda a energia a fortaleza, que os nossos defenderam com o costumado valor. Tal era a situação de Belém, quando, conforme havemos de referir em outro logar, chegou Jeronymo Fragoso de Albuquerque com o titulo de capitão-mór e com a missão de restaurar a ordem.

298) **Os Jesuitas.**—Quando os dois jesuitas, Diogo Nunes e Manuel Gomes, que com trezentos frecheiros tinham acompanhado Alexandre de Moura, chegaram ao forte de S. Luiz, foram recebidos com braços abertos pelos capuchinhos francezes, que os convidaram a ir morar com elles no seu convento de S. Francisco. Tendo estes partido para a França, continuaram os jesuitas a viver do mesmo modo e no mesmo hospicio em companhia dos dois frades que tinham ido ao Maranhão com Jeronymo de Albuquerque. Retiram-se estes para Pernambuco, e outro tanto, segundo as ordens que traziam do seu provincial, deviam fazer os jesuitas. Ficaram, todavia, a pedido de Alexandre de Moura, que em nome do rei cedeu á Companhia o hospicio e a capella dos Barbadinhos.

Entregaram-se esses padres com affinco aos trabalhos apostolicos em beneficio dos indios e dos portuguezes. Emquanto viveu o grande Albuquerque Maranhão, tudo correu bem; em seguida, porém, á morte delle, principiaram os colonos a vexar os naturaes, pouco mais ou menos, tanto como se havia desde tempos antigos praticado no sul. «Queixavam-se, diz o P. José de Moraes, os pobres e afflictos indios a seus paes e missionarios, para que os remissem de tão injustas vexações e

repetidas tyrannias; allegavam-lhes o bom trato que recebiam no poder dos francezes, por quem tinham sido conservados em paz e justiça, com uma exacta e avantajada paga dos seus serviços, o que agora experimentavam pelo contrario. Davam-lhes em rosto com as grandes promessas que lhes fizeram em nome d'El-Rei de Portugal, de serem tratados com brandura e mantidos sempre sem violencia, cheios de mercês e remunerados com grandes premios, si pelo de Portugal largassem o partido de França. ... Entraram os padres a propôr os meios mais suaves com que se acudisse á conveniencia dos moradores sem prejuizo da liberdade dos indios.»

O que acabou de apurar a paciencia dos padres jesuitas, foi a guerra injusta declarada aos tremembés, nação situada na costa do Maranhão entre o Periá e a Tutoya. Serviu de pretexto a esta guerra o boato de terem esses indios morto e comido alguns soldados que por terra tinham fugido para Pernambuco. Como, porém, os desertores tivessem chegado vivos a Olinda, a verdadeira causa da guerra não foi a razoavel vingança, mas a cubiça de caçar escravos.

Os padres protestaram clamando altamente, mas longe de serem attendidos, foram informados de que o povo ia requerer á Camara e ao capitão-mór o desterro dos jesuitas, porque, emquanto elles cuidassem dos indios, mal podiam os moradores adiantar os seus interesses. Tomaram, portanto, os padres a resolução de buscar na presença do Rei Catholico o remedio de tantos males. Entregando, pois, a um seu devoto a casa e o mais que lhes pertencia, embarcaram no principio de 1619 em um patacho para as Indias de Castella, onde o padre Diogo Nunes concluiu a sua carreira mortal. O padre Manuel Gomes passou a Madrid, e nada conseguiu em virtude da morte de Philippe III (março de 1621). Retirou-se então desconsolado para a sua provincia do Brazil.

X

O Sul

299) **Gaspar de Souza, 1612 — 1616.** — Lancemos agora um rapido olhar sobre as occorrencias das diversas capitanias do Sul. Sendo a metropole informada da morte de D. Francisco de Souza (1611), conforme deixamos apontado em outro logar, tornou a reunir o Brazil em um só governo, confiando-o a Gaspar de Souza, a quem ordenou residisse interinamente em Olinda para com maior facilidade acudir a desejada descoberta e conquista do Maranhão. Mandou no mesmo tempo o rei que na Bahia ficasse, no entretanto, governando o chanceller Ruy Mendes de Abreu, e Sebastião Borges, o provedor-mór da Fazenda.

Sendo estes mui velhos e doentios, o governador por sua particular provisão ajuntou-lhes Balthazar de Aragão com o titulo de capitão-mór da guerra. Entrou este sem demora e com muito zelo a fortificar a cidade e a praia, gastando neste trabalho quantias avultadas da sua propria bolsa. Concluira apenas estas obras, quando soube que na altura da barra pelo lado do morro de S. Paulo andavam cruzando seis embarcações francezas.

Sahiu incontinente contra ellas com outras tantas naus portuguezas das que se achavam surtas no porto. Entregou a melhor a Vasco de Brito Freire, que nomeou por seu almirante, embarcando elle mesmo em uma outra de sua propriedade particular, já meio abarrotada, e levando comsigo suas charamellas, baixela de prata, e as mais ricas alfaias, porque, suppondo certa a victoria, determinára conduzir immediatamente a presa ao governador em Pernambuco

Feriu-se no dia seguinte uma bem disputada batalha naval. Prenderam os nossos uma nau e trataram tão mal a almiranta inimiga, que no dia immediato se foi a pique. Não consentiu Balthazar que fizessem outro tanto á capitanea pelo desejo em que ardia, de ornar com ella o seu triumpho ao entrar no Recife. Indo, porém, a

abalroa-la para a render, pendeu tanto o seu navio, que, recebendo muita agua pelas portinholas da artilharia, desceu ao fundo com seu dono e mais de duzentos homens, que pereceram quasi todos; pois a almiranta portugueza e as outras embarcações retiraram-se sem se importar nem de recolher os naufragos, nem de seguir a victoria como facilmente podiam.

Salvaram-se alguns poucos nadando para as naus inimigas, que os receberam. Um destes foi Francisco Ferraz, filho do desembargador Balthazar Ferraz, que era sobrinho da mulher do Aragão. Velejando os francezes para o Maranhão, deixaram-no em terra, numa praia deserta, sessenta leguas além do Rio Grande do Norte, «onde de fome e cansaço do caminho morreu ao passar de um rio á pura mingua». Possuia, comtudo, este moço na cidade do Salvador mais de cincoenta mil cruzados, visto como tambem seu pae succumbiu dentro em breve ao desgosto; «e publicamente se disse ser justo juizo de Deus por um caso exorbitante, que pouco antes havia acontecido, e foi o seguinte» (1).

Arrastado por uma paixão brutal, chegou um sobrinho de Balthazar Ferraz ao excesso de tirar a mulher a um moço honrado, trazendo-a publicamente comsigo de sua propria mão, e mandando-a por ultimo para Vianna, donde elle era natural. Queixou-se o marido ao ouvidor geral, que prendeu o culpado; este, porém, em virtude das intrigas de Balthazar Ferraz, seu tio, logrou ser absolvido pela Relação. Comquanto o crime fosse publico, escandaloso, innegavel, os desembargadores não se fartavam de repetir que nunca se vira sentença mais justa do que esta, tachando ao mesmo tempo de ignorantes a todos os detractores.

300) **Fim do governo de Gaspar de Souza.** —Informado do desastre que acabamos de relatar, quiz Gaspar de Souza visitar pessoalmente a Bahia,

(1) Frei Vicente do Salvador, pag. 195.

onde entrou sem pompa alguma. Indo á Relação, fez aos desembargadores uma bem concebida pratica sobre as queixas que ouvira a respeito delles. «E' incrivel, diz Frei Vicente, o cuidado com que Gaspar de Souza vigiava sobre todos os ministros e officiaes de Justiça e Fazenda, da milicia e da republica, sem lhe escapar o erro ou descuido do almotacé, ou de algum outro, que não emendasse. Esta era a sua occupação, não jogos e passatempos com que outros governadores evitam, dizem, a ociosidade».

Demorou-se na Cidade do Salvador apenas quatro mezes, voltando pressuroso a Pernambuco afim de imprimir maior actividade á conquista do Maranhão, para onde enviou Alexandre de Moura, dois jesuitas, e diversos officiaes com reforços, munições e provisões. Apezar de tantas occupações, cuidava Gaspar de Souza do governo da terra. Enfadando-se deste proceder Vasco de Souza capitão-mór de Pernambuco, mandou ao rei o seu irmão, que era franciscano, pedindo-lhe que o occupasse em alguma outra cousa, visto como em Olinda estava ocioso. Remetteu-lhe o rei a patente de capitão-mór da Bahia, que elle passou a governar.

Os serviços prestados por Gaspar de Souza na conquista do Maranhão foram galardoados a nove de fevereiro de 1622 com a doação de uma capitania, que veiu a ser de juro e herdade, desde o Turiassú ao Caité com vinte leguas de fundo para o sertão. O donatario e seu filho fundaram as povoações de Caité (villa Coera) e Souza, hoje Bragança.

301) **D. Luiz de Souza, 1616 — 1621** — succedeu a Gaspar de Souza, dirigindo os destinos do Brazil durante cinco annos.

Affirma Fr. Vicente que deixou muita saudade «porque nunca por obra, nem por palavra fez mal algum, e foi mui rico sem tomar o alheio, sinão pelo grande cabedal que trouxe seu, e retorno que sempre lhe vinha, antes fez alguns emprestimos, que lhe ficaram devendo, os quaes não sei depois como se lhe

pagariam. Fez em seu tempo uma formosa casa contigua com as suas para fazer nella Relação, que até então se fazia em casa de aluguel; e, porque um seminario que El-Rey havia mandado fazer com renda para quatro orphams estudarem, se havia desfeito, por as casas serem de taipa de terra, e cahirem, começou outra de pedra e cal, mas nem por ser obra tão pia, nem por deixar já para ella seis mil cruzados consignados, houve quem lhe puzesse mão até agora, e queira Deus que alguma hora o haja».

Durante o governo de D. Luiz realizou-se uma expedição ás minas do Caramurú debaixo das ordens de Franciso Dias d'Avila, da qual fizeram parte o, ao depois famoso, Calabar, e um hollandez chamado Guilherme Joesten Glimmer, que dellas transmitiu informações a Marcgraff.

302) **Diogo de Mendonça Furtado, 1621 — 24.** — Acabado o triennio de D. Luiz, nomeou-lhe o monarcha um successor na pessoa de Henrique Corrêa da Silva, que de boa mente acceitou o cargo. Aconteceu, todavia, no mesmo tempo que, desejoso Duarte de Albuquerque Coelho enviar Mathias de Albuquerque, seu irmão, á sua capitania de Pernambuco, obteve do rei uma provisão pela qual se ordenava ao novo governador seguisse «em direitura á Bahia sem tocar em Pernambuco, e, si de arribada, ou de qualquer outro modo, lá fosse, lhe não obedecessem».

Informado Henrique Corrêa destas disposições, renunciou o cargo, affirmando que «não havia de dar homenagem das terras, que não podia ver como estavam fortificadas, e o que haviam mister para serem defendidas e governadas como convem.»

Nomeou então o rei Diogo de Mendonça Furtado, que acabava de voltar da India, e estava na Côrte requerendo a satisfação dos seus serviços.

Partindo este de Lisboa no mez de agosto de 1621, velejou directamente para a Bahia, em cujo porto fundeou

a doze de outubro do mesmo anno. (1) Vieram com elle sete desembargadores «para que com dois que cá estavam casados, se inteirasse outra vez a casa e tribunal da Relação»; pois, dos antigos que tinham vindo com D. Diogo de Menezes, alguns tinham fallecido, outros tinham regressado para o reino com licença, e outros a tinham pedido para fazerem outro tanto. Ao desembarcar na cidade do Salvador, foi Mendonça levado á Sé com acompanhamento solemne, e dahi á sua casa; antes, porém, de subir a escada quiz visitar o armazem das armas, mostrando deste modo quanto interesse tomava na defeza do paiz que lhe fôra confiado. Consagrou, de facto, seus primeiros cuidados á fortificação da cidade «cêrcando-a pela parte da terra de valla de torrões; e, porque a casa que servia de armazem, junto á da alfandega, estava cahida, começou a fazer outra no cabo da sua, para que o alto lhe ficasse servindo de galeria, e o baixo de armazem. . »

Deu tambem principio á fortaleza do porto em um recife que fica a alguma distancia da praia. Não deixou esta obra de ser contrariada por alguns, embora fosse realmente necessaria para a defensão do porto e dos navios que alli surgiam á sombra da fortaleza.

303) **Desintelligencias com o Bispo.** — Um dos contrarios á construcção daquella obra foi o Bispo D. Marcos Teixeira, o qual recusou ir benzer a primeira pedra que se lançou no cimento do forte, dizendo que, si se fizesse a fortaleza, cessaria a obra da Sé, visto como o governador tomava o dinheiro que lhe era destinado, «mas não foi este o mal, diz Fr. Vicente, que o governador lhe reservou seis mil cruzados para correr a obra da Sé, sinão que do dia que chegou o Bispo a esta cidade, que foi a oito de dezembro de mil seis centos e vinte e dois, desconcordaram estas cabeças, não querendo o governador achar-se no acto do recebimento e entrada do Bispo,

(1). Vide Frei Vicente, o. c. livro v, cap. 18 e 19.

sinão se houvesse de ir debaixo do pallio praticando com elle, no que o Bispo não quiz consentir, dizendo que havia de ir revestido da capa de asperges, mitra e baculo, lançando bençams ao povo, como manda o cerimonial romano, e não era decente ir praticando. Por isto não foi o governador, mas mandou o chanceller, e desembargadores, e depois o foi visitar á casa, e se visitaram pessoalmente, e de presentes muitas vezes.»

«Logo se levantou outra duvida acerca dos logares da egreja, querendo o governador que tambem se assentassem ambos de uma parte, e alli estivessem ambos conversando, ao que o Bispo respondeu não podia ser conforme ao mesmo cerimonial, por razão dos circulos e outras cerimonias, que mandam se façam com elle em as missas solemnes; e nem isto bastou nem uma sentença, e provisão de El Rey que lhe mandou mostrar, em que para evitar duvidas (quaes as houve entre o governador e o Bispo de Cabo Verde) declara para os do Brazil, e todos os mais, que o governador se assente á parte da Epistola, e primeiro se incensasse o Bispo, e depois o governador.»

«Nem isto bastou, antes respondeu que, si elle se achasse em alguma egreja com o Bispo, se cumprisse o que o cerimonial, e El-Rey manda, fundado em que nunca iria onde o outro fosse, e assim o cumpriu».

«Os desembargadores, que não podiam contender com elle sobre o logar material da egreja, contenderam sobre o espiritual, e jurisdicção que tem para a correcção dos vicios, e neste tempo mais que em nenhum outro, porque lhe tiraram de um navio dois homens casados, que mandou fazer vida com suas mulheres a Portugal, por estarem cá abarregados com outras, havia muito tempo, e isto sem os homens aggravarem, antes requerendo que os deixassem ir, pois já estavam embarcados; pelo que o Bispo excommungou o procurador da Coroa, que foi o autor disto, e houve sobre o caso muitos debates. Em fim estas eram as guerras civis, que havia entre as cabeças, e não eram menos as que havia entre os cidadãos, prognostico certo da dissolução da cidade....»

XI

Pará — Maranhão

304) **Maranhão.** — Fallecera, no entretanto, em S. Luiz (11 de fevereiro de 1618) o seu capitão-mór e conquistador, Jeronymo de Albuquerque Maranhão, deixando o governo a Antonio, seu filho mais velho, ao qual dera por conselheiros ou accessores Bento Maciel Parente e Domingos da Costa Machado. Antonio, porém, entendeu que de nenhum delles precisava. Mostrou-se Maciel despeitado a ponto de fomentar uma revolta, sendo por isto preso e logo remettido a Pernambuco, para onde velejou juntamente com Domingos da Costa Machado, que, resignado á sua sorte, se dirigia a Portugal afim de requerer seus serviços.

Souberam, todavia, estes dois advogar tão bem a sua causa perante o governador, D. Luiz de Souza, que, approvando este a nomeação de Antonio de Albuquerque, deu-lhe por adjuncto o mesmo Domingos da Costa Machado com a condição de que, não concordando elles nas materias de maior alcance, seria decisivo o voto de Luiz de Madureira, ouvidor e auditor da capitania. Caso que Antonio de Albuquerque não acceitasse, devia ficar com o governo do Maranhão o proprio Domingos da Costa Machado. Absolveu no mesmo tempo D. Luiz a Bento Maciel, incumbindo-o da guerra contra os tupinambás.

Partiram juntos de Olinda a 16 de março, Machado, Maciel, e Jeronymo Fragoso de Albuquerque despachado capitão-mór do Pará, e chegaram a S. Luiz no dia seis de abril de 1619. Navegou Fragoso para Belém do Pará, e Antonio de Albuquerque sob o pretexto de ir visitar a sua familia, entregou o governo, retirando-se para a metropole. Voltando mais tarde ao Brazil, serviu de capitão-mór da Parahyba do Norte.

Foi durante o governo de Domingos da Costa Machado que Antonio Ferreira Bettencourt e Jorge de Lemos Bettencourt, em virtude de um contracto

celebrado com o governo portuguez, levaram para o Maranhão um grande numero de colonos açorianos (1621). Contribuiu para esta immigração Simão Estacio da Silveira, primeiro com seu exemplo; em seguida publicando (1624) uma curiosa *Relação Summaria das Cousas do Maranhão*, em que apresenta as suas terras e situação em tudo superiores ás do Brazil.

«Estes grandes grupos de familias açorianas, modestas, moralizadas e trabalhadoras, vieram contrabalançar o effeito dos muitos degradados que começaram a ser enviados da metropole, no ardor de ver aqui augmentar-se rapidamente a povoação (1)».

Tratou neste mesmo tempo a metropole de crear no Maranhão um governo especial independente do Brazil, segundo se declara no alvará de sete de novembro de 1619 que investe Sebastião Barbosa com o cargo de ouvidor geral, dando-lhe um regimento. E' certo, todavia, que a organização de um novo Estado, independente do Brazil, e abrangendo as capitanias do Ceará, Maranhão e Pará, só se decretou a treze de junho de 1621, e que o seu primeiro governador chegou a S. Luiz apenas em 1626, conforme havemos de referir em outro logar.

305) **Os jesuitas e os maranhenses.** — Dava, no entretanto, o governador Diogo de Mendonça Furtado um successor a Domingos da Costa Machado na pessoa do joven Antonio Muniz Barreiros. Pois tendo Antonio Muniz Barreiros, rico morador de Pernambuco, alcançado na Côrte a Provedoria-mór da Fazenda (2) por seis annos com a condição de que, si nesse prazo construisse dois engenhos de assucar, guardaria o cargo por toda a vida, regressou ao Brazil em 1621 em companhia do governador Diogo de Mendonça Furtado, do qual, afim de realizar mais facilmente o seu compromisso, conseguiu que fosse nomeado, capitão-mór do

(1) Varnh. pag. 454.
(2) Vide Fr. Vic. p. 201.

Maranhão, seu filho do mesmo nome. Sendo o joven Barreiros mancebo de pouca edade para confiar-lhe semelhante emprego, deu-lhe Mendonça por conselheiro o P. Luiz Figueira, ao qual se uniu o P. Benedicto Amodei, ambos da Companhia de Jesus. Satisfazia deste modo o governador ao pedido do seu amigo; punha em execução uma ordem de Philippe IV, o qual queria voltassem alguns jesuitas para o Maranhão, e respondia ás difficuldades provenientes da pouca edade do novo capitão-mór.

«Ordenou-lhe no seu regimento, diz o P. J. de Moraes, que nas cousas (excepto militares) de maior momento se aconselhasse em tudo e por tudo com o P. Luiz Figueira, e não obrasse cousa a que se oppuzesse manifestamente o parecer do dito Padre, pelo grande conceito da sua capacidade e zelo, assim do serviço de Deus como do seu rei» Chegaram com uma bella viagem a ferrar o porto de S. Luiz em março de 1622.

«Mal pozeram, diz Southey, estes jesuitas pé no Maranhão, logo contra elles se excitou uma assuada. Com tanta resolução e perseverança tinha a Companhia combatido o iniquo proceder dos portuguezes para com os naturaes, e o execrando systema da escravidão, que não podia deixar de ser temida e odiada pelos senhores de escravos. Não bastou, para proteger estes padres, o seu caracter religioso, e o senado da Camara de S. Luiz teve de requerer ao capitão-mór que os fizesse sahir da capitania o mais de pressa possivel; mas Figueira, que presente estava ao fazer-se este requerimento, respondeu que haviam de faze-lo em postas, si queriam que abandonasse o exercicio do seu dever naquelle logar. Tanto o novo capitão, como o seu predecessor Domingos, envidaram toda a sua autoridade e influencia, buscando apaziguar o povo.» Nada, porém, conseguiram.

Vendo isto o P. Figueira, foi á Camara assignar um termo, «no qual declarava que a sua vinda não attendia mais que á salvação e bem das almas e reducção

daquelles indios, prégando, doutrinando e baptizando, sem intrometter-se a tirar os indios, fossem ou não fossem verdadeiros captivos, nem ainda metter-se em semelhantes materias, salvo si a consciencia ou a obrigação assim o requeresse ou pedisse no tribunal da penitencia, para socego das suas almas, pela obrigação que tinha de mostrar a todos o caminho da eterna verdade.»

Esta ultima restricção, que, todavia, era tão razoavel, açulou mais uma vez o povo, e os clamores continuavam como antes, bradando o vulgacho que os padres tinham de sahir immediatamente da capitania.

Afinal o capitão-mór, Antonio Muniz Barreiros, subindo á casa do conselho, onde se achavam reunidos os homens da governança, mandou ler a seguinte fala que vamos referir na sua integra:

«Ninguem póde negar que os padres da Companhia são de grande bem commum, assim temporal como espiritual, em qualquer republica. Todos os que sabem alguma cousa, se prezam de ser seus discipulos. E' notorio o fructo espiritual que fazem, compondo discordias, alliviando as consciencias dos que vivem em escrupulos e duvidas, evitando demandas e contendas, cousa muito necessaria nesta terra, onde por nova não ha lettrados. Mais notorio é o cuidado, zelo e grande fructo que fazem em catechizar e doutrinar os gentios, pelo muito que estes confiam nos padres e se sujeitam e obedecem a tudo o que lhes propõem: e, como estamos cercados de gentilismo, claro fica o muito que nos é necessaria ainda para o temporal desta conquista a assistencia e boa companhia dos padres; além de que, vieram os ditos padres para esta conquista por ordem e mandado de Sua Magestade, porque o governador Diogo de Mendonça Furtado os mandou agora pelo mandar assim El-Rei, Nosso Senhor, como consta do meu regimento; e assim quem lhes resistir, resiste directamente ao mandado de Sua Magestade».

«Quanto aos inconvenientes que o povo propõe, para que não fiquem na terra, não tem mais fundamento

que os remorsos das consciencias de alguns que lhes parece que os padres lhes não approvarão o seu máu modo de viver, porque o que apontam em particular, de que os padres lhes tirarão os indios de seu serviço e ficarão pobres e sem o seu remedio, não tem fundamento pelo termo que os mesmos padres têem feito; nem pretendem mais que fabricar casa nesta cidade de S. Luiz, e della sahirem a visitar as aldêas, catechizar os gentios, e reduzir todos á nossa santa fé».

«Além de tudo isto, requeiro aos officiaes da Camara dêm cumprimento ao capitulo quinze do meu regimento, no qual se manda que eu me aconselhe com o P. Luiz Figueira nas materias tocantes ao gentio e sua liberdade, e nas materias tocantes á guerra com o gentio que se offerecerem e em todas as mais de maior momento e consideração, e quando estas minhas razões não bastem, protesto por todos os tumultos e desobediencias que succederem na expulsão dos padres, e o desserviço de Deus e de El-Rei ser tudo por culpa de Vossas Mercês. S. Luiz do Maranhão, dois de abril de 1622».

O resultado desta mensagem foi a resolução da Camara assignada por todos os vereadores e concebida nos termos seguintes: «Fiquem os padres, visto ser mandado o P. Luiz Figueira pelo regimento do Governador Diogo de Mendonça Furtado para conselheiro dos negocios e governo desta conquista.—S. Luiz em Camara, dois de abril de 1622 (1)».

Feito isto, o povo se acalmou sem demora.

O governo de Antonio Muniz Barreiros foi prospero e pacifico. Promoveu Barreiros a agricultura, e levantou no rio Itapicurú o primeiro engenho de assucar que se viu no Maranhão; occupando, porém, as terras já doadas a Antonio de Albuquerque sem attender ás protestações dos procuradores do donatario, deu origem a infinitos pleitos até depois da sua morte, e, passados já muitos annos, foram estas terras, por sentença do

(1) Vide o P. J. de Moraes S. J. pag. 125 e seguintes.

supremo senado da Relação de Lisboa, restituidas ao seu legitimo possuidor.

«O capitão-mór do Maranhão, Antonio Muniz, tinha continuado no exercicio do seu ministerio com uma geral acceitação daquelles moradores, que pelas zelosas diligencias do seu grande cuidado se augmentavam muito todos os dias, assim no bom commodo das suas vivendas da cidade, multiplicando-se os edificios della, como tambem na cultura dos campos para o seu sustento e grangearias, de que já abundavam.» Assim Berredo par. 514.

306) **Pará**. — Estava Belem do Pará luctando com as desordens, que em outro logar deixámos referidas, quando pelos fins de abril de 1619 chegou lá o novo capitão-mór Jeronymo Fragoso de Albuquerque. Começou a dar execução a suas instrucções remettendo presos para Lisboa o assassino Cabral, Caldeira, tio delle; Balthazar Rodrigues de Mello, Antonio Pinto e Christovam Vaz Bettencourt. Tratou logo depois de castigar os barbaros derrotando-os, prendendo e matando um grande numero delles, bem como incendiando-lhes diversas aldêas.

Fazia no mesmo tempo horrivel matança de indios Bento Maciel Parente em todo o territorio comprehendido entre Tapuytapêra e o Pará. Chegando Maciel a Belém, prendeu e mandou a Portugal mais alguns, culpados da revolta contra Caldeira, continuando em seguida na matança dos indios. Ordenou-lhe Jeronymo Fragoso cessasse naquellas cruas hostilidades; sendo, porém, desattendido, dissimulou, e dentro em pouco succumbiu na cidade de Belém.

Succedeu-lhe Mathias de Albuquerque, filho do conquistador do Maranhão, em virtude de uma provisão de Jeronymo, seu primo, na qual se affirmava que tinha de substituir-lhe todas as faltas no governo da capitania. Como, porém, fosse deposto no breve termo de vinte dias, o povo investiu Custodio Valente com o titulo de capitão-mór, e o P. Frei Antonio da

Marciana com o de Adjunto (1). Pedro Teixeira, que extranhou muito este procedimento, foi admittido como terceiro (1619).

Partiu, todavia, Valente para Portugal em maio do anno seguinte, deixando unico governador a Pedro Teixeira, porque o P. Marciana, vendo que se tornava odioso, recolheu-se ao seu hospicio de S. Antonio de Una.

Tentou então Maciel apoderar-se do governo, promovendo uma revolta popular, mas, achando cabal resistencia em Pedro Teixeira, passou ao Maranhão, indo construir um forte no rio Itapicurú. Logrou, afinal, ser nomeado legalmente em 1621 capitão-mór do Pará, e sem demora incumbiu Pedro Teixeira de fazer cruel carnificina dos selvagens. Tendo em maio de 1623 chegado de Lisboa Luiz Aranha de Vasconcellos em commissão especial para explorar o Amazonas, partiram os tres heróes para o rio Curupá ou Gurupá, onde encontraram aventureiros de França, da Inglaterra e da Hollanda, já bem fortificados. Todos foram bravamente rechassados, não só do Curupá, como da ilha dos Tucujús, uma das innumeraveis que existem na barra do Amazonas, onde Maciel queimou um navio estrangeiro em que pereceu toda a tripulação, excepto um unico moço.

O resultado desta victoria foi a construcção do forte de S. Antonio do Curupá. Desta epoca em diante intitulou-se Maciel *Primeiro Descobridor e Conquistador dos rios Amazonas e Curupá;* fez-lhe, porém, energica opposição Luiz Aranha, que usava dos mesmos titulos. E' que ambos estavam esquecidos de que esse rio Amazonas fôra navegado pelo celebre Orelhana, por Lopes de Aguirre, e até pelo portuguez Meirinho, piloto da costa, cujo roteiro ainda nesse tempo existia.

(1). A instancias dos conquistadores do Maranhão, enviou o Rei Catholico ao Pará quatro religiosos capuchos da Provincia de Santo Antonio. Entraram na cidade de Belém a 22 de julho de 1617 em companhia de Souza de Eça, Provedor da Fazenda real. Erigiram o hospicio de *Una*, arredado da cidade tres quartos de legua. Frei Antonio da Marciana era superior com o titulo de commissario.

307) **Primeiros governadores do Pará-Maranhão.** — O primeiro governador nomeado para o Pará-Maranhão, como Estado independente do resto do Brazil, foi o hespanhol D. Diogo de Carcome ou Carcamo. Segundo Berredo, dispensaram-no a seu pedido em attenção á sua edade já muito avançada; Frei Vicente, porém, affirma ter fallecido em Lisboa em quanto se detinha para obter seus despachos. Offereceram então este cargo a D. Francisco de Moura, que acabava de recolher-se do governo das Ilhas de Cabo Verde. Exoneraram-no, todavia, em vista de suas exorbitantes exigencias, conferindo este governo a Francisco Coelho de Carvalho, fidalgo da Casa Real. Nomeado a 23 de setembro de 1623, e despachado a 25 de março de 1624 com ordem de tocar em Pernambuco, sahiu immediatamente do Tejo, trazendo em dois navios um soccorro de soldados e munições. A pedido de Mathias de Albuquerque, capitão-mór de Pernambuco, deteve-se em Olinda para, em caso de necessidade, ajudar a repellir a invasão hollandeza.

Vieram com o novo governador numerosas familias destinadas ao Maranhão; Manuel de Souza d'Eça, provido no logar de capitão-mór do Grão-Pará, Jacome Raimundo de Noronha com o despacho de provedor-mór da Fazenda real do Maranhão, e o P. Fr. Christovam de Lisboa, religioso capucho de S. Antonio, com o emprego de Primeiro Custodio da sua religião naquellas conquistas, e bem assim com o de commissario do Santo Officio, e visitador ecclesiastico.

Considerando Fr. Christovam que a demora do governador em Pernambuco não podia ser breve, seguiu sem perda de tempo para o Amazonas a 12 de julho de 1624. Partiram com elle dezeseis missionarios da mesma ordem, dois carmelitas, e algumas familias dos que tinham vindo do reino, tudo a bordo de um barco de coberta Deixando, a instancias de Martim Soares Moreno, dois de seus religiosos no presidio do Ceará, continuou a viagem, entrando na cidade de S. Luiz a cinco de agosto do mesmo anno.

Graças aos bons officios do capitão-mór, Antonio Muniz Barreiros, poude Fr Christovam publicar sem difficuldade em S. Luiz o alvará de que era portador, com a data de quinze de março de 1624. Removia esse alvará todas as mercês das administrações das aldêas dos indios. Estas *administrações* deviam ser equivalentes ás que os hespanhóes chamavam *encomiendas*. Não se davam os indios como escravos a estes concessionarios, mas davam-se os serviços delles; era mais uma servidão do que uma escravidão, com a differença que se faziam trabalbar os servos como escravos.

Passando no anno seguinte Fr. Christovam a Belém do Pará, oppôz-se a Camara a publicação do alvará sob o pretexto de que o povo se insurgiria. Dissimulou Fr. Christovam, partindo para os Tocantins a pedido do morubixaba Thumagica, em cuja aldêa levantou tres cruzes, converteu diversos adultos, e baptizou um grande numero de crianças. Recolhendo-se logo depois ao Pará, mandou publicar na egreja matriz uma pastoral, ameaçando da excommunhão maior (21 de dezembro de 1625) os que conservassem a administração dos indios.

Protestou a Camara dizendo que appellava para o rei contra o decreto, e contra a excommunhão, si não fosse revogada, porque os colonos não podiam conservar o paiz que haviam conquistado, si não obrigassem os naturaes a trabalharem para si. E' a mesma razão que apresentavam os colonos do sul, sobre a qual insistirão ainda por muitos annos. Si isto, porém, seja conforme ás leis da justiça, digam-no aquelles, cujo bom senso não ficou pervertido pela paixão. A nós parece claro ser esta doutrina equivalente á que hoje proclamam os communistas.

Tratando desta viagem de Fr. Christovam, escreveu Fr. Vicente na pag. 221: «Nem trabalhou menos em a conversão dos indios. O mesmo fez no Pará, onde reduziu á paz dos portuguezes os gentios Tocantins, que escandalizados de aggravos que lhes haviam

feito, estavam quasi rebellados, e levou comsigo os filhos dos principaes para os doutrinar e domesticar, prohibiu com excommunhão venderem-se os indios forros, como faziam, dizendo que só lhe vendiam o serviço.»

Na pag. 456 da Hist. Geral do Braz. pelo Visconde de Porto Seguro lemos o trecho seguinte:

«Fr. Christovam de Lisboa, irmão do celebre antiquario Manuel Severim de Faria, foi escolhido para custodio, visitador ecclesiastico, e commissario da inquisição, *a descontento dos Jesuitas, que começavam a pretender exercer ahi* (no Maranhão) *toda influencia.*» Esta é uma dessas accusações phantasticas de que tanto abunda a historia do Illustre Titular. Com effeito deste descontentamento não se acha vestigio nos documentos do tempo, nem a missão de Fr. Christovam, identica nos meios e no fim, o podia causar. Além disto, não podiam os jesuitas naquelle tempo *pretender exercer toda a influencia* no Maranhão, onde assistiam apenas dois delles, e em condições muito criticas, conforme já deixámos referido em outro logar.

Para voltarmos ao ponto. Submetteu-se Fr. Christovam mais esta vez, partindo para S. Luiz e seguindo por terra até o Ceará, onde encontrou Francisco Coelho de Carvalho, que já se dirigia para o seu governo, de que acabava de tomar posse no mesmo Ceará. Acompanhavam-no Jacome Raimundo de Noronha, Manuel de Souza d'Eça, e dois jesuitas, um dos quaes se chamava Lopo do Couto. Chegaram a salvamento no dia 22 de agosto de 1626, desembarcando o governador no forte de Itapary, e fazendo o resto da viagem por terra. Entrou solemnemente em S. Luiz debaixo do pallio a tres de setembro de 1626.

Deixemos agora que descancem: iremos visita-los mais tarde, quando tivermos tratado das capitanias do sul, e referido larga parte da guerra hollandeza.

308) **Estado das outras capitanias.** — As outras capitanias prosperavam neste mesmo tempo á sombra da paz. — *No Ceará*, Martim Soares Moreno, fundador

da colonia, e ainda capitão-mór, repellia bravamente por duas vezes (24 e 25) os assaltos dos batavos. Tanto na Parahyba do Norte como em Itamaracá, o gentio estava completamente sujeito. Pernambuco ganhára muito com a presença de Gaspar de Souza e de D. Luiz de Souza. Este, porém, passou a residir na Bahia, porque a metropole decretára que o governador do Brazil assistisse na capital sob pena de perder a jurisdicção e o seu ordenado. Toda a capitania de Pernambuco crescia e medrava de um modo notavel sob o governo do capitão Mathias de Albuquerque, irmão e logar-tenente do donatario. A colonização e a cultura extendera-se até a extremidade meridional da capitania, desenvolvendo-se particularmente nas villas de Magdalena e de S. Luzia, nas vizinhanças das Alagoas.

Desde antes de 1612 constituiam Pernambuco e a Parahyba uma prelazia independente do bispo da Cidade do Salvador; foi, porém, em 1623 reunida ao bispado da Bahia. Em Sergipe exploravam as nitreiras, e já se tratava de crear uma fabrica de polvora no Brazil. No Rio de Janeiro distinguira-se o sabio governo de Constantino Menelau, que ergueu uma fortaleza no Cabo Frio (1613—17). Em 1623 assumiu o governo do Rio Martim de Sá, recommendavel pelas medidas que tomou contra os hollandezes. Em 1614 apresentára-se na Ilha Grande o almirante hollandez Joris van Spilbergen, a quem recusaram os refrescos que procurava. A capitania de S. Vicente continuava na sua prosperidade, e os paulistas iniciavam suas heroicas escursões em demanda de indios para o sertão. Destas, porém, trataremos em outro logar.

309) **Estado moral do paiz antes da invasão hollandeza.**—A relaxação do serviço publico e dos costumes era desde longo tempo deploravel em quasi todo o Brazil. O desejo illimitado de enriquecer, o luxo, a sêde dos prazeres, o roubo, o assasinio, já eram cousas vulgares. Durante o governo de Diogo

Botelho foram remettidos para o Limoeiro de Lisboa Antonio Vaz, Antonio da Rocha e Antonio Barbosa: aquelle era porteiro da alfandega de Pernambuco, e nella juiz das execuções; o segundo desempenhava o officio de escrivão da fazenda e da alfandega da mesma capitania, cujo feitor era o terceiro. Os tres eram réus de escandaloso descaminho do páu brazil, e cumplices do contrabando de um navio francez de S. Maló. Um Sebastião da Rocha oppôz-se com as armas na mão aos soldados que Alexandre de Moura mandára ao porto dos francezes para deterem uma nau ingleza que alli commerciava. Do mesmo modo não poucos officiaes publicos foram em diversas capitanias achados cumplices de varios assassinatos. Nem as desavenças entre o poder secular e o ecclesiastico deviam contribuir para o progresso moral do paiz.

Além disto os estrangeiros, a saber: francezes, hollandezes e inglezes, que já trabalhavam em quasi todos os engenhos, e por diversos annos tinham procedido leal e honradamente, na epoca actual alguns se tornaram suspeitos em vista das circumstancias; outros, como se descobriu, tinham perpetrado o crime de revelarem a seus compatriotas o segredo das riquezas do Brazil. A metropole, pois, vedou sob pena de morte a vinda de outros estrangeiros, e ordenou fossem internados a doze leguas da costa os que já viviam no paiz. Outra classe de gente suspeita e perigosa eram os judeus e christãos novos, que a metropole, com proceder assaz extranho e quasi inexplicavel, ora perseguia, ora amparava; ora proscrevia, ora agasalhava (1).

O receio de alguma invasão de inimigos, em castigo dos peccados do paiz, era por este tempo, em todas as capitanias, um como sentimento commum. Temiam-se os francezes, os inglezes, os hollandezes, e até os turcos e os mouros. Com effeito, alguns corsarios argelinos tinham pouco antes saqueado a ilha de Porto Santo, e a de S. Maria nos Açores, levando

(1) Vide Varnh. pag. 411.

da primeira, captivos, todos os habitantes. E' este, diz justamente Varnhagen, um facto historico que nos explica de que modo poderiam outrora ter sido povoados e depois abandonados esses archipelagos do Atlantico. Assim, v.g., as Bermudas, que em 1498 acharam povoadas, em 1522 as encontrou desertas Bermudes, hespanhol que lhes legou o seu nome.

Por outro lado, os estrangeiros amiudavam suas aggressões em diversos pontos da costa, e no alto mar. Só no decurso do anno de 1616 tinham os hollandezes apresado vinte e oito navios da carreira do Brazil, numero este que em 1623 subiu a setenta. A metropole recommendava que mettessem no fundo as embarcações inimigas, que os mareantes, sendo presos, fossem summariamente julgados e sentenciados cá mesmo, e que as capitanias resolvessem entre si a imposição de um tributo para manter uma esquadra de guarda-costa, capaz de castigar o inimigo Nada se fez; tudo foi inutil, porque está escripto que *quem vult perdere demendat*. Mercê de Deus não professamos o fatalismo, não; mas sabemos que a Escriptura Sagrada attribúe muitissimas vezes as invasões inimigas, a guerra, as derrotas, e outros desastres publicos, ao castigo que Deus inflige a seu povo para retrahi-lo dos excessos a que se tinha abandonado. O *adhuc quadraginta dies, et Ninives subvertetur* não convinha menos ao Brazil desta epoca do que outrora á grande metropole da Assyria.

O proprio Rebello da Silva, na sua Hist. de Port., tomo III, pag. 338, escreveu: «O que facilitou mais do que tudo a entrada do Brazil aos hollandezes, foram os erros do governo e o estado moral da colonia. São concordes os testemunhos, e são imparciaes as opiniões em o pintar com as mais sombrias côres. Em todas as capitanias, e especialmente na da Bahia, a corrupção e o escandalo desenfreavam-se com insolencia. Os magistrados dobravam as varas ao peso de quatro ou de seis caixas de assucar; os roubos e as fraudes escarneciam a justiça como cousa van; e a

rectidão e probidade como de fraquezas senis. A lepra da escravidão corruia e envenenava aquella sociedade na juventude, inoculando-lhe vicios e costumes licenciosos. Os homicidios repetiam-se sem castigo até nas egrejas, e os assassinos assalariados quasi que nem se encobriam já para alçar o punhal ou disparar o mosquete. A alforria concedida pelo senhor ao servo que mostrava as mãos tintas no sangue da vingança encommendada, suspendia a morte repentina sobre a cabeça de todos. Nos templos e no seio das familias era puramente externo o culto. Os religiosos viviam mais para o seculo do que para o claustro; e o clero, longe de dar exemplos de compostura e de magnanimidade, timbrava pelo contrario em competir na turbulencia e na cubiça com os habitantes mais pervertidos».

Tal é o painel que Rebello da Silva, citando Manuel Calado e R. Southey, nos deu do estado moral do Brazil neste tempo. Carregado, talvez, é elle, principalmente no que respeita ao clero, mas infelizmente as obras de muitos colonos da epoca condizem com os traços principaes.

CARTA

DE N. SS. PADRE LEÃO XIII

AOS BISPOS DO BRAZIL

AOS VENERAVEIS IRMÃOS OS BISPOS DO BRAZIL

LEÃO XIII PAPA

Veneraveis Irmãos,

Saude e Bençam Apostolica.

Entre as muitas e grandes manifestações de piedade com que quasi todas as nações nos tem felicitado e todos os dias continuam a felicitar-nos por ter felizmente completado o anno quinquagesimo do Nosso sacerdocio, uma nos tocou d'um modo particular, e foi a que Nos veiu do Brazil, onde, em signal d'alegria por este acontecimento, não poucos que no vastissimo territorio d'aquelle Imperio ainda gemiam debaixo do jugo da escravidão, foram legalmente libertados. — Esta obra, toda de misericordia christan, devida ao zelo do clero e de varões e matronas beneficas foi offerecida a Deus, autor e dispensador de todos os bens, como testemunho de reconhecimento por ter-Nos benignamente concedido a graça de chegar são e salvo até esta edade. — Isto nos foi mais

NOTA. — Damos a traducção de *A Correspondencia de Roma*, periodico portuguez que em 1888 se publicava na capital do mundo christão.

que tudo agradavel e consolador, mormente porque veiu confirmar a Nossa gratissima opinião de que os Brazileiros queriam abolir e extirpar completamente a immanidade da escravidão. Esta vontade popular foi na verdade secundada pelo alto zelo do Imperador e de sua augusta Filha, como tambem pelos que estão á testa do governo, por meio de leis que para este fim foram feitas e sanccionadas. A alegria que este facto Nos deu, já expressamente a manifestámos no mez de janeiro passado ao Enviado acreditado junto de Nós pelo augusto Imperador, accrescentando tambem que escreveriamos aos Bispos do Brazil a respeito dos infelizes escravos.

Na verdade, Nós fazemos no meio de todos os homens as vezes de Christo, filho de Deus, que de tal modo amou todo o genero humano, que, não só não duvidou, tomando a nossa natureza, de viver no meio de nós, mas comprazeu-se até de tomar o nome de filho do homem, mostrando abertamente que se havia humilhado até nós, para *annunciar aos captivos a redempção* (1), e para que, remido o genero humano da peor das escravidões que é a do peccado, *renovasse em si todas as cousas que existem no céo e na terra* (2), e d'este modo levantasse de novo a progenie de Adão da immensa ruina da culpa commum, á altura da sua primitiva dignidade. Com muita propriedade diz a este respeito S. Gregorio Magno: *Pois que o nosso Redemptor, autor de todas as creaturas, quiz pela sua clemencia tomar a carne humana, a fim de que quebrada pela graça da sua divindade a cadeia da nossa escravidão, nos restituisse a antiga liberdade, cumpre uma obra salutar quem, pelo beneficio da manumissão, aos homens, que a natureza tornou livres desde a sua origem, restitue a liberdade em que nasceram, e á qual o direito das gentes substituiu o jugo da escravidão* (3). Convem, portanto, e é plenamente

(1) Is. LXI. 1; Luc. IV, 19.
(2) Ephes. 1, 10.
(3) Liv. VI, ep. 12.

do Nosso ministerio Apostolico, favorecer e promover a todo o custo, que os homens, tanto individualmente como em sociedade, possam ter todos os auxilios necessarios para alliviar as muitas miserias derivadas da quéda do primeiro pae, como fructo d'uma arvore contaminada: e estes auxilios, quaesquer que elles sejam, não sómente são efficacissimos para a civilização, mas tambem são muito adequados para aquella inteira renovação que foi a mira e a vontade de Jesus Christo Redemptor dos homens.

Ora pois, entre tantas miserias, é profundamente deploravel a da escravidão, a que desde muitos seculos está sujeita uma parte não pequena da familia humana, que geme na tristeza e na abjecção, contra o que Deus e a natureza primitivamente estabeleceram.

Tinha, com effeito decretado o Autor supremo de todas as cousas, que o homem exercesse uma especie de dominio regio sobre os animaes das florestas, do mar e dos ares, mas não que dominasse sobre os seus semelhantes: *Tendo Deus*, diz S. Agostinho, *creado o homem racional á sua imagem, não quiz que elle dominasse sinão sobre os irracionaes; não creou o homem para dominar o homem, mas para dominar os animaes* (4). Do que se segue que *a condição de escravo pesa de direito sobre o peccador. Por isso o nome de escravo nunca se encontra nas Escripturas sinão depois que o justo Noé poniu com este nome o peccado de seu filho. Este nome, portanto, mereceu-o a culpa e não a natureza* (5).

Do contagio do peccado original nasceram todos os outros males e tambem esta monstruosa perversidade, pela qual houve homens que, perdendo a memoria da fraterna união original, em logar de obedecerem ao impulso da natureza tratando-se com mutua benevolencia e respeito, seguiram as suas ambições começando a considerar os outros homens como seus inferiores,

(4) Gen. I, 26.
(5) Gen. I, 25, Noé, c. XXX.

e por consequencia a trata-los como animaes nascidos para o jugo. D'este modo, não olhando de nenhum modo para a natureza commum, nem para a dignidade humana, nem para a imagem divina impressa no homem, veiu por consequencia que, no meio das luctas e guerras que em seguida rebentaram, aquelles a quem a força deu a superioridade, submetteram a si os vencidos, e assim a multidão d'individuos d'uma mesma especie se foi pouco a pouco dividindo em duas partes distinctas, os vencidos feitos escravos debaixo dos vencedores seus senhores.

A historia dos tempos antigos apresenta-nos este luctuoso espectaculo até á epoca do Divino Redemptor, na qual a calamidade da escravidão tão largamente se tinha propagado entre todos os povos, e tão pequeno era o numero dos homens livres, que um poeta pôz na boca de Cesar estas atrozes palavras: *Para poucos vive o genero humano* (6). E isto esteve em vigor até nas mesmas nações mais cultas, entre os Gregos e os Romanos, onde o dominio de poucos se impunha á grande multidão; e com tal perversidade e orgulho se exercitava este dominio, que as turbas dos escravos não eram tidas sinão como bens, não pessoas, mas cousas, sem algum direito, sem terem mesmo a faculdade de conservar e gosar da propria vida. *Os escravos estão debaixo do poder dos seus senhores, e este poder deriva do direito das gentes: por quanto, pode observar-se egualmente entre todos os povos terem os senhores o direito de vida e de morte sobre os escravos, e tudo o que os escravos adquirem pertence aos seus senhores* (7).

Em consequencia de uma tal perturbação moral tornou-se licito aos senhores trocar os escravos, vende-los, deixa-los em herança, feri-los, dar-lhes a morte, abusar d'elles para suas paixões e para a sua cruel

(6) Lucan. Phars. V, 343.
(7) Justinian. Instit. l. I, t. 8, n. 1.

superstição: e isto se poude fazer impune e publicamente. Mais ainda, os que eram tidos por mais sensatos entre os pagãos, philosophos insignes, versadissimos no direito, por supremo ultrage ao senso commum, esforçaram-se em persuadir-se a si mesmos e aos outros que a escravidão não era sinão uma condição necessaria da natureza; nem até se envergonharam de ensinar que a raça dos escravos, na intelligencia e na perfeição do corpo era muito inferior á dos homens livres, e que, portanto, os escravos, como instrumentos privados de razão e de discreção, deviam servir em tudo e cegamente aos desejos dos seus senhores. E' isto uma crueldade e iniquidade summamente detestavel; e uma vez admittida, não ha oppressão a mais barbara e nefanda que não se sustente impudentissimamente com uma certa apparencia de legalidade ou de direito.

A historia é cheia de exemplos de uma alluvião de horrores, e dos perniciosos flagellos que d'alli manaram para a sociedade. O odio accendeu-se no coração dos escravos, e os senhores viram-se reduzidos a viver sempre em continuas apprehensões e temores; uns preparavam os fachos ardentes do furor, outros redobravam a crueldade; as nações, abaladas entre o numero d'uns, e a força dos outros, estiveram expostas á ruina cada momento: d'ahi tumultos e sedições, roubos e incendios, pelejas e carnificinas.

Grande parte do genero humano jazia n'este abysmo de abjecção, muito mais miseravel, porque sepultado nas trevas da superstição; quando, chegada a plenitude dos tempos estabelecida pela Divina sabedoria, uma luz admiravel raiou do alto dos céos, e a graça de Christo Redemptor se derramou abundantemente sobre todos os homens; e em virtude d'este beneficio elles foram tirados do lodaçal e da miseria da escravidão, e todos sem excepção foram resgatados do captiveiro do peccado e elevados á altissima dignidade de filhos de Deus.

Logo desde a origem da Egreja os Apostolos, além dos outros preceitos da vida santissima, ensinaram e inculcaram tambem aquelle que mais d'uma vez foi escripto por S. Paulo aos homens regenerados na fonte do Baptismo: *Todos sois filhos de Deus pela fé, em Christo Jesus: todos vós que fostes baptizados em Christo, revestistes-vos de Christo. Não ha Judeu nem Grego, não ha escravo nem livre, não ha homem nem mulher, pois todos sois uma mesma cousa em Jesus Christo* (8). *Não ha Gentio nem Judeu, circumcisos e incircumcisos, barbaros e Scythas, escravos e senhores; mas ha Christo em tudo e para todas as cousas* (9). *Por quanto, fomos todos baptizados em um mesmo espirito e em um mesmo corpo, tanto Judeus como Gentios, tanto escravos como senhores, e todos fomos lavados em um mesmo Espirito* (10).

Ensinos são estes realmente sublimes, venerandos e mui salutares, cuja efficacia não só dá e augmenta ao genero humano a sua dignidade, mas tambem associa os homens e os une estreitamente com os vinculos do amor fraterno, seja qual fôr a sua patria, a sua lingua e a sua condição. Esta caridade de Christo de que o Beatissimo Paulo era verdadeiramente inflammado, a bebera elle no mesmo coração d'Aquelle que misericordiosamente se tinha feito o irmão de todos e de cada um dos homens, e que os tinha todos, sem exceptuar ou esquecer um só, ennobrecido de si mesmo, a ponto de os fazer participar da natureza divina. Por esta mesma caridade se formaram e foram divinamente fundidas as raças que floreceram d'uma maneira admiravel para a esperança e a prosperidade publica: até que, no decurso dos tempos e dos acontecimentos, e graças á obra perseverante da Egreja, poude constituir-se a sociedade das nações christans e livres, renovada á semelhança da familia.

(8) Gal. III, 26-28.
(9) Coloss. III, 11.
(10) 1 Cor. XII, 13.

Com effeito o mais vivo cuidado da Egreja foi desde o principio que o povo christão recebesse e observasse como era devido a pura doutrina de Christo e dos Apostolos sobre um objecto de tanta ponderação. Já, graças ao novo Adão, que é Christo, existe uma união fraterna dos homens e dos povos entre si; do mesmo modo que elles têem todos uma só e mesma origem na ordem da natureza, do mesmo modo tambem na ordem sobrenatural elles têem todos uma só e unica origem de salvação e de fé: todos são egualmente chamados á adopção d'um só Deus, que de todos é Pae, pois que a todos elle remiu com grande preço; todos são membros no mesmo corpo, todos participam da mesma mesa divina, a todos são offerecidos os beneficios da graça e da vida immortal.

Estabelecidas estas doutrinas como principio e fundamento, a Egreja, como boa mãe, esforçou-se em procurar algum allivio aos cargos e á ignominia da vida servil: e por isso definiu e inculcou efficazmente os direitos e os deveres reciprocos entre os senhores e os servos, conforme o que se affirma nas epistolas dos Apostolos. — Eis aqui, com effeito, as admoestações que davam os principes dos Apostolos aos escravos que elles tinham ganho para Christo: *Estae submettidos com todo o respeito, não só aos bons e aos humildes, mas tambem aos máus* (11). *Obedecei aos vossos senhores segundo a carne, com temor e com respeito, na simplicidade do vosso coração, como a Christo; não servindo por apparencia, como para agradar aos homens, mas como servos de Christo, fazendo a vontade de Deus de todo o coração, servindo de boa vontade; como se servisseis ao Senhor e não aos homens, sabendo que quem quer que bem obrar, ou seja escravo ou livre, o receberá do Senhor* (12). O mesmo S. Paulo diz ao seu Timotheo: *Todos aquelles que se encontram debaixo do jugo da servidão, tenham os seus senhores*

(11) 1 Petr. II, 18.
(12) Eph. VI, 5-8.

como dignos de toda a honra: os que têem fieis por seus senhores, não os desprezem porque elles são irmãos, e sirvam-nos ainda melhor, porque são fieis amados, que participam dos mesmos beneficios. Eis o que deves ensinar e recommendar (13). A Tito egualmente mandou que ensinasse aos servos *a estar submettidos aos seus senhores, comprazendo-os em tudo, nunca contradizendo-os, nunca lhes causando damno, mas mostrando em tudo a bondade da sua fé, para que a doutrina do Salvador nosso Deus resplandeça em tudo* (14)

E optimamente comprehenderam aquelles primeiros discipulos da fé christan que esta fraterna egualdade dos homens em Christo, não devia diminuir nem relaxar o respeito, a honra, a fidelidade e os outros deveres, a que eram obrigados para com os seus senhores; do que resultaram não poucos beneficios, tornando-se mais seguro o cumprimento d'estes deveres, e ao mesmo tempo mais leve e suave o seu exercicio, e mais proficuo para merecer a gloria celeste. Com effeito elles professavam respeito e reverencia para com os seus senhores revestidos da autoridade de Deus, do qual vem todo o poder; nem os movia a isso o medo dos castigos, ou a astucia ou o estimulo do interesse, mas a consciencia do dever e o ardor da caridade. Reciprocamente as justas exhortações do Apostolo se dirigiam aos senhores, para que tratassem com benevolencia os seus servos em troco dos seus bons serviços: *E vós, senhores, fazei-lhes o mesmo, abandonando as ameaças, lembrando-vos de que o Senhor que está no céo, é ao mesmo tempo vosso e d'elles, e não ha para Elle distincção de pessoas* (15). Elles eram admoestados a considerar que, assim como não é justo que o servo se doa de sua condição, sendo o *liberto do Senhor*, assim tambem ao homem livre, pois que é *servo de Christo* (16), não é licito en-

(13) 1 Tim. VI, 1-2.
(14) Tit. II, 9-10.
(15) Ephes. VI, 9.
(16) 1 Cor. VII, 22.

soberbecer-se, e mandar com arrogancia. Por isso se ordenava aos Senhores que reconhecessem a dignidade humana em seus servos, e os tratassem convenientemente, não os reputando de natureza diversa, mas eguaes a si pela religião, e sujeitos á mesma servidão para com a magestade do Senhor commum.

Estas leis tão justas, e tão adequadas para harmonizar as differentes partes da sociedade domestica, foram praticadas pelos mesmos Apostolos. Insigne é o exemplo de S. Paulo quando escreveu cheio de benevolencia a favor de Onésimo, escravo fugitivo de Philémon, ao qual elle o tornou a mandar com esta ternissima recommendação: *Tu, pois, acolhe-o como o meu mui querido... não já como escravo, mas como um irmão carissimo segundo a carne e segundo o Senhor; e si elle d'algum modo te prejudicou, ou alguma cousa te deve, imputa isso a mim mesmo* (17).

Quem quizer comparar uma e outra maneira de proceder, a dos pagãos e dos christãos, para com os escravos, facilmente verá que uma é cruel e perniciosa, outra cheia de doçura e humanidade, e de certo não se atreverá a negar á Egreja o louvor de que é merecedora por ter sido instrumento de tanta indulgencia. — E muito mais d'isso se convencerá quem considerar attentamente com que doçura e com que prudencia a Egreja extirpou e extinguiu a peste abominavel da escravidão. — Ella, com effeito, não quiz proceder com precipitação em procurar a emancipação e a liberdade dos escravos, o que evidentemente não podia fazer-se sinão d'uma maneira tumultuosa, o que redundaria em damno d'elles mesmos e em detrimento da sociedade; mas achou mais expediente que os escravos fossem instruidos nas verdades christans e que tomassem costumes conformes ao baptismo. E' por isso que, si entre a multidão dos escravos que ella tinha aggregado ao numero dos seus filhos, alguns, deixando-se lisonjear pela esperança da liberdade, recorreram

(17) Ad Phil. V, 12-18.

á violencia ou á sedição, ella reprimiu sempre e reprovou estes esforços condemnaveis, e empregou por meio dos seus ministros os remedios da paciencia. Ella procurou persuadi-los que em virtude da luz da santa fé e do caracter que haviam recebido de Christo, eram muito superiores em dignidade aos pagãos seus senhores, mas que eram mais estrictamente obrigados pelo mesmo Autor e Fundador da fé, a não formar contra elles designios adversos, e a não faltar de modo algum ao respeito e á obediencia que lhes era devida; e pois que sabiam que eram destinados ao reino de Deus, dotados da liberdade dos seus filhos, e chamados ao goso de bens eternos, não deviam affligir-se pela abjecção e pelos incommodos da vida caduca, mas elevando os olhos e o coração para o céo, deviam consolar-se, e confirmar-se nos santos propositos. Foi aos servos que logo desde o principio se dirigiu o Apostolo S. Pedro quando escreveu: *A graça está em supportar cada um as tribulações por dever de consciencia para com Deus, e a soffrer ainda mesmo injustamente. N'isto consiste realmente a vossa vocação, pois que Christo padeceu por nós, e vos deixou o exemplo, para que sigaes os seus vestigios* (18). Esta grande gloria da solicitude unida á moderação que faz resplandecer admiravelmente a virtude divina da Egreja, augmenta ainda mais pela força d'animo sobre maneira eminente e invicta que ella mesma poude inspirar e sustentar no meio de tantos humildes escravos.

Era um maravilhoso espectaculo o exemplo dos bons costumes por elles dado aos seus senhores, e da extrema paciencia com que supportavam os trabalhos, sem jamais ser possivel induzi-los a preferir as ordens iniquas dos senhores aos santos mandamentos de Deus, de tal modo que expunham a sua vida com animo imperturbavel e com vulto sereno no meio dos mais atrozes supplicios. Eusebio celebra a memoria da invicta constancia d'uma virgem da Arabia que, mais depressa

(18) 1 Petr. II, 19-21.

que ceder aos torpes desejos d'um senhor deshonesto, affrontou corajosamente a morte, e confirmou com o seu sangue a fidelidade a Jesus Christo. Outros exemplos semelhantes podem admirar-se d'outros escravos, que resistiram fortemente até ao martyrio aos senhores que juntamente com a liberdade de sua alma lhes exigiam a fé que elles tinham jurado a Deus. Porém nem um só exemplo, a historia nos mostra de escravos christãos que por outros motivos tenham resistido aos seus senhores, ou se tenham envolvido em conjurações perniciosas contra os Estados.

Quando depois veiu a éra da paz e da tranquillidade para a Egreja, começaram os Santos Padres a expôr com admiravel sabedoria a doutrina apostolica sobre a fraterna união dos corações entre os Christãos, e com egual caridade a applicaram a proveito dos escravos, procurando firmar a convicção de que os senhores tinham sem duvida direitos legitimos sobre o trabalho dos seus servos, mas que de nenhum modo tinham direitos absolutos sobre a vida, nem podiam trata-los com crueldade. Entre os Gregos se distinguiu Chrysostomo, o qual frequentemente tratou este argumento, affirmando com franqueza d'animo e de linguagem, que a escravidão, segundo a antiga accepção da palavra, já, por insigne beneficio da fé christan, tinha sido abolida, de modo que entre os discipulos do Senhor parecia e era um nome vão. Christo, com effeito (assim se póde compendiar o que diz o S. Doutor), desde que, por sua summa misericordia para comnosco, lavou a culpa original, sanou tambem toda a corrupção, que d'ella tinha resultado para todas as classes da sociedade humana; e, portanto, do mesmo modo que, por sua graça, a morte perdeu seus horrores, e não e sinão uma tranquilla passagem para a vida da bemaventurança, assim tambem a escravidão foi supprimida. O christão, si não se torna de novo sujeito á escravidão do peccado, não deve ser chamado escravo. Aquelles que foram regenerados e adoptados por Jesus Christo, são todos e plenamente

irmãos: é d'esta nova procreação e adopção na familia do mesmo Deus, e não da illustração da linhagem, que deriva a nossa gloria; é da verdade, e não da nobreza do sangue que vem a nossa dignidade: e para que a forma d'esta *fraternidade* evangelica produza fructos mais abundantes, é absolutamente necessario que, mesmo nas relações externas da vida, se manifeste uma certa reciprocidade cordialissima de attenções e obsequios, de tal modo que os escravos sejam tratados como os domesticos e familiares, e que o chefe de familia não só proveja a tudo aquillo que lhes é necessario para as necessidades da vida, mas tambem de todos os soccorros da religião. Finalmente na saudação commovente de Paulo a Philemon, desejando graça e paz *á Egreja que está em sua casa* (19), temos um ensino bem estabelecido que entre os senhores e servos christãos onde haja communidade de fé, deve existir egualmente communhão de caridade (20).

Entre os Latinos devemos com toda a razão citar S. Ambrosio, que com tanto desvelo indagou sobre este mesmo argumento todas as razões das relações sociaes, e que, melhor que ninguem, precisou, segundo as leis christans, o que é proprio d'uma e outra categoria de homens; e não é necessario dizer que suas doutrinas concordam perfeitamente com as de Chrysostomo (21).

Taes preceitos eram, como é claro, da maior justiça e utilidade; e foram observados inteira e fielmente por toda a parte onde se professou a religião christan. — Si assim não fôra, não teria Lactancio, illustre defensor da religião, ousado affirmar, como testemunha: —*Dirá alguem: Não ha entre vós pobres e ricos, escravos e senhores? Não ha alguma differença entre cada um de vós? De modo nenhum: nem outro é o motivo*

(19) Ad. Phil. V, 2.
(20) Hom. XXIX. in Gen. or. in Lasar.; Hom. XIX in ep. I ad. Cor.; Hom. I in ep. ad. Phil.
(21) De Abr., de Jacob., et vita beata c. III, de Patr. Joseph. c. IV, Exhort. virg. c. I.

porque nós nos chamamos irmãos uns aos outros, si-não porque nos julgamos eguaes; pois uma vez que nós não olhamos as cousas humanas pelo lado do corpo mas sim do espirito, ainda que a condição dos corpos seja diversa, nem porisso existem servos por nós, mas os chamamos e consideramos irmãos pelo espirito, e companheiros na servidão pela religião. (22).

Os cuidados da Egreja no patrocinio dos escravos, cresciam continuamente, e não perdendo nenhuma opportunidade, procurava conseguir com prudencia que lhes fosse dada a liberdade, o que lhes teria tambem grandemente approveitado para a sua eterna salvação. —Os annaes da historia ecclesiastica dão testemunho de que os factos corresponderam á sollicitude da Egreja. As mesmas nobres matronas, tão louvadas por S. Jeronymo, contribuiram para isso d'uma maneira particular. Refere Salviano que, nas familias christans, mesmo sem serem muito ricas, succedia muitas vezes que se dava a liberdade aos escravos por generosa manumissão. Muito antes já S. Clemente altamente encomiava o nobre exemplo de caridade de alguns christãos que dando em troca suas proprias pessoas, se sujeitavam a si mesmos á escravidão para livrar escravos que d'outro modo não podiam resgatar (23). Por isso, além de que a redempção dos escravos começou a ter logar nos templos como um acto de piedade, a Egreja estabeleceu recommenda-la aos fieis nos seus testamentos como uma obra muito agradavel a Deus e digna aos seus olhos de grande merito e recompensa; e d'ahi veiu que a ordem de emancipar os escravos se deixava aos herdeiros com estas palavras: *pelo amor de Deus, pela salvação* ou *para merecimento da minha alma*. Nem alguma cousa se poupou que podesse servir para o resgate dos captivos: vendiam-se os bens doados a Deus, derretiam-se os vasos sagrados, alienavam-se os ornamentos e as riquezas das basilicas,

(22) Div. Just. I. V, c. 6.
(23) 1 Epist. ad. Cor. c. 55.

como fizeram mais d'uma vez Ambrosio, Agostinho, Hilario, Elygio, Patricio e outros muitos santissimos varões.

E muito fizeram em favor dos escravos os Pontifices Romanos, que em todos os tempos foram verdadeiramente os tutores e vindices dos opprimidos. S. Gregorio Magno resgatou o maior numero que lhe foi possivel, e no Concilio Romano de 597 quiz que fosse dada a liberdade aos que se determinassem a abraçar a vida monastica; Adriano I ensinou que os escravos podiam contrahir livremente matrimonio mesmo contra a vontade dos seus senhores; Alexandre III em 1167 intimou terminantemente ao rei mouro de Valencia que não fizesse escravo nenhum christão, pois que ninguem era escravo por natureza, e que Deus creara a todos livres. Em 1198 Innocencio III, a pedido dos fundadores João de Matha e Philippe de Valois, approvou e confirmou a *Ordem da Santissima Trindade para a redempção dos christãos* que cahissem em poder dos Turcos. Honorio III e depois Gregorio IX approvaram outra instituição semelhante, a *Ordem de Santa Maria das Mercês*, que Pedro Nolasco tinha fundado com a regra severa de que os religiosos que d'ella fizessem parte, se entregariam a si mesmos ao captiveiro em logar dos captivos, si assim fosse necessario para os resgatar. O mesmo Gregorio IX estabeleceu um grande meio de libertação, decretando a prohibição de vender escravos á Egreja, e exhortando os fieis a offerecer os seus escravos a Deus e aos Santos em expiação das suas culpas.

Muitos são os beneficios da Egreja que sobre este ponto podem recordar-se. Ella com effeito defendeu sempre os escravos das violencias e dos ultrajes dos senhores, applicando para este fim a severidade das suas penas; aos que eram opprimidos pela violencia, ella offerecia asylo nos seus templos; ella mandava que os emancipados fossem admittidos como testemunhas em juizo, e não poupava castigos a quem usasse de artificios para tornar escravos os homens livres. E mais

inclinada ella foi a favorecer a libertação dos escravos os quaes em todos os modos lhes pertenciam pela razão dos tempos e dos logares; ou estabelecendo que os bispos podessem quebrar os vinculos da escravidão a todos aquelles que, por um certo tempo, dessem provas de louvavel honestidade de vida, ou permittindo aos bispos de poder facilmente declarar livres aquelles que lhes fossem voluntariamente addidos. Deve-se ainda attribuir ao espirito misericordioso e ao poder da Egreja ter sido mitigado em favor dos escravos o rigor das leis civis, até que as disposições de maior doçura propostas por S. Gregorio Magno foram admittidas nos codigos das nações, o que foi obra principalmente de Carlos Magno que as introduziu nos seus *Capitulares*, e depois de Graciano que as adoptou no seu *Decreto*. Emfim, os monumentos, as leis, as instituições estão, no decurso dos tempos, a testificar e a magnificar a suprema caridade da Egreja para com os escravos, cuja triste condição ella nunca deixou de tutelar, empregando sempre todos os meios para allivia-la.—E assim nunca serão bastantes os louvores e as graças á Egreja catholica, nunca ella será sufficientemente proclamada benemerita da prosperidade das nações, tendo, por inestimavel beneficio de Christo Redemptor, destruido a escravidão, e dado aos homens a verdadeira liberdade, fraternidade e egualdade.

Declinando o seculo decimo quinto, quando o funesto flagello da escravidão tinha quasi cessado no meio das nações christans, e os Estados procuravam consolidar-se sobre as bases da liberdade evangelica e de extender ao longe o seu imperio, a Sé Apostolica, vigiou com o maior cuidado procurando impedir que os germens d'uma tal iniquidade não viessem de novo a desenvolver-se. A sua vigilante providencia fixou-se nas regiões de novo descobertas da Africa, Asia e America, pois era fama que os chefes d'aquellas expedições, usavam pouco rectamente das armas e do talento, para estabelecer e impôr a escravidão sobre

aquelles povos inoffensivos. Como a rude natureza das terras que se tratava de cultivar, não menos que as riquezas de metaes que deviam explorar-se, demandavam trabalhos pesadissimos, adoptaram determinações inteiramente injustas e deshumanas. Começou-se uma especie de trafico de escravos transportados da Ethiopia, e que depois se chamou *commercio da escravatura*. e que se propagou excessivamente em todas aquellas colonias. Seguiu-se, por egual excesso, uma oppressão semelhante á escravidão, sobre os indigenas, geralmente designados com o nome de *indianos*. Logo que Pio II teve a certeza destes factos, em uma carta de 7 de outubro de 1462 immediatamente reprovou e condemnou tamanha iniquidade.

Pouco depois Leão X empregou quanto lhe foi possivel todos os meios e autoridade para com os reis de Portugal e de Hespanha, afim de que elles tomassem a peito extirpar completamente um excesso não menos contrario á religião, como á justiça e á humanidade. Todavia esta calamidade lançava profundas raizes, porque permanecia sempre a sua causa ignobil, a insaciavel sêde de lucro. Foi então que Paulo III, preoccupado pela sua caridade paterna da condição dos indianos e dos escravos pretos, tomou a extrema resolução de pronunciar publicamente e como em face de todas as nações, por meio de um solemne decreto, que devia reconhecer-se-lhes uma triplice faculdade justa e propria de todos elles, isto é, que podiam ser senhores de si mesmos, que podiam viver em sociedade debaixo de suas leis, que podiam adquirir e possuir bens. E isto mais amplamente confirmou em suas lettras ao Cardeal Arcebispo de Toledo, em que declarou que todos aquelles que obrassem contra tal decreto, cahiriam debaixo de interdicto, e que ficava inteiramente reservada ao Romano Pontifice a faculdade de os absolver (24). Com egual sollicitude e constancia se mostram estrenuos defensores da liberdade dos

(24) *as ipsi Verita*, 2 jun. 559.

indianos, dos pretos e dos que não tinham ainda recebido a fé christan, outros Pontifices, como Urbano VIII, Bento XIV e Pio VII. Foi este ultimo que na occasião do Congresso dos principes confederados da Europa, que se reuniu em Vienna, chamou tambem a attenção commum dos mesmos principes sobre o dito commercio da escravatura, para que fosse completamente abolido, como já em algumas partes tinha cahido em desuso. Tambem Gregorio XVI admoestou severissimamente os que não observavam as leis e os deveres da humanidade, renovou os decretos e as penas estabelecidas pela Sé Apostolica, e não poupou nenhum meio para induzir as nações remotas a imitar a doçura das da Europa, e a detestar e abandonar a ignominia e barbaridade da escravidão (25). Muito opportunamente succedeu tambem a Nós de felicitar os supremos depositarios dos poderes publicos por ter conseguido que, mediante perseverantes instancias, já muito se tenha satisfeito ás continuas e justissimas reclamações da natureza e da religião.

Todavia ha um objecto semelhante a este que nos preoccupa vivamente e demanda a Nossa sollicitude. E que, si o torpe commercio da escravatura cessou realmente por mar, continúa ainda a exercitar-se por terra em grande proporção e muito barbaramente, e isto succede principalmente em algumas partes da Africa. Como aos olhos dos Mahometanos, os Ethiopes e os habitantes de regiões semelhantes, são apenas pouco mais do que brutos, é facil imaginar com que perfidia e crueldade elles os tratam. Elles assaltam d'improviso e com violencia, como fazem os salteadores, as tribus d'Ethiopia; invadem as villas, as aldeias e os campos, devastando e saqueando tudo, d'este modo se apoderam facilmente de homens, mulheres e meninos, e os conduzem presos e por força aos mercados mais infames. O Egypto, o Zanzibar e em parte tambem o Sudan são como as estações

(25) *In supremo Apost. fast.* 3 dec. 1837.

d'onde partem estas abominaveis expedições. Homens carregados de cadeias são obrigados a seguir longas viagens, com um sustento miseravel e debaixo de horriveis e continuos flagellos. Aos que não podem supportar tudo isto, dá-se a morte, e aquelles a quem as forças o permittem, são condemnados a ser todos vendidos e entregues ao arbitrio de compradores barbaros e impudentes. Cada um dos que assim são vendidos e entregues, deve soffrer a miseranda separação de sua mulher, de seus filhos e de seus parentes, e aquelle em cuja mão elles cahem, os sujeita a uma escravidão durissima e abominavel, sendo até constrangidos a abraçar a religião de Mahomet. Todas estas cousas, com immensa dôr do Nosso coração, ouvimos ainda não ha muito da boca de alguns que contemplaram com as lagrimas nos olhos uma tal infamia e horror, e confirmam-no plenamente as narrações dos recentes exploradores da Africa equatorial. Segundo o seu testemunho, o numero dos africanos vendidos d'este modo cada anno, á maneira de rebanhos, não é menor de quatrocentos mil, dos quaes cerca d'uma metade succumbem miseravelmente depois de ter sido arrastados debaixo de flagellos por asperos caminhos, a ponto que os viajantes podem seguir os vestigios formados pelos restos de tantos ossos, o que não se pode dizer sem sentir uma grande dôr.

Quem não se commoverá á vista de tantos males? A nós que fazemos as vezes de Christo, amorosissimo Salvador e Redemptor de todos os povos, e que Nos gloriamos dos muitos e gloriosos meritos da Egreja para com toda a especie de infelizes, bastam-nos apenas as palavras para exprimir a compaixão de que Nos sentimos possuidos por estes povos desgraçados; temos apenas expressões para dizer com que caridade lhes extendemos os braços, e com quanto ardor desejamos procurar para elles todos os soccorros e allivios possiveis, afim de que libertados da escravidão dos homens e ao mesmo tempo da superstição, lhes seja dado finalmente servir o verdadeiro Deus, debaixo do jugo

suavissimo de Christo, e ser admittidos juntamente comnosco á divina herança. Praza a Deos que todos aquelles que têm em suas mãos o governo e a autoridade, ou que querem que seja salvo o direito das gentes e da humanidade, ou desejam sinceramente o incremento da religião catholica, ouvindo nossos rogos e exhortações, empreguem todos os esforços em reprimir, impedir e abolir um tal trafico, o mais infame e ignobil que dar se pode. Entretanto, e ao mesmo tempo que, graças ao maior desenvolvimento dos talentos e da actividade, se abrem novas vias pelas regiões africanas, e se estabelecem novos commercios; os homens que se dedicam ao ministerio apostolico, procurem o mais que lhes fôr possivel que se providenceie á salvação e á liberdade dos escravos. Nada elles conseguirão, si não se dedicarem, auxiliados pela graça divina, a propagar a nossa santissima fé e a procurar que ella seja de dia para dia cada vez mais desenvolvida, pois é fructo insigne d'esta fé, favorecer e produzir admiravelmente a liberdade *em que Christo nos libertou* (26). Para tal fim Nós os exhortamos contemplar, como em um espelho de virtude apostolica, a vida e as obras de *Pedro Claver* ao qual decretámos recentemente as honras dos altares. Ponham os olhos n'elle, que com admiravel constancia, por quarenta annos continuos, todo se dedicou no meio das turbas dos desgraçadissimos escravos pretos, o que lhe mereceu ser verdadeiramente considerado o Apostolo d'aquelles dos quaes elle mesmo se dizia e mostrava escravo perpetuo. Si tiverem cuidado de reproduzir em si a caridade e a paciencia d'este Apostolo, elles se tornarão com certeza dignos ministros de salvação, consoladores mensageiros de paz, e poderão, com o auxilio de Deus, converter a desolação, a barbaria, e a ferocidade, em feliz prosperidade da religião e da civilização.

(26) Gal. IV, 31.

E agora, Veneraveis Irmãos, a vós queremos dirigir o Nosso pensamento e as Nossas Lettras para manifestar-vos e repartir comvosco a grande alegria que experimentamos pelas decisões que n'esse Imperio se adoptaram a respeito da escravidão. Uma vez que foi estabelecido por lei que todos aquelles que se encontram ainda na condição de escravos, serão admittidos na classe e nos direitos dos homens livres, não só isto em si nos parece bom, fausto e salutar, mas achamos n'este facto confirmada e avalorada a esperança de progressos consoladores para os interesses civis e religiosos. Assim o nome do Imperio Brazileiro será com razão celebrado e louvado entre as nações mais civilizadas, e justamente será exaltado o do Augusto Imperador, do qual se referem estas bellas palavras, que nada elle tem mais a peito que ver promptamente abolido em seus Estados todo o vestigio da escravidão. — Mas em quanto se cumprem as prescripções da lei, Nós pedimos de todo o coração que vos dediqueis com todo o zelo e trabalheis com todo o ardor n'este negocio, que deve sem duvida trazer comsigo não leves difficuldades. É a vós que incumbe procurar que os senhores e os escravos se entendam de boa fé, para que de modo algum sejam violadas a clemencia e a justiça, e todas as transacções sejam reguladas legitima e tranquillamente e segundo o espirito christão. É sobretudo para desejar que a suppressão e abolição da escravidão, por todos tão invocada, se realize felizmente, sem o menor detrimento do direito divino e humano, sem alguma perturbação publica, e de modo que fique segura a utilidade estavel dos mesmos escravos de cujos interesses se trata.

A cada um d'estes, tanto aos que já são livres como áquelles que vão se-lo, recommendamos com pastoral desvelo e fraterno affecto algumas admoestações escolhidas entre as maximas do grande Apostolo das gentes. Devem elles guardar religiosamente grata memoria e reconhecimento para com aquelles a cuja obra e conselho devem a liberdade. Jamais se tornem

indignos d'um tal beneficio, jamais confundam a liberdade com a licença das paixões, e usem d'ella, como convem a cidadãos honestos, para applicar-se a uma vida de industriosa actividade, para vantagem e decoro da familia e da sociedade. Cumpram escrupulosamente o dever de venerar e respeitar a magestade dos principes, de obedecer ás autoridades, de observar as leis, mais por sentimento religioso, que pelo temor: fujam de invejar as riquezas e a superioridade dos outros, pois é cousa summamente deploravel que muitos dos que são mais pobres se deixem continuamente dominar por esta inveja, que é fonte de muitas obras de iniquidade contra a segurança e a paz da ordem estabelecida. Contentes com a sua condição e com o que têem, nada lhes esteja mais a peito, nada desejem com maior ardor do que os bens celestiaes, pois foi para estes que foram creados, e remidos por Jesus Christo; sejam animados de piedade para com Deus, seu Senhor e Libertador, amem-no com todas as veras, observem com toda a fidelidade os seus mandamentos. Regosijem-se de ser filhos da sua Esposa, a santa Egreja, procurem ser dignos d'ella, e façam quanto lhes fôr possivel para pagar com amor, o seu amor.

Insisti, Veneraveis Irmãos, para que os emancipados sejam profundamente compenetrados d'estas doutrinas, a fim de que, como é Nosso desejo e deve se-lo tambem vosso e de todos os bons, a religião mais que tudo recolha e consolide para sempre na extensão do Imperio, os fructos da libertação concedida.

E para que isto mais felizmente succeda, pedimos e imploramos de Deus as graças mais abundantes e o auxilio materno da Virgem Immaculada. E como penhor dos favores celestes, e em testemunho de Nossa paternal benevolencia damos de todo o coração a vós, ao clero e a todo o povo a Bençam Apostolica.

Dado em Roma, em S. Pedro, a 5 de Maio de 1888, anno decimo primeiro do Nosso Pontificado.

LEÃO XIII, PAPA

NOTAS FINAES

Pag. 3. — A Lei Mental. — Oliveira Martins explica esta lei do modo seguinte:

«Forçado pelas exigencias de uma fundação de dynastia, D. João I multiplicára as doações a ponto, que o governo luctava com uma penuria cruel; e esses embaraços de cada instante eram pelo chanceller (João das Regras) considerados, e com motivo, como o impedimento mais forte para a constituição do poder soberano da coroa»

«A' força de cogitações descobriu uma lei, cujo nome quadrava á consciencia escrupulosa do rei (D. Duarte): a lei Mental, da idéa ou mente com que as doações tinham sido, ou deviam ter sido feitas. Opportuna, sagaz e pratica, essa lei, que durou no corpo do direito portuguez até ás reformas liberaes dos nossos dias (foi revogada pelo decreto de 13 de agosto de 1832), conseguiu os fins desejados, pedindo a cooperação do tempo, sem ferir nenhum interesse na pessoa dos donatarios actuaes. *Consistia em não admittir á successões dos bens da coroa sinão os filhos primogenitos e legitimos, com exclusão das femeas, dos ascendentes e collateraes,* (1) salvo concessão especial do rei —que, porém, logo a estabeleceu a beneficio ao proprio João das Regras, pae de uma filha apenas. Por esta fórma conseguia-se a frequente reversão dos bens, quando a lei se executava; e quando não se executava, mantinha-se a nobreza numa dependencia constante da coroa» (2).

Pag. 21. — Si alguem julgar ser algum tanto obscuro o que dissemos na primeira parte desta pagina 21, tenha a bondade de ler a explicação seguinte:

Em 1511 descubriu Portugal, e logo começou a explorar, as Molucas, asseverando que estavam dentro do seu hemispherio. Castella, porém, pretendeu o contrario. Dahi a disputa. Portugal, pois, afim de evitar uma guerra, offereceu á Hespanha a somma de trezentos e cincoenta mil ducados de ouro com a condição de ser deixado na posse pacifica dessas ilhas, e de lhe ser restituida essa quantia, caso lograsse provar que as Molucas existiam dentro do hemispherio lusitano.

Pag. 49. — Affirmamos que a esquadra fundeou no dia *sete*, não no dia *dezesete*, de agosto.

Vespucci dá o dia *sete* na carta escripta a Lourenço de Medicis, o dia *dezesete* na que dirigiu a Pedro Soderini. Vê-se, porém, que

(1) O grypho é nosso.
(2) O. M. Os filhos de D. João I, pag. 181.

a data certa é a primeira; porque Vespucci accrescenta que nesse logar se demoraram *sete dias*, e que, depois de fazer muitas escalas ou enseadas pela costa, chegaram no dia vinte e oito ao Cabo que denominaram *Santo Agostinho*. Teriam, por conseguinte, feito essa viagem em quatro dias: cousa impossivel (mesmo suppondo que a dita paragem fosse o Cabo de S. Roque) para toda a embarcação de vela, tanto mais que no mez de agosto os ventos e as correntes são do sul para o norte.

A respeito do logar em que nossos mareantes tomaram terra pela primeira vez, opinamos com o Sr. Vasconcellos que foi proximamente no sitio hoje denominado *Arraial do Marco* a 5° 3' 40" de latitude sul. Vespucci diz apenas que a paragem estava a cinco graus, mas esta differença, sobre ser favoravel á nossa opinião, póde attribuir-se á pouca perfeição dos instrumentos daquelle tempo. E' nesse logar que existe uma pedra quadrangular, da qualidade que vulgarmente chamam marmore de Lisboa; tem a figura de um grande parallelepipedo, com dois palmos de largura e um de grossura. A sua altura fóra da terra é de uns quatro palmos. Não tem inscripção e nem data alguma, e apenas em uma das faces gravada, ou melhor cavada, uma cruz da Ordem de Christo em cima de uma especie de escudo, no qual estão as quinas portuguezas em cruz. Póde-se, portanto, affirmar que aquella pedra é um padrão ou marco antigo.

Quem collocaria alli esse marco? Vespucci affirma que tomaram posse da terra para o rei de Portugal. Mas a posse, como sabemos, tomava-se collocando esses marcos. Logo é licito dizer que a frota exploradora de 1501 pôz aquelle padrão depois de fundear na parte superior do Rio Grande do Norte a umas quarenta e cinco milhas para lá do Cabo de S. Roque.

Deste modo tudo se concilia. A frota lançou ferro no dia *sete*; partiu a 14 (apoz sete dias de demora); avistou a 16 o Cabo a que em virtude da festa do calendario desse dia deram o nome de *S. Roque*, e, seguindo para o sul, chegou com mais dez ou doze dias ao Cabo de S. Agostinho, a 28.

Pag. 67.—O padrão que serviu de limite ás capitanias de Pernambuco e de Itamaracá, e que até o anno de 1888 permaneceu no logar em que fôra enfincado, na comarca de Igarassú, está hoje recolhido ao Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.

Pag. 81.—Tendo-nos apparecido alguma duvida a respeito do lettreiro gravado na espada de Martim Affonso, fomos pessoalmente ao Ypiranga, onde agora se guarda o museu que foi do Sr. Sertorio. Ahi, mediante a bondade do Sr. Dr. H. von Ihering, actual director, podemos averiguar que o dito lettreiro é precisamente o seguinte: *Não me saques sem rezão e nem me embainhes sem honra.*

Aproveitamos o ensejo para declarar que não podemos responder pela authenticidade desses objectos; pois não fizemos que repetir o que ouvimos da bocca do Sr. Sertorio quando tivemos a honra de visitar o seu museu, e não pensámos em lhe perguntar sobre quaes motivos baseava elle a sua affirmação.

Pag. 283—**Martim Affonso**, Ararigboya (cobra feroz) foi agraciado com a mercê de cavalleiro da Ordem de Christo, com o posto de capitão-mór da sua aldêa (a de S. Lourenço), com uma tença de 12$000 rs., com tres mil braças de terra ao longo do mar e seis mil para o sertão. Vide Rev. vol. IV, pag. 207.

Pag. 338.—No volume XLI, parte I, pag. 183 da Rev. acha-se uma relação muito interessante da vinda de Cavendish ao Brazil. Partiram da Inglaterra com cinco navios; passaram pelas Canarias; apresaram, na altura do Cabo Frio, um navio negreiro que de Pernambuco singrava para o Rio da Prata: aportaram á Ilha Grande, onde roubaram quanto poderam, e lançaram fogo a todas as casas.

Da Ilha de S. Sebastião mandou Cavendish a Santos (pelas dez horas da noite de 24 de dezembro) uma lancha e uma chalupa guarnecidas com cem homens. Pela madrugada capturaram uma canôa em que iam quatro portuguezes e duas mulheres. Uma dellas ia casar-se naquella manhan. Estando já bem perto da terra a espreitar o momento opportuno, e ouvindo a campainha que se tóca na occasião de se levantar a Hostia á missa, concluiram que agora todo o povo estaria occupado; desceram, cercaram a egreja, etc.

Um Gaspar Jorge, capitão do navio apresado na altura do Cabo Frio, foi quem os informou de tudo, os guiou, e lhes explicou o sentido do som da sineta.

SUMMARIO

INTRODUCÇÃO

1) **Proemio.** — Conveniencia de começar a historia da colonia pela da metropole.

I

Portugal

2) **O Reino** — de Portugal. D. Henrique: Casa de Borgonha. D. Affonso Henriques, primeiro rei.

3) **Os primeiros** — successores de D. Affonso Henriques. Sancho I, Affonso II, Sancho II, Affonso III, Diniz, Affonso IV, Pedro I, Fernando.

4) **Dynastia de Aviz.** — João I, Duarte, Affonso V, João II, Manuel, João III.

II

Factos que levaram ao descobrimento do Brazil

5) **Escola de Sagres** — origem da grandeza maritima de Portugal. D. Henrique.

6) **Primeiros descobrimentos.** — Ceuta, 1415. Os cabos *Não* e *Bojador*.

7) **Porto Santo, 1418.** — Zarco, Teixeira e Perestrello.

8) **Madeira, 1420.** — Zarco e Teixeira, descobridores e donatarios. Canna de assucar.

9) **Ulteriores descobrimentos.** — Os cabos Bojador, Branco e Verde; o Rio do Ouro, a Ilha das Garças e as de Cabo Verde.

10) **Bullas** — de Eugenio IV, Nicoláu V, Calixto III, etc.

11) **As Canarias** — descobertas por Betencourt e cedidas a Portugal, que as restituiu á Hespanha.

12) **Açores.** — Gonçalo Velho Cabral. Formigas, S. Maria, S. Miguel, Terceira, etc. Estatua na ilha do Corvo.

13) **O Resgate** — do Ouro da Mina.

14) **S. Jorge da Mina, 1482** — fortaleza levantada por Diogo de Azambuja apezar de Caramança, rei do logar.

15) **Padrões** — para tomar posse do logar. Diogo Cão no Congo. D. João II, Senhor de Guiné.

16) **Preste João** — monarcha residente no sudéste da Africa.

17) **Bartholomeu Dias, 1486** — em procura do Preste João descobre o Cabo de Boa Esperança.

18) **Covilhan e Paiva** — com o mesmo fim partem por terra para o Oriente.

19) **Behaim** — pretendido descobridor da America Meridional. A Islandia e a Groënlandia conhecidas desde o sec. X.

20) **Colombo** — propõe um novo plano. Desprezado por todos, menos por Isabel a Catholica,

descobre o Novo Mundo, 1492, ao qual não lega o seu nome. Perseguido pela inveja, morre pobre.

21) **A linha de marcação** — é a de Alexandre VI; a de *demarcação* é a do tratado de Tordesilhas, 1494. Incoherencia da Hespanha e de Portugal Molucas: convenção de Saragossa.

22) **Vasco da Gama, 97—99** —chega até a India. Calicut, o Samorim, os mouros.

III

Usos e costumes de Portugal

23) **Governo** — de Portugal. Centralização completa.

24) **Legislação.**—Ordenações affonsinas; codigo manuelino e codigo philippino.

35) **Jurisdicção.** — Juizes de vara vermelha, de vara branca, de fóra. Alcaide-mór, alcaide pequeno. Casa do Civel, etc. Mesa da Consciencia e Ordens.

26) **Aristocracia.** —Nobres e plebeus; ricos homens e infanções. Moradias.

27) **Titulos** — Dom, conde, visconde, duque, marquez, barão etc.

28) **As ordens** — religioso-militares eram a de Christo, a de Santiago da Espada, a de Aviz.

29) **Misericordia**—de Lisboa, modelo de todas as mais.

EPOCA I

TEMPOS PRIMITIVOS DA HISTORIA DO BRAZIL

I

Descobrimento

30) **Cabral**—indo para a India, descobre cazualmente o Brazil a 22 de Abril de 1500. Monte Paschoal, Rio do Frade, Porto Seguro. Dois indigenas, dois degradados e dois grumetes.

31) **Primeira**—missa no dia 26 de abril; segunda missa e posse no primeiro de maio. Naufragio.

32) **Em resumo.**

33) **Fim** — de Cabral. O seu sepulchro.

34) **Viagens** — hespanholas anteriores a Cabral. Alonso de Hojeda, Vicente Yanes Pinzon, Diogo de Lepe.

Questões accessorias

35) **O verdadeiro porto Seguro**—é o actual porto de S.Cruz.

36) **Rio do Frade.** — Porque leva este nome? Onde está?

37) **Quem levou a noticia?**— Provavelmente foi *André Gonçalves.*

38) **O anniversario** — celebra-se no dia tres de maio, porque os antigos que introduziram este uso, cuidavam que a posse se tomou nesse dia. O recurso á correcção no calendario, quanto a nós, é *impossivel, inutil, desnecessario.*— Confessamos que a nossa explicação é totalmente nova, mas nem por isso, talvez, deixe ser plausivel.

39) **Nomes**—Vera Cruz, Brazil, brazileiros, braziz, indios.

40) **Santa Maria**—de la Consolacion parece ser a Ponta do Mucuripe no Ceará.

41) **Maranhão.**—Ignoramos a origem deste nome.

II

Primeiras explorações

42) **Providencias** — tomadas pelo rei D. Manuel.

43) **Frota exploradora, 1501.** — Percorre toda a costa do Brazil desde o Rio Grande do Norte até o actual Rio da Prata, seguindo, talvez, até á Georgia Austral.

44) **Segunda expedição**, 1503. —Era destinada ao Oriente; veiu ao Brazil por acaso; Gonçalo Coelho e Vespucci: Fernão de Noronha, Bahia, Cabo Frio, Rio de Janeiro, etc.

45) **Armadores**— particulares: Fernão de Noronha, a Náu Bretôa, Cabo Frio.

46) **Visitas**—casuaes. João da Nova, Affonso de Albuquerque. Ilha da Trindade: sua descripção e historia.

47) **Visitas francezas**.—Binot Paulmier de Gonneville. Espoir de Honfleur, Tuchnu, Essomeric, Namoa. prohibições inuteis de Portugal. Os corsarios João Affonso e João Ango.

48) **A costa do Norte**.

49) **Ramalho** —e Antonio Rodrigues em S. Paulo.

50) **Caramurú** — ou Diogo Alvares na Bahia. Tradição a respeito delle.

51) **Observações criticas**: — A sua existencia e a data do seu naufragio, 5110, são certas. A sua ida á França é falsa.

52) **Viagens** — hespanholas. Vicente Yanes Pinzon e João Dias de Solis, 1508.

53) **Segunda**—viagem de Solis em 55.

54) **Fernão** — de Magalhães, 59, abandona Portugal pela Hespanha. Estreito de Magalhães; Ilhas de Maluco, Sebastião del Cano.

55) **D. Rodrigo**—de Acunha 5525, commandante do navio S. Gabriel, tóca em uma enseada ao sul de S. Catharina, no Rio e na Bahia. Abandonado pela tripulação, que leva o navio, vae a Pernambuco, onde fica preso dois annos.

56) **Caboto e Diogo Garcia**, 1526.—Garcia entra em S. Vicente. Sebastião Caboto visita Pernambuco e S. Catharina, seguindo então para o sul Juntos mudam o nome de Rio de Solis pelo de Rio da Prata. Melchior Ramirez. Henrique Monte e Francisco Puerto.

75) **Aleixo Garcia** — penetra pelo interior até o Perú, e morre assassinado.

58) **D. Pedro** — de Mendonça funda Buenos-Ayres em 1534.

59) **Cabeça de Vaca**, 1540— vae por terra, de S. Catharina ao Paraguay.

60) **Senabria**, 1549 — chegou a S. Catharina. Hans Staden

61) **Portugal** — attende mais ao Brazil.

62) **Christovam Jaques** — vem duas vezes ao Brazil: em 1516 e em 1526. Rio da Prata, francezes, etc. Feitoria de Igarassú, Ribeiro.

63) **Martim Affonso de Souza** — vem com Pero Lopes, seu irmão, ao Brazil em 1530; vence os francezes em Pernambuco, 31, envia Diogo Leite reconhecer a costa do norte, visita a Bahia, o Rio e Cananéa; segue para o Rio da Prata, retrocede, e funda duas povoações regulares, 32, e regressa para Portugal em 1533.

64) **La Pélerine** — náu franceza de Marselha. Pero Lopes toma a fortaleza levantada pelos francezes.

Duvidas

65) **Titulo**. — M. A. trazia o titulo de capitão-mór, e de governador das Terras do Brazil.

66) **Os padrões**—achados em Cananéa foram provavelmente alli deixados em 1501.

67) **O bacharel** — de Iguape não podia ser João Ramalho.

68) **A canna**—de assucar não é indigena.

69) **Gonçalo** — Monteiro era ecclesiastico. Foi o primeiro parocho de S. Vicente.

70) **Familias**. — Com M. A. não vieram familias.

71) **Entrada**. — M. A. entrou pela barra do meio, hoje de Santos.

III

Povos que habitavam o Brazil na epoca do seu descobrimento.

72) **Introducção**.—Pensamentos provaveis de Cabral.

73) **Origem**.—Esses povos vieram do antigo continente pelo Estreito de Behring e pela Islandia; acaso tambem das Canarias.

74) **A epoca** — é totalmente incerta.

75) **Ethnographia**. — pouco sabemos a este respeito.

76) **A raça tupy** -era a principal.

77) **Numero**. — Eram muitissimos.

78) **A lingua**—era o tupy — guarany.

79) **Propriedades**.—E' lingua agglutinante.

80) **Adjectivos** — pronomes, preposições.

81) **Verbo**.

82) **Trabalhos** — principaes sobre o tupy—guarany.

83) **Periodo**—de civilização. Eram agricultores; nunca foram pastores. Responde-se ao Sr. Dr. Couto de Magalhães.

84) **Tabas**—ou aldêas.

85) **Utensilios** — domesticos.

86) **Instrumentos**—de musica.

87) **Usos**—costumes, etc.

88) **Ornatos**.

89) **Trabalhos**:— caça, pesca, etc.

90) **Comida e bebida**.

91) **Doenças**.

92) **Casamentos**.

93) **Nomes**.

94) **Sepulchros**.

95) **A fórma**—de governo era a patriarchal.

96) **Religião**.

97) **Sumé**.

98) **Pagé**.

99) **Armas**.—Clava, arco, frechas, lanças, tardés, laço e bola, escudo, canôa.

100) **Guerra**.

101) **Matança** — dos prisioneiros.

Particularidades

102) **Tribus do Brazil**. — Guayanazes, goytacazes, papanazes, tupiniquins, cahétés, tabajares.

103) **Os aymorés** — eram os mais brutos de todos, e nunca se punham em agua.

04) **Tribus** — meridionaes e do Paraguay.

05) **Payaguás**—quasi amphibios.

106) **Guaranys**.

107) **Guayeurús** —hoje cavalleiros.

108) **Vida** — das tribus aquaticas do lago Xarayes.

109) **Cacociés**, — etc.

110) **Xarayes**.

111) **Chiquitos** — ou pequenotes.

112) **Itatines**—Gomma elastica.
113) **Cayaguás**.
114) **Guanas**.
115) **Tribus**—do Alto Amazonas. Encabellados.
116) **Omaguas**—umanas ou cambebas, isto é, cabeça chata. Tomavam rapé. Delles nos veiu o *cautchú* ou gomma elastica.
117) **Singularidades**—amazonicas.
118) **Usos e costumes**—que dos selvagens passaram aos colonos europeus.
119) **Conclusão**—Muitos usos e costumes eram communs ás duas Americas. Não eram os selvagens nem tão brutos, nem tão máus, como pretenderam os colonos.

IV

Capitanias hereditarias

120) **Divisão**—do Brazil em Capitanias.
121) **Direitos**—e obrigações dos donatarios.
122) **Foral.**
123) **Capitães**—e capitanias.
124) **M. A. de Souza**—recebeu a capitania de S. Vicente e a do Rio de Janeiro.
125) **Decadencia**—da villa de S. Vicente. Gonçalo Monteiro.
126) **Santos**—povoação e villa fundada por Braz Cubas.
127) **A Capitania**—de Pero Lopes constava de tres quinhões.
128) **S. Amaro**—e Gonçalo Affonso.
129) **Itamaracá**—e João Gonçalves. Villa da Conceição.
130) **Parahyba.**—Pero de Góes da Silveira foi infeliz. Villa da Rainha. O pirata Henrique Luiz.
131) **Espirito Santo.**—Vasco Fernandes Coutinho: incapaz e desditoso. Villa de Nossa Senhora da Victoria.
132) **Porto Seguro.**—Pero de Campos Tourinho.
133) **Ilhéos.**—Jorge de Figueiredo Corrêa, Romero, etc.
134) **Bahia**—Francisco Pereira Coutinho. Caramurú. Villa Velha. Revolta dos indios, etc.
135) **Pernambuco.**—Duarte Coelho, severo e justiceiro. Igarassú, Olinda, os tabajares, os cahétés, etc.

Quatro Capitanias do norte

136) **Capitanias.**
137) **Donatarios.**—Fernand'Alvares d'Andrade, Ayres da Cunha, João de Barros, Antonio Cardoso de Barros.
138) **Mallogro**—devido ao naufragio de Ayres da Cunha.
139) **Diogo Nunhes.**
140) **Naufragio,** 1554—de Luiz de Mello na costa do Maranhão.
141) **Tentativas**—castelhanas: Diego de Ordas.
142) **Gonçalo Pizarro, 1539**—galga os Andes em procura do El-Dourado e do paiz da canella.
143) **Orelhana,** 1540—atrahiçoando a Pizarro, desce pelo Amazonas até o Atlantico.
144) **Fim de Orelhana.**—Incumbido de colonizar o valle do Amazonas, succumbe nesse rio ás doenças, aos desastres e ao sentimento.
145) **Pedro de Orsúa,** 1560—Lopes de Aguirre e D. Fernando de Gusmão descem pelo Amazonas.
146) **Vida**—dos primeiros colonos. Grande desmoralização. Os degradados, as náus francezas, etc. Grito de alarme.

EPOCA II 1549-1581

PRIMEIROS GOVERNADORES

I

Thomé de Souza

147) **Estabelecimento** — de um governo central. Cidade do Salvador na Bahia. Symbolo de salvação.

148) **Gramatão Telles**, 1548 — vem preparar o logar Carta regia a Diogo Alvares.

149) **Regimento.**—Poderes do governador, prohibições, providencias, etc. Pero Borges, ouvidor geral; Antonio Cardoso, provedor-mór da Fazenda; Pero de Goes da Silveira, capitão-mór da Costa.

150) **Viagem.**—Partem no primeiro de fevereiro, chegam a 29 de março de 49. Seis jesuitas.

151) **Fundação**—da nova cidade. No anno seguinte vieram novos reforços.

152) **Dois casos**—desagradaveis. Matam á boca do canhão um indio que assassinára um portuguez. Revolta e castigo de alguns barbaros do Reconcavo.

153) **Visita official** 1549—do ouvidor geral e do provedor-mór ás capitanias do sul. Dois francezes presos no Rio de Janeiro.

154) **Vae Thomé de Souza ao sul em** 1553. — Santos, Itanhaem, S. André da Borda do Campo. Drumond, Ramalho, Tebiryçá, Cayuby.

155) **Os jesuitas**—foram mandados por D. João III, Nobrega.

156) **Os jesuitas** — e os selvagens. As creanças e os enfermos.

157) **Caso perigoso.**—Anthropophagia. Os jesuitas tiram aos barbaros um homem que acabavam de matar para o comer.

158) **Novas difficuldades.** — Epidemia, tosse, etc.

159) **Capellas e escola.** — Ler, escrever, cantar, Musica. O P. Alpiscueta Navarro.

160) **Os jesuitas**—encontram maior opposição nos colonos e no

161) **Clero**

162) **O Padroado.**

163) **O Primeiro Bispo**—D. Pedro Fernandes Sardinha, era homem moderado. O Dr. Francisco Fernandes regeu a egreja brazileira interinamente até a vinda do segundo Bispo.

164) **Duas entradas**—em demanda de ouro. Partem de Porto Seguro. O governador envia á Côrte Pero de Goes.

165) **Fim do Governo** — de Thomé de Souza, o qual foi bem remunerado. Garcia d'Avila.

166) **Aventuras** — de Hans Staden, allemão que combate em Pernambuco; volta para a Hespanha; embarca para o Rio da Prata; chega a S. Catharina, e naufraga indo a S. Vicente. Artilheiro na Bertioga, cahe nas mãos dos selvagens, e recupera a liberdade depois de muito padecer. Os navios francezes *Marie Bellette e Catherine Waterville.*

167) **Ulrico Schimidel**—outro aventureiro allemão.

II

Procedimento dos primeiros jesuitas

168) **Estado da questão.**—A distincção entre os primeiro

jesuitas e seus successores, é impossivel.

169) **Cartas**—de Nobrega.

170) **Em resumo** — as cartas de Nobrega dizem que os colonos tratavam barbaramente aos indigenas. Eis a razão pela qual os jesuitas se queixavam, tanto como posteriormente fizeram seus successores. Os jesuitas nunca affirmaram que não fosse licito usar a força para conter os barbaros. O que elles negaram sempre, foi ser licito vexa-los sem razão, particularmente os mansos e os convertidos.

171) **Os jesuitas**—não clamavam contra o captiveiro dos negros, porque este era *legal*. Por esta mesma razão elles não se oppunham á escravatura dos indigenas, quando se continha entre as raias da lei.

III

D. Duarte da Costa, 1553-57.

172) **D. Duarte** — conquistou o Reconcavo e desaveiu-se com o Bispo. E' difficil dizer de que lado estivesse a razão. D. Alvaro.

173) **Morte do Bispo**, 1556. —Os cahétés o matam e o comem na beira do rio S. Miguel, no actual Estado das Alagoas.

174) **Guerra**, 1555.—D. Alvaro derrota os barbaros rebeldes na Bahia.

175) **Os jesuitas** — na capitania de S. Vicente, 1549. O P. Leonardo Nunes. Em 53 veiu o P. Nobrega, que penetrou muitas leguas para o interior.

176 **Fundação de S. Paulo**, 1554 —nos campos de Piratininga pelos jesuitas, cujo superior era o P. Manuel de Paiva.

177) **Trabalhos**—de Anchieta feito professor, medico, artifice, etc.

178) **Ataque contra S. Paulo**, 56—por algumas tribus que os mestiços de S. André tinham açulado.

179) **Fim do governo** — de D. Duarte. Multa imposta a um morador de S. André. Morte de D. João III.

180) **Pernambuco**. — Desurdens dos selvagens. Os nossos semeam entre elles a discordia. Retiram-se alguns para os Guararapes, e logo para o Cabo de S. Agostinho, donde os expulsam os pernambucanos. Guerra de Serinhaem. Fogem os barbaros para o sertão e os colonos os vão caçar. Padre do Ouro.

181) **Itamaracá**. — Os indios muito bondosos: *era dourada*: vexações e revolta.

182) **Capitania** — do Espirito Santo. Revolta dos barbaros.

183) **Confederação** — dos tamoyos.

184) **Os Francezes** — no Rio de Janeiro 55.

185) **Duplicidade** — de Villegagnon, Coligny, o rei, etc. Poucos colonos.

186) **Desastres**. - Duas tormentas. Pára no primeiro ilhéo; passa para a ilha Serigipe, etc.

187) **Conspiração**, 1556.—O interprete normando; a guarda escosseza; castigo severo.

188) **Primeira apostasia**. Chegam os theologos de Genebra, e Villegagon abjura solemnemente o Catholicismo. Bois-le-Comte, Lery, João Cointa, etc.

189) **Segunda apostasia**. — Villegagnon dá principio a disputas serias; appella a Calvino; declara-se lutherano e despede os genébrinos.

190) **Fim** — Villegagnon atira ao mar tres francezes; volta para a França; appella debalde aos catholicos; envia alguns religiosos de S. Bernardo, e acaba obscuramente em 1571.

191) **Villegagnon** — tratava muito bem os selvagens.

192) **Villegagnon** — e seus historiadores.

Exaggeração de alguns autores a respeito deste caudilho francez.

IV

Men de Sá, III governador geral, 1557—72.

193) **Sua vinda.**—Chega pelos fins de 1557.

194) **Seus primeiros cuidados.**—Cortou as demandas; tirou o jogo; favoreceu a conversão dos selvagens, a quem prohibiu comerem carne humana.

195) **Opposição** — que encontra. Os colonos occupam as terras dos indios mansos, *porque precisam dellas!* Vexam-nos por mil modos e não são punidos!

196) **Castiga** — um principal por ter comido carne humana, Vasco Rodrigues de Caldas.

197) **Novas queixas.** — Mostravam-se os colonos contrarios ao governador; porque cortára as demandas, tirára o jogo, obrigára os empregados a cumprir com seus deveres, e porque recusava repartir entre elles os indios mansos, já convertidos e reunidos em aldêas.

198) **Guerra.** — Mandou Men de Sá tres vezes Vasco Rodrigues contra os indios do Paraguassú, que eram desordeiros e rebeldes. Foram tres victorias, que subjugaram aquelles barbaros. Isto, porém, desagradou aos caçadores de escravos.

199) **Morte**—de Fernão de Sá, 1558, no rio Brigaré, onde foi abandonado por quasi todos os seus.

200) **Men de Sá**—nos Ilhéos, 1559, derrota muitos indios bravos; ganha a *Batalha dos Nadadores*, e concede a paz aos vencidos submissos.

201) **Duas cartas regias.** — A Rainha Regente, entre outras cousas, recommenda a Men de Sá a conversão do gentio e os jesuitas.

202) **Carta**—regia á Camara da Bahia. Prohibe vexar os indios christãos e recommenda os jesuitas.

203) **Rio de Janeiro, 1560.** — Armada vinda do reino. Men de Sá, apezar da grande opposição que encontra, vae combater os francezes; concilia e anima a todos. Os francezes fugiram, não capitularam.

204) **Men de Sá em S. Vicente.** — Nova estrada na Serra. Primeiro ouro; mudança da villa de S. André para S. Paulo, effectuada a pedido da Camara.

Injustiças posteriormente praticadas a respeito dos indios.

205) **Volta**—Men de Sá para a Bahia e dá diversas providencias.

206) **Assalto**—contra S. Paulo, 1562. Um exercito immenso de barbaros tenta destruir S. Paulo. Os jesuitas armam os neophytos, que, ás ordens de Tebiriçá, repellem bravamente os inimigos.

207) **Armisticio de Iperoyg, 1563.**—Os jesuitas Nobrega e Anchieta vão tratar da paz com os barbaros de Iperoyg. Oppõe-se Aïmbire; volta Nobrega a S. Vicente, ficando Anchieta em refem.

Aquelle alcança á paz, este escreve um poema em honra da Virgem.

208) **Peste na Bahia.** — As aldéas dos jesuitas na Bahia, já muito florescentes, foram em 1563 assoladas por uma peste medonha, e no anno seguinte por uma grande fome. Crueldade dos colonos neste lance terrivel.

209) **Duvidas.** — Consultam a Mesa da Consciencia, collocando a questão numa luz falsa. Na extrema necessidade tudo é commum. Difficuldades dos que perderam a mulher, ignorando si ella esteja viva ou morta.

210) **Peste** — na capitania de S. Vicente.

211) **Expulsão dos francezes** —do Rio de Janeiro, 1564—67. Estacio de Sá, chegando da metropole, vae ao Rio, 64; consulta Nobrega; procura reforços, etc., em S. Vicente. Os tamoyos de Iperoyg permanecem fieis. Cunhambebe. Partem de S. Vicente 65; entram em Guanabara; trabalham debalde; vae Anchieta á Bahia; vem Men de Sá ao Rio, 67, e vence. Morte de Estacio de Sá. Salvador Corrêa de Sá. Ilha do Governador. Os francezes no Recife.

212) **Fundação**— da nova cidade, 67. Fortificações da barra.

213) **S. Lourenço** — e Cabo Frio. Araribóya. Salvador de Sá.

214) **João Bolés.**—Abuso que alguns fazem do que, deste francez, escreveu o P. Simão de Vasconcellos.

215) **Historia**—de João Bolés contada pelo proprio P. Anchieta.

216) **O verdadeiro** — nome deste homem era— João Cointa, senhor de Boulés, fidalgo francez. O Sr. Heitor; o paradoxo, etc.

217) **O facto**—do Rio de Janeiro não é real. Supposto, porém, que o seja, nada delle se pode inferir contra o P. Anchieta. O Dr. Guillotin.

218) **Carta regia.** — Recommenda a Men de Sá que atalhe os captiveiros injustos e proteja os indios convertidos.

219) **Resolução** — provisoria afim de pôr um dique ás injustiças de que os indios eram victimas.

220) **Carta de Lei.**—Prohibe reduzir os indios á escravidão, excepto os tomados em guerra justa, os aymorés, e os que já eram escravos entre os seus.

221) **Morte** — de Men de Sá, 2 de março de 72.

222) **Juizo** — a respeito da administração de Men de Sá. Foi moderado e um dos melhores governadores.

223) **Morte** — do Bispo D. Pedro Leitão. Veiu em 59; falleceu em 73.

224) **Morte** — do P. Nobrega, 18 de out de 70. Muito lhe deve o Brazil.

V

Successores de Men de Sá

225) **D. Luiz** — Fernandes de Vasconcellos, victima dos calvinistas. Martyrio de quarenta jesuitas, 1570.

226) **Divisão** — do Brazil em dois governos. Convenio relativo aos indios.

227) **O Dr. Salema**—vencendo os tamoyos e os tupinambás, expulsa os francezes do Cabo Frio. Araribóya.

228) **Luiz de Brito**—extende as conquistas até o Rio Real.

229) **Entradas.** —Os colonos por meio de enganos trazem do

sertão muitos indigenas. Indios de consciencia. Ferram-nos nos faces, etc.

Antonio Dias Adorno, Sebastião Alvares, o Porquinho e Luiz Alves Espinha. O Braço de Peixe e o Assento de Passaro: matança de pernambucanos.

230) **Sebastião** — da Ponte, 1576.

231) **Naufragio.**

232) **Prelazia** — do Rio de Janeiro, 1577. Bartholomeu Simões Pereira.

233) **Reunião, 1577.** — Lourenço da Veiga, 78-81.

234) **O Porquinho e o Setta.** —Guerra. Mallogro dos pernambucanos.

235) **Dominio** — da Hespanha. Desastre de Alcacer-Kibir (78); o cardeal D. Henrique; Philippe II; D. Antonio; o duque de Alba, etc.

VI

Estado do Brazil em 1581

236) **Progresso** — notavel. Itamaracá, Pernambuco, Olinda, o Recife.

237) **Bahia.** — O gengibre. As egrejas, a cathedral, os conegos.

238) **Capitanias** — do sul. Misericordia.

240) **Ordenado** — do Governador, do Bispo, dos jesuitas.

241) **Os jesuitas** — possuiam tres collegios e diversas casas. A instrucção era gratuita.

242) **Trabalhos** — e perigos.

243) **Os jesuitas** — frequentes vezes auxiliaram os colonos nas guerras justas.

244) **Obstaculos** — á conversão eram a negligencia, a anthropophagia, o captiveiro, etc.

EPOCA III

DOMINIO DA HESPANHA ATÉ 1624

I

Primeiros annos

245) **Primeira junta, 81—83.** — As vias de successão. Rangel, o Bispo e a Camara. Os mestéres. Náu ingleza.

246) **Manuel Telles Barreto** —acalma os espiritos. A guarda.

II

Conquista da Parahyba do Norte, 74—86

247) **Causa** — e principio da guerra, 74. Vexações. Iniguassú; Antonio Salema, Bacellar, etc.

248) **Expedições.** — Invasão dos barbaros; Luiz de Brito, 75; Lourenço da Veiga, 78; Fructuoso Barbosa, 79 e 82. Barreto.

249) **Constrôe**—Valdez o forte S. Philippe, 84. Castejon.

250) **Diversas**—aventuras.

251) **Victoria**—definitiva. Martim Leitão. Nossa Senhora das Neves, hoje capital da Parahyba.

252) **Tres ordens**—religiosas. Os Benedictinos, os Capuchos e os Carmelitas.

III

Segunda Junta, 87—91

253) **Dois governadores** — interinos: o Bispo D. Antonio

de Barros e Christovam de Barros.

254) **Conquista**—de Sergipe, 89. Traição dos selvagens. Guerra approvada. Muitos prisioneiros. S. Christovam.

255) **Entradas**. — Caçadores de escravos no Rio S. Francisco. O Porquinho.

IV

Os inglezes no Brazil

256) **Primeiras Viagens**. — Mr. Hawkins. O Minion em S. Vicente.

257) **Fenton**—e Flores Valdez. Drake.

258) **Roberto Withrington**—tenta saltear a Bahia.

259) **Cavendish**—em Santos e no Espirito Santo, 1591.

260) **Jayme**—de Lancaster no Recife, 1595.

V

D. Francisco de Souza, 1591-1602

261) **Francisco** — Giraldes.

262) **D. Francisco**.—Triplice fim.

263) **Minas**.—Roberio Dias. Gabriel Soares.

264) **Parahyba**—e Rio Grande. Fructuoso Barbosa e D. Pedro de la Cueva. Feliciano Coelho de Carvalho. Mascarenhas no Rio Grande, Coelho, Albuquerque, Jacaúna, Camarão, o P. Sampéres. Tres Reis Magos, Natal, 1598.

265) **D. Francisco** — em São Paulo, 98. O morro Araçoyaba. Náu hollandeza em Santos. Batavos na Bahia e no Rio, 99.

266) **Fortificações**—na Bahia. D. Francisco muito rico, generoso e bemquisto.

267) **Commercio**—com o Rio da Prata.

VI

Diogo Botelho, 1602—1607

268) **Governo**—de Botelho: severo. Diogo de Campos Moreno:

269) **Conselho**—da India.

270) **Pesca**—da baleia na Bahia. Pedro de Orecha, 1603.

271) **Aymorés**—e peliguares na Bahia. O P. Diogo Nunes. Injustiça, etc.

272) **Zorobabé**—preso, e mandado a Portugal.

273) **Invasão**—dos aymorés.

274) **Principio**—da conversão dos aymorés. Alvaro da Cachoeira. Ilha de Itaparica.

275) **Desastre**—providencial na ilha de Itaparica.

276) **Conversão**—dos aymorés. O P. Domingos Rodrigues.

277) **Hollandezes**—na Bahia. Moreno vae á Hespanha.

VII

D. Diogo de Menezes, 1607-1612

278) **Seu governo**.—Rio Grande, Pernambuco, Relação na Bahia, 1609.

279) **A Relação**—Menezes e o Bispo. Desavenças. Excommunhão. Renda dos dezimos.

280) **Menezes**—e os jesuitas. O governador accusa os jesuitas e pede que os indios sejam declarados livres.

281) **Nova Lei**—a respeito dos indios, 1609. Declara-os inteiramente livres. Recusam-na o governador e os colonos. Idéas anachronicas de Varnhagen.

282) **Nova divisão** — do Brazil. D. Francisco de Souza, o sul e as minas. D. Luiz de Souza. Reunião.

VIII

Ceará e Maranhão

283) **Pero Coelho** — vae á Serra de Ibiapaba, 1603; prende e manda vender os indios amigos. Nova Lusitania, Nova Lisboa. Abandonado de todos, volta á Parahyba, passa á Hespanha, etc. Quem foi o culpado?

284) **Os padres** — Francisco Pinto e Luiz Figueira, 1607-1608. Pernambuco, Rio Grande, Ceará, Ibiapaba, Maranhão. Os tacarijús.

285) **Jornada** — do Maranhão, Berredo, Varnhagen.

286) **Colonização** — do Ceará, 1611. Martim Soarez Moreno e Jacaúna. Nossa Senhora do Amparo. Fortaleza. Dois navios batavos. Um portuguez traidor.

IX

Maranhão e Pará

287) **Os francezes** — no Maranhão. Jaques Riffault, Ovirapire, Carlos Des-Vaux, La Ravardière. Companhia. Capuchinhos. Cançale, Fernão de Noronha, ilha de Santa Anna, S. Luiz do Maranhão.

288) **Primeira** — expedição portugueza. Ieronymo de Albuquerque e Martim Soares Moreno. Bahia das Tartarugas. Reforços e victoria.

289) **Preparativos** — para a segunda expedição. Diogo de Campos Moreno. Albuquerque na Parahyba, Diogo em Pernambuco. Dois capuchinhos.

290) **Jornada Milagrosa.** — Partem do Recife. Grandes difficuldades. Fortaleza. Presidio das Tartarugas; ilha do Periá; Guaxenduba; o forte S. Maria. Um transfuga.

291) **Primeiras hostilidades.** — Uma canôa inimiga; o indio Mandiocapúa; um prisioneiro; demonstrações hostis; um reconhecimento; um preso. Desanimo no campo portuguez.

292) **Derrota** — dos francezes, 19 de nov. de 1614. Artificio de um corneta; valor portuguez e brazileiro. Piziu, de Pratz, La Ravardière.

293) **Treguas.** — Correspondencia epistolar; patentes; armisticio emquanto não constar da opinião das respectivas metropoles. Relações amigaveis.

294) **Quebra das treguas.** — Reforços; novo ajuste; o forte S. José; Alexandre de Moura. Os francezes entregam a ilha e tudo o mais.

295) **Belém do Pará** — fundada por Francisco Caldeira de Castello Branco em 1615. Pedro Teixeira.

296) **Revolta** — dos tupinambás, 1617, de Cuman. Amaro, despachos, etc.

297) **Caldeira** — preso em Belém, 1617, pelo guarnição. Assassinato de Alvaro Neto.

298) **Os jesuitas** — acompanham Alexandre de Moura e contribuem muito para a victoria. Clamam de balde contra as vexações feitas aos indios. Retiram-se.

X

O Sul

299) **Gaspar** — de Souza, 1612-1616, reside em Olinda. Governadores da Bahia. Balthazar de

Aragão. Seis navios francezes na altura da Bahia. Batalha naval; morte do Aragão; Francisco Ferraz. Caso extranho. Escandalo da Relação e de um sobrinho de Balthazar Ferraz.

300) **Fim** — do governo de Gaspar de Souza. Visita a Bahia. Vasco de Souza. Remuneração.

301) **D. Luiz** — de Souza, 1616—1621, muito generoso e bemquisto como seu pae.

302) **Diogo** — de Mendonça Furtado, 1621—1624. Henrique Corrêa. A Relação; fortificações.

308) **Desintelligencias**—com o Bispo. Os desembargadores.

XI

Pará—Maranhão

304) **Maranhão.** — Morte de Albuquerque Maranhão. Antonio de Albuquerque, Bento Maciel Parente e Domingos da Costa Machado. Desavenças. Governo de Machado. Colonos açorianos. Estado do Pará—Maranhão.

305) **Os Jesuitas.**—e os maranhenses.

Antonio Muniz Barreiros capitão mór do Maranhão. O P. Figueira; tumulto; termo assignado pelos jesuitas; falta do capitão-mór. Acalma-se o tumulto. Governo de Barreiros.

306) **Pará** —Jeronymo Fragoso de Albuquerque restaura a ordem, 1619. Novas perturbações.

O Fr. P. Antonio da Marciana, Maciel e Luiz Aranha de Vasconcellos.

307) **Primeiros** — governadores do Pará-Maranhão. O. P. Fr. Christovam de Lisboa e os caçadores de escravos.

308) **Estado.**—das outras capitanias.

Prelazia de Pernambuco.

309) **Estado** — moral do paiz antes da guerra hollandeza.

DATAS PRINCIPAES

SECULO XIV

Fundação da Ordem de Christo, ... 10
Assassinato de D. Ignez de Castro, ... 55
Lei das Sesmarias, . . 75
Acclamação de D. João I, 85
Nasce o Infante D. Henrique, ... 94

SECULO XV

Escola de Sagres, . . . 12
Tomada de Ceuta, . . . 15
Bulla do papa Martinho V, 18
Descobrimento—de Porto Santo, 18; da Madeira, 20; do C. Branco, 41; do R. do Ouro, 43; do C. Verde, 46; das ilhas do C. Verde, 61; dos Açores, 31, 32, 33, 44, etc.
Passagem do C. Bojador, 33
D. Duarte, ... 33—38
Lei Mental, ... 34
Bulla do papa Eugenio IV, ... 36
Nasce Chr. Colombo, . 36
D. Affonso V, . . . 38—81
Morre D. Henrique, . . 60

D. João II, ... 81—95
S. Jorge da Mina, . . 82
Collocação do 1.º padrão, 84
Bartholomeu Dias, . . 86—87
Paiva e Covilhan, 7 de maio, ... 87
Descobrimento da America, ... 92
Bulla do papa Alexandre, 93
Tratado de Tordesilhas, 94
D. Manuel, ... 95—21
Vasco da Gama, . . . 97—99
Misericordia de Lisboa, 98
Hojeda, ... 99
Pinzon, ... 99
Cabral, ... 500

SECULO XVI

Frota exploradora 1501, . 1
João da Nova e a ilha da Trindade, ... 1
Segunda expedição, . . 3
Fernão de Noronha, . . 3
Binot de Gonneville . . 3
Morre Isabel a Cath., . 4
Morre Colombo, . . . 6
Primeira viagem de Solis, 8
Naufragio de Diogo Alvares, ... 10
A Náu Bretôa, ... 11
João Ramalho, ... 14
Segunda viagem de Solis, ... 15
Christovam Jaques (1.ª vez), ... 16
Fernão de Magalhães, . 19
D. João III, ... 21—57
D. Rodrigo de Acunha, . 25—28
Caboto e Diogo Garcia, . 26
Aleixo Garcia vae ao Perú, 26
Christovam Jaques (2.ª vez), ... 25
Antonio Ribeiro, . . . 28
Convenção de Saragossa, 29
M. A. de Souza, . . . 30—33
Capitanias hereditarias, . 32—35
D. Pedro de Mendonça, . 34
Naufragio de Ayres da Cunha, ... 36
Ruy Mosquera em S. Vicente, ... 37
Misericordia de Santos, . 37
Gonçalo Pizarro parte em busca de El-Dourado, . 39
Orelhana no Amazonas, . 40
Cabeça de Vaca em S. Catharina, ... 40
Morte de Orelhana, . . 44
Fundação de Santos, . . 45
A Bahia reverte á Coroa, 48
Governo central, . . . 48
Gramatão Telles, . . . 48
Senabria, ... 49
Thomé de Souza — parte de Lisboa, 1º de fev.; chega á Bahia, 29 de março; toma posse, 1.º de nov. de 49
Visita official ao sul, . 49—50
D. P. F. Sardinha, 1.º B. 52—56
Vae Thomé de Souza ao Sul, ... 52—53
Ulrico Schmidel, . . . 53
D. Duarte da Costa, . 53—57
Hans Staden, ... 54
Naufragio de Luiz de Mello, ... 54
Fundação de S. Paulo, . 54
Villegagnon no R. de J., 55—59
Dr. Francisco Fernandes, visitador ecclesiastico, . 56—59
D. Sebastião, ... 57—78
Men de Sá, ... 57—72
Morre Fernão de Sá, . 58
D. P. Leitão, 2. B. . 59—73
Men de Sá nos Ilhéos, . 59
Men de Sá no R. de J., 60
Pedro de Orsúa, . . . 60
S. Paulo elevada á categoria de villa, . . . 60
Assalto dos selvagens contra S. Paulo, ... 62
Armisticio de Iperoyg, . 63
Peste e fome na Bahia, 63—64

Peste na Cap. de S. Vic., 63
Vinda de Estacio de Sá, 64
Primeira fundação da cidade do R. de J., março de. 65
Expulsão dos francezes, . 67
Segunda fundação da cidade, ... 67
Morte do P. Nobrega, . 70
Martyrio de 40 jesuitas, . 70
Morte de M. A., . . . 71
Morte de Villegagnon, . 71
Morte de Men de Sá, 2 de março de, . . . 72
Divisão do Brazil em dois governos, ... 72
Brito na Bahia, . . . 73—77
Salema no Rio, . . . 74—77
D. Fr. Antonio Barreiros, 3 B., . . . 75
Reunião do Brazil em um só governo, ... 77
Desastre de Alcacer-Kibir, 78
D. Henrique card. rei, 78—80
Côrtes de Thomar, 19 de abril de. 81
Primeira Junta, . . . 81—83
Manuel Telles Barreto, 82—87
Benedictinos, Capuchos e Carmelitas, ... 84
Conquista da Parahyba, . 86
Segunda Junta, . . . 87—91
Conquista de Sergipe, . 89
Cavendish em Santos, . 91
D. Francisco de Souza, 91—02
Roberio Dias, ... 91
J. de Lancaster no Recife, 95
Conquista do R. G. do N. 98
Invasão dos aymorés, . 98
Petiguares na Bahia, . . 99

SECULO XVII

Diogo Botelho, . . . 2—7
D. Constantino Barradas, 4 Bispo, . . 3—18
Pesca da baleia, . . . 3
Pero Coelho na Serra de Ibiapaba, ... 3
Conselho da India, . . 4
Menezes, ... 7—12
Nova divisão do Brazil, 8—12
D. Francisco de Souza, 8—11
Martyrio do P. Pinto, . 8
Lei que liberta os indios, 9
A Relação na Bahia, . 9
Colonização do Ceará, . 11
D. Luiz de Souza, . . 11—12
Reunião do Brazil em um só governo, . . 12
Gaspar de Souza, . . 12—16
Expedição franceza para o Maranhão, ... 12
Primeira expedição portugueza na direcção do Maranhão, ... 13
Segunda, ... 14
Derrota dos francezes, 19 de novembro de . . 14
Treguas, 29 de nov. de, 14
Quebra das treguas, 1º de julho de 15
Expulsão dos francezes, 3 de novembro de . . 15
Belém do Pará, 3 de dezembro de 15
D. Luiz de Souza, . . 16—21
Revolta dos tupinambás, 17
Caldeira preso em Belém, 17
Morre Jeronymo de Albuquerque Maranhão, 11 de fevereiro de . . . 18
Estado do Pará-Maranhão, 21
Diogo de Mendonça Furtado, ... 21—24
Antonio Muniz Barreiros capitão-mór do Maranhão, ... 22—26
D. Marcos Teixeira, 5 B. 22—24

INDICE ALPHABETICO

N. B. — Os algarismos indicam os numeros da margem ou paragraphos.

A

Abaúna (raça), 75.
Abbeville (Claudio de), 287.
Abra de Diogo Leite, 63.
Abyssinia, 18.
Acará, 295.
Açores, 12.
Açorianos (colonos), 304.
Adamastor, 31.
Affonsinas (ordenações), 24.
Affonso de Albuquerque, 46.
Affonso Lopes, 30.
Affonso Sanches, 20.
Agglutinante (lingua), 79.
Agricultura, 83, 87, 89, 146.
Aguirre (Lopes de), 145.
Albuquerque, 135.
» (Antonio de), 304.
» (Jeronymo de), 180, 264, 288, 289, 294, 296, 304.
» (Mathias de), 306, 308.
Alcacer-Kibir, 235.
Alcaide, 25.
Aldêas de indios mansos na Bahia, 194, 208.
Aleixo Garcia, 57.
Algarves, 3.
Alexandre de Moura, 294.
Aljubarrota, 4.
Almotacé, 25.
Alvaro da Cachoeira, 265.
Alvaro de Carvalho, 265.
Alvaro Neto, 297
Alvaro Rodrigues, 274.
Amaro, 296.
America, 20.
Amoipiras, 76.
Anchieta, 82, 175, 177, 207, 214, 217.
André Gonçalves, 31, 37.
Ango, 62.
Angra dos Reis, 43.
Anhangá, 96.
Anhanguêra, 79.
Anniversario, 38.
Ante-historia, 1.
Anterioridade, 34.
Anthropophagia, 157, 194, 196.
Anthropophagos, 87.
Antiguidade dos indios, 83.
Antonio Rodrigues, 49.
Araboutan, 39.
Araçovaba, 265.
Aragão (Balth. de), 299.
Ararigboya, 213, 227.
Arcoverde, 135.
Argelinos, 309.
Argonautas, 1.
Aristocracia, 26.
Arkangel, 56.
Armas, 99.
Arraial do Marco, 43.
Arroz, 146.
Assento de Passaro, 229.
Astrolábio, 20, 22.
Assucar, 61.
Assumpção, 58.
Atahualpa, 57.
Aveiro, 15.
Aves domesticas, 109.
Aviz, 4.
Aymorés, 103.

Aymorés na Bahia e no sul, 271—276.
Ayolas, 58.
Ayres Corrêa, 30.
Ayres da Cunha, 137.
Azambuja, 14.
Azevedo (P. Ignacio de), 225.

B

Bacharel, 56, 63, 67, 125.
Baepeba, 254.
Bahia da Traição, 36.
Bahia de S. Luzia, 54.
Bahia de Todos os Santos, 43, 44, 134, 237
Bahia dos Perdidos, 53.
Baixos de D. Rodrigo, 55.
Baldaga, 9.
Balthazar Rodrigues de Mello, 297.
Bananas, 90.
Barra de Santos, 71.
Barreiros (Ant. Muniz), 305.
Barreiros (III B.), 230.
Barreto (Manuel Telles), 246.
Bartholomeu Dias, 17.
Bartira, 49.
Bebida, 90.
Behaim, 19.
Behring, 73.
Belém do Pará, 295.
Benedictinos, 252.
Benim, 16.
Bento Maciel Parente, 304, 306.
Berbéres, 11.
Bermudas, 309.
Bertioga, 71, 154.
Bettencourt, 11, 304.
Binot Paulmier de Gonn., 47.
Bispos, 163, 223, 230.
Bjárne, 19.
Boa Esperança, 17.
Bojador, 6, 9.
Bolés (João), 214, 215.
Borda do Campo, 63, 154, 204.
Botelho (Diogo), 268.
Botocudos, 87.
Bovadilla, 20.
Braço ou Espinha de Peixe, 229.
Bragança, 300.
Braz Cubas, 29, 126, 204.
Brazil (pau), 39.
Brazileiros, 39.
Brazilienses, 39.
Braziz, 39.
Bretôa, 45.
Brito (Luiz de), 226, 228.
Buena Esperança, 58.
Buenos-Ayres, 58.
Bugre, 76.
Bullas, 10.

C

Caaporas, 96.
Cabeça de Vaca, 59.
Cabedelo, 248.
Cabo Branco, 9.
Cabo de S. Agostinho, 43.
Cabo Frio, 44, 213, 227.
Cabo *Não*, 6.
Cabo Orange, 34.
Cabo Tormentario, 17.
Cabo S. Maria, 43.
Cabo Verde, 9.
Caboclo, 76.
Caboto, 56.
Cabral, 12, 30, 33, 297.
Cabralia (bahia), 35.
Cacociés, 109.
Caça, 89.
Caça aos indios, 180, 229.
Caça aos negros, 9.
Cahetés, 102, 173.
Caim da America, 192.
Caipora, 96.
Caité e Souza, 300.
Calabar, 300.
Caldas (Francisco), 229.
Caldas (Vasco Rodr.), 198, 200.
Caldeira, 295.
Calendario, 38.
Calicut, 22.
Camara, 25.
Camarão, 264.
Cambebas, 116.

Caminha, 30, 33.
Camucîm, 288.
Cananéa, 43.
Canarias, 11.
Cancale, 287.
Canna de assucar, 8, 68.
Canna fistula, 43.
Cão, 15.
Capico, 62.
Capitão-mór da costa, 147.
Capitanias hereditarias, 120.
Capitanias do Norte, 136.
Capitães, 123.
Captiveiro e liberdade, 226.
Capuchinhos, 287, 289.
Capuchos de S. Antonio, 252.
Caramança, 14.
Caramurú, 50, 179.
Caravelas, 44.
Carcome, 307.
Carijós, 73, 169.
Carioca, 44.
Caripunas, 116.
Carmelitas, 252.
Carta regia, 201, 202, 218, 220.
Carta de Lei, 220.
Cartas de Nobrega, 169.
Casa de Borgonha, 2.
Casamentos, 92.
Casqueiras, 89.
Castanheda, 37.
Castejon, 250.
Castello (morro do), 212.
Castello Branco, 294, 295.
Cauim, 90.
Cautchú, 116.
Cavalleiros, 107.
Cavendish, 259.
Cayaguás, 113.
Cayuby, 154.
Ceará, 286.
Ceuta, 4.
Chabás, 83.
Chanesés, 109.
Charendins, 63.
Charlevoix, 125.
Chavantes, 75.
Chaves, 63. 175.
Chiquitos, 111.
Christãos novos, 309.
Christovão Colombo, 20.
Christovão de Barros, 253. 254.
Christovão (fr.) de Lisboa, 307.
Christovão Jaques, 62.
Chuquisaca, 59.
Chuy, 63.
Cidade do Salvador, 147, 150, 151.
Circumcisão, 116.
Civilização dos indios, 83.
Clero, 161.
Coelhos roedores, 7.
Coelho, 30, 44, 264.
Cointa, 216.
Colonia regular, 63.
Colonos, 169.
Colonos e jesuitas, 160.
Commercio, 267.
Comida, 90.
Commissões mistas, 62.
Congo, 15.
Confederação dos tamoyos, 183.
Conquista da Parahyba, 247.
» de Sergipe, 254
» do Cabo de S. Agostinho, 180.
» do Maranhão, 288. 289, 290, 291, 292.
» do Reconcavo, 172. 174
» do Rio G. do N. 264.
» » Rio Real, 228.
Conselho da India, 269.
Conspiração, 187.
Consultas, 209.
Contréras, 29.
Convenção de Saragossa, 21.
Conversão dos aymorés, 276.
Cook, 43, 259.
Coral na costa da Bahia, 134.
Coroa Vermelha, 30.
Corrêa (Pedro), 175.
Correcção, 38.
Corsarios, 225.
Côrtes, 23, 235.
Corvo (ilha do), 12.
Costumes, 23, 87, 118.

Couraça de M. A. 63.
Coutinho, 131, 134, 205.
Covilhan, 18.
Creoulos, 146.
Cuba, 20.
Cucremagbás, 105.
Cueva, 264.
Culto, 122.
Curibocas, 146.
Cuman, 296.
Curupacé, 127.
Cururupeba, 196.

D

Degradados, 31, 146.
Demarcação, 21.
Desastre providencial, 275.
Descobrimentos, 6
Desmoralização, 146, 309.
Des-Vaux, 287.
Diluvio, 96.
Diniz Fernandes, 9.
Diogo Alvares, 50, 148.
» Freire, 179.
» Garcia, 59.
» Gonçalves, 265.
» Leite, 63.
» Martins Cão, 265.
» Nunhes, 139.
Direitos dos donatarios, 120.
Divisão, 226, 282.
Doenças, 91.
Dom Alvaro da Costa, 172.
» Antonio Prior do Crato, 235.
» Francisco de Souza, 262, 282.
» Luiz de Souza, 282, 301.
Dona Leonor, 29.
Domingos Rodrigues, 276.
Donatarios, 123, 137.
Drake, corsario inglez, 249.
Duarte Coelho, 135.
» da Costa, 172,
Duperret, 64.
Durão (S. Rita), 51.
Duvidas, 65, 209.

E

Eclipses, 96.
El-Dourado, 142.
Encabellados, 115.
Entalhadores, 116.
Entradas, 164, 204, 229, 255, 301.
Epoca, 74.
Erico o Ruivo, 19.
Ermida de Belém, 22.
Escravatura e liberdade, 278, 281.
Escravos, 169.
Esgaravatana, 89.
Esphera, 4, 31.
Espirito Santo, 131, 182, 199.
Espinha (Luiz Alves), 229.
Espoir de Honfleur, 47.
Essomeric, 47.
Estacio de Sá, 211.
Estatua mysteriosa, 12.
Estopinhan Cabeça de Vaca, 59.
Estrangeiros, 309.
Estreito de Behring, 73.
Estreito de Magalhães, 54.
Ethnographia, 75.
Exploradora (frota), 43

F

Familias, 70.
Fariban, 189.
Farinha, 117.
Farinha de guerra, 100
Feitoria, 30.
Feliciano Coelho, 264.
Fenton, 257
Fernand'Alvares d' Andrade, 137.
Fernando Peres, 2.
Fernão de Noronha, 44, 45.
Fernão de Sá, 199.
Ferrar os indios no rosto, 229.
Ferraz (Francisco), 209.
Figueira (P. Luiz), 82, 284, 305.
Floripondio, 116.
Fojo, 89.
Fome, 208.
Fontearabia, 62.
Foral, 122.
Formigas (rochedos), 12.
Fortaleza, 203, 286.
Forte de S. Philippe. 249.
Forte dos Tres Reis Magos, 264.

Frade (rio do), 30, 36.
Francezes, 47, 62, 63, 146, 153, 184, 211, 295.
Franciscanos, 59.
Francisco Coelho de Carvalho, 307.
Francisco Puerto, 56.
Frei Henrique de Coimbra, 31.
Fructuoso Barbosa, 264, 284.
Fumar, ou beber fumo, 131.
Funchal, 8.
Furtado (Diogo de Mend), 302.

G

Gabriel Soares, 263.
Garcia (Aleixo), 57.
Garcia d' Avila, 165.
Garças (ilha das), 9.
Gaspar Corrêa, 37.
Gaspar da Costa, 278, 279.
Gaspar de Lemos, 31.
Gaspar de Souza, 299.
Georgia Austral, 43.
Giraldes, 261.
Gomes (P. Manuel), 294.
Gonçalo Affonso, 128.
Gonçalo Coelho, 44.
Gonçalo Monteiro, 63, 69.
Gonneville, 47
Goré, 43.
Governador do Bispado, 163.
Governo central, 147.
Governo (fórma de), 95.
Goytacazes, 102.
Gramatão Telles, 148.
Gran (P. Luiz da), 175,215.
Gregorio Fragoso, 293.
Groenlandia, 19, 73.
Grumetes, 31.
Guaimbé, 127.
Guajará, 295.
Guamá, 295.
Guanahani, 20.
Guanas, 114.
Guaranys, 106.
Guarany (lingua), 76.
Guararapes, 180.
Guayanazes, 76, 102.
Guaycurús, 76, 107.
Guaxenduba, 290.
Guenches, 11.
Guerra justa, 226.
Guerra (modo de fazer a), 100.
Guiana, 76.
Guimarães, 296.
Guiné, 15.
Gurupá, 306.
Gurupy, 63

H

Haity, 20.
Hans Staden, 60, 166.
Hawkins, 256.
Heitor, 216.
Henrique Corrêa da Silva, 302.
Henrique Luiz, 130.
Henrique Montes, 56, 63.
Hespanhoes, 34, 52.
Hojeda, 34.
Hollandezes, 309.
Hollandezes na Bahia, 277.
Hollandezes no Amazonas, 295.
Homisio (direito de), 121, 146.
Huaynacapac, 57.
Hugo Capeto, 2.
Hugo Roger, 47.

I

Ibiapaba, 283.
Ibirapitanga, 39.
Icatú, 290.
Idolos, 109, 117.
Igarassú, 62, 135.
Ignez de Castro, 3.
Ilha do Governador, 211.
Ilha dos francezes, 62.
Ilha dos Patos, 56.
Ilhéos, 133, 200.
Independencia de Portugal, 2.
India, 39.
Indios, 39, 152.
Infanções, 26.
Infante D. Henrique, 5.

Infanticidio, 107, 114.
Inglezes. 256.
Insulæ Fortunatæ, 11.
Inter Cætera, 21.
Interdicto, 279.
Inundação, 125.
Iperoyg, 207.
Irún, 62.
Isabel a Catholica, 20.
Islandia, 73.
Itamaracá, 127, 129, 181.
Itanhaem, 154.
Itapary, 294.
Itatines, 112.

J

Jacaúna, 286.
Jacome, 5.
Jacome de Bruges, 12.
Jacome Raimundo de Nor., 307.
Jaguaribe, 283.
Jaques, 62.
Jaraguá, 204.
Jereré-coara, 288.
Jesuitas, 150, 155, 168, 241, 294, 298.
Jesuitas e maranhenses, 305.
Jesuitas e negros, 171.
João Affonso, 47.
João Ango, 47.
João de Barros, 137.
João de la Cósa, 34.
João de Souza, 63.
João Gonçalves, 129, 181.
João Lopes, 45.
Jornada Milagrosa, 290.
Judeus, 309.
Juiz ordinario; Juiz de Fóra; de vara, etc., 25.
Juntas, 245, 253.
Juquiriqueré, 127.
Jurisdicção, 25.
Jurumirim, 56.

L

Ladinos, 146.
Lancaster, 260.
La Pélerine, 64.
Legislação, 24.
Lei a respeito dos indios, 220.
Lei das Sesmarias, 3.
Leif, 19.
Lei Mental, 4.
Leitão, 223, 250.
Leonardo Nunes, 175.
Lepe (Diogo de), 34.
Lery, 188.
Limoeiro, 283.
Lingua dos indios, 78, 82.
Linha divisora, 21.
Lisboa capital, 3.
Loayza, 55.
Lobos marinos, 9
Lucayos, 20.
Luiz Aranha de Vasconcellos, 306.
Luiz de Mello, 140.

M

Macachéras, 96.
Machado (Domingos da C.), 304.
Machico, 8.
Maciel, 304, 306.
Madeira, 8.
Madureira, 304.
Magalhães, 54.
Mallogros, 138.
Mamelucos, 146.
Mampituba, 127.
Mamuna, 291.
Mandiocapúa, 291.
Manuel de Souza d'Eça, 307.
Manuelino (codigo), 24.
Maracayá, 211.
Maranhão, 287, 304.
Marcação (linha de), 21.
Marciana (o P. Fr.), 306.
Mar Dôce, 34.
Margalho (André Fern.), 265.
Martim Affonso, 63, 124.
Martim de Sá, 308.
Martim Leitão, 250.
Martyres do Brazil, 225.
Mascarenhas, 264.
Matan, 54.
Matança, 101.
Matheus Nunes, 223.

Mayaguana, 20.
Melchior Ramirez, 56.
Melinde, 22.
Men de Sá, 193—222.
Mendonça (D. Pedro), 58.
Mendonça Furtado, 302.
Menelau, 308.
Menezes (D. Diogo), 280.
Mesa da Consciencia, 26, 209.
Mestéres, 245.
Metaes, 87.
Metempsycose, 116.
Mina (S. Jorge da), 14.
Minas, 163, 263, 282.
Minion (navio inglez), 256
Misericordia de Lisboa, 29.
Misericordia de Santos, 29, 126.
Missa no Brazil (1ª e 2ª), 31.
Moçambique, 22.
Mojú, 295.
Molucas, 21, 54.
Mombaça, 22.
Mondurucús, 75.
Monosyllabica (lingua), 79.
Montes (Henrique), 56, 63.
Montoya (o Padre), 82.
Moquem, 89.
Moradias, 26, 54.
Morales (Franc. de), 251.
Moreno, 268, 277, 286, 288, 289.
Morubixaba, 90, 95.
Mouchez, 35
Munim, 290.
Musica entre os indios, 86.

N

Namôa, 47.
Não (cabo), 6.
Nascimento, 92.
Negus, 18.
Neolithico (periodo), 83,
Neves (Nª. Sª. das) 251.
Nicoláu Coelho, 30.
Nitreiras, 308.
Nobrega, 175, 207, 211, 224.
Nolle, 9.
Nomes, 39, 93.
Noronha, 45, 307.
Norte (costa do), 48
Nova Lei a respeito dos indios, 281.
Nova Lusitania, 135, 283.
Nueva Andaluzia, 144.
Numero dos indios, 77.
Nunes (padre Diogo), 271, 294.
Nunhes (Diego), 139.
Nuno Manuel, 43.
Nuno Tristão, 9.

O

Obrigações dos donatarios, 121.
Obstaculos á conversão dos indios, 244.
Olinda, 135.
Omaguas, 116.
Ordas (Diego), 141.
Ordem de Christo, 3.
Ordenados, 240.
Ordens religiosas, 252.
Ordens religioso-militares, 28.
Orecha (Pedro de), 270.
Orelhana, 143, 144.
Orelhas furadas, 109.
Origem dos indios, 73.
Ornatos dos indigenas, 88.
Orsúa (Pedro de), 145.
Ortiz, 20, 30.
Ourique (Campo de), 2.
Ouro, 9, 180.
Ouvidor geral, 147, 149.
Ovirapire, 287.
Oyapock, 34, 40.

P

Pacifico, 54.
Pacova, 90.
Padrão de pedra, 40.
Padre do Ouro, 180.
Padroado, 162.
Padrões, 15.
Padrões de Cananéa, 66
Pagé, 98.
Paiva, 18, 176.
Paleolithico (periodo) 83.
Palos, 20.
Ponta do padrão, 43.

Papanazes, 102.
Paraguassú, 50.
Paradoxo, 216.
Parahyba, 130, 247.
Parlamento dos indios, 95.
Paschoal (monte), 30.
Pastoril (periodo), 83.
Páu brazil, 39, 45.
Páu brazil aparado, 37.
Paulo Nunes, 63.
Paulo Affonso (cachoeira de), 233.
Paulo, III, 119.
Payaguás, 105.
Pedro Alliacus, 20.
Percauuri, 63.
Perestrello, 7.
Periá, 287, 290.
Pernambuco, 53, 56, 135, 180, 308
Pero Coelho, 283.
Pero d'Alemquer, 22.
Pero Lopes, 63, 127.
Pesca, 89.
Pesca da baleia, 270.
Peste e fome, 208, 210.
Philippinas (ilhas), 54.
Philippino (codigo), 24.
Pindamonhangaba, 89.
Pinto (padre Francisco), 284.
Pinzon, 20, 34, 52.
Piqueroby, 49.
Piragyba, 229, 250.
Pirajá, 174.
Pirantintins, 103.
Piratas, 146.
Piratininga, 63, 154.
Pizarro, 142.
Piziu, 292.
Polvora (fabrica de), 308.
Ponta de Olinda, 63.
Ponta do Padrão, 43.
Porquinho, 229, 234, 255.
Porto de D. Rodrigo, 55.
Porto de Martim Affonso, 63.
Porto de S. Cruz, 35.
Porto Santo, 7, 18, 309.
Porto Seguro, 30, 35, 132.
Posse, 31.
Poty ou Camarão, 264, 290.
Pratz, 288.
Precedencia, 268, 279, 303.
Preços baixos, 125.
Prelazia, 231, 308.
Preste João, 16.
Princezas, 20.
Provedor-mór, 149.
Purús, 116.

R

Ramalho, 49, 67, 179.
Ramirez, 56.
Rangel, 245, 290.
Rapé, 116.
Rasilly, 287
Ratier, 186.
Ravardière, 287.
Regimento, 149
Relação da Bahia, 278, 279, 303.
Religião dos indios, 96.
Resgatar, resgate, etc, 13.
Resumo (em), 32.
Reunião, 233, 282.
Revolta, 174, 180, 296.
Ribeiro, 30, 62.
Ricos homens, 26
Riffault, 287.
Rio de Janeiro, 43, 203, 211.
Rio do Frade, 30, 36.
Rio do Infante, 17.
Rio do Ouro, 9.
Rio Gr. do N., 264.
Rio Real, 228.
Rio S. Miguel, 173.
Riquezas mal adquiridas, 58.
Roberio Dias, 263
Rodrigo d'Acunha, 55.
Rodrigues Martins, 254.
Rocha (ilha grande de), 43.
Rohan, 35.
Romero (Francisco), 133.
Ruão em, 1509, 47.

S

Sagres (escola de), 5.

Sal usado pelos indios, 90.
Salema no Rio, 226, 229, 247.
Salitre, 255.
Salvador Corrêa de Sá, 211.
Samorim, 22.
Sampéres (padre), 264, 284.
Sant'Anna, 287.
Santa Cruz, 39.
Santa Maria, 12, 40.
Santo Amaro, 127, 128.
Santos, 126, 154.
São Christovão, 254.
» Domingos, 20.
» Gabriel, 55.
» João, 45.
» Jorge da Mina, 14.
» José (bahia de), 290.
» Lourenço, 213.
» Luiz, 287.
» Mamede, 2.
» Miguel, 12.
» Paulo, 176, 178, 204, 206.
» Philippe, 249.
» Salvador, 20.
» Sebastião, 211.
» Vicente, 43, 56, 63, 124, 125.
Saragossa (convenção de), 21.
Sardinha, primeiro B., 163, 172, 173.
Schmidel, 167.
Sebastião Alvares, 135.
Sebastião da Ponte, 230.
Sebastião del Cano, 54, 55.
Sebastião Martins, 289.
Selvagens e jesuitas, 156.
Senabria, 60.
Sepulchros, 94.
Sergipe, 254.
Serigipe, 186.
Serinhaem, 180.
Serpente enorme, 58.
Sesmarias (lei das), 3.
Simões Pereira, 231.
Sitio do Marco, 56.
Silveira, 47, 130.
Solis, 52, 53.
Soromenho, 283.
Sumé ou Thomé, 97.

T

Tabajares, 102.
Tabas, 84.
Tacarijús, 284.
Tamoyos, 76, 183, 206, 227.
Tapéra, 84.
Tapuya, 75.
Tartarugas (bahia das), 288.
Tebiriçá, 49, 154, 206.
Teixeira (D. Marcos B.), 306.
Teixeira (Pedro), 295, 303.
Teixeira (Tristão Vaz), 7.
Temininó, 76.
Terceira (ilha), 12.
Thevet, 188.
Thoar (Sancho de), 30.
Thomé de Souza, 147.
Tibery, 250.
Tidor, 54.
Timbués, 104.
Titulos, 27.
Tordesilhas, 21, 42.
Tormenta, 31.
Tormentario, 17.
Toscanelli, 20.
Tourinho, 132.
Trabalhos, 82, 89.
Tradição, 51.
Traição (bahia da), 36.
Treguas, 293.
Tremembés, 298.
Tres Reis Magos (forte dos), 264.
Tribus aquaticas, 108.
Trindade (ilha da), 46.
Tristão Vaz Teixeira, 7.
Tronco primitivo, etc., 73.
Tuchaú, 47.
Tucunas, 116.
Tuim Mirim, 283.
Tumiará, 49.
Tupinambás, 76, 227.
Tupiniquins, 30, 102.

U

Una (hospicio de), 306.
Universidade, 3.
Umanas, 116.

Urassumirim, 211.
Usos, costumes, etc., 23, 87, 118.
Utensilios domesticos, 85, 118.

V

Valdez (Diogo Flores), 249.
Vasabarris, 43.
Vasco da Gama, 22
Vasco Rodrigues Caldas, 198.
Vasconcellos, 225, 306.
Vaux (Des), 287.
Veiga, 233.
Venner, 260.
Vera Cruz, 39.
Vespucci, 20, 34, 43, 44.
Vias de Successão, 245.
Victoria, 131, 134, 147.
Villa Velha, 50, 131, 134, 147.
Villegagnon, 184—193.
Vineland, 19, 73.

W

Withrington, 258.

X

Xaquecés, 109.
Xarayes, 108, 110.

Y

Yrala, 59.

Z

Zaire ou Congo (rio), 15.
Zamora (paz de), 2.
Zarco (João Gonçalves), 7.
Zebú (ilha de), 54.
Zeni, 19.
Zorobabé, 272.
Zurinas, 116.

INDICE ANALYTICO

INTRODUCÇÃO

I

Portugal, ... pag. 1

II

Factos que levaram ao descobrimento do Brazil, ... pag. 4

III

Usos e costumes de Portugal, ... pag. 24

EPOCA I, 1500—1549

Tempos primitivos da historia do Brazil

I

Descobrimento do Brazil, ... pag. 29

II

Primeiras explorações, pag. 46

III

Povos que habitavam o Brazil na epoca do seu descobrimento, . pag. 90

IV

Capitanias hereditarias, pag. 139

EPOCA II, 1549—1581

Primeiros governadores

I

Thomé de Souza, . . pag. 180

II

Procedimento dos primeiros jesuitas, . . pag. 207

III

D. Duarte da Costa, . pag. 218

IV

Men de Sá, ... pag. 246

V

Successores de Men de Sá, ... pag. 296

VI

Estado do Brazil em 1581, ... pag. 310

EPOCA III, 1581—1624

Dominio da Hespanha

I

Primeiros annos, . . pag. 322

II

Conquista da Parahyba do Norte, ... pag. 324

III

Segunda Junta, . . . pag. 332

IV

Os inglezes no Brazil, . pag. 335

V

D. Francisco de Souza, pag. 340

VI

Diogo Botelho, . . . pag. 346

VII

D. Diogo de Menezes, pag. 357

VIII

Ceará e Maranhão, . . pag. 365

IX

Maranhão e Pará, . . pag. 374

X

O Sul, ... pag. 398

XI

Pará—Maranhão, . . pag. 404
Carta Pontificia, . . » 418
Notas finaes, ... » 439
Summario, ... » 442
Datas principaes, . . » 454
Indice alphabetico, . » 457

PELO MESMO AUTOR:

COMPENDIO DE GRAMMATICA INGLEZA,

1.ª edição já esgotada.

COMPENDIO DE HISTORIA UNIVERSAL,

2.ª edição: enc. 7$000; br. 6$000.

LIÇÕES DE HISTORIA DO BRAZIL,

2.ª edição: enc. 4$000; br. 3$000.

Estes dois trabalhos foram APPROVADOS pelo Conselho Superior de Instrucção Publica de S. Paulo e ADOPTADOS pelo Conselho Superior de Instrucção Publica de S. Luiz do Maranhão.

Preço do **Compendio de Historia do Brazil 7$000.**

ADVERTENCIA:

O autor aproveita o ensejo para declarar que estes livros, em quanto não se esgotar a edição, ficarão pelo preço acima indicado ainda que mudem as condições economicas do Paiz.

ERRATA

Pag.	*Linha*	*Erros*	*Emendas*
2	24	desbaratou no anno seguinte (29) um grande	desbaratou mais tarde (39) um grande
12	12	do	de
15	12	IX	X
28	27	compito	objectivo
45	21	Mocuripe	Mucuripe
58	36	locas	tocas
77	22	terra a 31	terra na altura do Cabo de S. Agostinho a 31
78	3	galeão S. Vicente	navio S. Miguel
81	35	necessidade	rezão
91	30	nono	decimo
96	14	segunda	primeira
115	12	alguma sorte	sorte alguma
144	14	1525	1535
144	26	1467	1567
193	34	tolerar	tolerou